

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

CLÁUDIA A. ROST SNICHELOTTO

“OLHA” E “VÊ”: CAMINHOS QUE SE ENTRECruzAM

FLORIANÓPOLIS
2009

Cláudia A. Rost Snichelotto

“Olha” e “vê”: caminhos que se entrecruzam

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Lingüística.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Edair Maria Görski

Florianópolis
2009

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina

R839o Rost Snichelotto, Cláudia Andrea
Olha e vê [tese] : caminhos que se entrecruzam / Cláudia
Andrea Rost Snichelotto ; orientadora, Edair Maria Görski.
- Florianópolis, SC, 2009.
408 p.: il., grafs., tabs.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de
Pós-Graduação em Linguística.

Inclui referências

1. Linguística. 2. Mudança semântico pragmática. 3.
Variação linguística. 4. Gramaticalização. 5. Pragmatização
do significado. 6. Marcadores discursivos. 7. Abordagem
pancrônica. I. Gorski, Edair Maria. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Linguística. III. Título.

CDU 801

Cláudia Andrea Rost Snichelotto

“Olha” e “vê”: caminhos que se entrecruzam

Esta tese foi julgada adequada à obtenção do grau de Doutor em Linguística e aprovada em sua forma final pelo Curso Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 17 de dezembro de 2009.



Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Edair Maria Görski
Universidade Federal de Santa Catarina



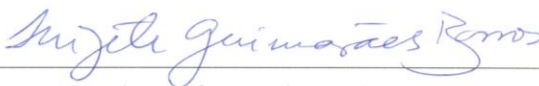
Membro: Prof. Dr. Luiz Carlos Travaglia
Universidade Federal de Uberlândia



Membro: Prof^ª. Dr^ª. Sanderleia Roberta Longhin-Thomazi
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus São José do Rio Preto



Membro: Prof^ª. Dr^ª. Izete Lehmkuhl Coelho
Universidade Federal de Santa Catarina



Membro: Prof^ª. Dr^ª. Luizete Guimarães Barros
Universidade Federal de Santa Catarina

À minha sobrinha Yasmin Schuch Rost, *in memoriam*,
dedico.

A GRADECIMENTOS

À professora amiga Edair Maria Görski, novamente, pelo privilégio de sua incansável orientação, pelo incentivo e pela confiança;

Aos professores Luiz Carlos Travaglia (UFU), Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi (UNESP), Izete Lehmkuhl Coelho (UFSC) e Luizete Guimarães Barros (UFSC), pela leitura, análise e contribuição dada;

À amiga Raquel Ko. Freitag, pela disponibilização de inúmeros textos, pelas dicas antes e durante a redação desta tese e pela parceria em publicações e congressos;

Às amigas – em especial – Isabel de Oliveira e Silva Monguilhott, Diane Dal Mago e Lucilene Liboa de Liz, pelo carinho;

À Carla Regina Martins Valle, Adriana Gibbon, Sueli Costa, Christiane Maria Nunes de Souza e Guilherme Henrique May, pela amizade e assessoria em traduções;

À bolsista do VARSUL Patrícia Floriani Sachet, pelo auxílio no levantamento do material sincrônico e diacrônico;

Às minhas famílias gaúcha e paulista, pela torcida;

Aos meus pais, pelo exemplo, pelo incentivo desde sempre à realização de muitos sonhos;

Ao Denis, meu marido, meu protetor, meu amor, pelo encorajamento constante e, principalmente, pela tolerância;

A Deus, pela saúde e pelas oportunidades ao longo da vida.

"Somos transição, somos processo."
"Cada um em seu caminho e com suas singularidades."

Perdas & Ganhos, de Lya Luft

RESUMO

Nesta tese, com base na associação dos postulados da Teoria da Variação e Mudança e do Funcionalismo Lingüístico, especialmente no que concerne à gramaticalização, objetivamos analisar, numa abordagem pancrônica, o funcionamento dos marcadores discursivos (MDs) **olha** e **vê** (e suas variações), em amostras sincrônicas do Banco de Dados VARSUL e também em uma amostra diacrônica, representada por 17 textos de peças teatrais escritas nos séculos XIX e XX por escritores catarinenses. Partimos de estudos anteriores que investigaram a mudança semântico-pragmática dos verbos de percepção *olhar* e *ver* e delineamos a origem e potencialidade semântico-pragmática de cada elemento, desde sua base verbal como item lexical pleno, realizado via ato de fala manipulativo, até seu comportamento como MD, situação em que apresenta um enfraquecimento da força imperativa prototípica, estando mais associado a sentidos abstratos e pragmáticos. À luz dos trabalhos de Traugott (1982, 1989, 1995, 1999, 2001, 2002) e Traugott e König (1991), vimos a pertinência da associação entre a trajetória de mudança, especialmente a pragmático-semântica, e as funções da linguagem proposicional, interpessoal e textual. Com base na descrição dos contextos de uso dos itens, foi possível tratá-los como variantes de uma variável lingüística, alternantes num mesmo contexto discursivo – o da *chamada da atenção do ouvinte*. A pesquisa compreende duas etapas metodológicas: na primeira, caracterizada como uma abordagem basicamente funcionalista, empreendemo-nos no mapeamento do comportamento diacrônico dos MDs em dados de escrita e, posteriormente, o sincrônico em dados de fala. Nas duas amostras, as ocorrências de diferentes *contextos de atuação discursiva* de **olha** e **vê** analisadas atestaram o papel da pressão contextual para a emergência de novos usos e a pragmatização do significado. A descrição delineada permitiu vislumbrar a possibilidade de enunciados imperativos, inerentemente intersubjetivos, virem a ser subjetivizados no curso da mudança de significados de conteúdo, basea-

dos na estrutura argumental, para significados procedurais pragmáticos no nível discursivo. Na segunda etapa da análise, de cunho variacionista, com o respaldo da etapa anterior, procedemos ao tratamento estatístico dos dados. Os resultados das amostras sincrônicas investigadas apontaram indícios do desenvolvimento individual e conjunto dos MDs sob análise, e permitiram identificar os condicionadores, lingüísticos e extra-lingüísticos, do uso de um ou outro MD. A partir do traço comum de percepção que os caracteriza, constatamos que **olha**, como forma mais recorrente nas amostras investigadas, é também o MD mais avançado no processo de mudança em função dos seguintes fatores, entre outros: (i) o MD **olha** já aparece em seis diferentes contextos de atuação discursiva no século XIX, ao passo que **vê** se manifesta em três contextos no século XX, apenas, com um número bastante reduzido de ocorrências; (ii) sincronicamente, há um uso mais generalizado de **olha** do que de **vê**, sendo que alguns contextos são categóricos para **olha**; (iii) **olha** retém o menor vestígio de herança verbal em comparação a **vê**.

Palavras-chave: Mudança semântico-pragmática. Variação lingüística. Gramaticalização. Pragmatização do significado. Marcadores Discursivos. Abordagem pancrônica.

A BSTRACT

In this thesis, theoretically based on the combination of postulates from the theory of language variation and change and from functionalist linguistics, especially concerning grammaticalization, we aim to analyse, with a panchronic approach, the operation of the discourse markers (DM) *olha* [look] and *vê* [see] (and their variations), with synchronic data from the VARSUL database and a diachronic sample constituted by the texts of 17 plays written in the nineteenth and twentieth century by writers from Santa Catarina, Brazil. We begin considering prior studies that have investigated the semantic-pragmatic change of the perception verbs *olhar* [to look] and *ver* [to see] and propose the origin and semantic-pragmatic potentiality of each element, from their verbal base as full lexical items, performed via manipulative speech acts, to their behaviour as DMs, a situation in which they present a weakness of their prototypical imperative power, being more strongly associated with abstract, pragmatic meanings. In Traugott (1982, 1989, 1995, 1999, 2001, 2002) and Traugott & König (1991) we saw how pertinent was the association between path of change, especially semantic-pragmatic, and the propositional, interpersonal and textual functions of language. Based on the description of the contexts of use of the items, it was possible to treat them as variants of a linguistic variable, which alternate in the same discursive context – the one of *call for hearer's attention*. The research comprehends two methodological steps: on the first, characterised basically by a functionalist approach, we map the diachronic behaviour of the DMs in written data and, after that, their synchronic behaviour in spoken data. In the two samples, the occurrence of different *contexts of discursive action* of *olha* and *vê* attest the role of contextual pressure on the emergence of new uses and the pragmatization of meaning. This description allowed us to glimpse the possibility that imperative statements, inherently intersubjective, become subjective in the course of the change from content meaning, based on argument structure, to pragmat-

ic, procedural meaning on the discourse level. On the second step of the analysis, with a variationist approach, we proceeded to the statistical treatment of the data, based on the results of the previous step. The results drawn from the synchronic sample pointed to traces of individual and collective development of the DMs in focus, and allowed us to identify the linguistic and extralinguistic conditioners of the use of either DMs. From the common aspect of perception that characterises them, we have noticed that *olha*, as a more recurrent form in the samples, is also the most advanced DM on the change process due to the following factors: (i) the DM *olha* already appears in six different contexts of discursive action in the nineteenth century, while *vê* appears in three contexts in the twentieth century only, with a very limited number of tokens; (ii) synchronically, there is a more generalised use of *olha* compared to *vê*, with some contexts being categorical for *olha*; (iii) *olha* has the smallest trace of verbal heritage in comparison with *vê*.

Keywords: semantic-pragmatic change; language variation; grammaticalization; meaning pragmatization; discourse markers; panchronic approach.

L

ISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - <i>The metonymic-metaphorical model</i>	88
GRÁFICO 1 - Formas de tratamento <i>tu</i> e <i>você</i> em peças de teatro de autores catarinenses.....	238
QUADRO 1 - Tendências da mudança semântico-pragmática	95
QUADRO 2 - Gramaticalização de <i>while</i>	96
QUADRO 3 - Resumo dos tipos de MDs	166
QUADRO 4 - Funções dos marcadores em estudos do PB.....	170
QUADRO 5 - Multifuncionalidade de <i>olha</i> e <i>vê</i>	171
QUADRO 6 - MDs derivados de verbos de percepção visual	172
QUADRO 7 - Distribuição da amostra 1F por cidade	212
QUADRO 8 - Distribuição da amostra 2F	213
QUADRO 9 - Distribuição da amostra 3F	214
QUADRO 10 - Distribuição das peças teatrais, segundo o ano de nascimento dos autores e o ano de publicação das obras (Amostra 4E)	219
QUADRO 11 - Síntese da amostra pancrônica	220
QUADRO 12 - Distribuição das variáveis controladas nas amostras 1F, 2F e 3F para a escolha de <i>olha</i> e <i>vê</i>	225
QUADRO 13 - A multifuncionalidade de <i>olha</i> e <i>vê</i>	229
QUADRO 14 - Grupos de fatores estatisticamente significativos para o uso de <i>olha</i> por amostra	283
QUADRO 15 - Grupos de fatores estatisticamente significativos para o uso de <i>olha</i> por cidade da amostra 1F	284

QUADRO 16 - Breve biografia dos autores das peças teatrais consultadas..... 401

QUADRO 17 - Visão comparativa e de conjunto das formas do imperativo no português brasileiro falado..... 403

L

ISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Distribuição das ocorrências de formas verbais e MDs derivados de <i>olhar</i> e <i>ver</i> nas peças, segundo o ano de nascimento do autor e o de publicação da obra	233
TABELA 2 - Distribuição das formas dos MDs por século de nascimento do autor das peças teatrais.....	237
TABELA 3 - Distribuição das ocorrências das formas de MDs nos séculos XIX e XX	239
TABELA 4 - Distribuição das ocorrências formais de P2 dos MDs nos séculos XIX e XX	240
TABELA 5 - Distribuição dos MDs <i>olha</i> e <i>vê</i> por peça, segundo o contexto de atuação discursiva	243
TABELA 6 - Distribuição das formas dos MDs por amostra	255
TABELA 7 - Distribuição das ocorrências dos MDs <i>olha</i> e <i>vê</i> por amostra, segundo o contexto de atuação discursiva	259
TABELA 8 - Influência da variável <i>cidade</i> sobre o uso de <i>olha</i> em relação a <i>vê</i> (Amostra 1F)	287
TABELA 9 - Distribuição das formas de realização do MD <i>olha</i> por cidade (Amostras 1F, 2F e 3F)	293
TABELA 10 - Distribuição das formas de realização do md <i>vê</i> por cidade (Amostras 1F, 2F e 3F)	295
TABELA 11 – Influência da variável contexto de atuação discursiva sobre o uso de <i>olha</i> em relação a <i>vê</i> (Amostras 1F, 2F e 3F).....	299
TABELA 12 - Distribuição pancrônica dos MDs <i>olha</i> e <i>vê</i> de acordo com os contextos de atuação discursiva em amostras de fala e de escrita	302
TABELA 13 - Influência da variável sequência discursiva sobre o uso de <i>olha</i> em relação a <i>vê</i> (amostras 1F, 2F e 3F)	314

TABELA 14 - Influência da variável <i>presença/ausência de pronome/vocativo junto ao MD</i> sobre o uso de <i>olha</i> em relação a <i>vê</i> (Amostras 1F, 2F e 3F)	324
TABELA 15 - Cruzamento entre a variável <i>presença/ausência de pronome vocativo junto ao MD</i> e as formas dos MDs (Amostra 1F) .	326
TABELA 16 - Distribuição das ocorrências das formas dos MDs <i>olha</i> e <i>vê</i> derivadas de IND e SUBJ acompanhadas dos pronomes <i>tu</i> e <i>ocê</i> (Amostra 1F).....	327
TABELA 17 - Influência da variável <i>relação sintática com a estrutura oracional</i> sobre o uso de <i>olha</i> em relação a <i>vê</i> (Amostras 1F, 2F e 3F)	331
TABELA 18 - Influência da variável <i>posição</i> dos MDs sobre o uso de <i>olha</i> em relação a <i>vê</i> (Amostras 1F, 2F E 3F).....	337
TABELA 19 - Distribuição do cruzamento entre as variáveis <i>contexto de atuação discursiva</i> e <i>posição do MD</i> (Amostra 1F)	339
TABELA 20 - Influência da variável <i>pausa</i> sobre o uso de <i>olha</i> em relação a <i>vê</i> (Amostras 1F, 2F e 3F)	344
TABELA 21 - Influência da variável <i>gênero/sexo</i> sobre o uso de <i>olha</i> em relação a <i>vê</i>	349
TABELA 22 - Influência da variável <i>idade</i> sobre o uso de <i>olha</i> em relação a <i>vê</i> (Amostras 1F, 2F e 3F)	354
TABELA 23 - Influência da variável escolaridade sobre o uso de <i>olha</i> em relação a <i>vê</i> (Amostras 1F, 2F e 3F).....	405
TABELA 24 - Influência da variável <i>informante</i> sobre o uso de <i>olha</i> em relação a <i>vê</i>	407

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BLU – Blumenau

BNC – *British National Corpus*

Cf. – Conforme

CHP – Chapecó

CTB – Curitiba

D & G – Grupo de Estudos Discurso e Gramática

F – Falante

FLP1 – Florianópolis (amostra 1F)

FLP2 – Florianópolis (amostra 2F)

GTI – Gramática Textual-Interativa

IND – Indicativo

LGS – Lages

MDs – Marcadores Discursivos

NGB – Nomenclatura Gramatical Brasileira

NURC – Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta

O – Ouvinte

PB – Português Brasileiro

PEUL – Programa de Estudos sobre o Uso da Língua

PR – Peso Relativo

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

P2 – Segunda pessoa do singular

P3 – Terceira pessoa do singular

P4 – Primeira pessoa do plural

P5 – Segunda pessoa do plural

RADs – Requisitos de Apoio Discursivo

SUBJ – Subjuntivo

UC – Unidade Comunicativa

UD – Unidade Discursiva

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

URV – Unidade Real de Valor

VARISUL – Variação Lingüística Urbana na Região Sul do Brasil

LISTA DE SÍMBOLOS

['] – acento primário

[a] – vogal baixa não-arredondada

[e] – vogal média-alta anterior não-arredondada

[ɔ] – vogal média-baixa posterior arredondada

[j] – semivogal palatal

[Λ] – consoante lateral palatal vozeada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	31
1.1 Objetivos.....	36
1.1.1 Objetivos gerais.....	36
1.1.2 Objetivos específicos.....	37
1.2 Questões e hipóteses	37
2 CONTEXTUALIZANDO O FENÔMENO INVESTIGADO	45
2.1 Rumo a outro <i>olhar</i>: evidências em dados de fala e de escrita	46
2.2 Rumo a outro <i>ver</i>: evidências em dados de fala e de escrita.....	53
2.3 Funções e formas concorrentes	58
2.4 As construções imperativas em PB	61
2.4.1 Forma	61
2.4.2 Função	62
2.4.3 O uso variável do imperativo no PB: evidências pragmáticas	63
2.5 Fechando o capítulo	65
3 ENQUADRE TEÓRICO DA PESQUISA.....	69
3.1 Abordagem Funcionalista.....	70
3.1.1 Gramaticalização: definição, princípios, trajetórias, motivações	75
3.1.1.1 <i>Definição</i>	76
3.1.1.2 <i>Os princípios de Hopper (1991)</i>	79
3.1.1.3 <i>Tipos de mudança: categorial e semântico-pragmática</i>	82
3.1.1.4 <i>A abordagem de Traugott</i>	93

3.1.1.4.1 A noção de (inter)subjetividade e (inter)subjetivização	97
3.1.1.4.2 Relação entre (inter)subjetivização e gramaticalização	101
3.1.1.4.3 Pragmatização do significado	104
3.1.1.5 Fechando a seção	106
3.1.2 Teoria dos atos de fala	107
3.2 Teoria da Variação e Mudança Lingüística.....	117
3.2.1 A variação lingüística.....	117
3.2.1.1 <i>Princípios gerais</i>	117
3.2.1.2 <i>O método de pesquisa em variação na comunidade de fala</i>	120
3.2.2 A extensão da metodologia variacionista na aplicação de fenômenos discursivos	121
3.2.3 <i>A mudança lingüística</i>	124
3.3 Sociofuncionalismo	128
 4 MARCADORES DISCURSIVOS	 133
4.1 A diversidade de pesquisas sobre MDs	133
4.1.1 A abordagem de Schiffrin	134
4.1.2 A abordagem de Fraser	140
4.1.3 A perspectiva textual-interativa	144
4.1.4 Convergência e divergência entre as abordagens.....	147
4.2 Características formais dos MDs.....	152
4.2.1 Categorias de origem	152
4.2.2 A unidade de análise e a posição dos MDs	155
4.2.3 Independência sintática dos MDs.....	160
4.2.4 Constituição formal.....	161
4.2.5 Demarcação prosódica	164
4.3 Características funcionais dos MDs	165
4.4 Fechando a seção.....	171

4.5 MDs derivados de verbos de percepção visual em línguas românicas	172
4.5.1 Os MDs franceses ‘regarde’ e ‘vois-tu’	176
4.5.2 Os MDs espanhóis ‘mira’ e ‘¿ves?’	182
4.5.3 O MD italiano ‘guarda’	190
4.5.4 Os MDs catalães ‘a veure’ e ‘miri’	196
4.5.5 Os MDs galegos ‘olla’ e ‘mira’	204
4.6 Fechando o capítulo	207
 5 METODOLOGIA	 209
5.1 Etapas metodológicas da pesquisa	209
5.2 Corpus	211
5.2.1 <i>Corpus</i> sincrônico: o banco de dados do Projeto VARSUL	211
5.2.2 <i>Corpus</i> diacrônico: peças teatrais escritas por catarinenses nos séculos XIX a XX.....	215
5.3 Coleta de dados	220
5.4 Tratamento dos dados	221
5.5 A variável dependente e as variáveis independentes	222
5.5.1 Variável dependente	222
5.5.2 Variáveis independentes	223
5.5.2.1 <i>Variáveis lingüísticas/discursivas e extralingüísticas</i>	224
 6 MDS OLHA E VÊ: FORMAS E FUNÇÕES	 227
6.1 A multifuncionalidade de <i>olha</i> e <i>vê</i>	227
6.1.1 Análise diacrônica do comportamento (multi)funcional de <i>olha</i> e <i>vê</i>	230
6.1.1.1 <i>Aspectos formais dos MDs olha e vê nos séculos XIX e XX</i>	231
6.1.1.2 <i>Aspectos funcionais dos MDs olha e vê nos séculos XIX e XX</i>	241

6.1.2 Análise sincrônica do comportamento (multi)funcional dos MDs <i>olha e vê</i>	254
6.1.2.1 Aspectos formais dos MDs <i>olha e vê</i>	254
6.1.2.2 Aspectos funcionais dos MDs <i>olha e vê</i>	256

7 VARIAÇÃO NO DOMÍNIO FUNCIONAL DA *CHAMADA DA ATENÇÃO DO OUVINTE*281

7.1 As rodadas estatísticas281

7.2 Análise sincrônica dos MDs *olha e vê*285

7.2.1 Cidade285

7.2.2 Apresentação formal do MD288

7.2.3 Variáveis lingüísticas/discursivas296

7.2.3.1 Contexto de atuação discursiva297

7.2.3.2 Seqüência discursiva.....305

7.2.3.3 Presença/ausência de pronome/vocativo junto ao MD.....318

7.2.3.4 Relação sintática com a estrutura oracional.....328

7.2.3.5 Posição dos MDs333

7.2.3.6 Traço prosódico: pausa340

7.2.4 Variáveis extralingüísticas346

7.2.4.1 Gênero/sexo346

7.2.4.2 Idade351

7.2.4.3 Informante.....358

7.3 Fechando o capítulo360

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS363

REFERÊNCIAS373

ANEXO A – Breve biografia dos autores das peças teatrais consultadas395

ANEXO B – Visão comparativa e de conjunto das formas do imperativo no português brasileiro falado	403
APÊNDICE A – Influência da variável <i>escolaridade</i> sobre o uso de <i>olha</i> em relação a <i>vê</i> (Amostras 1F, 2F e 3F)	405
APÊNDICE B – Influência da variável <i>informante</i> sobre o uso de <i>olha</i> em relação a <i>vê</i> (Amostras 1F, 2F e 3F)	407

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Esta tese está vinculada a um projeto maior em curso, sob a coordenação da Prof^ª. Dr^ª. Edair Maria Görski, denominado “O percurso de gramaticalização de formas de base adverbial e verbal: funções e formas concorrentes”, no qual se associam postulados da Teoria da Variação e Mudança e do Funcionalismo Lingüístico, especialmente no que concerne à gramaticalização. Atualmente, inclui dissertações de mestrado concluídas que tratam de itens de natureza discursiva e analisam amostras sincrônicas do Banco de Dados do Projeto VARSUL¹ (TAVARES, 1999; DAL MAGO, 2001; VALLE, 2001; GASPARINI, 2001; ROST, 2002; FREITAG, 2003; MARTINS, 2003; OLIVEIRA, 2006) e uma tese de doutorado (TAVARES, 2003). É comum, a parte desses trabalhos, o estudo de elementos lingüísticos de base verbal com traços de cognição/percepção/enunciação que, em sua trajetória, sofrem alteração em sua configuração gramatical associada a mudanças semântico-pragmáticas², o que se reflete em um *continuum* multifuncional. Essa discussão tem proporcionado reflexões, resultados e contribuições interessantes para a literatura lingüística, os quais fornecem pistas acerca de estágios de mudança semântica e categorial das formas analisadas, permitindo propor a hipótese de que as formas se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento rumo à gramaticalização.

Em Rost (2002), descrevemos o comportamento dos itens **olha** e **veja** em dados de fala de informantes das três capitais da região Sul do Brasil, provenientes de uma amostra extraída do Banco de Dados do Projeto VARSUL (Variação Lingüística Urbana na Região Sul do Brasil). Identificamos a propriedade comum de *chamada da atenção do ouvinte*, mostramos as funções compartilhadas pelos itens nos contextos em que se manifestam, bem como dispensamos ao objeto de estudo um tratamento variacionista. A partir da identificação dos fatores lingüísticos e extralingüísticos mais favorecedores aos elementos em estudo, projetamos, a partir de dados sincrônicos, segundo a direção ideacional > interpessoal > textual, prováveis caminhos que cada um dos itens teria percorrido até seu uso como Marcador Discursivo (doravante MD). Com base nos resultados estatísticos sinalizamos que (i) de modo geral,

¹ A caracterização do Banco de Dados do Projeto VARSUL é apresentada na seção 5.2.1.

² O nível semântico-pragmático descreve a significação das palavras no texto e no contexto.

o MD **olha** tendia a um maior avanço rumo à mudança, uma vez que apresentava fortes características interpessoais como elemento de contato e, paralelamente, parecia ocupar posições junto a conectores tipicamente textuais, auxiliando na continuidade do discurso ao mesmo tempo em que mantinha a atenção do ouvinte (doravante O) direcionada para o texto do falante (de agora em diante F), apresentando, conforme o contexto, características, ora mais interpessoais, ora mais textuais; e (ii) o MD **veja**, por apresentar mais marcas morfossintáticas (número-pessoal e modo-temporal) encontrava-se menos avançado no processo de gramaticalização.

A partir desses resultados, conforme destacamos àquela época, algumas questões mereciam ainda maior atenção, como: (i) ampliação do *corpus*, utilizando como amostra outras cidades que compõem o Banco de Dados VARSUL para verificar se as diferenças regionais já apontadas se manteriam ou tomariam outros rumos; (ii) averiguação da hipótese de mudança em andamento pelo controle de outras faixas etárias; (iii) aprofundamento da investigação da mudança semântico-pragmática de cada item, através de dados sincrônicos e da inserção de dados diacrônicos. Hoje, acrescentamos *ainda outros desdobramentos que julgamos necessários, tanto de ordem metodológica como teórica*: (iv) revisão dos critérios para identificação dos contextos discursivos em que cada item se manifesta; (v) refinamento das variáveis de controle; (vi) revisão ampla da literatura sobre o assunto, especialmente no âmbito das línguas românicas; (vii) (re)discussão acerca do campo conceitual que dá suporte à análise, incorporando bibliografia atualizada na área.

É nesse contexto que esta tese se insere e objetiva mapear, numa abordagem pancrônica³, o comportamento dos MDs⁴ **olha** e **vê** (e suas

³ Os estudos funcionalistas recentes tendem a adotar uma concepção pancrônica de mudança. Conforme Furtado da Cunha, Oliveira e Votre (1999, p. 1), conjugar as duas dimensões temporais torna a descrição mais densa e amplia o poder explanatório da teoria lingüística: “Estudar a mudança lingüística – intrínseca à gramaticalização – envolve a pesquisa e a comparação de estágios lingüísticos distintos, utilizando modelos ou teorias desenvolvidos nas pesquisas sincrônicas. Por outro lado, esses modelos podem ser testados a partir de dados históricos, e só podem ser considerados completos se permitirem a incorporação da mudança na gramática”.

⁴ A exemplo de Risso, Silva e Urbano (1996, p. 22), nesta tese, adotamos a designação *marcadores discursivos* – do inglês, *discourse markers*, cunhada primeiramente por Fanshel e Labov (1977) e adotada principalmente por Schiffrin (1987) – “[...] que nos parece mais adequada e abrangente do que a de *Marcadores Conversacionais*. Embora esta outra seja a mais corrente e aceita entre os lingüistas brasileiros, reconhecemos nela uma limitação, por sugerir, inevitavelmente, um comprometimento exclusivo com um tipo de texto oral, que é a conversação.” Em termos gerais, pode-se definir MDs como “expressões que relacionam segmentos discursivos” (SCHIFFRIN, 1987; FRASER, 1999, p.193). No capítulo 4, essa questão é abordada e aprofundada.

variações)⁵ em amostras do português falado e escrito. Tenciona-se identificar estágios de mudança dos MDs, teoricamente associados às funções da linguagem *ideacional*, *interpessoal* e *textual* e discutir a pertinência de abordá-los como um fenômeno de gramaticalização.

A fim de procurar fundamentar o percurso da mudança semântico-pragmática e categorial desses elementos lingüísticos, toma-se como base teórico-metodológica a interface variação/gramaticalização, conforme Naro (1998), Naro e Braga (2000), Tavares (1999, 2003), Görski *et al.* (2003), Görski e Tavares (a ser publicado), entre outros. É relativamente recente a idéia de estudos variacionistas tomarem como objeto variável fenômenos discursivos, assim como é relativamente atual a proposta de conciliação teórica que combina pressupostos da sociolingüística variacionista com a perspectiva funcionalista, voltada para o estudo do processo de gramaticalização. O enfoque dessa interface está nas relações entre funções e formas, decorrentes de pressões de natureza cognitivo-comunicativa e social, com destaque para a história da(s) forma(s) e sua multifuncionalidade, bem como a coexistência de diferentes formas/funções, o que configura uma situação de estratificação/variação.

Conforme Görski (2006), mesmo que a Teoria da Variação e Mudança e o Funcionalismo voltado à gramaticalização divirjam no seu ponto focal – a primeira tendo como objeto de interesse a coexistência de formas que se intercambiam com o mesmo significado em um mesmo contexto, situação de variação que pode vir a ser resolvida pela mudança; e a segunda ocupando-se prioritariamente do percurso de mudança de uma forma, que pode vir a coexistir com outra(s) em um mesmo domínio funcional,

isso não representa um empecilho para uma abordagem integrada dos fenômenos lingüísticos, já que, para ambas, (i) o objeto de estudo é a língua em uso, cuja natureza heterogênea abriga a variação e a mudança; e (ii) é atribuída grande importância ao tratamento empírico com quantificação estatística, especialmente em relação à frequência de uso, como evidência para atestar fenômenos de

⁵ Adotamos como representantes das variantes em estudo as formas **olha** e **vê**. Embora essas formas apresentem realizações distintas para a primeira, *olha* ~ *olhe* ~ ['oja] ~ ['oj] ~ ['o], e para a segunda, *veja* ~ *veja* ~ *vê* ~ *vês*, inclusive construções como *olha só* e *veja bem*, escolhemos as derivadas do IND porque foram as mais recorrentes, considerando o critério de frequência, na pesquisa de Rost (2002), e as que têm uso mais mais generalizado nas entrevistas do Projeto NURC/Brasil (Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta), conforme Urbano (1999, 2006).

variação e mudança (cf. WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968; LABOV, 1972; GIVÓN, 1995; BYBEE; HOPPER, 2001; BYBEE, 2003 *apud* GÖRSKI, 2006, p.2).

Situações de variação podem ser recobertas pela gramaticalização, conforme Naro e Braga (2000). A restrição que há, porém, diz respeito ao fato de as "variantes" não terem o “mesmo significado” (segundo demandado pela sociolinguística quantitativa). Trata-se de restrição contornável, no entendimento dos autores, a partir do abrandamento da equivalência semântica, bem como do controle dos matizes de sentido por variáveis independentes apropriadas (GÖRSKI, 2006).

No caso específico dos MDs, constata-se que a investigação de elementos dessa natureza tem se intensificado nos últimos anos, sob diferentes linhas teóricas e procedimentos metodológicos, porém não é consensual sua denominação, tampouco a definição categorial⁶ e o rol dos itens que se incluem sob esse rótulo. Martelotta (2004) destaca que, de acordo com a orientação teórica do pesquisador, opta-se por nomeá-lo como *marcador discursivo*, *operador argumentativo*, *operador discursivo*, entre outros rótulos, conforme se verá no capítulo 4. Em termos conceituais, costuma-se estudá-los enviesadamente, conforme Urbano (1999, p. 86) ⁷, ou ainda sob o rótulo de MD tem-se abarcado “todos os recursos discursivos com os quais não se sabe o que fazer. A sua lista não se fecha nunca e não se lhes dá uma definição integrante” (cf. POTTIER, 1962, p. 53 *apud* RISSO; SILVA; URBANO, 1999, p. 22).

Como a investigação dos MDs ainda se trata de um campo escorregadio, diversas pesquisas (por exemplo, SCHIFFRIN, 1987, p. 328) procuram sistematizar as condições linguísticas que conduzem uma expressão a ser empregada como MD. Além disso, necessita-se proceder a abordagem das funções dessas expressões no discurso não só sob a perspectiva sincrônica, mas também sob o ponto de vista diacrônico, o que poderia auxiliar na análise da mudança semântica e pragmática

⁶ Nas gramáticas tradicionais do português (por exemplo, CUNHA; CINTRA, 2001, p. 552-553), costuma-se denominar elementos dessa natureza como “palavras denotativas”.

⁷ Autores como Urbano (1999, 2006), Risso, Silva e Urbano (1996, 1999), entre outros, adotam como *corpus* as entrevistas do Projeto NURC/Brasil. Este Projeto objetiva documentar e descrever o português culto falado em cinco capitais brasileiras: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Trata-se de vasta documentação da fala de 600 informantes de formação universitária, selecionados entre pessoas nascidas na cidade, filhas de pais igualmente nascidos na cidade, divididos por igual em homens e mulheres e distribuídos por três faixas etárias (25-35 anos, 36-55 e de 56 em diante). Para outras informações acerca do Projeto, consulte Castilho (2006) ou acesse <<http://www.fflch.usp.br/dlcv/nurc/index.html>>.

desses itens. De fato, Waltereit (2002) observa que grande parte das pesquisas sobre MDs tende a adotar uma abordagem sincrônica. Porém, negligencia-se a abordagem diacrônica uma vez que é na fala que se verifica a alta recorrência dessas formas e também à dificuldade de registro e coleta de dados orais dos séculos anteriores.

Nessa perspectiva, chama-nos a atenção o fato de que, em diversas línguas, verbos de percepção visual associados a segunda pessoa do singular (doravante P2) em enunciados de comando na forma imperativa, como **olhar** e **ver**, tendem a derivar MDs⁸, tais como em espanhol ‘*mira*’ e ‘*¿ves?*’ (cf. PONS BORDERÍA, 1998, 2001; CUENCA; MARIN, 2000; GALUÉ, 2002; DOMÍNGUEZ; ALVAREZ, 2005, no francês ‘*regarde*’ (cf. DOSTIE, 1998), no italiano ‘*guarda*’ (cf. WALTEREIT, 2002)⁹, no catalão ‘*a veure*’ e ‘*miri*’ (cf. MARIN JORDÁ, 2003) e no galego ‘*olla*’ e ‘*mira*’ (cf. DOMÍNGUEZ PORTELA, 2008).

Em nossa pesquisa, procedemos a uma abordagem pancrônica. Na etapa sincrônica, rastreamos as ocorrências de **olha** e **vê**, descrevendo o seu funcionamento na amostra de dados de informantes do Banco VARSUL do estado de Santa Catarina, incluindo as cidades de Florianópolis, Lages, Chapecó e Blumenau. Nessa etapa, verificamos se as formas se encontram em variação e em que domínio(s) funcional(is) isso ocorre. Destaca-se que Florianópolis é a única cidade pertencente ao VARSUL que dispõe de quatro faixas etárias (9 a 14; 15 a 24; 25 a 49; e acima de 50 anos), o que permite a análise do funcionamento dos MDs em tempo aparente, nos dados dessa cidade¹⁰. Também será incluída nessa etapa uma amostra complementar da cidade de Curitiba, com o intuito de se verificar se o uso dos MDs é sensível a fatores de natureza geográfica, especialmente em face da natureza do objeto em estudo, que envolve, num determinado ponto do seu processo de mudança funcional,

⁸ Em português brasileiro, os MDs *olha* e *veja* foram investigados por Castilho (1989), Marcuschi (1989), Silva e Macedo (1996), Risso, Silva e Urbano (1996), Martelotta, Votre e Cezario (1996), Urbano (1999), Risso (1999), Travaglia (1999) e Rost (2002). Esses são os estudos dos quais temos conhecimento.

⁹ Conforme Waltereit (2002, p. 1008), ainda que, em muitas línguas, existam MDs derivados de imperativo, não têm necessariamente as mesmas funções.

¹⁰ A distribuição escalar das faixas etárias permite virtualmente constituir uma sucessão de fatias temporais, como se houvesse progressão temporal (por isso o termo “aparente”), o que vai permitir avaliar se há indícios de mudança em curso (LABOV, 1994).

o modo verbal imperativo e as formas pronominais referentes à 2ª pessoa do discurso¹¹.

Como tencionamos verificar em que contextos as formas verbais imperativas **olha** e **vê** começaram a derivar MDs, incluímos na pesquisa também uma amostra de dados diacrônicos. Nesse sentido, para se verificar em que contextos a categoria MD ocorre e quais formas codificam, necessita-se recuar para períodos de tempo distantes, porém, como o acesso ao registro falado torna-se obviamente inviável, restou-nos a opção de recorrer à escrita, que, de certa forma, espelha alguma percepção da fala de um estado de língua passado. Portanto, procuramos selecionar textos que apresentem, na medida do possível, linguagem mais próxima à fala, seja pelo gênero de texto ou mesmo pelo estilo do autor. Assim, reunimos, para a amostra diacrônica¹², peças de teatro escritas por autores catarinenses nos séculos XIX¹³ a XX.

Feitas essas considerações, apresentamos os objetivos, as questões e as hipóteses desta pesquisa.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivos gerais

(i) Mapear, numa abordagem pancrônica, o comportamento funcional dos MDs **olha** e **vê** em amostras do português brasileiro falado e escrito, descrevendo seus contextos de uso em amostras diacrônicas (peças teatrais de autores catarinenses dos séculos XIX e XX) e sincrônicas (Banco de Dados VARSUL), considerando a articulação metodológica entre presente-passado-presente;

¹¹ É sabido que, na amostra dos informantes de Curitiba do projeto VARSUL, não há registro de ocorrências do pronome *tu* (cf. MENON; LOREGIAN-PENKAL, 2002; LOREGIAN-PENKAL, 2004).

¹² Cabe aqui uma observação: a amostra escrita é constituída por peças teatrais escritas nos séculos XIX e XX. A amostra oral é constituída por entrevistas gravadas na década de 1990. Embora haja coincidência de datas entre as peças mais recentes e os dados de fala, optamos por nomear aquela como “amostra diacrônica” e esta como “amostra sincrônica”. Dessa forma, nesta tese, deve-se entender que o *corpus* diacrônico corresponde à escrita e o sincrônico à fala analisada.

¹³ O *corpus* diacrônico, que se caracteriza fundamentalmente por peças de teatro, é constituído de textos a partir do século XIX porque a imprensa em Santa Catarina foi fundada pelo lagunense Brigadeiro Jerônimo Francisco Coelho com o Jornal “O Catharinense” somente em 28/7/1831.

(ii) Identificar, em amostras sincrônicas atuais (VARISUL/SC – Florianópolis, Blumenau, Chapecó e Lages – e amostra complementar de Curitiba), o(s) domínio(s) funcional(is) em que **olha** e **vê** atuam como camadas/variantes, dispensando um tratamento variacionista aos dados, por meio do controle quantitativo de grupos de fatores linguísticos/discursivos e sociais;

(iii) Colaborar com as discussões teóricas que propõem: (i) a análise de fenômenos discursivos na interface variação/gramaticalização; e (ii) a inclusão de componentes pragmáticos na trajetória de gramaticalização.

1.1.2 Objetivos específicos

Investigar, a partir de amostras sincrônica (de fala) e diacrônica (de escrita) do PB:

(i) indícios do desenvolvimento individual das formas sob análise, considerando a mudança semântico-pragmática e categorial associada a **olha** e **vê**, sob a ótica funcionalista da gramaticalização;

(ii) a possível trajetória de mudança de **olha** e **vê** acoplada às funções da linguagem, segundo a direção ideacional/proposicional > textual, perpassada pela função interpessoal;

(iii) as motivações linguísticas/discursivas e extralinguísticas que desencadearam e/ou condicionam a variação entre as formas;

(iv) se os MDs **olha** e **vê** se apresentam num quadro de variação estável, ou se é possível caracterizá-los como mudança em tempo aparente e/ou tempo real;

(v) se existe tendência à especialização de uso das formas, ou à generalização do uso de uma delas;

(vi) correlações entre o funcionamento dos MDs **olha** e **vê** e os sistemas pronominal e modo-temporal do PB em relação à P2.

1.2 Questões e hipóteses

Com base na literatura acerca do uso dos MDs derivados de verbo de percepção, notadamente nas pesquisas que investigaram diferentes amostras em PB e nos postulados do Funcionalismo Linguístico, especialmente no que concerne à gramaticalização, e da Teoria da Variação e

Mudança, traçamos as seguintes questões e hipóteses de pesquisa, brevemente justificadas. Lembramos que o aprofundamento teórico de cada uma das hipóteses será feito nos capítulos respectivos.

a) É possível descrever e explicar o funcionamento de MDs de base verbal sob a ótica da gramaticalização?

De acordo com a perspectiva de gramaticalização assumida nesta tese (cf. TRAUGOTT, 1982, 1989, 1995, 1999, 2002; TRAUGOTT; KÖNIG, 1991; HOPPER; TRAUGOTT, 1993; BYBEE; PERKINS; PAGLIUCA, 1994; BYBEE, 2003, entre outros), a mudança ocorre na negociação interacional, na qual o falante/escrivente e o ouvinte/leitor têm papel fundamental, sendo impulsionada pela necessidade de se (re)interpretar itens no contexto. A mudança é, pois, “motivada por práticas discursivas e sociais” (TRAUGOTT, 2002). Nesse processo de (re)interpretação, ganham espaço as inferências pragmáticas associadas a mecanismos metonímicos, podendo resultar em convencionalização de implicaturas conversacionais. Assim, a recorrência de certos padrões em determinados contextos, vale dizer, a frequência de uso, é determinante na gramaticalização de itens ou de construções.

Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) destacam o potencial de verbos de percepção para sofrer gramaticalização. Os autores ainda argumentam que as situações mais nítidas de interação com o O envolvem atos de fala manipulativos com enunciados de perguntas e de comandos; nesse último caso, formas imperativas podem se gramaticalizar. Também Martelotta (1998) ressalta a tendência associada a verbos de percepção de ter seu uso estendido para propósitos metalingüísticos. Essa extensão de sentido reflete perda maior ou menor de valor lexical e ganho de função pragmático-discursiva, o que caracteriza a progressão no sentido de usos mais abstratos e mais (inter)subjetivos.

Conforme Travaglia (2002, 2003)¹⁴, verbos como *olhar* e *ver* exercem, em determinados contextos, funções textuais-discursivas diversas, como, por exemplo, a de marcadores conversacionais. São usados na interação entre interlocutores para marcar relações interpessoais e, por isso, compõem o rol de verbos gramaticalizados ou em processo de gramaticalização.

¹⁴ Travaglia (2002, 2003) investigou uma amostra com cerca de cem verbos, entre eles *olhar* e *ver*.

Muitos pesquisadores¹⁵ vêm se dedicando ao estudo de MDs de base verbal. Assumindo a concepção de gramática “como estruturante de aspectos comunicativos da linguagem, englobando, além da fonologia, morfossintaxe e semântica, também aspectos pragmáticos inferenciais” (GÖRSKI, 2006, p.6), como sugere Traugott (1995), nossa proposta é de que a mudança semântica e categorial dos verbos de percepção que passam a atuar como MDs pode ser adequadamente descrita e explicada com base na definição de gramaticalização postulada por Hopper e Traugott, (1993, p. xv): “processo pelo qual itens lexicais e construções vêm, em certos contextos, a desempenhar funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver uma nova função gramatical”; e especificada por Traugott (1995, p. 1, grifo nosso): “processo pelo qual um item lexical [ou uma construção], **impulsionado por certo contexto pragmático** e morfossintático, torna-se gramatical”. Portanto, nossa hipótese é de que os MDs de base verbal podem ser tratados sob o paradigma da gramaticalização.

b) É possível tratar os itens *olha* e *vê* como camadas/variantes dentro de um domínio funcional?

Considerando o princípio da estratificação, proposto por Hopper (1991)¹⁶, acreditamos na convergência entre os objetos de estudo varacionista e funcionalista, visto que o autor considera, dentro de um domínio funcional, a emergência contínua de novas camadas para marcar funções que, em geral, já são marcadas por outras formas, mais antigas de um certo domínio. Porém, Labov (1978) estabelece como condição necessária para a variabilidade entre duas ou mais formas sua equivalência em significado e seu uso no mesmo contexto. A fim de convergir numa linguagem teórica comum, Naro e Braga (2000) e Görski e Tavares (a ser publicado) propõem o afrouxamento da noção de “mesmo significado referencial”, considerando a função/significação¹⁷ para que seja possível o tratamento variável de formas que compartilhem funções

¹⁵ Martelotta e Alcântara (1996) estudaram a partícula *né?*; Martelotta e Leitão (1996) pesquisaram *Sabe?*; Dal Mago (2001) investigou *quer dizer*; Valle (2001) pesquisou os Requisitos de Apoio Discursivo (RADs) *sabe?*, *não tem?* e *entende?*; Rost (2002) investigou *olha* e *veja*; e Waltereit (2002) estudou o italiano *guarda*.

¹⁶ Esse princípio é apresentado e discutido no capítulo 3.

¹⁷ A noção de *função/significado* (cf. NICHOLS, 1984) remete ao papel discursivo dos elementos linguísticos, no sentido de que não são propriamente os itens em estudo que portam significado referencial, mas as funções são apreendidas a partir do contexto de ocorrência dos itens.

discursivas, o que resulta na proposta sociofuncionalista¹⁸. Espera-se, portanto, ser possível tratar os itens **olha** e **vê** como variantes de uma variável lingüística, alternantes num mesmo contexto discursivo. Em outras palavras: podem ser tratadas como formas que competem entre si num mesmo domínio funcional – no caso, o domínio da *chamada da atenção do ouvinte* (cf. capítulo seguinte).

Observe-se, no entanto, que é provável que existam contextos específicos de uso de uma ou de outra forma – caso de especialização de certos usos –, o que não invalida o tratamento variacionista para as ocorrências que se mostram intercambiáveis. Nesse sentido, esperamos encontrar tanto contextos de uso categórico de uma das formas como contextos variáveis. É nesse último caso que os MDs serão tomados como variantes.

c) Que variáveis lingüísticas/discursivas e sociais¹⁹ condicionam o uso dos itens *olha* e *vê*?

De modo geral, acreditamos que as variáveis lingüísticas/discursivas que podem condicionar a atuação dos MDs **olha** e **vê** podem ser: a) *contexto de atuação discursiva*²⁰ (cf. CASTILHO, 1989; SILVA; MACEDO, 1989; RISSO, 1999; URBANO, 1999; ROST, 2002, TRAVAGLIA, 2003; GUERRA, 2007, entre outros); b) *seqüência discursiva (tipo textual)* (cf. PAREDES SILVA, 1999; BACK *et al.*, 2004; TRAVAGLIA, 2001, [2003]/2007); c) *presença/ausência de pronome/vocativo junto ao item* (cf. FARACO, 1986; SCHERRE *et al.*, 2000; MENON, 2000; MENON; LOREGIAN-PENKAL, 2002; LOREGIAN-PENKAL, 2004; ROST, 2002); d) *relação sintática com a estrutura oracional* (cf. MARCUSCHI, 1989; RISSO; SILVA; URBANO, 1996; RISSO, 1999; URBANO, 1999; ROST, 2002; GUERRA, 2007); e) *posição* (cf. MARCUSCHI, 1989; URBANO, 1999; ROST, 2002); e f) *traço prosódico (pausa)* (cf. RISSO; SILVA;

¹⁸ A abordagem sociofuncionalista será apresentada na seção 3.3 do capítulo teórico.

¹⁹ As hipóteses específicas sobre as variáveis lingüísticas/discursivas e extralingüísticas serão detalhadas no capítulo 7. A seleção dessas variáveis se baseou principalmente no rastreamento de dados bibliográficos em PB disponíveis sobre MDs.

²⁰ Denominamos *contextos de atuação discursiva* aquelas porções de texto nas quais se evidencia a atuação de **olha** e **vê** auxiliando na veiculação de diferentes significados semântico-pragmáticos, manifestando graus de (inter)subjetividade dos participantes do diálogo, nos termos de Traugott (1999). Nos capítulos 6 e 7, detalhamos esses contextos.

URBANO, 1996; RISSO, 1999; URBANO, 1999; ROST, 2002; GUERRA, 2007).

Quanto às variáveis sociais que, a nosso ver, tendem a condicionar o uso dos MDs sob análise, destacamos: a) gênero/sexo; b) idade; e c) escolaridade. É importante mencionar que pesquisas sobre fenômenos discursivos realizadas com dados do Projeto VARSUL (DAL MAGO, 2001; VALLE, 2001) constataram a pouca influência de fatores sociais na escolha desses elementos, ao passo que, em outros trabalhos, como de Tavares (1999, 2003), as variáveis extralingüísticas indicaram pistas da ocorrência de um processo de mudança lingüística em andamento no uso de itens discursivos.

d) Que correlações se pode estabelecer entre o funcionamento dos MDs *olha* e *vê* e os sistemas pronominal e modo-temporal do PB em relação à P2?

Conforme Basílio (*apud* URBANO, 1999), uma das características do item ao assumir funções discursivas é não estar sujeito à flexão número-pessoal e/ou modo-temporal. Quanto à correlação entre os sistemas pronominal e modo-temporal em relação à P2, acreditamos que existe dependência, ao menos parcial, com o funcionamento dos MDs sob análise, tendo em vista as pesquisas de Menon (2000), Menon e Loregian-Penkal (2002), Loregian-Penkal (2004). Quanto ao sistema modo-temporal, baseando-nos nos resultados de Rost (2002) e Scherre (2005, 2008) e Scherre *et al.* (2007), cremos que as formas dos MDs derivadas do indicativo (doravante IND) sejam mais recorrentes, considerando-se que este modo esteja tomando, na fala, o lugar do subjuntivo (de agora em diante SUBJ).

e) O uso dos MDs *olha* e *vê* é sensível a fatores de natureza geográfica?

Conforme os resultados das pesquisas de Menon (2000), Menon e Loregian-Penkal (2002), Loregian-Penkal (2004), esperamos que as formas que ainda retêm vestígios verbais de imperativo (como *olhe* e *veja*) estejam mais presentes em Curitiba, dadas certas particularidades que constituem o modo imperativo padrão: pronome *você* associado à forma verbal subjuntiva. Em oposição, a expectativa é de que as formas derivadas do IND (*olha*, *vê* e respectivas alterações fonéticas) sejam

mais predominantes em Florianópolis, Chapecó, Blumenau e Lages, nessa ordem, uma vez que, das cidades catarinenses contempladas no banco de dados VARSUL, Lages é a que apresenta o maior número de ocorrências do pronome *você* e Florianópolis, o menor.

f) Os MDs *olha* e *vê* se apresentam num quadro de variação estável ou é possível caracterizá-los como mudança em tempo aparente e/ou tempo real?

Na trajetória de mudança semântico-pragmática e categorial dos itens **olha** e **vê**, ambos competem para representar um mesmo domínio. Acreditamos que, por meio de evidências sincrônicas, possamos atestar que se trata (ou não) de mudança, em que uma das formas “perde a batallha” para codificar determinada função.

Na ótica funcionalista, a distribuição em *tempo aparente* pode indicar “gramaticalização em andamento” (cf. ANDROUSTOPOULOS, 1999, *apud* GÖRSKI; TAVARES, a ser publicado), notadamente ao se considerar a fala dos jovens, faixa etária que pode apresentar um pico de mudança (cf. LABOV, 2001). Dessa maneira, o fato de um item lingüístico não ser freqüente em faixas etárias mais velhas, mas passar a sê-lo entre as faixas etárias mais jovens pode significar que o processo de gramaticalização está avançando (cf. GÖRSKI; FREITAG, 2006).

Entretanto, ressalve-se que as diferenças de efeito associadas às faixas etárias não podem ser tomadas como indicadores indiscutíveis e conclusivos de mudança em curso. Pode ocorrer (i) *gradação etária* – mudança no comportamento lingüístico do indivíduo, sendo que a comunidade permanece estável; ou (ii) *mudança geracional* – quando certa variante passa a ser valorizada por alguns indivíduos e, gradativamente, passa a exercer efeito sobre toda a comunidade. (cf. LABOV, 2001). Assim, é importante perceber se estamos diante de uma mudança que acontece caracteristicamente numa dada faixa etária, ou se estamos frente a uma mudança em progresso que perpassa as diferentes faixas etárias e se estabelece na gramática da língua.

Em suma: estamos prevendo que haja “motivações em competição” (cf. DU BOIS, 1985; FURTADO DA CUNHA, 2001) atuando sobre os usos de **olha** e **vê**: (i) de um lado, pressões estilísticas e discursivas, fortemente atreladas à mudança semântico-pragmática dos itens;

(ii) de outro, pressões de natureza morfossintática, associadas a diferenças geográficas, com reflexos na mudança categorial dos itens; e (iii) por fim, pressões sociais, correlacionadas tanto à mudança por gramaticalização como à mudança em tempo aparente/real.

Na sequência, os demais capítulos desta tese estão assim organizados: no segundo capítulo, contextualizamos o fenômeno investigado com base no rastreamento da bibliografia disponível, descrevemos hipotética e sincronicamente a origem e potencialidade semântico-pragmática de cada elemento, desde sua base verbal como item lexical pleno, realizado via ato de fala manipulativo, até seu comportamento como MD, quando apresenta um enfraquecimento da força imperativa prototípica, estando mais associado a sentidos abstratos e pragmáticos.

No terceiro, evidenciamos o enquadre teórico-metodológico no qual esta tese se insere, baseado na aproximação do Funcionalismo Linguístico, postulado especialmente por Givón (1993, 1995, 2001, 2002, 2005), Traugott (1982, 1989, 1995, 1999, 2001, 2002), Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), Traugott e Heine (1991), Traugott e König (1991), Hopper e Traugott (1993) e Vincent e outros (1993), Bybee e Hopper (2001), Heine (2002, 2003), Bybee (2003), Heine e Kuteva (2007), e da Teoria Variacionista, conforme formulada por Weinreich, Labov e Herzog ([1968] 2006) e Labov ([1972] 2008, 1978, 1994, 2001).

No quarto capítulo, realizamos ampla revisão bibliográfica acerca do conceito e da caracterização formal e funcional dos MDs em geral. Na sequência, restringimos nossa pesquisa à investigação dos MDs derivados de verbo de percepção visual em cinco línguas românicas a fim de explicitar similaridades e diferenças morfossintáticas e semântico-pragmáticas entre as abordagens. Por fim, com base nessas informações e nas investigações em PB, põe-se em evidência especialmente os contextos e as condições de ocorrência dos itens **olha** e **vê** com o intuito de verificar seu aspecto formal e suas respectivas funções.

No quinto capítulo, descrevemos as etapas metodológicas adotadas nesta pesquisa: a primeira, caracterizada como abordagem basicamente funcionalista, contempla o mapeamento da multifuncionalidade dos itens **olha** e **vê**, envolvendo ainda a identificação do(s) domínio(s) funcional(is) em que as formas convivem como camadas de um mesmo domínio; e na segunda, de cunho variacionista, dispensamos um tratamento estatístico aos dados com vistas a descrever os contextos de uso de cada uma das formas supostamente em competição. Após a descrição das etapas metodológicas, caracterizamos o *corpus* sincrônico e o diacrônico do qual extraímos os dados para análise, definimos os instrumentos de coleta de dados e o Programa estatístico empregado para

tratamento dos dados. Por fim, elencamos os grupos de condicionadores lingüísticos e extralingüísticos controlados para a amostra sincrônica e diacrônica.

No sexto capítulo, efetuamos o cumprimento da etapa funcionista da análise do comportamento dos MDs **olha** e **vê**. Primeiramente, procedemos à descrição da multifuncionalidade dos MDs, iniciando pela análise diacrônica e, posteriormente, focando na análise sincrônica. As subseções de cada análise empreendida, por sua vez, contemplam, primeiramente, os aspectos formais dos MDs e, depois, os aspectos funcionais.

No sétimo, executamos a etapa variacionista da análise. Para levar a cabo essa tarefa, codificamos as ocorrências e identificamos os prováveis fatores condicionadores do uso variável dos itens. Na sequência, dispensamos um tratamento quantitativo aos dados submetendo-os ao pacote estatístico VARBRUL 2S (PINTZUK, 1988) com vistas a identificar os contextos de uso preferencial e variável das formas supostamente em competição.

No oitavo e último capítulo, apresentamos a síntese das principais contribuições desta tese e apontamos sugestões para trabalhos futuros.

2 CONTEXTUALIZANDO O FENÔMENO INVESTIGADO

Neste capítulo procuramos contextualizar o objeto de estudo desta tese – os MDs de base verbal **olha** e **vê** – e seus diferentes usos em dados do português falado e escrito.

Dividimos este capítulo em cinco seções. Nas duas primeiras, partimos de estudos anteriores²¹ em que se investigou a mudança semântico-pragmática dos verbos de percepção *olhar* e *ver* e descrevemos hipoteticamente a potencialidade semântico-pragmática de cada elemento, desde sua base verbal como item lexical pleno, realizado via ato de fala manipulativo, até seu comportamento como MD, quando apresenta um enfraquecimento da força imperativa prototípica, estando mais associado a sentidos abstratos e pragmáticos. Na terceira, procuramos identificar o domínio funcional em que as formas podem estar atuando como camadas em competição. Na quarta seção, para contextualização ampla do fenômeno em estudo, tecemos algumas considerações sobre as formas e funções (valores interacionais) desempenhadas pelo imperativo, bem como apresentamos a síntese do levantamento feito em pesquisas que tratam sobre o uso variável do imperativo em PB. Por fim, a quinta e última seção é dedicada às conclusões principais deste capítulo.

Os itens **olha** e **vê** podem ser distribuídos, a depender do contexto, em dois níveis distintos: no primeiro, de caráter dêitico espacial, são verbos plenos, de percepção, visto que há um comando explícito do F para o O direcionando o olhar/visão deste último, ou, num plano um pouco mais abstrato, expressando advertência (cf. exemplos (2) e (3) a seguir); no segundo nível, são MDs que ampliam seu significado de base e, conforme Risso (1999, p.270), a referência à percepção visual aparece remanejada para a expressão de outra espécie de envolvimento sensorio-cognitivo, isto é, altera-se o ponto de referência do campo visual (situações objetivas) para o da ação mental (situações (inter)subjetivas) (cf. exemplos (4) a (10) a seguir). Nesse sentido, em seu percurso de mudança funcional, elementos designativos de espaço [+concreto] passariam a ser usados como organizadores do universo

²¹ A reconstrução do percurso dos itens baseia-se, principalmente, nos trabalhos de Marcuschi (1989), Castilho (1997), Rost (2002) e Votre (2004).

discursivo [-concreto] (cf. HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991). Vale ressaltar que entre esses níveis, delimitados de forma discreta como domínios metafóricos distintos, há um *continuum* de pequenas mudanças que se dão metonimicamente, por contigüidade contextual, em que um uso dá origem a outro (cf. explorado adiante).

2.1 Rumo a outro *olhar*: evidências em dados de fala e de escrita

O verbo *olhar* deriva do latim *oculare* e, em língua portuguesa, entra com esse mesmo sentido de *fitar os olhos em*, *mirar*, conforme exemplo (1):

(1) F: [Porque eles não entendiam.] É, porque o povo, vamos dizer, alemão ou europeu assim, ele é um povo alegre e tudo, então [se <con>] fala, se toma uma cerveja, eles contam uma história, coisa assim, eles riem e se divertem, então, quem não entende, pode achar que estamos falando deles, né? Porque é lógico que a gente, às vezes, **olha** pra uma pessoa e pra outra, né? então, dá impressão de que está se falando da pessoa, mas não é o caso, né? (BLU 07)⁴

Em (1), *olha* funciona sintaticamente como verbo pleno. Como nosso objeto de estudo restringe-se ao contexto específico de P2 em enunciados de comando na forma imperativa, arrolamos alguns exemplos de usos de **olha** que têm apresentado expansões semântico-pragmáticas, não só na modalidade falada como na escrita, conforme (2) a (16):

(2) F: [Hoje] hoje [me dizem] dizem assim pra gente: "Ah! Mas você é um homem feliz, você mora [numa] num lugar nobre." Eu digo: "Sim. Eu

⁴ Knies e Costa (1996) alertam para a seguinte simbologia empregada na transcrição das entrevistas do Projeto VARSUL: **E** indica o entrevistador e **F** identifica o falante (entrevistado), **[n....n]** sobreposição de falas, **"...."** citação, **[...]** gaguejo, repetição e correção, **<....>** palavra não dicionarizada, **<....->** palavra interrompida ou incompleta e **"..."** (dois-pontos) para alongamento. Além disso, o texto transcrito segue os sistemas ortográfico (Lei 5.765, de 1971) e sintático da língua portuguesa. A fim de identificarmos as pausas, usamos a seguinte simbologia: a pausa breve será marcada com **"..."** e a longa será identificada por **"..."** (reticências) antes ou após o item. Em caso de ausência de pausa, esta não terá marcação de quaisquer sinais nos trechos transcritos.

moro num lugar nobre, mas eu nasci [no] no meio da capoeira, né?"

E: É sim. E [aqui] aqui pra trás, o que que é aqui [tem lotes].

F: [Aqui embaixo tem lotes, lote]. Aqui tem umas casas grandes, aqui olhe, tem casas grandes ali pra baixo tudo. Aqui está tudo dividido, tudo loteado esse terreno. (CTB 23 L. 194)⁵

(3) **E:** Porque você não continuou os estudos. [Você]

F: [Bom, daí], na época assim, como nós estávamos comentando ali, depois o meu pai teve que vender lá, né? que você ouviu. Na época daí [eu] eu mesmo não tive assim aquela vontade, daí eu já comecei a trabalhar, né? Que eu fiz [um] um curso, como eu estava explicando ali. Trabalhei, média assim, entre estudos e tudo, cinco anos na Maria Rute Junqueira, eu lecionava quase noventa crianças. Filhas de professoras formadas não passaram no concurso da Secretaria. E daí, naquela época, eu comecei [a] a lecionar e fiquei ali trabalhando, né? E dali que eu saí pra começar a **Olhe, olhe**, ela: Tira a mão! pra trabalhar na escola, nessa escola, e foi quando eu comecei a trabalhar com peças. Mas ali que eu comecei a gostar da Que daí eu tinha parado os estudos, né? que eu comecei a gostar de mecânica, essas coisas que [daí queria] (CTB 04)

(4) **E:** E você não tinha assim algum sonho. Todo mundo tem quando é pequeno, pensar em ser alguma coisa. O que que você pensava em ser, os seus sonhos assim?

F: **Olha**, eu achava muito bonito quando eu era pequena balé, né? [é] piano, sempre achei muito bonito quando tocavam piano e sempre gostei [é] assim [é] mais pro lado da medicina tam-

⁵ As informações entre parênteses ao final de cada exemplo identificam: (i) entrevista do Projeto VARSUL codificada, respectivamente, da seguinte forma, conforme caracterização de Knies e Costa (1996): as primeiras letras se referem à cidade (FLP: Florianópolis, LGS: Lages, BLU: Blumenau, CHP: Chapecó e CTB: Curitiba); em seguida, os números que seguem são o da entrevista e o da linha onde se encontra o item pesquisado na entrevista; (ii) peças de teatro de autores catarinenses escritas nos séculos XIX a XX representadas do seguinte modo: título da peça, autor, ano de publicação e número da página de onde o dado foi extraído.

bém, sabe? Eu sempre gostei de ver sangue [...] (CTB 19 L. 1024)

(5) **F:** Eu comecei de ajudante de cozinha da minha patroa, no fogão. Daí, trabalhei com ela de ajudante [no] [no] no fogão mesmo. Ficava vermelha que nem um pimentão porque, beira de fogão, dia inteiro, né? E daí, foi indo, foi indo, eles tiveram cozinheira, daí trocavam, punham como ajudante, até que minha gerente daí me pôs nesse serviço dela. Daí ela passou fazer a escrita do restaurante e o que ela fazia ela passou pra mim. [Aí] daí, pra mim foi mais tranquilo pra sair da beira do fogão porque **olhe** que é um calor, né? (CTB 10 L. 1270)

(6) Vocês ainda se lembram daquela história, edificante!, do garoto holandês que botou o dedo na rachadura do dique pra salvar sua cidade, e toda a Holanda, por que não?, de ser inundada pelas águas? Pois é. O Brasil está precisando de pelo menos um milhão desses garotos pra tapar com o dedo todas as rachaduras que estão aparecendo em nossos cofres morais. E, **olha** aqui, não seria também uma forma de resolver o problema dos menores abandonados? Nosso maior problema? (*Veja*, edição 2050, 5/03/2008, Millôr).

(7) *Isabela Boscov:* Você nunca fez o papel da mocinha ingênua ou romântica.

Jodie Foster: **Olhe** que até fiz muitos testes para esses papéis, mas fui reprovada em todos. Com o tempo, você percebe a razão das rejeições: há coisas que eu faço bem, e outras em que não convenço. (*Veja*, edição 2054, 2/04/2008)

(8) *Fernando:* Deixe a minha cara. A minha cara não é da sua conta. Ouça-me, e resigne-se à sua sorte!

Lucrecia: Estás dramático hoje. **Olha** que eu gosto de ver cenas no teatro, mas não cá em casa. Fica sabendo. (*Um cacho de mortes*, peça teatral de Horácio Nunes, de 1881).

(9) Delfim Neto, ex-ministro da Economia, falando da passagem do país de devedor a credor in-

ternacional : “**Olhe**, eu vou dizer um negócio a você. Eu sou tudo na vida; agora, não sou besta. Eu quero meu cento, o meu dinheiro. Diga a Albuquerque. Eu quero o meu dinheiro. Senão eu estouro essa assembléia.” Diálogo, revelado pela Folha de S.Paulo, entre o ex-deputado alagoano Gilberto Gonçalves e o então diretor de RH da Assembléia Legislativa de Alagoas, Roberto Menezes (*Veja*, edição 2050, 05/03/2008).

(10) É irretocável o artigo de Reinaldo Azevedo (“O movimento dos sem-bolsa”, 8 de agosto), que demonstra a existência de dois Brasis: o dos que se locupletam com o poder, perdoam e esquecem facilmente todas as falhas cometidas pelo governo Lula (e **olha** que não são poucas) e o daqueles que querem tão-somente viver a própria vida, sem depender de favores do governo, e que por isso mesmo sofrem toda sorte de prejuízos e agressões. Gostaria muito de saber quando teremos governantes que se preocuparão com a população como um todo e não somente com o seu rebanho eleitoral. (*Veja*, edição 2021, 15/08/2007, Seção *Cartas*).

(11) Mas os sinais da decadência intelectual de Gabo já se mostram há tempos. Não termos ouvido até hoje sequer uma reprimenda ou uma palavra de desacordo com relação ao que seu grande amigo Fidel Castro faz em Cuba talvez seja o mais importante deles. Nem no famoso episódio em que três dissidentes do regime castrista foram executados, em 2003, ouvimos uma crítica de Gabo. E **olhe** que até Saramago chiou. A seu modo, mas chiou... (*Folha de São Paulo*, 12/01/2007).

(12) **E**: E naquele tempo, quando a senhora era mais jovem, isso decerto teve, né? casos, assim, de moças [que] que engravidaram antes de casar? **F**: [...] A minha tia que me criou, ela tinha medo, né? porque eu não tinha mãe, não tinha pai. Ela que me criou, era responsável por mim. Ela dizia: “Toma cuidado! **Ôi** quando tu namorares, tu não vai te entregar pro namorado antes de casar”, ela dizia pra mim. [...] (FLP 08 L.768)

(13) E: Então tu nasceste aqui mesmo no bairro, né? Daí tu começou a sair, tinha mais ou menos que idade? (vozes ao fundo) F: Ah! Eu quando ia pra casa do meu irmão, eu tinha dezesseis pra dezessete. É que eu brigava muito aqui, né? se ajuntava com meu (“primo”), (vozes ao fundo) ficava brigando muito. Aí muita gente vinha aqui na casa da minha mãe: (ruído de vozes) “Ó Dona Maria, o seu filho bateu no meu” e não sei o quê. Aí eu sempre apanhava da minha mãe, né? [...] (FLP Jovens)

(14) E: Tem que botar a turma pra trabalhar, né? F: (“Também”), está todo mundo batalhando. Cada preso por mês, né? (“isso é verdade”), é isso mesmo, cruzados. É isso mesmo. É. Bota esses caras a trabalhar. **óia**, vou contar uma história, não sei se [se] me lembro: há seis anos passados, eu estava indo pra casa, e um preso lá de Santa Casa detenção lá de São Paulo, lê, ele era chefe da oficina de fazer vassoura e (ruído de automóvel) pedindo emprego [...] (FLP 06 L.545)

(15) Ó-lhó-lhó quem taí?⁸

(16) Tem até Gaúcho fazendo o nosso personagem – É BRINCADEIRA ÓÓ – fazer o quê? A-chamos graça do BÁH TCHÊ deles: eles também acham engraçado o nosso **OLHÓLHÓ!** TÁS TOLO! NÃO TEM? (AMANTE, 1998 *apud* VALLE, 2001, p. 08).

Em (2) e (3), **olha** apresenta um estatuto verbal definido. Em (2), refere-se a uma situação contextual concreta, em que percebemos a explícita remissão do F ao O para que atenda ao comando indicado pelo verbo, isto é, que *mire/fite os olhos* em direção a algo (dêitico locativo). Em (3), notamos que esse elemento lingüístico se reveste de certo grau de abstratização, pois supostamente expande seu sentido de base e tende a expressar uma espécie de advertência *cuidado com*. Nesse contexto,

⁸ O exemplo (15) foi extraído do *Dicionário Falar e Falares da Ilha de Santa Catarina*, de Alexandre (1994, p. 71).

observamos um enfraquecimento do comando (ato de fala manipulativo) visto que o imperativo perde parte de sua força ilocucionária prototípica.

Já nas ocorrências (4) a (14), verificamos que, por meio de expansão metafórica, o foco de atenção deixa de apontar para o ambiente situacional, e o efeito manipulativo sobre o parceiro do diálogo diminui, em graus variáveis. Essa mudança semântico-pragmática afeta o estatuto gramatical do item que já pode ser considerado um MD. Nesses contextos, o O tem sua atenção direcionada para a informação a ser provida pelo F. Assim, ao chamar a atenção do O, **olha** mantém traços de sentido original no que concerne à percepção e, adicionalmente, instaura um contexto que pode revelar diferentes intenções do F.

Quanto à configuração morfossintática do contexto de ocorrência do item, em (2) e (3), **olha** está atuando como item lexical pleno em atos de fala claramente diretivos. Em (6), apesar de manter estrutura similar a (2), associado ao locativo *aqui*, há um deslocamento do espaço físico para o espaço discursivo, e *olha aqui* poderia ser adequadamente substituído por *presta atenção*. O caso (6) parece ser um contexto típico de transição de um uso verbal para um uso como MD. As ocorrências (4) e (9) iniciam um turno e não têm elo sintático explícito com o enunciado. Já os dados (7), (8), (10) e (11) apresentam a construção *olha que*, os dois últimos em contextos avaliativos.

Em termos de sua posição no enunciado, nos dados (4) a (8), F usa o item **olha** à esquerda do enunciado como um meio de interagir e antecipar suas intenções com relação, por exemplo, a eventuais questionamentos do entrevistador. Em (5) e nos dados (6), (10) e (11), o item já apresenta certa mobilidade posicional e coocorre com elementos lingüísticos de valor relacional, como *porque olhe*, e *olha*. Nesses contextos, o falante/redator parece encadear coesivamente o resultado de uma série de argumentos que estava apresentando, ao mesmo tempo em que solicita a atenção do ouvinte/leitor para a situação descrita. Portanto, **olha** aparece em posição relacional, contribuindo simultaneamente para a *chamada da atenção do ouvinte* e a seqüenciação do fluxo discursivo. Ilustramos essa contextualização com os dados (6) e (7), (9) a (11), extraídos da modalidade escrita, para mostrar que a inserção dos MDs também já ocorre nesse contexto. Porém, nosso escopo, nesta tese, é o mapeamento dos contextos de uso dos itens em dados de fala provenien-

tes do Projeto VARSUL e de peças de teatro²² escritas por autores catarinenses, o que, de certa forma, procura representar a fala.

Por fim, observamos que, além das alterações de ordem semântico-pragmática, há ocorrências, como (12), (13) e (14), em que evidenciamos a tendência do MD a apresentar alterações e/ou reduções fonéticas.

Vale destacar, ainda, as ocorrências (15) e (16), em que a expressão “olhólhó” tem a acepção de uma espécie de admiração e é apresentada como marca característica do falar dos descendentes de açorianos de Florianópolis, conhecidos tradicionalmente como *manezinhos da ilha*.

Assim, a forma verbal imperativa canônica é sistematicamente enfraquecida, já que cada vez mais se distancia do mundo externo para algo que faz parte do texto do falante/redator, isto é, chamando a atenção do ouvinte/leitor para sua declaração. Esse movimento mostra um duplo deslocamento: desbotamento do conteúdo semântico com ganho pragmático-discursivo e mudança gradativa do estatuto categorial – de verbo a MD.

²² A opção pela coleta de dados de escrita se deve à inexistência do registro de dados de fala de séculos anteriores. Nesse sentido, julgamos que os autores de peças teatrais tentaram retratar, na medida do possível, a fala característica do personagem e do tempo representado.

2.2 Rumo a outro *ver*: evidências em dados de fala e de escrita

Desde a sua origem latina *videre*, o verbo *ver* já apresentava a acepção de *avistar*, *empregar vista*, *perceber pela vista*. Em língua portuguesa, seu significado mais concreto é *conhecer* ou *perceber pela visão*; *olhar para*, conforme (17).

(17) F: [...] Então lá, inclusive na firma, a gente tinha o maquinário, tudo, a gente levanta, e tudo, né? o povo todo, né? vamos dizer, um mês ou dois meses depois, quem passa aqui, quase não **vê** mais vestígio da enchente, né? porque, o pessoal começa a lavar [as] pintar as casas outra vez e lavar, se lavar quando a água já está descendo, a gente consegue lavar bem, que não precisa nem pintar praticamente, né? só se a gente deixar secar, aí é que fica mais difícil, né? (BLU 07)

Em (17), *vi* atua sintaticamente como verbo pleno. Além desse sentido concreto de percepção, matizes variados são encontrados nos dicionários de língua portuguesa, a depender do contexto, para o verbo *ver*: *sentir a impressão que um objeto faz nos olhos*; *contemplar*; *observar*; *ser testemunha*; *examinar*; *advertir*; *idear*, *imaginar*; *calcular*; *recordar*; *ponderar*, *deduzir*; *antever*; *apreciar*; *visitar*. O exemplo (18) evidencia a atuação mais abstrata de *ver* e refere-se a um uso também freqüentemente empregado em PB, que evidencia a diminuição do sentido de percepção visual e a adoção de um significado de inferência mental:

(18) E: E é engraçado que a gente acredita, né?
F: Sim, sim. Eu mesma coisa com cegonhas, sempre acreditei até que um dia uma amiga disse: "Mas deixa de ser boba! Isso aí não é a cegonha que vem. Imagina, a mulher está gorda como é que é a cegonha?" Então, tudo isso a gente foi [até] até praticamente quando eu casei, depois de casados é que a gente foi aprendendo coisas ainda, né? Que a gente vive naquela inocência toda a vida e meus pais nunca foram de sentar e conversar hoje é assim, assim, assado. Então, a gente tinha [que] <dis> que descobrir [com] com amigas, né? [que] ou então, que Como elas já haviam casado antes de mim, elas às vezes chegavam a contar

coisas pra mim, que hoje em dia a gente vê que a gente estava bem atrasada na época, né? (BLU 09)

Em sua trajetória de mudança semântica, *ver* perde parte do significado relativo à percepção visual (*perceber com os olhos*) e passa a veicular a acepção de *saber*, *perceber com a razão*, e depois, *compreender*. Observa-se a perda parcial do sentido de base da forma sob transformação, desenvolvendo-se novos sentidos relacionados uns com os outros, num movimento que vai de um significado-fonte, mais concreto, para sentidos derivados, mais abstratos, preservado o sentido original de *captar algo* (cf. CASTILHO, 1997).

Votre (1998, 1999, 2001)²³ investigou o comportamento sintático de *achar*, *pensar*, *saber* e *ver*²⁴ e captou os diferentes significados assumidos por *ver*. Conforme o autor, *ver* tende a desviar-se do sentido de percepção corporal e a coocorrer com o sentido de percepção mental, veiculando *notar*, *perceber com a mente*, *ter visão*, *compreender*, *ver com os olhos do espírito*, *julgar*, *determinar*. Os resultados apontaram que *ver* tem acepção ampla na fase arcaica do que no português contemporâneo¹². Sua conclusão decorre da testagem da trajetória de abstratização de *ver*, para a fase arcaica e proposta para o português atual: avistar > encontrar > visitar > sentir > perceber > conhecer. Além disso, o autor observou que *ver*, no *corpus* do português contemporâneo analisado, não ocorre com todos os significados, limitando-se mais à percepção corporal do que à mental. Todavia, o autor ressalta que não se deve descartar para o português contemporâneo sentidos correspondentes aos do português arcaico evidenciados em sua investigação.

Nos exemplos, a seguir, extraídos de textos da modalidade falada e escrita, procuramos recuperar acepções diversas de *ver*, salientando contextos específicos de P2 em enunciados com alguma força manipulativa.

(19) E: Ah! É verdade. E essa situação da educação no país, o que é que tu achas?

²³ Votre buscou evidências da trajetória de abstratização de *ver* em *corpus* do Português Arcaico, que reúne obras dos séculos XIII a XV, e no *corpus* do Grupo de Estudos Discurso & Gramática (D & G) da cidade do Rio de Janeiro. Mais informações acerca desse *corpus*, acesse: < <http://www.discursoegramatica.letas.ufrj.br/corpus.html> >.

²⁴ Como Votre (1998, 1999, 2001) já realizou abordagem diacrônica até fase arcaica do português, nos apropriaremos de seus resultados para proceder ao mapeamento da multifuncionalidade do MD *vê*.

F: Olha, eu acho que muitas escolas públicas que estão dando um banho no Aderbal, né? não no nosso Estado porque nosso Estado está uma vergonha. Agora tem escolas que passam na televisão, pelo menos é o que dizem, né? (est) que ela está boa, que não sei o quê, não sei o quê. Aí chega ali tu vais nessas escolas públicas aí tipo Aderbal, Irineu, José Boiteaux, tu **vês** que é aquele pátio sujo, aqueles professores lá tudo não dando bola para os alunos [...] (FLP Jovens)

(20) **E:** E aqui em Florianópolis, no verão, com turismo, as praias?

F: Ah, muito movimento, né? Aqui principalmente em Florianópolis, a Ilha da Magia que dizem, né? vem [turista] – turista de tudo que é lado, então tu **vês** um falando inglês no teu lado, o outro falando (risos F) japonês, outro holandês e outro assim, então [tu]- tu nunca sabes [...] (FLP Jovens)

(21) **E:** Era a sessão das moças, assim, não?

F: Não, a sessão das moças eras às terças-feiras. Domingo. E aí, assim, a gente namorava, os namorados [não] [não] não entravam juntos no cinema, a gente entrava no cinema depois eles entravam, a gente guardava a cadeira, eles sentavam. Tu **vê** que era tudo mais romântico, não é como hoje. Essa mocidade de hoje está muito Talvez eles acham o tempo deles melhor do que o nosso, né? (FLP 24 L.200)

(22) **E:** E é um problema sério esse do esgoto. Ainda por cima com essas doenças [agora].

F: [Pois é]. E precisava ter, né? porque **veja**, é dificultoso, uma pessoa quer puxar o esgoto pra rua, não pode. Tem que já fazer fossa e poço morto, que chamam, né? porque não tem encanamento de esgoto. E era tão importante ter, né? (CTB 10 L. 176)

(23) **E:** E quando a senhora era mais moça?

F: Ah, quando eu era moça, eu gostava. Naquele tempo tinha a sessão das moças, né?

E: Ah, é? E como era [isso]?

F: [Era mais] barato. Então a gente aproveitava, né?

E: E daí iam só moças?

F: Não, era só o nome, né? Era sessão das moças mas ia moça, moço, senhora, ia qualquer pessoa.

E: E era [mais <ba>]

F: [Era uma] vez na semana que tinha, né?

E: Que bacana isso. Eu não sabia.

F: Não sabia? No meu tempo. Vê, eu, quando eu tinha os meus vinte anos, dezoito. **Vê**, quantos anos faz, né? (FLP 15 L.204)

(24) **E:** Porque a gente está fazendo esta entrevista com várias pessoas em vários bairros, né? e o pessoal que fala mesmo que antigamente, né? [por] <me-> por <ma-> menos que a gente estudasse, mas a escola era muito mais forte [era mais] puxava mais [pela] pela [cabeça da criança] e tal, né? Valia bem mais até do que

F: [Ah! Puxava sim.] Valia bem mais a pena estudar, né? Agora não vale a pena mais. Você manda a criança pra escola, chega lá, a professora não vem, né? Uma hora a professora não vem dar aula, outra hora tem reunião, né? outra hora por falta de material, outra hora que não sei o quê e assim vai indo, né? E as crianças passam <m-> maior parte do tempo deles em casa sem estudo, né? Você **vê**, então não adianta você bata-lhar, você sofrer pra você dar estudo pros teus filhos, né? Você faz de tudo pra dar uma coisa que você não pode. Você tira <daonde> você não tem porque você não vê um futuro mais tarde, né? (CTB 08 L. 29)

(25) Corte para o Brasil. Antônio Beldi, controlador do grupo Splice, de Sorocaba, foi a maior surpresa da privatização da telefonia brasileira. Partindo de um grupo relativamente pequeno, ele arrematou a TCO, uma das maiores companhias de telefonia celular do Brasil, com 2,7 milhões de clientes nas regiões Centro-Oeste e Norte e um faturamento da ordem de R\$ 1,5 bilhão. Mas, nesta semana, Beldi protagonizou um negócio que fez com que o mercado o comparasse a Bernie Ebbers. A TCO decidiu comprar a dívida da Splice,

sua controladora. Trata-se de um papagaio de R\$ 660 milhões. **Veja bem:** a Splice controla a TCO com 18% do capital total, mas todos os acionistas da operadora pagarão pela compra de uma dívida que é só do sócio controlador. Resultado: as ações caíram 16,1% na quarta-feira 14 e outros 14,8%, um dia depois. Desde junho, o valor de mercado da TCO evaporou em R\$ 700 milhões. (*Isto é Dinheiro*, 22/08/2002).

(26) Há deputados e senadores dando uma de demagogos. Não devolva os salários, isto serve bem para Coruja e Ranzolin. Nossa região precisa de tantas coisas. **Veja bem,** até o IPTU e a água aumentaram 10%, tem gente que nem o que era não pagava. A Br-282 precisa ter continuidade, não seria hora dos prefeitos irem, agora sim, de pires na mão e mudar a opinião destes 30 indesejáveis. Mesmo que fosse dinheiro do Mensalão era bem vindo. Porque quem rouba de ladrão, tem cem anos de perdão. E aqui ta fazendo uma falta. Não é mesmo moradores do Morro Grande, beirando a estradinha que dá acesso a Chácara do Battistella (foto da capa)? É como votar em branco. O Congresso Nacional precisa infinitamente menos que muitas comunidades. Ou estou errado? (*Jornal O momento*, de Lages/SC, 29/12/2005).

Nos exemplos (19) a (21), **vê** apresenta estatuto verbal bem definido. Em (19), trata-se de um uso que tem como função fazer com que o O “perceba por meio da visão” algo próximo (dêitico locativo). Na ocorrência (20), verificamos que **vê** mantém o sentido original de percepção, mas desloca o canal perceptual da “visão” para a “audição”. Em (20) a (26), **vê** amplia seu significado inicial, pois perde parte do sentido de percepção visual e adota um sentido de inferência mental, tendo em vista que a atenção do O não é mais deslocada para o espaço físico. Além disso, parece ter a conotação imperativa enfraquecida. Assim, aos poucos, notamos que esse elemento lingüístico, por meio de transferência metafórica, parece percorrer a trajetória do “mundo físico” para o “mundo das idéias”. Essa mudança semântico-pragmática afeta o estatuto categorial do item que já pode passar a ser considerado um MD, como de (22) a (26).

Em relação ao estatuto morfossintático no contexto de uso, o item **vê**, nas ocorrências (19) a (21), exerce a função de um item lexical pleno. Porém, a partir de (22), parece sinalizar a transição de um uso verbal para um uso como MD, pois **vê** aparentemente tem mais independência sintática. Ressalte-se que nem sempre a total independência pode ser caracterizada devido à presença de pronomes no contexto de uso (cf. exemplo 24).

Quanto à posição, observamos que, no exemplo (22), o item tende a ocorrer em posição relacional e coocorre com o elemento *porque*, o que sinaliza simultaneamente a *chamada da atenção do ouvinte* e o auxílio à organização do fluxo discursivo. Por fim, nas ocorrências em contexto de escrita em (25) e (26), **vê** se afasta do mundo externo, mas permanece o efeito manipulativo, visto que o redator chama a atenção do leitor para algo que faz parte da informação veiculada (assumindo, nesse caso, a forma de uma construção que se pode dizer cristalizada: *veja bem*). Assim como com o MD **olha**, observamos em **vê** um duplo movimento: desbotamento semântico com ganho pragmático-discursivo e mudança gradativa do estatuto categorial – de verbo a MD.

2.3 Funções e formas concorrentes

As ocorrências, rapidamente examinadas nas seções 2.1 e 2.2, evidenciam aspectos que suscitam questionamentos, os quais orientaram a formulação de nossas questões e hipóteses, já apresentadas na *Introdução*, mas que julgamos pertinente reafirmar aqui: (i) dado que os itens apresentam origem semanticamente bastante aproximada (*olhar* = *fitar os olhos em*; e *ver* = *perceber com a vista*) e um processo de mudança semântico-pragmática também parecido, chegando a atuar como MDs, serão eles intercambiáveis em todos (ou alguns) de seus usos como MDs?; (ii) que relação esses MDs guardam com a categoria fonte, no caso, com os verbos?; (iii) em quais de seus usos os MDs já migraram para a escrita?; (iv) construções, como *veja bem*, funcionam da mesma maneira que itens isolados, como *veja*?; (v) o que leva os falantes a produzirem, de forma variável, *olhe*, *olha*; *veja*, *vê*s/*vê*, alternando formas subjuntivas e indicativas?; (vi) haverá, nesses usos alternados, alguma correlação com o sistema pronominal do PB para P2 (*você/tu*)? Essas indagações, entre outras, orientam o desenvolvimento deste trabalho e vão emergir freqüentemente ao longo da tese. Neste momento,

nossa intenção é problematizar o fenômeno em estudo e evidenciar a relevância do mesmo.

Como podemos notar, embora tenham acontecido expansões de caráter semântico-pragmático, **olha** e **vê** ainda retêm, em seus diferentes usos, vestígios de seu significado-fonte. Por outro lado, apesar de os itens terem reduzida força dêitica, com enfraquecimento do comando imperativo do F sobre o O, ainda perduram traços de ato de fala manipulativo. Essas características nos levam a identificar um domínio funcional em que os itens poderiam estar concorrendo entre si: *a chamada da atenção do ouvinte* (cf. ROST, 2002). Observem-se os dados:

(27) **E:** Totalmente? Então quando você diz que é um estado de espírito, mas estado de espírito é uma coisa só tua, tá? e como que funciona esse teu eu com o resto do mundo?

F: Veja bem, se sentir amado de fora pra dentro, sabe? uma outra pessoa gostar de você, tipo homem mulher é um lance, mas se você se sentir amado por uma coletividade, se sentir bem, sabe? se sentir bem, você chegar num lugar e ter várias pessoas, nenhuma delas te conhece você se sente como? (CTB 09 L.1108)

(28) **E:** Ana Rita, podias pegar um cafezinho pra nós, faz favor? Eu queria saber mais uma coisa, tu gostas de cozinhar?

F: Olha, não é meu forte. Não sou muito chegada na cozinha, mas dá pra quebrar um galhinho. Mas eu tenho duas receitas bem legais. (FLP 01 L.595)

Nesses contextos, os MDs estão posicionados em início de turno, em respostas dos informantes a perguntas feitas pelo entrevistador. Parece haver um maior envolvimento do F consigo mesmo, e o uso dos itens permite a diminuição da força ilocutória do enunciado opinativo, fazendo com que o entrevistado não se sinta comprometido com o juízo emitido. Trata-se, portanto, de contextos em que as formas parecem estar em competição. É claro que sempre haverá matizes de sentido um pouco diferenciados em cada contexto, mas a *chamada da atenção do ouvinte* permanece, ou seja, o domínio funcional é o mesmo. Resta averiguar (i) a multifuncionalidade dos itens no interior de tal domínio (e mesmo fora dele) e (ii) se a intercambialidade é possível em todas as

ocorrências de **olha** e **vê** como MDs, ou se há restrições de uso de um ou de outro item, e, se for o caso, que restrições são essas.

2.4 As construções imperativas em PB

Como o objeto de estudo desta pesquisa são MDs que derivam de contextos imperativos de P2, descrevemos, a seguir, a forma e função (valores interacionais) desempenhadas pelo imperativo, sem nos ater às demais pessoas gramaticais, bem como apresentamos a síntese do levantamento feito em pesquisas que tratam sobre o uso variável das formas e funções do imperativo em PB.

2.4.1 Forma

Said Ali (1971, p.323) destaca que, quanto à formação, o imperativo português apresenta somente para o sujeito *tu* forma própria. Devido à “deficiência” nas frases negativas para o dito sujeito, nas afirmativas ou negativas para os sujeitos *você*, o *Sr.*, etc. e para a 1ª pessoa do plural, recorre-se a formas do presente do conjuntivo.

Assim, tradicionalmente, há duas naturezas para a formação do imperativo, considerando o objeto central desta pesquisa: as formas *olha* e *vê* não diferem das respectivas formas pessoais do presente do IND senão pela eliminação do *-s* final. Por outro lado, as formas *olhe* e *veja* são derivadas do presente do SUBJ. Nesse caso, nos moldes das gramáticas normativas, o imperativo se constituiria a partir da concordância com a terceira pessoa do singular (doravante P3) do SUBJ.

É interessante considerarmos esses aspectos formais do modo imperativo, pois os MDs em análise têm apresentado variações em suas formas de realização, que podem estar relacionadas à formação do modo imperativo. Ademais, se atentarmos para aspectos regionais, é plausível indagarmos se haveria alguma correlação entre as formas *olhe* e *veja* e o uso do pronome *você* para referir P2, como ocorre em Curitiba, por exemplo (cf. LOREGIAN, 1996, 2004).

2.4.2 Função

A função essencial do imperativo, conforme Said Ali (1971, p. 323), é denotar ordem, convite, conselho, pedido, súplica, quer dizer, manifestações de vontade ou desejo acompanhadas da esperança de seu cumprimento da parte do indivíduo a quem se dirige. Entretanto, segundo o autor, outras formas podem ocasionalmente preencher o mesmo fim, porém sempre com função secundária. Semelhantemente, Luft (1991, p. 112) menciona que, por meio do imperativo, o F impõe o processo verbal ao O, assumindo atitude ativa; é o modo do mando.

Apesar do nome “imperativo”, Said Ali (1971) capta, no uso, as diferentes circunstâncias e relações, destacando que freqüentemente pode auxiliar na expressão de convite, conselho ou pedido. Nas circunstâncias de igual para igual ou de inferior para superior, por exemplo, tende a veicular sentido oposto ao de ordem ou mando. Trata-se de imperativo rogativo não somente nos contextos em que denota pedido propriamente dito, mas também quando significa imprecação, invocação e outras noções semelhantes.

Outro uso diferente do anterior, segundo Said Ali (1971), se dá quando o imperativo é empregado para induzir alguém a fazer alguma coisa de seu próprio interesse, ou para fazer sentir que esta pessoa não é menos interessada que o indivíduo falante. Está compreendido nesta categoria o imperativo denotador de conselho, convite, admoestação, advertência, insinuação e outras acepções análogas.

Por outro lado, mais recentemente, Cunha e Cintra (2001, p.485) destacam que, além de veicular ordem e comando, há usos em que os falantes pretendem exortar, animar, incitar, encorajar, estimular o interlocutor a cumprir a ação indicada pelo verbo. Nesses contextos, o emprego do imperativo projeta uma hipótese no lugar de comandos prototípicos. Destacam os autores que as acepções do imperativo são altamente dependentes do significado do verbo, do sentido geral do contexto e, principalmente, da entonação empregada. Por meio do tom da voz, a noção de comando pode se abrandar até a de súplica.

Além desses matizes apresentados pelo imperativo, há outros meios de que dispõe a língua para denotá-lo, os quais os autores definem como substitutos do imperativo. São frases nominais e tempos verbais do IND e do SUBJ que podem ser utilizados com valor de imperativo, bem como advérbios, formas verbais repetidas e emprego de formas de polidez que funcionam com o intuito de “evitar ferir a suscetibilidade de

nosso interlocutor com a rudeza de uma ordem” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 482).

Como se vê, embora normalmente voltada para a língua escrita, as gramáticas tendem a apresentar uma razoável gama de formas e funções do imperativo e reconhecem, mesmo de modo discreto, os fatores pragmáticos envolvidos no contexto de uso. É o gradiente semântico-pragmático dos itens em estudo – que ainda mantêm traços de ato de fala manipulativo em P2 – que desejamos captar nesta pesquisa, desde o uso como verbo pleno até MDs, a fim de que possamos identificar, além da multifuncionalidade dos itens, o domínio funcional em que as formas podem estar atuando como camadas em competição. Para isso, apresentamos, a seguir, a síntese de três estudos que foram realizados sobre a expressão variável do imperativo em PB, que captam nuances pragmáticas em contextos específicos de uso, e podem orientar algumas de nossas hipóteses.

2.4.3 O uso variável do imperativo no PB: evidências pragmáticas

A pesquisa de Faraco (1982, 1986) ratifica a hipótese de que fatores pragmáticos tendem a influenciar uma série de mudanças lingüísticas. O autor, ao estudar o emprego alternado da sentença imperativa, analisou a literatura lingüística a respeito do assunto e observou que ocorrem, em P2, dois conjuntos diferentes de formas verbais: (a) as originadas do SUBJ – *Cante essa música agora!* ou *Não cante essa música agora!* – tendo em vista, segundo ele, que o tratamento com o interlocutor em PB é feito, predominantemente, com formas lingüísticas de P3; e (b) as originadas do IND – *Canta essa música agora!* ou *Não canta essa música agora!* – usadas na conversação.

Esperava-se, conforme o autor, que (b) teria reduzida probabilidade de ocorrência no PB devido ao amplo emprego de *você* no tratamento com o interlocutor. A ausência de sujeito superficial e a presença de valores discursivos diferenciados, a depender do contexto, podem caracterizar um pedido atenuado, uma ordem rude, uma súplica humilde ou um recurso ilocucional do ato de fala. Esse recurso se dá, muitas vezes, quando o interlocutor não cumpriu a ordem que lhe foi dada, assim o F repete-a mudando a forma verbal de (a) para (b), o que equivale a um reforço da força ilocucional de ordem. Houve, portanto, segundo o autor, especialização pragmática com restrições de uso.

Conseqüentemente, a ocorrência de (b) engendrará um contexto para uma implicatura conversacional, já que uma das estratégias que se tem para forçar o interlocutor a usar sua capacidade inferencial para apreender significados conversacionalmente implicados de enunciados é o emprego de formas inesperadas. O uso recorrente da forma cristaliza uma implicatura como um traço significativo permanente da forma numa prática discursiva específica. O autor ressalta que o fato de o F escolher (a) ou (b) não quer dizer que ele está trocando a forma de tratamento com o interlocutor. Tem-se uma mudança na função da forma.

Além da pesquisa de Faraco (1982), outros estudos que constatarem a influência de fatores pragmáticos, como também lingüísticos, na variação do imperativo foi o de Scherre *et al.* (2000) e Scherre (2008). Em situações de língua escrita, como textos de propaganda, de histórias em quadrinhos, de histórias infantis e da literatura brasileira em geral, verificou-se que a expressão do imperativo se faz predominantemente por meio da forma subjuntiva por razões de natureza lingüística e contextual (discursiva e social). Por outro lado, nos eventos de língua falada, o uso do imperativo em P2 se corporifica na forma indicativa, ao contrário da forma plural que é quase categórica na forma subjuntiva. Segundo os autores, tal fato se deve porque está em jogo uma questão puramente sintática.

Scherre (2008, p. 307) destaca que a tradição gramatical costuma vincular as formas do IND ao pronome *tu* e as do SUBJ ao pronome *você*. Porém, a autora reuniu²⁵ os estudos que tratam da alternância das formas indicativas e subjuntivas nos contextos de pronome *tu* ou *você* em nove cidades brasileiras e verificou a alta frequência de uso de imperativo associado ao IND em dados de fala em contexto exclusivo do pronome *você* (Brasília, Goianésia, Campo Grande, Rio de Janeiro, Salvador e João Pessoa) e em contexto de alternância de *tu/você* (Rio de Janeiro, Florianópolis e Lages).

Aspectos de natureza pragmática também foram evidenciados em Reis (2003). A autora confirmou, a partir da estratificação estilística dos principais personagens-manipuladores de *As Vinhas da Ira*²⁶, de Jonh

²⁵ Scherre (2008, p. 307) refere-se aos resultados das pesquisas de Rodrigues (1993), Morais (1994), Loregian (1996), Bonfá, Pinto e Luiz (1997), Scherre *et al.* (1998), Paredes da Silva (1998), Ferreira (2000), Alves (2001), Sampaio (2001), Alves (2001) e Lima (2004).

²⁶ *As Vinhas da Ira* (*The Grapes of Wrath*), escrita pelo norte-americano John Steinbeck, no ano de 1939, traduzida para a versão sul-regionalista do PB por Herbert Caro e Ernesto Vinhas, é o relato de uma família pobre de Oklahoma. Devido à Grande Depressão de 1929, obrigasse a abandonar suas terras e partir para um novo mundo (Califórnia), em busca de condições de vida melhores. Ludibriados por falsas promessas, todos partem em um velho caminhão pela

Steinbeck, a existência de uma correlação escalar entre os dispositivos enfraquecedores/fortalecedores da força manipulativa constituinte dos atos de fala de comando e o uso das variantes indicativa e subjuntiva. Assim, segundo Reis (2003, p.191), “quanto maior a força manipulativa dos atos de comando, maior foi o uso da variante indicativa e, quanto menor, maior o uso do SUBJ”. Nesse sentido, observou também a relevância da variável simetria/assimetria das relações sociopessoais entre manipuladores e manipulados, segundo a abordagem estilística da variação. Seus resultados apontaram para o seguinte comportamento:

comandos dirigidos a personagem manipulado de papel sociopessoal de [> autoridade], com tratamento respeitoso, foram mais recorrentes na variante subjuntiva, como por exemplo, de filhos/mãe, fiéis/reverendo. Já comandos dirigidos a personagem manipulado de papel sociopessoal de [> proximidade] e de relação de [> intimidade], como entre iguais (irmãos, marido/mulher, amigos), foram mais frequentes na variante indicativa. [...] a variável independente *simetria/assimetria das relações sociopessoais*, detalhadamente tratada, firmou-se como a maior norteadora na abordagem estilística da variação (REIS, 2003, p. 191).

Como se vê, as três pesquisas levantadas ressaltam que construções imperativas envolvem fatores pragmáticos que podem influenciar usos variáveis e eventuais mudanças.

2.5 Fechando o capítulo

Neste capítulo, o rastreamento bibliográfico permitiu delinear a mudança semântico-pragmática por que passam os verbos de percepção *olhar* e *ver*, especialmente as formas de P2, e descrever hipoteticamente a sua potencialidade semântico-pragmática desde sua base verbal como item lexical pleno, realizado via ato de fala manipulativo, até seu comportamento como MD, quando apresenta um enfraquecimento da força imperativa prototípica, estando mais associado a sentidos abstratos e

pragmáticos. Esse movimento revela duplo deslocamento: desbotamento do conteúdo semântico com ganho pragmático-discursivo e mudança gradativa do estatuto categorial.

Na seqüência, identificamos o domínio funcional da *chamada da atenção do ouvinte* em que **olha** e **vê** podem estar atuando como camadas em competição.

Em seguida, para contextualização ampla do fenômeno em estudo, tecemos algumas considerações sobre as formas e os valores interacionais desempenhados pelo imperativo, bem como apresentamos a síntese do levantamento feito nas pesquisas de Faraco (1982, 1986), Scherre *et al.* (2000), Scherre (2008) e Reis (2003), que tratam sobre o uso variável do imperativo em PB. Vimos que construções imperativas tendem a comportar-se de maneira variável devido a fatores pragmáticos que influenciam eventuais mudanças em contextos específicos de uso.

Feitas essas considerações sobre a potencialidade semântico-pragmática de **olha** e **vê**, vislumbramos a necessidade de nos dedicarmos ao aprofundamento do fenômeno em estudo. Verificamos que a investigação sobre a definição, a forma e a função dos MDs é crescente em diversas línguas. Alguns estudos ganharam evidência em meados da década de 80. Citam-se, especialmente, os de Schifffrin (1987, 2003), que analisou sistemática e detalhadamente os MDs *oh, well, and, but, or, so, because, now, then, I mean, y'know* com base numa amostra de dados de entrevistas sociolingüísticas com americanos²⁷. Embora há muito tenham sido identificados²⁸, nas últimas décadas seu estudo tende a ser mais aprofundado em uma variedade de gêneros. Schifffrin (2003, p. 54) cita, por exemplo, gêneros como entrevistas políticas, consultas médicas, jogos, seções tutoriais de computadores, jornais, sala de aula, entre outros.

É consenso entre os pesquisadores que os MDs “são expressões que relacionam segmentos discursivos” (SCHIFFFRIN, 1987; FRASER, 1999, p.193), porém há descompasso quanto à identificação de sua natureza (cognitiva, expressiva, social e textual, cf. SCHIFFFRIN, 2003) e de seu estatuto. Essa complexidade do objeto em si, aliada ao fato de que

²⁷ A autora não explicita clara e quantitativamente os instrumentos de coleta de dados que serviram de base para sua pesquisa.

²⁸ Said Ali, em 1930, reconhecia algumas das formas hoje rotuladas como MDs identificando-as como “expressões de situação” (*apud* URBANO, 1997, p. 86). Por outro lado, o logicista Martinez (1952 *apud* PONS BORDERÍA, 1998, p. 214) denominou-os *muletillas* (bordões), cuja função, segundo o autor, é carecer de função alguma. Conforme Schifffrin (1987), Fanshel e Labov (1977) introduziram o termo *marcador discursivo* e Levinson (1983) destacou a relevância do estudo dessa classe.

provêm de um universo de categorias²⁹, contribui para que haja acentuada pulverização terminológica. Fraser (1999, p. 932) cita, pelo menos, quinze diferentes denominações. Há ainda, além dos termos citados por Fraser, outras expressões: marcadores conversacionais (MARCUSCHI, 1991; SILVA, MACEDO, 1996; TRAVAGLIA, 2002; BASÍLIO, 2002), pontuantes (VINCENT, 1983 *apud* SILVA; MACEDO, 1989; VICENT; VOTRE; LAFOREST, 1993), bordões (MARQUES, 1993), entre outras. Conforme antecipamos na *Introdução* desta tese, adotamos a expressão marcador discursivo, introduzida por Fanshel e Labov (1977) e adotada principalmente por Schiffrin (1987). Essa pulverização, conforme alertam Risso, Silva e Urbano (1996, 2006), se, de um lado, atesta a especificidade dos enfoques dados aos MDs, de outro, revela os desencontros na compreensão de sua atuação, ou seja, a falta de um assentamento comum de seu estatuto. Essa diversidade de abordagens e de caracterizações seja formais, seja funcionais, justifica, a nosso ver, o fato de reservarmos um capítulo especial para tratar de MDs, focalizando-os do ponto de vista teórico e também apresentando trabalhos realizados com MDs similares em cinco línguas românicas (cf. capítulo 4).

²⁹ No capítulo 4, serão apresentadas mais detalhadamente as categorias que derivam MDs.

3 ENQUADRE TEÓRICO DA PESQUISA

Apresentamos, neste capítulo, o enquadramento teórico-metodológico em que esta tese se insere, baseado na aproximação entre o Funcionalismo, notadamente os estudos acerca da mudança lingüística via gramaticalização (cf. HOPPER, 1987, 1991; GIVÓN, 1991, 1995, 2001, 2002, 2005; TRAUGOTT, 1982, 1989, 1995, 1999, 2001, 2002; TRAUGOTT; HEINE, 1991; HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991; TRAUGOTT; KÖNIG, 1991; HOPPER; TRAUGOTT, 1993; BYBEE; HOPPER, 2001; HEINE, 2002, 2003; HEINE; KUTEVA, 2007) e a perspectiva da Teoria da Variação e Mudança (cf. WIENREICH; LABOV; HERZOG, [1968] 2006; LABOV, [1972] 2008, 1978, 1994, 2001).

Dividimos este capítulo em quatro seções. Na primeira, destinada ao funcionalismo lingüístico, tratamos da concepção de gramática emergente, dos princípios da iconicidade e da marcação e do estatuto e dos preceitos da mudança lingüística via gramaticalização. Nesse momento, nos deteremos na discussão acerca dos aspectos cognitivos e comunicativos envolvidos na mudança com ênfase nos aspectos pragmáticos, tendo em vista que nosso objeto de estudo são as formas **olha** e **vê** (e suas variações formais) que, no contexto de ato de fala manipulativo, tendem a manter resquícios de imperativo. Por tal razão, tenciona-se identificar estágios de mudança dos MDs, teoricamente associados às funções da linguagem *ideacional*, *textual* e *interpessoal*, e discutir a pertinência de abordá-los como um fenômeno de gramaticalização. Ainda nesta seção sobre a abordagem funcionalista, revisamos preliminarmente a literatura acerca dos atos de fala com o intuito de captar os matices semântico-pragmáticos dos graus de manipulação envolvidos nos atos de fala diretivos.

Na segunda seção, apresentamos, em linhas gerais, os pressupostos básicos e a operacionalização metodológica da Teoria da Variação e Mudança Lingüística, discutindo a possibilidade de se incluir fenômenos discursivos na abrangência da “regra variável” (no sentido laboviano do termo) e a pertinência de se recuar períodos de tempos distantes mesmo quando o acesso ao texto falado torna-se quase inviável.

A terceira seção é dedicada à apresentação da proposta de uma abordagem integrada para o tratamento do fenômeno investigado: que a mudança seja vista na perspectiva da gramaticalização e da variação lingüística.

Na última seção, apontamos as principais conclusões deste capítulo.

3.1 Abordagem Funcionalista

Nesta seção, apresentamos, em linhas gerais, alguns dos pressupostos básicos que caracterizam o funcionalismo lingüístico, especialmente a abordagem funcionalista da Costa Oeste Americana, representada por Givón, Hopper, Traugott, Bybee e pesquisadores associados, e da Alemanha, representada por Heine, Claudi e Hünemeyer.

Funcionalismo é uma abordagem teórica que se liga, acima de tudo, aos fins a que servem as unidades lingüísticas, ou seja, ocupa-se das funções dos meios lingüísticos de expressão. As formas lingüísticas são, pois, configurações de funções, e as diferentes funções são os variados modos de significação no enunciado, que conduzem à eficiência da comunicação entre os usuários de uma língua.

Sob essa perspectiva, conforme Givón (1993, 1995, 2001, 2002, 2005), a gramática resulta de regularidades fundamentadas no uso, ou seja, se molda a partir do discurso dos falantes. A intenção principal é observar a língua do ponto de vista do contexto lingüístico e da situação extralingüística. Trata-se, portanto, de um dos princípios gerais do funcionalismo conceber a linguagem como um instrumento de interação social que busca no contexto discursivo a motivação para os fatos da língua.

Segundo Givón, as funções principais da linguagem são de *representação* e de *comunicação* do conhecimento/experiência. A comunicação se dá por meio de dois sistemas que envolvem níveis hierarquicamente articulados: (i) de um lado, um sistema de representação cognitivo que abriga o nível lexical, a informação proposicional e o discurso multiproposicional; (ii) de outro, um sistema de codificação comunicativo no qual se situa o código gramatical, que atua concomitantemente nos níveis proposicional e multiproposicional. A gramática, portanto, codifica, simultaneamente, a “semântica proposicional” e a “pragmática discursiva”.

Givón concebe a gramática como *estrutura* (código simbólico complexo que envolve níveis mais concretos e mais abstratos de organização gramatical) e como *função adaptativa* (que interage com a memória semântica (léxico)), com a semântica proposicional (estrutura argumental), com a memória episódica (coerência discursiva), com a memória de trabalho e atenção. A função comunicativa das construções gramaticais é observada no contexto discursivo (GIVÓN, 2005, p. 95-96).

Ainda na perspectiva givoniana, o caráter dinâmico da língua ganha evidência ao ser vista como adaptação biológica:

As pressões adaptativas que dão forma à estrutura sincrônica ('idealizada') da língua são exercidas durante a performance on-line. É aí que a língua emerge e muda. É aí que as formas se ajustam constantemente a novas funções e significados estendidos. É aí que a variação e a indeterminação são componentes indispensáveis dos mecanismos que modelam e remodelam a 'competência' (GIVÓN, 2002, p. 5, tradução nossa).

Hopper (1987) cunha o termo "gramática emergente", remetendo à idéia de que uma forma lingüística nunca é fixa nem *a priori* determinada. Sua estrutura, ou regularidade, é delineada pelo uso no discurso.

A noção de Gramática Emergente se destina a sugerir que a estrutura, ou a regularidade, parte do discurso e é moldada por ele tanto quanto molda o discurso em um processo contínuo. A gramática, portanto, não deve ser entendida como um pré-requisito para o discurso, um bem prévio que pode ser atribuído de forma idêntica ao falante e ao ouvinte. Suas formas não são modelos fixos, mas são negociáveis na interação face-a-face de modos que refletem a experiência passada do indivíduo com essas formas e sua avaliação sobre o contexto presente, incluindo especialmente seus interlocutores, cujas experiências e avaliações podem ser muito diferentes. Além disso, o termo Gramática Emergente aponta para uma gramática que não é formulada e representada abstratamente, mas é sempre ancorada na forma concreta e específica de um enunciado (HOPPER, 1987, p. 142, tradução nossa).³⁰

³⁰ "The notion of Emergent Grammar is meant to suggest that structure, or regularity, comes out of discourse and is shaped by discourse as much as it shapes discourse in an on-going

Tavares (2003, p. 15) tece considerações interessantes a respeito da noção de gramática emergente:

a gramática sob a perspectiva emergente é uma atividade real, *on-line*, que emerge cotidianamente no discurso. No uso diário das línguas, temos, por um lado, a repetição de formas gramaticais (palavras, construções), reforçando-se assim sua regularização. Por outro, tais formas são rearranjadas, desmanteladas e remontadas de modos diferentes a cada situação comunicativa, podendo dar origem a fórmulas inovadoras.

Sob esse ponto de vista, a gramática não envolve categorias discretas. Essa visão levada ao extremo não prevê relações estáveis entre estruturas e seus correlatos semântico-pragmáticos: as “regras” são 100% flexíveis (GIVÓN, 2002, p. 33).

Não obstante considerar o caráter adaptativo da gramática, Givón assume uma perspectiva diferente do ponto de vista de Hopper ao admitir que pode haver tanto *emergência* como *rigidez* de categorias, que são vistas a partir da noção de protótipo: as categorias têm natureza híbrida, podendo se distribuir num *continuum* mas também ser discretas. Essa noção de discretude e de gradiente está diretamente relacionada à questão de frequência de uso e grau de previsibilidade informacional, e será retomada adiante quando falarmos de gramaticalização.

Além das duas funções básicas da linguagem anteriormente mencionadas, de natureza cognitiva e pragmática respectivamente – representação mental da experiência e sua comunicação aos outros –, Givón (1993, p. 21) elenca outras funções metacomunicativas: a função de coesão sociocultural (assinalando a identificação dos indivíduos com o grupo), a função afetiva interpessoal (servindo à interação e externalizando afeto, cooperação, obrigação, dominação, competição), e a função estética.

Ainda tratando de funções da linguagem, Thompson (1996, p. 27-28), a partir da proposta teórica tripartite de Halliday e Hasan (1976),

process. Grammar is hence not to be understood as a pre-requisite for discourse, a prior possession attributable in identical form to both speaker and hearer. Its forms are not fixed templates, but are negotiable in face-to-face interaction in ways that reflect the individual speakers' past experience of these forms, and their assessment of the present context, including especially their interlocutors, whose experiences and assessments may be quite different. Moreover, the term Emergent Grammar points to a grammar which is not abstractly formulated and abstractly represented, but always anchored in the specific concrete form of an utterance” (HOPPER, 1987, p. 142).

reafirma que cada uma das três diferentes funções da linguagem – experiencial³¹, interpessoal e textual – dá igualmente sua parcela de contribuição para o sentido da mensagem integral e é tipicamente usada como base para explicar como sentidos são criados e compreendidos. Essas três funções são também evocadas por estudiosos da gramaticalização para explicar o movimento de mudança de MDs impulsionada por fatores de natureza semântico-pragmática. É o que fazem Traugott (1982, 1989, 1995, 1999, 2001, 2002), Traugott e König (1991), Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) e Heine (2002, 2003), por exemplo. Esse ponto será retomado ao final da seção que trata de gramaticalização.

Além da premissa funcionalista de que a estrutura da gramática depende do uso que se faz da língua, isto é, que a estrutura é motivada pela situação comunicativa, verificam-se dois outros princípios reguladores da codificação lingüística: o da iconicidade e o da marcação.

O princípio da iconicidade é definido como a correlação natural entre forma e função, entre o código lingüístico (expressão) e seu conteúdo³². Nesse sentido, a estrutura da língua reflete, de algum modo, a estrutura da experiência. Como a linguagem é uma faculdade humana, a suposição geral é que a estrutura lingüística revela as propriedades da conceitualização humana do mundo ou as propriedades da mente humana. Assim, a língua não consiste em um mapeamento arbitrário de idéias para enunciados: razões estritamente humanas de importância e complexidade refletem-se nos traços estruturais das línguas. As estruturas sintáticas não devem ser muito diferentes, na forma e na organização, das estruturas semântico-cognitivas subjacentes (cf. GIVÓN, 1995, p. 25).

Givón (2001, p. 24) admite que o princípio da *iconicidade* compete com o princípio da *economia* de processamento, formulado por Haiman (1985). Ambos são universais, mas se submetem a um compromisso adaptativo dinâmico: de um lado, a necessidade de ser informativo e claro favorece a iconicidade; de outro lado, a tendência à redução da atividade física e mental (lei do menor esforço) favorece a economia. Essas motivações em competição se refletem no processo de mudança lingüística via gramaticalização: ganha-se rapidez de processamento via automatização, enquanto se perde certa porção de transparência do código, via aumento da arbitrariedade.

³¹ Também chamada de “ideacional” ou “proposicional”.

³² Para Givón (1991), trata-se da correlação idealizada entre forma e função. O autor admite que exista arbitrariedade na estrutura formal e justifica que a iconicidade do código lingüístico está sujeita a pressões diacrônicas tanto na forma (desgaste do código por atrito fonético-fonológico) quanto na função (alteração da mensagem por expansão polissêmica).

Em sua versão atenuada, o princípio da iconicidade permite a investigação detalhada das condições que governam o uso dos recursos de codificação morfofossintática da língua. Assim, formas e funções estão sempre em mobilidade, havendo geralmente mais de uma forma para cada função e mais de uma função para cada forma. A iconicidade que caracteriza a língua reside no fato de que as formas são usadas sob influência de um conjunto de motivações funcionais.

Outro aspecto cognitivo que influi no rol de inter-relações gramaticais, conforme Givón (1995, p. 28), é o princípio da marcação. Para o autor, a marcação é dependente do contexto, no sentido de que uma construção pode manifestar-se como marcada num contexto e não-marcada em outro. O autor apresenta três critérios básicos para definir um item como marcado: complexidade estrutural, distribuição de frequência e complexidade cognitiva. Os itens ou as construções que apresentam *maior complexidade estrutural e cognitiva* e *menor frequência* de uso são considerados *mais marcados*. E vice-versa: aqueles que apresentam *menor complexidade estrutural e cognitiva* e *maior frequência* de uso são considerados *menos marcados*³³. Há a tendência geral nas línguas para que esses três critérios de marcação coincidam. A correlação entre complexidade estrutural, complexidade cognitiva e frequência de ocorrência é o reflexo mais geral da iconicidade da gramática.

Nesse sentido, vale ilustrar que, na pesquisa de Rost (2002), a aplicação do princípio da marcação nos MDs *olha* e *veja*, sob a forma de seus três critérios básicos, revelou a seguinte tendência: *olha* foi o MD mais recorrente e que apresentou menor complexidade estrutural e cognitiva, ao contrário de *veja*. Acreditamos que a baixa frequência do MD *veja* se deva ao fato de ainda apresentar mais marcas visíveis de sua origem verbal e à transferência metafórica que sofreu da percepção física para a percepção mental.

Cabe ressaltar ainda que, conforme Givón, a aplicação do princípio da marcação não se restringe apenas às categorias lingüísticas, mas pode estender-se a outros fenômenos, como a distinção entre o discurso formal e a conversação espontânea.

Em síntese, objetivamos, nesta seção, apresentar alguns dos pressupostos básicos que caracterizam o funcionalismo, especialmente o da vertente norte-americana, os quais servirão como parte do suporte teóri-

³³ Givón (2001, p. 38, grifo nosso) acaba reunindo os critérios de complexidade cognitiva e estrutural no que ele denomina *princípio meta-icônico da marcação*: “categorias que são estruturalmente mais marcadas tendem também a ser substantivamente [vale dizer funcionalmente] mais marcadas”.

co desta tese. Adotamos, portanto, a concepção de que (i) forças cognitivas e comunicativas operam no indivíduo no momento concreto da comunicação, traduzidas na formulação dos princípios da iconicidade, da economia e da marcação, reguladores da codificação linguística; (ii) as principais funções da linguagem são de representação e comunicação do conhecimento/experiência – essas funções amplas recobrem as funções ideacional, interpessoal (expressiva) e textual; (iii) a gramática é vista tanto como instrumento que codifica, articuladamente, os níveis proposicional e multiproposicional, quanto como função adaptativa; e a função comunicativa das construções gramaticais é observada no contexto discursivo; (iv) a relação entre formas e funções é dinâmica e sujeita a reelaborações constantes por meio do processo de gramaticalização; (v) as categorias têm natureza híbrida, podendo se distribuir num *continuum* mas também ser discretas.

3.1.1 Gramaticalização: definição, princípios, trajetórias, motivações

A mudança linguística por gramaticalização ainda é uma questão bastante controversa na literatura, pois há (des)encontros na compreensão exata do termo “gramaticalização”³⁴ e, frequentemente, observam-se

³⁴ Gramaticalização é um termo que tem sido utilizado com uma variedade de significados (consulte, por exemplo, BYBEE; PERKINS; PAGLIUCA, 1994; HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991; TRAUGOTT; HEINE, 1991). Heine (2003, p. 577) faz a distinção entre teóricos que adotam a perspectiva diacrônica, os quais preferem o termo *gramaticalização* (por exemplo, MEILLET, [1912] 1948; HOPPER, 1987; HOPPER; TRAUGOTT, 1993, entre outros) daqueles que investigam a abordagem sincrônica, cujos termos *gramaticização* ou *gramatização* (por exemplo, MATISOFF, 1991 *apud* CAMPBELL; JANDA, 2001, p. 94) ou ainda *gramaticalidade* (TRAUGOTT, a ser publicado) são aplicados. De igual forma, Hopper e Traugott (1993, p. 1-2, tradução nossa) apresentam dois significados para o termo gramaticalização: “Como um termo que se refere à abordagem com a qual se lida com o fenômeno da linguagem, ele se refere àquela parte do estudo da língua que se volta a como as formas e construções gramaticais surgem, como são usadas, e como elas moldam a língua. [...] Logo, ele salienta a tensão entre uma estrutura lexical relativamente sem restrições e uma estrutura sintática, morfossintática e morfológica mais restrita. O termo ‘gramaticalização’ também se refere ao fenômeno da linguagem de fato com que a abordagem da gramaticalização busca trabalhar, especialmente os processos pelos quais itens se tornam mais gramaticais com o tempo.”. Cabe, ainda, segundo alguns teóricos (entre os quais, HOPPER; TRAUGOTT, 1993; CAMPBELL; JANDA, 2001), distinguir entre gramaticalização (“fenômenos linguísticos específicos”), estudos de gramaticalização (“a análise desses fenômenos”) e teoria da gramaticalização (“uma memória descritiva e explicativa desses fenômenos”). Heine (2003, p. 575) expõe que a *teoria da gramaticalização* é amplamente empregada como disciplina, embora alguns prefiram simplesmente se referir à gramaticalização (HOPPER; THOMPSON 2003 [1993]), por analogia à fonologia, morfologia, sintaxe, etc. Também, ao se adotar a expressão

discussões críticas acerca do estatuto, das trajetórias e de seus princípios básicos (ver, por exemplo, CAMPBELL, 2001; CAMPBELL; JANDA, 2001).

Como a polêmica que emerge dos estudos sobre a gramaticalização não é o objeto de interesse desta tese, passamos a apresentar apenas um recorte dos pressupostos fundamentais que se mostram pertinentes para o tratamento do tema desta pesquisa. Na seqüência, buscamos uma definição de gramaticalização que dê conta do comportamento multifuncional dos MDs **olha** e **vê**, apresentamos os princípios que acreditamos estarem atuando sobre o funcionamento desses itens, os tipos de mudança envolvidos na gramaticalização, as motivações pragmáticas e semânticas que subjazem ao longo do processo por que se aventuram **olha** e **vê**, os parâmetros interrelacionados na gramaticalização e, por fim, reservamos um espaço especial para expor a concepção de Traugott, que é bastante relevante nesta pesquisa em virtude da ênfase atribuída por ela ao contexto pragmático.

3.1.1.1 Definição

A primeira vez³⁵ em que se observou declaradamente o uso e a definição do termo “gramaticalização” foi no artigo de A. Meillet, de 1912, intitulado *L'évolution des formes grammaticales*. Em síntese, o exemplo apresentado por Meillet para os usos em francês do verbo *être* na 1ª pessoa do presente leva a crer que a gramaticalização pode ser entendida tanto como um processo diacrônico e gradual, isto é, a derivação de usos acessórios e gramaticais de um uso principal (lexical/expressivo), quanto um processo sincrônico, ou seja, a convivência dos usos assim constituídos num mesmo recorte de tempo (CASTILHO, 1997).

teoria da gramaticalização, permite-se a referência aos teóricos da gramaticalização, na ausência de terminologia como “*grammaticalizationists*” (NOËL, 2006). No Brasil, diversos estudos sobre gramaticalização surgiram a partir do final dos anos 90 e têm se voltado a diversas áreas: perspectiva geral, aspectos teóricos e metodológicos da gramaticalização; gramaticalização de substantivos; gramaticalização de verbos; gramaticalização de pronomes e de expressões de tratamento; gramaticalização de advérbios; gramaticalização de conjunções; gramaticalização de preposições; gramaticalização de operadores discursivos e argumentativos; gramaticalização e organização funcional da sentença. Para mais detalhes sobre o desenvolvimento de pesquisas brasileiras nesta área, consulte Castilho (2002).

³⁵ Para mais detalhes sobre o histórico da gramaticalização, consulte Lehmann (1995 [1982]), Heine, Hünemeyer e Claudi (1991), Hopper e Traugott (1993) e Heine (2003).

É nessa direção que as definições³⁶ a seguir também caracterizam a gramaticalização, que atinge não só o plano da mudança categorial, mas também o plano da mudança no significado semântico-pragmático, numa escala contínua de aumento de gramaticalidade/abstratização, seja num recorte sincrônico e/ou diacrônico³⁷:

Gramaticalização [...] é o processo pelo qual itens lexicais e construções passam em certos contextos linguísticos a desempenhar funções gramaticais, e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais [...] pelo qual as propriedades que distinguem sentenças de vocabulário vêm a existir diacronicamente ou são organizadas sincronicamente (HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p. xv, tradução nossa)³⁸.

Gramaticalização é o processo pelo qual material lexical **impulsionado por certo contexto pragmático** e morfossintático, torna-se gramatical [...]. (TRAUGOTT, 1995, p. 1, grifo da tradução)³⁹

Gramaticalização é a mudança pela qual itens lexicais e construções chegam a certos contextos linguísticos para servir a funções gramaticais ou itens gramaticais desenvolvem **novas funções gramaticais** (TRAUGOTT, 2001, p. 1, grifo da tradução)⁴⁰.

A gramaticalização é definida como o desenvolvimento de formas lexicais em formas gramaticais (ou categorias funcionais), e de formas gramati-

³⁶ Campbell e Janda (2001) apresentam, cronologicamente, outros sentidos que têm sido propostos para o termo gramaticalização.

³⁷ No percurso de mudança de um item, Hopper e Traugott (1993), por exemplo, propõem a combinação da perspectiva sincrônica e diacrônica (pancrônica), ao passo que, por exemplo, Bybee, Perkins e Pagliuca (1994) sugerem a recuperação de seu percurso diacrônico.

³⁸ “Grammaticalization [...] is the process whereby lexical items and constructions come in certain linguistic contexts to serve grammatical functions, and, once grammaticalized, continue to develop new grammatical functions [...] whereby the properties that distinguish sentences from vocabulary come into being diachronically or are organized synchronically” (HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p. xv).

³⁹ “Grammaticalization is the process whereby lexical material **in highly constrained pragmatic** and morphosyntactic contexts becomes grammatical [...]” (TRAUGOTT, 1995, p. 1, grifo nosso).

⁴⁰ “Grammaticalization is the change whereby lexical items and constructions come in certain linguistic contexts to serve grammatical functions or grammatical items develop **new grammatical functions**” (TRAUGOTT, 2001, p. 1, grifo nosso).

cais a formas ainda mais gramaticais. [...] De acordo com essa definição, a teoria da gramaticalização se preocupa com o desenvolvimento de formas gramaticais. Sua meta principal é descrever como formas gramaticais surgem e se desenvolvem através do espaço e do tempo (HEINE, 2003, p.163, tradução nossa)⁴¹.

Como se extrai das citações, observa-se o fenômeno da gramaticalização como um *continuum* ou processo inacabado, a partir da possibilidade de graduação ou etapas avançadas associadas à passagem de um elemento lexical para gramatical, que atinge não só o plano da mudança categorial⁴², mas também o plano do significado. Trata-se de um movimento contínuo e altamente produtivo em todas as línguas.

Interessa mais diretamente, para os propósitos desta tese, o conceito de “gramaticalização” apresentado por Hopper e Traugott (1993) e retomado por Traugott (2001). A expressão “novas funções gramaticais” (HOPPER; TRAUGOTT, 1993; TRAUGOTT, 2001) remete à possibilidade de haver sempre novas funções, isto é, ressignificações e recategorizações de formas já existentes (e não necessariamente funções/formas “ainda mais gramaticais”). Ademais, a menção ao “contexto pragmático” (TRAUGOTT, 1995) permite-nos aventar a hipótese de que os MDs de base verbal podem ser tratados sob a instância da gramaticalização.

⁴¹ “Grammaticalization is defined as the development from lexical to grammatical forms (or functional categories), and from grammatical to even more grammatical forms. [...] In accordance with this definition, grammaticalization theory is concerned with the development of grammatical forms. Its primary goal is to describe how grammatical forms arise and develop through space and time” (HEINE, 2003, p.163).

⁴² Hopper (1998, p. 148) batizou a passagem de um elemento lingüístico “menos” gramatical para um elemento lingüístico “mais” gramatical com a expressão “gramaticalização canônica”. Decorre da condução desse processo, mas não vice-versa, uma de suas propriedades intrínsecas que é a unidirecionalidade. Porém, há dúvidas acerca da natureza unidirecional da gramaticalização, pois alguns contra-exemplos (Consulte principalmente NEWMAYER, 1998, 2001; CAMPBELL, 2001; JANDA, 2001) têm surgido (cf. TRAUGOTT, 2001, 2002; HEINE, 2003, p. 582). Essa polêmica se deve em parte, segundo Prévost (2003), à confusão operada entre gramaticalização e mudança lingüística em geral, ou, pelo menos, mudança lingüística que implica novas formas gramaticais. Nesse sentido, os exemplos que contradizem a hipótese da unidirecionalidade são escassos (Veja também NEWMAYER, 1998 *apud* HEINE; KUTEVA, 2007; HASPELMATH, 1999). Por outro lado, em Traugott (2001), são apresentados alguns casos que a autora denomina de “não legítimos” e “legítimos” contra-exemplos em comparação aos que a confirmam. Muito mais importante, conforme Heine (2003), é o fato de, até então, não se ter descoberto casos de reversão de gramaticalização. Além disso, muitos contra-exemplos têm sido descritos como sendo casos de idiosincrasia, hipercorreção, eufemismo, homofonia ou de situações de línguas em contato.

Acreditamos que tal concepção de gramaticalização sustente o cumprimento do objetivo central desta tese, que é o de mapear, numa abordagem pancrônica, o comportamento dos MDs **olha** e **vê** (e suas variações) em amostras do português falado e escrito. As definições apresentadas legitimam a proposta de se cogitar os itens **olha** e **vê** como instâncias de gramaticalização, associadas à mudança semântico-pragmática e também categorial, ocorrida, no caso, com as formas de P2 dos verbos de percepção visual *olhar* e *ver* que migraram para MDs.

3.1.1.2 Os princípios de Hopper (1991)

Hopper (1991), ao identificar tendências de gramaticalização, apreensíveis na língua em uso, procura postular princípios gerais que possam explicar os estágios iniciais de processos de mudança lingüística em geral, aplicáveis também a casos de gramaticalização.

Na sequência, além de apresentar a caracterização dos cinco princípios – *estratificação*, *divergência*, *especialização*, *persistência* e *de-categorização* (ou de-categorização, ou ainda nomeados por alguns como recategorização) – propostos por Hopper (1991), associamos, rápida e preliminarmente, os MDs em estudo a cada um desses princípios, os quais serão úteis para a descrição do comportamento de **olha** e **vê** em sua trajetória de mudança, a ser feita adiante.

(1) Estratificação (camadas): em um domínio funcional amplo, novas camadas estão continuamente emergindo. À medida que isso acontece, as camadas antigas não são necessariamente descartadas, mas podem continuar a coexistir e interagir com novas camadas.⁴³

O primeiro princípio reforça a idéia de que a gramaticalização dá surgimento à variação lingüística, ou seja, numa determinada sincronia, observa-se a variação entre formas que competem pelo desempenho de determinada função. Em direção contrária, a variação tende a ser considerada por alguns autores (entre os quais, LABOV, [1972] 2008) como o gatilho que dispara a mudança.

⁴³ “Layering: Within a broad functional domain, new layers are continually emerging. As this happens, the older layers are not necessarily discarded but may remain to coexist with and interact with the newer layers.”

A aplicabilidade do princípio da estratificação aos MDs **olha** e **vê** pode ser conferida nos seguintes usos: de um lado, os verbos de percepção visual *olhar* e *ver* coocorrem, em P2, com os MDs **olha** e **vê**; de outro lado, **olha** e **vê** também se encontram em variação entre si no domínio funcional da *chamada da atenção do ouvinte*. No caso desses MDs, verifica-se que existe, atualmente, um período de convivência entre as duas camadas que concorrem pelo mesmo domínio funcional.

(2) Divergência: quando uma forma lexical sofre gramaticalização em clítico ou afixo, a forma lexical original pode permanecer como um elemento autônomo e passar a sofrer as mesmas mudanças que itens lexicais comuns.⁴⁴

O segundo princípio advoga a permanência de formas de etimologia comum convivendo de forma autônoma ao lado de formas em processo de gramaticalização, embora, a depender do contexto, apresentem diferente funcionalidade, mas cada uma “seguindo o seu próprio caminho e com as suas singularidades”. Embora os MDs não tenham (pelo menos aparentemente) chegado à cliticização, conforme prevê o princípio, pode-se pensar na situação de convivência entre a categoria-fonte (em primeira instância, *olhar* e *ver* em seu funcionamento como verbos plenos sujeitos a expansões de sentido e a flexões modotemporais e número-pessoais; e, em segunda instância, os itens já em contextos de atos de fala manipulativo – que remete a uma ação dêitica locativa⁴⁵) e a categoria-alvo, os MDs **olha** e **vê** – que instauram novas funções de caráter cognitivo e comunicativo.

(3) Especialização: em um domínio funcional, várias formas com nuances semânticas diferentes podem ser possíveis num estágio. À medida que ocorre a gramaticalização, essa variedade de escolhas formais se estreita e um menor número de formas selecionadas assume significados gramaticais mais gerais.⁴⁶

⁴⁴ “Divergence: When a lexical form undergoes change to a clitic or affix, the original lexical form may remain as an autonomous element and undergo the same changes as ordinary lexical items”.

⁴⁵ Em geral, estamos considerando como categoria-fonte, ou significado-fonte, essa segunda instância, em que os verbos de percepção visual estão associados a P2 em atos de fala manipulativo mediante enunciados de comando imperativo.

⁴⁶ “Specialization: Within a functional domain, at one stage a variety of forms with different semantic nuances may be possible. As grammaticalization occurs, this variety of formal choices narrows and the smaller number of forms selected assume more general grammatical meanings”.

O terceiro princípio, segundo Hopper (1991), capta a necessidade de se reduzir ou eliminar a concorrência, com uma(s) das formas tendo seu uso generalizado. Nesse sentido, verifica-se que há um estreitamento da variedade de escolhas a serem empregadas, bem como decorre dessa redução a necessidade de uma das formas se tornar, em alguns contextos, praticamente obrigatória. Antecipando os nossos resultados da análise variacionista, verifica-se que, no total dos itens analisados, **olha** apresenta um percentual de ocorrências significativamente mais alto que **vê**, o que pode ser interpretado como indício de que uma das formas está generalizando seu uso no domínio de *chamada da atenção do ouvinte*.

(4) Persistência: quando uma forma sofre gramaticalização de uma função lexical para uma gramatical, na medida do possível e gramaticalmente viável, alguns traços do seu significado lexical original tendem a aderir a ela, e detalhes de sua história lexical podem se refletir sob a forma de restrições sobre sua distribuição gramatical (quando um significado gramaticalizado B se desenvolve, isso não significa que o significado A seja perdido).⁴⁷

O quarto princípio capta processos semânticos que acompanham a gramaticalização e evidencia que traços do significado lexical original tendem a permanecer na nova forma gramaticalizada, o que pode conduzir à polissemia.

Na bibliografia referente a MDs (cf. capítulo seguinte), vemos que verbos de percepção visual associados a P2 em enunciados de comando tendem a derivar MDs em diversas línguas (por exemplo, “mira/¿ves?” em espanhol, “regarde/vois-tu” em francês, “guarda” em italiano e “olha/vê” em português, entre outras). No caso específico dos MDs em PB, o significado-fonte (verbo de percepção visual em P2 no imperativo) permanece no uso corrente, mas constitui a expressão de outra espécie de envolvimento sensorio-cognitivo, ou seja, não remete mais a algo dêitico espacial, mas sim a algo relativo à ação mental com reflexos no contexto pragmático-discursivo.

⁴⁷ “Persistence: When a form undergoes grammaticalization from a lexical to a grammatical function, so long as it continues to have a grammatical role, some traces of its original lexical meanings tends to adhere to it, and details of its lexical history may be reflected in its grammatical distribution”.

(5) Decategorização: formas que estão sofrendo gramaticalização tendem a perder ou neutralizar seus marcadores morfológicos e características sintáticas peculiares das categorias plenas, nome e verbo, e a assumir atributos característicos de categorias sintáticas secundárias como adjetivo, particípio, preposição etc.⁴⁸

De acordo com o quinto princípio, o da decategorização, formas em processo de gramaticalização, ao assumirem uma nova função, perdem ou neutralizam traços das categorias mais lexicais, tendendo a assumir peculiaridades morfossintáticas da categoria-alvo.

No caso do objeto de estudo desta tese, a categoria-alvo MD **olha** (e suas variações) passa a assumir as seguintes características morfossintáticas e fonético-fonológicas, perdendo, pois, traços da categoria-fonte original (verbo *olhar*):

- (i) fixação em P2, com forma morfológicamente variável *olha* ~ *olhe*;
- (ii) redução fonética ([ˈɔʎa] ~ [ˈɔja] ~ [ˈɔj] ~ [ˈɔ]);
- (iii) fixação predominante em contextos sintaticamente independentes.

Para a categoria-alvo MD **vê** (e suas variações), são observadas as seguintes características morfossintáticas e fonético-fonológicas:

- (i) fixação em P2, com forma morfológicamente variável *vê* ~ *veja*;
- (ii) certa mobilidade sintática, coocorrendo ainda junto a pronome.

Consideramos que esses princípios, por se aplicarem a estágios iniciais de mudança, são adequados à nossa análise e serão retomados adiante.

3.1.1.3 Tipos de mudança: categorial e semântico-pragmática

A mudança categorial se manifesta na trajetória léxico > gramática (postulada inicialmente por Meillet, [1912] 1948) e/ou na trajetória

⁴⁸ “De-categorialization: Grammaticalization always involves a loss of categoriality and proceeds in the following direction: Noun and Verb > another category, never the reverse”.

discurso > morfossintaxe (proposta por Givón, 1979). A reativação pelo interesse na mudança categorial⁴⁹ pode ser atribuída à reação à provocação de Givón (1979, p. 394) com o slogan “a morfologia de hoje é a sintaxe de ontem”, o que abriu nova perspectiva para a compreensão da gramática. A fim de compreender a estrutura de uma língua, deve-se ter conhecimento dos estágios anteriores de seu desenvolvimento histórico – foi o que alegou o autor na seguinte declaração:

A evolução linguística é cíclica, e envolve [...] o desenvolvimento de lexemas livres em afixos presos, que sofrem erosão e eventualmente fusão com a raiz, resultando no começo de um novo ciclo (GIVÓN, 1979, p. 411-412, tradução nossa).⁵⁰

Embora a maioria dos autores (por exemplo, MEILLET, [1912] 1948) estivesse operando com dois módulos lingüísticos, o lexical e o gramatical, a caracterização de Givón para alguns aspectos da evolução lingüística não invalida essa aceção clássica da gramaticalização. Posteriormente, em 1979, a asserção foi reescrita: “a sintaxe de hoje é a pragmática discursiva de ontem.” Coube, portanto, ao funcionalismo givoniano a apresentação de uma proposta diferenciada de percurso com a agregação de um novo nível, o discursivo, considerando-o prioritário em relação ao gramatical. Com base em exemplos de diversas línguas, a trajetória pragmática > sintaxe marca o início do ciclo apresentado como típico no fluxo diacrônico dos mecanismos lingüísticos em processo de gramaticalização.

A noção de pragmática discursiva presente em Givón (1979) passa a ser reconhecida como o maior parâmetro para entender a estrutura lingüística em geral e o desenvolvimento de estruturas sintáticas e categorias gramaticais em particular. Por pragmática o autor entende uma espécie de sintaxe mais frouxa. Givón defende que a gramática das línguas é um fenômeno emergente e resulta de constantes mudanças em consequência da criação de novos arranjos motivados por pressões do discurso⁵¹ (HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991). Devido a esse

⁴⁹ Heine (2003, p. 576) distingue três fases que envolvem os estudos de gramaticalização. A primeira é associada ao século XVIII, a segunda ao século XIX e a terceira inicia nos anos 70 do século XX e segue até a atualidade. Para mais detalhes acerca de cada uma das fases, consulte Heine (2003).

⁵⁰ “Linguistic evolution is cyclic, involving [...] development from free lexemes to bound affixes, which undergo attrition and eventually fusion with the stem, the result being the beginning of a new cycle” (GIVÓN, 1979, p. 411-412).

⁵¹ Givón define discurso como macrosintaxe que toma o texto por objeto empírico. Para o autor, discurso e pragmática são termos praticamente sinônimos.

entendimento, Givón adota, ao contrário de outros estudiosos de gramaticalização, o termo “sintaticização”, tendo em vista que a origem do processo é sempre um elemento do discurso que passa pelo estágio de sintaticização.

Givón (1979) propôs um *cline* que caracteriza a sua visão de mudança como evolução cíclica:

discurso → sintaxe → morfologia → morfofonêmica → zero

Para o autor, no processo de gramaticalização, o modo mais pragmático de comunicação dá lugar a um modo mais sintático e assim sucessivamente⁵².

Ambas as perspectivas, de Meillet e de Givón, aproximam-se e poderiam ser combinadas em um trajeto de *item lexical usado no discurso* > *morfofossintaxe* (TRAUGOTT; HEINE, 1991). É importante considerar que Traugott (2001, 2002) discorda do *cline* de Givón (discurso > sintaxe). Para a autora, essa formulação implica que a sintaxe teria evoluído a partir do discurso, sendo este uma etapa do processo de gramaticalização. Mas ela defende que a mudança é motivada por práticas discursivas e sociais: a interação F-O no discurso é a motivadora da mudança e não deve ser vista como um estágio ou fase no desenvolvimento histórico (TRAUGOTT, 2002).

A proposta givoniana, se entendida conforme comentada acima, excluiria do processo os MDs⁵³, porque o aumento da informação pragmática que esses itens passam a adquirir estaria contrariando as características do processo. No entanto, adotando a posição de Traugott, julgamos que os MDs, resultantes da mudança categorial verbo > marcador discursivo, podem ser incluídos no rol de itens que passam pelo processo de gramaticalização. Retomaremos esse ponto adiante.

Passamos, agora, a tratar da mudança semântico-pragmática. Tem sido discutido, na literatura da área, que nem sempre são nítidos os

⁵² Construções de tópico que se gramaticalizam como sujeito constituem, entre outros exemplos fornecidos por Givón, o trânsito de estruturas pragmáticas para a sintaxe. Também é exemplo recorrente na literatura sobre o tema a passagem de verbo auxiliar (*habere*, em latim) a morfema de futuro (*-ei*, em português, por exemplo) e de nome (mente) a sufixo (claramente). Essa linha de pesquisa abriu nova janela nos estudos de gramaticalização, vendo-a não simplesmente como “reanálise de material lexical em gramatical”, mas também como reanálise de padrões discursivos em padrões gramaticais e de funções de nível discursivo em funções semânticas de nível sentencial (HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991, p. 13).

⁵³ Traugott (1995) apresenta o desenvolvimento de *indeed*, *in fact* e *besides* que migram de item lexical pleno para MD. Defende a autora que, como MDs, podem ser tratados sob a escopo da gramaticalização.

limites entre a semântica e a pragmática (ver, por exemplo, MOURA, 1999). No âmbito da gramaticalização, alguns autores distinguem e separam esses dois campos, como Traugott (a ser publicado), por exemplo, que assume explicitamente essa distinção, como se verá adiante. Em termos de mudança de significado em geral, é comum encontrarmos referência aos termos “mudança semântica” e “mudança pragmática”. A posição que assumimos nesta tese é a de tratar a mudança de significado envolvida em processos de gramaticalização, em princípio, como “mudança semântico-pragmática”⁵⁴, sem entrar no mérito das discussões que aproximam ou separam esses dois campos. A distinção será mantida, contudo, ao nos reportarmos a autores que assim o fazem. Feita essa observação inicial, passemos à exposição do que consideramos pertinente à tese.

Do ponto de vista semântico, a direção de mudança concreto > abstrato tem sido postulada por Sweetser (1988, 1990) e assumida por teóricos da gramaticalização como Traugott (1982, 1989, 1995, 1999, 2001, 2002), Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), Traugott e Heine (1991), Traugott e König (1991), Hopper e Traugott (1993), Bybee, Perkins e Pagliuca (1994), Bybee e Hopper (2001), Heine (2002, 2003), Bybee (2003), Heine e Kuteva (2007), entre outros autores. Decorre dessa trajetória a emergência de usos, que têm sua origem em itens lexicais de sentido concreto, com abstratização progressiva de significado sem que haja, necessariamente, mudança de categoria gramatical.

A motivação cognitiva subjacente a esse tipo de mudança concreto > abstrato envolve a *metáfora*. Sweetser (1988, 1990) postula que usamos a linguagem do mundo exterior (sócio-físico) para aplicar ao mundo interior (emocional e psicológico). O domínio interno dispõe de um sistema metafórico altamente estruturado paralelo ao mundo exterior, que pode ser estendido para diferentes áreas da experiência humana. A autora argumenta que a mudança inicia quando um item lexical, por meio de transferência metafórica, substitui um significado do mundo externo (sócio-físico) por outro do mundo interno (mental). Além disso, destaca que, no curso da história, o sistema metafórico tem guiado o curso de abundantes mudanças semânticas. Por outro lado, em termos sincrônicos, ele é representado por numerosas palavras polissêmicas e usos abstratos do vocabulário do mundo físico.

⁵⁴ Por vezes, usamos o termo “mudança pragmático-semântica”, quando queremos enfatizar os aspectos pragmáticos presentes nos contextos de uso que antecedem uma mudança semanticamente codificada na língua, como por exemplo: implicatura conversacional > implicatura convencional.

Os estudos mais recentes sobre gramaticalização têm depositado interesse na configuração dos processos metafóricos que constituem a base desse tipo de mudança concreto > abstrato, e reconhecem a metáfora como um processo unidirecional de abstratização crescente, ou seja, de transferência de um significado básico, normalmente mais concreto, para um menos concreto e mais abstrato. Os padrões de transferência conceitual têm sido descritos mediante modelos conhecidos como *transfer model* (HEINE, 2003).

Outro tipo de mudança evidenciada é aquela que envolve fatores pragmáticos e tem sido postulada, nos estudos sobre gramaticalização, como sendo anterior e motivadora da mudança semântica. A motivação comunicativa subjacente a esse tipo de mudança envolve a *metonímia*⁵⁵. O modelo que enfatiza o componente pragmático é conhecido como *context model*. As principais noções relacionadas a este modelo são, além da metonímia, “reinterpretação induzida pelo contexto”, inferência pragmática, implicatura conversacional (HEINE, 2003).

Enfatizando mais as motivações pragmáticas do que as cognitivas, Traugott aborda a mudança semântico-pragmática como decorrente do contexto discursivo. Nesse sentido, Traugott (1988, 1989) e Traugott e König (1991) chamam a atenção para o papel que o fortalecimento pragmático, caracterizado pela convencionalização de uma implicatura conversacional por meio de um processo metonímico, desempenha no desenvolvimento de categorias gramaticais⁵⁶.

Foi a partir da noção de implicatura de Grice ([1975] 1989) e Levinson (1983) que Traugott desenvolveu a *Invited Inferencing Theory of Semantic Change* (TRAUGOTT, 1999; TRAUGOTT; DASHER, 2005). Com o termo “inferência sugerida” (*invited inferencing*), Traugott quer aludir tanto à ação estratégica do F (sugestão) como à resposta do O (inferência). A concepção de Traugott será retomada e detalhada em seção adiante.

Numa abordagem que integra os mecanismos metafóricos e metonímicos envolvidos na mudança, Heine, Claudi e Hünemeyer (1991, p. 217) apresentam a proposta de percurso em cadeias, sob a forma de um *continuum*, no qual a passagem de um domínio a outro para eviden-

⁵⁵ Traugott e König (1991) estendem a noção de metonímia de contextos concretos a contextos pragmáticos de inferência conversacional e convencional. A contigüidade envolvida nesse último caso é baseada no mundo do discurso. Assim, para os autores, a pressão da informatividade é um tipo de metonímia. A metonímia é indicial: aponta para relações no contexto.

⁵⁶ Para Traugott e König (1991), ambos os processos – metáfora e metonímia – podem ser considerados como tipos complementares de processos pragmáticos, desde que se inclua o primeiro como um tipo especial de inferenciamento.

ciar os possíveis caminhos dos itens lexicais em processo de gramaticalização pode se dar por metáfora (motivações cognitivas), mas também por metonímia (motivações comunicativas):

peessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade

Esse *continuum* é irreversível, unidirecional, e o surgimento de novas estruturas gramaticais, segundo os autores, é motivado quer por necessidades comunicativas não satisfeitas, quer pela ausência de designações lingüísticas para determinados conteúdos cognitivos. Decorre dessa trajetória a idéia de que as mudanças são operadas sempre da esquerda para a direita, isto é, categorias cognitivas mais próximas do indivíduo [+ concretas] são empregadas para expressar categorias cognitivas mais distantes do indivíduo [- concretas]⁵⁷. Assim, quanto mais à direita um item estiver, mais avançado é o seu estágio de gramaticalização, visto que as categorias vão apresentando maior grau de abstratização. Ao se gramaticalizar, o item desloca-se da esquerda para a direção mais abstrata.

Vejamos o modelo metafórico-metonímico⁵⁸ dos autores:

⁵⁷ Os autores exemplificam que, em muitas línguas, o lexema “back”, que indica a parte de trás do corpo, é usado como um veículo metafórico para expressar um conceito espacial “behind” (atrás) e depois serve como um veículo para significar um conceito temporal “after” (depois), resultando na trajetória objeto > espaço > tempo.

⁵⁸ Lopes-Damásio (2008), ao realizar um estudo sobre o uso do elemento “assim”, observou os mecanismos envolvidos na gramaticalização e adaptou o modelo metafórico-metonímico de Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) conjugando as propostas de Traugott (1982, 1989) e Sweetser (1988, 1991).

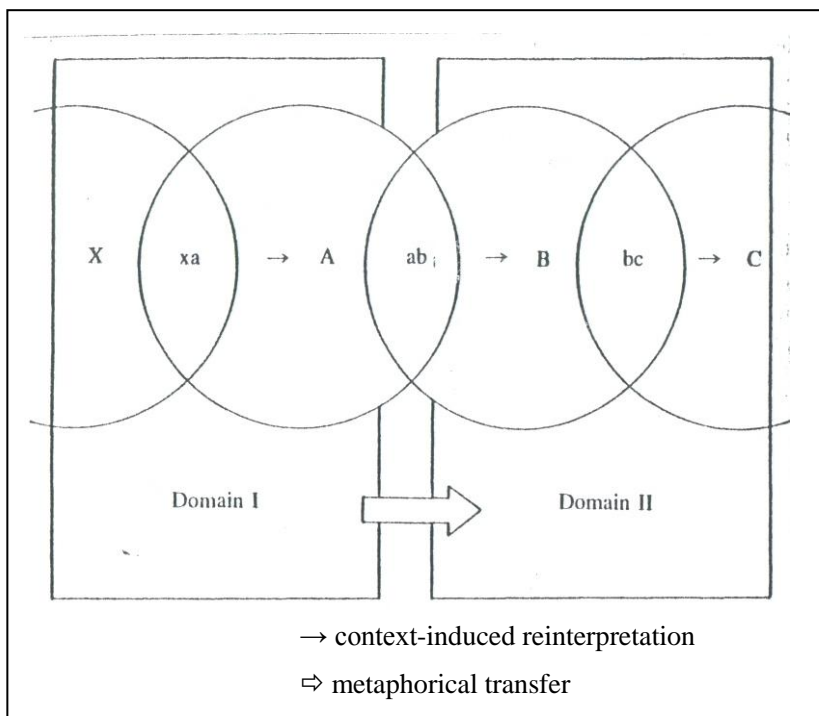


FIGURA 1 - THE METONYMIC-METAPHORICAL MODEL

FONTE: HEINE, CLAUDI e HÜNNEMEYER (1991, p. 114)

Como pode ser lido esse modelo? Há duas forças, uma cognitiva e outra pragmática, envolvidas no processo de gramaticalização, representadas por dois tipos de estrutura: (i) uma “macroestrutura” – que caracteriza, de modo discreto, a passagem do domínio conceitual I para o domínio conceitual II, mediante transferência metafórica por relações de similaridade ou analogia (natureza cognitiva); e (ii) uma “microestrutura” – que caracteriza, num *continuum*, uma seqüência em cadeia que mostra etapas com significados sobrepostos, cuja expansão se dá metonimicamente mediante reinterpretação induzida pelo contexto, por implicatura conversacional (natureza pragmática) (HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991, p. 102-112).

Essa proposta, que reúne motivações cognitivas e comunicativas/pragmáticas e que considera ambos os mecanismos – metáfora e metonímia –, está mais de acordo com a abordagem teórica da tese, que

transita por esses dois planos. Dada a natureza do nosso objeto, contudo, os aspectos pragmáticos acabam ganhando maior relevo.

Para se entender a atuação de aspectos pragmáticos e semânticos ao longo do processo de mudança lingüística por gramaticalização, Traugott (1988, 1989 e a ser publicado), Traugott e König (1991), Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), Traugott e Dasher (2005) trazem à cena as três funções da linguagem⁵⁹: *ideacional*⁶⁰, *textual* e *interpessoal*, nos termos de Halliday e Hasan (1976)⁶¹. Essa é uma abordagem teórica que também nos interessa mais diretamente, pois a classificação tripartida de Halliday e Hasan, revisitada pelos estudiosos da gramaticalização, é fundamental para a discussão acerca da multifuncionalidade dos MDs. Apresentamos, brevemente, duas propostas em torno das funções da linguagem.

Traugott (1982, 1989) demonstra, ao estudar o desenvolvimento de itens lexicais em clíticos, partículas, auxiliares, advérbios, conectivos e MDs, que os significados de uma palavra ou expressão seguem a tendência que pode ser verificada no seguinte contínuo: *Proposicional* > ((*Textual*) > (*Expressivo*))⁶², mas não inversamente. De acordo com esse *cline*, *significados com conteúdo proposicional podem ganhar significados textuais* (concernentes à coesão, por exemplo), *expressivos* (pres-

⁵⁹ O fato de que essas três funções podem ser veiculadas por qualquer elemento lingüístico e se manifestam simultaneamente não impede que, em alguns contextos, uma delas acabe predominando e seja mais proeminente do que as outras. A partir do momento em que ocorre uma mudança no contexto no qual o item se insere, pode haver também uma mudança na relação entre as três funções da linguagem, sendo que aquela que era mais evidente no primeiro contexto, pode vir a ser coadjuvante no segundo, enquanto uma das outras duas toma o lugar de destaque. Nesse sentido, as funções mesclam-se, entrecruzam-se o tempo todo, obtendo-se de suas combinações os mais diferentes efeitos.

⁶⁰ Encontram-se, na literatura, outras denominações para essa função, como *proposicional*, *referencial*, *representativa*, *cognitiva*, *descritiva*, *experencial* (GÖRSKI; ROST; DAL MAGO, 2004, p. 39).

⁶¹ O modelo de Michael Halliday vem sendo elaborado há mais de trinta anos. Inicialmente uma teoria sistêmico-funcional, depois revista e ampliada, com proposição de uma base paradigmática e, afinal, completada com a teoria das metafunções. Halliday interpretou o sistema lingüístico como um conjunto de possibilidades de escolhas relacionadas a um dado tipo de constituinte, de caráter sintagmático, a que estão ligadas três funções: a ideacional, a interpessoal e a textual. Em linhas gerais, a função ideacional envolve a negociação do tema discutido/referido, mostrando a relação de experiência do falante com o mundo real e o mundo interno de sua consciência, enfim, auxilia a organização do que o falante pretende dizer, marcando a relação texto/falante, enquanto que a interpessoal envolve a administração de turnos conversacionais e a manutenção dos papéis e atitudes do falante e ouvinte ao longo da interação. Já a função textual refere-se a como os falantes constroem suas mensagens, organizam seu discurso de modo a ajustá-los facilmente ao evento comunicativo (NEVES, 1997).

⁶² Observe-se que as funções proposicional e expressiva equivalem, respectivamente, à ideacional e à interpessoal de Halliday e Hasan.

suposicionais e atitudinais, por exemplo), ou ambos (1989, p. 31)⁶³. Essa trajetória de mudança foi posteriormente refinada e especificada, podendo ser correlacionada a três tendências gerais possíveis de mudança semântico-pragmática, tanto lexical como gramatical, que focalizam: a) a passagem de uma situação externa para uma interna; b) a passagem de uma situação externa/interna para uma textual; e c) a passagem de uma situação textual para o estado de crença subjetiva do F (TRAUGOTT; KÖNIG, 1991). Essas propostas tiveram desdobramentos interessantes, que serão retomados na seção destinada à exposição da abordagem teórica de Traugott.

Como contraponto, Heine, Claudi e Hünemeyer (1991, p. 182), a partir da discussão sobre a metáfora ESPAÇO-PARA-DISCURSO, sugerem o seguinte tipo de transferência metafórica que atua no desenvolvimento de categorias gramaticais



Conforme o diagrama acima, conceitos concretos do mundo real (domínio *de re*) transitam para o mundo do texto (domínio *de dicto*). Os autores correlacionam essa distinção às funções ideacional e textual, de Halliday. Ao analisarem o desenvolvimento de *who* (*quem*) de pronome interrogativo (*Who came?*/ Quem chegou?) para marcador de oração subordinada (*I don't know who came*/ Não sei quem chegou), tomam esse caso como contra-exemplo para a direcionalidade proposta por Traugott, uma vez que, no primeiro uso de *who*, há um componente interacional forte e, no segundo, um componente textual. Daí a proposta dos autores de se distinguir dois componentes na função interpessoal:

⁶³ O exemplo mais conhecido da autora é o desenvolvimento construção *þa hwile þe* “at the time that”, do inglês antigo, em conector temporal *while* “during”, no inglês médio, e conector concessivo *while* “although”, no inglês contemporâneo. Conforme Traugott (1982), inicialmente, o significado *while* tende a ser identificável nas situações concretas “at the time that” e, nesse sentido, apresenta a função proposicional, mas, no curso do tempo, passa a codificar situações discursivas, e como “during” sinaliza, segundo a autora, uma relação coesiva de tempo não apenas entre dois eventos no mundo, mas também entre duas orações, evidenciando, simultaneamente, uma função temporal e textual. No uso mais recente, com sentido concessivo “although”, *while* codifica a função expressiva da linguagem na medida em que revela a atitude do falante frente ao que é dito. Extrai-se desse exemplo que o percurso do item *while* parte de situações menos objetivas para mais subjetivas, isto é, o significado identificável na situação extralingüística é pressionado a codificar significados cada vez mais vinculados ao contexto pragmático. Tal configuração deixa evidente uma unidirecionalidade que aponta para um crescente fortalecimento da expressão subjetiva do falante.

um orientado para o F (referindo-se ao que o F tem em mente: suas atitudes, julgamentos, crenças, etc) e outro *orientado para o F* (servindo para estabelecer e manter relações sociais), cuja fronteira entre eles nem sempre é nítida. Em virtude disso, postulam o seguinte cline, pelo menos para o componente orientado para o O: *Ideacional > Interpessoal > Textual*. Como se pode perceber, há inversão na ordem da função interpessoal que, para esses autores, deve anteceder a textual.

A argumentação dos autores se pauta basicamente no seguinte: as situações mais nítidas de interação com o O envolvem atos de fala manipulativos com enunciados de perguntas e de comandos; entra em ação um mecanismo de reanálise pelo qual um marcador de interrogação (*who*) se gramaticaliza como marcador de subordinação. Esses elementos acabam atuando no plano textual com função coesiva. Há um jogo de relações na situação interativa: F vai direcionando sua atenção mais para partes do texto do que para o interlocutor e essa relação pode vir a ser reinterpretada não mais como uma relação do F com o texto, mas entre diferentes partes do texto, instaurando-se, assim, a função textual.

As trajetórias implicadas nas funções da linguagem evidenciam instâncias de mudança semântico-pragmática e também categorial. A seguir, trazemos à discussão outros fatores relacionados a essas mudanças.

Nos processos de mudança lingüística via gramaticalização há perdas e ganhos. Heine e Kuteva (2007) colocam em evidência um conjunto interrelacionado de parâmetros que evidenciam algumas perdas em diferentes níveis lingüísticos:

- a. extensão, i.e. o surgimento de novos significados gramaticais quando expressões lingüísticas são estendidas a novos contextos (reinterpretação induzida pelo contexto);
- b. dessemantização (ou “apagamento semântico”), i.e. perda (ou generalização) em conteúdo de significado;
- c. descategorização, i.e. perda em propriedades morfossintáticas características de formas lexicais ou de outras formas menos gramaticalizadas;
- d. erosão (ou “redução fonética”), i.e. perda em substância fonética (HEINE, 2003; HEINE; KUTEVA, 2007, p. 34, tradução nossa).⁶⁴

⁶⁴ “a. extension, i.e. the rise of new grammatical meanings when linguistic expressions are extend to new contexts (context-induced reinterpretation); b. desemanticization (or ‘semantic bleaching’), i.e. loss (or generalization) in meaning content; c. decategorialization, i.e. loss in morphosyntactic properties characteristic of lexical or other less grammaticalized forms; d.

Cada um desses parâmetros recobre diferentes aspectos da língua em uso. A extensão é de natureza pragmática, a dessemantização capta o nível semântico, a decategorização exhibe a natureza morfossintática e a erosão reflete o nível fonético da categoria lingüística. A ordenação desses parâmetros reflete a seqüência diacrônica em que eles são aplicados nos itens em processo de gramaticalização: inicia com a extensão, a qual desencadeia a dessemantização e subseqüentemente a decategorização e a erosão.

Enquanto três dos parâmetros (semântico, morfossintático e fonético) apresentados por Heine (2003) e Heine e Kuteva (2007) envolvem perda de propriedades, há também ganhos (que serão detalhados mais adiante) no que tange às características desses usos em novos contextos (denominados ganhos pragmáticos). Destacam os autores que, embora as formas evoluam do léxico para a gramática, de menos gramatical para mais gramatical, não se observa perda completa de suas propriedades originais.

Como se vê, a definição meilletiana permitiu um alargamento no âmbito dos estudos relacionados à gramaticalização e a maior parte dos autores propõe que seja entendida como um processo de mudança intercomponencial que apresenta alterações fundamentais baseadas na interação de fatores pragmáticos, semânticos, morfossintáticos e fonéticos que podem promover a alteração de seu estatuto categorial (HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991; HEINE; KUTEVA, 2007, p. 34). O conceito de gramaticalização, portanto, representa um desafio às abordagens lingüísticas que pressupõem categorias discretas encaixadas em sistemas fixos e estáveis.

Há, ainda, um fator relacionado à mudança lingüística que merece destaque: o papel da frequência de uso⁶⁵. Nesse caso, vale enfatizar a advertência de Bybee (2003) de que a alta frequência não é um resultado da gramaticalização, mas apenas um indício para a sua identificação. Discutindo as conseqüências de aspectos da ritualização, a autora argumenta que a repetição freqüente de uma forma desempenha um importante papel nas seguintes mudanças identificadas com a gramaticalização:

erosion (or “phonetic reduction”), i.e. loss in phonetic substance” (HEINE, 2003; HEINE; KUTEVA, 2007, p. 34).

⁶⁵ Entre os fatores associados à evolução de novos significados gramaticais, Heine (2002, p. 84) também menciona a frequência de uso. São esses os fatores listados pelo autor: a) Contexto, b) Frequência de uso, c) ‘Reasoning processes’ (inferência), d) Mecanismos de transferência (metáfora, metonímia, etc.), e) Direcionalidade (concretização/abstração), f) Implicações semânticas (‘bleaching’ (desbotamento)/ generalização).

- (i) enfraquecimento de forças semânticas pela habitualidade, que faz que um organismo deixe de responder, com a mesma eficácia, a um estímulo repetido;
- (ii) mudanças fonológicas de redução e de fusão de formas;
- (iii) maior autonomia da forma, que propicia a neutralização de componentes individuais (tais como flexões, estrutura argumental etc.) presentes em outros usos menos gramaticalizados;
- (iv) extensão de uso da forma para novos contextos com novas associações pragmáticas.

3.1.1.4 A abordagem de Traugott

Retomamos, neste ponto, a perspectiva assumida por Traugott acerca das questões de mudança. Como adiantamos anteriormente, a proposta inicial do *cline Proposicional* > ((*Textual*) > (*Expressivo*)) teve desdobramentos. Essa formulação foi revisada e a mudança foi especificada nos seguintes termos: “[...] de significados fundados em situações extralinguísticas mais ou menos objetivamente identificáveis a significados fundados no fazer textual (por exemplo, conectivos, marcadores anafóricos etc.) a significados fundados na atitude ou crença do falante sobre o que é dito [...]” (TRAUGOTT, 1989, p. 34, tradução nossa)⁶⁶. Assim, a autora propõe um alargamento dos significados ressaltando a relevância do enfoque no significado baseado na situação extralingüística.

Nesse sentido, sugerindo não o enfraquecimento semântico, postulado por Meillet e Givón, entre outros, mas o fortalecimento pragmático, Traugott e König (1991), Hopper e Traugott (1993), Traugott (1995) destacam que tal ganho em significado pragmático ocorre nos primeiros estágios de gramaticalização, especialmente devido ao acréscimo do envolvimento da expressividade subjetiva do F em termos de atitudes e crenças, o qual a autora, em outras palavras, denominou pragmatização do significado.

Nessa direção, propõem Traugott e König (1991) a existência de estratégias de dois tipos ao longo do ato comunicativo num processo de

⁶⁶ “[...] as one from meanings grounded in more or less objectively identifiable extralinguistic situations to meanings grounded in text-making (for example connectives, anaphoric markers, etc.) to meanings grounded in the speaker’s attitude to or belief about what is said [...]” (TRAUGOTT, 1989, p. 34).

pragmatização do significado, dependendo da função gramatical envolvida, as quais podem pressionar as mudanças semânticas em gramaticalização e tornar o significado da expressão mais abstrato: metonímia (fortalecimento pragmático por meio da convencionalização de uma implicatura conversacional⁶⁷) e metáfora. Assim, com o tempo, caso um mesmo padrão de inferências ocorra frequentemente com uma construção gramatical particular, este torna-se codificado como parte do significado dessa palavra/construção, o que significa uma convencionalização de inferências⁶⁸, mas emerge desse novo significado uma forma polisêmica (TRAUGOTT, 1995).

Recomendam os autores estender a noção de metonímia do contexto concreto e manifesto para o contexto cognitivo e encoberto, especificamente o contexto pragmático da inferência conversacional e convencional. Nos processos metonímicos, três tipos de contiguidades são inerentes, conforme postulam Traugott e König (1991, p. 210-211, tradução nossa):

Contigüidade em sócio-físico ou sócio-cultural [...] (associação de comportamento com uma certa pessoa ou classe de pessoas) [...]; b. contigüidade no enunciado (ou seja, adequação), geralmente terminando em elipse [...]; c. sinédoque, ou a relação parte-todo [...]⁶⁹

Traugott e König (1991) correlacionam a trajetória de mudança e as três tendências gerais, reunidas no quadro a seguir:

⁶⁷ A noção de convencionalização de implicaturas conversacionais é proveniente de Grice (1975) e constitui de fundamental importância para o entendimento de como falantes e ouvintes se comunicam em situações em que aquilo que o falante quer comunicar difere do significado literal da sentença. Assim sendo, as implicaturas têm a propriedade de comunicar mais do que aquilo que vem explicitamente dito no enunciado.

⁶⁸ Dois dos exemplos que envolvem o desenvolvimento de novos significados por meio de convencionalização de inferência conversacional, citados por Traugott e König (1991, p. 194, tradução nossa), são derivados do inglês mais recente. Observe: “Depois que ouvimos a aula nós nos sentimos muito inspirados (+> por causa da aula nos sentimos muito inspirados)” e “No minuto em que John entrou para o nosso time, as coisas começaram a dar errado (+> por John ter entrado para o time, as coisas começaram a dar errado)”. Trata-se de exemplos de inferências conversacionais em jogo, isto é, não constituem como parte do significado de qualquer constituinte da sentença, mas estabelecem relação de causa entre elas. Na medida em que a interpretação conversacional torna-se rotineira e adotada em diversas circunstâncias, emerge daí o que os autores nomeiam de convencionalização de implicatura e também a possibilidade de gramaticalização dos itens ou construções.

⁶⁹ “a. Contiguity in social-physical or socio-cultural [...] (association of behavior with a certain person or class of persons) [...]; b. contiguity in the utterance (that is, collocation), often ending in ellipsis [...]; c. Synecdoche, or the part-whole relation [...]”

I	Significados baseados na situação descrita externa	>	Significados baseados a situação interna (avaliativa/perceptual/cognitiva)
II	Significados baseados na situação descrita externa ou interna ou externa	>	Significados baseados na situação textual
III	(Situação textual)	>	Significados tendem a se tornar cada vez mais situados nas crenças, estados/attitudes subjetivas do falante em relação à situação

QUADRO 1 - TENDÊNCIAS DA MUDANÇA SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA

FONTE: adaptado de TRAUGOTT e KÖNIG (1991, p.208-209)

O quadro 1 pode ser lido da seguinte maneira: *I* – significados inicialmente voltados para a situação externa mais, ou menos, identificável objetivamente vão se deslocando para a situação interna (por ex.: objeto > espaço; espaço > tempo); *II* – significados concernentes à situação externa ou interna vão mudando para significados na situação textual (por ex.: espaço > conexão textual); *III* – os significados ganham aumento da expressão do envolvimento do F em termos de suas crenças e atitudes avaliativas. Nas tendências I e II, o processo envolvido é a metáfora (transferência de domínios); na tendência III, é a metonímia (fortalecimento pragmático com mudança de uma implicatura conversacional para uma convencional)⁷⁰.

Como exemplo da tendência I, Traugott e König apresentam a extensão espacial da preposição *after* para codificar significado temporal, isto é, uma mudança da situação concreta/física para referenciar um aspecto cognitivo/perceptual. Na tendência II, o significado baseado na situação interna e externa é reinterpretado no próprio contexto situacional. No desenvolvimento do advérbio *after*, por exemplo, o significado de lugar é reinterpretado como conector subordinativo para descrever situações no tempo, estabelecendo, nesse contexto, relação coesiva. Por fim, na tendência III, a mudança de valores espaciais ou temporais para

⁷⁰ Ocorre transferência metafórica de domínios: objeto > espaço > tempo > texto (conector). E, dentro de um mesmo domínio (texto), fortalecimento pragmático, ou mudança metonímica: valor temporal > concessivo, por exemplo.

codificar valores causais, concessivos ou partículas de negação são exemplos da expressão da subjetividade do F, decorrente de inferências (fortalecimento pragmático), para relacionar elementos da proposição.

O quadro 2 apresenta o desenvolvimento de *while* e a correlação das funções da linguagem com as três tendências:

Proposicional >	Textual >	Expressiva
<i>Hwilum</i> ('tempo') > inglês antigo	<i>Wile</i> ('durante') > inglês médio	<i>While</i> ('enquanto') Inglês atual
Situação temporal vista como existindo no mundo (significado concreto)	Relação temporal coesiva não entre dois eventos no mundo, mas entre duas orações, com função textual (e proposicional)	Sentido concessivo: expressão da atitude do falante (avaliação do contraste entre proposições)

QUADRO 2 - GRAMATICALIZAÇÃO DE *WHILE*⁷¹

FONTE: adaptado de TRAUGOTT (1989 *apud* GÖRSKI; ROST; DAL MAGO, 2004, p. 42)

Os pares tradicionais metáfora e metonímia envolvidos na elaboração do discurso pelos falantes são decorrentes de dois outros mecanismos conhecidos, respectivamente, analogia e reanálise, que, por sua vez, dizem respeito a questões estruturais da gramaticalização. Tais mecanismos guiam e restringem a convencionalização de implicaturas conversacionais. Além da metáfora e da metonímia, Traugott prevê dois outros mecanismos de mudança semântica em geral: subjetivização > intersubjetivização – como processos que se desenvolvem a partir do uso de expressões de subjetividade, cujo significado pragmático é o de indexar a atitude ou ponto de vista do F, e de expressões de intersubjetividade, cujo significado pragmático é o de indexar a atenção do F à face/imagem do O. Trata-se de mecanismos não apenas cognitivos, mas

⁷¹ O desenvolvimento da construção *þa hwile þe* em conector temporal *while* se deu devido ao fortalecimento do envolvimento expressivo do falante. Inicialmente *Hwilum* apresentava sentido adverbial de tempo simultâneo *the time that*, mas perdeu a especificação de simultaneidade, devido a outras inferências baseadas na temporalidade, e passou, como *Wile*, a designar uma relação coesiva entre duas orações (temporal > coesivo [temporalidade/concessividade]), depois, o significado concessivo de *While* se expandiu para expressar contraste entre orações, como *although*. Este significado mais recente é o resultado de uma relação construída subjetivamente, pois expressa a atitude do falante (subjetivização) a respeito do que está sendo dito. A polissemia de *while* é vista, portanto, como resultante de uma implicatura conversacional (nesse caso, determinada pelos princípios da informatividade e da economia) que se torna convencionalizada, ou seja, um novo significado convencional lhe é atribuído.

comunicativos que emergem das práticas de fala e de escrita (TRAUGOTT, 2002). Os conceitos de (inter)subjetividade e (inter)subjetivização são apresentados mais detalhadamente a seguir.

3.1.1.4.1 A noção de (inter)subjetividade e (inter)subjetivização

Primeiramente, é preciso estabelecer distinção entre “(inter)subjetividade” e “(inter)subjetivização”, conforme apresentada por Traugott (1999, 2002, 2005 e a ser publicado)⁷². Começamos tratando da primeira. A noção de “(inter)subjetividade” está apoiada, em geral, nas idéias de Benveniste e de Lyons (cujos predecessores são Bréal, Bühler e Jakobson) e remete à *perspectiva sincrônica* de fenômenos que envolvem o falante/escrivente e/ou o ouvinte/leitor. Segundo Traugott, a intersubjetividade é construída em paralelo com a subjetividade, como: “[...] a expressão explícita da atenção do F para o ‘self’ do O tanto num sentido epistêmico, prestando atenção a suas (prováveis) atitudes em relação ao conteúdo do que é dito, como num sentido mais social (prestando atenção à ‘face’ ou ‘image needs’)”⁷³ (1999, p.2, tradução nossa)⁷⁴.

Traugott chama a atenção para a necessidade de se distinguir os papéis do F/O no mundo do evento de fala (esse é o que interessa) daqueles papéis que os mesmos indivíduos podem desempenhar como referentes no mundo sobre o qual está se falando, nesse caso presentes na estrutura argumental. Nesse sentido, esclarece a autora, a intersubjetividade não é necessariamente uma característica de todas as expressões que fazem referência a P2, mesmo que P1 e P2 sejam dêiticos. Exemplos fornecidos pela autora (1999, p. 2-3):

- a. I will take you to school (*Vou apanhar você na escola*)
- b. Actually, I will take you to school (*Realmente/de fato, vou apanhar você na escola*).

⁷² Importante destacar que a abordagem de Traugott é “discursiva”, diferente da de Langacker, por exemplo, que é “cognitiva”.

⁷³ “[...] the explicit expression of SP/W's attention to the "self" of AD/R in both an epistemic sense, paying attention to their (likely) attitudes to the content of what is said, and in a more social sense (paying attention to “face” or “image needs”)” (TRAUGOTT, 1999, p.2).

⁷⁴ As páginas correspondem ao texto acessado na internet em <<http://www.stanford.edu/~traugott/traugott.html>>.

Enquanto o primeiro revela pouca ou nenhuma atenção da parte do F em relação à face do O, no segundo a palavra *actually* mostra a atitude do F para com o O e com o conteúdo da proposição, antecipando, por exemplo, o pensamento do O de que não seria necessário ir pegá-lo na escola; adiantando, nesse caso, um MAS... Retomaremos essa questão mais adiante.

Outro ponto de partida de Traugott para conceituar a “(inter)subjetividade” é a distinção entre os componentes do sistema linguístico *ideacional*, *textual* e *interpessoal* (HALLIDAY; HASAN, 1976), vistos sincronicamente, renomeados pela autora como *proposicional*, *textual* e *expressivo* (1982), conforme já mencionado. Sob uma perspectiva histórica, ela propõe que, em muitos casos, um item lexical que se origina no componente ideacional desenvolve mais tarde polissemias nos domínios textual e interpessoal. Ela aponta que esses dois últimos termos recobrem, de fato, dois tipos de estrutura: (i) o componente textual inclui elementos que servem à conexão local (como relativizadores e complementizadores) e também elementos que servem mais a propósitos “procedurais”⁷⁵ de expressar a atitude do F (como topicalizadores e marcadores discursivos), alguns deles sobrepondo as duas funções (como *and*, *then*, *in fact*) – todos tidos como ingredientes essenciais da gramática; (ii) o componente interpessoal, rebatizado inicialmente como expressivo, foi posteriormente desdobrado em *subjetivo* (orientado para o F) e *intersubjetivo* (orientado para o O) (TRAUGOTT; DASHER, 2002); por exemplo, o modal epistêmico *possivelmente* e a partícula de foco *até* (‘even’) são marcadores de avaliação do F (elementos subjetivos), já *por favor* é um marcador de reconhecimento e de atenção do F para com o O (elemento intersubjetivo). Traugott admite que, num sentido geral, o fato de se comunicar com outra pessoa envolve intersubjetividade. O que interessa a ela, contudo, não é apenas esse caráter contextual da situação de interlocução, mas a presença de marcadores e expressões linguísticas que indexam a subjetividade e a intersubjetividade, e a descoberta de como eles emergem.

Passemos agora à “(inter)subjetivização”. Essa é uma noção dinâmica que remete à *perspectiva diacrônica*. Numa visão histórica, se presta atenção aos mecanismos pelos quais (i) os significados tendem a se tornar cada vez mais baseados nas crenças ou na atitude subjetiva do

⁷⁵ Com base em Blakemore (1987) e Wilson e Sperber (1993), Traugott distingue os significados de “conteúdo” dos significados “procedurais”: os primeiros são independentes do contexto e os últimos requerem o ouvinte para interpretar os significados no contexto. O termo “procedural” equivale, por vezes, a “metatextual” (DANCYGIER, 1992 *apud* TRAUGOTT, 2002).

F em relação ao que/como é dito; e (ii) os significados tendem a se tornar cada vez mais centrados no O. Considerem-se as definições:

(1) Subjetivização é o processo semasiológico pelo qual significados passam, ao longo do tempo, a codificar ou externalizar as perspectivas e atitudes do F restringidas pelo mundo comunicativo do evento de fala, mais do que pelo chamado ‘mundo real’ do evento ou situação referida (TRAUGOTT, 1999, p. 01).⁷⁶

(2) Intersubjetivização é o processo semasiológico pelo qual significados passam, ao longo do tempo, a codificar ou externalizar implicaturas considerando a atenção do F para com o ‘self’ do O num sentido epistêmico e social (TRAUGOTT, 1999, p. 03).⁷⁷

Traugott salienta que a intersubjetivização não é um mecanismo separado da subjetivização, mas uma extensão deste, sendo “motivado pela indexação metonímica da intersubjetividade do evento de fala (relações entre F-O)” (p.04).

O caráter dinâmico da “(inter)subjetivização” fica claro no seguinte procedimento: as expressões de “(inter)subjetividade” têm como primeiro significado pragmático e semântico o de indexar a atitude ou ponto de vista do F (subjetividade) e a atenção do F para com a *self-image* do O (intersubjetividade). A partir daí é que se desenvolvem polissemias, de início pragmáticas, depois semânticas (codificadas)⁷⁸, as quais podem, mais tarde, vir a ser reinterpretadas como homônimas, ou até mesmo deixar de ser usadas.

Na visão de Traugott (a ser publicado), é possível organizar expressões ao longo de um cline de (inter)subjetividade, correlacionado com a proposta de Halliday e Hasan, do seguinte modo:

⁷⁶ “Subjectification is the semasiological process whereby meanings come over time to encode or externalize the SP/W’s perspectives and attitudes as constrained by the communicative world of the speech event, rather than by the so-called “real-world” characteristics of the event or situation referred to” (TRAUGOTT, 1999, p. 01).

⁷⁷ “Intersubjectification is the semasiological process whereby meanings come over time to encode or externalize implicatures regarding SP/W’s attention to the “self” of AD/R in both an epistemic and a social sense” (TRAUGOTT, 1999, p. 03).

⁷⁸ Traugott chama a atenção que é preciso distinguir (i) a intersubjetividade que pode pragmaticamente acompanhar o uso de uma forma, de (ii) seu desenvolvimento até um significado semanticamente codificado.

não-/menos subjetivo	-- subjetivo	-- intersubjetivo
ideacional	-- interpessoal	

Esse *continuum* sintetiza tendências de mudança e é baseado em resultados de trabalhos diacrônicos que têm mostrado que, para alguns itens lexicais ou construções, polissemias subjetivizadas emergem depois do significado ideacional (subjetivização) e, para outros, polissemias intersubjetivizadas emergem depois dos significados subjetivizados (intersubjetivização). Em outras palavras, por esses mecanismos (i) significados são recrutados para codificar e regular atitudes e crenças do F; e (ii) uma vez subjetivizados, podem ser recrutados para codificar significados centrados no O⁷⁹. Traugott destaca que o *cline* acima deve ser visto como “camadas” (HOPPER, 1991) no sentido de que formas mais novas e mais velhas coexistem em variação.

Nessa concepção mais recente de Traugott a respeito da intersubjetivização (a ser publicado), a autora frisa que, se um significado for derivável do contexto, não se trata de intersubjetivização, mas simplesmente de aumento de intersubjetividade pragmática (os sufixos *-zação* e *-dade* são muito relevantes aqui). A intersubjetivização implica codificação semântica: só acontece quando significados intersubjetivos pragmáticos, que são inferíveis do contexto, vêm a ser codificados como parte da semântica de um item⁸⁰. Nesse sentido, casos genuínos de intersubjetivização são difíceis de se identificar. Um exemplo dado por Traugott é o do surgimento de honoríficos no japonês que, dirigidos ao interlocutor, podem indexar polidez ou intimidade, e fazem parte de um estilo/registo mais geral. São elementos linguísticos cuja estrutura semântica passa a codificar diretamente dêixis social.

Em resumo: subjetivização e intersubjetivização envolvem a re-análise, como significados semânticos (codificados), de significados

⁷⁹ Essa trajetória é questionada por alguns autores. A própria Traugott (a ser publicado) registra a seguinte nota: Athanasiadou, Canakis, and Cornillie (2006) constroem sua visão de subjetivização (de Traugott) como sendo primariamente pragmática. Ela argumenta que enquanto a força pragmática de significados subjetivos é, indiscutivelmente, uma pré-condição para a subjetivização, a própria subjetivização não é pragmatização, mas semantização (considerando que há diferença entre pragmática e semântica).

⁸⁰ Na “revisitação” de Traugott à (inter)subjetivização (a ser publicado), ela tende a desconsiderar como caso de intersubjetivização certos usos de *hedges* (elementos que criam contato com o O, sendo usados também como marca de polidez) que emergem de MDs subjetivizados, por terem os significados pragmaticamente derivados do contexto, sem ser semanticamente codificados. Um dos exemplos havia sido dado em Traugott (1999) para o inglês:

actually 'efetivamente' > 'adversativo' > 'reforçador do enunciado anterior' > 'hedge'
advérbio de modo > adv. adversativo sentencial > MD aditivo > *hedge*

pragmáticos que emergem no contexto de negociação de sentidos pelos interlocutores.

3.1.1.4.2 Relação entre (inter)subjativização e gramaticalização

Como pontua Traugott (2005, p. 89), subjativização e intersubjativização são fatores típicos da mudança semântica em geral. Ainda de acordo com a autora (a ser publicado), subjativização e intersubjativização são independentes da gramaticalização, nenhum desses mecanismos acarreta gramaticalização; existe, contudo, forte correlação entre gramaticalização e subjativização, e mais fraca entre gramaticalização e intersubjativização. No domínio da subjativização, as evidências vêm principalmente do desenvolvimento de verbos de atos de fala e especialmente de seus usos ilocucionários. No domínio da intersubjativização, vêm do desenvolvimento dos usos polidos de itens lexicais que se desenvolvem a partir de usos “humilhativos”.

A autora propõe, a exemplo do que fez com a (inter)subjatividade e a (inter)subjativização, que se distinga a gramaticalidade (um modo sincrônico de organizar os dados) da gramaticalização (um cline de tendências atestadas ao longo do tempo).

Clines sincrônicos de gramaticalidade normalmente são estabelecidos a partir do critério “graus de fusão”, como ilustrado no exemplo (BYBEE; PERKINS; PAGLIUCA, 1994, p. 40 *apud* TRAUGOTT, a ser publicado):

sintagma ou palavra – ‘gram’⁸¹ não-preso – ‘gram’ preso

Traugott salienta que o interesse pelos graus de fusão como uma medida sincrônica advém do fato de que é visto como resultado de mudanças diacrônicas via gramaticalização, definida como “mudança pela qual itens lexicais e construções passam, em certos contextos linguísticos, a desempenhar funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais” (HOPPER; TRAUGOTT 2003 [1993], p. 18). Nesse sentido, o cline sincrônico ilustrado acima deriva de um cline diacrônico:

item lexical/construcional > item gramatical > item mais gramatical

⁸¹ *Gram* corresponde, grosso modo, a morfema, no trabalho de Bybee, Perkins e Pagliuca (1994).

Embora seja um mecanismo de mudança geral, a subjetivização está bastante atrelada à gramaticalização (bem mais do que a intersubjetivização⁸²), provavelmente porque a gramaticalização envolve recrutamento de itens para marcar a perspectiva do F sobre fatores como (TRAUGOTT, a ser publicado):

- quem faz alguma coisa para quem (estrutura argumental)
- como a proposição (expressão ideacional) está relacionada ao tempo da fala ou à temporalidade de outra proposição (*tense*)
- se a situação é perspectivizada como contínua ou não (aspecto)
- se a situação é relativizada às crenças do F (modalidade, modo)
- se as entidades referidas são construídas como as mesmas ou diferentes (pronomes, indexadores)
- que parte da oração é vista como tópico ou foco
- como os enunciados são conectados aos outros (conectores, marcadores discursivos).

É na *gramaticalização primária*⁸³ (mudança de lexical/construcional para gramatical) que a subjetivização ocorre mais, provavelmente “porque a gramaticalização frequentemente requer fortalecimento de inferências pragmáticas que emergem em contextos lingüísticos bem específicos, antes de sua semantização e reanálise como elementos gramaticais”.

Traugott (a ser publicado) chama a atenção para o fato de que elementos subjetivizados tendem a se posicionar na periferia de um constituinte ou oração, ilustrando com o trabalho de Suzuki (1998) sobre o desenvolvimento do nome japonês *wake* “reason” em um MD explicatório situado no final do enunciado, traduzido para o inglês como “no wonder” ou “*you see*” (*você vê*).

Nesse ponto, Traugott (a ser publicado) faz uma consideração bastante relevante ao nosso trabalho, ao mencionar que “a migração de elementos subjetivizados para a periferia do sintagma, da oração ou da sentença não seria considerada um caso de gramaticalização por aqueles que tomam a redução do escopo estrutural e a condensação como um critério para a gramaticalização” (como é o caso de Lehmann 1995

⁸² Na maioria das línguas, a intersubjetivização é gramaticalizada apenas em alguns MDs e interjeições; e é fortemente gramaticalizada, no sentido de ser expressa morfologicamente, em poucas línguas (ex. japonês, onde final verbal pode indexar polidez). No geral, a intersubjetivização envolve expressões de polidez e tende a ser mais associada a escolhas lexicais do que gramaticais (TRAUGOTT, a ser publicado).

⁸³ A *gramaticalização secundária* envolve o desenvolvimento de material já gramatical em mais gramatical.

[1982], p. 144). No entanto, Traugott considera que esse é um critério muito restritivo, uma vez que a redução e a condensação ocorrem em certos domínios cujo escopo é mais localizado, como o desenvolvimento de caso e *tense*; mas não ocorrem em outros, como o da modalidade epistêmica, dos conectores, dos MDs, etc., que implicam aumento de escopo – e que esses também são casos de gramaticalização.

Traugott compara a mudança semântica com a morfossintática, evidenciando os mecanismos envolvidos em ambas. Como mecanismos internos de mudança morfossintática, costumam ser mencionados a reanálise⁸⁴ (vista como mudanças que concernem à constituição, estrutura hierárquica, categoria, relações gramaticais, tipos de fronteira) e a analogia (vista como mudanças baseadas em padrões e moldes explícitos que servem como exemplares para outro) (HOPPER; TRAUGOTT, 2003 [1993]). Como mecanismos de mudança semântica, têm sido propostos a metáfora (equivalente à analogia ou generalização, por ser paradigmática) e a metonímia (análoga à reanálise, por ser dependente de contexto e associativa) (TRAUGOTT; DASHER, 2005). Reanálise e analogia são mecanismos independentes, assim como o são a metonímia e a metáfora⁸⁵ (TRAUGOTT, a ser publicado)

Na visão da autora, a subjetivização e a intersubjetivização são subtipos de reanálise semântica, são mecanismos. Por exemplo, a mudança de *a bit of* (“um pedaço de”) de partitivo > modificador de grau é um caso de subjetivização: a reanálise de avaliações escalares pragmaticamente inferidas emerge por metonímia conceptual no contexto dos enunciados. Em geral, mudanças que envolvem significados de conteúdo > significados procedurais também são vistas como resultantes de subjetivização (TRAUGOTT; DASHER, 2005).

Traugott (2002) defende que uma polissemia semântica codificada não deve necessariamente emergir antes que ocorra uma mudança categorial. Mas, o que tem de ocorrer antes da gramaticalização é uma *polissemia pragmática*, ou seja, o uso de inferências sugeridas generalizadas (*generalized invited inferences*).

⁸⁴ Parece consensual entre os estudiosos o fato de que gramaticalização requer reanálise estrutural, mas nem toda reanálise (ex. mudança na ordem de palavras) é necessariamente gramaticalização.

⁸⁵ Traugott (a ser publicado) alerta que, quando os contextos da mudança são levados em conta, muito do que parece ser mudança metafórica pode passar a ser visto como resultado de mudança metonímica.

3.1.1.4.3 Pragmatização do significado

Um exemplo freqüentemente citado por Traugott em seus trabalhos é o que envolve o uso de *let's* no inglês (2005, p. 176-177):

let us X 'permit us to X' (Imp.) > *let's* 'I propose' (hortativo)' > 'mitigador'

Let us go, will you, > *Let's go, shall we,* >
*Let's take our pills now, Johnny*⁸⁶

A construção imperativa *let us X* ('permita-nos X')⁸⁷ é intersubjetiva desde o início, pois o enunciado tem força ilocucionária em virtude da estrutura argumental: F e O são participantes no evento projetado uma vez que a construção é imperativa (endereçada a P2) e se refere a uma ação do O projetada em relação ao F.

Fora dessa construção, que pode ser expandida para *Let us go, will you!*, emerge uma polissemia orientada para o F *let us* (> *let's*), conhecida como *let's* "hortativo" (= exortativo). Aqui, P1 e P2 juntos são sujeitos sintáticos tanto de *let* como de *go*, como em *Let us go, shall we?*. Essa construção é mais subjetiva, pois o F se inclui na exortação, além de ser uma forma mitigada de um imperativo; e é também mais intersubjetiva, pois o O é agora conceptualizado como agente junto do F. Mesmo enunciados imperativos, que são inicialmente claramente intersubjetivos, podem, portanto, ser subjetivizados⁸⁸.

Usos mais recentes de *let's* mostram um aumento de intersubjetividade, como nos casos que incluem locuções dirigidas a pacientes ou a crianças, em que o F presumivelmente não é um participante no evento "tomar pílula": *Let's take our pills now, Johnny* ("Vamos tomar nossas pílulas agora, Johnny"). Esse tipo de posicionamento do F mitiga fortemente a intenção, que é imperativa ("Tome suas pílulas agora, Johnny!")

⁸⁶ O imperativo *Let's go* pode ser analisado sintaticamente como bi-oracional (*allows us to go* = "permita-nos ir"), o hortativo *Let's go* como uma oração única modalizada (*may we go*! = "podemos ir!") e a terceira construção *Let's take our pills* como uma oração única com um marcador pragmático *let's* funcionando como algo do tipo *well* ("bem"). A composicionalidade semântica deste último *let's* é obscurecida (TRAUGOTT, 2005, p. 177).

⁸⁷ Esse tipo de construção é atestado desde o inglês antigo (OE) até hoje.

⁸⁸ Veja-se também o caso do MD *say* em muitos de seus significados ('*assume, about, for example, tell me*'). *Say* deriva de um uso imperativo, naturalmente intersubjetivo portanto, mas é subjetivizado ao longo do tempo: o uso '*about*' é um tipo de topicalizador, e o uso '*tell me*' expressa impaciência do F (BRINTON, 2005 *apud* TRAUGOTT, a ser publicado).

e explicitamente marca atenção intersubjetiva para com a *image needs* do O⁸⁹.

O desenvolvimento de *let's* ilustra não somente aumento de intersubjetividade, mas também uma mudança de significados de conteúdo (baseados na estrutura argumental no nível oracional) para significados procedurais pragmáticos (no nível discursivo).

Segundo Traugott (a ser publicado), é necessário distinguir a intersubjetividade que é inerente ao contexto de sujeitos de P2 (O) da intersubjetividade que é relevante para a intersubjetivização. Enquanto *you see* e *y'know*, com seus sujeitos de P2 rotinizados, parecem ser marcadores de intersubjetividade, como no exemplo “Tenho algo a lhe dizer, querida”, disse Caleb em seu tom hesitante... *Veja*, eu fui um tanto tolo novamente, e assumi uma dívida” (TRAUGOTT, a ser publicado, p.13, grifo da tradução)⁹⁰, eles são atualmente usados com frequência para propósitos subjetivos, para negociar o significado do F (como no caso da subjetividade de *a bit of*, mencionada anteriormente).

Fitzmaurice (2004 *apud* TRAUGOTT, a ser publicado, p. 05) sugere que há mais um degrau do intersubjetivo para o “interativo”, especialmente no caso de MDs como *you know*, *you see*, *you say*, do século XVIII em diante. Sua hipótese é de que há mudança de “atenção para com o O” para simplesmente “mantendo coisas numa conversação (“keep[ing] things going in a conversation”) e chamando a atenção do interlocutor. Os exemplos sugerem que provavelmente não há um significado recentemente codificado, mas sim um significado pragmático emergindo em contextos menos claramente intersubjetivos. De fato, Fitzmaurice conclui o artigo com: “Uma questão para mais investigação é se a função de MD interativo de uma expressão é mais forte somente onde nenhuma implicação [de significados do F, etc] pode ser delineada a partir do uso da expressão”.

⁸⁹ Traugott destaca que, para Langacker, *Let's take our pills now* ainda é um caso de subjetivização, mas para ela trata-se de um estágio de intersubjetivização. Isso porque o F se posiciona enfaticamente quanto a uma possível objeção do O à atividade projetada (TRAUGOTT, 1999).

⁹⁰ “I've got something to tell you, my dear,” said Caleb in his hesitating way... “*You see*, I've been *a bit of a fool* again, and put my name to a bill” (1871 Eliott, *Middlemarch* [UVa]) (TRAUGOTT, a ser publicado, p.13).

3.1.1.5 Fechando a seção

Nesta seção 3.1.1 foram apresentadas e discutidas algumas definições, princípios, trajetórias e motivações para a mudança semântico-pragmática e categorial que está atrelada à gramaticalização. Adotamos, basicamente, a noção de gramaticalização desenvolvida por Traugott como “o processo pelo qual material lexical **impulsionado por certo contexto pragmático** e morfossintático, torna-se gramatical [...]” (1995, p. 1), e ainda como “a mudança pela qual itens lexicais e construções chegam a certos contextos lingüísticos para servir a funções gramaticais ou itens gramaticais desenvolvem **novas funções gramaticais**” (2001, p. 1). A razão dessa escolha tem a ver com os trechos destacados por nós nas definições: a autora dá relevo ao contexto pragmático e considera que itens gramaticais podem desenvolver novas funções gramaticais (não necessariamente mais gramaticais). Assumimos, também, os princípios sugeridos por Hopper (1991) para explicar os processos de mudança por que estão passando os itens **olha** e **vê**, uma vez que tais princípios contemplam estágios iniciais de gramaticalização, que é o que acreditamos estar ocorrendo com esses MDs.

Consideramos, como Traugott e Heine (1991), a perspectiva de análise que combina, pelo menos em termos gerais, as propostas de Meillet e de Givón numa trajetória de *item lexical usado no discurso > morfossintaxe*. Nesse sentido, compartilhamos a reflexão de Traugott (2002) de que a mudança é motivada por práticas discursivas e sociais: a interação F-O no discurso é a motivadora da mudança (e não deve ser vista como um estágio no desenvolvimento histórico).

Admitimos, ainda, que há forças de natureza cognitiva, além de comunicativa/pragmática, motivando a mudança. Nesse caso, o modelo metonímico-metafórico proposto por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) parece captar adequadamente a atuação dessas forças na representação integrada de (i) uma macroestrutura, associada à transferência metafórica, discreta, de domínios conceituais, e de (ii) uma microestrutura, associada a etapas dispostas em cadeias contínuas, cuja expansão se dá metonimicamente por meio de reinterpretação induzida pelo contexto, por implicatura conversacional.

Reconhecemos que nos processos de mudança lingüística via gramaticalização há perdas e ganhos: há desgaste semântico com a generalização de usos, perda de propriedades morfossintáticas, redução fonética, mas há também ganho, especialmente pragmático, na emergência de novos significados gramaticais (HEINE; KUTEVA, 2007). Conside-

ramos também a relevância do papel da frequência de uso, no sentido de que a alta frequência, por levar à habitualidade ou ritualização das formas/funções, pode ser vista como um indício de gramaticalização (BYBEE, 2003).

É bastante pertinente a esta tese a associação proposta entre a trajetória de mudança, especialmente a pragmático-semântica, e as funções da linguagem. No entendimento de Traugott, em seus inúmeros trabalhos, itens lexicais podem vir a desenvolver polissemias pragmáticas (por inferências sugeridas no contexto) e semânticas, com conseqüentes reanálises categoriais, nos domínios interpessoal (com componentes orientado para o F – subjetivo, e orientado para o O – intersubjetivo) e textual (com elementos de conexão local, mais sintática, e também com elementos “procedurais”, de natureza discursiva, como por exemplo os MDs). Interessa, pois, não só o caráter contextual da situação interlocutiva, mas principalmente a presença de expressões lingüísticas que indicam a subjetividade e a intersubjetividade, e a descoberta de como eles emergem.

Assumimos que a (inter)subjetivização deve ser vista, ao lado da metonímia e da metáfora, como um mecanismo de mudança, e que existe forte correlação entre subjetivização e gramaticalização. Acreditamos, também, que os MDs sob análise podem ser tratados na perspectiva da gramaticalização, tanto no que se refere à mudança semântico-pragmática, como à mudança categorial. Defendemos que enunciados imperativos, inerentemente intersubjetivos, podem vir a ser subjetivizados no curso da mudança de significados de conteúdo, baseados na estrutura argumental, para significados procedurais pragmáticos no nível discursivo.

3.1.2 Teoria dos atos de fala

A noção de atos de fala é imprescindível numa abordagem funcional, tendo em vista o jogo comunicativo F/O.

Nesse sentido, necessita-se lançar mão da Pragmática Illocucional, que é também a pragmática da relação F/O, tal como a de Grice, mas diversa em um aspecto. A Pragmática Illocucional não considera a função informativa como a função fundamental da linguagem. Nessa teoria, a linguagem é vista como ação entre os interlocutores pelo fato de ser um dos elementos constitutivos da performatividade. A ação é uma atitude independente de uma forma lingüística.

Para Austin (1965), o ato de fala se compõe por três tipos de ação lingüística: (i) *ato locucionário* - enunciado com determinado sentido ou referência; (ii) *ato ilocucionário* - o F atribui a esse conteúdo proposicional uma determinada força: a realização de uma afirmação, oferecimento, promessa, ordem, num determinado contexto; e (iii) *ato perlocucionário* - o F exerce certos efeitos sobre o O por meio do enunciado.

Nesse sentido, Austin (1965) assinala a distinção entre *sentido* e *força*, visto que o *ato locucionário* envolve a produção de *sentido* que se opõe à *força* do *ato ilocucionário*; ambos se distinguem do *ato perlocucionário*, que é a produção de um *efeito* sobre o interlocutor. Assim, ao se falar uma língua, estamos nos envolvendo em formas de comportamento conduzido por regras. Em uma situação típica de fala, entre um F, um O e um proferimento por parte de um F vários são os tipos de atos realizados, como declarar, perguntar, ordenar, prometer, cumprimentar, entre outros.

Searle (1969) adota a noção básica inserida por Austin (1965) e a define como a condição essencial para que um ato de fala seja realizado. A proposta do autor abarca cinco tipologias dos atos de fala: (i) representativo - envolve o F com a verdade expressa na proposição (dizer, asseverar); (ii) diretivo: incita o interlocutor a fazer algo (pedir, mandar, ordenar); (iii) comissivo: compromete o F como uma ação futura (prometer, ameaçar); (iv) expressivo: expressa um estado psicológico (agradecer, congratular); (v) declarativo: muda o estado institucional, tende a se apoiar em instituições extralingüísticas (excomungar, declarar guerra, condenar, demitir) (SEARLE, 1969 *apud* SILVA, 2004).

Além dessa tipologia, é importante mencionar a dicotomia proposta por Searle (1969) que abarca atos de fala diretos e indiretos. O primeiro é realizado por meio de formas lingüísticas especificadas como certos tempos ou modos verbais, expressões estereotipadas e algumas formas de entoação. Empregam-se, por exemplo, expressões como “por favor”, “por gentileza” para fazer pedidos, solicitações, dar ordens. O segundo diz respeito a uma força ilocucionária obtida indiretamente por meio de outro ato. Nesse caso, há muitos casos em que o F realiza um ato de fala que pode, ao mesmo tempo, significar literalmente o que expressa na proposição, e indicar um conteúdo proposicional diferente, ligado a outra força ilocutória. Searle (1969 *apud* SILVA, 2004) propõe então regras de inferências com base em Grice, abrangendo atos de fala indiretos, ironia e metáfora. Nos atos de fala indiretos, conforme o autor, os falantes comunicam mais do que aquilo que realmente dizem, confiando no conhecimento das condições de felicidade.

Quanto aos atos de fala que envolvem enunciados de comando, nem todos os casos de significação são tão simples. No caso, por exemplo, dos atos de fala indiretos, o F emite uma sentença, quer significar o que diz, mas também quer denotar algo mais, já que a força manipulativa tende a ser sistematicamente enfraquecida devido a convenções de polidez. É supostamente o que acreditamos estar acontecendo em alguns contextos de uso dos MDs **olha** e **vê**. Vejamos os exemplos a seguir:

(29) **E:** Então tu nasceste aqui mesmo no bairro, né? Daí tu começou a sair, tinha mais ou menos que idade? (vozes ao fundo)

F: Ah! Eu quando ia pra casa do meu irmão, eu tinha dezesseis pra dezessete. É que eu brigava muito aqui, né? se juntava com meu ('primo'), (vozes ao fundo) ficava brigando muito. Aí muita gente vinha aqui na casa da minha mãe: (ruído de vozes) “**Ó** Dona Maria, o seu filho bateu no meu” e não sei o quê. Aí eu sempre apanhava da minha mãe, né? [...] (FLP Jovens)

(30) **E:** E esses programas aí, da Prefeitura principalmente, pra criar escolas integrais para as crianças ficarem direto, será que resolve?

F: Pois é, mas aí você **veja**, eu conheci o projeto PIA, que a criança até catorze anos fica das sete da manhã às sete da noite, [no <proje->] no projeto PIA. Aí, teria que vir daí os pais e fazer eles ficarem das sete da noite até às sete da manhã dentro de casa, né? E eles depois das sete da noite eles ficam na rua até uma, duas horas da manhã cheirando cola, então não resolve nada esse programa. Praticamente, isso aí [está] está isentando [o] os pais na [Como][como] como que eu posso dizer pra você, [é] ajudar nos gastos da família, porque ele está comendo ali, então, não vai gastar em casa, mas não está colaborando em nada. Esse que é o problema da marginalidade no Brasil, de Curitiba e de lugar nenhum. (CTB 07 L.269)

Assim, sentenças diretivas não se constituem apenas em significados imperativos, mas seu propósito pode ser a tentativa (em graus variáveis) de o F levar o O a fazer algo mais ligado a propriedades mentais. Dessa forma, conforme Searle (1969), o F comunica ao O muito mais do que diz, contando com a informação de base, lingüística e não-

lingüística, que compartilham e também com as capacidades gerais de racionalidade e inferência.

Cabe ainda destacar na teoria dos atos de fala a distinção entre sentido literal e não-literal dos enunciados. O primeiro constitui o mesmo que dizer sentido próprio, básico, a partir do qual o sentido das expressões lingüísticas, em qualquer situação, possa ser apreendido. O segundo, por sua vez, refere-se àquele cuja interpretação exige inferência por parte do interlocutor. No caso, os atos de fala indiretos constituem-se como exemplos de sentido não-literal (*apud* SILVA, 2004).

Porém, os enfoques inferenciais fracassam ao explicar por que motivo os falantes preferem fazer verdadeiras “contorções” com os atos indiretos em lugar da simplicidade das expressões diretas. Assim, por exemplo, em Labov e Fahshell (1977 *apud* SCHIFFRIN, 1987), mostra-se a necessidade e importância dos mitigadores e, em Brown e Levinson (1978), expõe-se o modelo de estratégias de polidez.

Heine, Hünemeyer e Claudi (1991) argumentam que as situações mais nítidas de interação com o O abrangem atos de fala manipulativos com enunciados que envolvem perguntas e comandos, sendo os primeiros mais comuns, entrando em ação o mecanismo de reanálise: um marcador de interrogação se gramaticaliza como marcador de subordinação; no que se refere a comandos, formas imperativas também podem se gramaticalizar. No inglês, por exemplo, *suppose* adquire função pontual como marcador de prótase condicional.

De acordo com Givón (1993, 2001), a modalidade deôntica compreende desejos, preferências, intenções, obrigações, manipulações e habilidades e está ligada à necessidade ou à possibilidade de atos performativos pelo O. Assim, os atos de fala de comando (atos de fala manipulativos, atos de fala não-declarativos) são aqueles em que o F, ao proferi-los, espera do O uma resposta não-verbal, que pode ser a realização de uma ação pelo O, a depender de um conhecimento compartilhado entre eles, ou de normas culturais constituintes de um contrato comunicativo. Para o autor, uma das propriedades pragmáticas do imperativo consiste na força manipulativa de sua expressão, visto que sempre se espera do O uma resposta não-verbal, diferentemente dos demais atos de fala. O ato de fala especificamente manipulativo é aquele que ultrapassa o nível epistêmico.

O imperativo carrega o traço de futuridade em si, pertence à modalidade *irrealis*, é o único ato de fala que leva o O a uma resposta não-verbal, à realização de uma ação. No entanto, a realização do evento é duvidosa porque a condição para a sua realização ainda não aconteceu e não se tem certeza da sua ocorrência. Para que o comanda-

do/manipulado aja, são esperadas competências comunicativas correspondentes aos níveis situacionais e que atendam a algumas convenções culturalmente estabelecidas (GIVÓN, 1993).

Bybee, Perkins e Pagliuca (1994) ampliam o conceito de modalidade deontica de Givón no sentido de incluir os componentes pragmáticos “orientado para o O” e “orientado para o F”. O primeiro diz respeito às atitudes do F consigo mesmo (subjatividade) e o segundo, sinalizando maior atuação do F sobre o O (intersubjetividade).

Conforme visto nesta seção, em seqüências de atos de fala indiretos, o F aparentemente informa ao O mais do que realmente diz, compartilha com este informações lingüísticas e não-lingüísticas e conta também com a capacidade de racionalidade e inferência do O. Pretendemos, portanto, ao mapear os contextos de atuação dos MDs *olha* e *vê*, verificar em que contextos é reduzida a força manipulativa, ou seja, é supostamente enfraquecido o comando imperativo do F sobre o O.

3.1.3 Nossa proposta de abordagem funcional dos MDs *olha* e *vê*

Tomando como ponto de partida os trabalhos, já discutidos, de Givón (1991, 1995, 2001), Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), Traugott (1989, 1991, 2002, 2005, e a publicar), bem como os estudos de pesquisadores que atuam na linha textual-interativa (como Jubran (2006), Riso; Silva; Urbano (2006); Urbano (1999; 2006)) e ainda considerando Rost (2002) e Görski, Rost e Dal Mago (2004), entre outros, elaboramos a nossa proposta de abordagem dos MDs, em função das especificidades dos itens *olha* e *vê*. Trata-se da conjugação de elementos que, a partir de uma concepção de gramática como um sistema de codificação comunicativo que codifica articuladamente os níveis da informação proposicional e do discurso multiproposicional (GIVÓN, 2001), e uma concepção de mudança como sendo motivada por práticas discursivas e sociais (TRAUGOTT, 2002), além de cognitivas, convergem, a nosso ver, numa abordagem que integra funções da linguagem e mecanismos de mudança, com ênfase no papel dos interlocutores – F e O – nas diferentes situações comunicativas. Nesse sentido, ganha relevo a noção de atos de fala, especialmente o ato de fala manipulativo, que pode ser direto ou indireto e envolver maior ou menor força de manipulação, bem como a noção de modalidade deontica incluindo os componentes pragmáticos “orientado para o O” e “orientado para o F”, conforme proposto por Bybee, Perkins e Pagliuca (1994).

Consideramos, pois, os seguintes aspectos:

- direcionais de mudança que envolvem (i) as funções ideacional/proposicional, interpessoal/interacional e textual; (ii) os mecanismos metonímia e metáfora, (inter)subjativização (pragmático-semânticos), reanálise e analogia (morfo-sintáticos); e (iii) o processo de gramaticalização.

- graus de envolvimento do F e do O, que vão se refletir nos componentes subjetivo (basicamente orientado para o F) e intersubjetivo (basicamente orientado para o O).

Como vimos ao longo da seção 3.1, que trata da abordagem funcionalista, e retomamos resumidamente aqui, há duas propostas gerais de desenvolvimento funcional que entram em conflito em um ponto: enquanto Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) sugerem que a direção das funções da linguagem seja *Ideacional > Interpessoal > Textual* (atentando para o componente orientado para o O), Traugott (1989), num primeiro momento, defende a trajetória *Proposicional > Textual > Expressiva* (atentando para o componente orientado para o F). Posteriormente, a autora desdobra as funções textual e expressiva em duas: a primeira recobrindo elementos de conexão sintática local e também elementos mais discursivos que servem a propósitos procedurais ou metalinguísticos de expressar a atitude do F (os MDs, por exemplo); e a segunda recobrindo o componente subjetivo (orientado para o F) e o intersubjetivo (orientado para o O) (TRAUGOTT; DASHER, 2002; TRAUGOTT, a ser publicado).

Além disso, Traugott (a ser publicado) prevê dois mecanismos de mudança semântica em geral, sendo um extensão do outro, nesta direção: subjativização > intersubjativização – que se desenvolvem a partir do uso de expressões de subjatividade, cujo significado pragmático é o de indexar a atitude ou ponto de vista do F, e de expressões de intersubjatividade, cujo significado pragmático é o de indexar a atenção do F à face/imagem do O. A tendência é que as polissemias desenvolvidas, que são de início pragmáticas, dependentes do contexto e emergentes metonimicamente por meio de usos de “inferências sugeridas generalizadas” (TRAUGOTT, 2002), venham a se tornar depois semanticamente codificadas na língua, e gramaticalizadas. A autora menciona que nenhum desses mecanismos acarreta a gramaticalização, mas que existe correlação entre eles, que é mais acentuada entre a subjativização e a gramaticalização, provavelmente em virtude do fato de ambos envolverem recrutamento de itens para assinalar a perspectiva do F em relação a diferentes pontos do fluxo discursivo.

Além desses mecanismos, há outros dois que atuam na resolução de problemas de natureza cognitiva (representacional) e comunicativa (informativa) – a metáfora e a metonímia, respectivamente. Enquanto a primeira envolve transferência de domínios motivada por similaridade ou analogia, num processo paradigmático, a última leva à reinterpretação induzida pelo contexto (um significado é especificado em termos de outro que está presente, mesmo que encoberto, no contexto), envolvendo um processo sintagmático de reanálise. Assim, a noção de metonímia é estendida de contextos concretos a contextos pragmáticos de implicações conversacionais que podem vir a se convencionalizar, cuja contigüidade é baseada no mundo do discurso. A metonímia é indicial: aponta para relações no contexto (TRAUGOTT; KÖNIG, 1991; HEINE; CLAUDI; HÜNEMEYER (1991); HOPPER; TRAUGOTT, 1993).

Ainda considerando a gramaticalização, Traugott e Dasher (2005) admitem que mudanças que envolvem significados de conteúdo > significados procedurais podem ser vistas como resultantes de subjetivização. Nesse caso parece se enquadrarem os itens **olha** e **vê** na sua trajetória de verbos plenos, carregando significado de conteúdo, a MDs, carregando significados discursivos procedurais. Podemos, pois, falar em processos de subjetivização e de gramaticalização. Defendemos que os MDs **olha** e **vê** se encontram num processo de subjetivização e gramaticalização – numa instância fortemente motivada por fatores pragmáticos.

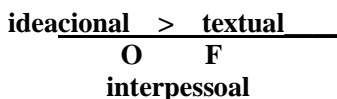
Um aspecto importante a ser considerado é o seguinte: os usos originariamente imperativos de **olha** e **vê** são, por natureza, intersubjetivos, têm força ilocucional na estrutura argumental que representa o F e o O como participantes de um evento comunicativo (é, provavelmente, a esse tipo de contexto que se reportam Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) ao proporem que a função interpessoal intermedeia a ideacional e a textual). Essa intersubjetividade que é inerente ao contexto de P2, contudo, deve ser diferenciada da intersubjetividade que, nos termos de Traugott (a ser publicado), é relevante para a intersubjetivização. Assim, o uso de **olha** e **vê** como verbos plenos que veiculam significado de conteúdo a serviço de um ato de fala manipulativo, evolui para usos com significados discursivos que refletem propósitos subjetivos do F e/ou tipos diferentes de intersubjetividade em relação àquela inerente ao contexto imperativo. São usos que se expandem polissemicamente nas situações comunicativas em que F e O constantemente negociam os significados. Como se pode perceber, há graus de (inter)subjetividade envolvidos nesse *cline*.

Assumindo outra perspectiva, mas de modo complementar a essa, os pesquisadores que seguem a linha da GTI propõem como uma variá-

vel para analisar os MDs a “orientação da interação” (SILVA, 1999, p. 300; RISSO; SILVA; URBANO, 2006, p. 407-408). Embora tenha sido proposta para os MDs em geral, é interessante trazê-la a essa discussão. Os autores estabelecem três graduações possíveis para definição da orientação da interação: (i) há maior grau quando há envolvimento interpessoal claro, a orientação é nítida por parte do F em direção ao O, ou deste ao F, através, por exemplo, da busca de aprovação discursiva ou da manifestação de um acompanhamento atencioso da fala do outro (ex.: *certo?, uhn uhn, digamos*)⁹¹; (ii) o grau de orientação é considerado secundário, quando uma unidade sinaliza opinião ou orientação argumentativa, incluindo processos em que o F verbaliza avaliações subjetivas a propósito das significações proposicionais ou envolve, indiretamente, seu interlocutor (ex.: *acho, agora, bom*); e (iii) por fim, a orientação interacional é considerada frágil, quando a interação se define apenas em função da própria natureza do evento conversacional, com envolvimento fraco dos interlocutores (ex.: *então, primeiro*).

Urbano (1999, p. 198), focalizando a variável acima descrita, propõe ainda alguns desdobramentos considerando o conceito de interação que, segundo o autor, não se restringe apenas ao processo interacional bem caracterizado (envolvendo F-O), mas envolve também o processo de manifestação pessoal do F com avaliações subjetivas sobre o conteúdo proposicional, ou com comprometimento retórico do interlocutor. Nesse caso, o autor sugere que os graus de envolvimento dos parceiros conversacionais vão desde um maior envolvimento do F consigo mesmo e menor com o interlocutor (maior grau de “subjetividade”) até uma situação oposta (maior grau de “intersubjetividade”).

Antes de apresentar a nossa proposta para esta tese, convém ainda reapresentar o diagrama sugerido por Görski, Rost e Dal Mago (2004, p. 50):



Já naquele momento, admitia-se que a função interpessoal “permeia a trajetória ideacional > textual, chegando até a expandir a função textual via “subjetivização””. Considerando que o componente orientado para o F e o orientado para o O parecem não ser claramente delimitados

⁹¹ Ressalve-se que esses exemplos apenas ilustram aproximativamente esses graus, já que estão descontextualizados.

entre si (HEINE; CLAUDI; HÜNEMEYER, 1991, p.190), distinguia-se, na função interpessoal, um gradiente de proeminência: (i) um componente orientado para o O (a) com *alta intersubjetividade* nos atos de fala manipulativos que envolvem perguntas e comandos, e (b) com *média intersubjetividade* quando atua chamando a atenção para partes do texto, por exemplo; e (ii) um componente orientado para o F que (a) com *baixa intersubjetividade*, em certos momentos ainda requer o O, e (b) com *alta subjetividade*, outras vezes parece estar mais centrado no próprio F.

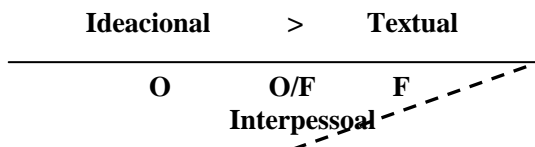
Essa proposta é, agora, revisada à luz de textos mais recentes sobre esse tema, especialmente os trabalhos de Traugott já referidos. Inicialmente, observamos que o componente orientado para o O, no diagrama, contemplava basicamente aquela intersubjetividade que é inerente ao contexto de P2, caracterizando atos de fala manipulativos com o uso do modo verbal imperativo. A partir daí, considerava-se um gradiente em que a orientação interacional ia diminuindo até se chegar a um alto grau de subjetividade e subjetivização, que se sobrepunha, muitas vezes, à função textual. Acreditamos que a idéia geral do diagrama permanece, porém acrescida de novos elementos.

Assim é que passamos a admitir que há complexidade bem maior envolvida nos componentes de (inter)subjetividade e nos mecanismos de (inter)subjetivização do que aquela então delineada. Consideremos os itens **olha** e **vê**, já em contexto específico de P2. A partir de seu significado original concreto de percepção visual, têm derivado diferentes funções relacionadas, de início, a ações mentais mais abstratas, especialmente quanto aos valores semânticos de “atenção” e “compreensão”. Ao adquirir o sentido relacionado a ações cognitivas, esses itens, por um lado, enfraquecem o ato de fala manipulativo, embora retenham certos valores pragmáticos devido à intenção do F em trabalhar comunicativamente; e, por outro, mostram dois comportamentos sintáticos distintos – podem ser verbos plenos, com significado de conteúdo, dependentes da estrutura oracional, tendo como complemento um objeto direto (ex.: **Olha o chão limpo! Veja esses comentários!**); ou podem ficar alheios à estrutura oracional, mas discursivamente dependentes, com significado procedural (ex.: **Olha/Veja, não é meu forte.**).

Na transição de uso como verbo pleno, naturalmente intersubjetivo, a uso como MD, os significados vão ganhando, gradativamente, aumento da expressão do envolvimento do F em termos de suas crenças e atitudes avaliativas, ou seja, vão assinalando subjetividade à medida que a intersubjetividade inicial vai se atenuando. Atua, nesse movimento, o mecanismo de subjetivização.

Considera-se que a função interpessoal recobre tanto atos de fala manipulativos de perguntas e comandos, ou de sugestões, advertências, atenuações, etc – que são basicamente “orientados para o O”, porém com um gradiente de força manipulativa –, como expressões atitudinais/avaliativas – que são basicamente “orientadas para o F”, com presença acentuada de aspectos pragmáticos contextuais. Como em partes desse processo o texto também ganha uma certa proeminência, as funções interpessoal, principalmente centrada no F, e textual podem acabar se entrecruzando. É nesses pontos em que os itens ou construções apresentam forte caráter interacional (seja com foco maior nos interlocutores, seja em partes do texto) que podem ser captados estágios iniciais de gramaticalização envolvendo mudança semântico-pragmática via (inter)subjetivização.

Nosso diagrama inicialmente proposto é essencialmente mantido, apenas com uma pequena inserção no jogo O-F de modo a salientar o gradiente interativo, além da interseção com a função textual:



O contexto, a inferência e a frequência são três fatores que interagem no processo de mudança que envolve as funções da linguagem e os mecanismos. À medida que itens e construções passam a ser recorrentes em certos contextos, por inferência sugerida, podem expandir seus usos por meio de polissemia pragmática, estendendo seu campo de atuação a novos contextos. É nesse movimento que podem operar os parâmetros elencados por Heine e Kuteva (2007): extensão, dessemantização, decategorização e erosão fonética. Além disso, os itens podem vir a desempenhar papéis também no âmbito relacional, atuando coesivamente na organização das informações no texto como conectores ou articuladores textuais. Os graus de complexidade e de abstração crescente nas relações lógico-semântico-discursivas devem acompanhar a distribuição do diagrama, acentuando-se no componente subjetivo centrado no F e, mais fortemente, na função textual da linguagem.

3.2 Teoria da Variação e Mudança Lingüística

3.2.1 A variação lingüística

A Teoria da Variação e Mudança Lingüística⁹², postulada inicialmente por Labov (1966) e também por Weinreich, Labov e Herzog (1968), é uma proposta teórico-metodológica de pesquisa que visa estudar a estrutura e a evolução da língua dentro do contexto social da comunidade de fala. Essa proposta rompe com o princípio de correntes anteriores – tanto com a abordagem saussureana, quanto com a chomskiana⁹³ – de que a língua é um sistema sincronicamente homogêneo e estável, passível de ser encontrada no idioleto. A crítica dos autores aos modelos anteriores recai principalmente sobre o fato de que a língua não pode ser estudada fora do contexto social, ou seja, faltou-lhes desenvolver métodos empíricos para trabalhar dentro da comunidade de fala.

Na sequência, veremos uma série de conceitos básicos que envolvem o estudo e a aplicação da Teoria da Variação e Mudança. Em um primeiro momento, é fundamental deixar claro com que noção de língua, de indivíduo e de comunidade de fala se opera. Num segundo momento, dispõe-se acerca do método de pesquisa adotado.

3.2.1.1 Princípios gerais

O material básico de estudo da Teoria da Variação e Mudança Lingüística primeiramente é a *língua* definida como “[...] uma forma de comportamento social [...] usada por seres humanos num contexto social, comunicando suas necessidades, idéias e emoções uns aos outros” (LABOV, [1972] 2008, p. 215). Em outras palavras, a língua falada “[...] tal qual como usada na vida diária por membros da ordem social, este veículo de comunicação com que as pessoas discutem com seus

⁹² Rotulada também como “sociolingüística”, embora, para Labov ([1972] 2008, p. 13, 215), seja um uso um tanto enganoso de um termo estranhamente redundante. O autor expõe que resistiu ao uso do termo sociolingüística, “já que ele implica que pode haver uma teoria ou prática lingüística bem-sucedida que não é social.”

⁹³ O modelo chomskiano toma como objeto de estudos lingüísticos a competência do falante-ouvinte ideal, pertencente a uma comunidade lingüisticamente homogênea, em detrimento do componente social.

cônjuges, brincam com seus amigos e ludibriam seus inimigos (LABOV, [1972] 2008, p. 13).⁹⁴

Necessita-se considerar, portanto, como objeto de estudo, não apenas a língua de um ou dois informantes, para não se correr o risco de fazer o que fizeram as correntes anteriores a Labov, mas a língua dentro do contexto social. Recorre-se assim à definição de *comunidade de fala* “[...] como um grupo que compartilha as mesmas normas a respeito da língua (LABOV, [1972] 2008, p. 188).”⁹⁵ Seja qual for a comunidade de fala, não se pode ignorar o padrão de estratificação social que a permeia. A observação direta da variação na comunidade na qual ela ocorre permite vislumbrar, em princípio, que cada F é um caso individual, no entanto, para a perspectiva da Teoria da Variação e Mudança,

o indivíduo da sociolinguística variacionista é um ser ‘estratificado’ de acordo com propriedades supra-individuais (idade, classe social, etc.) e, devidamente categorizado de acordo com tais propriedades, é somado aos demais indivíduos para que se chegue ao retrato da comunidade de fala (TAVARES, 2003, p. 82).

Sob a perspectiva dessa Teoria, parte-se da premissa de que lidar com variação inerente dentro da comunidade de fala é, portanto, lidar com heterogeneidade. O princípio da heterogeneidade ordenada e sistemática recobre todos os níveis lingüísticos, da fonologia à sintaxe tomada no contexto discursivo, em todas as línguas naturais, “o que não exclui em hipótese alguma, a existência de regras categóricas” (PAIVA; DUARTE, 2006, p. 135).

A noção não-monolítica da língua contempla, portanto, pelo menos três aspectos, resumidos por Bartsch (1987, p. 186-190 *apud* MARCUSCHI, 2008, p. 63):

(a) heterogeneidade na comunidade lingüística (a população não é homogênea e fala de forma diferenciada com variedades dialetais regionalmente

⁹⁴ Tradução para o português de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso.

⁹⁵ Dessa definição emerge um problema: como estabelecer limites geográficos ou sociais de uma comunidade de fala? Até que ponto pode-se dizer que todos os falantes de uma determinada língua participam da mesma comunidade de fala? Figuerola (1994) argumenta que a comunidade de fala não é uma entidade transparente. Se uma comunidade de fala é definida a partir de um grupo que compartilha as mesmas normas lingüísticas, trata-se mais de normas de interpretação do que de uso, isto é, são atitudes partilhadas em relação a formas estigmatizadas. Uma discussão aprofundada acerca do conceito de *comunidade de fala* pode ser conferida nos trabalhos de Guy (2000, 2001) e Severo (2007, p. 144-160).

caracterizadas ou variedades sociais socioculturalmente marcadas);

(b) heterogeneidade de estilos e registros numa língua (na linguagem do dia-a-dia, tem-se estilos mais informais e na linguagem cuidada ou técnica tem-se estilos formais; também observam-se registros de vários tipos, sendo que um falante pode dominar vários deles simultaneamente);

(c) heterogeneidade no sistema lingüístico (a língua não tem *um* sistema ou *o* sistema, mas diversas sistematizações complementares, sobrepostas ou concomitantes, hoje conhecidas como ‘regras variáveis’, seja na fonologia, morfologia ou semântica).

A variação é, pois, entendida como um princípio geral e universal das línguas, passível de ser descrita e analisada a partir de técnicas de abordagem quantitativa dos dados. Objetiva-se, ao se fazer uso do aparato teórico-metodológico da Teoria da Variação e Mudança Lingüística, identificar, na medida do possível, em situação natural de comunicação, as formas das regras lingüísticas, sua combinação em sistemas, a coexistência de vários sistemas e a evolução dessas regras e sistemas com o tempo a partir dos condicionamentos da variação na língua em uso de determinada comunidade de fala (LABOV, [1972] 2008, p. 216).

Para se proceder à sistematização desse controle, a Teoria da Variação e Mudança dispõe de um método de investigação científica que permite estabelecer correlações entre estratos sociais e variedades de uso, ou seja, concebe instrumentos imprescindíveis para se descrever evidências empíricas de variação e mudança dos fatos da língua.

A introdução do conceito de *variável lingüística* no modelo de heterogeneidade ordenada, conforme Weinreich, Labov e Herzog ([1968] 2006, p. 105), é imprescindível para se dar conta da variação na comunidade de fala. Trata-se, portanto, de “um elemento variável dentro do sistema controlado por uma única regra.”⁹⁶ É o resultado do conjunto de duas ou mais *variantes lingüísticas*, as quais, por sua vez, se constituem nas diversas maneiras de se dizer ‘a mesma coisa’ em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade. Destacam, porém, os auto-

⁹⁶ Tradução para o português de Marcos Bagno.

res que, embora as variantes sejam idênticas em valor de verdade, o-põem-se quanto à significância social e/ou estilística⁹⁷.

Segundo extrai-se da definição de variantes lingüísticas, a igualdade de significado referencial – “a mesma coisa” – é essencial para a seleção das variantes. Nos primeiros estudos clássicos de Labov (1966, 1972)⁹⁸, a investigação se voltou para o nível fonológico. Os resultados de suas pesquisas revelaram que as formas variantes são as mesmas no que diz respeito à referência e ao valor de verdade, mas refletem diferenças quanto à significação social e/ou estilística.

Nesse sentido, os resultados de pesquisas na comunidade de fala podem indicar que certos grupos de fatores condicionantes de natureza lingüística e social são, na realidade, responsáveis pela implementação de uma variante e que outros, ao contrário, não demonstram qualquer efetividade na aplicação da regra variável. Trata-se, portanto, da formulação de regras gramaticais, conseqüentemente, de *regras variáveis*, cujo favorecimento de uma variante e não de outra decorre de circunstâncias lingüísticas e não-lingüísticas apropriadas à aplicação de uma regra específica (TARALLO, 1985, p.11).

Assume-se, a competição entre forças internas e externas – os grupos de fatores condicionadores ou variáveis independentes – operando na configuração da estrutura lingüística. Nesse sentido, não basta apontar a existência ou a importância da variabilidade, antes se deve lidar com os fatos de variabilidade com precisão suficiente para nos permitir incorporá-los nas análises da estrutura lingüística. Toda variação é, pois, motivada, isto é, passível de ser controlada por condicionamentos diversos, como fatores lingüísticos, de natureza estrutural, e extralingüísticos, de natureza externa ao sistema.

3.2.1.2 O método de pesquisa em variação na comunidade de fala

Quatro problemas teóricos normalmente têm sido alegados pelos que preferem restringir os dados lingüísticos a intuições em detrimento à

⁹⁷ “Por ‘social’ entendo aqueles traços da língua que caracterizam vários subgrupos numa sociedade heterogênea; e por ‘estilística’, as alternâncias pelas quais um falante adapta sua linguagem ao contexto imediato do ato de fala.” (LABOV, [1972] 2008, p. 313).

⁹⁸ Por exemplo, sua dissertação de mestrado sobre Martha’s Vineyard e sua tese de doutorado sobre Nova York. No primeiro, toma como fenômeno de investigação a variação articulatória dos ditongos [ay] e [aw], como em *right* e *house*. No segundo, investigou a presença/ausência de [r] em posição pós-vocálica, como em *car*, *card*, *four*, *fourth*, etc.).

adoção do estudo da fala cotidiana: (i) a agramaticalidade da fala cotidiana; (ii) a comprovação da existência de variação e de estruturas heterogêneas dentro das comunidades de fala; (iii) a audição e gravação dos dados; (iv) a raridade dos dados. Labov ([1972] 2008, p. 237-238) contra-argumenta alegando que essas dificuldades se revelam ilusórias quando não exageradas.

A quem se empreenda no exercício acadêmico de investigar a variação na comunidade de fala, cinco passos metodológicos devem ser sistematizados:

- (i) levantamento exaustivo dos dados de língua falada, para fins de análise, dados estes que refletem mais fielmente o vernáculo da comunidade;
- (ii) descrição detalhada da variável, acompanhada de um perfil completo das variantes que a constituem;
- (iii) análise dos possíveis fatores condicionadores (lingüísticos e não-lingüísticos) que favorecem o uso de uma variante sobre a(s) outra(s);
- (iv) encaixamento da variável no sistema lingüístico e social da comunidade: em que nível lingüístico e social da comunidade a variável pode ser colocada;
- (v) projeção histórica da variável no sistema sociolingüístico da comunidade (TARALLO, 1999, p. 10-11).

3.2.2 A extensão da metodologia variacionista na aplicação de fenômenos discursivos

No campo da variação, os trabalhos pioneiros de Labov (1966, [1972] 2008) estão focados em análises de fenômenos fonológicos ou fonéticos. Nesse nível de análise, as variantes comunicam o mesmo valor referencial e a variação pode ser motivada por fatores sociais ou estilísticos da comunidade de fala. Mais tarde, porém, seus resultados permitiram o desdobramento da metodologia variacionista para outros níveis lingüísticos além da fonologia. Derivam desse desdobramento dificuldades de adaptação do modelo em campos diferentes do fonológico visto que se esbarra na discussão acerca da manutenção do mesmo significado das variantes lingüísticas.

Weiner e Labov ([1977] 1983) ampliam a aplicação da metodologia de pesquisa variacionista para o campo da sintaxe, em um estudo quantitativo sobre construções passivas e ativas no inglês. Os resultados para esse fenômeno mostraram que a variação pode também ser motivada apenas por fatores lingüísticos, neste caso, sintáticos, excluindo-se os sociais. Os autores perceberam que a variação lingüística pode ser condicionada por fatores de natureza apenas interna.

Em consequência desses resultados, trava-se a conhecida polêmica entre Labov (1978) e Lavandera (1978) acerca da noção de variável sociolingüística. Decorre desse embate a necessidade de (i) se reformular o nível de abrangência da regra variável; e (ii) se rever a noção de variável “sociolingüística”. Vejamos alguns dos argumentos apresentados pelos autores.

Conforme Lavandera, uma vez que a variação pressupõe duas ou mais maneiras de dizer “a mesma coisa”, mesmo significado referencial, seria inviável estender sua ocorrência para outros níveis além do fonológico. Nesse sentido, à falta de uma teoria articulada do significado nos estudos de variação, a autora conclui que o fenômeno da passiva não se constitui uma variável sociolingüística. Postula, para o estudo das variáveis não-fonológicas, o alargamento da noção de “equivalência semântica” para “comparabilidade funcional”.

Em contrapartida, Labov (1978) relativiza a definição de significado como “estado de coisas” e ressalta que duas construções que se referem ao mesmo “estado de coisas” têm o mesmo valor de verdade e, portanto, mesmo significado referencial. Ao se equacionar a noção de “significar a mesma coisa” como “ter o mesmo significado referencial”, facilita-se o tratamento de variáveis não-fonológicas mesmo que elas apresentem traços pragmáticos e nuances distintas. Além disso, à crítica de Lavandera de que as formas que não têm relevância estilística ou social (ou seja, que não se mostram condicionadas por fatores dessa natureza) devem ser desconsideradas como variáveis sociolingüísticas. Labov, mais uma vez, procura ressaltar a validade dos estudos sociolingüísticos, mesmo que fatores dessa natureza não se mostrem significativos. Portanto, segundo o autor, não é só a busca pela relevância social ou estilística que se constitui como preocupação primeira da sociolingüística, mas, antes disso, a obtenção de uma representação acurada da estrutura da língua levando em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre.

Como se viu, a polêmica de Labov e Lavandera vislumbra a hipótese de se descrever e explicar um fenômeno lingüístico variável a partir de condicionamentos lingüísticos, além dos sociais e/ou estilísticos.

Também, ao discutir o estatuto sociolinguístico e o nível de abrangência da regra variável, “abriu espaço para uma gradual implementação de estudos variacionistas de fenômenos de natureza morfossintática, semântica e discursiva” (GÖRSKI *et al.*, 2003, p. 106).

Com base nessa perspectiva, também estendemos o conceito de variável linguística para o âmbito discursivo, de modo a incluirmos sob seu escopo os MDs **olha** e **vê** como variantes de uma mesma variável – visto que são itens discursivos que, supostamente, em determinados contextos, se encontram em variação – e verificarmos quais os fatores que condicionam o uso dessas variantes. Nesse caso, é necessário também operar com um conceito de gramática alargado de modo a recobrir esses elementos, além de estender a noção de significado referencial, que remete à idéia de mesmo valor de verdade, para mesmo significado ou função.

Estudos de variação no discurso revelam comportamento distinto em termos de idade. Dubois (1993 *apud* MACAULAY, 2002, p. 296), por exemplo, examinando cuidadosamente “extension particles”, constatou que os mais jovens usam-nas mais freqüentemente do que os mais velhos. Vincent (1993 *apud* MACAULAY, 2002, p. 296), por sua vez, investigou as partículas de exemplificação, como *par exemple, comme, genre, disons*, etc., e encontrou freqüências semelhantes às de Dubois, mas o decréscimo não se mostrou significativo e gradual ao longo do tempo. Os resultados da pesquisa de Macaulay (1991, 1995 *apud* MACAULAY, 2002, p. 298) a respeito de MDs e *tags* de finalização mostram que adolescentes empregam menos *you know* que os adultos investigados.

Naro (1998) mostra evidências sobre a natureza plenamente funcional de um bom número de fenômenos morfossintáticos variáveis em português. Nesses casos, conforme o autor, os falantes usam mais certas variantes em contextos em que o uso da variante em questão, e não outra variante, colabora para transmitir um determinado sentido em nível semântico ou discursivo. Por outro lado, reconhece o autor que há casos em que a variação é puramente mecânica, sem qualquer efeito funcional, assim como situações em que os dois tipos estão em jogo (cf. GIVÓN, 1995). Braga (2003) atesta como princípios da Teoria da Variação e Mudança Linguística podem ser empregados no tratamento de variáveis independentes discursivas, como o status informacional de itens lexicais e de orações, aspectos relativos à coesão e à relação semântica de contraste, entre outros.

No parágrafo acima, evidencia-se o caráter funcional de fenômenos variáveis no nível morfossintático, captado pelo controle de variá-

veis independentes de natureza semântico-discursiva. No caso desta tese, é o próprio objeto de estudo que se constitui num fenômeno discursivo, situando-se, pois, num nível gramatical ainda “mais alto”. Nesse caso, o desafio de dispensar um tratamento variacionista aos MDs é instigante e, certamente, não isento de dificuldades. Nesse sentido, esta tese se alinha a outros trabalhos já desenvolvidos no âmbito do Projeto VARSUL (por exemplo, TAVARES, 1999, 2003; VALLE, 2001; ROST, 2002; FREITAG, 2003, 2007c; MARTINS, 2003) que também tratam de itens discursivos aplicando postulados da Teoria da Variação e Mudança.

3.2.3 A mudança lingüística

As línguas humanas não são realidades estáticas; ao contrário mudam com o passar do tempo. Como a língua é um fato social, Milroy (1993, p. 217, tradução nossa) expõe que a

[...] a mudança lingüística é uma das coisas que é *negociada* pelos falantes ao longo das trocas verbais. Como a atividade lingüística se dá em contextos sociais, mudanças lingüísticas devem ser transmitidas de falante a falante nesses contextos. Mas muitas outras coisas acontecem nas trocas verbais, logo, precisamos considerar suas características cuidadosamente.⁹⁹

Nesse sentido, há que se considerar necessariamente três problemas distintos que envolvem a explicação da mudança lingüística:

- (i) a origem das variações lingüísticas;
- (ii) a difusão e propagação das mudanças lingüísticas; e
- (iii) a regularidade da mudança lingüística.

Parafraseando Labov ([1972] 2008, p. 19-20), os três problemas são descritos da seguinte forma: inicialmente, requer-se como ponto de partida a variação em uma ou mais palavras na fala de um ou mais indivíduos, as quais podem ser desencadeadas por “processos de assimilação, dissimilação, por analogia, empréstimo, fusão, contaminação, vari-

⁹⁹ “[...] linguistic change is one of the things that is *negotiated* by speakers in the course of speech-exchanges. As language activity takes place in social contexts, linguistic changes must be passed from speaker to speaker in these contexts. But many other things happen in speech-exchanges, an so we need to consider their characteristics quite carefully”.

ação aleatória, ou quaisquer outros processos [...]” Ou seja, a inovação é desencadeada por um ato do F. Posteriormente, a inovação pode se extinguir tão rapidamente quanto surgiu, ou, pode ser recorrente e passar a ser imitada e difundida a ponto de, como forma nova, entrar em contraste com formas mais antigas. Finalmente, uma ou outra forma geralmente triunfa, e a regularidade é alcançada, isto é, a mudança se manifesta no sistema da língua. Nesse sentido, a mudança só será observada depois de o ato de inovação ter acontecido. Uma vez criada uma nova estrutura lingüística, isto é, uma vez que a mudança entrou no sistema, ela penetra de forma bem ordenada e pressiona o comportamento individual e coletivo (MILROY, 1993).

A variação, portanto, poderá desencadear mudanças no uso de determinada língua, já que mudança implica variação embora nem toda variação implique mudança. Conforme dizem Weinreich, Labov e Herzog ([1968] 2006, p. 188): “nem toda a variabilidade e heterogeneidade na estrutura lingüística envolve mudança, mas toda a mudança envolve variabilidade e heterogeneidade”.

Para se adentrar na investigação de aspectos da variação e mudança lingüística, Labov (1990, 1994) sugere que se deveria observar dada comunidade e retornar a ela uns vinte anos mais tarde para realizar nova pesquisa, fazendo um estudo da mudança em *tempo real* (eixo diacrônico). Outro método mais imediato é captar a mudança em *tempo aparente* (eixo sincrônico). Nesse caso, ao estudarmos uma determinada comunidade, devemos comparar a fala das pessoas mais idosas com a das mais jovens e podemos constatar que as diferenças de uso de dada forma entre as faixas etárias podem ser indícios de mudança lingüística. O autor propõe que o método básico para o estudo da mudança em curso é o que combina dados de tempo aparente e dados de tempo real.

No caso de fontes escritas, alguns teóricos questionam o uso de dados de sincronias anteriores, pois, além de serem escassos, os documentos históricos sobrevivem ao acaso. Além disso, a estrutura lingüística dos dados escritos antigos é diferente da fala espontânea de seus escritores. Dados escritos sempre sofreriam interferência da norma e nunca registrariam a língua em uso efetivamente.

De fato, Labov ([1972] 2008, 1994, 2001, p. 35) também adverte sobre a falta de informações estilísticas e sociais nos registros históricos. Porém, destaca o autor, com entendimento do que é preconizado pelo princípio do uniformitarismo, herdado da geologia, de que as tendências de variação ou mudança que atuam na fase atual de uma língua já atuaram em sincronias anteriores e vão ocorrer em estágios posteriores da língua. Há especificidades em cada época que não devem ser despreza-

das, mesmo que os padrões gerais de mudança sejam os mesmos dos dados de hoje. Labov sugere então que se diversifiquem os métodos de abordagem a fim de que se evidencie convergência de resultados. Dada essa dificuldade, o autor alerta que os dados usados para fornecer informações sobre a língua no uso real podem prover de outras fontes como censos, questionários, excertos de peças de teatro e romances, testes psicológicos, relatórios etnográficos de normas. Todavia, reconhece que, por mais que diversos estudos mostrem resultados produtivos sobre o uso da língua escrita, nem por isso eles nos permitem chegar o mais próximo possível dos dados fundamentais da língua em uso.

Labov faz referência ao “paradoxo da lingüística histórica”, devido ao fato de que não se deve simplesmente associar dados de séculos tão distintos como se fossem da mesma comunidade de fala.

Sendo o passado diferente do presente, não há como saber quão diferente ele foi [...] O fenômeno que estamos estudando — a mudança lingüística — é irracional, violento e imprevisível. Desenvolver princípios de mudança lingüística pode parecer um empreendimento quixotesco, como muitos estudiosos já concluíram [...] A lingüística histórica é marcada pela prevalência de contradições paradoxais que oferecem um rico leque de desafios para o especialista que deseje resolvê-los (LABOV, 1994, p. 21).

Trata-se, portanto, de objeto da lingüística histórica, segundo Labov, explicar sobre as diferenças entre o passado e o presente, mas não se tem meios suficientemente seguros para saber o quanto diferentes eram. A solução reside então não apenas na aplicação pura e simples do princípio do uniformitarismo, mas antes na abordagem de cada caso de variação e mudança a seu tempo a partir de diferentes métodos de abordagem (TAVARES, 2003, p. 91).

Diante disso, pretendemos aplicar, nesta tese, com base numa abordagem pancrônica, também o princípio do uniformitarismo, uma vez que partimos de uma análise sincrônica, quantificando as ocorrências e identificando os fatores condicionadores dos usos variáveis e, em seguida, recorreremos a amostras de momentos anteriores da língua para buscar indícios do funcionamento dos MDs **olha** e **vê** ao longo do tempo.

Fica latente até aqui que Weinreich, Labov e Herzog ([1968] 2006, p. 188) e Labov ([1972] 2008) defendem com vigor a língua como dotada de heterogeneidade sistemática e a mudança lingüística como encaixada numa dimensão social. Os autores formulam cinco princípios

de natureza empírica, que denominam “problemas”, e que, segundo eles, devem estar presentes numa investigação lingüística. Esses problemas são sistematizados a seguir, atrelados, na medida do possível, ao objeto de estudo nesta tese, conforme assinalado na *Introdução*.

Problema de restrição: diz respeito aos fatores condicionantes e às restrições lingüísticas e extralingüísticas da mudança.

Nesta tese, este problema relaciona-se aos grupos de fatores internos e externos que podem favorecer ou restringir o uso de um MD no lugar de outro. Buscamos observar quais as forças lingüísticas e extralingüísticas que atuam/condicionam o uso de um MD em relação a outro.

Problema de transição: remete à necessidade de definir e analisar como a mudança acontece, quais são seus caminhos e etapas, se o sistema lingüístico de um indivíduo muda ao longo de sua vida, como as mudanças são difundidas na comunidade de fala, como elas se movem de uma comunidade a outra e, por fim, como a mudança é transmitida de uma geração a outra. Weinreich, Labov e Herzog ([1968] 2006) também questionam como a mudança ocorre de um nível lingüístico a outro.

Nesta tese, este problema diz respeito ao tipo de passagem ou transmissão dos MDs, seja no âmbito lingüístico pela reanálise gramatical (verbo > MD) decorrente da multifuncionalidade dos itens, seja no âmbito social (por exemplo, a transmissão de uma forma para outra entre grupos de faixas etárias diferentes ou entre uma região e outra). Em termos funcionalistas, qual dos dois MDs se encontra mais distanciado de seu estatuto verbal e, portanto, mais avançado no movimento de mudança rumo à gramaticalização.

Problema de encaixamento: refere-se a como as mudanças se encaixam no sistema das relações lingüísticas e sociais das variantes: (i) Encaixamento na estrutura lingüística (possíveis relações em cadeia): busca-se descrever a estrutura lingüística em que as formas em mudança estão situadas; (ii) Encaixamento na estrutura social: identificam-se os grupos sociais aos quais as formas se vinculam.

Quanto ao encaixamento na estrutura lingüística, poderá ser evidenciado, pelo menos parcialmente já que os MDs são por natureza discursivos, na medida em que observarmos, por exemplo, as correlações entre os sistemas pronominal e modo-temporal do PB em relação à P2 e o funcionamento dos MDs **olha** e **vê**. Com relação ao encaixamen-

to na estrutura social, poderá ser atestado por meio das diferentes dimensões (idade, sexo/gênero, localidade, etc.) previstas nesta pesquisa.

Problema de avaliação: remete à discussão de como os indivíduos de uma comunidade de fala avaliam uma mudança particular e a própria língua. Questiona se avaliações negativas podem afetar o curso da mudança e se esta pode ser impedida ou revertida como consequência do estigma social.

Este problema diz respeito à significação social associada ao uso dos MDs **olha** e **vê**, ou seja, às avaliações que os falantes, conscientemente, fazem a respeito dessas formas. Não foi previsto, na tese, nenhum tipo de teste de atitude que pudesse captar essa avaliação. O que pode ser feito, num controle indireto, é observar, mediante os resultados estatísticos, se o nível de escolaridade dos informantes se mostra influente sobre o usos de uma ou outra variante e em que contextos discursivos isso ocorre. Talvez a gradação etária dos informantes também possa indicar alguma tendência significativa.

Problema de implementação: diz respeito à procura de justificativa para dada mudança lingüística ocorrer em certa época e lugar, ou seja, quais são as causas da mudança (relações sociais?) e dos demais problemas: em que parte da estrutura social e lingüística a mudança se originou, como se espalhou para outros grupos e que grupos tendem a mostrar maior resistência.

Aventamos a hipótese de que os MDs **olha** e **vê** podem ser investigados à luz dos problemas apresentados por Weinreich, Labov e Herzog ([1968] 2006, p. 188). No capítulo 7, com base nos resultados das amostras, retomaremos tais princípios e procederemos à discussão.

3.3 Sociofuncionalismo

Atualmente, como se viu, nota-se a tendência de estudos varacionistas tomarem como objeto variável não só fenômenos morfossintáticos mas também semântico-discursivos, bem como recentemente se visualiza a possibilidade de aproximação teórica, que combina a perspectiva funcionalista, voltada para o estudo do processo de gramatical-

zação, com pressupostos da sociolinguística variacionista¹⁰⁰. A combinação entre essas abordagens mostra-se viável e frutífera, porém não significa que seja isenta de problemas. É o que veremos a seguir, sinteticamente, com base em Tavares (1999, 2003), Görski (2006), Görski e Tavares (a ser publicado).

Conforme as autoras, embora a Teoria da Variação e Mudança e o Funcionalismo Lingüístico, voltado à gramaticalização, mostrem-se divergentes seu ponto focal¹⁰¹, não se vislumbra impedimento para se integrar ambas abordagens na investigação dos fenômenos lingüísticos, uma vez que

[...] (i) o objeto de estudo é a língua em uso, cuja natureza heterogênea abriga a variação e a mudança; e (ii) é atribuída grande importância ao tratamento empírico com quantificação estatística, especialmente em relação à frequência de uso, como evidência para atestar fenômenos de variação e mudança (cf. WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968; LABOV, 1972; GIVÓN, 1995; BYBEE; HOPPER, 2001; BYBEE, 2003 *apud* GÖRSKI, 2006, p.2).

Nessa interface, o uso dos falantes determina as funções gramaticais. O enfoque está nas relações entre funções e formas, decorrentes de pressões lingüísticas e sociais, com destaque para a história da(s) forma(s) e sua multifuncionalidade, bem como a coexistência de diferentes formas/funções, o que configura situação de estratificação/variação.

Dentre os pressupostos teórico-metodológicos compatíveis entre as perspectivas, destacam-se: (i) prioridade atribuída à língua em uso, que continuamente se move, muda e é mecanismo de interação; (ii) a mudança é contínua e gradual; (iii) diacronia e sincronia são complementares na busca pela trajetória da mudança; (iv) crença no princípio do uniformitarismo; (v) destaque para a frequência de uso; e (vi) vínculo entre fatores lingüísticos e sociais.

¹⁰⁰ A aproximação entre a Teoria da Variação e Mudança e o Funcionalismo de vertente norte-americana começou a ser feita, no Brasil, no âmbito do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL/UFRJ, cf. SILVA; SCHERRE (Orgs.), 1996).

¹⁰¹ O objeto de interesse da Teoria da Variação e Mudança é a coexistência de formas que se intercambiam com o mesmo significado em um mesmo contexto, situação de variação que pode vir a ser resolvida pela mudança; e o do Funcionalismo Lingüístico, especialmente os estudos acerca da mudança lingüística via gramaticalização, ocupa-se prioritariamente do percurso de mudança de uma forma, que pode vir a conviver com outra(s) em um mesmo domínio funcional (GÖRSKI, 2006).

Em relação à variação/mudança, Hopper (1991, p. 22), ao formular princípios gerais de mudança aplicáveis às etapas iniciais de gramaticalização, propõe o princípio de camadas (estratificação), conforme visto na seção 3.1.1.2, o que reforça a viabilidade de aproximação entre os objetos de estudo da perspectiva da gramaticalização e da sociolinguística variacionista. À medida que uma forma começa a se fixar como uma das camadas de certo domínio, “a análise somente será completa se também forem levadas em conta as demais formas que competem com a forma mais recente, pois são as inter-relações entre todas as camadas que definem os rumos do domínio como um todo e de cada forma em particular” (GÖRSKI; TAVARES, a ser publicado).

Outro aspecto convergente diz respeito aos rumos possíveis para solucionar a variação ou estratificação. As duas perspectivas deixam evidente que, na ocorrência de situações de variação ou estratificação, estas tendem a ser solucionadas com o passar do tempo, mas ainda assim há de se verificar como se dá o fim da competição. Na perspectiva da gramaticalização, um dos modos de se eliminar a concorrência é, segundo Hopper (1991), a *especialização*, com uma das formas tendo seu uso generalizado. De fato, a *especialização* pode se dar por *generalização* ou por *especificação*: a primeira ocorre quando uma das camadas se sobrepõe às demais; na segunda, as camadas se especializam em determinados contextos e/ou levam vantagem em determinados contextos sociolinguísticos (TAVARES, 1999; GÖRSKI; TAVARES, a ser publicado). Já na perspectiva sociolinguística, a variação pode ser resolvida quando as regras variáveis se tornam categóricas, generalizando-se para o maior número possível de contextos linguísticos e sociais: ou uma forma deixa de ser usada, ou assume um novo significado no contexto.

Entre os pontos de divergência entre as abordagens pode-se citar: na ótica da gramaticalização, a prioridade atribuída à função e o foco nas relações entre funções e formas ao longo do tempo – com ênfase na análise das tendências de uso manifestadas pelos falantes e das motivações discursivas para tais usos; na ótica da sociolinguística variacionista, a primazia dada à estrutura e ao sistema de regras – com ênfase na descrição da estrutura variável da língua e dos fatores de natureza estrutural e social que a condicionam.

Do ponto de vista metodológico, outro aspecto divergente diz respeito ao tratamento dispensado aos condicionadores: na perspectiva funcionalista, importa captar os processos ainda sutis de mudança que se percebem no *continuum* semântico-pragmático e categorial, o que implica um grande número de fatores e a possibilidade de sobreposições entre

eles; já na perspectiva variacionista, os fatores condicionantes do uso de uma variante são tratados como discretos, sendo frequentemente amalgamados em busca de um menor número de fatores que possam funcionar como mecanismos explanatórios.

Defendendo a abordagem integrada da variação/gramaticalização, Görski e Tavares (a ser publicado) sugerem as seguintes etapas metodológicas na investigação dos fenômenos lingüísticos:

- identificação de situações de uso lingüístico variável a partir da observação do *continuum* multifuncional de certos itens em processo de mudança por gramaticalização;
- operacionalização da noção laboviana de variável, isolando formas variantes que cumpram uma mesma função/significação dentro de um domínio funcional;
- testagem de grupos de fatores diversos para identificar os contextos (lingüísticos/discursivos, sociais) de uso das formas;
- detalhamento de cada grupo de fatores lingüísticos/discursivos buscando captar variações e mudanças em curso ainda sutis (considerando inclusive sobreposição de funções), e posterior amalgamação de fatores em busca de generalizações;
- interpretação da frequência das formas em determinados contextos como indício (i) de perda de espaço de uma das variantes, ou (ii) de generalização de significado (os itens expandem seus contextos de uso), ou (iii) de especialização de uso (os itens adquirem significados mais específicos restritos a certos contextos dentro do domínio).

Diante da conciliação teórica proposta e do encaminhamento metodológico apresentado, e considerando também os pontos em desacordo entre as duas abordagens, julgamos pertinente conduzir esta investigação mapeando os caminhos em que **olha** e **vê** se entrecruzam como MDs. Inserindo-se nesse contexto, tenciona-se identificar estágios de mudança dos MDs e discutir a pertinência de abordá-los como um fenômeno de gramaticalização, e como camadas de um mesmo domínio funcional, ou, em termos labovianos, como variantes de uma mesma variável lingüística.

4

MARCADORES DISCURSIVOS

Neste capítulo, pretende-se, inicialmente, conceituar e caracterizar de modo geral os MDs, segundo diferentes bases teóricas e procedimentos metodológicos. Na seqüência, enfatizam-se os pontos de convergência e divergência entre elas com vistas a verificar qual enfoque (ou quais) mais se ajusta (am) à caracterização dos MDs **olha** e **vê**. Em seguida, passa-se a descrever, segundo a literatura, as características formais e funcionais dos MDs. Posteriormente, restringindo o campo de atuação desses itens, identificam-se formas e funções dos MDs derivados de verbo de percepção visual com base em estudos em cinco línguas românicas¹⁰². Por fim, com base nessas informações e nas investigações em PB, põe-se em evidência especialmente os contextos e as condições de ocorrência dos itens **olha** e **vê** a fim de verificar seu aspecto formal e suas respectivas funções.

4.1 A diversidade de pesquisas sobre MDs

O interesse pelo estudo dos MDs tem despontado em diferentes áreas da lingüística. Schifffrin (2003, p. 68) destaca algumas dessas áreas e respectivos pesquisadores:

[...] teoria da relevância (ver Andersen 1998; Blakemore 1988 [...]; Rouchota 1998; Shloush 1998; Watts 1986; Ziv 1998), lingüística computacional (Hirschberg e Litman 1993; Elhadad e Mckeown 1990; Miller 1998; Moser e Moore 1995), lingüística aplicada (Chaudron e Richards 1986; Schle-

¹⁰² Destacam-se, entre outras pesquisas acerca de MDs nas línguas românicas, as do espanhol, de Pons Bordería (1998, 2001), Cuenca e Marin (2000), Galué (2002) e Domínguez e Alvarez (2005); a do francês, de Dostie (2004); a do italiano, de Waltereit (2002); a do catalão, de Marín Jordá (2003); e a do galego, de Domínguez Portela (2008). Todas serão apresentadas mais detalhadamente na seção 4.5. Além dessas pesquisas nas línguas românicas, para conhecimento de outras línguas que também se interessam pela investigação do comportamento de MDs, ver Schifffrin (2003, p.54).

pegrell 1996), análise variacionista (Sankoff *et al.* 1997; Vincent 1993; Vincent e Sankoff 1993), lingüística formal (Unger 1996); [...] lingüística cognitiva (Bell 1998), processamento cognitivo (Sanders 1997) e análise da conversação (Heritage 1984, 1998; Heritage e Sorjonen 1994).

Assim como as áreas são distintas, também as abordagens dentro de cada área ou em áreas afins são diversificadas¹⁰³. É natural, portanto, que se encontrem diferentes significados atribuídos aos MDs bem como métodos de análise distintos a depender da perspectiva de cada grupo de pesquisadores.

Nesta seção, nosso interesse recai na reunião de alguns estudos, embora centrados em diferentes aspectos, que tratam acerca dos MDs, notadamente as pesquisas de Schiffrin (1987, 2003)¹⁰⁴, Fraser (1999, 2006) e, no Brasil, especialmente os trabalhos de Risso e colaboradores (1996, 1999, 2006), pela abordagem textual-interativa assumida. Referências serão feitas também, nos momentos oportunos, aos trabalhos de Marcuschi (1989), Castilho (1989), de Martelotta *et al.* (2004) e de Rost (2002), entre outros.

4.1.1 A abordagem de Schiffrin

Schiffrin (1987) objetiva apresentar um modelo teórico baseado no princípio de Brown e Yule (1983), segundo o qual a análise do discurso é necessariamente a análise da língua em uso. Nessa perspectiva, pretende dar conta dos princípios que possibilitam a diferentes MDs contribuir com a construção da coerência do discurso¹⁰⁵, evidenciando, principalmente, como são empregados para distinguir as partes de figura

¹⁰³ Fraser (1999, p. 933-937), por exemplo, reuniu quatro abordagens (SCHIFFRIN, 1987; FRASER, 1990, 1997; BLAKEMORE, 1987, 1992; MANN; THOMPSON, 1987, 1988) que envolvem a diversidade de pesquisas sobre os MDs. Em Schiffrin (2003), citam-se três perspectivas (HALLIDAY; HASAN, 1976; SCHIFFRIN, 1987; FRASER, 1990, 1998), as quais, segundo a autora, embora divergentes, continuam a repercutir entre os estudos mais recentes sobre MDs.

¹⁰⁴ No entendimento de Fraser (1999), a abordagem de Schiffrin (1987) é a mais detalhada.

¹⁰⁵ Sob esta perspectiva, Mann e Thompson (1987, 1988, entre outros) também têm abordado a natureza das relações entre as sentenças de um texto tal que o seu conteúdo pode fornecer elaboração, circunstância ou explicação. O trabalho desses pesquisadores tem resultado “in various accounts of discourse coherence”, nas quais as relações discursivas são às vezes explícitas pelo uso de MDs (denominados de “cue phrases”).

e fundo, em seqüências narrativas, e as de posição, disputa e suporte, nos segmentos argumentativos.

Os MDs são definidos pela autora “como elementos sequencialmente dependentes que agrupam unidades de fala”¹⁰⁶ e constituem-se “[...] em um nível mais teórico, como membros de uma classe funcional de mecanismos verbais (e não verbais) que prevêm coordenadas contextuais da fala em curso)” (SCHIFFRIN, 1987, p. 31, tradução nossa)¹⁰⁷. Embora inclua elementos não-verbais na definição de MDs, o trabalho de Schiffrin se concentra exclusivamente nas seguintes categorias: conjunções (*and, but, or, because; well, so*), advérbios (*now, then*), interjeições (*oh*) e expressões lexicalizadas (*I mean, y’know*).

No exemplo¹⁰⁸ a seguir, *because* conecta ações e idéias, respectivamente:

- (31) a. Yeh, let’s get back, because she’ll never get home.
b. And they holler Henry!!!! Cause they really don’t know!¹⁰⁹

Em 31a), *because* conecta um pedido (para completar uma tarefa) e a justificativa para essa solicitação. Em 31b), *because* estabelece conexão entre duas idéias ou representações de eventos. Já no exemplo 32, a seguir, *but* desempenha quatro diferentes funções em níveis distintos simultaneamente:

- (32) Jack: [The rabbis preach, [“Don’t intermarry”]
Freda: [But I did- [But I did say those intermarriages that we have in this country are healthy¹¹⁰.

As funções desempenhadas por *but*, segundo Schiffrin (2003, p. 57), são: introduzir uma *idea unit*; desempenhar uma *participation framework*; realizar uma ação; e abrir um turno de fala.

¹⁰⁶ “[...] as sequentially dependent elements which bracket units of talk” (SCHIFFRIN, 1987, p. 31).

¹⁰⁷ “[...] at a more theoretical level as members of a functional class of verbal (and non verbal) devices which provide contextual coordinates for ongoing talk)” (SCHIFFRIN, 1987, p. 31).

¹⁰⁸ Alertamos ao leitor que os exemplos de uso dos MDs serão mantidos na língua de origem no corpo da tese e a tradução para o português – quando possível – é nossa e será apresentada sempre em nota de rodapé.

¹⁰⁹ “a. É, vamos voltar, porque ela nunca vai chegar em casa. b. E eles gritam Henry!!! Porque eles não sabem mesmo!” (SCHIFFRIN, 1987).

¹¹⁰ “Jack: [Os rabinos pregam, [“Não façam casamentos interracialis”] Freda: [Mas eu- [Mas eu disse que esses casamentos que nós temos nesse país são saudáveis” (SCHIFFRIN, 1987).

Em sua investigação, Schiffrin (1987) verificou que os MDs são multifuncionais, têm função integradora no discurso e, assim, contribuem para a coerência discursiva. Para explicitar a multifuncionalidade dos MDs, a autora distingue cinco níveis de organização do discurso em que os MDs operam, cada nível com seu próprio tipo de coerência:

Estrutura de troca, que reflete a mecânica da troca conversacional (etnometodologia) e mostra o resultado das tomadas de turno e de como essas alternâncias se relacionam umas com as outras;

Estrutura da ação, que reflete a sequência de atos de fala que ocorrem no discurso;

Estrutura ideacional, que reflete certas relações entre as ideias (proposições) encontradas no discurso, incluindo relações coesivas, relações de tópico, e relações funcionais;

Plano de participação, que reflete os modos pelos quais os falantes e ouvintes podem se relacionar uns com os outros, bem como a orientação para com os enunciados; e

Estado de informação, que reflete a organização contínua e a administração de conhecimento no que ele progride ao longo do discurso (tradução nossa)¹¹¹.

O modelo da autora é composto por estruturas lingüísticas (*ideational*) e não-lingüísticas (*exchange structure* e *action structure*), e a multifuncionalidade dos MDs decorre de sua atuação em diferentes componentes discursivos: “assim como marcadores que parecem ser expressões relacionadas em outros paradigmas linguísticos podem ter funções em componentes discursivos muito diferentes” (SCHIFFRIN, 1987, p. 317, tradução nossa)¹¹².

Cada um dos MDs pode integrar enunciados em diversos níveis de fala ou componentes discursivos. Assim, em princípio, MDs que

¹¹¹ “**Exchange Structure**, which reflects the mechanics of the conversational interchange (ethnomethodology) and shows the result of the participant turn-taking and how these alternations are related to each other; **Action Structure**, which reflects the sequence of speech acts which occur within the discourse; **Ideational Structure**, which reflects certain relationships between the ideas (propositions) found within the discourse, including cohesive relations, topic relations, and functional relations; **Participation Framework**, which reflects the ways in which the speakers and hearers can relate to one another as well as orientation toward utterances; and **Information State**, which reflects the ongoing organization and management of knowledge as it evolves over the course of the discourse” (*apud* FRASER, 1999).

¹¹² “just as markers which seem to be related expressions in other linguistic paradigms may have functions in very different discourse components” (SCHIFFRIN, 1987, p. 317).

poderiam parecer muito diferentes, como *now* e *I mean*, têm um importante papel no mesmo nível discursivo, neste caso, *participation framework*.

Em relação ao significado, a autora assinala que alguns MDs dizem respeito apenas a realidades semânticas (os “fatos”) de duas sentenças; outros, porém, podem referir a sentenças de nível lógico (epistêmico) e/ou de ato de fala (pragmático), ou seja, cada MD tem funções específicas em determinados contextos.

Schiffrin afirma ainda que parte da força comunicativa do MD é consequência da definição do espaço discursivo em que é utilizado. Também as propriedades lingüísticas (tanto o significado semântico ou referencial como o valor gramatical) das expressões empregadas como MDs são responsáveis pelo efeito comunicativo de que dispõem. Assim, muitos MDs são usados para refletir o significado referencial que veiculam. As conjunções, por exemplo *but*, embora tradicionalmente conhecidas como uma classe morfossintática bem definida, apresentam efeito pragmático ligado a sua significação. No caso de *but*, marca contraste do F já no seu significado, ou indica opção do O graças a seu sentido disjuntivo (MARÍN JORDÁ, 2003).

Em síntese, Schiffrin (1987) mostra que os MDs exibem relações que têm função local (entre pares adjacentes) e/ou global (ampla), isto é, desempenham mais do que a simples união entre unidades de fala. Em 33d), por exemplo, *because* desempenha ambas as funções:

(33) Debby: a. Well some people before they go to the doctor, they talk to a friend, or a neighbor.

b. Is there anybody that uh...

Henry: c. Sometimes it works!

d. Because there's this guy Louie

Gelman.

e. he went to a big specialist,

f. and the guy ... analyzed it wrong.

[narrative not included]

o. So doctors are – well they're not God either!¹¹³

¹¹³ “Debby: a. Bem, algumas pessoas, antes de irem ao médico, elas falam com um amigo, ou com um vizinho. b. Tem alguém que uh... Henry: c. Às vezes funciona! d. Porque tem esse cara, Louie Gelman. e. ele foi a um grande especialista, f. e o cara ... analisou errado. [narrativa não incluída] o. Então os médicos são – bem, eles também não são Deus!”.

Assim, os MDs freqüentemente proporcionam as coordenadas contextuais através da: (i) localização do enunciado em um ou mais planos do discurso; (ii) orientação do enunciado para o F, para o O ou para ambos; e (iii) orientação do enunciado precedente e/ou subsequente, ou seja, são mecanismos que têm caráter anafórico e catafórico e assim auxiliam na coesão textual.

Porque o primeiro conjunto de MDs investigados pela autora encontra-se em unidades bem diversas (orações, proposições, atos de fala, etc.), o que pode expor a leitura ampla e vaga da unidade de análise considerada, Schifffrin (2003, p. 60, tradução nossa) alerta: “qual unidade considerar (e.g. sentença, cláusula, unidade entoacional, turno), [...] como conceitualizar e operacionalizar o contexto, como analisar funções múltiplas, e a diferença entre análises guiadas pelos dados e guiadas pela teoria.”¹¹⁴ Expõe, portanto, a sua preocupação em clarear a expressão “unidade conversacional”, presente na sua definição de MD. Segundo a autora, várias teorias podem ser retomadas na definição de “unidade conversacional”, como a dos atos de fala, de Austin (1965) e Searle (1969), ou a de *idea unit*, de Chafe (1994). Como se tratam de estruturas discursivas, não é apropriado definir “unidades conversacionais” em função de “unidades sintáticas”, por não se operar, sempre, o discurso no nível sentencial.

Resumindo, a autora (tradução nossa) aponta cinco características de um elemento lingüístico para ser considerado um MD, a partir de sua investigação:

Ele deve ser sintaticamente destacável de uma sentença.

Ele deve ser comumente usado na posição inicial de um enunciado.

Ele deve ter uma gama de contornos prosódicos (e.g. acentoônico e seguido de uma pausa, redução fonológica).

Ele deve ser capaz de operar tanto em níveis locais quanto globais do discurso.

Ele deve ser capaz de operar em diferentes planos do discurso.¹¹⁵

¹¹⁴ “what unit to consider (e.g. sentence, clause, intonation unit, turn), [...] how to conceptualize and operationalize context, how to analyze multiple functions, and the difference between data-driven and theory-driven analyses.”

¹¹⁵ “It has to be syntactically detachable from a sentence. It has to be commonly used in initial position of an utterance. It has to have a range of prosodic contours (eg tonic stress and followed by a pause, phonological reduction). It has to be able to operate at both local and global

Colhe-se dessa caracterização aspectos relativos à forma e à atuação dos onze diferentes MDs investigados pela autora, portanto aquilo que permite a uma expressão constituir o grupo de elementos denominado MD. Quanto ao aspecto formal, segundo a autora, os MDs não se vinculam sintaticamente à oração na qual se localizam; fixam-se, prototipicamente, em posição inicial¹¹⁶ do enunciado, embora haja exemplos de MDs que ocupam outras posições; são acompanhados de pausa e tendem à redução fonológica. Quanto à atuação, operam tanto em nível local ou global como em diferentes planos discursivos. Além disso, trata-se de “um conjunto de itens linguísticos que atuam em domínios cognitivos, expressivos, sociais e textuais” (SCHIFFRIN, 2003, p. 54, tradução nossa)¹¹⁷.

Por fim, Schiffrin (2003) sugere que a abordagem mais aprofundada sobre MDs deve levar em consideração diferentes contextos de uso (discurso infantil, por exemplo), contextos de fala monolíngüe e bilíngüe e *corpus* de diferentes épocas. Destaca também a relevância de estudos comparativos que investigam a gramaticalização de MDs em diferentes línguas, como fez Onodera (1992, 1995), Brinton (2003) e Jucker (1997).

Em resumo, o estudo de Schiffrin, um dos mais importantes feitos sobre MDs, evidencia o princípio da conectividade dos MDs e enfatiza os aspectos da coerência pragmática de nível mais local da organização sentencial e do nível da articulação discursiva ampla. Embora a autora reconheça sua abordagem como “simples” e “modesta”, Schiffrin (1987, 2003) quem desenvolve um dos trabalhos mais extensos sobre MDs e quem mais contribui para sua definição como uma categoria, inclusive para fixação da denominação MD.

A autora, de modo abrangente, consegue dar conta de um número de elementos heterogêneos do ponto de vista gramatical, mas que constituem uma classe funcional com papel comunicativo importante, especialmente porque lida com a linguagem oral. É nesse rol de elementos heterogêneos, como vimos, que podemos inserir, na abordagem de S-

levels of discourse. It has to be able to operate on different planes of discourse” (SCHIFFRIN, 1987, p. 328).

¹¹⁶ Discordamos de Schiffrin quanto à prototipicidade da posição inicial dos MDs. No capítulo da análise variacionista, ao controlarmos a posição dos MDs **olha** e **vê**, os resultados apontam que há tendência de os itens se fixarem em posição de abertura, mas também há, segundo o contexto de atuação discursiva, ocorrência de MDs no interior e na finalização de tópico.

¹¹⁷ “[...] on set of linguistic items that function in cognitive, expressive, social, and textual domains.”

chiffrin (1987, 2003), os MDs derivados de verbos de percepção **olha** e **vê**.

4.1.2 A abordagem de Fraser

Fraser (1999, p. 936)¹¹⁸, sob a perspectiva que batiza de pragmático-gramatical, propõe quatro tipos de marcadores pragmáticos¹¹⁹: a) *marcadores pragmáticos básicos* (veiculam mensagem separada mas da natureza de um comentário sobre a mensagem base); b) *marcadores pragmáticos de comentário* (veiculam mensagem separada mas da natureza de um comentário sobre a mensagem base); c) *marcadores pragmáticos paralelos* (veiculam mensagem separada da mensagem base); d) *marcadores discursivos*¹²⁰. Passemos ao exame mais detalhado deste último grupo.

Os MDs, conforme caracteriza Fraser (1999), constituem uma classe de expressões que têm duas propriedades básicas: “(i) has core meaning which can be enriched by the context; and (ii) signals the relationship that the speaker intends between the utterance the DM introduces and the foregoing utterance”. Vejamos os seguintes exemplos de MDs:

- (34) a) A: I like him. B: **So**, you think you'll ask him out then?
 b) John can't go. **And** Mary can't go either.
 c) A: Harry is hurrying. B: **But** when do you think he will really get here?
 d) I think it will fly. **Anyway**, let's give it a chance.

¹¹⁸ Embora Fraser (1999) reconheça a existência de mais de 100 MDs em inglês britânico, investigou breve amostra dos MDs *but*, *and*, *so* e *then*, entre outros, constantes no *British National Corpus* (BNC). Trata-se de um *corpus* sincrônico com mais de 100 milhões de palavras recolhidas, a partir do final do século XX, de fontes variadas: escrita (90% do total do *corpus*) e fala (10% do total do *corpus*). Para mais informações acerca do BNC, acesse: < <http://www.natcorp.ox.ac.uk/>>.

¹¹⁹ Marcadores pragmáticos são parte de um segmento discursivo e veiculam informações diversas, mas, segundo o autor, não contribuem para o conteúdo proposicional da sentença (FRASER, 1999, 2006).

¹²⁰ “a) *basic pragmatic markers* (signal a message separate from but in the nature of a comment on the basis message); b) *commentary pragmatic markers* (signal a message separate from but in the nature of a comment on the basis message); c) *parallel pragmatic markers* (signal a message separate from the basis message); d) *discourse markers*.”

e) Sue isn't here, **although** she said she would be.

f) Donna left late. **However**, she arrived on time¹²¹.

Observa-se que, dentre as categorias morfossintáticas que podem atuar como MDs, destacam-se: conjunções coordenativas, conjunções subordinativas, preposições, locuções prepositivas e advérbios. Chamamos a atenção que a definição de Fraser contempla apenas expressões lexicais, não incluindo fenômenos de outra natureza (como prosódicos, sintáticos, não-verbais, etc.).

Por conta disso, Fraser alerta que seu objetivo é elucidar as propriedades gerais dos MDs, por exemplo, seu estatuto sintático e semântico, por isso não se detém na descrição mais detalhada de um ou outro MD em especial. Também não se preocupa em verificar como essa classe contribui para a coerência do discurso (cf. SCHIFFRIN, 1987) ou qual papel desempenha na argumentação (cf. ANSCOMBRE; DUCROT, 1989 *apud* FRASER, 1999).

Nesse sentido, a seguinte definição canônica de MD é apresentada por Fraser (2006, p. 191, tradução nossa):

Para uma sequência de segmentos discursivos S1-S2, cada um codificando uma mensagem completa, uma expressão lexical LE funciona como um marcador discursivo se, quando ele ocorre na posição inicial de S2 (S1 – LE + S2), LE aponta que ocorre uma relação semântica entre S2 e S1 que é de: a. elaboração; b. contraste; c. inferência; d. ou temporalidade¹²².

Extrai-se dessa definição que os MDs são elementos que têm em comum a propriedade de “impor” uma relação entre qualquer aspecto do segmento discursivo de que faz parte (S2) e qualquer aspecto do segmento discurso anterior (S1). À medida que relaciona dois segmentos contínuos ou não, sinaliza uma das quatro relações semânticas amplas:

¹²¹ “a) A: Eu gosto dele. B: E aí, você acha que vai chamar ele para sair, então? b) John não pode ir. E Mary também não pode ir. c) A: Harry está se apressando. B: Mas quando você acha que ele vai mesmo chegar lá? d) Eu acho que vai voar. Enfim, vamos dar uma chance. e) Sue não está aqui, apesar de ela ter dito que estaria. f) Donna saiu tarde. Contudo, ela chegou a tempo.”

¹²² “For a sequence of discourse segments S1 – S2¹²², each of which encodes a complete message, a lexical expression LE functions as a discourse marker if, when it occurs in S2-initial position (S1 – LE + S2), LE signals that a semantic relationship holds between S2 and S1 which is one of: a. elaboration; b. contrast; c. inference; or d. temporality”.

elaboração, contraste, inferência ou temporalidade. Porém, às vezes, pondera o autor, os segmentos relacionados podem não constituir pares adjacentes, como no exemplo a seguir:

- (35) A: I don't want to go very much.
 B: John said he would be there.
 A: **However**, I do have an obligation to be there¹²³.

Membros dessa classe normalmente têm, segundo o autor, as seguintes propriedades: “Eles são morfemas livres, são iniciais em um segmento discursivo, veiculam mensagem específica, e são classificados não sintaticamente mas em termos de suas funções semânticas/pragmáticas.”¹²⁴

Fraser (1999) identificou duas classes principais de MDs: os que relacionam mensagens – ou seja, aqueles que interligam algum aspecto das mensagens veiculadas pelos segmentos que seguem e precedem o MD (a. Contrastive markers; b. Collateral markers; c. Inferential markers; d. ...). Nesse caso, a relação discursiva envolvida abarca o domínio do conteúdo (proposicional), (36a), em outros envolve o domínio epistêmico (as crenças do F), (36b), e ainda em outros abrange o domínio dos atos de fala, (36c). Vejamos, a título de exemplificação, os contextos a seguir:

- (36) a. Since John wasn't there, we decided to leave a note for him.
 b. Since John isn't here, he has (evidently) gone home.
 c. Since we're on the subject, when was George Washington born?¹²⁵

A outra classe diz respeito aos MDs que relacionam tópicos, ou seja, aqueles que envolvem algum aspecto do intercâmbio discursivo – tal como a *exchange structure*, de Schiffrin (1987). Considere os exemplos:

- (37) a. This dinner looks delicious. *Incidentally* where do you shop?

¹²³ “A: Eu não quero muito ir. B: John disse que ele estaria lá. A: Contudo, eu tenho a obrigação de estar lá”.

¹²⁴ “they are free morphemes, are discourse-segment initial, signal an specific message, and are classified not syntactically but in terms of their semantic/pragmatic functions.”

¹²⁵ “a. Já que John não estava lá, nós decidimos deixar um recado para ele. b. Já que John não está aqui, ele (evidentemente) foi para casa. c. Já que estamos nesse assunto, quando que George Washington nasceu?”

b. I am glad that is finished. *To return to my point*, I'd like to discuss your paper.¹²⁶

Conforme o autor, em (37a), *incidentally* sinaliza que S2 deve ser interpretada como uma digressão a partir do tópico de S1, enquanto (37b) *to return to my point* sinaliza a reintrodução do tópico anterior no discurso. É para o tópico que S1 está contribuindo, em vez da mensagem a qual está relacionada com o tópico apresentado em S2.

Sintaticamente, os MDs investigados por Fraser (2006, p.196-201) pertencem a cinco categorias: a) conjunção coordenativa; b) conjunção subordinativa; c) advérbio; d) preposição; e) locução prepositiva. É a categoria sintática do MD que determinará a posição em que pode ocorrer em S2. Todavia, devido a restrições sintáticas, conjunções coordenativas e subordinativas sempre se encontram em posição S2 inicial, ao passo que as demais categorias (preposições, locuções prepositivas e advérbios) transitam mais livremente nas demais posições.

A fim de se proceder à análise do significado individual de um MD, sugere o autor o emprego da abordagem polissêmica. “Eu sustento que cada MD tenha um significado central de natureza geral (por exemplo, para *but*, o significado é ‘contraste simples’), com várias nuances de sentido ativadas como uma função de (i) o significado central do MD específico, (ii) as interpretações de S2 e S1, e (iii) o contexto, linguístico ou outro”(tradução nossa)¹²⁷. Observe que *but*, na seqüência a seguir, veicula o mesmo *core meaning*:

- (38) a) Water boils at 2112 degrees **but** mercury boils at a much higher temperature.
 b) Mary is thin. **But** she still weighs more than me.
 c) A: John is right here. B: **But** I just saw him on TV.
 d) John died. **But** he was ill.
 e) A: The flowers are beautiful. B: **But** they're plastic.
 f) A: We had a very nice meal. B: **But** did you ask him about the money he owes us?¹²⁸

¹²⁶ “a) Esse jantar parece delicioso. Por acaso, onde você faz compras?; b) Estou contente que isso acabou. Voltando ao assunto, eu gostaria de discutir o seu texto”.

¹²⁷ “I take each DM to have a core meaning of a general nature (for example, for *but*, the meaning is ‘simple contrast’), with various meaning nuances triggered as a function of (i) core meaning of the specific DM, (ii) the interpretations of S2 and S1, and (iii) the context, linguistic and otherwise”.

¹²⁸ “a) A água ferve a 2112 graus mas o mercúrio ferve a uma temperatura muito mais alta. b) Mary é magra. Mas ela ainda pesa mais que eu. c) A: John está bem aqui. B: Mas eu acabei de

Em síntese, colhe-se da definição de Fraser (1999, 2006) o princípio da conectividade dos MDs. Como vimos, propõe o autor que conjunções, advérbios, preposições e locuções prepositivas apresentam as seguintes propriedades gerais: (i) possuem um significado central, que, entretanto, pode ser enriquecido pelas circunstâncias contextuais; e (ii) sinalizam a relação que o F busca entre a unidade introduzida pelo MD e a anterior. Portanto, para o autor, somente serão considerados MDs os elementos que intermedeiam dois segmentos discursivos com conteúdos proposicionais claramente definidos. Por isso, diferente de Schifffrin (1986), Fraser (1999) exclui as partículas modais, os vocativos, as expressões iniciais, os sons não-lexicalizados e as interjeições do grupo dos MDs, pois eles próprios acrescentam uma mensagem ao conteúdo proposicional da sentença em que se situam e não necessariamente sinalizam para uma relação entre dois segmentos discursivos diferentes. As interjeições configurariam outro tipo de expressão pragmática.

Nesse sentido, como se observa, a concepção de MD do autor revela-se bastante restrita, uma vez que não recobre categorias derivadas de verbo de percepção, como **olha** e **vê**, objeto de estudo desta tese.

4.1.3 A perspectiva textual-interativa

Pesquisadores (RISSO, SILVA, URBANO, 1996, 2006; RISSO, 1999, entre outros) que adotam a abordagem da Gramática Textual-Interativa (doravante GTI) assumem

uma concepção de texto firmada na perspectiva sócio-comunicativa, que aponta não só para os aspectos cognitivo-informativos contidos no produto lingüístico e nas partes de sua estrutura, mas também para a compreensão desse produto como algo que congrega e sinaliza os interlocutores, o processo de produção e interação (KOCH *et al.*, 1993).

ver ele na TV. d) John morreu. Mas ele estava doente. e) A: As flores estão lindas. B: Mas elas são de plástico. f) A: Nós tivemos uma refeição muito boa. B: Mas você perguntou a ele sobre o dinheiro que ele nos deve?”

Segundo Jubran (2006), a GTI fundamenta-se teoricamente no tripé Pragmática, Lingüística Textual e Análise da Conversação, cujo enfoque se baseia empiricamente na língua em uso.

A definição de propriedades gerais dos MDs é também objeto de estudo de Risso, Silva e Urbano (1996, 2006). Os autores atribuem homogeneamente aos MDs a condição de uma categoria pragmática bem consolidada no funcionamento da linguagem, ou seja, os MDs exercem funções importantes na interação, pois “amarram o texto não só enquanto estrutura verbal cognitiva, mas também como estrutura de interação interpessoal” (URBANO, 1997, p. 86)¹²⁹.

O tratamento dos MDs, segundo Risso (1999, p. 263), permitirá revelar a inscrição do processo formulativo e interacional na materialidade lingüística do texto, uma vez que se firmam claramente como sinalizadores pragmáticos do monitoramento local do texto falado e das relações interlocutivas responsáveis por sua co-produção dinâmica e emergencial. Na sua condição de MD, estabelecem-se como embreadores dos enunciados com as condições da enunciação, apontando, portanto, para as instâncias produtoras do discurso e definindo a relação dessas instâncias com a estruturação textual-interativa.

No processo de investigação das propriedades gerais dos MDs, há matrizes de traços mais ou menos constantes a eles aplicáveis, conforme Risso, Silva e Urbano (1996, 2006). Para se apurar essas matrizes básicas, foram consideradas dez diferentes variáveis. Os autores apuraram os traços fortes dos MDs e identificaram como elementos:

- a) altamente recorrentes no plano textual (variável 1 [...]); b) atuantes no plano da organização textual-interativa, com tônica funcional na articulação entre segmentos textuais (variável 2 [...]), ou na sinalização das relações interpessoais (variável 3 [...]); c) exteriores ao conteúdo informativo dos tópicos ou segmentos de tópicos (variável 4 [...])

Risso, Silva e Urbano (1996, 2006) apontam a presença do caráter de sequencialidade (o princípio da conectividade tal como já citado por Schifffrin e Fraser) dos MDs. No caso de alguns MDs (por exemplo, *olha* e *veja*), o que confere ao elemento o estatuto de MD é a “sinalização das relações interpessoais” e atribui ao item o caráter de bidirecionalidade, conforme Marcuschi (1989). Ou seja, os autores postulam que o conteúdo dos MDs está fortemente ancorado textual (variável 2) e

¹²⁹ O autor investigou parte do inquérito nº 360 do Projeto NURC. Esse inquérito compreende um diálogo em que interagem uma documentadora e duas informantes.

pragmaticamente (variável 3). Dentre os aspectos pragmáticos, destacam a força ilocutória com que podem ser tomados, a checagem da atenção do O e a orientação que o F imprime à natureza do elo sequencial entre as unidades textuais.

A variável 4 explicita a definição da unidade de análise do grupo da GTI, na qual se inscrevem os MDs. Embora o texto falado tenha aparente fragmentaridade, há, no nível macro, uma estruturação orgânica do texto, que aponta para uma regularidade de construção. Essa regularidade pode ser recoberta pela topicalidade¹³⁰. Assim, cada conjunto de fragmentos apresenta relações de interdependência tópica estabelecidas simultaneamente em dois planos discursivos: hierarquicamente (verticalmente), conforme as dependências de super ou subordenação entre tópicos que se implicam pelo grau de abrangência com que são tratados na interlocução; linearmente (horizontalmente), de acordo com as articulações intertópicas em termos de adjacência ou interposições de tópico na linha do discurso (JUBRAN, 2006).

Na sequência, Risso, Silva e Urbano (1996, 2006) descrevem outras seis variáveis que demarcam a caracterização dos MDs:

d) não totalmente transparentes do ponto de vista semântico-referencial [...] (variável 5 [...]); e) de pouca ou nenhuma variação fonológica, flexional ou sintática: a ausência ou a reduzida proporção das variações e/ou elaborações, observadas em poucas formas variantes [...] (variável 6 [...]); f) independentes do ponto de vista sintático, isto é, sem integração sintática na estrutura oracional em que se alocam (variável 7 [...]); g) realizados, na maioria das vezes, com o acompanhamento de uma pauta (sic) prosódica demarcativa, ora bem definida [...], ora bastante sutil (variável 8 [...]); h) insuficientes para constituírem enunciados completos por si próprios (variável 9 [...]); i) reduzidos, em sua massa fônica total, a um limite de até três sílabas tônicas (variável 10 [...]), o que, do ponto de vista da constituição léxica, significa uma extensão reduzida a 1, 2 ou, no máximo, 3 palavras (RISSO, 1999, p. 265-266).

Nessa abordagem, concebem-se os MDs como categoria gradiente, própria de configurações discursivas. Há, segundo essa concepção,

¹³⁰ Na seção 4.2.2, apresentaremos mais detalhadamente a descrição da unidade de análise da GTI.

um *continuum* de traços mais ou menos típicos. Risso, Silva e Urbano (1996, p. 58) afirmam que “a postulação dos MDs como uma classe gradiente põe em destaque uma vez mais a concepção do *continuum*, que se tem revelado, em várias circunstâncias, como bastante pertinente para a definição e qualificação das configurações discursivas, em geral”. Entretanto, convém assinalar que nenhuma das características pode ser tomada isoladamente e de forma absoluta, pois é o predomínio mais ou menos homogêneo desse conjunto de fatores que parece definir esses mecanismos verbais que, por sua natureza, inscrevem a enunciação no discurso, superpondo funções de caráter pragmático (avaliação, julgamento, maior ou menor comprometimento do locutor etc.), e atuam na organização coesiva das partes do texto.

4.1.4 Convergência e divergência entre as abordagens

O cotejo das diferentes abordagens apresentadas permite extrair aspectos convergentes e divergentes das análises dos MDs, os quais passamos a sintetizar. Dentre as regularidades observadas, identificamos:

- a) a fonte dos MDs: embora as três perspectivas concordem que os MDs provêm de variadas categorias, discordam quanto ao significado e à classe de MDs. Fraser reduz o rol de elementos que podem ser incluídos entre os MDs e abarca apenas expressões lexicais, excluindo, portanto, expressões não-verbais, estruturas sintáticas e fenômenos prosódicos, aspectos que são considerados por Schiffrrin (1987) e pela GTI.
- b) a evidência do princípio da conectividade¹³¹: as três abordagens consideram os MDs como mecanismos coesivos que cumprem funções de organização intra e intertextual importantes. No entanto, apenas Schiffrrin e a GTI explicitam-na nos termos de Halliday e Hasan (1976);
- c) a análise em dois níveis: o proposicional (ideacional) e o pragmático (interpessoal);

¹³¹ Vale destacar também que Guerra (2007) realizou a análise comparativa entre as principais abordagens teóricas que estudam os MDs com o intuito de precisar sua definição. No geral, os resultados apontam que há entre as abordagens investigadas a convergência no que diz respeito ao princípio da conectividade desses itens, entre os quais se inscrevem a forma derivada do IND **olha** e a do SUBJ **veja**.

d) a busca de princípios pragmáticos gerais: as três perspectivas aderem ao fato de os MDs ganharem funções no discurso, ou seja, são elementos de negociação da ação dos interlocutores. Pressupõem origem dêitica comum, orientando a relação entre os enunciados e estes e o seu contexto. Schiffrin inclui vários aspectos da situação comunicativa no seu modelo discursivo e insere os MDs como mecanismos pragmáticos que guiam a interpretação dos interlocutores;

e) o reconhecimento da multifuncionalidade dos elementos dessa categoria: os MDs podem sinalizar relações aditivas, adversativas, causais, entre outras;

f) a independência sintática: as abordagens ressaltam que, embora sintática e semanticamente independentes do enunciado que introduzem, os MDs são sequencialmente dependentes dos enunciados anterior e posterior à sua realização;

g) a fixação da posição inicial: as três perspectivas caracterizam-nos por serem elementos que ocorrem tipicamente em posição inicial, embora reconheçam também a possibilidade de acomodá-los, em menor frequência, em outras posições;

h) a preocupação com a descrição do funcionamento dos MDs a partir da língua em contextos de uso: Schiffrin (1987, 2003) investigou entrevistas sociolingüísticas realizadas com norteamericanos; Fraser (1999), um *corpus* de língua falada e escrita do inglês britânico e a GTI, dados de fala do acervo do Projeto NURC;

i) a necessidade de expandir o material lingüístico tomado para análise dos MDs: Schiffrin (2003) reconhece a importância de se investigar não só os gêneros da fala, como entrevistas políticas, consultas médicas, jogos, sala de aula, etc., mas também os da escrita, como seções tutoriais de computadores, jornais, etc.; e

j) a pouca ou nenhuma variação fonológica. Há variantes gráficas e fonéticas, por exemplo, entre os MDs *não é verdade?*, *não é?/num é?*, *né? ; olhe/olha*, etc.;

Dentre os aspectos divergentes nas análises, ressaltamos:

a) a unidade de análise: O foco de Fraser é identificar primeiramente como MDs apontam relações entre mensagens. Conforme o autor, sua definição específica que S1 e S2 “are single contiguous discourse segments”. Porém, há MDs (por exemplo, *however*) que podem relacionar segmentos não-contínuos. Evidencia também que não só segmentos avulsos são relacionados pelos MDs, mas também um conjunto amplo de sentenças. Enfim, Fraser (1999) trata de sentenças ou blocos de sentenças; a GTI estabeleceu como categoria analítica o tópico discursivo,

isto é, a topicalidade é o fio condutor da organização discursiva, estabelecida em dois níveis interligados (o linear e o hierárquico); Schifffrin (1987, 2003), por sua vez, menciona a dificuldade de se operacionalizar a unidade de análise (sentença, orações, unidade entonacional ou turno). Discute, portanto, que a delimitação da unidade lingüística pode ser feita, basicamente, a partir de três aspectos: (1) o estrutural (das relações com outras unidades); (2) o textual (das relações coesivas); e (3) o interacional.

b) a integração de bases teóricas que congregam princípios diferentes no estudo da língua e, conseqüentemente, na análise dos MDs: a abordagem de Fraser integra teoria pragmática e gramatical (preocupada com a descrição do significado da sentença, mais especificamente em como um tipo de marcador pragmático em uma sentença pode relacionar a mensagem na passagem de uma sentença a outra); Schifffrin combina as abordagens interacional e variacionista a fim de analisar o papel dos MDs na co-construção do discurso. A GTI resulta da convergência de três áreas: a Lingüística Textual (devido aos subsídios que oferece para a configuração do objeto de estudo: o texto, tomado como unidade transfrástica), a Pragmática (devido à orientação da descrição de dados lingüístico-textuais a partir das situações concretas de uso da língua) e a Análise da Conversação (porque, ao examinar a oralidade, inclui questões amplas a propósito da língua falada, abrangendo questões situações diversificadas de intercurso verbal) (cf. JUBRAN, 2006, p. 29-30).

c) a interdependência entre os níveis semântico e pragmático: a GTI, ao tomar como objeto de estudo o texto, busca o enfoque lingüístico-pragmático, refletido na concepção de texto como unidade globalizadora, sociocomunicativa, que ganha existência dentro de um processo interacional. Da mesma forma o faz Schifffrin quando sugere que os MDs operam simultaneamente nos níveis local (morfofonêmico, sintático e semântico) e global (pragmático). Do mesmo modo, o componente pragmático pode atuar em diferentes níveis: interpessoal e textual. Não necessariamente a função dominante num determinado contexto. Todavia, Fraser defende a estrita separação entre eles;

d) as particularidades relevantes na definição do que se entende por princípio da conectividade: Fraser vê os MDs como mecanismos pragmáticos que guiam a interpretação do interlocutor; já Schifffrin e a GTI parecem analisar os MDs com relação a sua função na estruturação do discurso. A primeira analisa-os como mecanismos ligados à delimitação de segmentos discursivos, e a segunda, por sua vez, considera um MD prototípico aquele que apresenta o traço basicamente sequenciador tópico (estabelecendo aberturas, encaminhamentos, retomadas e fechados

tópicos, em posições intra e intertópicas) em detrimento do papel de seqüenciador frasal (atando as orações ou seus segmentos internos, à semelhança de conjunções e advérbios);

e) a invariabilidade morfológica: claramente são invariáveis as conjunções, os advérbios, as preposições e locuções prepositivas descritos por Schiffrin e Fraser. No entanto, a GTI apurou a aproximação da frequência entre as formas invariantes e as variantes morfossintaticamente oriundas de verbos, como *olhe/olha, entende?, entendeu?*. Nesse sentido, destacam Risso, Silva e Urbano (2006, p. 411-412): “As alterações formais constatadas [...] não são relevantes – o que vem confirmar que as unidades em análise são normalmente cristalizações usadas automaticamente no discurso, e não propriamente unidades formuladas *ad hoc*”;

De certa forma, as semelhanças e diferenças revelam nossa dificuldade em compreender o funcionamento dos MDs derivados de verbos de percepção. Na tentativa de compor um fio condutor nas abordagens levantadas, nesta tese, adotamos a noção de MD de Schiffrin (1987, p. 31), conforme adiantado na introdução de 4.1. “I operationally define markers as sequentially dependent elements which bracket units of talk.” Essa definição ressalta a função pragmática da categoria, a qual se encontra estreitamente unida ao valor anafórico e catafórico, ou a ambos, na qual se pode também inserir os MDs derivados de verbos de percepção visual. Nessa direção também converge a definição de Marcuschi (1989) e Görski, Rost e Dal Mago (2004): MDs são elementos lingüísticos, lexicalizados ou não-lexicalizados, variáveis e multifuncionais. “Amarram o texto não só enquanto estrutura verbal cognitiva, mas também como estrutura de interação interpessoal” (URBANO, 1993, p. 85). Podem, portanto, articular diferentes valores: “tanto de caráter textual – estabelecendo elos coesivos entre partes do texto, como interpessoal, mantendo a interação F/O e auxiliando no planejamento da fala.”

Em termos de traços gerais, também assumimos os apontados pela GTI como pertinentes à descrição dos MDs **olha** e **vê**, que sintetizamos a seguir:

- a) [...] atuam no plano da organização textual-interativa, com funções normalmente distribuídas entre a projeção das relações interpessoais – quando o foco funcional não está no sequenciamento de partes do texto – e a proeminência da articulação textual – quando a dominante deixa de estar no eixo da interação;

- b) operam no plano da atividade enunciativa e não no plano do conteúdo; por isso mesmo, são exteriores ao conteúdo proposicional e à informação cognitiva dos tópicos ou segmentos de tópicos. Entretanto, asseguram a ancoragem pragmática desse conteúdo, ao definirem, entre outros pontos, a força ilocutória, as atitudes assumidas em relação a ele, a checagem de atenção do ouvinte para a mensagem transmitida, a orientação que o falante imprime à natureza do elo seqüencial entre as entidades textuais [...];
- c) manifestam um processo de acomodação do significado literal da(s) palavra(s) que os constitui (constituem) à sinalização de relações dentro do espaço discursivo. Esse fato carrega, muitas vezes, uma perda parcial de transparência semântico-referencial;
- d) [...] são unidades independentes, que, portanto, não se constituem como parte integrante dessa estrutura;
- e) realizam-se, na maior parte das vezes com o acompanhamento de uma pauta (sic) prosódica demarcativa, ora bem definida [...] ora bastante sutil. [...];
- e) são insuficientes para constituírem enunciados completos em si próprios [...];
- f) [...] são formas de extensão reduzida a uma ou duas palavras, ou de massa fônica mais restrita a um limite de três sílabas tônicas [...];
- g) [...] destacam-se como formas recorrentes no espaço textual [...];
- h) [...] são, comumente, formas mais ou menos fixas, pouco propensas a variações fonológicas, flexionais, ou de construção. [...] (RISSO; SILVA; URBANO, 1996, p. 55-57).

4.2 Características formais dos MDs

4.2.1 *Categorias de origem*

Os MDs não se enquadram facilmente em uma classe de palavras¹³² (cf. SCHIFFRIN, 1987; MARCUSCHI, 1989; BASÍLIO, 2002), pois provêm de variadas categorias gramaticais (cf. SILVA; MACEDO, 1989). Poucos autores (por exemplo, DIJK, 1977; FUENTES RODRÍGUEZ, 1987; FRASER, 1999 *apud* PONS BORDERÍA, 1998) manifestam-se a favor de identificar os MDs como uma classe formal, devido à dificuldade de formação de um paradigma homogêneo. Mais comum é a posição de considerá-los como uma classe funcional (por exemplo, SCHIFFRIN, 1987; RISSO; SILVA; URBANO, 1996, 2006), a qual também adotamos neste trabalho.

Risso (1999, p. 267) salienta que, “em razão, pois, de sua própria condição de mecanismos discursivos [...], mesmo que admitam traços mais ou menos regulares, que definem seu estatuto, não chegam a constituir uma classe discreta e absolutamente homogênea.” Assim, expõe Marcuschi (1989, p. 290): “Elementos de todas as classes gramaticais e formas sintáticas podem em princípio funcionar como MCs¹³³ [...] isto significa que não é pela classe gramatical que identificamos os MCs, mas pela função que aquela forma tem na interação.”¹³⁴

¹³² Conforme Urbano (1997, p. 86, grifo nosso), “as gramáticas tradicionais, normalmente voltadas para a língua escrita, não têm contemplado esses elementos ou os têm estudado enviesadamente. Por não se enquadrarem nos critérios de classificação das dez classes de palavras ou por não desempenharem funções exclusivamente lógicas, alguns desses elementos, quando lexicalizados, receberam na NGB [Nomenclatura Gramatical Brasileira] a classificação pouco esclarecedora de ‘palavras denotativas.’” Pons Bordería (2001, p. 226-228), por sua vez, insiste sobre o problema terminológico MD e conector. Acredita que se tomarmos como base a definição de MD de Schiffrin, o termo conector deve ser entendido como um hipônimo de um hiperônimo. Nesse rol se incluiriam então outros elementos como modalizadores, reformuladores, MDs de polidez ou reguladores de turno, etc. De acordo com Pons, esta é a abordagem adotada por autores como Bazzanella (1995) e Portolés (1998). No entanto, salienta que a questão é complicada porque, enquanto os conectores são os mais estudados entre os marcadores, o conceito de conector não é generalizado nos Estados Unidos, de forma que especificidades de MDs e conectores são misturadas e é difícil saber se a caracterização específica de marcadores é válida para um conjunto de MDs ou para conectores.

¹³³ MCs são Marcadores Conversacionais.

¹³⁴ Marcuschi (1989, p. 282), que adota a expressão MC, considera-a tanto em suas propriedades interacionais (na condução de atos ilocutórios e das relações interpessoais) bem como em suas propriedades intratextuais (na estruturação da cadeia lingüística).

Além dos onze MDs investigados por Schiffrin (1987, p. 327-328, grifo da tradução)¹³⁵, em cuja amostra a autora reconhece limitações, outras classes, como verbos de percepção visual – *see* (usados principalmente em explicações) e *look* – têm sido empregadas como MDs. Veja-se a lista da autora:

Os verbos de percepção *see* (usado em explicações), *look* e *listen* (usado em diretivos repetitivos e desafios, bem como em pré-fechamentos), mas não *hear*

Os dêíticos locativos *here, there* (geralmente usados em narrativas para marcar resultados surpreendentes nos resultados da ação complicadora)

O advérbio *why* (usado em vez de *then*, como em *if he wants to come, why let him come!*, ou para prefaciар exemplos típicos, como em *why just the other day...*) mas não *when*

Where ou *how*

As interjeições *gosh, boy*

O verbo *say* (como em *say, can you lend me a dime?* mas não outros verbos de dizer (exceto em expressões metalinguísticas como *lemme tell you*) Metafala (como *this is the point, what I mean is...*; cf. Schiffrin, 1980)

As expressões quantificadoras *anyway, anyhow, whatever*.¹³⁶

Como se observa, a lista é bastante extensa e diversificada, o que tem gerado, muitas vezes, dificuldade conceitual, uma vez que há mais elementos a serem inseridos e os critérios nem sempre são homogêneos.

No *corpus* do Projeto NURC, Castilho (1989, p. 270) constatou as seguintes classes atuantes como MDs: nomes (nos vocativos, nos tópicos e antitópicos, nas expressões estereotipadas), verbos (cognitivos,

¹³⁵ MDs *oh, well, and, but, or, so, because, now, then, I mean, y'know*.

¹³⁶ “the perception verbs *see* (used in explanations), *look* and *listen* (used in repeated directives and challenges, as well as in preclosings), but not *hear*
the location deictics *here, there* (often used in narratives to mark surprising outcomes in the outcomes in the complicating action)
the adverbial *why* (used instead of *then*, as in *if he wants to come, why let him come!*, or to preface typical instances, as in *why just the other day...*) but not *when*,
where or *how*
the interjections *gosh, boy*
the verb *say* (as in *say, can you lend me a dime?* But not other verbs of saying (except in metalinguistic expressions such as *lemme tell you*)
meta-talk (such as *this is the point, what I mean is...*; see Schiffrin 1980)
the quantifier phrases *anyway, anyhow, whatever*.”

emotivos, de percepção e copulativos), advérbios, interjeições e palavras exclamativas e “classes intranucleares”, como *assim* e *tal*.

Também Risso, Silva e Urbano (1996, 2006), com base no *corpus* do Projeto NURC, observaram o vínculo entre algumas classes de palavras e os MDs e identificaram como base gramatical de MDs advérbios (*agora, então*), conjunções (*e, mas*), verbos (*sabe?, viu?, olha ~ olhe*), adjetivos (*certo?, bom, capaz*), preposições (*por exemplo, em resumo, até*), partícula (*né?*), interjeições (*ah, oh, ué*), nome (*conclusão*), pronome (*meu*), orações (*veja bem, digamos assim*), agrupamentos (*mas aí, aí né?*) e sons não lexicalizados (*uhn, uhn uhn*). Conforme os autores, a incidência mais intensa de fontes de MDs são, respectivamente, as formações mistas (que reúnem classes gramaticais diferentes), os advérbios, os verbos¹³⁷ e as conjunções.

Martellotta (2004, p. 82)¹³⁸, analisando dados do Grupo de Estudos D & G, distingue os MDs dos “operadores argumentativos”¹³⁹. Os primeiros são itens lingüísticos de natureza mais livre quanto às restrições gramaticais, pois assumem funções mais voltadas para orientação da interação, como *né?, certo?, sabe?*, portanto são externos; os segundos, são formas de natureza mais fixa na sentença, que desempenham funções gramaticais prototípicas, de orientação argumentativa do discurso, como *aí, assim, então*, entre outros. O autor observa a tendência de ambos os tipos partirem de expressões formadas de elementos lexicais oriundos de classes gramaticais diversas, como advérbios (*apenas e mal*), verbos (*tá? sabe? entendeu?*), pronomes (*tal*) etc. que perderam seu valor original, para assumirem funções pragmático-discursivas.

¹³⁷ Cerca de 20% dos contextos do *corpus* do Projeto NURC evidenciou as formas verbais como base de MDs e, portanto, sugerem Risso, Silva e Urbano (2006, p. 423) investigações acerca do “conteúdo cognitivo-sensitivo dos verbos predispostos a evoluir para a conformação do processo discursivo de estabelecimento de contato e colaboração mútua entre os interlocutores [...]”.

¹³⁸ O autor investigou o *corpus* “A língua falada e escrita na cidade do Rio de Janeiro – materiais para seu estudo”. Esse *corpus* constitui-se de 93 entrevistas orais e escritas de informantes estratificados de acordo com o nível de escolaridade (CA supletivo e infantil, 4ª e 8ª séries do 1º grau, 2º e 3º graus). Durante as entrevistas, cada informante era levado a produzir narrativas de experiência pessoal, narrativas recontadas, descrições de local, relatos de procedimento e relatos de opinião.

¹³⁹ Ao fazer a distinção entre “operadores argumentativos” (de natureza mais textual) e MDs (de natureza mais interativa), Martellotta defende a ocorrência de um processo de “discursivização” para dar conta dos MDs. No entanto, é contra essa idéia que Longhin-Thomazi (2003, 2005, 2006a, 2006b) e Lopes-Damásio (2008) se colocam, e a nossa pesquisa também, defendendo, com base nos trabalhos de Traugott (1995, 2003, 2007), que os MDs podem ser analisados sob a perspectiva da gramaticalização. Essa discussão foi feita no capítulo 3.

Também nas línguas românicas, adjetivos, advérbios e verbos, notadamente verbos de percepção auditiva e visual (cf. PONS BORDERÍA, 1998a, 1998b; DOSTIE, 1998, 2004; WALTEREIT, 2002; CUENCA; MARIN, 2000; GALUÉ, 2002; DOMÍNGUEZ; ALVAREZ, 2005; MARIN JORDÁ, 2003; DOMÍNGUEZ PORTELA, 2008), tendem a derivar MDs, conforme se verá mais detalhadamente na seção 4.5.

4.2.2 A unidade de análise e a posição dos MDs

A identificação da posição do MD está intrinsecamente ligada à delimitação da unidade de análise. Assim como os MDs se mostram uma categoria bastante heterogênea, objeto de diferentes enfoques, as unidades de análise também são definidas e delimitadas de modos diversos. Castilho (1989, p. 253), por exemplo, trabalha com a noção de *unidade discursiva* (UD), assim definida:

[...] um segmento do texto caracterizado semanticamente por preservar a propriedade de coerência temática da unidade maior, atendo-se como arranjo temático secundário ao processamento informativo de um subtema, e formalmente por se compor de um núcleo e de duas margens, sendo facultativa a figuração destas.

Ainda segundo o autor, as margens da UD constituem-se de materiais verbais e não-verbais que envelopam o núcleo, situando-se à sua esquerda ou à sua direita, ou insinuando-se no núcleo. O núcleo da UD é constituído por uma ou mais orações. É no interior de UDs que atuam os MDs, tanto no nível das relações estabelecidas no texto, como das relações entre o F e o seu próprio texto e, até mesmo, entre o F e o O.

Marcuschi (1989)¹⁴⁰ opera com a noção de *unidade comunicativa* (UC), que corresponde aproximadamente a enunciado conversacional, podendo ou não coincidir com turnos, orações ou atos de fala. “Tal como a frase na escrita, a UC, no texto oral, é um ponto de referência mínimo para se verificar localmente posições, formas e funções dos mais diversos fenômenos lingüísticos” (p. 288). Conforme o autor, o MD (verbal ou não) pode se posicionar no início e no final da UC. Urbano

¹⁴⁰ O autor investigou três textos (dois diálogos entre dois informantes e uma conversação telefônica) que compõem o *corpus* básico do Projeto NURC.

(1997, p. 100) aponta também que, caso a unidade seja maior do que a unidade entonacional, como o turno ou o tópico, o MD pode também posicionar-se no seu interior.

Schiffrin (1987), por sua vez, considera diferentes concepções de unidades lingüísticas, apresentando, afinal, a definição que ela mesma caracteriza como “imprecisa”. As “unidades conversacionais” a que a autora se refere podem, em diferentes contextos, coincidir, mais ou menos precisamente, com sentenças (unidades estruturais), enunciados, atos de fala e unidades tonais.

Já Fraser (1999, p. 189) toma como unidade de análise dos MDs segmentos discursivos cujos sinônimos seriam, para o autor, “proposição”, “sentença”, “enunciado” e “mensagem”. Os MDs “occur as part of a discourse segment but are not part of the propositional content of the message conveyed, and they do not contribute to the meaning of the proposition *per se*.”¹⁴¹ A forma canônica de Fraser (<S1. MD + S2>) revela que o MD ocorre em posição inicial de S2. Porém, outra alternativa posicional, conforme o autor, pode ser deslocá-lo para o início de S1, com adaptações no segmento. Ele destaca que o MD normalmente introduz S2, o que constitui sua posição mais freqüente, mas pode ocorrer também, em menor intensidade, em posição medial ou ainda, de modo menos freqüente, em posição final.

A perspectiva da GTI (por exemplo, RISSO; SILVA; URBANO, 1996, 2006) define como unidade de análise a *frase*¹⁴², o *turno* e o *tópico* – transitando do nível sintático ao discursivo. Nesse sentido, a posição no enunciado, de feição mais sintática, parece estar intimamente relacionada à articulação tópica da conversação, de caráter mais discursivo, entendendo-se tópico como “aquilo acerca do que se está falando” (BROWN; YULE, 1983 *apud* FÁVERO, 1999, p. 38). O tópico é, antes de tudo, questão de conteúdo, estando na dependência de um processo colaborativo que envolve os participantes do ato interacional. Deve ser desenvolvido por, pelo menos, duas pessoas, sendo sua condição inicial um ato de fala que deve ter alguma relação com o ato seguinte e, quando for o caso, com o anterior. Dessa forma, uma conversação fluente é aquela em que a passagem de um tópico a outro se dá com naturalidade, cuja regra básica é: a) continuidade: dois turnos contíguos que apresentam desenvolvimento do mesmo conteúdo sequenciam o mesmo tópico;

¹⁴¹

¹⁴² Urbano (1999, p. 201) considera a *frase oral* “[...] uma unidade comunicativa entonacionalmente delimitada e segmentada conforme os propósitos do falante e/ou as condições discursivas da produção coletiva do texto. Frequentemente tem feição oracional, ainda que muitas vezes sem a estrutura e completude gramatical canônicas”.

b) mudança: dois turnos que não sequenciam o mesmo conteúdo constituem mudança de tópico; c) quebra: ocorre quando o tópico foi interrompido, podendo haver o seu retorno (MARCUSCHI, 1986).

Por turno, entende-se a alternância entre os participantes de um diálogo na consecução do objetivo comum. Nesse caso, os participantes revezam-se nos papéis ora de F e ora de O. Assim, a conversação pode ser caracterizada por uma série de turnos, entendendo-se por turno qualquer intervenção – de qualquer extensão – entre os interlocutores (GALEMBECK, 1999, p. 60). Porém, o turno “nem sempre forma uma unidade autônoma e completa. Por vezes, um turno é desenvolvido em várias etapas pelo mesmo falante com a interpolação do interlocutor” (JUBRAN *et al.*, 2002, p. 373).

Considerando-se a frase oral, o turno ou o tópico como unidade de análise, no que tange às posições dos MDs, observa-se que há casos em que esses itens gozam de certa liberdade posicional¹⁴³, porém a maioria dos autores (por exemplo, ZWICKY, 1985 *apud* FRASER, 1999; URBANO, 1999; RISSO, 1999) frisa que as mais recorrentes são as iniciais e finais, embora haja evidências da tendência à especialização (MARCUSCHI, 1989, p. 291). Nesse sentido, por exemplo, Silva e Macedo (1989, p. 11)¹⁴⁴, Urbano (1997) e Risso (1999, 2006) verificaram que os MDs *bom*, *bem*, *olha* e *veja* atuam como marcadores iniciais já que iniciam turnos de resposta em estruturas de pares conversacionais adjacentes, ao passo que *sabe?* e *certo?* costumam encerrá-los.

Na mesma posição encontram-se os MDs investigados por Marcuschi (1989) ao postular que há um número maior de MDs para as posições iniciais porque é o lugar do engate, da coesividade sintagmática. Castilho (1989, p. 261) observa que os MDs à esquerda são funcional e formalmente mais complexos dos que os à direita, “pois o falante antecipa ao interlocutor instruções sobre a organização do texto que será produzido”. Entretanto, para o autor, “**todos** os MDs interligam as *unidades discursivas* (UDs), atuando como nexos com um papel simultaneamente anafórico e catafórico” (CASTILHO, 1989, p. 265, grifo nosso). Já Marcuschi (1989, p. 298) faz a ressalva quanto ao caráter bidirecional

¹⁴³ Por exemplo, Koch (1987, p. 139) sugere as seguintes configurações para o MD *eu acho*: “a) me realizaria – *eu acho* – mais como orientadora do que como professora; b) me realizaria mais como orientadora – *eu acho* – do que como professora; c) me realizaria mais como orientadora do que como professora – *eu acho*.”

¹⁴⁴ As autoras analisaram MDs extraídos de entrevistas sociolinguísticas da Amostra Censo. Essa amostra consiste num acervo de fala de indivíduos cariocas com até ensino médio de escolarização, coletada nos anos 80. Para mais detalhes sobre a Amostra Censo, consulte Paiva e Duarte (2003).

(anafórico e catafórico) dos MDs, o qual, segundo o autor, só pode ser evidenciado quando estes se posicionam em início de turnos e de UCs (intraturnos) de contextos argumentativos.

Em termos de frequência, Marcuschi (1989), Silva e Macedo (1989, p. 39) e Risso (1999, p. 262) constataram a alta frequência (80% dos casos) de MDs, tanto iniciando tópicos e/ou turnos como no interior do texto. Porém, os MDs mediais tendem a ocorrer em turnos mais longos, ao mobilizarem diferentes instâncias de aberturas, como operações de exemplificação, de citações, de reintrodução de uma seqüência discursiva temporariamente suspensa, de movimentos argumentativos de ressalvas, concessões, entre outras.

Considerando MDs derivados de base verbal, num *corpus* de 45 minutos do NURC, Marcuschi (1989, p. 293-296) observou que *olha* e a expressão conjugada *porque olhe* tendem a ocupar a posição inicial de UC (intraturno). Dentre os MDs finais mais freqüentes, o autor encontrou a forma simples *viu*. Por fim, outros MDs localizados no *corpus* foram *olhe* e *deixa ver*, que ocupam, de modo mais freqüente, a posição medial.

Quanto aos MDs *tá?*, *sabe?*, *entendeu?* e *né?*, Martelotta (2004, p. 89-90) verificou, em dados do Rio de Janeiro (*corpus* D & G), a tendência a ocorrerem em final de cláusula ou de sintagma, característica que persiste, no entendimento do autor, de sua origem como pergunta referencial, em que o F pede a concordância ou aceitação do O em relação ao que acabou de dizer. Já o MD *bem* é utilizado em início de fala, preparando a audiência para o que vai ser dito. Além dessas posições, o autor encontrou contextos em que o MD *quer dizer*, quando ligado ao seqüencializador *então* (*então quer dizer*), atua como elemento de conexão entre as cláusulas, que vão surgindo em blocos de informações no fluxo improvisado do discurso.

No entanto, resultados de trabalhos realizados com amostras do projeto VARSUL demonstraram um comportamento por vezes diferenciado para esses MDs. Contrariamente aos resultados de Martelotta (2004), de maneira geral, para Valle (2001)¹⁴⁵, não é tão evidente que os MDs se encontrem apenas em final de enunciado, pois há um elevado número de ocorrências desses itens em sua amostra em posição inter e intraoracional. A autora verificou que a maioria dos Requisitos de Apoio

¹⁴⁵ Valle (2001) analisou os MDs *sabe?*, *entendeu?* e *não tem?* numa amostra composta por 36 entrevistas de informantes florianopolitanos, pertencente ao Banco de Dados VARSUL e estratificada de acordo com as variáveis sociais sexo, idade e escolaridade.

Discursivo (RADs)¹⁴⁶ concentra-se em posição inter-oracional, principalmente entre orações coordenadas.

Dal Mago (2001, p. 89)¹⁴⁷ mostra que a posição preferencial do *quer dizer* é entre orações, seguida da posição inicial. Apenas o *quer dizer* denominado pela autora de *preenchedor de pausa*, ocupa algumas vezes a posição medial. Rost (2002), por sua vez, aponta correlação acentuada entre o MD *olha* e a posição inicial. Já o MD *veja* aparece largamente em posição medial e também em posição final da frase oral, nos termos de Urbano (1999, p. 201). Quanto à frequência, *bom* e *bem*, conforme Martins (2003)¹⁴⁸, ocorrem predominantemente na posição intraturno, superando o número de ocorrências em posição de abertura de turnos de respostas. Apenas 11% das variantes foram utilizadas em abertura de turnos sem pergunta e 3% em abertura de fala citada.

Observa-se que a posição inicial, muitas vezes invocada como uma característica básica dos MDs (cf. SCHIFFRIN, 1987; FRASER, 1999; RISSO; SILVA; URBANO, 1996, 2006), não é uma característica permanente visto que dependerá do contexto que analisamos. Assim, dada a complexidade de fatores envolvidos na conversação, o recorte frasal como postulado pela tradição gramatical dificilmente dá conta de dados pragmático-textuais. Portanto, em se tratando da identificação de uma unidade de análise para descrição dos MDs *olha* e *vê*, elegemos uma porção textual-discursiva ampla: o tópico. Esperamos recortar os segmentos tópicos nos quais se inserem os MDs na entrevista sociolinguística e nas peças teatrais e, a partir disso, possa se constatar se, de fato, os MDs são exteriores ao conteúdo informativo dos tópicos ou segmentos tópicos, conforme postulam Risso, Silva e Urbano (1996, 2006) e Fraser (1999).

Assim, para caracterizar cada contexto de análise, consideramos certa porção de texto¹⁴⁹ do falante/personagem na qual se evidencia a atuação de *olha* e *vê* auxiliando na veiculação de diferentes significados

¹⁴⁶ Conforme Silva e Macedo (1989), RADs são MDs usados para se certificar da atenção do interlocutor, ocorrendo, na maioria das vezes, no final de enunciado. Citam-se como *tá?*, *sabe?*, *entendeu?*, *viu?*, *não é mesmo?*.

¹⁴⁷ A análise de Dal Mago (2001) foi efetuada em dados de entrevistas do Projeto VARSUL, de Florianópolis, Blumenau e Chapecó (SC), Porto Alegre e São Borja (RS), Curitiba e Londrina (PR), igualmente estratificados em sexo, idade e escolaridade.

¹⁴⁸ Martins (2003) investigou dados extraídos de uma amostra composta por 288 entrevistas, pertencente ao Banco de Dados do VARSUL.

¹⁴⁹ A porção de texto a que nos referimos pode coincidir com feição oracional, ainda que, muitas vezes, sem a estrutura e a completude gramatical canônicas, pode ser um trecho amplo, que envolve todo o turno do falante, ou pode ser um trecho no interior de um tópico em desenvolvimento, que manifesta um dos significados semântico-pragmáticos identificados.

semântico-pragmáticos, como advertência, conselho, surpresa, descontentamento, atenuação, opinião, causa, exemplificação, entre outros. Embora a conversação seja desenvolvida com base na troca de turno, que pode englobar porções de texto maiores ou menores, adotamos uma unidade de análise centrada na veiculação de um significado semântico-pragmático proeminente.

4.2.3 Independência sintática dos MDs

Além da posição dos MDs, importa considerar ainda seu estatuto sintático (cf. RISSO, SILVA; URBANO, 1996; RISSO, 1999; URBANO, 1999, entre outros). Em relação a isso, Urbano (1997, p. 89) sugere que se leve em conta a diferenciação entre os itens lexicalizados (por exemplo, *sabe?*, *certo?*) e os não lexicalizados (por exemplo, *ahn ahn*, *uhn uhn*). Para o autor, aqueles são independentes sintaticamente, e estes apenas entremeiam a estrutura oracional, sem integrá-la sintaticamente.

A independência sintática, no entendimento de Marcuschi (1989, p. 299-300), consiste no fato de os MDs serem descartáveis sem prejuízo da construção sintagmática em si, pois estruturalmente não estão integrados como constituintes essenciais. Expõe o autor que os MDs iniciais caracterizam-se pela independência sintática em relação à construção em que se inserem. Todavia, trata-se de elementos “discursivamente dependentes e, nesse caso, não são descartáveis”¹⁵⁰.

Na sua caracterização de MD, Schiffrin (1987, p. 321) também sugere que os MDs são sintaticamente descartáveis da sentença. Porém, salienta que, se a sentença não incluir um MD, pode levar o O a inferir diferentes relações de sentido, o que pode ser resolvido com a inserção de um MD (*so* ou *because*, por exemplo), permitindo que um sentido seja selecionado com exclusão de outro¹⁵¹.

Também como Schiffrin, Fraser (1999, p. 944, grifos do autor) expõe a possibilidade de se excluir alguns MDs de algumas seqüências. No entanto, o autor explica que, quando o MD não está presente no

¹⁵⁰ Em 1930, Said Ali já revelava sensibilidade e visão pioneira sobre alguns tipos de elementos estudados sob a denominação de “expressões de situação”. Dentre as características apontadas pelo autor, afirmava que: “parecem, mas não são, descartáveis, discursivamente falando” (*apud* URBANO, 1997, p. 86).

¹⁵¹ “(2’): a. I believe in fate. b. **Because** I won the grand prize in a sweepstakes. (2’’: a. I believe in fate. b. **So** I won the grand prize in a sweepstakes.” (grifo nosso)

enunciado, o O fica sem pista que estabeleça relação de sentido entre os dois segmentos. Em síntese, os autores convergem em relação ao fato de que, embora os MDs possam ser sintaticamente descartáveis, são discursivamente importantes.

4.2.4 Constituição formal

Entendemos que a constituição formal diz respeito a alterações no plano fonético-fonológico e/ou morfossintático, bem como ao caráter lingüístico ou não-lingüístico dos itens.

Em seu primeiro trabalho, como vimos, Schiffrin (1987) enquadra no rol de MDs não só expressões verbais, como conjunções, advérbios, interjeições, etc., mas também as não-verbais, como os gestos e outros recursos paralingüísticos (olhares, por exemplo). Nesse sentido, reconhece a autora a dificuldade em lidar com um conjunto tão amplo de expressões, bem como em delimitá-lo. Em contrapartida, a proposta de Schiffrin (1987) é rejeitada por Fraser (1999). Para o autor, não se deve incluir no rol de MDs gestos não-verbais e frases lexicalizadas (*I know*, por exemplo).

Quanto à extensão dos MDs, verifica-se que os MDs constam de uma palavra, normalmente breve, ou de várias (compostos ou oracionais). Fraser (2006) destaca os monossilábicos (por exemplo, *so*, *and* e *but*), polissilábicos (e.g. *furthermore*, *consequently*, *nevertheless*) e aqueles que são formados por uma sequência de elementos lexicais (por exemplo, *on the contrary*).

Marcuschi (1989) e Urbano (1997) sistematizaram quatro tipos: simples, compostos, oracionais e prosódicos: (i) simples: têm um só lexema ou para-lexema, como os interrogativos, os advérbios, os verbos, os adjetivos, as conjunções e os pronomes; (ii) compostos: são sintagmas, muitas vezes estereotipados, como “tá certo”, “que coisa né”, etc; (iii) oracionais: “eu acho que”, “não sei não”, etc.; (iv) prosódicos: hesitações, ligadas em geral a um marcador verbal. Nos exemplos do autor, observa-se a inserção de *olha* na classe de MD simples e *porque olhe* na de MD oracional.

Risso, Silva e Urbano (1996, p.21) registram que os MDs compõem um amplo grupo de elementos de constituição bastante diversificada, envolvendo, no plano verbal, sons não lexicalizados, palavras, locuções e sintagmas mais desenvolvidos. Nesse sentido, Urbano (1997,

p. 85) expõe um maior detalhamento dos MDs no que diz respeito ao aspecto formal ou estrutural. Assim, propõe o autor separá-los, inicialmente, em marcadores lingüísticos e não lingüísticos. Os primeiros são de duas naturezas: há os verbais e os prosódicos. Os verbais podem ser lexicalizados, como *sabe?*, *eu acho que*, ou não-lexicalizados, por exemplo, *ahn ahn, eh eh*. Os de natureza prosódica são a pausa, a entonação, o alongamento, a mudança de ritmo e de altura, por exemplo. Os não lingüísticos são o olhar, o riso, os meneios da cabeça, a gesticulação.

Também quanto à forma, Urbano (1997, p. 87) observa que os marcadores verbais se apresentam ora como elementos simples (*sabe?*), ora como compostos ou complexos (*quer dizer, no fundo*) e, ainda, ora como oracionais (*eu tenho a impressão de que*), podendo aparecer combinados (*mas acho que*).

Em galego, essa combinação com outros elementos discursivos também foi observada para os MDs *mira* e *olla*, por exemplo, na repetição do MD (*olla, olla*), na junção com outro MD (*ala olla*), na junção com um vocativo (como, *Olla, Garela...*) ou com complementos verbais próprios (por exemplo, *olla unha cousa* ou *olla ti*) (DOMÍNGUEZ PORTELA, 2008). Em contrapartida, Marin Jordá (2003) verificou que, na maioria das vezes, os MDs derivados de verbos de percepção do catalão (*mira/miri* e *¿ves?*) encontram-se sozinhos na oração, cercados de pausa, porém podem, eventualmente, coocorrer associados a outros elementos. Nesse caso, a combinação mais freqüente se dá com conjunções e entre si.

4.2.3 Aspectos morfossintáticos e fonético-fonológicos

Nas línguas românicas, são freqüentes os MDs derivados de verbos, como se verá na seção 4.5. Isso ocorre porque os verbos são uma categoria bastante heterogênea. Em comparação à classe dos nomes, a conjugação verbal permite mais opções morfológicas como ponto de partida para o desenvolvimento de MDs (PUSCH, 2008).

Nesse sentido, Duran e Unamuno (2001) citam a alta produtividade do verbo *ver*, em catalão, como fonte de partículas discursivas: *¿ves?* (*¿ves? Si no hubieras bebido tanto...*); *¿lo ves?* (e.g., *¿lo ves? Ya te lo decía yo...*); *verás* (*verás, estaba yo paseando tranquilamente...*); *ya ves* (*¿Cómo te va? Ya ves, ir tirando...*). Também identificaram certa variedade no espanhol falado em Buenos Aires: *¿viste?* (*este, ¿viste?*).

Observam Risso, Silva e Urbano (1996, 2006) que, na maioria dos casos, as formas do MDs são mais ou menos fixas, pouco propensas a alterações no plano fonológico ou morfossintático. Segundo os autores,

As alterações pouco relevantes observadas, seja no plano fonológico, seja no plano morfossintático, antes de contrariarem a concepção de que as formas se cristalizam, ou tendem a se cristalizar como ‘fórmulas’ ou automatismos de pouca ou nenhuma elaboração, só vêm a confirmar o fato de que elas são normalmente cristalizações usadas automaticamente no discurso, e não propriamente unidades formuladas *ad-hoc* (p. 39).

Essa citação corrobora com a afirmação de Basílio (2002) de que uma das características do item ao assumir funções discursivas é não estar sujeito à flexão número-pessoal e/ou modo-temporal.

No caso do objeto de estudo desta tese, os MDs **olha** e **vê** são provenientes de formas verbais com significado de percepção, em P2 do presente do modo IND, com eliminação do *s* final, ao contrário da forma **vês** que o mantém. Já **olhe** e **veja** derivam de P3 do presente do SUBJ. Acrescenta-se à variação formal de caráter morfológico que a forma *olha* tende a sofrer alteração de ordem fonética ([‘o]ja] ~ [‘o]j] ~ [‘o]) principalmente no uso como MD.

É importante destacar, também, que, em termos de regularidade morfológica, a forma do MD **olha** é derivada da categoria dos verbos regulares da primeira conjugação, ao passo que o MD **vê** provém da categoria dos irregulares da segunda conjugação. Essa característica morfológica pode se mostrar relevante na codificação desses marcadores tendo em vista dois comportamentos: de um lado, Scherre *et al.* (2000, 2007) e Scherre (2005, 2008) dão mostras de que fatores de natureza estrutural (como tipo de conjugação e paralelismo fônico) são favorecedores ou não da variante subjuntiva e da indicativa; por outro, Urbano (1999, p. 225) insiste no fato de que o uso de uma ou de outra forma de MD parece não ter qualquer motivação a não ser um uso acidental, pois nem sempre é possível a identificação auditiva de uma ou de outra. Esta é uma afirmação com a qual não concordamos. Acreditamos, com base em Scherre *et al.* (2000, 2007) e Scherre (2005, 2008), que todos os usos são motivados e cabe-nos investigar essas motivações ou condicionamentos. Esperamos também que alguns desses fatores possam também

se correlacionar com as formas de expressão de cada um dos itens em análise.

4.2.5 Demarcação prosódica

Alguns MDs são acompanhados de pausa e/ou por algum outro elemento prosódico (como rebaixamento do tom de voz) no segmento precedente ou subsequente, ou ainda, em relação a ambos, “[...] realizados, na maioria das vezes, com o acompanhamento de uma pauta (sic) prosódica demarcativa, ora bem definida [...], ora bastante sutil”. A constatação, identificação e descrição da variação melódica, com acerto absoluto, pode ser obtida somente com espectogramas em laboratório (RISSO; SILVA; URBANO, 1996, p. 29).

Pons Bordería (1998, p. 174) mostra que *mira* pode aparecer tanto com uma curva entonacional própria como incorporado à curva entonacional do enunciado em que aparece.

Normalmente alguns MDs são átonos, mas, como Fraser (2006) observa, quando monossilábicos, estrategicamente podem tornar-se tônicos. Por exemplo: há contextos em que *but*, *so* e *and* estão em posição inicial e se pretende dar ênfase à segunda sequência, assim, após o MD, há pausa. Observe o exemplo: “Child: There was a big puddle. Parent: *So* - you had to jump right in?”. Ou ainda quando S1 e S2 apresentam diferentes significados proposicionais, pode haver pausa antes do MD. Por exemplo em “John was hungry – *so* he ate a sandwich”.

Em sua pesquisa sobre a expressão *quer dizer*, Dal Mago (2001, p. 98) identificou que, predominantemente, ocorre algum tipo de pausa nos contextos de uso desse item. Em contraste, os resultados de Valle (2001) sobre os RADs *sabe?*, *não tem?* e *entende?* revelam que esses itens são muito mais recorrentes nos contextos sem pausas, perfazendo 77% das ocorrências nesse tipo de contexto.

Rost (2002) verificou que, em 87% do total de contextos analisados, *olha* e *veja* aparecem sem qualquer acercamento de pausa. Isoladamente, os itens apresentam comportamento distinto: enquanto *olha* é privilegiado em ambiente com *pausa anterior*, *veja* não se realiza nesse tipo de contexto. Por outro lado, os fatores *pausa posterior* e *sem pausa* são praticamente indiferentes, mostrando-se esse o contexto mais fértil de variação entre os dois MDs.

Na língua catalã, Marín Jordà (2003)¹⁵² constatou que majoritariamente as pausas acompanham os MDs *miri*, *escolti*, *a veure* e *avi-am/viam*. O caráter parentético desses elementos se configura, conforme a autora, principalmente pela posição inicial e pelo acercamento de pausas.

Em síntese, verifica-se que, a depender da forma e da categoria de origem do MD, este pode ser tanto átono como tônico. No caso deste último, pode situar-se acercado de pausas ou possuir uma curva entona-cional própria.

4.3 Características funcionais dos MDs

Começamos apresentando a classificação proposta por Silva e Macedo (1989). As autoras distribuem os MDs em nove grupos levando em conta a sua função.

¹⁵² Na seção 4.5.4, apresentamos mais detalhadamente o *corpus* investigado pela autora.

Tipo	Função	MD	Exemplo de contexto de ocorrência
<i>Iniciadores</i>	iniciam turnos, podendo também introduzir o discurso direto.	ah, bom, bem, não, olha , ih, espera.	Olha , eu em questão de cozinha eu gosto de fazer tudo.
<i>Requisitos de Apoio Discursivo (RADs)</i>	usados para se certificar da atenção do interlocutor, ocorrendo, na grande maioria das vezes, no final de enunciado.	né?, Tá? Sabe? Entendeu? Viu? Não é mesmo?	E de vez em quando ela dá umas bandeirinhas, <i>né?</i>
<i>Redutores</i>	evitam uma postura assertiva ou autoritária do locutor.	Eu acho pô, pô, sei lá.	Mas eu não fico muito, assim, <i>sei lá</i> , muito assim confiante de ser carioca da gema.
<i>Esclarecedores</i>	tentam resumir ou retomar com maior clareza parte do discurso.	Quer dizer, isto é, deixa eu ver, (xovê).	É um filho que não estava muito aí para as coisas, né? Saía aí pelo mundo e tal. <i>Quer dizer</i> , eu acho que hoje...
<i>Preenchedores de pausa</i>	evitam o silêncio enquanto um novo trecho de fala está sendo preparado.	assim, bem, hãa, é...	É mais lógico que você não só vai, <i>assim</i> , expulso quem faz uma coisa dessas, <i>assim</i> , muito grave, como roubar e pegar aquele cigarro, <i>assim</i> , sabe, né? É isso.
<i>Seqüenciadores</i>	marcam seqüência no discurso.	aí, então, depois.	e depois, então o meu pai começou... <i>depois</i> passou a pedreiro, então depois ele veio aqui...
<i>Resumidores</i>	encerram uma lista e resumem o que se considera ser de conhecimento do interlocutor.	essas coisas, e tal, coisa e tal, e tudo, papapá, tatatá.	Aí vêm os filho, aturar isso, aquilo, <i>papapá, bababá</i> , é isso aí.
<i>Argumentadores</i>	iniciam argumentação, geralmente contrária ao discurso precedente.	agora, não, não mas, é mas, sim mas, eu pra mim.	Não tenho preguiça de fazer nada. <i>Agora</i> , eu gosto de fazer muito aquilo que eu agrado meu esposo...
<i>Finalizadores</i>	dão um fecho ao turno de um falante.	então tá, é isso aí, tudo bem.	... e o carro está tudo legal – tudo bem. <i>É isso aí. E. Tudo bem.</i>

QUADRO 3 - RESUMO DOS TIPOS DE MDS

FONTE: adaptado de SILVA e MACEDO (1989, p. 10-11, grifos nossos)

Em relação à proposição das autoras, destaca-se do quadro 3 o MD *iniciador* como o que mais se aproxima dos MDs deste trabalho,

visto que *olha* pode sinalizar diferentes instâncias de abertura na tessitura textual da informação, além de orientar a direção da informação a ser dada pelo F, uma vez que o foco da atenção pode incidir sobre o próprio locutor, deixando de apontar diretamente para o entrevistado (cf. SILVA; MACEDO, 1989, p. 11).

Como se percebe pelo nome escolhido para identificar o tipo de MD, o critério mais relevante para o grupo em que se insere *olha* foi a posição. No entanto, Urbano (1999, p. 200) alerta para o fato de que, se um MD é empregado numa posição fixa, “esse uso sistemático leva a confundir propriedade com função. Não ficando claramente identificada outra função interacional, seu desempenho costuma ser expresso como ‘iniciador de turno’”. Note, porém, que essa observação é válida tanto para os *iniciadores* como para os *finalizadores*, dispostos no quadro 3. Com efeito, esses tipos parecem estar mais atrelados a aspectos formais do que funcionais, contrariando o desejo das autoras.

Outro aspecto a ser destacado diz respeito aos tipos elencados por Silva e Macedo (1989), caracterizados por apresentarem ora matizes mais interacionais, voltados para o O (como os RADs), ou para o próprio F – seja modalizando sua atitude (como os *redutores*), seja argumentando (como os *argumentadores*) –; ora matizes mais textuais, voltados para a articulação do próprio texto (como os *seqüenciadores* e os *esclarecedores*).

Conforme já mencionado, e também detalhado a seguir, tanto Castilho (1989) como Marcuschi (1989) ressaltam esse papel coesivo dos MDs, atuando anafórica e cataforicamente. O caráter bidirecional, ao mesmo tempo em que mostra esses itens atuando com valor textual, também permite considerá-los como um tipo especial de dêitico. Essa função dêitica também já foi apontada por Schifffrin (1987), como dimensão centrada ora no F (próximo), ora no O (distante), ora em ambos.

Castilho (1989, p. 273) afirma que todos os MDs exercem função comum: “todos eles organizam o texto,” o que o faz reconhecê-la como uma hiperfunção do MD. A partir desta hiperfunção, caracteriza duas outras funções: *interpessoais* e *ideacionais*. Estas são acionadas pelo F para a negociação do tema e seu desenvolvimento e aquelas servem para administrar os turnos conversacionais. Ambas, segundo o autor, perpassam a maioria dos MDs, ainda que fragilmente, ora com ênfase em uma, ora com proeminência em outra (cf. RISSO; SILVA; URBANO, 1996, p. 26).

Marcuschi (1989, p. 282, 298) também considera tanto propriedades interacionais (na condução dos atos ilocutórios e das relações interpessoais) como intratextuais (na estruturação da cadeia lingüística)

para os MDs. Nesse sentido, “[...] operam simultaneamente como organizadores da interação, articuladores do texto e indicadores de força ilocutória, sendo, pois, *multifuncionais*.” Porém, na medida em que encadeiam coesivamente o texto, ressalta o autor, tendem também a segmentá-lo, de modo a suprir em boa medida o papel da pontuação na fala. Assim, constitui propriedade dos MDs a atuação bidirecional, ou seja, auxiliam na sustentação da interação tanto considerando o parceiro quanto introduzindo posição pessoal. Portanto, mais do que simples conectores textuais, são, sobretudo, conectores interativos.

As funções interacionais comandam e controlam as estratégias adotadas pelos interlocutores na construção e manutenção de suas identidades e relações sociais. Em geral, cristalizam-se em esquemas lingüísticos bastante rotineiros e estereotipados, dependentes, muitas vezes, de fatores e variáveis socioculturais, sendo, de algum modo, socialmente controlados. O formato desses esquemas vincula-se à natureza da ação praticada. Entre os muitos atos possíveis, os interlocutores realizam: asserções, informações, constatações, descrições, perguntas, respostas, concordâncias, dúvidas, ordens, elogios, ameaças, críticas, defesas, desculpas, convites, etc. (MARCUSCHI, 1989).

Em termos gerais, Marcuschi (1989, p. 304) resume as propriedades formais e funções dos MDs¹⁵³:

- i. operam como fatores de coesão textual (na cadeia sintagmática)
- ii. distribuem-se em posições bastante regulares
- iii. contribuem para hierarquizar e topicalizar argumentos
- iv. operam com características de dêiticos discursivos
- v. mantêm relativa independência sintática no conjunto da construção.

O reconhecimento desse caráter simultaneamente fórico e dêitico dos MDs é compatível com a perspectiva textual-interativa, anteriormente apresentada.

Urbano (1997, p. 100) diferencia funções mais genéricas das mais específicas dos MDs. São genéricas a função articuladora ou estruturadora. Constituem as mais específicas as funções de monitoramento do O ao F ou a de busca de aprovação discursiva pelo F em relação ao O, ou ainda, de sinalizadores de hesitação, de atenuação ou de reformulação

¹⁵³ Embora esta seção trate de funções dos MDs, optamos por apresentar todas as propriedades resumidas por Marcuschi, inclusive as formais.

por parte do F, ou ainda, de sua intenção de asserir ou perguntar. Embora admita que não tenha feito um estudo exaustivo, para o autor, os marcadores por ele analisados que mais se destacam pela frequência, recorrência e função no texto são: 1) marcadores de hesitação: *ah, ah ah, ah ahn, eh eh*; alongamento de vogais; pausas longas; 2) marcadores de teste de participação ou busca de aprovação discursiva: *sabe?, né?/não é?, certo?*; 3) marcadores de atenuação da atitude do F: *eu acho que, tenho a impressão de que*; 4) marcadores de apoio/monitoramento do O: *ahn ahn, uhn uhn, sei*.

Consideremos agora especificamente os MDs **olha** e **vê**. Conforme Urbano (1999, p. 226-233), os MDs atuam em contextos em que prevalecem funções denominadas “basicamente orientadores da interação”. Os itens *olha/olhe* e *veja* desempenham duas subfunções derivadas dessa função ampla: (i) fáticos de natureza imperativa e entonação exclamativa; (ii) fáticos de início de fala citada. O autor ratifica a hipótese de que as formas *olhe/olha* e *veja* não são simples abertura de frase, mas têm realmente significação pragmática de solicitação de atenção, sem qualquer valor semântico que a forma verbal de fonte lexical pareça embutir.

Risso (1999, p. 260), por sua vez, demonstrou que o MD *olha*, ao abrir determinados contextos, sinaliza intenções distintas do F: (i) testa o grau de atenção e participação do O durante a atividade comunicativa; e (ii) auxilia na organização coesiva dos enunciados, relacionando diferentes justificativas que o F apresenta em sua fala.

Chamando a atenção para as formas conjugadas, Martelotta, Votre e Cezario (1996, p. 72-73) observam que *olha aí, olha só* e *veja só* tendem a funcionar como elementos de aviso ou de chamamento da atenção do O para o que vai ser dito.

Outro aspecto é salientado por Travaglia (1999, p.117), ao apresentar a hipótese de que elementos iniciadores que chamam a atenção do F para determinados elementos e idéias dentro do texto têm a função de marcar *relevo*. O F, ao formular seu texto, utiliza-se desse recurso ou para destacar determinados elementos dentro do texto, colocando-os em proeminência em relação a outros (relevo positivo), ou para rebaixar, ocultar certos elementos em relação a outros (relevo negativo). Tal como o autor, consideramos, portanto, que os MDs **olha** e **vê** apresentam a função de marcar relevo, quando o falante chama a atenção do ouvinte para aquilo que vai ser dito.

Considerando as funções de caráter mais geral, sintetizamos, no quadro 4 a seguir, as atribuídas aos MDs **olha** e **vê** conforme os estudos realizados do PB:

<i>Os MDs olha e vê</i>	
FUNÇÕES	AUTORES
Textual, interpessoal e ideacional	Castilho (1989)
Multifuncional, com ênfase à interacional	Marcuschi (1989); Silva e Macedo (1989)
Interpessoal e textual	Martelotta (1996, 2004); Travaglia (1999); Rost (2002)
Interacional	Risso, Silva e Urbano (1996)
Textual-interativa	Risso (1999, 2006); Urbano (1999); Guerra (2007)

QUADRO 4 - FUNÇÕES DOS MARCADORES EM ESTUDOS DO PB

FONTE: adaptado de ROST (2002)

No âmbito de uso dessas formas, em Rost (2002), foi evidenciada variedade de contextos de atuação de *olha* e *veja*. Esses itens foram caracterizados como integrando o domínio funcional identificado pela *propriedade de chamada da atenção do ouvinte*, em decorrência da permanência do vestígio imperativo de um ato de fala manipulativo. Foram sistematizadas, sem comprometimento diacrônico, mas num *continuum* funcional, macrofunções e contextos de atuação discursiva desses MDs. Tal propriedade, conforme o contexto, recobre duas macrofunções: uma basicamente interacional e outra basicamente textual. A primeira com maior ênfase nas atitudes do F em relação ao texto que ele está produzindo tendo em vista o O, enquanto que a segunda mais voltada para a sequenciação do texto, assinalando relações de caráter coesivo.

Observe o *continuum* de *contextos de atuação discursiva* dos MDs derivados de verbo de percepção visual, identificados por Rost (2002), no quadro a seguir¹⁵⁴:

¹⁵⁴ Dados exemplificativos encontram-se nos capítulos 6 e 7.

<i>Propriedade de chamada da atenção do ouvinte</i>	
Macrofunção articuladora basicamente interacional	Macrofunção articuladora basicamente textual
Contextos de atuação discursiva	Contextos de atuação discursiva
De Advertência	Retórica (SCHIFFRIN, 1987; URBANO, 1999)
Interjetiva	Exemplificativa
Atenuadora (CASTILHO, 1989; SILVA; MACEDO, 1989)	Causal
De Planejamento Verbal (RISSO, 1999, 2006)	Concessiva
Prefaciadora (SCHIFFRIN, 1987; RISSO, 1999, 2006)	

QUADRO 5 - MULTIFUNCIONALIDADE DE OLHA E VÊ

FONTE: adaptado de ROST (2002, p. 74)

4.4 Fechando a seção

Não se pretendeu, nesta seção, apresentar uma classificação definitiva desses MDs. Muito pelo contrário, espera-se, à luz dos dados bibliográficos disponíveis, reexaminar o comportamento dos MDs **olha** e **vê**, refinando a análise dos *contextos de atuação* desses itens. Como atesta Urbano (1999, p. 226), “só em estudos exaustivos de cada marcador ou conjunto de marcadores poderão ser identificadas conclusivamente funções mais específicas e precisas deles, dentro do contexto real de suas ocorrências”.

Além disso, seguindo a orientação de se efetivar a descrição de MDs em diferentes línguas (cf. SCHIFFRIN, 2003; FRASER, 1999) a fim de se verificar se são usos universais (cf. HEINE, 2003), na sequência, restringindo o campo de atuação dos MDs, identificam-se formas e funções dos MDs derivados de verbo de percepção visual com base em estudos em cinco línguas românicas (francês, espanhol, italiano, catalão e galego), para efeitos de comparação com o PB.

4.5 MDs derivados de verbos de percepção visual em línguas românicas

É comum a todas as investigações o fato de, em alguns contextos, os verbos de percepção visual migrarem de categoria para atuar como MDs, situação em que funcionariam como elementos de chamamento da atenção do O para um aspecto do texto do F. Além da base comum, verifica-se, a partir do levantamento da literatura, que os MDs compartilham uma gama de *contextos de atuação*, desempenhando funções ora mais interativas, ora mais textuais.

Iniciemos, agora, a apresentação dos aspectos morfossintáticos e fonético-fonológicos. No levantamento de pesquisas publicadas sobre MDs de base verbal, observou-se que, nas cinco línguas, os provenientes de verbos de percepção¹⁵⁵ visual se fixam em P2 do modo imperativo: (i) *mira/miri* e *¿ves?* (PONS BORDERÍA; 1998; MARÍN JORDÁ, 2003; DOMINGUEZ; ALVAREZ, 2005; DOMÍNGUEZ PORTELA, 2008); (ii) *regarde* e *vois-tu* (DOSTIE, 2004; VICENT; VOTRE; LAFOREST, 1993) e (iii) *olla* (DOMÍNGUEZ PORTELA, 2008). Esse comportamento é semelhante ao que ocorre com *olha* e *vê*, em português (SILVA; MACEDO, 1989; CASTILHO, 1989; MARCUSCHI, 1989; RISSO; SILVA; URBANO, 1996; URBANO, 1993, 1999; RISSO, 1999; ROST, 2002).

No quadro 6, organizamos as respectivas formas codificadas em cada uma das línguas para os MDs derivados de verbos de percepção visual, notadamente associadas a P2 do imperativo:

	Francês	Espanhol	Italiano	Catalão	Galego	Português
Ver	<i>vois-tu</i>	<i>¿ves?</i>				<i>vê (veja, vês)</i> ¹⁵⁶
Olhar	<i>regarde</i>	<i>mira</i>	<i>guarda</i> (<i>guardi</i>)	<i>miri</i>	<i>olla e</i> <i>mira</i>	<i>olha (o-lhe)</i>

QUADRO 6 - MDS DERIVADOS DE VERBOS DE PERCEPÇÃO VISUAL
FONTE: A autora (2009)

¹⁵⁵ Outros verbos de percepção tendem a recrutar MDs de modo similar aos derivados de percepção visual. São eles: *sentire, écouter, entendre, fijate, oye*, entre outros (cf. PONS BORDERÍA, 1998; WALTEREIT, 2002; DOSTIE, 2004).

¹⁵⁶ Inserimos aqui para efeito ilustrativo apenas algumas das formas que codificam MDs em PB. Nos capítulos 6 e 7, apresentamos mais detalhadamente outras formas simples e compostas identificadas no *corpus* investigado.

Além de os MDs se fixarem em P2, o MD *mira* do espanhol, por exemplo, tende a ocorrer também nas formas *mire/mirá*; ao passo que o espanhol *¿ves?* e o francês *regarde* têm forma única, mas, a depender do contexto, este último pode ser intercambiável por *vois-tu* ou *tu vois*. Em italiano, *guarda* é codificado, para tratamento em P2, sob as formas *guarda*, *guardi* e, para a segunda do plural, como *guardate*. Em catalão, embora *miri* seja a forma mais freqüente no *corpus* investigado por Marín Jordà (2003), *a veure* e *aviam/viam* também são MDs derivados de verbo de percepção *veure*, mas correspondem à primeira pessoa do plural (doravante P4).

Em francês, espanhol, catalão e galego, na constituição dos MDs derivados de verbos no imperativo, *regarde*, *mira/miri* e *olla* mantêm a supressão do sufixo *-s*, como ocorria no latim, o que não ocorre com *vois* e *¿ves?* que o conservam, assim como *vês*, no português.

É importante destacar, ainda, que *guarda*, *regarde*, *mira/miri* e *olla* pertencem à categoria dos verbos regulares, ao passo que *¿ves?*, *vois*, *a veure* e *aviam/viam* incluem-se na dos irregulares.

No catalão, Marín Jordà (2003) constatou que, dentre as quatro formas analisadas (*miri*, *escolti*, *a veure* e *aviam*), apenas as duas últimas sofreram redução fonética: *a veure* > *avere* e *aviam* > *viam*. Paralelamente à redução fonética, as formas do catalão fixam-se morfologicamente: as derivadas do verbo *veure* (*a veure* e *aviam*) dizem respeito à primeira pessoa do plural. Quanto a *veure*, este elemento não apresenta morfema de flexão, já que se trata da redução de *anem a veure*, e a forma *anem* já foi suprimida. Segundo a autora, mais gramaticalizada encontra-se a forma *aviam*, que provém do imperativo da primeira pessoa plural, *veiam/veja*, que se juntou à preposição/prefixo *a*, provavelmente porque houve um cruzamento com *a veure*. A forma *aviam* e sua variante reduzida *viam* ainda mantêm o morfema de primeira pessoa plural *-m*. É de notar, no entanto, que estas formas estão mais gramaticalizadas, razão pela qual não se tem possibilidade de variação flexional e o F perdeu quase completamente a noção de conjugação.

Em contraste, os MDs derivados de *mirar*, no catalão, mantêm a capacidade flexiva mesmo que limitada à P2 (segunda morfológica, no caso de tratamento de *tu* e terceira para o tratamento de *você*).

Waltereit (2002) sugere, a partir de seu estudo sobre verbos italianos, que o fato de o MD estar menos propenso à flexão poderia ser tomado como um indício de seu desenvolvimento recente e, conseqüentemente, como um incentivo para um estudo sobre sua evolução contemporânea na língua falada.

Por outro lado, Pons Bordería (1998) observou que, no espanhol, as formas verbais perdem parcialmente certas características da categoria, mas em grande parte das ocorrências de *mira* de seu *corpus* notou a possibilidade de se incluir junto ao item discursivo o sujeito *tu*, *usted* e *vos*. Da mesma forma para o francês, Dostie (2004) observa que *voir* necessita obrigatoriamente do preenchimento do pronome sujeito (proclítico ou enclítico), diferente do que ocorre com os MDs *regarde* nesta língua e *olha* do PB.

Quanto à posição no enunciado, as seis línguas românicas são unânimes ao postularem que os MDs derivados de verbo de percepção visual situam-se, comumente, na posição *inicial*, embora também ocorram no *meio* e *fim* do contexto discursivo (MARCUSCHI, 1989; PONS BORDERÍA, 1998; RISSO, 1999; URBANO, 1999; ROST, 2002; WALTEREIT, 2002; MARÍN JORDÁ, 2003; DOSTIE, 2004; DOMÍNGUEZ PORTELA, 2008).

No catalão, os MDs *miri*, *escolti*, *a veure* e *aviam/viam* ocupam a posição inicial prototípica, mas também podem, em menor proporção, ocorrer no interior das orações, conforme Marin Jordá (2003). Essa posição inicial foi classificada da seguinte forma: absoluta (encabeça oração e está entre pausas); e combinada (quando o MD não encabeça uma oração, mas encontra-se precedido de outro MD, ou de conector, ou de vocativo). No caso da posição interna, o MD localiza-se após uma oração afirmativa ou negativa, ou, mais internamente, acompanhado de conector ou ainda funcionando de maneira enfática no contexto em que ocorre.

Em galego, Domínguez Portela (2008) observou quatro posições em que os MDs *olla* e *mira* podem encontrar-se: inicial, posposto a um elemento externo (como outro MD, ou conectivo, ou vocativo), posposto a um elemento oracional (sujeito, verbo, locativo temporal ou espacial) e final. Os resultados revelaram que *olla* e *mira* ocupam majoritariamente a posição inicial.

Em resumo, o levantamento de particularidades morfossintáticas e fonético-fonológicas dos itens permite identificar algumas semelhanças nas cinco línguas:

- fixação em P2 do imperativo;
- em algumas, redução fonética;
- predomínio na posição inicial; e
- no caso das formas irregulares (*vois* e *ver*), conservação de traços de sua origem verbal (preenchimento do pronome sujeito e permanência do sufixo *–s*).

Esse levantamento atesta o princípio da decategorização postulado por Hopper (1991, p. 22).

Passemos, agora, à apresentação dos aspectos semântico-pragmáticos dos MDs. Embora sejam altamente produtivos nas cinco línguas, os MDs não apresentam a mesma distribuição de funções, conforme se verá mais detalhadamente nas seções seguintes.

Quanto à origem, no francês, *regarder* deriva de *garder*. Trata-se da junção do prefixo *re* + *garder* e significa *olhar*, *ver*. No entanto, *garder* provém do alemão *wardôn* e expressa o sentido de *guardar*, *conservar*, *reter*. Na língua alemã, *wardôn*, por sua vez, possui as seguintes acepções: *buscar com a vista*, *prestar atenção*, *estar atento*. Já *voir* deriva do latim *veoir* que passou a *vidēre*. Este, por sua vez, na sua forma latina, apresentava a acepção de *avistar*, *empregar vista*, *perceber pela vista*. Esse significado concreto é mantido na língua espanhola.

No espanhol, catalão e galego, *mirar* origina-se do latim *mīrārī* que significa *admirar-se*, *contemplar*, *olhar*. De modo semelhante, em galego, *ollar* deriva do latim *oculare*, que significava *dar vista*, *mirar*.

No italiano, *guarda*, do infinitivo *guardare*, veicula o significado básico de *examinar*, *observar*. Com sentido figurado, apresenta acepção de *observar com a mente*, *pensar*, *refletir*.

Em síntese, a apuração da origem dos verbos de percepção visual, com base no levantamento bibliográfico realizado, evidencia certo desgaste semântico do item lexical (percepção física > ação mental). Decorre desse significado mais abstrato, conforme os autores investigados, a maioria dos usos como MD no levantamento bibliográfico das cinco línguas.

Fica evidente assim que, no percurso de mudança de verbo a MD, elementos designativos de espaço [+concreto] passam a ser usados como organizadores do universo discursivo [-concreto] (cf. HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991), embora o significado literal dos verbos de percepção ainda seja bastante produtivo na atualidade¹⁵⁷ (cf. PONS BORDERÍA, 1998; WALTEREIT, 2002). Isso converge com o princípio da divergência de Hopper (1991, p. 22), aplicável às formas que passam por mudança lingüística. O princípio da *divergência* postula a permanência da forma lexical original convivendo de modo autônomo junto à gramaticalizada, embora não se coadunem funcionalmente.

A partir do levantamento dos MDs em diferentes línguas românicas, podemos postular que os itens em estudo são universais que emer-

¹⁵⁷ *Mira* e *guarda* só existem como forma verbal ou como substantivo no português. Assim, não se encontra registro de que sejam MDs em PB nem PE (DOMÍNGUEZ PORTELA, 2008).

gem provavelmente de um verbo de percepção visual, o que se atesta também em inglês *look* e alemão *sieh mal/sehen Sie/schauen Sie*, por exemplo (cf. WALTEREIT, 2002).

É devido a esse *continuum* semântico-pragmático que, a seguir, passa-se a apresentar os contextos e condições de ocorrência dos MDs derivados de verbos de percepção em cinco línguas românicas, a fim de se identificar seus respectivos valores tendo em vista posterior comparação com os usos de **olha** e **vê**.

4.5.1 Os MDs franceses ‘regarde’ e ‘vois-tu’

Dostie (2004)¹⁵⁸ empreendeu uma análise sincrônica e diacrônica a fim de observar o comportamento dos MDs *regarde* (olha) e *écoute* (escuta) no francês de Quebec, Canadá, derivados, respectivamente, dos verbos de percepção *regarder* e *écouter*. Conforme a autora, ambos compartilham alguns contextos como MD. Embora *regarde* tenha sido herdado do francês arcaico, desapareceu da França em meados do século XX, mas persiste no francês falado em Quebec.

Os verbos de percepção *écouter*, *entendre* (ouvir) e *voir* (ver) tendem a desenvolver sentidos cognitivos, assim como *regarder*, que gerou o sentido de *considerar*, *analisar* e *ver*, de acordo com Dostie (2004, p.110). Esse “deslizamento semântico”, segundo a autora, não foi aleatório, mas decorrente do fato de que a comunicação verbal supõe um esforço cognitivo dos interlocutores. Essa mobilização cognitiva pode ser sinalizada e/ou lembrada na conversação por meio dos MDs *regarde* e *vois-tu* (você vê) que a autora passa a analisar.

Inicialmente, a análise sincrônica revelou que, como verbo de percepção, as formas *regarde* e *vois-tu* apresentam, em contexto discursivo imperativo de P2, sentido dêitico e são empregadas pelo F para lançar um convite ao O para prestar atenção em algo que possa ser al-

¹⁵⁸ A autora objetiva efetuar um levantamento lexicográfico de *regarde*, o que, embora muito distinto dos objetivos desta tese, permite-nos chegar a valiosas conclusões sobre o desenvolvimento dos diferentes valores dos MDs derivados de verbos de percepção visual nas línguas românicas. Os dados sincrônicos provêm do Banco de dados de textos (literários, entrevistas, programas de televisão, etc.) da Universidade de Sherbrooke. Os dados diacrônicos, por sua vez, são provenientes da base de textos variados do século XVII a XX, do Instituto Canadense de Microproduções Históricas e do Banco “Québéctext”, da Universidade Laval. Os dados do francês hexagonal provêm do ARTFL (*American and French Research on the Treasury of the French Language*) da Universidade de Chicago e da base de dados da Biblioteca Nacional da França.

cançado com a visão. Na passagem para MD, Dostie (2004) destaca que *regarde* e *vois-tu* atingem seu auge de abstração quando apresentam valor cognitivo, ou seja, naqueles contextos em que o F convida o O a prestar atenção em elementos explícitos e implícitos do seu texto (do F).

Regarde, conforme Dostie (2004), também pode gerar sentido ambíguo em determinados contextos, já que pode ser empregado tanto como verbo no imperativo ou como MD. Observe:

(39) Tout le monde va bien ici dans la maison
pis monsieur Côté, il a eu 95 ans le 8 mars pis
regarde, il se promène dehors, pis il va chercher
son journal au coin de la rue à chaque jour. Il a
tombé cet hiver, il a perdu connaissance, il a fait
des petites crises d'épilepsie. Le docteur dit c'est
parce que c'est son cœur. Son cœur est pas fort,
mais à part ça il va... Ça fait juste deux ans qu'il
pelte plus l'hiver. Avant, c'était toujours lui qui
ouvrait notre chemin d'auto là.¹⁵⁹

No exemplo (39), essa diferença entre os dois usos funda-se na presença ou ausência do Sr. Côté no campo de visão do F. Se assim for, o F emprega o verbo *regarder* no imperativo para solicitar ao O que “preste atenção em X que ele pode ver com seus olhos”. Se não, explica, de modo abstrato, que o homem está vivo e bem e ilustra sua fala com um exemplo. Nesse caso, o MD *regarde* pode ser empregado e também é intercambiável com *vois-tu/ tu vois*. Além disso, em certos contextos, apresenta semelhança de sentido com *écoute* (DOSTIE, 2004).

Dostie (2004) passa a apresentar os diferentes valores dos MDs *regarde* e *vois-tu*, nomeando-os respectivamente cada qual da seguinte forma: *vois-tu1* e *vois-tu2*, *regarde1*, *regarde2a* e *regarde2b*. Nessa direção, observa que *regarde2a* é análogo ao emprego de *vois-tu1*, enquanto que *regarde2b* é semelhante a *vois-tu2*.

Na passagem para MD, persiste a idéia de *chamada da atenção do ouvinte*, mas para o O considerar algo ou refletir sobre algo que é dito pelo F, o que abre espaço, segundo a autora, para diferentes empregos discursivos de *regarde*. Um desses valores, nomeado como *regarde1*, se dá nos contextos em que o MD, desacompanhado de pausa, encontra-se mais integrado à sentença e introduz uma ilustração/exemplo

¹⁵⁹ “Todo mundo vai bem aqui em casa e o senhor Côté completou 95 anos dia 8 de março e *olha*, ele passeia fora, vai buscar o jornal na esquina todo dia. Ele caiu esse inverno, perdeu a consciência, teve pequenas crises de epilepsia. O médico diz que é o coração dele. O coração dele não está forte, mas fora isso ele está bem... Faz dois anos que ele não tira mais a neve no inverno. Antes sempre era ele quem abria o caminho do nosso carro.”

para o O. Nesse caso, pode ter o mesmo valor da expressão “*Tomemos (como exemplo) o caso X.*”

(40) A: Est-ce que tu penses que dans deux générations, ça veut dire dans soixante-quinze ans ça, on parlera encore français au Québec? B: Ben, il va y avoir beaucoup d’anglais, nécessairement, c’est une espèce de melting-pot, ça, le Québec. Pis t’as le Québec anglais, pis t’as le États-Unis, pis toute le reste du pays qui parle anglais... Ça va y venir. Peut-être qu’on va parler... ben on dit ça... Faut parler français parce que, **regarde** em Louisiane, em plein cœur des États-Unis, ça parle juste français. Ça... peut-être que ça faire la même chose.¹⁶⁰

Na sequência, a autora afirma que há diferença de valores de *vois-tu* em (41) e (42), respectivamente nomeados como *vois-tu1* e *vois-tu2*. O primeiro exemplo apresenta valor explicativo e o segundo, conclusivo.

(41) A: Mais comment ça se fait que tu sens le parfum comme ça? B: Bien, **vois-tu**, c’est heu..., c’est maman qui a dû em échapper sur moi. <comprends-tu, sais-tu>¹⁶¹

(42) A: Finalement, Marie ne pourra pas venir parce qu’elle est malade. B: Ah ben! Vois-tu. <*comprends-tu, *sais-tu>¹⁶²

Em (41) e (42), *regarde* é um MD de consenso e indica uma espécie de convite para que o O “use sua inteligência”, ou seja, demande esforço cognitivo para compreender a mensagem expressa pelo F. Além disso, nesses contextos, pode ser intercambiável com *écoute* e *vois-tu*.

¹⁶⁰ “A: Você acha que em duas ou três gerações, quer dizer, em setenta e cinco anos, ainda se falará francês no Quebec?”

B: Bem, haverá necessariamente muitos ingleses, o Quebec é uma espécie de caldeirão cultural (*melting-pot*). Além disso, tem o Quebec inglês, tem os Estados Unidos e todo o resto do país que fala inglês... Isso vai acabar acontecendo. Pode ser que a gente passe a falar... bem, dizem isso... É necessário falar francês, porque, **olha** em Louisiane, em pleno coração dos Estados Unidos, se fala justamente francês. Pode ser... que aconteça o mesmo”.

¹⁶¹ “A: Como assim que você está cheirando a perfume desse jeito?”

B: Bem, **você vê/veja**, é... mamãe que deve ter deixado cair em mim. <compreende, sabe>”

¹⁶² “A: Finalmente, Marie não poderá vir, porque está doente.

B: Ah, claro ! **Você vê**. <compreende, sabe>.”

(43) Moi j'usais toujours les affaires dès autres là, pis maman m'avait acheté des belles petites clagues neuves, attachés avec un lacet à l'avant là. J'étais contente, je pleurais. Je voulais pas les mettre pour aller à l'école. Quand l'école a commencé, maman a dit: « Mets-les, les tiennes sont percées » Je voulais pas les user. **Regarde**... Pour te dire comment on était pas riches. L'été on partait de chez nous nu-pieds, pis on mettait nos souliers dans notre sac d'école pour pas les user.¹⁶³

(44) A: Des pacifists, ce sont des héros. Ce sont des gens qui sacrifient leurs interest à une idée qu'ils ont dans la tête. B: En connaissez-vous beaucoup? Moi, je vois que des profiteurs. **Regardez**, depuis six mois seulement que la guerre dure, combine de gens en profitent? À commencer par ceux qui se fonte une job dans l'arinée.¹⁶⁴

O exemplo (43) expõe o emprego de *regarde2a* e serve de entrada no assunto e fixa as balizas do texto que virá. Em (44), além da estratégia cognitiva utilizada para chamar a atenção do O, *regarde2a* introduz um exemplo do F e objetiva fazer com que o O compreenda melhor que há aproveitadores.

Quanto à posição, em início de enunciado, *regarde* e *vois-tu* são intercambiáveis, como no exemplo (45). Todavia, é duvidosa a permuta, conforme Dostie (2004), em contexto localizado em final de enunciado, como no exemplo (46). Observe:

(45) À un moment donné, j'ai eu l'impression que mës parents préférainent mon frère et ma sceur parce que j'étais à l'âge difficile puis automatiquement, ils me disaient: « **Regarde**, ta sœur

¹⁶³ “Eu usava sempre as coisas dos outros, depois minha mãe comprou pra mim uns sapatinhos novos bem bonitos, fechados aqui na frente por um laço. Eu estava contente, eu chorava. Eu não queria colocá-los para ir à escola. Quando a escola começou, mamãe dizia: “Coloque-os, os seus estão furados”. Eu não queria gastá-los. **Olha**... pra te dizer como nós éramos pobres. No verão, partíamos de casa descalços, depois colocávamos nossos sapatos na mochila para não gastá-los”.

¹⁶⁴ “A: Pacifistas são heróis. São pessoas que sacrificam seus interesses em nome de uma idéia que eles têm na cabeça.

B: Você conhece muitos? Eu vejo apenas aproveitadores. **Olhe**, depois de apenas seis meses de guerra, quantas pessoas se aproveitam disso? A começar por aqueles que conseguem um trabalho no exército.”

nous donne pas autant de problèmes ». Automatiquement, au lieu d'en venir... dans certains cas, tu viens à détester ta sœur. <vois-tu>¹⁶⁵

(46) À um momento donné, j'ai eu l'impression que mês parents préférainent mon frère et ma sceur parce que j'étais à l'âge difficile puis automatiquement, ils me disaient: « Ta sœur nous donne pas autant de problèmes, **vois-tu** ». Automatiquement, au lieu d'en venir... dans certains cas, tu viens à détester ta sœur. < ??Regarde>.¹⁶⁶

Nos exemplos a seguir, *regarde* oferece também a possibilidade de efetuar um “deslizamento” suave em direção a outro assunto que não se havia começado anteriormente, ou seja, constitui um prefácio do texto a ser anunciado pelo F como marca que anuncia e situa a entrada do F no jogo comunicativo como estratégia cooperativa. Vejamos os contextos a seguir:

(47) A: Je sais pas trop quoi faire aujourd'hui. C'est plate. Je m'ennuie.

B: Ben **regarde**, je vais t'expliquer mon dessin. Ça se resume... euh... un thème général, c'est... euh..., ici... euh... dans la loi des tiers, là je vais t'expliquer un peu le principe, comment faire pour situer mes éléments... comment je fais pour situer tous mes éléments sur ma feuille. En art, il y a une règle... la règle d'art qui fait que tu divises la feuille en tiers¹⁶⁷.

¹⁶⁵ “Em um momento dado, tive a impressão que meus pais preferiam meu irmão e minha irmã, porque eu estava em uma idade difícil e automaticamente, eles me diziam: “**Olha**, sua irmã não nos dá tantos problemas”. Automaticamente, em vez de chegar a esse ponto... em certos casos, você acaba por detestar sua irmã. <você vê>”.

¹⁶⁶ “Em um momento dado, tive a impressão que meus pais preferiam meu irmão e minha irmã, porque eu estava em uma idade difícil e automaticamente, eles me diziam: “Sua irmã não nos dá tantos problemas, **você vê**”. Automaticamente, em vez de chegar a esse ponto... em certos casos, você acaba por detestar sua irmã. < ??olha>”.

¹⁶⁷ “A: Não sei bem o que fazer hoje. Está chato. Estou entediado.

B: Bem, **olha**, vou te explicar meu desenho. Ele se resume a... ah... um tema geral, é... ah..., aqui... ah... à lei da terça parte, vou te explicar um pouco do princípio, como fazer para situar meus elementos... como eu faço para distribuir todos os meus elementos sobre minha folha. Em arte, há uma regra... a regra da arte que faz com que você divida sempre a folha em três partes.”

(48) [A arrive chez B. Une fois qu'il a mis son manteau au vestiaire, B lui dit: **Regarde**, on va aller dans ma chambre, on va être mieux pour placoter¹⁶⁸.

Por fim, outro emprego de *regarde2b* bem como de *vois-tu2* se dá como palavra-frase. Trata-se de orientação do F para que o O atente a uma idéia mencionada de modo explícito, como em (49), ou sugerida, como em (50), pelo F. No exemplo (49), ocorre como um elemento lingüístico para chamar a atenção à informação antecedente (uso anafórico). Em (50), *regarde* apresenta valor de conclusão que não é totalmente verbalizada, mas que provavelmente está no alcance da compreensão do O. Novamente aqui se tem a idéia de mobilização cognitiva que é sinalizada e/ou lembrada na conversação por meio do MD *regarde*. Vejamos os exemplos:

(49) A: C'est une bonne idée, ça. B: J'ai toujours pensé que j'avais bonnes idées. On ne me fait pas assez confiance, c'est tout! **Regarde...**! C'est loin d'être bête ma suggestion.¹⁶⁹

(50) [C diz alguma coisa. B ouve e diz a A:]
Olha! (tradução nossa)¹⁷⁰

Neste exemplo, *regarde* sinaliza, conforme Dostie (2004), uma informação implícita que F e O conhecem/compartilham e é recuperável por ambos, uma vez que faz parte da bagagem de seu conhecimento comum. Pode ser entendido como um marcador de suposta convivência. A simples presença do MD deveria ser suficiente para fazer o O compreender o que o F tem em mente. Ou seja, o esforço cognitivo exigido do O é importante, de modo particularmente marcado quando *regarde2b* aponta rumo a uma idéia que não está claramente expressa (DOSTIE, 2004).

Como se observa na análise sincrônica, Dostie (2004) verificou que, como MD, permanece o valor assumido da forma fonte para *regarde*, de um lado, devido ao caráter significativamente voltado para o esforço cognitivo exigido do O e, de outro, em razão do valor diretivo

¹⁶⁸ “[A chega na casa de B. Depois de colocar seu casaco no vestiário, B lhe diz]: **Olha**, a gente vai para meu quarto, é melhor para conversar.”

¹⁶⁹ “A: Essa é uma boa idéia.

B: Sempre pensei que eu tivesse boas idéias. As pessoas não confiam suficientemente em mim, é isso. **Olha...**! Está longe de ser idiota minha sugestão.”

¹⁷⁰ “[C dit quelque chose. B l'entend et dit à A :] **Regarde!**”

conservado pelo imperativo em P2, embora seja possível também em P4.

A análise diacrônica empreendida pela autora, por sua vez, revelou que *regarde* aparece nos textos literários do século XVII, o que significa que já estava em uso no século XVI. Os dados diacrônicos coletados confirmam também os valores do MD *regarde* evidenciados nos dados sincrônicos.

Por fim, a autora apresenta um paralelo entre *regarder* e *écoute* e mostra a impossibilidade de equivalência completa entre ambos, tendo em vista que desenvolvem polissemias distintas e sofrem influência lexical e gramatical que permitem sua emergência. Detacam-se, entre outras, o aspecto ostentatório permanente em *regarde* e a ação verbal dele decorrente, o que não ocorre com *écoute*.

4.5.2 Os MDs espanhóis¹⁷¹ ‘mira’ e ‘¿ves?’

Mira e suas variantes (*mire* e *mirad*) foram investigados na fala espanhola por Pons Bondería (1998)¹⁷², ao passo que Cuenca e Marin (2000)¹⁷³ expõem uma análise contrastiva dos verbos de percepção *ver* e *mirar* gramaticalizados, segundo as autoras, como *vamos a ver/a ver*,

¹⁷¹ É sabido que o espanhol é uma língua de grande extensão territorial e variedade. É sabido também que constitui-se como língua oficial dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Guiné Equatorial, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai, Venezuela e os assentamentos do Saara. Ademais, é falado, como língua não oficial, em outros territórios como Belize, Estados Unidos, Filipinas, Gibraltar e Marrocos. Em todos os níveis da língua, o espanhol apresenta variação; porém, em alguns níveis mais do que em outros. Moreno Fernández (2000, p. 35-46 *apud* CONCEIÇÃO PINTO; SILVA, 2005), com base nas diferenças da língua espanhola de diferentes territórios, dividiu-a em 8 zonas lingüísticas, a saber: a) Zonas lingüísticas do espanhol da América: A1. Caribe; A2. México e América Central; A3. Andes; A4. Rio da Prata; A5. Chile; b) Zonas lingüísticas do espanhol da Espanha: E1. Região castelhana; E2. Região andaluza; E3. Região canária.

¹⁷² O autor, com enfoque baseado na teoria de Halliday e Hasan (1976) e de van Dijk (1977), investigou o *corpus* Val.Es.Co, cujas gravações foram obtidas mediante método de observação participante e transcritas segundo método denominado “jeffersiano”, adaptado para o espanhol.

¹⁷³ O suporte teórico que embasa este estudo provém da lingüística cognitiva (por exemplo, HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991) e da teoria da gramaticalização (por exemplo, HOPPER; TRAUGOTT, 1993). Compõem o *corpus* de investigação das autoras gravações de programas de televisão em espanhol e catalão. Ressalta-se também que, às páginas 219-223, observa-se um levantamento apurado dos estudos pioneiros que tratam dos usos conectivos dos verbos de percepção *ver* e *mirar* em espanhol coloquial.

mira/mire, nas línguas espanhola e catalã¹⁷⁴. *¿Ves?*, *mire* e *mirá*, empregados no espanhol falado em Mérida (Venezuela), foram descritos por Domínguez e Alvarez (2005)¹⁷⁵. Também deste país, porém da capital Caracas, provém a pesquisa dos MDs *mira* efetuada por Galué (2002)¹⁷⁶.

Para Pons Bordería, *mire* e *mirad* desempenham diferentes valores na conversação, desde o significado literal do verbo de percepção até o emprego como conector textual¹⁷⁷. O autor explica essa expansão de uso de acordo com uma série de etapas. Do sentido literal em que o F usa *mira* para convidar o O para prestar atenção a um elemento da enunciação, ou seja, a um componente do contexto discursivo, resulta o emprego das formas verbais prototípicas. Desse sentido de base, *mira* passa a apresentar valor fático de *chamada da atenção do ouvinte* para o próprio enunciado proferido pelo F. Nesses contextos, conforme o autor, *mira* pode ser parafraseado pelo verbo de percepção *escúchame* e tem valor perlocutivo, visto que pretende que o O faça algo. Vejamos o exemplo:

- (51) A: sí/ pero oo hombre/ no hay que ir tam-
poco ooo/
- [provocando allí/ al personal↑]
- L: [pero es incómodo/ es incómodo]
- S: provocando nada/ el queee- se ponga-que see-
que s'excite ya se apañará↓ es su problema/ ¿no?/
(RISAS)/ no no por ver a uma tia em bequini↑
- A: no↓ pero [nooo]
- C: [pero] eso tiene más {que ver com la
((comodidad)) deee]
- A: [pero eso em verano] / primero/ **mira**]
- C: al nadar/ si hace mucho movimientoo
- A: si voy em biquini tengo que tomar [primeroo]
- [AP.80.A1, 352] catafórico¹⁷⁸

¹⁷⁴ Na seção 4.5.4, apresentamos mais detalhadamente os MDs em catalão. Aqui, vamos nos deter somente nos exemplos de MDs em espanhol.

¹⁷⁵ As autoras analisaram o *Corpus sociolingüístico de Mérida* (Venezuela).

¹⁷⁶ Galué (2002) investigou uma amostra constituída por 15 informantes em situação de diálogo e entrevistas, com falantes caraquenhos (Venezuela) de ambos os sexos, nível socioeconômico médio-alto, idade entre 20 a 65 anos.

¹⁷⁷ Pons Bordería (2001, p. 226-227) coloca a dificuldade em diferenciar conectivos e MDs. Segundo o autor, os conectivos são apenas uma classe inserida noutra ampla de MDs, que compreende também elementos como modalizadores, reformuladores, marcadores de polidez, entre outros.

¹⁷⁸ “A: siimm/ maaas homeem/ não tem que ir tambéém/
[provocando ali/ o pessoal↑]

L: [mas é incômodo/ é incômodo]

Dessa função fática primária, *mira* expande seu sentido e deriva uma espécie de função fática interna que opera anafórica e cataforicamente, chamando a atenção do O para o contexto precedente ou avisando-o da importância do segmento seguinte. Nesses contextos, *mira* pode ser parafraseado *fijsate*, pois serve como um guia ou instrução para o processamento interno do enunciado. A função fática interna relaciona-se diretamente aos usos enfáticos ou de reforço do que é dito. A ênfase, por sua vez, pertence, conforme Pons Bordería, ao terreno da modalidade, considerada como a atitude do F frente ao que é dito. Dessa forma, *mira* passaria a desenvolver diferentes valores conversacionais:

(i) desacordo frente ao que é dito, quando aparece isoladamente. Por exemplo:

(52) V: em resumen// quee habtenía un asesor↑
// un asesor // pagado también del ayuntamiento
de A./ que es V. F. que es el secretario de *** // y
ese tío↑ ese tío estaba percibiendo otras tantas/ o-
tras tantas como el señor alcalde↑/ del presupuesto
de las arcas municipales/ el presupuesto municipal//
(en)tonces resulta que ese tío/ pues también
veía que se le ibaa/ y no noo/ aguanta aguanta
que aunque presenten la moción/ tal/ cual/ aguan-
ta↑// ahora resulta que ya no está↑/ porqueee el L.
le ha dicho/ chh/ fuera de ahí// y el- y el cabritoo/
por aguantar um mes más um mes más↑// la sen-
tencia del juez puede ser dura ¿eh? PUEDE SER
muy dura

S: ¡uy! **mira** [J.82.A1, 702] (PONS BORDERÍA,
1998, p.223)¹⁷⁹

S: provocando nada/ ele queee - se arrume-que see-que se anime depois se vire↓ é seu o problema/ não?/ (RISOS) / não, não por ver uma tia de biquini ↑

A: não↓ mas [nããão]

C: [mas] isso tem mais [que ver com a ((comodidade)) deee]

A: [mas isso no verão]/ primeiro/ **olha**]

C: ao nadar/ se faz muito movimento”

¹⁷⁹ “V: em resumo// quee hav-teria um assessor↑/ / um assessor // recebia também da prefeitura do A./ que é V. F. que é o secretário do***¹⁸ / / e esse tío↑ esse tío estava percebendo outras tantas/ outras tantas como o senhor prefeito↑/ do orçamento dos cofres municipais / o orçamento municipal/ / (en)tão acaba que esse tio/ pois também via que se fosse / e não nãão / agüenta aguanta que ainda que apresentem a moção/ tal qual aguanta ↑ / / agora acaba que já não está↑/ porqueee o L. lhe disse/ chh/ fosse daí/ / e o- e o safadoo/ por agüentar mais um mês↑ // a sentença do juiz pode ser dura, né? PODE SER muito dura S: ui! **olha** [J.82.A1, 702] (PONS BORDERÍA, 1998, p.223)”.

(ii) rejeição a um aspecto do texto do interlocutor nos contextos em que inicia um turno. Por exemplo:

(53) C: ya// PERO BUENO- PERO/ PERO ES QUE ALGO TE DEBE PASAR ¿no? / algo te- tie- o

sea §

JM: §**mira**/ no lo sé es que / es TODO y no es nada/ [pero=]

C:

[pero si es que]

JM: = se me juntan las cosas/ / llega un momento que vas aguantando y que las cosas se juntan y que dices/ pues no/ tengo que pararme/ y- y decidir [ML.84.A1, 108] (PONS BORDERÍA, 1998, p.224)¹⁸⁰.

(iii) insegurança por parte do F frente ao conteúdo da mensagem proferida. Por exemplo:

(54) S: iguels

S: iguels

C: ¿esto es águila?

S: es queee/ **mira**-§

J: § ¿qué grupo de música es?

S: un grupo de música se llama↑ / / / a floc- / / a floc/ / of/ / / siguels/ / / eaguls/ / / (2.5») pero entonces no sé/E/ eaguls↑ / oo

J: igual éste es el plural de- de éste ¿sabes?

(PONS BORDERÍA, 1998, p.224)¹⁸¹

¹⁸⁰ “C: já / / MAS BEM- MAS/ MAS É QUE ALGUMA COISA DEVE ACONTECER, não? / / alguma coisa te- tem- ou seja §

JM:

§**olha**/ não sei o que é / é TUDO e não é nada/

[mas=]

C:

[mas sim

é que]

JM: =se eu acumulo as coisas/ / chega um momento que vais aguantando e que as coisas se juntam e que dizes / chega/ tenho que parar/ e- e decidir [ML.84.A1, 108]” (PONS BORDERÍA, 1998, p.224).

¹⁸¹ “S: iguels

C: isto é águia?

S: é queee/ **olha**-§

J: § que banda é?

S: uma banda se chama↑ / / / a floc- / / a floc/ / of/ / / siguels/ / / eaguls/ / / (2.5») mas então não sei/E/ eaguls↑/ oo

J: igual este é o plural de- deste, sabes? [AP.80.A1, 223]” (PONS BORDERÍA, 1998, p.224).

Cuenca e Marín (2000), por sua vez, expõem os usos de *vamos a ver* e *a ver*, formas de P4, e *mira/mire*, formas de P2. Conforme as autoras, essas formas, além de corresponder ao mesmo tipo semântico, compartilham características formais e funcionais. Vejamos a descrição desses itens que permite a análise como um grupo relativamente homogêneo, tanto do ponto de vista semântico, como morfossintático e discursivo:

- Têm caráter parentético.
- São formas imperativas ou relacionadas com o imperativo.
- Como conseqüência, têm um valor conativo básico, que as vincula ao receptor comunicativamente, e a segunda pessoa (*tu* ou *usted*), morfologicamente.
- Manifestam um valor conversacional (fático) relacionado com a gerenciamento da conversação e são, portanto, formas típicas da língua oral (CUENCA; MARÍN, 2000, p. 216).

Constatam Cuenca e Marín (2000) que *ver* (espanhol) e *veure* (catalão) são verbos de percepção passiva, ao passo que *mirar* (espanhol e catalão) insere-se no conjunto de verbos de percepção ativa. Sugerem as autoras, por conta disso, diferenças interessantes acerca do funcionamento dos verbos analisados: as formas de visão passiva quase sempre iniciam turnos de fala, ao passo que as formas de percepção ativa, por sua vez, alternam-se principiando ora turnos ora atos de fala espanhola. Vejamos um exemplo:

(55) R: Al millón. Hay revistas, eeh, también, ???

Ch: **Mira**, normalmente, semanalmente, las cuatro revistas del corazón, lãs que yo considero revistas del corazón, eeh, además bastante diferentes entre si, tienene unaa_una venta de 2.000.000 de ejemplares, semanales. (MC1)¹⁸²

As formas analisadas por Cuenca e Marín (2000) têm se convertido em conectores a partir de um processo de gramaticalização relacio-

¹⁸² “Ch: Tiramos_ Pronto é a primeira, às vezes chega ao milhão de exemplares.

R: Ao milhão. Há revistas, heein, também???

Ch: **Olha**, normalmente, semanalmente, as quatro revistas do coração, as que eu considero revistas do coração, eeh, além disso bastante diferentes entre si, tem umaa_uma venda de 2.000.000 de exemplares, semanais. (MC1)Ch: Tiramos_ Pronto es la primera, a veces llega al millón de ejemplares”.

nado à subjetivização e uma pragmatização do significado é derivada da forma fonte (verbo de percepção visual). Dentre os valores dos itens descritos por Cuenca e Marín (2000, p. 232-233), destacam-se: (i) distribuição do turno, sobretudo quando interrompe outro F, objetivando-se manter o turno ou se recuperando um turno anteriormente perdido; (ii) troca de interlocutor; (iii) oposição a um argumento que outro F está defendendo; (iv) troca de tópico ou introdução de um tópico novo ou um subtema. Nesses casos, o F abandona ou até mesmo interrompe o fluxo de conversação e solicita mudança, quer de emissor, de receptor, de orientação argumentativa ou de tópico.

Dominguez e Álvarez (2005) descrevem os usos de três grupos de marcadores da interação: *¿ves?* é classificado como MD apelativo e interrogativo simultaneamente; os marcadores *mira [tu]/ mire [usted]* e *mirá [vos]* são tidos como orientadores da atenção do O sobre um aspecto do texto; e, por fim, *imagine, figúrate* são considerados marcadores derivados de verbos de imaginação, que podem ser parafraseados por *o sea*, entre outros.

No primeiro grupo, *¿ves?* serve para verificar a compreensão do O acerca do argumento proferido pelo F. Nesse contexto, conforme as autoras, o F expõe um tópico polêmico e, para reforçar sua tese, introduz o MD seguido de explicação, normalmente um exemplo, a exposição de um caso, ou a apresentação da causa ou consequência da tese apresentada pelo F. Observe um exemplo:

(56) inv.: ¿te hubiera gustado que te dieran...
quizá más afecto?

hab.: Que me dieran más amor porque ¿tú sabes
qué?... nosotras por lo general somos muy se-
cas...¿ves?

inv.: Mjm.

hab.: ... este... cuando yo me fui con C. [su espo-
so], a mí me daba pena con C. que... yo decirle
papi a él, a mí me daba pena... (2:26)
(DOMÍNGUEZ; ÁLVAREZ, 2005, p. 10)¹⁸³

¹⁸³ “inv.: tu gostarias que te dessem... talvez mais afeto?

hab.: Que me dessem mais amor porque, *tu sabes o quê?*... nós geralmente somos muito se-
cas...*ves?*

inv.: *Mjm.*

hab.: ... assim... quando eu fui com o C. [seu marido], me dava pena com o C. que... dizer papai
para ele, me dava pena... (2:26)” (DOMÍNGUEZ; ÁLVAREZ, 2005, p. 10).

No segundo grupo, no qual se inclui *mira*, os marcadores chamam a atenção do O sobre um aspecto do texto, o ponto central que o F deseja ressaltar, normalmente de forma catafórica.

(57) inv.: Pero sí te gusta reclamar tus derechos.

hab.: Sí, mis derechos... **mire**... estos días que hubo una broma de... del ventiocho... de los sucesos del ven... del año pasado... (6:101)
(DOMÍNGUEZ; ÁLVAREZ, 2005, p. 11).¹⁸⁴

A partir dos exemplos, Domínguez e Álvarez (2005) mostram que os MDs funcionam como orientadores da atenção do interlocutor por meio do qual o F atribui importância ao segmento seguinte.

Galué (2002) apresenta a caracterização do uso dos MDs *mi-ra/mire* amplamente empregados na conversação. Conforme a autora, trata-se de formas gramaticalizadas que funcionam como MDs perdendo nesta função seu significado primário e atuam especialmente na interpeção do receptor e na chamada de sua atenção.

Dentre os valores do MD apelativo *mira*, que serve para chamar a atenção do O, descritos por Galué (2002), destacam-se: (i) atenua a força ilocutória dos enunciados interrogativos; (ii) expressa afinidade e cortesia para introduzir um enunciado com tom ameaçador; (iii) anuncia enlace continuativo; e (iv) apresenta valor continuativo. Vejamos, na sequência, alguns exemplos desses contextos e respectivos valores dos MDs.

Geralmente introduzem enunciados declarativos, diretivos e interrogativos. No exemplo “Mira ¿y donde estás buscando trabajo ahorita?”, o F interpela o O e reduz a força ilocutória que caracteriza esses enunciados, como estratégia de cortesia para mostrar certa proximidade, familiaridade e afinidade com o O.

Em outros contextos, pode introduzir enunciados não afetivos, que refletem uma posição de distanciamento, mesmo aborrecido, do F para o O. Vejamos um exemplo:

(58) D: y yo sin sentir/ ni molestia /ni arreche-
ra/ ni nada/ lê conteste: **Mire**↑/ señora Mariana/ y
además sin miedo/ ¿okei?/ sin miedo a la figura
de autoridad/ porque de verdad que yo no tenía

¹⁸⁴ inv.: Mas, sim, tu gosta de reclamar teus direitos.

hab.: Sim, meus direitos... **olhe**... estes dias que houve uma brincadeira de... do vinte e oito... dos acontecimentos do ver... do ano passado... (6:101)” (DOMÍNGUEZ; ÁLVAREZ, 2005, p. 11).

esos problemas con la mamá de Eduardo/ yo le dije/ **Mire** señora Mariana/ no me venga a decir que em algún momento a usted lê importo o lê do-lió lo que estaba pasando/ (GALUÉ, 2002, p. 37).¹⁸⁵

Nesse exemplo, o MD *mire* imprime ao enunciado um tom arrogante, ameaçador e reflete o distanciamento entre os interlocutores.

Galué (2002) aponta que, no *corpus*, o emprego mais freqüente do MD ocorre como uma estratégia do interlocutor para manter o intercâmbio verbal e tratar de subtrair o turno do F. Observe o exemplo:

(59) H2: bueno/ ¿y qué hizo Chávez?/
Y2: más nada↓ /PEOR/ la Constituyente era um engano [hacia los ingnorantes]
H3:[no era un engano]
Y3: /porque qué era lo que trataba [de decirle al pueblo]§
H3: [pero/ **mira**↑/ ven aca]
Y4: §yo no voté porque Chávez me estaba ofreciendo a mi uma constituyente/¹⁸⁶

Em (59), o F apropria-se do turno de Y, chamando sua atenção. Além disso, *mira* aparece reforçado por outra forma apelativa *ven acá* com a qual o F procura, de maneira enfática, captar a atenção do O e levá-lo a aderir a sua opinião. Nesse sentido, adquire um valor modal considerado relevante, e catafórico porque remete a algo que se vai dizer na continuidade do enunciado.

Esse valor modal pode se diluir e passa a ser empregado apenas como uma espécie de apoio para principiar a conversação, ou ainda em posição intermediária, para continuá-la:

(60) D: Ah ... total que/ bueno/ **mira** →/ a raíz de eso me empece a sentir mejor/ me empece a sentir muchísimo mejor (GALUÉ, 2002, p. 37).¹⁸⁷

¹⁸⁵ “D: e eu sem sentir / nem moléstia /nem fúria/ nem nada/ lhe respondi: **Olhe**↑/ senhora Mariana/ e, além disso, sem medo / certo?/ sem medo da figura de autoridade/ porque de verdade eu não teria esses problemas com a mamãe do Eduardo/ eu lhe disse/ **Olhe** senhora Mariana/ não me venha dizer que em algum momento não lhe importou ou doeu o que estava acontecendo/” (GALUÉ, 2002, p. 37).

¹⁸⁶ “H2: bom/ e o que fez o Chávez?/

Y2: mais nada↓ /PIOR/ a Assembléia Constituinte era um engano [para os ingnorantes]

H3:[não era um engano]

Y3: /porque que era o que trataba [de falar ao povo]§

H3: [mas/ **olha**↑/ vem aqui]

Y4: §eu não votei porque o Chávez estava me oferecendo uma constituinte /”

(61) A: pero ¿qué le puedes tu pedir ... que ...
Mira/ yo de política no sé sino lo que medio leo
 en el periódico y /de verdad/ que a veces parece
 que solamente leo los titulares.¹⁸⁸

O exemplo (61) tem valor continuativo; serve de enlace para abstrair novamente a conversação e coocorre com pausa a fim de dar tempo para o F pensar.

Por fim, o último valor do MD *mira*, descrito por Galué (2002), é replicativo, ou seja, desacordo com o ponto de vista expresso pelo interlocutor:

(62) C1: Yo nunca había tenido uma pelazón de
 bola tan grande como la que tengo ahoritas§
 Y1: §por eso
 C2: entonces/ vamos a darle un chance/pues
 Y2: [esa pelazón es por culpa de Chávez]
 C3: [**mira/** tú me vas a perdonar]
 Y4: la que tú tienes es culpa de Chávez
 C3: no/ la que yo tengo no es culpa de Chávez
 /no/ todo el mundo está pelando¹⁸⁹

A situação econômica de C1 não está mais tão difícil quanto antes. Y1 expõe que a culpa deriva do governo, porém C manifesta desacordo frente a esta opinião.

4.5.3 O MD italiano ‘guarda’

Waltereit (2002)¹⁹⁰ examinou o desenvolvimento de *guarda* na fala italiana e identificou uma variedade de funções e contextos favorecedores desse MD.

¹⁸⁷ “D: Ah ... total que/ bom/ **olha** →/ devido a isso talvez comece a me sentir melhor/ comece a me sentir muitíssimo melhor (GALUÉ, 2002, p. 37)”.

¹⁸⁸ “A: mas o que tu podes pedir-lhe... que ... **Olha/** eu de política não sei nada além do que leio no jornal e /na verdade/ às vezes parece que leio somente os títulos”.

¹⁸⁹ “C1: Nunca tivera tão duro como estou agorinha. §

Y1: §por isso

C2: então/ vamos dar uma chance/pois

Y2: [essa dureza é culpa do Chávez]

C3: [**olha/** tu vais me perdoar]

Y4: a que tu tens é culpa do Chávez

C3: não/ a que tenho não é culpa do Chávez /não/ todo mundo está duro”.

¹⁹⁰ O autor encontrou 336 ocorrências do MD *guarda* no corpus eletrônico *Lessico di frequenza dell'italiano parlato* (corpus LIP), organizado por Tullio de Mauro *et al.* (1993). Este corpus contém gêneros variados como conversação telefônica, conversação “multi-party”, monólogos,

Primeiramente, *guarda* emerge naqueles contextos em que o F revela certa dúvida quanto à declaração do O. Waltereit (2002) chama a atenção também para o fato de o MD estar associado a um significado adversativo e ocorrer em posição inicial do turno, conforme se evidencia em (63):

- (63) Turn-initial DM after transition-relevance place
 B: ah hai visto ali poveretto è morto così
 l'avevano ammazzato
 A: tu dici?
 B: ma secondo me sì
 A: madonna
 B: <?> l'hanno ammazzato era ricchissimo qualcuno l'avrà fatto fuori
 A: **guarda** che soffriva di cuore _ eh? (LIP, MB9 *apud* WALTEREIT, 2002, p. 990)¹⁹¹.

Nesse exemplo, A continua o tópico em discussão, mas introduz um novo aspecto (um “subtópico”) para chamar a atenção de B. Além disso, *guarda* tem nuance adversativa: A parece não acreditar na versão de homicídio e insiste sobre uma morte natural.

Outro contexto em que *guarda* ocorre em início de turno evidencia que, numa conversação, alguém pretende tomar o turno e o faz com o auxílio de *guarda*, interrompendo os demais envolvidos a fim de chamar-lhes a atenção para seu comentário. Para Waltereit (2002), a emergência do MD *guarda* se deu primeiramente nesse contexto e, posteriormente, se espalhou para outros. A interrupção trata-se de estratégia na prática conversacional. Vejamos um exemplo:

- (64) Turn-initial at non-transition-relevance place
 B: prendi una stecchetta di legno e la fai con la stecchetta di legno e con gli adesivi
 A: si' rio con la stecchetta di legno cerco

etc. Para mais informações, acesse: <http://languageserver.uni-graz.at/badip/badip/20_corpusLip.php>.

¹⁹¹ “Turn-initial DM after transition-relevance place

B: ah viste (ali) coitadinho morreu assim o mataram

A: tu dizes?

B: mas pra mim sim?

A: nossa senhora

B: <?> mataram-no era riquíssimo alguém o botou pra fora de circulação

A: **olha** que ele sofria do coração _ eh?” (LIP, MB9 *apud* WALTEREIT, 2002, p. 990).

C: **guarda** è più semplice a colori quattro quattro
 <?> due chiodini e <?> basta # velocissimo rapido
 A: <??>
 B: oppure la gente li mette sopra una poltrona so-
 pra un tavolo sopra (LIP, MA2 *apud*
 WALTEREIT, 2002, p. 991)¹⁹².

Na posição medial, o F emprega *guarda* para introduzir um no-
 vo tópico.

(65) I: ciao tesoro
 C: chi è?
 I: chi sara' mai?
 C: Graziella
 I: tesoro mio
 C: allora cara che numero ti dò?
 I: ottantaquattro
 C: ottantaquattro **guarda** cara anch'io *guarda* ho
 tanta ogliohoi ogliohoi voglio andare a letto (LIP,
 FE6 *apud* WALTEREIT, 2002, p. 991-992)¹⁹³.

Esse trecho foi extraído de um programa de rádio no qual os ou-
 vintes (o falante I) podem ligar diretamente e escolher um número (neste
 caso, “84”) para uma espécie de loteria. I (Graziella) começa a conversa
 em tom de confiança, imitando um pouco o próprio moderador, que
 falou com os participantes anteriores da mesma forma. O moderador C,
 em seguida, introduz um novo tópico (alega cansaço) com *guarda*.

Na posição final, *guarda* revela que o F encontra-se numa situa-
 ção embaraçosa e deseja sair o mais rapidamente dela.

¹⁹² “Turn-initial at non-transition-relevance place

B: pegue um raminho de madeira e faça-a (a construa) com o raminho de madeira e com os
 adesivos (fitas adesivas ou materiais específicos citados anteriormente)

A: sim (malvado?) com o raminho de madeira procuro

C: **olha** é mais simples a cores quatro quatro <?> dois preguinhos e <?> deu# muito rápido

A: <??>

B: ou a gente o coloca sobre uma poltrona sobre uma mesa sobre” (LIP, MA2 *apud*
 WALTEREIT, 2002, p. 991).

¹⁹³ “I: oi tesouro

C: quem é?

I: quem poderia ser?

C: Graziella

I: meu tesouro

C: então querida que número te dou?

I: oitenta e quatro

C: oitenta e quatro **olha** querida eu também **olha** tenho tanta (ogliohoi ogliohoi) quero ir pra
 cama” (LIP, FE6 *apud* WALTEREIT, 2002, p. 991-992).

(66) B: che che butta?

H: butta carciofi

B: non lo so se butta

H: butta carciofi

B: signora nessuno lei ci ha un'antagonista di là dell'altro sesso

H: eh no ma ho sbagliato ho sbagliato radio **guarda**

B: ha sbagliato radio che voleva chiamare la Raffai (LIP, FE15 *apud* WALTEREIT, 2002, p. 990)¹⁹⁴.

Por fim, há contextos em que *guarda* ocorre sozinho (*phatic marker*) no enunciado veiculando certa surpresa, admiração por parte do F. Observe o exemplo:

(67) A: proporrei l'antipastino di mare bellino

B: ah _ ah

A: con cozze

B: ah _ ah

A: eh eccetera eccetera

B: **guarda**

A: un bell'antipastino di maré (LIP, FE9 *apud* WALTEREIT, 2002).¹⁹⁵

Além desse uso, *guarda* é freqüente nos contextos em que introduz discurso reportado.

(68) A: chiamarti al cellulare

B: ma no lo sai che non ci son problemi no lo so non capisco e a XYZ gli ho detto comunque XYZ *guarda* c'ho questo problema qua gli ho pure detto **guarda** probabilmente ci conviene partire domani mattina.

¹⁹⁴ “B: o que o que coloca?”

H: coloca alcachofras

B: não sei se coloca

H: coloca alcachofras

B: senhora nenhuma a senhora tem um interlocutor do outro sexo

H: eh não mas errei errei a rádio **olha**

B: errou a rádio que queria ligar para a Raffai” (LIP, FE15 *apud* WALTEREIT, 2002, p. 990).

¹⁹⁵ “A: proporia o antepasto de mar lindinho

B: ah_ah

A: com marisco

B: ah_ah

A: eh etcetera etcetera

B: **olha**

A: um belo antepasto de mar” (LIP, FE9 *apud* WALTEREIT, 2002).

A: mh (LIP, MB49 *apud* WALTEREIT, 2002, p. 992)¹⁹⁶.

Guarda também pode ocorrer como mero fenômeno de hesitação: insere-se entre um artigo e um nome correspondente (*una pubblicazione*).

(69) A: ma io no _ non mi piace pero' no _ no no preferirei fare una **guarda** pubblicazione pura delle lettere

B: pura delle lettere così?

A: sì _ che però _ cioè con un cappello in cui spieghiamo ecco nonostante _ si è sì è parlato di pacifismo (*apud* WALTEREIT, 2002, p. 993)¹⁹⁷.

Waltereit (2002) supõe que a chave para o desenvolvimento do MD *guarda* reside no seu uso imperativo, quando introduz um enunciado que propositadamente interrompe a fala de alguém numa conversação. No *corpus* investigado pelo autor, há um exemplo desse contexto:

(70) B: come trovare il subagente?

A: che domande che fai?

D: ah pure il subagente vuole pure insomma gente troppo bella questa questa la devi segnare troppo

A: **guarda guarda** che aspetto che c'ha

D: e scusate il disturbo [ridono] troppo bello è tutto troppo bello (WALTEREIT, 2002, p. 995)¹⁹⁸.

Nesse contexto, a interrupção de A é provavelmente tentativa de proteger B de uma situação constrangedora. Nesse caso, trata-se apenas de um verbo no imperativo, não um MD.

¹⁹⁶ “A: te ligar ao celular

B: mas não sabes que não tem problema não sei não entendo e pra XYZ lhe disse de qualquer maneira XYZ **olha** tenho esse problema aqui lhe disse ainda **olha** provavelmente nos convém partir amanhã de manhã” (LIP, MB49 *apud* WALTEREIT, 2002, p. 992).

¹⁹⁷ “A: mas eu não _ não gosto mas não _ não não preferiria fazer uma **olha** publicação pura das cartas

B: pura das cartas assim?

A: sim_ que porém_ quer dizer com uma introdução na qual expliquemos isto – sim é sim é falado de pacifismo” (*apud* WALTEREIT, 2002, p. 993).

¹⁹⁸ “B: como se encontra o sub agente?

A: que pergunta que fazes?

D: ah também se o sub agente quer também se no final das contas gente muito bonita isto isto deve indicar muito

A: **olha olha** que aspecto que tem

D: e nos desculpe o incômodo [riem] muito lindo é tudo muito lindo” (WALTEREIT, 2002, p. 995).

Por outro lado, a razão porque Waltereit (2002) supõe que os contextos de interrupção, tal como o exemplo anterior, são tão importantes para o recrutamento de *guarda* como um MD é que esse imperativo constitui importante ferramenta na conversação. Habilita o F a interromper outro F em posse do turno ao invés de aguardar o próximo lugar relevante de transição.

Há, portanto, conforme Waltereit (2002), uma mudança semântica. O que inicialmente era apenas uma implicatura conversacional torna-se um significado convencionalizado. Fundamenta em Traugott e König (1991) o movimento de mudança semântica de *guarda*, o qual envolve, portanto, convencionalização de implicaturas conversacionais. Em determinados contextos, *guarda* não pode mais ser analisado como verbo, mas como MD.

A alteração semântica conduzida do imperativo para MD é o resultado de um trabalho conjunto de falantes e ouvintes: falantes empregam o imperativo ilegitimamente em situações em que afirmam ter algo muito importante a dizer (sem, no entanto, ter um objeto para os ouvintes olharem). Fazem isso porque o imperativo “olha!” presta-se à solução de um problema que ocorre com frequência na comunicação. Isto em si não promove uma mudança semântica. A mudança é efetivada corretamente por ouvintes que compreendem que o F está exagerando e, por essa mesma razão, substituem o velho significado imperativo, que percebem já não ser a intenção do F, pelo novo significado do MD (WALTEREIT, 2002).

Waltereit (2002) argumenta que é mais plausível que *guarda* em posição de início de turno constitui a primeira função do MD que emergiu a partir do imperativo, porque é o resultado da reanálise desse imperativo. Uma vez que a reanálise tenha sido recrutada, *guarda*, por sua vez, é arrebanhado para a classe de MDs. Assume a função de “Ouça-me, tenho algo importante a dizer”. Nesta fase inicial, é, no entanto, pouco provável que já tenha todo o espectro funcional de que dispõe hoje. Mais avanços devem ter acontecido para que tenha atingido a variedade funcional atual.

4.5.4 Os MDs catalães ‘a veure’ e ‘miri’

Marín Jordà (2003)¹⁹⁹ investigou MDs derivados dos verbos de percepção auditiva *escoltar* (ouvir) e visual *veure* (ver) e *mirar* (olhar). Trata-se de verbos que deixam de significar percepção física para veicular, como MD²⁰⁰, percepção intelectual e emocional e que compartilham características morfossintáticas, semânticas e discursivas. Dentre as características, salienta:

- Derivam de formas imperativas ou se referem ao imperativo.
- Conseqüentemente, têm um caráter conativo básico que os vincula ao receptor.
- Expressam um valor conversacional (fático) relacionado ao desenvolvimento da conversação e são, portanto, formas típicas da língua oral.
- Morfossintaticamente, apresentam caráter parentético, se situam freqüentemente na periferia da oração, o verbo perdeu total ou parcialmente o caráter predicativo e está total ou parcialmente fixo morfologicamente (MARÍN JORDÀ, 2003, p. 277, tradução nossa).

Os MDs *miri*, *escolti*, *a veure* e *aviam/viam* desempenham função pragmático-discursiva dupla. De um lado, têm papel estrutural como organizadores do discurso e, de outro, são indicadores das relações que se estabelecem entre os interlocutores.

A primeira função pragmático-discursiva dos MDs *miri*, *escolti*, *a veure* e *aviam/viam* é marcar a reorganização na progressão discursiva. Essa reorientação afeta principalmente dois níveis: a distribuição do turno de fala e o desenvolvimento do tema. Há maior proporção de MDs utilizados na função geral de distribuição do turno de fala do que de desenvolvimento do tema, segundo a autora.

¹⁹⁹ O *corpus* investigado por Marín Jordà (2003) provém de quatro debates televisivos político-eleitorais feitos, em catalão, durante as eleições autônomas de 1992 e 1995 e as eleições gerais de 1993 e 1996, totalizando 7 horas e 5 minutos de gravação. A autora, além da análise qualitativa dos MDs, procedeu a uma análise quantitativa complementar.

²⁰⁰ As seguintes formas de MDs foram identificadas pela autora no *corpus* pesquisado: **a)** Formas derivadas do verbo *veure*: “a veure”, “avere”, “aviam”, “veiam” e “viam”; **b)** Formas derivadas do verbo *mirar*: “mira”, “miri”, “miri’m”, “mireu” e “mirin”; **c)** Formas procedentes do verbo *escoltar*: “escolta”, “escolta’m”, “escolti”, “escolti’m”, “escolteu” e “escoltin”.

Vejamos os valores específicos que podem assumir os MDs estudados no que diz respeito à distribuição do turno:

a) no debate, o papel de distribuir o tempo do turno dos participantes é feito pelo moderador. Vejamos o exemplo:

(71) <C Trias> [(Però podré acabar?)]
 <C Rahola> [(¿zzzz?)] [Parlen tots alhora i no s'entén el que diuen]
 <C Moderadora> **A veure**, senyor_ [(El senyor Trias de Bes)].
 <C. Trias> [(És que no puc acabar)]
 <C Moderadora>...deu segons més a causa de les interrupcions que ha tingut [(a l'hora:_ quan parlava)] [EG96, 1:11:31]

b) luta para manter o próprio turno:

(72) <C Trias> Sí. E:ls socialistes i els convergents coincideixen amb un eslògan e:n aquesta última trama final de la campanya, en la recta final, que és aturar (<pronúncia emfàtica>) com sigui el PP. Bé, el PP no té un programa anticatalà [(ni antiautonomista (<pronúncia emfàtica anticatalà antiautonomista>). **Escolti**, se_ **escolti**, em deixa_ em deixa acabar? Jo li he escolt_ vol que l'hi ensenye?. **Avere**, un moment, **miri** [ha tret un programa del PP i l'ensenya], l'ocult (<pronúncia emfàtica>), eh:, és lo que vostès s'emporten a Suïssa, això si que és ocult, això és un programa)]
 <C Serra> [(Té una actuació, el seu programa no el sabem. No..., programa...
 no, no si el _ no el programa no ens l'ha ensenyat mai, lo que tenen és actuacions. Aquest_ aquest és l'ocult o és el de veritat?)] [EG96, 1:09:53]

c) luta para apoderar-se do turno alheio:

(73) <C Moderadora> [(Senyora Rahola, senyora Rahola, sisplau)].
 <C Rahola> ...I el GAL va existir, eh?
 <C Serra> ...que_ i li recomano que llegeixi l'article pòstum de la darrera víctima d'ETA. [(Llegeixi's l'article que havia escrit, abans de que el mateixin, Paco Tomás y Valiente)].

<C Trias> [(¿zzzz?) manipulador)].
 <C Rahola>[(Txxxs! Home, no! **Escolti, miri**)],
 ...no sigui_ per favor_ que:_ com pot arribar a ser
 tan frívol? Home! No jugui amb això, carall. Ja he
 llegit Tomás y Valiente, [(ja l'he llegit)]. [EG96,
 1:35:25]

Para essas subfunções de distribuição do turno, Marin Jordá (2003) verificou que o protagonismo absoluto é do MD *a veure*, que se especializa de maneira clara na distribuição de intervenções. No extremo oposto, *miri* praticamente não altera o turno de fala. *Aviam* é utilizado muito pouco para distribuição do turno. *Escolti* destaca-se tanto na função de manutenção do próprio turno como na de luta para apoderar-se do turno alheio.

A respeito do tema do discurso, a função organizacional que os MDs realizam pode concretizar-se em uma ou mais possibilidades agrupadas em dois blocos: (i) introdução, progressão ou mudança do tema, com caráter mais neutro associadas ao temas; (ii) introdução de um argumento ou contra-argumento, com inserção de mais argumentação. Vejamos os exemplos de cada uma delas.

a) introdução do tema:

(74) <C Moderador> Senyor Milián.
 <C Milián> **Aviam**: nosaltres en aquest tema estem fent un plantejament crec que bastant novedós i nou (¿zzzz?) per la política del Partit Popular. Es basa en dos principis fo_ bàsics: primer, el fet de que assumim completament l'administració única, proposta per Fraga Iribarne en el seu dia, i que després el congrés últim del partit va assolir i, en conseqüència, això té una aplicació immediata en una sèrie d'efectes directes sobre el gasto ['o pronunciada 'o'] i les transferències i el finançament; i segon, nosaltres no volem renunciar a lo que es va fer, jo crec que molt ben fet per part del Partit Popular i el Partit Socialista, i que va ser arribar a un eh a un acord autonòmic amb un principi de cooperació que comportaria una sèrie de condicions que s'haurien d'aplicar. [EG93, 0:30:36]

b) progressão do tema:

(75) <C Rahola> [(Sí, el senyor Serra)], mm, mm. Sí, el senyor Serra diu que han untat l'estat del benestar. Jo, més aviat, diria que Déu n'hi do

la feina que an fet per desballestar i per desmuntar l'estat del benestar. Miri, escolti'm, enyor Serra, vostès tenen un frau absolutament descontrolat, primer punt. Que, per cert, jo recordo una frase del senyor Leguina que deia que hi havia mesures diferents de combatre els fraus segons les zones. Això ho va dir el senyor Leguina, que em sembla que és del seu partit, però, en tot cas, sobretot hi ha un frau enorme (<pronúncia emfàtica>) en el que són els grans processos especulatius, les grans fortunes, i, en canvi, són capaços d'arribar amb la lupa al pobre aturat que està fent la seva, la seva "d'aixons" de renda. El frau, primer, per tant, l'estat del benestar, per aquesta banda, se'ls escapa per totes bandes. Segona, duplicitat (<pronúncia emfàtica>) d'administracions. Vostès que: van fer i van muntar allò del "café para todos" i que sort que els hi va anar malament en la LOHAPA. **Miri**, desgraciadament, va ser el senyor Tomás y Valiente, i m'agradaria recordar-lo avui aquí, els qui els hi va aturar en el Tribunal Constitucional la LOHAPA, que déu n'hi do, llavors, van_ han mantingut un seguit de duplicitat d'administracions que són una autèntica sènia econòmica. Quantes administracions pateix, per exemple, Catalunya, cada ciutadà de Catalunya? [EG96, 0:21:33]

c) mudança do tema:

(76) <C Trias> [...] En aquest país, hi han tres milions i mig d'ad_ d'aturats, tenim el record d'atur d'Europa, i vostès, eh:, eh:, han contribuït, positivament (<pronúncia emfàtica>), a aquesta creació d'atur. Vostè sap (<pronúncia emfàtica>) que en aquests moments, durant aquest debat (<pronúncia emfàtica>), mentres dura, una hora o cent minuts, no sé quant dura, possiblement hi hauran cent vint (<pronúncia emfàtica>) treballadors més a l'atur? Durant aquest debat hi hauran cent vint treballadors més a l'atur. Vostès han aixecat el dèficit públic de forma que en aquests moments ens és difícil (<pronúncia emfàtica>) arribar a les condicions de Ma:stricht. **Miri**, els únics (<pronúncia emfàtica>) que podem garantir

l'estat de les pensions, que els pensionistes estiguin tranquils, som els homes i les dones del Partit Popular. Perquè, aplicant una política absolutament diferent, una política econòmica sanejada (<pronúncia emfàtica econòmica sanejada>) podrem fer créixer (<pronúncia emfàtica fer créixer>) el país, i creixent (pronúncia emfàtica) es crea ocupació, i creant ocupació es pot mantenir l'estat del benestar. D'altra manera, d'altra manera és impossible. I hem d'acabar amb na cosa, també, senyor Serra, que vostè dirà que és pintura negra. No és intura negra, hem d'acabar (<pronúncia emfàtica hem acabar>) amb la (corrupció (<pronúncia emfàtica>) que augmenta)] [EG96, 0:10:18]

d) introdução de um argumento:

(77) <C Espasa> [(No, no, no, si em sembla bé que hi hagi l'AVE. No critico l'AVE, critico la oportunitat)] del primer trajecte a fer. Home, si a Madrid hi ha quatre millions d'habitants i a Barcelona n'hi ha quatre, és evident que la connexió primera amb alta velocitat era Madrid-Barcelona, [(això:, això cau pel propi pes)].
<C Borrell> [(Si vol parlem d'aquest tema)], si vol parlem d'aquest tema monogràficament. La millor explicació que hi ha sobre aquest tema l'ha donat un català, diguent que_ **Miri**, parli amb qualsevol enginyer ferroviari, amb qualsevol expert en transport, i li dirà que a l'any vuitanta-sis, vuitanta-set, vuitanta-vuit la inversió ferroviària prioritària a Espanya era Despeñaperros, cent vint per cent d'ocupació, tots els ports del sud passant per un coll de botella, no hi havia cap dubte que el tren que es tenia que fer era el Madrid-Sevilla. [(Com fer-lo?)]. [EG93, 0:13:44]

e) introdução de contra-argumento:

(78) <C Moderadora> Hi havia... tothom havia demanat una: una altra intervenció. Jo sí que els pregaria que ara fos una intervenció d'un minut, en qualsevol cas, perquè si no, no ens donarà temps a tractar tot el que volem tractar. Angel Co-

lom (ha)via estat el primer que havia demanat la paraula.

<C Colom> Sí, només per precisar. El candidat senyor Pujol ha parlat, sempre ens té acostumats a dir que Catalunya va bé, que va millor. **Escolti'm**, expliqui'ls, si us plau, als pagesos del sector lleter de tot Catalunya com està anant... o als pagesos del sector de la fruita seca o, fins i tot, vagi al Penedès, que segur que ja ha anat, i expliqui: als a tot el sector vitivinícola com estan les coses actualment. O als pescadors, o expliqui-ho també... a aquests set-cents cinquanta mil ciutadans que, segons un estudi recent, viuen, que viuen a Catalunya, que cobren a l'any menys de cinc-cents mil pessetes d'ingressos, és el límit que la Comunitat Europea considera de pobresa relativa, més d'un dotze per cent de la població. [EA92, 0:42:03]

Entre essas possibilidades, foi estabelecida uma gradação que parte de uma subfunção com caráter mais neutro, como a de introdução do tema, até outra mais subjetiva, como a contra-argumentação.

Os dados mostram que a frequência de ocorrência de *miri*, *escolti*, *a veure* e *aviam/viam* na função geral de desenvolvimento do tema é muito relevante. Entre as subfunções, os resultados apontaram que a contra-argumentação exerce papel bastante relevante nesse contexto de debate político.

A segunda função pragmático-discursiva identificada pela autora para os MDs é a de indicadores de relações de poder estabelecidas entre os participantes do debate eleitoral. Essa função está intimamente relacionada à polidez, já que os MDs caracterizam-se por introduzir atos que fundamentalmente ameaçam a imagem do interlocutor e mostram também as relações de poder que se estabelecem entre os participantes do debate. Segundo a autora, quanto à polidez, os MDs derivados de verbos de percepção introduzem principalmente atos que ameaçam a imagem positiva do O, atos ameaçadores da imagem negativa do O e atos neutros.

Os eventos de descortesia podem ser agrupados também num gradiente que parte de atos de menor a maior descortesia, os quais se manifestam por meio de: discórdia, interrupção, refutação, réplica, crítica, acusação, insulto, injúria e sarcasmo.

Observe o exemplo a seguir em que *miri* introduz uma crítica:

(79) <C Serra> En el senyo:r Molins li diré que ells volen ser la clau, però no saben (<pronúncia emfàtica però saben>) quina porta volen obrir, la del poder del PP, ja ho donen per fet. **Miri**, eh:, senyor Molins, quan es negocia rendir (<pronúncia emfàtica>) sense lluitar, el preu que és l'únic que estan pensant, quin seria el preu del suport, es negocia a la baixa. I:, en el senyor Trias, a aquesta dreta que pot guanyar i que hem d'evitar (<èmfasi sil·làbic>) que guanyi el dia 3, li dic: com que no passarà res si vostè guanya? Com que no passarà res? (<pronúncia emfàtica Com res>) Com no pot passar res si vostès posarien [(al govern persones com)] [EG96, 1:50:11]

Constatou-se que, quantitativament, a maioria dos MDs investigados é empregada para introduzir atos ameaçadores da imagem positiva do O. Nesse sentido, no gradiente de subfunções de descortesia agrupado por Marin Jordá (2003), os atos de crítica, acusação e refutação respectivamente são os atos ameaçadores da imagem positiva do O que os MDs analisados mais frequentemente introduzem. As críticas são introduzidas principalmente por *miri* e *aviam*.

Dentre os atos ameaçadores da imagem negativa do O, situam-se a ordem e a exortação. Trata-se de atos que ameaçam a imagem negativa do O, como sugestões, lembretes, repreensões, ordens e desafios, os quais foram dispostos num gradiente de menor a maior imposição. Observe um exemplo em que *miri* introduz uma ordem para o interlocutor:

(80) <C Espasa> Digui'm sí o no, desapareix o no? [(Desapareix la nacional dos com a nacional?)]

<C Borrell> [(No:, no desapareix la nacional dos)]. No:, naturalment que no desapareix. I **miri**, agafi un mapa (¿zzzz?) i ho mirarà.

<C Espasa> com pot ser que no desapareixi si s'està construint una autopista.

[EG93, 0:21:48]

Para a função de exortação, foi encontrado somente um contexto em que o MD *a veure* ocorre no *corpus* investigado. Vejamos:

(81) <C Sandoval> [(hi ha una mala gestió, home)] hi ha una mala gestió, [(no ens emparem sempre en el tema del finançament)]

<C Pujol> [(i que: els comunistes no volien votar)]. Però perdo:ni
 <C Moderadora> **A veure**, un moment, senyora Sandoval, deixi que acabi i
 [(després podrà parlar)]
 <C Pujol> [(segueix sent un pressup_ un finançament)] no prou bo. [EA92, 1:33:29]

Os resultados apontam que, em menor proporção do que os atos ameaçadores da imagem positiva, os MDs são empregados para introduzir atos ameaçadores da imagem negativa do O. *Escolti* e *miri* destacam-se como MDs mais utilizados na introdução de ordens.

Por fim, os MDs introdutores de atos neutros do ponto de vista da descortesia, os quais não comprometem a imagem do interlocutor, são aqueles que não exigem quaisquer ações atenuadoras e são empregados pelo F para organizar seu próprio discurso. Também se inserem naqueles contextos em que o F apresenta uma justificativa diante de uma crítica recebida, como exemplificado a seguir:

(82) <C Serra> ...única força política que està en contra de tots els demés en e:l hemicicle parlamentari (<pronúncia emfàtica, gairebé cridant És parlamentari>). I ara quan vostè ha dit, eh:, la culpa la tenen...perquè tenen una escletxa oberta a la negociació, [(torna a utilitzar (<pronúncia emfàtica>))] [parla algú més però no se sap qui és ni s'entén el que diu], el terrorisme en_ em_ en benefici seu. **Miri**, [(estem en el Pacte d'Ajuria Enea)],
 <C Moderadora> [(Senyor Serra)]_
 <C Serra> ...el Pacte de Madrid i no negociarem mai (<pronúncia emfàtica no mai>) perquè estem vigilats per ells (<assenyala la resta de participants amb el dit>) mentre no deixin de matar, i això ho farem tots (<pronúncia emfàtica això tots>) els demòcrates que estem en el Pacte d'Ajuria Enea i de Madrid. [EG96, 1:36:40]

Ou quando se pretende enaltecer um parceiro do ato conversacional ou até mesmo aqueles que não estão presentes (como os eleitores, por exemplo). Dentre os atos enaltecedores, destacam-se: elogios, felicitações e reconhecimentos. Observe o exemplo:

(83) <C Moderador> D'acord. Senyor Borrell.

<C Borrell> **Miri**., el tema de la corresponsabilitat fiscal, si alguna possibilitat té de tirar endavant, és gràcies als socialistes catalans, no s'arribarà a bon port si no és gràcies a nosaltres, gràcies als diputats socialistes de Catalunya, i gràcies al plantejament polític que hem fet, fem i farem els socialistes de Catalunya. Es pot cridar tot el que vostès vulguin, es pot dir el concert basc, a l'hora de la veritat, qui es mulla, qui és capaç de crear un consens territorial amb el conjunt de les comunitats autònomes, som nosaltres. [EG93, 0:34:27]

Os MDs introdutores de atos neutros não ocorrem muito frequentemente, mas os que se destacam nessa função são *aviam* e *a veure*.

4.5.5 Os MDs galegos 'olla' e 'mira'

Dominguez Portela (2008)²⁰¹ observou que *olla* e *mira* sofreram alteração categorial e migraram de verbo a MD em galego. A fim de contribuir para definição do funcionamento dos MDs, procedeu à análise contrastiva de *olla* e *mira* em três línguas: português²⁰², galego e espanhol. Embora não apresentem a mesma importância de uso no galego, *olla*, como MD, desenvolve-se também no português (*olha*), enquanto *mira*, por sua vez, ocorre somente no espanhol. Os dados analisados pela autora revelaram que *mira* é muito mais produtivo em galego do que o MD *olla*.

Foi delimitada uma série de aspectos semânticos e sintáticos por Dominguez Portela (2008) que podem contribuir para definir o funcionamento dos MDs *olla* e *mira* em galego, os quais a autora passa a apresentar.

²⁰¹ A fonte de investigação de Dominguez Portela (2008) para os MDs em galego é proveniente do *corpus* Tesouro Informático da Língua Galega (TILG), disponível em: <<http://www4.usc.es/TILG/>>. Os dados de análise dos MDs do português de Portugal foram extraídos do *Corpus Oral Português Fundamental* do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Por fim, os dados dos MDs em espanhol derivam dos artigos de Martín Zorraquino e Portolés (1999) e Gallardo Paúls e Marín Jordá (2005).

²⁰² Neste trabalho, Dominguez Portela (2008) faz referência à pesquisa de Rost (2005), mas a adota apenas como fonte bibliográfica. Na sua análise, considerou exclusivamente o *Corpus Oral Português Fundamental* do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, coordenado por Maria Fernanda Bacelar do Nascimento (1987). A análise de Dominguez Portela, portanto, contrasta somente o uso do MD *olha* do português de Portugal com o galego *olla*.

Quanto ao estilo de língua, *olla* e *mira* são MDs próprios de contextos coloquiais, tendo em vista que também foram escassos os registros desses MD empregados em estilo formal.

No plano do significado, Domínguez Portela (2008) mostra que a escolha de *olla* ou *mira* responde à necessidade de o F captar a atenção do O basicamente em dois níveis: sobre o receptor ou sobre a informação, os quais apresentam diferentes subvalores, a saber:

- começar nova conversação para informar sobre algo que considera relevante: “**Olla**, cretino Amado: rematou a Asamblea” (Méndez Ferrín, 1980, p. 28 *apud* DOMINGUEZ PORTELA, 2008).

Também ocorre com bastante frequência introduzindo pergunta: “E **olla** unha cousa, ¿ese Don Erno teu castigá tamén cando bafordas mal?” (CABANA, 1996, p. 73 *apud* DOMINGUEZ PORTELA, 2008) ou advertência, conselho ou aviso:

(84) **Olla**, Garela, millor será que cales e que non me fagas falar (BLANCO AMOR, 1974, p. 27 *apud* DOMINGUEZ PORTELA, 2008).

(85) —¿Vedes alguén? —Non, seguíde —**Mira** que avisedes, poñen multa de quinientas pesetas (TORRES, 1971, p. 106 *apud* DOMINGUEZ PORTELA, 2008).

- responder pergunta de outro:

(86) ¿Que por qué falo deste xeito... cando pertence á gramática non a un libro de «pasá-lo tempo»? Pois **olla**, fun a Madrí onde fan os presidentes que as sobriñas e os parentes, sen poñer nada de si, poidan amosa-los dentes (BARXA IGLESIAS, 1984, p. 11 *apud* DOMINGUEZ PORTELA, 2008).

- ou buscar atuação consecutiva no receptor, já que domina a função apelativa no discurso: “¿Non, co fol non que espallas a borralla... **olla** como espallas a cinza que voa emporcallando todo!” (DÍAZ FERNÁNDEZ, 1985, p.87 *apud* DOMINGUEZ PORTELA, 2008).

Domínguez Portela (2008) justifica que, por isso, sua função neste nível chega próximo a dos organizadores do discurso, ou seja, não só modalizam o que se diz, mas também o hierarquizam dentro da conversa.

Por outro lado, quando o focalizado é a informação, a chamada de atenção é sobre o dado em si mesmo. Pode-se querer destacá-lo por diferentes razões, para:

- reafirmar a intensidade, grau ou importância da mensagem que se acaba de dar:

(87) **Olla** o bonito que es (LEDO ANDIÓN, 1985, p. 95 *apud* DOMINGUEZ PORTELA, 2008).

(88) **Mira** que hai xente pesada, machuca que machuca co tema (TORRES, 1971, p. 23 *apud* DOMINGUEZ PORTELA, 2008).

- transmitir espanto ou surpresa – negativa ou positiva, segundo o contexto – que produz uma informação no receptor: estupefação. Vejamos os exemplos:

(89) **Olla** o que di este télex (CID CABIDO, 1988, p. 125 *apud* DOMINGUEZ PORTELA, 2008).

(90) Pero **mira**, eu cando lle (ó meu irmán) vin o paraguas, no baile, co paraguas, no baile, co paraguas colgado por atrás, mira, aquilo, aquilo, aquel... (REGUEIRA FERNÁNDEZ, 1989, p. 31 *apud* DOMINGUEZ PORTELA, 2008).

- diminuir a dramaticidade ou suavizar o incômodo que pode produzir o que se vai dizer ao emissor e/ou ao receptor, pelo fato de a nova informação se opor à opinião do outro ou por que não é esperada: “**Olla**, non sei. O Xacinto di que non fixeron ningún mal” (RODRÍGUEZ TRONCOSO, 1996, p. 57 *apud* DOMINGUEZ PORTELA, 2008).

- focalizar a informação por ser o dado final, a conclusão de uma exposição: “**Olla**: tes razón cando dis que eu soio nascín pra traballar” (CATOIRA, 1977, p. 51 *apud* DOMINGUEZ PORTELA, 2008).

- ou destacar a explicação ou argumentação para guiar a compreensão do receptor, já que o emissor considera que o exposto não está claro: “¿Non se louvaban de portarme e seren meus parentes? E **olla** que a min pouco me estraña que non quixesen escoitar o que ti lles pedías” (CABANA, 1996, p. 163 *apud* DOMINGUEZ PORTELA, 2008).

Dentre os subvalores apontados por Domínguez Portela (2008), os resultados revelaram que *olla* como MD de surpresa é mais recorrente. Por fim, outro aspecto que chama a atenção na investigação da autora é a incapacidade de *mira* aparecer como construção negativa, como no exemplo a seguir:

(91) ¿Cómo che farei entender o que pasa?...

Mira: os pais de Manoliño deben moitos cartos (Moure Mariño, 1971, 35).

*¿Cómo che farei entender o que pasa?... **Non mira:** os pais de Manoliño deben moitos cartos.

4.6 Fechando o capítulo

Nesta seção, caracterizamos de modo geral os MDs, segundo diferentes bases teóricas e procedimentos metodológicos. Em resumo, os estudos evidenciam o princípio da conectividade dos MDs, bem como os aspectos pragmáticos envolvidos nas práticas discursivas. Destacamos principalmente a abordagem de Schiffrin (1987, 2003), embora a própria autora reconheça sua perspectiva como “simples” e “modesta”, visto que, de modo abrangente, consegue dar conta de um número de elementos heterogêneos do ponto de vista gramatical, mas que constituem uma classe funcional com papel comunicativo importante, especialmente porque lida com a linguagem oral. É nesse rol de elementos heterogêneos, como vimos, que podemos inserir, na abordagem de Schiffrin (1987, 2003), os MDs **olha** e **vê**.

Na seqüência, vimos que o cotejo das diferentes abordagens apresentadas permitiu extrair aspectos convergentes e divergentes das análises dos MDs com vistas a verificar qual enfoque (ou quais) mais se ajusta à caracterização dos MDs **olha** e **vê**. Na tentativa de compor um fio condutor comum às abordagens apresentadas, nesta tese, adotamos a definição de Marcuschi (1989) e Görski, Rost e Dal Mago (2004): MDs são elementos lingüísticos, lexicalizados ou não-lexicalizados, variáveis e multifuncionais. “Amarram o texto não só enquanto estrutura verbal cognitiva, mas também como estrutura de interação interpessoal” (URBANO, 1993, p. 85). Podem, portanto, articular diferentes valores: “tanto de caráter textual – estabelecendo elos coesivos entre partes do texto, como interpessoal, mantendo a interação F/O e auxiliando no planejamento da fala.”

Em seguida, descrevemos, segundo a literatura, as características formais e funcionais dos MDs. Em termos de traços gerais, vimos os apontados pela GTI como pertinentes à descrição de **olha** e **vê**. Como se observou, as categorias que derivam MDs apresentam uma lista bastante extensa e diversificada, o que tem gerado, muitas vezes, dificuldade conceitual, uma vez que há mais elementos a serem inseridos e os critérios nem sempre são homogêneos. Por outro lado, os autores convergem também em relação ao fato de que, embora os MDs possam ser sintaticamente descartáveis, são discursivamente importantes. Quanto à constituição formal, verifica-se que a maioria dos MDs constam de uma palavra, normalmente breve, ou de várias (compostos ou oracionais).

Quanto aos aspectos fonético-fonológicos e morfossintáticos, acreditamos, com base em Scherre *et al.* (2000), que todos os usos são motivados e que alguns desses fatores possam também se correlacionar com as formas de expressão de cada um dos itens em análise nesta tese. Além disso, a depender da forma e da categoria de origem do MD, este pode ser tanto átono como tônico. No caso deste último, pode situar-se acerbado de pausas ou possuir curva entonacional própria.

A posição inicial, muitas vezes invocada como uma característica básica dos MDs (cf. SCHIFFRIN, 1987; FRASER, 1999; RISSO; SILVA; URBANO, 1996, 2006), não é uma característica permanente visto que dependerá do contexto que tomamos para análise. Assim, dada a complexidade de fatores envolvidos na conversação, o recorte frasal como postulado pela tradição gramatical dificilmente dá conta de dados pragmático-textuais. Portanto, em se tratando da identificação da unidade de análise para descrição dos MDs **olha** e **vê**, elegemos uma porção textual-discursiva ampla centrada no tópico discursivo.

Posteriormente, restringindo o campo de atuação desses itens, identificamos formas e funções dos MDs derivados de verbo de percepção visual com base em estudos em cinco línguas românicas. Em resumo, o levantamento de particularidades morfossintáticas e fonético-fonológicas dos itens permitiu identificar algumas semelhanças nas línguas como a fixação em P2 do imperativo; em algumas, a redução fonética; o predomínio da posição inicial; e, no caso das formas irregulares (*vois* e *ver*), a conservação de traços de sua origem verbal (preenchimento do pronome sujeito e permanência do sufixo *-s*).

A apuração da origem dos verbos de percepção visual, com base no levantamento bibliográfico realizado, evidencia o desgaste semântico do item lexical (percepção física > ação mental). Decorre desse significado abstrato os usos como MD no levantamento de estudos das cinco línguas românicas.

5

METODOLOGIA

Neste capítulo, passamos a descrever as etapas metodológicas da pesquisa: a primeira, caracterizada como uma abordagem basicamente funcionalista, contempla o mapeamento da multifuncionalidade dos MDs **olha** e **vê**, envolvendo ainda a identificação do(s) domínio(s) funcional(is) em que as formas convivem como camadas de um mesmo domínio; e na segunda, de cunho variacionista, dispensamos um tratamento estatístico aos dados com vistas a descrever os contextos de uso de cada uma das formas supostamente em competição. Após a descrição das etapas metodológicas, caracterizamos o *corpus* sincrônico e o diacrônico do qual extraímos os dados para análise, definimos os instrumentos de coleta e o Programa estatístico empregado no tratamento dos dados. Por fim, elencamos os grupos de condicionadores lingüísticos e extralingüísticos controlados na amostra sincrônica.

5.1 Etapas metodológicas da pesquisa

Como antecipamos, a tese é desenvolvida em duas etapas: a etapa funcionalista da análise seguirá a seguinte direção: a) levantamento dos dados no *corpus* sincrônico e mapeamento da multifuncionalidade dos itens; b) verificação, num recuo gradativo no tempo, em que medida as funções detectadas no uso atual também aparecem numa perspectiva diacrônica; c) busca de indícios de etapas de um processo de mudança funcional de cada um dos itens, tentando identificar o(s) contexto(s) de uso de **olha** e **vê** como MDs. Para essa busca diacrônica, parte-se do pressuposto de que, em seu funcionamento atual, os diferentes padrões de uso carregam parte da história semântica dos itens. Nesse sentido, a identificação dos múltiplos usos recentes auxilia no diagnóstico da história inicial do material analisado²⁰³. Por fim, d) identificação do(s) domínio(s) funcional(is) em que os itens competem para representar o

²⁰³ Conforme lembra Faraco (2005), o estudo do presente para iluminar o passado e a volta ao passado para iluminar o presente são vias que se complementam no estudo de fenômenos de variação e mudança.

domínio. O foco aqui é a trajetória de mudança de cada um dos itens sob análise, tentando captar o gradiente, mesmo que sutil, das mudanças semântico-pragmáticas; e a identificação de etapas de coexistência das formas num mesmo domínio funcional.

Na perspectiva *funcionalista*, nos ancoramos nas seguintes premissas, com base em Bybee, Perkins e Pagliuca (1994) e Bybee (2003): (i) mais importante do que analisar os itens isoladamente, é estudar os diferentes usos como se fossem conexões em cadeia, um dando origem a outro; (ii) a análise dos itens em diferentes contextos, captando mudanças em curso ainda sutis, pode iluminar mecanismos de mudança que originam novas categorias gramaticais; e (iii) a emergência de padrões gramaticais pode ser captada a partir da frequência de uso em diferentes contextos discursivos (cf. GÖRSKI, 2006).

Na etapa *variacionista*, nos deteremos na análise sincrônica, quantificando as ocorrências e identificando os fatores condicionadores dos usos variáveis, quando detectarmos que os itens funcionam como variantes de uma variável lingüística (em termos funcionalistas: como camadas de um mesmo domínio funcional). O foco aqui é a competição entre as formas para codificar um mesmo significado/função em um mesmo contexto discursivo. Nessa etapa, poderemos agrupar as diferentes funções, bem como outras variáveis independentes cujos fatores estejam distribuídos num contínuo, amalgamando fatores de modo a operacionalizar com mais eficiência o pacote estatístico para análise da variável em estudo.

No tratamento analítico de nossos dados, levamos em conta que se trata de multifuncionalidade de itens lexicais em processo de mudança (léxico > gramática), e que a conjugação das duas possibilidades metodológicas só vai enriquecer a descrição do funcionamento dos itens **olha** e **vê**.

Para a primeira etapa, examinaremos tanto o *corpus* sincrônico como o diacrônico (descritos a seguir), com vistas a delinear a possível trajetória dos usos de **olha** e **vê** numa perspectiva de mudança por gramaticalização. Para a segunda etapa, nos valeremos prioritariamente do *corpus* sincrônico, fazendo análise em tempo aparente. Não lançaremos mão dos dados diacrônicos nesse momento, pois as ocorrências dos itens sob análise foram relativamente escassas para receberem um tratamento estatístico variacionista na amostra escrita.

5.2 Corpus

5.2.1 Corpus sincrônico: o banco de dados do Projeto VARSUL

O VARSUL²⁰⁴ foi implementado por quatro instituições do Sul do Brasil: inicialmente UFRGS, UFSC e UFPR, e, posteriormente, em 1994, houve a inserção da PUCRS. Uma das metas do grupo de pesquisa é a descrição da variedade lingüística urbana do português falado na Região Sul para comparação com resultados de outras regiões brasileiras. Para isso, conta com entrevistas gravadas de acordo com a metodologia sociolingüística, com informantes nativos de doze cidades, estratificados igualmente por etnia, idade, sexo e escolaridade. O modelo de entrevistas sociolingüísticas adotado pelo projeto é o de Labov ([1972] 2008, 1981) e visa a diminuir o *paradoxo do observador*²⁰⁵.

As entrevistas, colhidas entre 1990 e 1996, estão transcritas em três linhas segundo um sistema próprio do Projeto VARSUL. Na primeira linha, foi registrada a sintaxe real da fala do informante, considerando hesitações e interrupções; na segunda, foram assinaladas as pausas e os aspectos fonéticos variáveis; por fim, na terceira linha, foi efetivada a classificação morfossintática bem como a marcação de aspectos prosódicos relevantes.

Para efetivarmos a investigação sincrônica, são utilizadas três amostras, totalizando 140 entrevistas do banco de dados VARSUL, conforme descritas a seguir.

A primeira amostra de dados de fala de informantes (doravante amostra 1F) é composta por 24 entrevistas de quatro localidades do estado de Santa Catarina: Florianópolis (colonização açoriana), Blumenau (colonização alemã), Chapecó (colonização italiana) e Lages (núcleo descendente de gaúchos: caminho dos tropeiros RS ↔ SP). Objetivamos, com a análise dessa amostra, descrever o funcionamento dos itens **olha** e **vê**, verificar se as formas se encontram em variação e em que domínio(s) isso ocorre.

²⁰⁴ Para mais detalhamento acerca da constituição do VARSUL, consulte Vandresen (2005), Bisol (2005) e Costa (2005) ou o site do Projeto em <www.cce.ufsc.br/~varsul/>.

²⁰⁵ O paradoxo do observador decorre do método em que a fala, nas narrativas orais, especialmente as entrevistas sociolingüísticas, é coletada. Labov ([1972] 2008, p. 244-245) recomenda que se rompam os constrangimentos da situação de entrevista e se permita que o mínimo de atenção seja dado ao monitoramento da fala. Assim, tenta-se reduzir ao mínimo o efeito da observação sistemática do lingüista de campo.

As entrevistas de cada uma das cidades catarinenses estão estratificadas igualmente por idade (A = 25 a 49 anos; B = mais de 50 anos), gênero/sexo (M = masculino; F = feminino) e escolaridade (P = primária; G = ginásial; C = colegial)²⁰⁶, perfazendo 96 informantes, conforme quadro 7 a seguir:

Localidades		Blumenau			Chapecó			Florianópolis			Lages		
Escolaridade		P	G	C	P	G	C	P	G	C	P	G	C
Idade	Gênero												
A	M	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
	F	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
B	M	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
	F	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Total parcial	M	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
	F	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Total		24			24			24			24		
Total de 96 informantes													

QUADRO 7 - DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA 1F POR CIDADE

FONTE: A autora (2009)

A segunda amostra desta pesquisa (doravante amostra 2F) se compõe somente de entrevistas dos informantes de Florianópolis, descendentes de açorianos, visto que, após a primeira fase de coleta de dados do Projeto do VARSUL, fundada em 1996, foram inseridas novas entrevistas²⁰⁷, ampliando a faixa de idade (C = 07 a 14 anos²⁰⁸; J = 15 a 24 anos; A = 25 a 49 anos; B = mais de 50 anos) e a de escolaridade (P = primária; G = ginásial; C = colegial; U = universitária), totalizando 44 informantes, conforme quadro 8, a seguir:

²⁰⁶ De acordo Knies e Costa (1996), *escolaridade primária* envolve de 4 a 5 anos de instrução; *ginásial*, de 8 a 9 anos de escolaridade; e *colegial* de 10 a 11 anos de escolarização.

²⁰⁷ “O banco foi acrescido de outras amostras referentes às localidades de Ribeirão da Ilha (Florianópolis, colonização açoriana) em 1996, São José do Norte/RS (colonização açoriana) em 2000, e Barra da Lagoa (Florianópolis, colonização açoriana) em 2001, entre outras.” (BRESCANCINI, 2002, p. 20).

²⁰⁸ É importante registrar o seguinte: no projeto de tese, apresentado na banca de qualificação em junho de 2008, prevíamos a análise da amostra da faixa de 7-14 anos, coletada no período de 2000 a 2002, pelas pesquisadoras Márluce Coan, Adriana Gibbon, Maria Alice Tavares e Mariléia Reis, a partir dos moldes delineados pelo Projeto VARSUL (COAN, 2003). No entanto, no rastreamento dos MDs nas entrevistas dessa faixa etária, infelizmente não houve produção de nenhum dos itens. Quanto à faixa etária dos jovens e ao grupo dos universitários, essa expansão do banco está sendo feita nas três capitais do Sul, mas não nas cidades do interior dos respectivos estados.

	Escolaridade							
	P		G		C		U	
Idade / Sexo	M F		M F		M F		M F	
J	2	2	2	2	2	2	-	-
A	2	2	2	2	2	2	2	2
B	2	2	2	2	2	2	2	2
Total parcial	6	6	6	6	6	6	4	4
Total	12		12		12		8	
Total de 44 informantes								

QUADRO 8 - DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA 2F

FONTE: A autora (2009)

Essa coleta adicional do VARSUL em Florianópolis permite que se proceda a uma análise do funcionamento dos MDs em tempo aparente, pois, ao se incluir a faixa etária de 15-24 anos, pode-se verificar se há indícios de mudança em progresso no uso de **olha** e **vê**. Conforme Paiva e Duarte (2003), sob a perspectiva laboviana, cada geração reflete um estágio de língua, com os grupos etários mais jovens introduzindo novas alternantes que, gradativamente, substituirão aquelas que caracterizam o desempenho lingüístico dos falantes das faixas etárias mais avançadas. Por outro lado, sob a perspectiva funcionalista, a distribuição em tempo aparente pode ser indício de “gramaticalização em andamento” (cf. ANDROUSTOPOULOS, 1999 *apud* GÖRSKI; TAVARES, a ser publicado)²⁰⁹.

Além da variável faixa etária, a coleta adicional do VARSUL em Florianópolis também visou contemplar a ampliação dos níveis de escolaridade dos entrevistados. É de conhecimento comum que, na medida em que há aumento na escolarização, existirão mudanças na escrita e na fala das pessoas, ampliando-se o uso de formas de prestígio. Como a tradição gramatical e os manuais de oratória tendem a estigmatizar o uso de MDs em geral, tratando-os como “vícios de linguagem” e formas vazias e retardatárias do discurso, pode ocorrer diminuição na frequência dos MDs, proporcional ao aumento da escolarização. É o que aponta Freitag (2007b, p. 31):

A motivação para o uso destas estruturas é funcional, porém [seu uso é] estigmatizad[o]. A origem do estigma que recai sobre os marcadores discursivos começa na escola. Por não serem

²⁰⁹ Voltaremos a essa discussão quando tratarmos da variável *idade* no capítulo 7.

normatizados, em aulas de língua portuguesa, os marcadores discursivos costumam ser alvo de repúdio, por parte dos professores ou até mesmo pela instituição.

Por fim, utilizamos, também do Projeto VARSUL, uma amostra complementar constituída pelas entrevistas de Curitiba (doravante amostra 3F). Em face da natureza do objeto em estudo, que, num determinado ponto do seu processo de mudança funcional envolve o modo verbal imperativo e as formas pronominais de P2, pretende-se verificar se o uso dos MDs é sensível a fatores de natureza geográfica, notadamente pelo fato de se saber que, nos dados de Curitiba, não há nenhuma ocorrência do pronome *tu* (cf. MENON; LOREGIAN-PENKAL, 2002; LOREGIAN-PENKAL, 2004). A estratificação social dessa amostra complementar pode ser visualizada no quadro 9. Nessa fase, será feita análise comparativa entre os dados das quatro cidades catarinenses e de Curitiba.

	Escolaridade					
	P		G		C	
Idade \ Sexo	M	F	M.	F	M	F
A	2	2	2	2	2	2
B	2	2	2	2	2	2
Total Parcial	4	4	4	4	4	4
Total	8		8		8	
Total de 24 informantes						

QUADRO 9 - DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA 3F

FONTE: A autora (2009)

5.2.2 *Corpus* diacrônico: peças teatrais escritas por catarinenses nos séculos XIX a XX

Em se tratando da investigação de MDs, Waltereit (2002) destaca que a pesquisa diacrônica por vezes tende a ser negligenciada devido à alta recorrência dessas formas na fala e à dificuldade de registro e coleta de dados orais dos séculos anteriores. Resta-nos a opção de recorrer à escrita, pois se objetiva coletar vestígios dos contextos em que as formas verbais imperativas **olha** e **vê** migram de categoria e passam a ser empregadas como MDs, bem como se espera, ao incorporar dados de diferentes épocas, verificar indícios do desenvolvimento conjunto e individual das formas sob análise, considerando a mudança semântico-pragmática e categorial por que passaram esses itens.

Em francês, a análise diacrônica empreendida por Dostie em textos literários revelou que *regarde*, conforme exemplo (91), aparece no século XVII, o que significa que já devia estar em uso, na fala, no século XVI. Também atesta, nos exemplos (92) e (93), a presença, no século XVII, de *regardez* coocorrendo com *regarde*. Esses empregos, ressalta a autora, também se mantêm na atualidade no francês de Quebec. Vejamos os exemplos:

(91) Prends y esgard, et entends leurs propos:
 Tu ne veis oncq' si differents suppostz,
 Approche toy pour de plus pres le veoir,
Regarde bien: je te fais assçavoir,
 Que ce mordant, que l'on oyt si fort bruyre,
 De corps, et biens veult son prochain destruire.
 Ce grand criart, qui tant la gueulle tort,
 Pour le grand gaing tient du riche le tort.
 (C. Marot, 1496-1544, *Oeuvres poétiques*, 2 apud
 DOSTIE, 2004, p. 118)²¹⁰.

(92) Je demanderay à parler à Alerio, et le tue-
 ray sans faillir luy presentant quelque lettre, puis

²¹⁰ “Leve isso em consideração e ouça os propósitos deles:
 Você nunca vê tão diferentes cúmplices.
 Aproxime-se para mais de perto vê-los,
 Olhe bem, eu te faço saber,
 Que esse bandido, que se ouve tão fortemente gritar,
 De corpo e bens quer seu próximo destruir.
 Esse grande berrador, que tanto a garganta retorce,
 Para seu grande proveito, provoca do rico o prejuízo”.

tascheray de sortir de chez luy, car j'en suis une fois dehors, je ne craindray pas seulement le diable, ayant le roy pour suport, qui me tirera des mains des juges. Or parce qu'il me semble que je ferois mon coup plus seurement si j'avois un compaignon qui amusast. Alerio à quelque chose pendant que je m'efforcerois de le frapper, et qui m'aydast aussi à resister à ses gents qui possible se jetteront dessus moy, je te demande si tu veux estre de la partie. **Regarde**, tu auras la moitié du gain.

Comme j'eus ouy ces propos je fus plusieurs fois em deliberation de teur ce traiste qui attentoit si librement sur ma vie, mais la crainte d'estre trouvé em cet acte, et d'estre mené em prison, ou j'eusse este reconneu, fit que je n'obeïs pas à ce desir de vengeance [...] (C. Sorel, 1627. *O pastor extravagante apud* DOSTIE, 2004, p. 118)²¹¹.

(93) Vous ne serez jamais digne d'entrer au temple d'Astree, si vous n'avez gardé la fidelité à vostre maistresse. J'ay long-temps escouté vostre dispute, mais je n'y entendray rien si vous ne m'apprenez vostre histoire, et ne me contez chacun vos raisons. **Regardez**, ne voulez vous pas suivre les loix pastorales, et prende un berger pour arbitre de vostre differend sans aller despencer vostre argent avec les praticiens de ce pays? Ainsi Silvandre jugea le procez intervenu entre Laonice et Tyreis, et Leonide celuy de Celidee, de Thamyre et de Calidon, et celuy d'Adraste et de Doris; et Diane celuy de Phillis et de Silvandre. [...] (C. Sorel, 1627, *O pastor extravagante apud* DOSTIE, 2004, p. 118)²¹².

²¹¹ “Eu pedirei para falar com Alerio e o matarei sem falha, mostrando-lhe alguma carta, depois me apressarei em sair da casa dele, pois, uma vez estando fora, temerei somente o diabo, tendo o apoio do rei, que me tirará das mãos dos juízes. Ora, porque me parece que eu daria meu golpe mais certamente se eu tivesse um companheiro que distraísse Alerio com alguma coisa, enquanto eu me esforçaria em golpeá-lo, que me ajudaria também a resistir às pessoas que possivelmente se lançassem sobre mim, eu te pergunto se você quer fazer parte. *Olha*, você ficará com a metade do pagamento.

Tendo ouvido essa proposta, fui várias vezes com a deliberação de matar esse traidor que atentava tão livremente contra minha vida, mas o receio de ser descoberto nesse ato e de ser levado à prisão ou de ser reconhecido, decidi não obedecer a esse desejo de vingança [...]”.

²¹² “O senhor jamais será digno de entrar no templo de Astree, se o senhor não se mantiver fiel à sua senhora. Por muito tempo escutei as discussões de vocês, mas não saberei compreender

Labov (1982, 1994) reconhece as dificuldades envolvidas na tarefa de levantamento de registros escritos de épocas passadas:

[...] os dados, que são ricos em tantos sentidos, são pobres em outros. Documentos históricos sobrevivem por acaso, não por um desígnio intencional, e a seleção que está disponível é o produto de uma série imprevisível de acidentes históricos. As formas lingüísticas em tais documentos são freqüentemente distintas das vernaculares dos escritores, refletindo, ao contrário, esforços para capturar um dialeto normativo que nunca foi língua nativa de ninguém. Como resultado, muitos documentos são totalmente afetados com os efeitos de hiper-correção, mistura de dialetos e erros de escribas (LABOV, 1994, p. 11)²¹³.

Na tentativa de minimizar essa dificuldade e, portanto, “[...] fazer o melhor uso de maus dados” (LABOV, 1994, p. 11), trabalhamos com uma amostra diacrônica constituída por peças (manuscritas e editadas/publicadas) de autores catarinenses dos séculos XIX e XX, que apresentem, na medida do possível, linguagem próxima à fala da época, embora reconheçamos que não se trata de dados abundantes e que alguns aspectos interacionais não serão evidenciados devido às restrições impostas na transferência da modalidade oral para a escrita.

Por fim, a amostra (doravante amostra 4E) se constitui de 7 peças teatrais de autores catarinenses²¹⁴ do século XIX²¹⁵ e 10 do século XX,

se vocês não me explicarem a história de vocês e não me contarem cada um as suas razões. *Olhem*, não querem vocês seguir as leis pastorais e tomar um pastor como árbitro da querela de vocês sem gastar dinheiro com os práticos deste país? Assim Silvandre julgou o processo interposto entre Laonice e Tyrcis, o de Leonide e Celidee, o de Thamyre e Calidon, o de Adras-te e Doris; e o de Diane e Phillis [...]”

²¹³ “But the data that are rich in so many ways are impoverished in others. Historical documents survive by chance, not by design, and the selection that is available is the product of an unpredictable series of historical accidents. The linguistic forms in such documents are often distinct from the vernacular of the writers, and instead reflect efforts to capture a normative dialect that never was any speaker’s native language. As a result, many documents are riddled with the effects of hypercorrection, dialect mixture, and scribal error. [...]” (Tradução para o português de BERLINK, 2007, p. 11-12).

²¹⁴ A maior parte dos textos foi cedida pela Prof^a Dr^a Izete Lehmkhul Coelho (UFSC), coordenadora do projeto em andamento “Banco de dados diacrônicos de Santa Catarina”, vinculado ao Projeto VARSUL na UFSC. Colaboram na coleta das peças de teatro, doutorandos, à época (Isabel de Oliveira e Silva Monguilhott e Marco Antônio Martins) do curso de Pós-Graduação em Lingüística e graduandos do curso de Letras da UFSC. A maioria dos textos coletados para o projeto foi gentilmente cedida pela Prof^a Vera Collaço (UDESC), pela Prof^a. Zilma Nunes (UFSC) e pelo escritor e diretor de teatro Antonio Cunha. Também realizamos levantamento de

totalizando 17 textos²¹⁶. No quadro 10, a seguir, encontra-se a distribuição das peças teatrais de autores catarinenses investigadas.

algumas peças na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina e na Biblioteca Universitária da UDESC.

²¹⁵ No Anexo A, apresentamos breves informações sobre a biografia dos autores consultados.

²¹⁶ Controlamos, além da data/do século de publicação das peças, o ano de nascimento dos autores catarinenses investigados. É importante alertar que o “Banco de dados diacrônicos de Santa Catarina” ainda não dispõe de peças de teatro de autores catarinenses representativas de cada uma das décadas dos séculos XIX e XX. Portanto, para representatividade do século e do autor, embora o Banco disponha de mais peças do mesmo autor, localizamos apenas 17 textos de 17 autores catarinenses diferentes. Nossa intenção aqui é tomar um texto de cada autor para mostrar o comportamento dos MDs e se algum uso está mais centrado em um autor ou outro.

Séculos	Ano nascimento autor	Autor	Peça teatral	Ano publicação	Formato do texto	nº de páginas ²¹⁷
XIX	1829	CARVALHO, Álvaro Augusto de.	Raimundo	1868	edit./publ.	152
	1835	DUTRA, Antero dos Reis.	Brinquedos de cupido (Miscellanea)	1898	edit./publ.	33
	1841	COUTINHO, José C. de Lacerda.	A casa para alugar	1867	edit./publ.	26
	1853	LIVRAMENTO, Arthur Cavalcanti do.	Os ciúmes do capitão	1880	edit./publ.	30
	1855	PIRES, Horácio Nunes.	O idiota	1890	edit./publ.	35
	1857	SÃO THIAGO, Joaquim.	A engeitada	1930	edit./publ.	36
	1894	JUVENAL, Ildefonso.	A filha do operário	1942	edit./publ.	47
XX	1922	BRANDÃO, Arnaldo da Silveira.	A taverna do gato branco	1954	edit./publ.	37
	1939	AMORIM, Mauro Júlio.	O dia do javali	1983	manuscrito	94
	1943	BORELLI, Romário José.	O contestado	1972	edit./publ.	127
	1944	SOUSA, Augusto Nilton de.	Stradivarius	1993	manuscrito	64
	?	SILVA JÚNIOR, José Darci.	Em tua homenagem ou não	1984	edit./publ.	20
	1950	ROSA, Ademir.	Os lobos	1992	edit./publ.	31
	1959	NASCIMENTO, Iberê do.	Metacor	1983	edit./publ.	24
	1961	CUNHA, Antonio.	As quatro estações	1998	edit./publ.	41
	1962	BRÜGGEMANN, Fábio.	Prenome: Fausto	1993	edit./publ.	29
	1963	PAULA, Néri Gonçalves de.	Uma longa história de amor	1999	edit./publ.	24

QUADRO 10 - DISTRIBUIÇÃO DAS PEÇAS TEATRAIS, SEGUNDO O ANO DE NASCIMENTO DOS AUTORES E O ANO DE PUBLICAÇÃO DAS OBRAS (AMOSTRA 4E)

FONTE: A autora (2009)

²¹⁷ Como algumas peças de teatro apresentam número de páginas mais extenso, para que houvesse certo equilíbrio entre os textos, procedemos à captação do fenômeno numa extensão entre 20 a 40 páginas.

O quadro 11, a seguir, contém, resumidamente, o conjunto de amostras analisadas:

Amostras	Dados sincrônicos	Dados diacrônicos
Amostra 1F	VARSQL/SC (Florianópolis ²¹⁸ , Lages, Blumenau e Chapecó)	
Amostra 2F	VARSQL/capital (Florianópolis, com ampliação da faixa etária e da escolaridade)	
Amostra 3F	VARSQL/PR (Curitiba)	
Amostra 4E		Peças teatrais de autores catarinenses (século XIX a XX)

QUADRO 11 - SÍNTESE DA AMOSTRA PANCRÔNICA

FONTE: A autora (2009)

É importante notar que essa divisão nas amostras tem apenas caráter metodológico. Os dados da amostra sincrônica foram codificados em conjunto, e nas rodadas estatísticas é que foram efetuados os recortes, conforme o interesse da pesquisadora e as hipóteses testadas ao longo da tese.

5.3 Coleta de dados

Os instrumentos através dos quais foram obtidos os dados das entrevistas das amostras 1F a 3F são os Programas Editor e Interpretador VARSQL²¹⁹ elaborados pela Engesis Engenharia Ltda. de Porto Alegre. Esse Programa faz buscas nas entrevistas armazenadas e seleciona automaticamente as ocorrências e eventuais contextos que o pesquisador solicitar através de comandos específicos. O Programa realiza a busca

²¹⁸ Lembramos que a coleta de dados de MDs **olha** e **vê** em Florianópolis e em Curitiba já foi feita em Rost (2002). Nesta tese, ampliamos a coleta na capital catarinense, inserindo a faixa de escolaridade universitária e coletamos dados nas outras três cidades catarinenses. Também revisitamos todos os contextos analisados em Rost (2002) nos dados de Florianópolis e Curitiba, bem como testamos outros grupos de fatores como será visto mais detalhadamente no capítulo 7.

²¹⁹ Para mais informações sobre os Programas Editor e Interpretador VARSQL, consulte Knies (2005).

de palavras (ou seqüências de palavras) em um arquivo determinado. Ao finalizar a procura, fornece o número total de ocorrências e lista os números das linhas em que se encontram os registros. O resultado são arquivos em formato de .TXT, .WTX e .TEX.

Além da localização dos contextos por meio do Programa e embora as entrevistas do VARSUL disponham de informações de caráter fonético-fonológico no registro das transcrições, especialmente na segunda linha, procedemos à audição das fitas cassetes para precisarmos a efetiva realização formal dos itens **olha** e **vê** produzida pelos informantes²²⁰.

Os dados da pesquisa diacrônica foram coletados por meio da leitura atenta dos textos teatrais escritos por catarinenses, a fim de se recolher e anotar os contextos de atuação de **olha** e **vê** como MDs.

5.4 Tratamento dos dados

Localizadas as ocorrências das três amostras do VARSUL, os dados são codificados, conforme os grupos de fatores lingüísticos e sociais, e submetidos ao modelo logístico de análise multivariacional VARBRUL 2S (PINTZUK, 1988; SANKOFF, 1988; NARO, 1992). Trata-se de um Programa estatístico de análise probabilística utilizado em pesquisas sociolingüísticas para aplicação em regras variáveis. Tal sistema é utilizado para medir efeitos de variáveis independentes sobre a variável dependente. A combinação de dados lingüísticos e sociais fornece a frequência, o percentual de ocorrência e o peso relativo (doravante PR) associado a cada fator atuante na escolha de uma ou de outra forma.

A análise sincrônica recebeu um tratamento refinado, com cálculo probabilístico de PR para caracterizar os contextos de uso das formas e verificar a atuação de fatores extralingüísticos.

²²⁰ Trechos transcritos por transcritores diferentes, ou até pelos mesmos transcritores em momentos diferentes, podem ter notações distintas.

5.5 A variável dependente e as variáveis independentes

Como já antecipamos na seção 5.1, após identificarmos o domínio funcional em que as formas convivem como camadas de um mesmo domínio (ou variantes de uma mesma variável), daremos um tratamento estatístico aos dados a fim de descrever os contextos de uso de cada uma das formas supostamente em competição. Passemos, então, à operacionalização da variável dependente e das variáveis independentes²²¹ da pesquisa.

5.5.1 Variável dependente

Uma *variável lingüística* implica a existência de formas lingüísticas *variantes*, isto é, formas distintas que se equivalem semanticamente em um mesmo contexto (cf. LABOV, 1978). Em outros termos, um *domínio funcional* pode conter diferentes *camadas* (formais ou funcionais) que coexistem na codificação daquele domínio²²².

A variável dependente desta pesquisa é constituída pelas variantes **olha** e **vê**, em seu funcionamento como MDs. Como cada um desses itens recobre diferentes formas de codificação, ou seja, outras realizações com alterações de natureza morfossintática ou fonético-fonológica, num primeiro momento da análise sincrônica foram controladas separadamente todas as formas de realização de cada variante. Nesse ponto, pode-se dizer que cada um desses itens (**olha** e **vê**) constitui também uma variável. Essa análise de caráter mais “micro” forneceu pistas para se traçar o percurso formal dos itens, captando processos de redução fonética, por exemplo.

Na literatura específica sobre o assunto, Risso, Silva e Urbano (1996) consideram que as formas dos MDs são mais ou menos fixas, com alguns registros de variações fonéticas e morfológicas, como *olha* ~ *olhe*. Por outro lado, Urbano (1999) afirma que o uso de uma ou outra

²²¹ Vale observar que a terminologia “variável (in)dependente”, de uso típico nos estudos variacionistas, é usada, nesta tese, também para designar os diferentes contextos a serem controlados na etapa mais funcionalista da pesquisa.

²²² Os estudos de Schifffrin (1987, 2003) também tentam conciliar duas metodologias. Uma que adota o aparato teórico-metodológico da Sociolingüística para dar conta do uso e distribuição dos MDs no discurso. Outra que se insere numa visão de discurso ampla, não apenas como unidade de fala, mas como um fenômeno que recobre a interação social.

forma não tem qualquer motivação a não ser um uso acidental. Como se pode observar, as eventuais alterações na forma do MD não passam de simples registro nesses estudos. A nosso ver, porém, tais alterações são bastante significativas, especialmente no que diz respeito a delinear a trajetória de mudança dos itens.

Como já mencionado, embora as entrevistas do VARSUL disponham de informações de caráter fonético-fonológico no registro das transcrições, especialmente na segunda linha, procedemos à audição das fitas cassetes para precisarmos, na medida do possível, a efetiva realização formal dos itens **olha** e **vê** produzida pelos informantes. Em Rost (2002), já foram encontradas formas alternantes.

Além disso, nossa expectativa, baseando-nos nos resultados de Rost (2002), Scherre (2005, 2008) e Scherre *et al.* (2007), é de que as formas dos MDs derivadas do modo IND sejam mais recorrentes, considerando-se que esse modo esteja tomando lugar do SUBJ. Ademais, conforme Basílio (*apud* URBANO, 1999), uma das características do item ao assumir funções discursivas é não estar sujeito à flexão número-pessoal e/ou modo-temporal. Associada a essa afirmação temos a idéia de que formas estruturalmente menos marcadas tendem a ser mais frequentes. Assim, a hipótese quanto à realização formal dos itens é de que predominarão as formas **olha** e **vê**.

Quanto à redução fonética de **olha**, pode ser evidência de que este MD esteja mais avançado no processo de mudança, devido à erosão, isto é, a perda de substância fonética em função da rapidez na pronúncia (HEINE, 2003; HEINE; KUTEVA, 2007, p. 34).

5.5.2 Variáveis independentes

A metodologia variacionista parte do pressuposto de que alterações de uso são influenciadas por fatores lingüísticos e sociais, o que nos permite depreender e avaliar o que condiciona a escolha das variantes. Necessita-se, portanto, verificar quais motivações lingüísticas/discursivas e sociais desencadeiam e/ou condicionam a variação entre as formas e identificar quais variáveis independentes, ajudam a delinear a configuração contextual de atuação de cada item

O levantamento das variáveis foi feito, inicialmente, com base em Rost (2002), considerando-se os fatores que se mostraram relevantes naquela pesquisa. Concordamos com Camacho (2003, p. 64) que

seria altamente positivo para o progresso da ciência da linguagem o esgotamento de todas as possibilidades de análise na explicação do fenômeno lingüístico [...] e esgotadas as possibilidades, submeter a própria análise a uma avaliação criteriosa sem assumir posições metodológicas apriorísticas, que servem apenas para acirrar ainda mais um certo clima de competição.

Também foram acrescentados outros fatores, levantados principalmente no rastreamento de dados bibliográficos sobre MDs em PB e nas línguas românicas disponíveis, que testaremos como favorecedores ou não do uso de **olha** e **vê**. A seguir, apresentamos as variáveis independentes consideradas, assim distribuídas: (i) variáveis lingüísticas/discursivas e (ii) variáveis extralingüísticas.

5.5.2.1 Variáveis lingüísticas/discursivas e extralingüísticas

Decorre do princípio empírico da restrição de Weinreich, Labov e Herzog ([1968] 2006) a investigação das variáveis lingüísticas/discursivas que atuam no uso de um MD em vez de outro, ou seja, a verificação do que condiciona a mudança ou o que outorga possíveis condições para que a mudança ocorra.

De modo mais específico, os fatores de natureza estilística e discursiva nos auxiliarão a buscar evidências da existência, nos termos de Hopper (1991), de tendência à especialização entre as formas ou à generalização de uso de uma delas, quando uma das camadas se sobrepõe às demais. Em outras palavras, nos termos de Labov (1969 [2003]), se há regularidade entre as concorrentes, com tendência à eliminação da(s) variante(s) em competição com a forma eventualmente vencedora.

Pelo levantamento das particularidades morfossintáticas e fonético-fonológicas dos MDs, pretendemos testar o princípio da decategorização postulado por Hopper (1991, p. 22).

No quadro 12, a seguir, apresentamos as sete variáveis lingüísticas/discursivas e cinco variáveis extralingüísticas testadas nas três amostras de fala, resumidamente subdivididas em grupos de fatores, que serão devidamente descritos e analisados no capítulo 7.

VARIÁVEIS LINGÜÍSTICAS/DISCURSIVAS	VARIÁVEIS EXTRALINGÜÍSTICAS
1. Apresentação formal:	1. Gênero/sexo:
<ul style="list-style-type: none"> - para olha, as <i>formas simples</i> olha ~ ['ɔja] ~ olhe ~ ['ɔj] ~ ['ɔ] e as <i>formas compostas</i> olha lá ~ olhe lá ~ olha só ~ olhe só ~ mas olha ~ mas olhe ~ pois olha; - para vê, as <i>formas simples</i> veja ~ veja ~ vê ~ vê e as <i>formas compostas</i> veja bem ~ vê bem ~ veja só ~ vê só ~ vê lá. 	<ul style="list-style-type: none"> - masculino; - feminino.
2. Contexto de atuação discursiva:	2. Idade:
<ul style="list-style-type: none"> - de advertência; - adversativo; - interjetivo; - de atenuação; - de prefaciação; - de parentetização; - exemplificativo; - de opinião; - causal; - concessivo. 	<ul style="list-style-type: none"> - em Florianópolis – 15 a 24 anos; 25 a 49 anos; e acima de 50 anos; - nas demais cidades – 25 a 49 anos; e acima de 50 anos.
3. Sequência discursiva (tipo de texto):	3. Escolaridade:
<ul style="list-style-type: none"> - Sequência discursiva narrativa; - Sequência discursiva descritiva; - Sequência discursiva dissertativa; - Sequência discursiva injuntiva. 	<ul style="list-style-type: none"> - em Florianópolis – primária, ginásial, colegial e universitária; - nas demais cidades – primária, ginásial e colegial.
4. Presença/ausência de pronome ou vocativo junto ao MD:	4. Cidade:
<ul style="list-style-type: none"> - presença de <i>tu</i> junto ao MD ou no contexto próximo; - presença de <i>você</i> junto ao MD ou no contexto próximo; - presença de <i>vocativo</i> junto ao MD ou no contexto próximo; - ausência de pronome ou de vocativo junto ao MD ou no contexto próximo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Blumenau; - Chapecó; - Florianópolis; - Lages; - Curitiba.
5. Relação sintática com a estrutura oracional:	5. Informante:
<ul style="list-style-type: none"> - MD sintaticamente dependente - MD sintaticamente independente 	<ul style="list-style-type: none"> - 48 informantes de Florianópolis; - 24 informantes de Blumenau; - 24 informantes de Chapecó; - 24 informantes de Lages; - 24 informantes de Curitiba.
6. Posição dos MDs no tópico	
<ul style="list-style-type: none"> - abertura/introdução de tópico; - continuidade/encaminhamento de tópico; - retomada de tópico; - fecho/finalização de tópico. 	
7. Traço prosódico: pausa:	
<ul style="list-style-type: none"> - MD com apenas pausa anterior; - MD com apenas pausa posterior; - MD entre pausas; - MD sem pausa. 	

QUADRO 12 - DISTRIBUIÇÃO DAS VARIÁVEIS CONTROLADAS NAS AMOSTRAS 1F, 2F E 3F PARA A ESCOLHA DE *OLHA* E *VÊ*

FONTE: A autora (2009)

Num primeiro momento, todos esses fatores foram considerados. Depois, à medida que as rodadas estatísticas eram realizadas, deixamos de lado da análise variacionista os fatores com comportamento categórico, conforme detalhado no capítulo 7.

6 MDS *OLHA* E *VÊ*: FORMAS E FUNÇÕES

A finalidade deste capítulo é efetuar o cumprimento da etapa funcionalista da análise descrita na seção 4.1 e assim também atingir parte de nosso objetivo geral de mapear, numa abordagem pancrônica, o comportamento dos MDs **olha** e **vê**.

A organização do capítulo segue a seguinte ordem: a seção 6.1, destinada à descrição da multifuncionalidade dos MDs, se subdivide na análise diacrônica e na análise sincrônica do comportamento discursivo de **olha** e **vê**. As subseções de cada análise, por sua vez, contemplam, primeiramente, os aspectos formais dos MDs e, depois, os aspectos funcionais.

6.1 A multifuncionalidade de *olha* e *vê*

É importante destacar que, em termos metodológicos, partimos, primeiramente, do levantamento dos dados de fala no *corpus* sincrônico e do mapeamento da multifuncionalidade dos itens para então verificarmos, num recuo gradativo no tempo, em que medida as funções detectadas no uso atual também aparecem numa perspectiva diacrônica. No entanto, com vistas a assegurar certa perspectiva unidirecional da trajetória, organizamos o texto a partir da análise diacrônica para, na sequência, procedermos à descrição sincrônica da multifuncionalidade de **olha** e **vê**.

Com base na ampla literatura investigada sobre os MDs derivados de verbo de percepção, notadamente nas pesquisas que investigaram diferentes amostras em PB, como Castilho (1989), Marcuschi (1989), Silva e Macedo (1996), Risso, Silva e Urbano (1996), Martelotta, Votre e Cezario (1996), Urbano (1999), Risso (1999), Travaglia (2002) e Rost (2002), entre outras, bem como nos trabalhos de diversas línguas românicas (cf. PONS BORDERÍA, 1998, 2001; CUENCA; MARIN, 2000; GALUÉ, 2002; DOMÍNGUEZ; ALVAREZ, 2005; DOSTIE, 2004; WALTEREIT, 2002; MARIN JORDÁ, 2003; DOMÍNGUEZ PORTELA, 2008, entre outros), efetuamos nossa proposta de descrição

de cada *contexto de atuação discursiva* de **olha** e **vê** na amostra sincrônica.

É importante alertar que, para caracterizar cada contexto, consideramos certa porção de texto do falante/personagem na qual se evidencia a atuação de **olha** e **vê** auxiliando na veiculação de diferentes significados semântico-pragmáticos, como advertência, conselho, surpresa, descontentamento, atenuação, opinião, causa, exemplificação, entre outros. Assim, embora a conversação seja desenvolvida com base na troca de turno, que pode englobar porções de texto maiores ou menores, assumimos uma unidade de análise centrada na veiculação de um significado semântico-pragmático proeminente.

Nesses contextos, consideramos que o MD, derivado de imperativo inicialmente claramente intersubjetivo, pode ser subjetivizado, em decorrência da manifestação de um significado pragmático em contextos menos claramente intersubjetivos (cf. TRAUGOTT, 1999) e auxiliar na introdução, no desenvolvimento ou no fechamento desses diferentes significados semântico-pragmáticos.

Feitas essas considerações, sintetizamos e distribuímos, no quadro 13, a seguir, os valores semântico-pragmáticos atestados pelos autores, os quais procuramos aplicar aos contextos em que **olha** e **vê** se manifestam e organizá-los num suposto gradiente de expansão de significado baseado em graus de envolvimento entre F e O, com incremento gradual de expressividade do F, que direciona sua atenção não só para o interlocutor mas também para partes do texto. Como se verifica no quadro 13, para a descrição detalhada de cada contexto, revisitamos principalmente as pesquisas empreendidas por Castilho (1989), Marcuschi (1989), Silva e Macedo (1996), Risso, Silva e Urbano (1996), Martelotta, Votre e Cezario (1996), Urbano (1999), Risso (1999), Travaglia (1999) e Rost (2002). Também incorporamos outros valores semântico-pragmáticos dos MDs localizados nas pesquisas de cinco línguas românicas (PONS BORDERÍA, 1998, 2001; CUENCA; MARIN, 2000; GALUÉ, 2002; DOMÍNGUEZ; ALVAREZ, 2005; DOSTIE, 1998; WALTEREIT, 2002; MARIN JORDÁ, 2003; DOMÍNGUEZ PORTELA, 2008).

Salientamos que os rótulos *macrofunção articuladora basicamente interacional* e *macrofunção articuladora basicamente textual* com que identificamos os dois grupos de contextos não são conceitualmente excludentes, apenas realçam mais uma das funções. Não estamos afirmando que os MDs **olha** e **vê** estão desempenhando funções textuais, e sim que, em alguns contextos de uso, apresentam traços relacionais que,

com a frequência de uso, podem vir a incorporar características de tais contextos e se regularizar em determinadas funções textuais.

Propriedade de chamada da atenção do ouvinte

Macrofunção articuladora predomina- mente interacional	Macrofunção articuladora predominantemente textual
Contextos de atuação discursiva	Contextos de atuação discursiva
De advertência (PONS BORDERÍA, 1998; ROST, 2002; WALTEREIT, 2002; DOMÍNGUEZ PORTELA, 2008)	Exemplificativo (ROST, 2002; DOSTIE, 2004; DOMINGUEZ; ÁLVAREZ, 2005)
Adversativo (WALTEREIT, 2002)	De opinião
De atenuação (CASTILHO, 1989; SILVA; MACEDO, 1989; ROST, 2002; DOMÍNGUEZ PORTELA, 2008)	Causal (ROST, 2002; MARÍN JORDÁ, 2003; DOSTIE, 2004; DOMINGUEZ; ÁLVAREZ, 2005; DOMÍNGUEZ PORTELA, 2008)
Interjetivo (ROST, 2002; WALTEREIT, 2002; DOMÍNGUEZ PORTELA, 2008)	
De prefaciação (SCHIFFRIN, 1987; RISSO, 1999, 2006; ROST, 2002, DOSTIE, 2004)	Concessivo (TRAVAGLIA, 2002; ROST, 2002)
De parentetização (JUBRAN, 2006)	

QUADRO 13 - A MULTIFUNCIONALIDADE DE *OLHA E VÊ*

FONTE: A autora (2009)

Ressalte-se, novamente, que a delimitação dos contextos delineados no quadro 13 nem sempre é clara e freqüentemente nos deparamos com sobreposições e interpretações ambíguas. Isso, no entanto, não é um empecilho para a análise. Vale lembrar que a perspectiva funcionalista prevê o *continuum* funcional dos itens. Em termos metodológicos, porém, a gradiência acaba sendo discretizada, mas de modo escalar e não binário (MARTELOTTA, 1998; URBANO, 1999; GÖRSKI, 2006).

Conforme propõem Heine, Claudi e Hünemeyer (1991, p. 217), a passagem de um domínio a outro para evidenciar os possíveis caminhos dos itens lexicais em processo de gramaticalização pode se dar por metáfora (motivações cognitivas) mas principalmente, no caso dos MDs em estudo, por metonímia (motivações comunicativas), situação em que atuam mecanismos pragmáticos denominados “inferência por pressão de informatividade” ou convencionalização de implicaturas conversacionais. Para Traugott (2002), no caso dos MDs, as mudanças decorrem principalmente da ampliação polissêmica dos itens nas práticas comunicativas devido à constante negociação de significados entre F e O. Em

outras palavras, é uma *polissemia pragmática*, decorrente de inferências sugeridas, que emerge nas práticas comunicativas.

6.1.1 Análise diacrônica do comportamento (multi)funcional de **olha** e **vê**

Como se viu no capítulo 4, os MDs são amplamente pesquisados em estudos sincrônicos em diversas línguas, inclusive no PB. A maioria dos autores²²³ reconhece que a realização de uma investigação diacrônica²²⁴ permite aventar de modo mais consistente o comportamento sincrônico desse tipo de fenômeno discursivo. Porém, porque os MDs têm amplo uso na fala, o registro e a coleta de dados orais de séculos anteriores é praticamente inexistente (WALTEREIT, 2002). Embora cientes da dificuldade de encontrar evidências históricas dos MDs sob análise, recorremos a peças de teatro escritas por autores catarinenses nos séculos XIX a XX a fim identificar os contextos em que MDs, derivados de verbo de percepção visual (*olhar* e *ver*)²²⁵, já eram usados e quais funções codificam e de que forma as codificam. Recuamos até o século XIX apenas, pois, como alertamos no capítulo 1, nosso *corpus* apresenta limitações porque, em Santa Catarina, a imprensa foi introduzida pelo Brigadeiro Jerônimo Francisco Coelho com o jornal “O Catharinense” somente no segundo semestre de 1831. Não obstante, trata-se de uma amostra relativamente estendida no tempo que incorpora dados de diferentes épocas, cuja análise vai permitir verificar indícios do desenvolvimento conjunto e individual das formas em estudo, sob a ótica da mudança semântico-pragmática e categorial por que passaram.

²²³ Por exemplo, Pons Bordería (1998), Waltereit (2002), Waltereit e Detges (2007), entre outros.

²²⁴ Para citar outro exemplo, além do francês investigado por Dostie (2004), o trabalho de Fortes (2008) verificou a maneira como são tratadas as propriedades atualmente consideradas “textuais” e “pragmáticas”, que permitem a aproximação entre as antigas preposições, conjunções e interjeições latinas e o atual conceito de MDs nos textos de Donato (séc. IV d.C.) – nas seções De coniunctione, De praepositione e De interiectione, contidos na sua *Ars maior* – e Prisciano (séc. VI d.C.) – nos livros XIV, parte do XV e XVI, de suas *Institutiones grammaticae*.

²²⁵ É importante destacar que Carvalho (2006), ao verificar os usos de **ver** em sentenças complexas em dados do período arcaico do português (mais especificamente, no século XV), não localizou realizações de **ver** como marcador conversacional. Justifica a autora que isso se deu porque tais usos são próprios de textos falados e as únicas fontes disponíveis para análise de material diacrônico são os textos escritos.

Ao todo, considerando-se o ano de nascimento do autor e o ano de publicação das peças, foram investigados 17 textos teatrais (7 do século XIX e 10 do século XX), os quais caracterizamos como amostra 4E (cf. quadro 10). Dada a natureza discursiva do objeto sob análise, nossa hipótese é de que a observação retrospectiva, ao longo de dois séculos (tempo real), do comportamento de **olha** e **vê** nos fornecerá indícios para sustentar a hipótese de “gramaticalização em andamento”, mais do que a de “mudança em andamento”²²⁶. Nesse caso, esperamos encontrar evidências de que os itens se distribuem num *continuum* funcional que envolve: (i) usos mais concretos em direção aos mais abstratos, via funções ideacional/proposicional, interpessoal/interacional e textual; e (ii) graus de envolvimento do F e do O, que se refletem nos componentes subjetivo e intersubjetivo. Nesse percurso de mudança, pretendemos identificar também os domínios funcionais em que **olha** e **vê** possam coexistir como camadas/variantes.

Antes de procedermos à análise dos contextos discursivos dos MDs localizados na amostra 4E, abrimos uma subseção dedicada aos aspectos formais dos MDs.

6.1.1.1 Aspectos formais dos MDs **olha** e **vê** nos séculos XIX e XX

A tabela 1, a seguir, apresenta o total de formas gerais (finitas e não finitas) dos verbos de percepção visual (*olhar* e *ver*) – foram levantadas todas as ocorrências sem nos restringirmos, nesse momento, ao contexto de ato de fala manipulativo típico de P2 – e de MDs **olha** e **vê** (e variações) encontrados em cada peça analisada. Isso se fez necessário porque permite atestar a aplicabilidade do princípio da estratificação de Hopper (1991), uma vez que, como se verá, usos dos verbos *olhar* e *ver* e as diferentes acepções empregadas coocorrem com os usos dos MDs derivados desses verbos.

Como alertamos no capítulo 5, controlamos, além do ano de nascimento dos autores catarinenses investigados, o ano/século de publicação das peças teatrais. Nossa intenção aqui foi verificar se, ao considerar ora o ano de nascimento do autor, ora o de publicação da peça teatral, há alguma diferença na distribuição dos MDs. Também desejamos constatar

²²⁶ Por “gramaticalização em andamento” estamos entendendo o processo de mudança de cada um dos itens. Por “mudança em andamento” estamos nos referindo à possibilidade de substituição de um item/variante por outro.

tar se algum uso estaria mais centrado em um autor ou outro. Para melhor visualização e possibilidade de comparação, foram registrados, na mesma tabela, o ano de nascimento do autor e o ano de publicação da obra.

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS DE FORMAS VERBAIS E MDS DERIVADOS DE *OLHAR* E *VER* NAS PEÇAS, SEGUNDO O ANO DE NASCIMENTO DO AUTOR E O DE PUBLICAÇÃO DA OBRA

Séculos	Peça teatral	Ano nasc. autor/ano public.	Formas verbais finitas e não finitas		MDs		Dados totais
			olhar	ver	olha	vê	
XIX	Raimundo	1829/1868	11	3	5	-	19
	Brinquedos de cupido (Miscellanea)	1835/1898	5	12	1	-	18
	A casa para alugar	1841/1867	2	22	6	3	33
	Os ciúmes do capitão	1853/1880	2	15	4	-	20
	O idiota	1855/1890	11	8	2	1	23
	A enfeitada	1857/1930 ²²⁷	2	39	5	1	47
	A filha do operário	1894/1942	5	19	6	-	30
Total parcial			38	118	29	5	190
XX	A taverna do gato branco	1922/1954	2	24	1	-	27
	O dia do javali	1939/1983	12	25	6	2	45
	O contestado	1943/1972	4	35	3	-	42
	Em tua homenagem ou não	?/1984	3	10	-	2	15
	Stradivarius	1944/1993	-	5	3	-	8
	Os lobos	1950/1992	6	17	4	2	29
	Metacor	1959/1983	2	5	1	1	9
	As quatro estações	1961/1998	13	21	1	-	35
	Prenome: Fausto	1962/1993	5	31	-	3	39
	Uma longa história de amor	1963/1999	4	11	3	-	18
Total parcial			51	184	22	10	267
Total geral			89	302	51	15	457

FONTE: A autora (2009)

²²⁷ Em duas peças não há coincidência de século entre as datas de nascimento do autor e de publicação da obra: duas peças (*A enfeitada* e *A filha do operário*) migraram do século XIX para o XX.

Preliminarmente, é importante atentar que a data da escritura da peça nem sempre coincide com a data de sua publicação e, além disso, conforme se destacou no quadro 10, há duas peças a que tivemos acesso que se encontram sob a forma manuscrita, mas se acha registrado na capa do texto o ano, provavelmente, da sua conclusão. Também não localizamos peças representativas publicadas na década de 70 do século XIX, tampouco da primeira e segunda décadas do século XX. Ressalta-se que, a partir da década de 80 do século XX, há maior incremento de peças de autores nascidos em Santa Catarina.

Observe-se que há discrepância entre as datas: a cronologia das publicações não coincide com a cronologia do nascimento dos autores. Veja-se, por exemplo: *A casa para alugar* foi publicada praticamente junto de *Raimundo*, no entanto, o autor desta nasceu na década de 20 e o daquela na década de 40 do século XIX; já *Brinquedos de cupido* foi a última peça publicada no século XIX, mas seu autor nasceu na década de 30. Como a tabela 1 apenas registra o número de ocorrências e os itens estão contemplados na maioria dos espaços, vamos comentar os resultados a partir do ano de nascimento do autor.

Evidentemente, há mais ocorrências de formas verbais do que de MDs em ambos os séculos. Analisando-se apenas os resultados relativos às formas verbais, as derivadas de *olhar* ocorrem menos freqüentemente do que as de *ver* nos dois séculos. Considerando-se o ano de nascimento dos autores, os resultados distribuem-se da seguinte forma: autores nascidos no século XIX apresentaram 38 (24 %) ocorrências de *olhar* e 118 (76 %) de *ver*; já aqueles escritores nascidos no século XX fizeram uso ao todo de 51 (22 %) dados de *olhar* e 184 (78 %) de *ver* – mantendo-se proporcionalmente a mesma distribuição percentual. Isso se dá talvez porque, na leitura atenta da amostra 4E, detectamos que *olhar* freqüentemente apresenta sentido dêitico locativo de *fitar os olhos em, mirar*. Vejamos o seguinte exemplo:

(94) JOAO ANDRÉ - de pé - Lá o ser dono é o menos; tem chelpa pra comprar meia-dúzia de barcas, mas lá isso... é o menos; calquer gandulo com dinheiro tem barco, a coisa é outra. **Olhem**, Vossas Mercês, é um rapazola, hein!... Pois sim, é o Sor capitão Raimundo pra carreira de Lisboa e. . da índia se for preciso; sabe, a conta do sol como o defunto cornógrafo-mor do Reino, o velho Pir-nentel (*Raimundo*, Álvaro Augusto de Carvalho, 1868).

Também foram raros os contextos em que as formas verbais derivadas de *olhar* se revestiram de certo grau de abstratização e expandiram seu sentido de base para expressar, por exemplo, uma espécie de advertência *cuidado com*. Observe o exemplo:

(95) ENGRÁCIA - Aí está em que a comadre gasta as patacas: sustentar quanto súcio aí vem dessas terras d'além mar! Como se não houvesse pobres na terra. Onde é que se viu uma mulher de juízo tal fazer?... E que gente?!... marinheiros de saco de botija! A taverna do meu homem é mais decente... Jesus! que gritaria!... eu me benzo, credo... Estão a emborrachar-se. Hei de contar tudo às vizinhas. Não é embalde que falam da comadre, e... até dizem... más línguas, más línguas!... dizem que o Raimundo é filha dela.

CHICO - A sinhá Úrsula é mãe do capitão do barco?

ENGRÁCIA - dando-lhe um coque - Não te metas onde não és chamado... **olha** que corto-te a língua (*Raimundo*, Álvaro Augusto de Carvalho, 1868).

Ver, por sua vez, apresenta, além do sentido concreto de percepção, matizes variados e mais abstratos como *saber*, *perceber com a razão*, e depois, *compreender*, conforme Castilho (1997), ou *notar*, *perceber com a mente*, *ter visão*, *compreender*, *ver com os olhos do espírito*, *julgar*, *determinar*, segundo Votre (1997, 1999, 2001). Os resultados deste autor apontaram que *ver* tende a desviar-se do sentido de percepção corporal e a coocorrer com o sentido de percepção mental. Surpreendentemente, *ver* se revelou, em seus dados, com acepção ampla na fase arcaica do que no português contemporâneo. A conclusão do autor decorre da testagem da trajetória de abstratização de *ver*, para a fase arcaica, e proposta para o português atual: avistar > encontrar > visitar > sentir > perceber > conhecer. Em contrapartida, o autor observou que *ver*, no *corpus* do português contemporâneo analisado por ele, não ocorre com todos os significados, limitando-se mais à percepção corporal do que à mental. O autor ressalta ainda que não se deve descartar para o português contemporâneo sentidos correspondentes aos do português arcaico evidenciados em sua investigação.

Na amostra 4E, localizamos alguns dados de contextos específicos de P2, conforme a trajetória de *ver*, descrita por Votre (1997, 1999, 2001). Vejamos os exemplos:

- avistar:

(96) DALTON – Olhe, aqui estão todos os objetos e roupas que ela usava. (Larga tudo no centro da cena). Vestidos, clacinhos, soutiens, sapatos... Hummm! Ela ficava tão bem com esses soutiens, a caixa de maquiagem, um estojo de jóias e bijouterias... (Pausa) Ela tinha o péssimo costume de dormir abraçada com este ursinho, eu detesto esse urso. Eu trouxe até a agenda que ela usava, **veja**, apesar de estar em branco, tem o nome dela gravado aqui na capa, algumas revistas, as prediletas [...] (*Em tua homenagem ou não*, José Darci da Silva Júnior, 1984, p. 24).

- perceber/conhecer:

(97) Gardina Ai é que tá! São os pregado da bondade que fica mais cheio de risco neste mundo de marcadez. Jesus Cristo não era santo? Era inté Deus e **veja** o que fizeram co'Ele! (*O contestado*, Romário José Borelli, 1972, p. 62).

(98) MARCELLINO - É outro caso, não menos sério. Alfredo e Bibiano amam Adelaide; esta ama a Alfredo.

OLIVEIRA - É claro. São irmãos.

MARCELLINO - Sim, mas é por isso mesmo. Amam-se e há rivalidade. Ignoram o parentesco e há ciumes. **Vê** tu o meu embaraço.

OLIVEIRA - Deixe-os commigo que ensinarei a esses patifes (*Brinquedos de Cupido*, Antero dos Reis Dutra, 1898, p. 128).

Comentamos, a seguir, somente os usos de MDs que ocorreram nas peças. São 66 ocorrências em que predomina o MD **olha** (**olha** = 51; **vê** = 15). É interessante notar que a diferença proporcional entre os dois itens se altera significativamente de um século para o outro: enquanto no século XIX há seis vezes mais **olha** do que **vê** (29 e 5 ocorrências, respectivamente), no século XX há duas vezes mais **olha** do que **vê** (22 e 10 ocorrências, respectivamente), ou seja, o uso de **vê** como MD vai ganhando espaço, possivelmente expandindo seus contextos de uso para aqueles que eram ocupados por **olha**. No entanto, vale observar também que, enquanto em apenas duas peças não se verificou nenhuma ocorrência do MD **olha** (isso no século XX), em nove peças não houve registro de **vê** (em ambos os séculos).

Na tabela 2, visualizam-se as formas derivadas de atos de fala manipulativo que codificam os MDs. Consideramos o século de nascimento do autor da peça teatral.

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO DAS FORMAS DOS MDS POR SÉCULO DE NASCIMENTO DO AUTOR DAS PEÇAS TEATRAIS

Século	Peça teatral	<i>vê</i>	<i>veja</i>	<i>olha</i>	<i>olhe</i>	<i>vamos ver</i>	<i>vejamos</i>	<i>vejam</i>	<i>olhem</i>
XIX	Raimundo			4	1				
	Brinquedos de cupido (Miscellanea)				1				
	A casa para alugar			2	4	1	2		
	Os ciúmes do capitão			1	3				
	O idiota	1		2					
	A engeitada			4	1		1		
	A filha do operário			3	2				1
Total parcial		1	-	16	12	1	3	-	1
XX	A taverna do gato branco			1					
	O dia do javali			5	1	2			
	O contestado				3				
	Stradivarius			3					
	Em tua homenagem ou não		2						
	Os lobos		2	4					
	Metacor			1				1	
	As quatro estações				1				
	Prenome: Fausto		3						
	Uma longa história de amor			3					
Total parcial		-	7	17	5	2	-	1	-
Total geral		1	7	33	17	3	3	1	1

FONTE: A autora (2009)

Essa distribuição de formas apresenta particularidades interessantes. Vamos nos debruçar, primeiramente, sobre o MD **olha**: as ocorrên-

cias do século XIX se concentram em duas formas de P2 (*olha* = 16 dados e *olhe* = 12 dados), com apenas 1 ocorrência de *olhem*. No século XX, também há concentração em P2, porém a proporção da forma derivada do IND é aproximadamente três vezes maior que a do SUBJ (*olha* = 17 dados e *olhe* = 5 dados). Esse resultado pode ser indício de que: (i) esse MD já se encontra formalmente fixado em P2; (ii) pode haver vestígios da forma verbal associada aos pronomes *tu* e *você*. Essa última hipótese, no entanto, entra em conflito com os resultados apresentados por Coelho e Görski (a ser publicado) em trabalho sobre a variação no uso dos pronomes *tu* e *você* como formas de tratamento em Santa Catarina, em que analisam seis peças teatrais²²⁸. Elas constataram que os autores nascidos no século XIX usam com bastante frequência a forma de tratamento *tu* e os nascidos no século XX usam quase com exclusividade a forma *você*, conforme se observa no gráfico a seguir, que evidencia distribuição complementar nos usos desses pronomes.

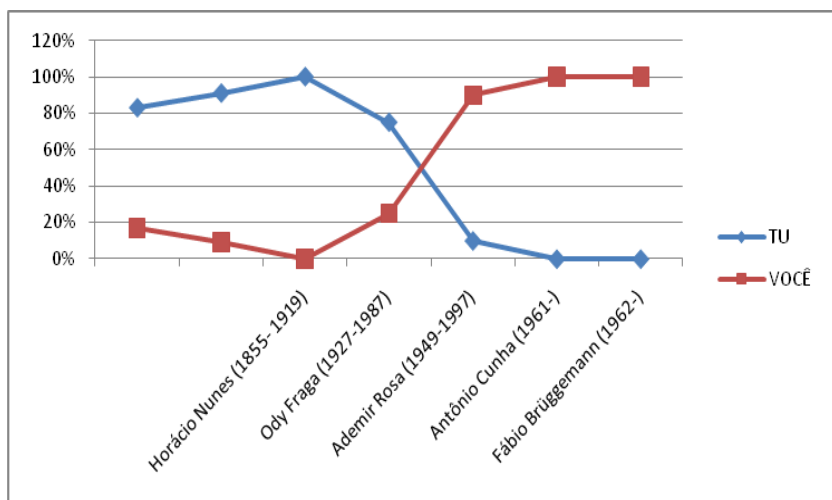


GRÁFICO 1 - FORMAS DE TRATAMENTO *TU* E *VOCÊ* EM PEÇAS DE TEATRO DE AUTORES CATARINENSES

FONTE: COELHO e GÖRSKI (a ser publicado)

Pode-se inferir desses resultados que a forma *olha* vai se fixando independentemente do pronome de P2 usado, no caso, na fala dos personagens.

²²⁸ Duas dessas peças coincidem com as por nós analisadas: *Raimundo*, de Álvaro Augusto de Carvalho, e *Os lobos*, de Ademir Rosa.

Consideremos, agora, o MD **vê**: conforme a tabela 2, as ocorrências do século XIX se concentram na forma *vejamos* (3 dados), com mais 1 ocorrência de *vamos ver* e outra de *vê*. Já no século XX, a incidência maior é da forma *veja* (7 dados), com 2 dados de *vamos ver* e 1 de *vejam*.

Olhando comparativamente os MDs, ainda na tabela 2, percebe-se que: (i) há maior diversificação de formas de realização do MD **vê** (cinco formas) do que de **olha** (3 formas); (ii) as formas de P2 predominam em ambos os séculos; (iii) P4 só se realiza com o MD **vê**. Essas informações estão rearranjadas na tabela seguinte.

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS DAS FORMAS DE MDS NOS SÉCULOS XIX E XX

Forma dos MDs	Séc. XIX	Séc. XX	Total
P2 (<i>vê, veja, olhe, olha</i>)	29	29	58
P4 (<i>vejamos, vamos ver</i>)	04	02	06
P5 (<i>vejam, olhem</i>)	01	01	02
Total geral	34	36	66

FONTE: A autora (2009)

Observe alguns exemplos extraídos das peças de teatro em que os MDs ocorrem em P4 e P5 (*vocês*), respectivamente:

(99) BALBINO (alvorçado) – Uma intriga! Oh! Meu caro senhor! Conte-nos isso!... Já estou adivinhando o que vai dizer... É interessantíssimo! ANDRÉ (à parte) – Quem será este estúrdio? (alto) Ah! Está já adivinhando? Tem muita penetração! Pois **vejamos**... que eu vou dizer... BALBINO (perturbado) – É... é... eu sei lá... ANDRÉ – Pois eu ainda menos... Ora aí tem... (A casa para alugar, José C. de Lacerda Coutinho, 1867).

(100) DOMINGOS – (levantando a cabeça) – Estou aqui costurando, mas, estou ouvindo toda essa história de vocês dois... Tudo isso é muito bonito... O que eu quero ver é cumprir, ali no duro...

Olhem: quando eu era rapaz, em menos de uma semana fiz dez promessas destas, e até hoje graças

a Deus ainda sou solteiro... (A filha do operário, Ildefonso Juvenal, 1942).

Focalizando, agora, apenas os contextos de P2, temos a seguinte distribuição formal por século:

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS FORMAIS DE P2 DOS MDS NOS SÉCULOS XIX E XX

Séculos	MD vê		MD olha	
	<i>vê</i>	<i>veja</i>	<i>olha</i>	<i>olhe</i>
XIX	1	-	16	12
XX	-	7	17	5
Total parcial	1	7	33	17
Total geral	8		50	

FONTE: A autora (2009)

Fica nítido que: (i) enquanto o MD **olha** já se fixa em P2 desde o século XIX, o MD **vê** começa a se fixar em P2 no século XX; (ii) enquanto para **olha** a forma derivada do SUBJ para P2 (*olhe*) vai recuando no século XX em favor da forma derivada do IND (*olha*), para **vê**, é a forma derivada do SUBJ (*veja*) que ganha espaço no século XX. Temos, pois, que as formas dos MDs predominantes no século XX são *olha* (derivada do IND) e *veja* (derivada do SUBJ). Voltando ao gráfico 1 para correlacionar o resultado da tabela 4 para as formas dos MDs em P2 com aquele dos pronomes de P2, podemos pensar que o MD **vê** ainda guarda vestígios de sua forma verbal, ao passo que o MD **olha** se mostra mais distanciado.

Vejamos alguns exemplos em que os MDs investigados ocorrem em contexto de P2 na amostra 4E:

(101) JOÃO ANDRÉ - atrapalhado - Ora... ora...
é é peta (à parte, batendo na boca). Oh! diabo!
MARIA - atalhando o pai que quer falar - Agradeço por mim, e por meu pai, todos os cuidados que conosco teve durante a viagem: Deus o recompense e o faça muito feliz (toma o copo e leva à boca, toca de leve e entrega. D. Manoel impaciente bate com a bengala).
JOÃO ANDRÉ - enternecido - Oh!... que palavrinhas!... é dum homem emborrachar-se de gosto. Com um milheiro de dia... Tenho um turtor nas goelas!... **Olhe**, Sora D. fidalga, pra agradar-lhe

servia até de madre pra um cabrestante!... Viva a Sora D. Fidalga! e viva! (*Maria sorri, D. Manoel toma-lhe o braço e sai com mau humor; Raimundo chega à porta do fundo*) (*Raimundo*, Álvaro Augusto de Carvalho, 1868).

(102) IDIOTA - Não pense tanto assim, eu me atrapalho. Como pode pensar tanto, ter tantas dúvidas?

FAUSTO - Talvez porque eu não me chame Idiota. Infelizmente me chamo, não sei por quanto tempo neste drama, Fausto. Sabe o que significa Fausto, Idiota? Quer dizer, **veja só**, Idiota, feliz. No fundo, ser feliz e ser idiota dá quase no mesmo (*Prenome*: Fausto, Fábio Brüggemann, 1993, p. 61).

Feitas as considerações relativas às formas e à frequência de uso dos MDs, na sequência, nosso interesse incide na descrição detalhada do comportamento funcional exibido por **olha** e **vê** na amostra 4E.

6.1.1.2 Aspectos funcionais dos MDs **olha** e **vê** nos séculos XIX e XX

Nesta subseção, vamos dirigir nossa atenção aos *contextos de atuação discursiva* (cf. quadro 13) em que se encontram os MDs. Como destacamos no capítulo 2, em nosso ponto de partida da trajetória de mudança semântico-pragmática dos MDs, estamos considerando que **olha** e **vê** conservam parte do significado original do verbo de percepção visual, uma vez que há um comando explícito do F para o O direcionando o olhar/visão deste último, mas que, a depender do contexto, vai enfraquecendo a força do ato de fala manipulativo. Nesse caso, nas ocorrências da amostra 4E, altera-se o alvo de referência do campo visual (situações objetivas) para o da ação mental (situações (inter)subjetivas), isto é, as ocorrências passam a funcionar de maneiras diferentes a depender do contexto, nos quais se aumentam – ou diminuem – os graus de envolvimento entre F e O.

No rastreamento dos dados diacrônicos, localizamos raras ocorrências dos itens em contextos ambíguos, cujo uso pode ser interpretado tanto como verbo pleno em P2 no imperativo ou como MD. Observe-mos um exemplo:

(103) Menino 01: Ainda bem que só falta mais um . (Escreve) Acabei !

Menino 02 : Eu também !...

Menino 01: Sabe que esse negócio de escrever com duas canetas rende mesmo.

Olha, se não fosse isso, nós ficávamos aqui até de noite!

Menino 02: E agora... A gente faz o quê ? Esperamos aqui – ou levamos lá ? ... (*Uma longa história de amor*, Neri Gonçalves de Paula, 1999, p. 156).

No exemplo (103), o F parece usar **olha** como verbo pleno no imperativo tendo como complemento um objeto direto (*Olha as duas canetas*), que, no caso, solicita ao O que “preste atenção em X que ele pode ver com seus olhos”. Adicionalmente, **olha** parece também revestir-se de sentido mais abstrato e revelar certa surpresa com relação ao relatado/exposto, o que caracterizamos, conforme se verá adiante, como *contexto interjetivo*. Contextos de ambigüidade e/ou sobreposição de funções são previstos e esperados nos processos de mudança.

A tabela 5 exhibe a distribuição dos MDs derivados de P2 nos diferentes contextos de atuação discursiva em que eles aparecem nas peças teatrais examinadas.

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DOS MDS *OLHA* E *VÊ* POR PEÇA, SEGUNDO O *CONTEXTO DE ATUAÇÃO DISCURSIVA*²²⁹

Séc.	Peça teatral	Contextos de atuação discursiva								
		De advertência	Adversativo	De advertência > interjetivo	De atenuação	De atenuação < Interjetivo	Interjetivo	Exemplificativo	Opinião	Causal
XIX	Raimundo	2	1		1		1			
	Brinquedos de cupido						1			
	A casa para alugar	5		1						
	Os ciúmes do capitão	4								
	O idiota	1				1		1		
	A enfeitada	3			1		1			
	A filha do operário	3					1			1
Total parcial		17	1	1	2	1	4	1	-	1
XX	A taverna do gato branco						1			
	O dia do javali	5			1					
	O contestado	3								
	Stradivarius	1			1		1			
	Em tua homenagem ou não						- 2			
	Os lobos	4								- 2
	Metacor				1					
	As quatro estações	1								
	Prenome: Fausto						- 2		1	
	Uma longa história de amor	2		1						
Total parcial		16	-	1	3	-	2	4	-	1
Total geral		33	1	2	5	1	6	4	1	2

FONTE: A autora (2009)

²²⁹ Os números à direita, em itálico, nas colunas dos contextos discursivos *de advertência*, *interjetivo*, *causal* e *de opinião* correspondem às 8 ocorrências do MD *vê*.

A ordenação dos contextos discursivos, da esquerda para a direita na parte superior da tabela, sugere um suposto *continuum* entre os diferentes usos. Nossa suposição é que – a partir de um contexto inerentemente interacional de ato de fala imperativo mediante uso dos verbos plenos *olhar* e *ver* dirigidos deonticamente ao interlocutor, uso que consideramos mais concreto –, os itens vão incorporando traços de subjetividade advindos do envolvimento maior do F que expressa suas atitudes avaliativas seja em relação ao comportamento do interlocutor, ao seu próprio comportamento, seja em relação a situações relatadas ou a determinadas porções textuais. A modalidade envolvida vai se deslocando do submodo deôntico, com enfraquecimento do ato de fala manipulativo, para o epistêmico, centrado nas crenças e opiniões do F (suas sugestões, advertências, atenuações, etc). Nos termos de Traugott, vai acontecendo a subjetivização crescente nos usos, via polissemia pragmática (essa expansão provavelmente não ocorre numa linearidade cronológica fixa, mas os usos podem se expandir em mais de uma direção num mesmo momento). Nesse sentido, ainda numa função interacional, os MDs vão deslocando o foco do O para o F. Nesse processo de subjetivização, os itens acabam adquirindo também certos traços de natureza textual, como a ocorrência em posições relacionais. Assim, as funções interpessoal e textual podem acabar se entrecruzando. É o que ocorre nos contextos *exemplificativo*, *de opinião* e *causal*, nos termos em que os caracterizamos, conforme passamos a apresentar mais detalhadamente a seguir.

Observando a tabela 5, notamos que 33 – em 58 dados (cerca de 60%) – caracterizam-se como *contexto de advertência*, situação predominante nos dois séculos. Os demais dados se pulverizam com poucas manifestações em diferentes contextos. A primeira ocorrência que localizamos do MD **olha** na amostra 4E dá-se justamente nesse contexto, na peça *A casa para alugar*, de José C. de Lacerda Coutinho, nascido em 1841, a primeira a ser publicada, em 1867. Essa ocorrência nos faz projetar a hipótese de que este MD já devia estar em uso nesse contexto no século anterior, ou mesmo antes. Também o MD **vê** foi localizado em *contexto de advertência*, mas houve apenas um dado em uma peça do final do século XIX, em 1890. Vejamos ambos os exemplos em que **olha** e **vê** atuam em *contexto de advertência*:

(104) JULIETA – E se ele nunca mudar de opinião?

PAULO – Há de mudar... há de mudar de opinião...

JULIETA – **Olha**, Paulo; queres saber o que eu faria em teu lugar?

PAULO – Vejamos...

JULIETA – Apresentar-lhe-ia simplesmente a mulher, que julguei digna de meu amor e do meu nome... (*A casa para alugar*, José C. de Lacerda Coutinho, 1867, p. 55).

(105) ELVIRA – (*Descendo pela esquerda*.) Perfeitamente. Mas previna-o de que não saio hoje de casa. Quero rir-me à custa desse tolo e fazê-lo andar aqui numa roda viva.

MACÁRIO – (*Fechando a carta*.) **Vê lá...** o rapaz é rico e não é para desprezar...

ELVIRA – Deixe-o por minha conta. Esperarei ocasião oportuna para aparecer-lhe. O papai não se admire do que fizer!

MACÁRIO – (*Endereçando a carta*.) Toma cuidado, menina... Às vezes a gente pensa uma coisa e ela é outra... Não vá o chumbo virar por cima da cortiça... (*O idiota*, Horácio Nunes Pires, 1890, p. 222).

Pons Bordería (1998), Rost (2002), Waltereit (2002) e Domínguez Portela (2008) caracterizam esse tipo de contexto como uma espécie de alerta, conselho ou aviso direcionado ao interlocutor. A nosso ver, essas ocorrências de **olha** e **vê** constituem o início da trajetória de mudança semântico-pragmática dos itens, visto que o ato de fala manipulativo começa a se enfraquecer, embora indexando claramente o O. Nas ocorrências acima, ao usar os MDs **olha** e **vê** no início de sua fala, os personagens/falantes pretendem explicitamente direcionar a advertência para o interlocutor em função de suas ações realizadas ou pretendidas. Nesse sentido, mesmo em se tratando de contexto de diálogo entre personagens da peça teatral, conseguimos detectar que os itens assinalam maior grau de orientação da interação (cf. SILVA, 1999; RISSO; SILVA; URBANO, 2006), isto é, ocorrem com orientação mais nítida por parte do F em direção ao O, o que atesta a proeminência da função interpessoal (basicamente orientado para o O). Também podemos observar não só a intersubjetividade inerente do contexto de P2 (ato de fala manipulativo), mas também certa manifestação avaliativa do personagem/falante (subjetividade) (cf. TRAUGOTT; DASHER, 2002; TRAUGOTT, a ser publicado). É exemplo dessa avaliação subjetiva do F a sequência de turnos de (105), na qual o personagem *Macário* ratifica

a caracterização desse contexto com o uso de outra advertência à interlocutora: “*Toma cuidado, menina...*”.

No conjunto de peças do século XX, embora não tenhamos localizado dados de **vê**, **olha** também aparece em *contextos de advertência*. É o que se verifica a seguir:

(106) 1 - (insurgindo-se) Tas falando sério mesmo? Agora sou eu que não acredito. Isso não tem cabimento. Disem (sic) que tu faz teatro a (sic) tanto tempo e ainda sai com uma dessa, francamente... **olha** aqui seu paspalho, quem tem que dar a receita é o médico, o farmacêutico, o dentista, ao teatro está reservado o compromisso do testamento de muitas andanças. Da nossa, da minha pelo menos. O teatro cumpre a função de espantar o fantasma da mediocridade da vida (pausa). Confesso que faltou uma sacanagem/ uma cena mais ousada [...] (*Os lobos*, Ademir Rosa, 1992).

Novamente, **olha**, em contexto revestido de valor semântico-pragmático de advertência, marca a orientação da interação, claramente indexando a atenção de O à fala do personagem/falante, como em (106) “**olha** aqui seu paspalho”. Nesse contexto, **olha** aponta um processo metonímico no qual traços do *contexto de advertência* parecem ser assimilados pelos itens.

Na sequência do trajeto que projetamos como de expansão semântico-pragmática dos MDs, encontramos, na amostra de peças teatrais do século XIX, apenas um dado do MD **olha** em *contexto adversativo* e nenhum nas peças teatrais do século XX. Também não foram localizadas ocorrências de **vê** nesse tipo de contexto em nenhum dos séculos investigados. Vejamos a única ocorrência identificada na obra de Álvaro A. de Carvalho:

(107) JOÃO ANDRÉ – E tu gostas dela?
 RAIMUNDO – Eu?... amo-a, amo-a como louco!
 Tu nunca amaste, André, e por isso não podes avaliar o que se passa em mim.
 JOÃO ANDRÉ – Alto lá! menas (sic) essa! Eu cá já tive amores; **olha**; andei maluco pela Zeferina, que vendia fruta no Rocio, em Lisboa; era uma mulher do tamanho do mastro da gata... (*Raimundo*, Álvaro A. de Carvalho, 1868, p. 38).

Como descrito por Waltereit (2002), nesse tipo de contexto, F expressa um pensamento que contrasta com o manifesto por O, ou seja, O infere algo a partir da declaração de F e produz, na sequência, uma afirmação. Ao retomar o turno, F expõe uma resposta contrária à expectativa de O. Trata-se de um contexto em que uma dada declaração opõe os parceiros conversacionais. Assim, em (107), em termos semântico-pragmáticos, constatamos claramente um contraste no diálogo entre os personagens *João André* e *Raimundo*. Concomitantemente, **olha** ocorre como elemento que mantém um forte grau de orientação da interação de F (no caso, o personagem *João André*) em direção a O (*Raimundo*) (cf. SILVA, 1999; RISSO; SILVA; URBANO, 2006), o que continua a atestar a evidência da função interpessoal. Nesse contexto, o MD é um item que marca não só a intersubjetividade do contexto de P2 (ato de fala manipulativo, agora mais mitigado), mas também certa manifestação avaliativa do personagem/falante (subjetividade) (cf. TRAUGOTT; DASHER, 2002; TRAUGOTT, a ser publicado) quando este manifesta seu descontentamento frente à declaração de O.

A meio caminho entre os *contextos de advertência e interjetivo*, encontramos duas ocorrências de **olha**, uma em cada século, com sobreposição de significados. É o que se verifica no dado a seguir:

(108) PAULO (*forçando para se livrar*) – Largue-me, com mil demônios! Já lhe disse que não fui eu!

O CABO (*segurando-o sempre*) – **Olhe**, assim agrava a situação!...

COMENDADOR (*admirado*) – Paulo! (*A casa para alugar*, José C. de Lacerda Coutinho, 1867).

A nosso ver, o exemplo (108), extraído de uma peça escrita no século XIX, parece se caracterizar tanto por *advertência* como por *interjetivo*. Por um lado, porque **olha** inicia o contexto em que o personagem *Cabo* pode estar advertindo o personagem *Paulo* com relação à sua atitude de tentar se livrar da prisão. Por outro, porque **olha** dá início ao contexto que pode se caracterizar como certa surpresa do *Cabo* frente à declaração de inocência do preso. Esse exemplo que envolve a sobreposição de contextos pode caracterizar a emergência do mecanismo de mudança semântica por metonímia, ou seja, da transferência de significados por contigüidade contextual.

Seguindo nosso mapeamento dos contextos predominantemente interacionais e retomando a análise das peças do século XIX, **olha** e **vê** parecem se expandir polissemicamente em outras situações comunicativas e também sofrer alterações nos graus de orientação da interação ((inter)subjetividade). É o caso das ocorrências do MD **olha** que localizamos em *contextos de atenuação* em peças do século XIX e XX. Por outro lado, não foram encontradas ocorrências do MD **vê** nesses contextos em nenhum dos séculos da amostra 4E. Por essa razão, hipotetizamos que *o contexto de atenuação* pode vir a ser um caso de uso exclusivo do MD **olha**, portanto um contexto de restrição a **vê**. Observe o exemplo a seguir:

(109) D. MANOEL - Sim, tens razão: o cão que nos lambe a mão também nos tem amizade, e nós o acariciamos; mas nem o cão se eleva a nós, e nem nós baixamos ao cão.

MARIA - tristemente - Meu bom pai, não seja mau! Como pode fazer tal comparação?!

D. MANOEL - **Olha**, Maria, perdoo-te porque és mulher, e... és criança. Lembra-te porém sempre de quem descendes: somos de raça que pode quebrar, mas não dobrar; e fica sabendo que proíbo-te toda e qualquer familiaridade com rendeiros, marinheiros e mercadores. São vilões, que, quando têm algumas patacas, esquecem a origem e miram alto. Sinto-me sufocado no meio desta gente, e permita Deus que o vento mude a ver se me vejo livre desta... (*Raimundo*, Álvaro Augusto de Carvalho, 1868).

Os *contextos de atenuação* foram igualmente identificados em dados de pesquisas de diferentes amostras sincrônicas, como Castilho (1989), Silva e Macedo (1989), Rost (2002) e Domínguez Portela (2008). Nesse contexto, o MD parece amenizar e controlar, por antecipação, possíveis reações negativas do O a respeito do que será expresso, ou seja, F se descompromete com uma afirmação que poderia vir a ser inferida negativamente por O. No diálogo entre pai e filha, conforme exemplo (109), o pai faz uma declaração que estampa na filha um descontentamento. A fim de atenuar sua declaração, o pai, ao retomar o turno, inicia-o com o MD **olha**. Nesse contexto, o MD ainda assinala forte orientação por parte de F em direção ao O (cf. SILVA, 1999; RISSO; SILVA; URBANO, 2006; TRAUGOTT; DASHER, 2002; TRAUGOTT, a ser publicado). Além disso, **olha** também marca a mani-

festação da avaliação subjetiva do F na medida em que imprime certo abrandamento quanto à declaração anteriormente expressa. Nesse sentido, em termos direcionais, verifica-se o destaque da função interpessoal com forte componente de subjetividade.

Nas peças de teatro do século XX também foi possível identificar o MD **olha** em *contexto de atenuação*. Vejamos um exemplo na peça *O dia do javali*:

(110) VITOR – Era só que me faltava! Bem, eu não duvido de mais nada. Depois que até o velho e misterioso charme da morte foi substituído por uma repartição cheia de siglas, e com falhas de todas as repartições, eu realmente não duvido de mais nada. Eu só continuo achando, cada vez mais, que devia ter escrito sobre isso. Devia ter pelo menos tentado.

HOMEM – **Olhe**, para seu franco, eu acho que não seria um assunto interessante. Eu acho que a morte já virou a mais comum das rotinas (*O dia do javali*, Mauro Júlio Amorim, 1983, p. 28).

Numa situação intermediária entre os *contextos de atenuação e interjetivo*, encontramos um dado do MD **olha** no século XIX:

(111) ELVIRA – O tolo do Zé Pato, e digo em boa fé, será bicho do mato, mas home é que não é!
MACÁRIO – **Mas olha**, rapariga, e presta-me atenção, embora seja espiga, o Pato é um partidão! [...] O rapaz é bonito, delicado e tem dinheiro. Tem o sestro de fugir das mulheres, mas tu tens a faca e o queijo na mão para curá-lo em meia dúzia de lições ...(Sentando-se à esquerda da mesa.) Vou responder... (*O idiota*, Horácio Nunes Pires, 1890, p. 221).

Os MDs **olha** e **vê** ocorreram de modo um pouco mais recorrente (6 dados de **olha**, distribuídos ao longo dos dois séculos, e 4 de **vê**, concentrados no final do século XX) em *contexto interjetivo* da amostra 4E. Observemos alguns exemplos:

(112) Petronilha (á parte). – Mão! Já meo pai principia no choro!..
Silvério. – A isso é que se chama deixar correr o pranto, meo amigo. **Olhe**, que deve ter chorado muito! (*Os ciúmes do capitão*, Arthur Cavalcanti do Livramento, 1880, p. 48).

(113) MEFISTO – Por favor, vou ficar com pena de você e não teremos drama. Não percebeu ainda que não há solução para isto? Não podemos pensar em nada mais amplo, mais coletivo. Meu problema é eu com você, nada mais.

FAUSTO – só quero entender. Mas também não quero, **veja só!** Isso tudo é muito antigo. Se eu quero entender, volto ao velho Fausto e vou vender minha alma. Se eu não quero saber nada, porque estou no tempo certo da história, não há drama. Devolva os ingressos e as pessoas voltam para suas casas sem muito o que pensar. Se bem que já estão acostumadas. Ah, eu tô confuso! (*Prenome: Fausto*, Fábio Brüggemann, 1993, p.56).

Trata-se de contexto também identificado em amostras sincrônicas diversas (ROST, 2002; WALTEREIT, 2002; DOMÍNGUEZ PORTELA, 2008). F, ao relatar ou expor algo, emprega **olha** ou **vê** para introduzir um trecho que revela surpresa ou decepção com relação ao relatado/exposto. É o que é dito no contexto e a entonação de F que podem produzir uma inferência para O. Nos exemplos (112) e (113), em termos direcionais, verifica-se ainda a forte presença da função interpessoal e a orientação por parte do F em direção ao O (cf. SILVA, 1999; RISSO; SILVA; URBANO, 2006; TRAUGOTT; DASHER, 2002; TRAUGOTT, a ser publicado). No entanto, a depender da entonação de F, O infere outra informação – positiva ou negativa – que manifesta a avaliação de F sobre o que é dito (subjetividade) (cf. TRAUGOTT; DASHER, 2002; TRAUGOTT, a ser publicado).

Nos contextos seguintes, a função textual começa timidamente a despontar, compartilhando terreno com a interpessoal. Curiosamente, nas peças investigadas, identificamos a ocorrência de apenas um dado de três contextos que consideramos com valor mais subjetivo e com traços de relacional/textual. Em dois desses contextos ocorre o MD **olha** e em um, o MD **vê**. Vejamos, na sequência, a caracterização e o exemplo de cada um desses contextos.

Na peça *O idiota*, o MD **olha** parece ocorrer em *contexto exemplificativo*. Observe a ocorrência de **olha** na peça de Horácio Nunes Pires:

(114) ELVIRA – (Sentando-se no sofá.) Ter medo de mulheres... Este homem é...

MACÁRIO – (*Descendo.*) É rico, menina, é rico...
Lembra-te disto.

ELVIRA – Mas é estúpido!

MACÁRIO – Menina, quem tem dinheiro nunca é estúpido, nem ignorante, nem feio e nem idiota. Olha o Ambrósio. Pensas tu que se o Ambrósio tivesse um par de contos de réis, haviam de chamá-lo maluco, como o chamam agora? Estás enganada. Todos o considerariam como o homem de mais juízo deste mundo e classificariam de filosofia a sua maluquice! (*Indo à esquerda alta.*) Ambrósio! Oh! Ambrósio!

AMBRÓSIO – (*Dentro.*) Já vou, patrão.

MACÁRIO – (*Descendo.*) **Olha** conheci um barão tapado como uma porta. O animal, - animal é o termo, - não abria a boca que não dissesse um chorrilho de asneiras... mas era podre de rico... (*Indo à esquerda alta.*) Oh! Ambrósio! Ambrósio!

AMBRÓSIO – (*Dentro.*) Já vou, patrão! (*O idiota*, Horácio Nunes Pires, 1890, p. 223).

Esse tipo de contexto também foi identificado nas pesquisas sincrônicas de Rost (2002), Dostie (2004) e Dominguez e Álvarez (2005). Trata-se de contexto em que o F emprega **olha**, antes de apresentar uma sequência que visa reforçar com exemplos o que está sendo dito. Consideramos que, no contexto exemplificativo, o grau de orientação do F em direção ao O começa a se tornar mais frágil. No exemplo (114), o personagem Macário usa o MD **olha** no início de um trecho em que ele pretende dar um exemplo de pessoa “tapada como uma porta”. Nesse caso, o componente intersubjetivo começa a diminuir e o componente subjetivo vai ganhando mais proeminência espalhando-se no texto, tendo em vista que o item visa a auxiliar na organização do texto de F. Dessa feita, a função interpessoal (que indexa a atenção de O) e a textual (que auxilia na organização do texto de F) começam a se entrecruzar. Ressalte-se que ainda é bastante sutil a marca da função textual e que estamos lidando com noções gradientes.

Somente na amostra de peças relativas ao século XX é que temos ocorrência de um dado do MD *veja só* em *contexto de opinião*. Trata-se de contexto em que o personagem *Fausto* faz uma avaliação e emite sua opinião sobre outro personagem da narrativa (*O Idiota*). O exemplo (115) ilustra este contexto:

(115) IDIOTA

Não pense tanto assim, eu me atrapalho. Como pode pensar tanto, ter tantas dúvidas?

FAUSTO

Talvez porque eu não me chame Idiota. Infelizmente me chamo, não sei por quanto tempo neste drama, Fausto. Sabe o que significa Fausto, Idiota? Quer dizer, **veja só**, Idiota, feliz. No fundo, ser feliz e ser idiota dá quase no mesmo (*Prenome: Fausto*, Fábio Brüggemann, 1993, p. 61).

Consideramos que o dado (115) envolve a atuação das funções interacional e textual: a primeira, porque o personagem Fausto ainda indexa a atenção do O para si (intersubjetividade inerente); a segunda, porque o MD se localiza em posição relacional marcando a crença/opinião do F (subjetividade).

Na sequência de nosso *continuum* de uso dos MDs rumo a funções mais textuais, temos ocorrência de um dado do MD *mas olha* em *contexto causal* na peça *A filha do operário* do século XIX. É o que se verifica em (116):

(116) FELIPE – Afinal, que novidades trouxeram vocês? Como correram as manifestações desta manhã? O pessoal levou a efeito o comício na Praça do Municipal?

ROQUE – Como não?! Foi um sucesso! **Mas olha**: acabou em pau... A polícia entrevistou e choveu chanfallo e pata de cavalos...

FELIPE – A polícia garantiu que manteria a ordem!...

QUINCAS – Garantiu, mas, foi nas nossas costas... (*A filha do operário*, Ildefonso Juvenal, 1942, p. 51).

Trata-se de contexto já identificado em amostras sincrônicas (ROST, 2002; MARÍN JORDÁ, 2003; DOSTIE, 2004; DOMINGUEZ; ÁLVAREZ, 2005; DOMÍNGUEZ PORTELA, 2008). Constitui a sinalização de uma espécie de conexão entre dois segmentos um dos quais encerra a causa²³⁰ que acarreta a consequência/efeito, explicação ou conclusão contida no outro. Nesse trecho, o personagem Felipe questiona Roque sobre as manifestações na Praça Municipal e, como resposta, o segundo manifesta duas informações para o O: (i) a primeira se refere

²³⁰ Com base em Paiva (1991, p. 08), empregamos o termo *causa* em sentido amplo, recobrando outros significados como razão, explicação, justificativa.

ao sucesso do feito; a outra, reporta à explicação de que o resultado, por outro lado, tenha sido negativo e a polícia, por sua vez, teve de intervir. O personagem Roque introduz sua explicação com o auxílio do MD em “[...] *mas olha* acabou em pau”. Como se percebe, o MD coocorre com o conector *mas*. Note-se que o fato de *mas* ser tipicamente adversativo não obscurece a relação de causalidade, porque introduz a explicação solicitada, o que parece reforçar o valor relacional do MD, isto é, o componente subjetivo se torna fortemente atuante, no sentido que o F procura organizar seu próprio texto, e o intersubjetivo vai perdendo espaço.

Também no dado a seguir, extraído de peça do século XX, interpretamos que o MD *veja bem* se insere em *contexto de causalidade*, uma vez que o personagem apresenta uma série de explicações sobre a arte de representar.

(117) 1 - Você não tem netos meu filho, mas **veja bem**. Quantos papéis nós dois “vivemos” aqui neste meio tempo, isso sem ter que ficar fazendo laboratório... senão seria mais um “grito parado no ar” (dá o grito emotivo). Agora o difícil pra mim mesmo, é quando estas luzes se apagam e tudo volta a ficar igual, tudo volta a mesmice. O prazer da vida de um artista de teatro é representar a doce alegria alienante de um papel, seja ele um professor, carteiro/militar, um padre, enfim, qualquer outro ser humano comum (cúmplice). Fica complicado quando a gente precisa ser nós mesmos (*Os lobos*, Ademir Rosa, 1992).

As ocorrências diacrônicas analisadas reforçam a existência dos processos de subjetivização (significados de conteúdo > significados procedurais) e apontam indícios de gramaticalização de **olha** e **vê**. Como se viu, a distribuição em *continuum* entre os diferentes usos dos itens permite verificar a atuação das funções interpessoal/interacional e textual nos variados contextos de uso dos MDs. Das práticas comunicativas exemplificadas na amostra 4E, emergiram polissemias pragmáticas, que sinalizam, em graus variáveis, o envolvimento de F em direção a O. Constatamos que, ao longo do processo de mudança semântico-pragmática dos itens, há manutenção da herança de traços verbais (que se reflete no componente inerentemente intersubjetivo) bem como incremento de um significado vinculado à atitude do F a respeito do que é dito (que reflete o componente subjetivo) e tímida atuação no âmbito textual.

6.1.2 Análise sincrônica do comportamento (multi)funcional dos MDs **olha** e **vê**

Conforme vimos na seção anterior, embora tenham ocorrido reinterpretações contextuais que captam a expansão de caráter semântico-pragmático, **olha** e **vê** ainda retêm, nos diferentes usos mapeados, vestígios de seu significado-fonte. Como veremos a seguir, essa manutenção (reduzida) da força dêitica, com enfraquecimento do comando imperativo do F sobre o O, ainda persiste nos dados de fala atuais, podendo ser interpretada como propriedade intrínseca desses itens que, de acordo com nossa análise, se encontram em estágios incipientes de gramaticalização, e atesta a aplicabilidade do princípio da persistência de Hopper (1991).

Reforçando a análise empreendida na seção anterior, reafirmamos que, se os usos se ampliam polissemicamente nas situações comunicativas devido à constante negociação de significados entre F e O, necessitamos captar os graus de envolvimento dos interlocutores durante a interação, sugeridos por Urbano (1999, p. 198) e Risso, Silva e Urbano (2006) (cf. detalhados no capítulo 3). O que, no entendimento de Traugott e Dasher (2002) e Traugott (a ser publicado), passa a ser entendido como mecanismo da subjetivização, na medida em que os significados vão ganhando expressão do envolvimento do F em termos de suas crenças e atitudes avaliativas (subjetividade) e enfraquecimento do ato de fala manipulativo (intersubjetividade).

Feitas essas considerações, antes de procedermos à análise dos contextos discursivos dos MDs na amostra sincrônica (detalhada no capítulo 5), abrimos uma subseção dedicada aos aspectos formais dos itens.

6.1.2.1 Aspectos formais dos MDs **olha** e **vê**

Nesta etapa de análise sincrônica, nos deteremos somente nas formas derivadas de atos de fala manipulativo que codificam os MDs em contextos de P2. Assim, no levantamento dos contextos em que ocorrem, foram localizadas 709 ocorrências dos MDs (e variações) nas quatro cidades do VARSUL/SC (amostra 1F – com 24 informantes por cidade) e 225 dados na capital catarinense (amostra 2F – com 44 infor-

manentes). Já em Curitiba (amostra 3F – com 24 informantes) foram encontradas 252 ocorrências, assim distribuídas, conforme tabela 6.

TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO DAS FORMAS DOS MDS POR AMOSTRA

		Formas do MD					
Amostra	Cidade	Olha		Vê		RESULTADO GERAL	
		Apl.	%	Apl.	%	Total	%
1F	Blumenau	146	90	17	10	163	23
	Chapecó	145	83	29	17	174	24
	Florianópolis1	112	78	32	22	144	20
	Lages	175	77	53	23	228	32
	Total	578	82	131	18	709	100
2F	Florianópolis2	183	81	42	19	225	100
3F	Curitiba	99	39	153	61	252	100

FONTE: A autora (2009)

A distribuição de formas, na tabela acima, apresenta algumas peculiaridades em termos de amostras consideradas, as quais passamos a detalhar. A maior parte das ocorrências da amostra 1F é do MD **olha** (82%) e a menor do MD **vê** (18%). No que tange ao uso dos MDs, segundo a amostra 2F – que envolve apenas dados da capital catarinense –, localizamos o total de 225 ocorrências, cujos resultados também confirmam o predomínio de **olha** sobre **vê**. Todavia, embora o total de MDs localizados na amostra 3F seja superior à frequência de uso de cada cidade catarinense, os informantes curitibanos vetam a hipótese de maior frequência de emprego do MD de **olha**.

Individualmente, destacamos dos resultados da amostra 1F a cidade de Blumenau que apresentou 90% de dados de **olha** e 10% de **vê**. Embora os resultados apontem o maior emprego de **olha** em relação a **vê**, três cidades (Chapecó, Florianópolis e Lages) detêm o dobro (ou quase o dobro) de uso do MD **vê** em comparação a Blumenau, onde o emprego deste item foi menor. Esses resultados evidenciam que o MD **olha** é de uso predominante em Santa Catarina, ao passo que o MD **vê** se dá mais intensamente em Curitiba/PR. Nossa hipótese aqui é que possa haver alguma interferência de natureza geográfica, notadamente pelo fato de se saber que, nos dados de Curitiba, não há nenhuma ocorrência do pronome *tu* (cf. MENON; LOREGIAN-PENKAL, 2002;

LOREGIAN-PENKAL, 2004). Voltaremos a essa questão na análise variacionista.

Comparando esses resultados com os obtidos na análise diacrônica, constatamos que, em Santa Catarina, a tendência verificada nas peças teatrais (conforme tabela 4, 86% de **olha** – 50/58 e 14% de **vê** – 8/58) se mantém.

Apresentamos, aqui, apenas os tipos (*types*) dos MDs representados como **olha** e **vê**. O detalhamento das formas variáveis de cada MD (*tokens*), bem como da frequência de cada forma, será feito no capítulo seguinte, quando realizarmos a análise variacionista.

6.1.2.2 Aspectos funcionais dos MDs **olha** e **vê**

Nesta subseção, vamos nos ater aos *contextos de atuação discursiva* em que se encontram **olha** e **vê** na amostra sincrônica, levando-se em consideração os aspectos direcionais de mudança semântico-pragmática por que passam, notadamente a reconstrução da atuação das funções interpessoal/interacional e textual e dos graus de envolvimento do F e do O, que se refletem nos componentes subjetivo e intersubjetivo.

Procuramos, além da categorização de cada contexto esboçada segundo a literatura levantada, também, sempre que possível²³¹, apresentar dados da amostra sincrônica.

O ponto de partida do suposto *continuum* entre os diferentes usos são os contextos inerentemente interacionais, em decorrência do ato de fala manipulativo e da retenção de vestígios de seu significado-fonte, que, a nosso ver, são mais concretos, conforme justificativa apresentada na análise diacrônica.

No levantamento dos dados sincrônicos, identificamos algumas ocorrências dos itens em contextos ambíguos, cujo uso pode ser interpretado tanto como verbo pleno em P2 no imperativo ou como MD. De acordo com Hopper e Traugott (1993), contextos de ambigüidade e/ou

²³¹ Alertamos o leitor – mais uma vez – que, conforme levantamento nas amostras, em alguns contextos os MDs não são variantes. É preciso verificar se se trata de *especialização por generalização* ou *por especificação* de uso (cf. HOPPER, 1991; TAVARES, 1999), ou simplesmente de *distribuição complementar*, portanto sem variação no sentido laboviano. A intenção primeira aqui é um mapeamento da multifuncionalidade dos itens para posterior tratamento variacionista. Nesse sentido, o leitor constatará que, na caracterização de alguns *contextos de atuação discursiva*, há exemplos de apenas um dos MDs. Porém, naqueles contextos em que os resultados percentuais e probabilísticos de fato confirmam a variação, projetamos exemplos de ambos os itens.

sobreposição de funções são previstos e esperados nos processos de mudança. Observemos um exemplo de cada item:

(118) **E:** E seu Arthur, assim, em relação a problemas aqui em Blumenau, vocês são atingidos pela enchente, quando chove muito?

F: **Olha**, a nossa casa aqui não é atingida porque ela deve estar mais ou menos na cota dezenove e [as maiores enchentes] a maior enchente, que se tem conhecimento aqui, parece que atingiu dezesseis metros e meio. E nós estamos aqui, pelo menos, na cota dezenove 9 "o prédio"), né? (BLU 15)

(119) **E:** Como é que é, como é que consegue conciliar assim do voce é vendedora, né? como é que consegue conciliar, assim, tu tens quatro filhos pra cuidar, né? e mais o trabalho de casa e mais o trabalho de fora. Como é que consegue?

F: Olha, [não é] não é bem fácil, né? porque, **veja bem**, quatro filhos mais o de casa, né? eu acho, assim, que é bem <difícil>, sabe? pra mim. Tanto que eu tenho tudo eu tenho horário, sabe? pra tudo eu tenho horário, né? Então de manhã eu tenho que ficar em casa porque, né? tem que lavar roupa tem que fazer almoço, né? até [mandar] mandar todo mundo pra escola. Então, geralmente eu saio [depois da] de tarde, né? depois que eu acabo o serviço, né? Então foi esse meio que eu achei pra mim ter [o meu] o meu dinheiro, o meu ganho, né? pra ajudar em casa, foi esse. (LGS 02)

No exemplo (118), o F parece usar *olha* como verbo pleno no imperativo tendo como complemento um objeto direto (*Olha a nossa casa*), que, no caso, solicita a atenção do O para “prestar atenção em X que ele pode ver com seus olhos”. Em contrapartida, *olha* parece também ser usado como MD e revestir-se de sentido mais abstrato e antecipar a veiculação de certo contraste entre as declarações dos parceiros conversacionais, o que caracterizamos, como *contexto adversativo*. Nesse caso, o entrevistador produz uma declaração a respeito das enchentes em Blumenau. O F, por sua vez, ao retomar o turno no qual será exposta uma declaração que se opõe à expectativa do entrevistador, o faz introduzindo-o pelo MD *olha*.

No dado (119), pode-se interpretar a expressão composta *veja bem* de duas formas: (i) como verbo pleno no imperativo tendo como complemento um objeto direto que, no caso, solicita ao O que “preste atenção em X que ele pode ver com seus olhos”, no caso “*Veja bem os quatro filhos*”; (ii) como MD que veicula sentido mais abstrato e sinaliza uma espécie de conexão entre dois segmentos um dos quais encerra a explicação de como a entrevistada consegue “conciliar trabalho, casa e filhos”. Nesse caso, *veja bem* acompanhado de *porque* introduz a explicação apresentada pela entrevistada. Caracterizamos, conforme se verá adiante, esse contexto como *causal*.

A tabela 7 exhibe a distribuição dos MDs derivados de P2 nos diferentes *contextos de atuação discursiva* em que eles aparecem nas amostras examinadas. Os contextos estão verticalmente arranjados na tabela de acordo com a ordenação proposta no quadro 13.

TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS DOS MDS *OLHA E VÊ* POR AMOSTRA, SEGUNDO O *CONTEXTO DE ATUAÇÃO DISCURSIVA*²³²

Contextos de atuação discursiva	AMOSTRAS													
	1F										2F		3F	
	BLU		CHP		FLP1		LGS		RESULTADO GERAL		FLP2		CTB	
	olha	vê	olha	vê	olha	vê	olha	vê	olha	vê	olha	vê	olha	vê
De advertência	16	0	16	1	30	0	43	1	105	2	57	1	40	6
Adversativo	20	0	14	0	11	0	6	0	51	0	15	0	1	1
De atenuação	19	0	19	0	12	0	14	0	64	0	20	0	7	0
Interjectivo	8	0	12	0	8	2	16	9	44	11	10	2	7	10
De prefaciação	5	1	7	0	8	0	14	1	34	2	13	0	2	0
De parentetização	0	1	-	-	2	7	6	7	8	15	2	10	2	9
Exemplificativo	20	3	26	6	17	6	16	5	79	20	26	7	10	57
De opinião	37	0	29	0	20	1	22	1	108	2	34	1	19	20
Causal	20	12	21	22	4	16	38	29	83	79	6	21	9	50
Concessivo	1	0	1	0	-	-	-	-	2	0	-	-	2	0
Total	146	17	145	29	112	32	175	53	578	131	183	42	99	153
Total geral	163		174		144		228		709		225		252	

FONTE: A autora (2009)

Dez tipos de contextos de atuação discursiva foram identificados nos dados sincrônicos (três mais do que nas peças: *de prefaciação*, *de*

²³² Alertamos que a distribuição ordenada dos contextos na tabela não significa que um contexto tenha sido necessariamente derivado do anterior. Não encontramos evidências diacrônicas suficientes para atestar, com certa segurança, um percurso. Ou seja, a trajetória de expansão prevista não implica que todos os MDs tenham passado por todas as etapas. Trata-se, apenas, de distribuição provável, com base no critério da subjetivização crescente.

parentização e *concessivo*). Observando a tabela 7 e considerando o resultado geral da amostra 1F, notamos que 107 em 709 dados totais (15%) se caracterizam como *contexto de advertência*. Já na amostra 2F, 58 ocorrências em 225 dados totais (26%), ao passo que, na amostra 3F, são 46 dados do total de 252 ocorrências (18%). Comparando com os resultados diacrônicos, percebemos diferença significativa em termos percentuais: nas peças cerca de 60% dos dados se encontram em *contextos de advertência*. Isso significa que aquelas ocorrências esporádicas de MDs nos demais contextos nas peças se intensificaram de modo significativo nos dados de fala atuais, além de os MDs se expandirem para novos contextos, especialmente o de *prefaciação*.

Conforme a leitura de diferentes autores (PONS BORDERÍA; 1998; ROST, 2002; WALTEREIT, 2002; DOMÍNGUEZ PORTELA, 2008) que analisaram *corpora* diversos, para caracterizar os *contextos de advertência*, consideramos que o F produz uma espécie de alerta, conselho ou aviso direcionado ao interlocutor. Em termos de graus de envolvimento de F e O, observa-se a orientação mais nítida por parte do F em direção ao O (intersubjetividade). Vejamos as seguintes ocorrências:

(120) E: E era mais sadio me parece, né?

F: Era mais sadio porque você dançava, você se divertia, né? Naquela época, a gente não via falar em droga, não via falar em AIDS, né? não via falar em camisinha, né? E hoje em dia não, hoje em dia [você já tem que] se o jovem vai sair, você já tem que alertar, né? Eu tenho a minha filha com dezessete anos, eu tenho que alertar o perigo, né? "**Olha**, se te oferecerem [um] uma bebida, um estranho, você não né? você [não] não tome. Se oferecerem um cigarro, não pegue, né? Até um perfume que dêem pra cheirar, né? não pode, tudo é perigoso, né? Se alguém te oferecer uma carona, tu não podes, né?" E naquela época não, todo mundo era amigo, né? todo mundo se conhecia, né? Era mais fácil pra gente conservar assim e ter amigo, porque tu sabias o que que era amigo, né? né? (LGS 17)

(121) E: [Conta] um pouco porque eu não conheço nada, eu tenho muita curiosidade porque [é] tem o aeroporto, tem a praça, [muita coisa]

F: [Doutor Serafim,] esse é filho do falecido Ernesto Bertaso, né? [esse] [esse foi] ele foi coloni-

zador daqui. [Então ele vendia] o meu pai ia vender terras pra ele, né? Ele tinha terras por toda parte aqui, colônias, e o pai ia fazer as vendas pra ele. E era uma gente assim muito boa, gente que tinha. E ele tinha só três filhos: o Doutor Serafim, o Doutor Jaime [e a Dona] e a Dona Elza. Vive só a Dona Elza hoje, os outros já morreram, ele morreu, a Dona Zenaide morreu, com cento e seis anos, a esposa do seu Bertaso. É, agora esse ali, então, [o Doutor Serafim que é] o Doutor, como é o nome dele, que é filho do Doutor Serafim. Ai, meu Deus! Vê, como a gente esquece Ivan Bertaso, casado com a Eliane que é uma senhora, a Eliane Silvestre. Só esses ali, [<el>] eles têm duas filhas, mas não moram mais aqui não. Não sei onde estão morando. Ele foi um grande colonizador daqui, comprava terras depois vendia, e o pai fazia as vendas pra ele, até lá pro Quilombo, Xaxim, lá pra Mondai, Pinhalzinho, por aí tudo o pai ia vender as terras. (CHP 21)

No exemplo (120), o informante reproduz sua própria fala dirigida a uma terceira pessoa fora do diálogo. O MD **olha** introduz o contexto de discurso reportado no qual é feita uma censura acerca das ações realizadas ou pretendidas pela terceira pessoa. Observe que, antes da reprodução do trecho de discurso reportado, a expressão “[...] eu tenho que alertar o perigo, né?” ratifica a caracterização do significado semântico-pragmático de advertência desse trecho no qual *olha* se insere. No exemplo (121), *vê* se insere em um contexto em que o F adverte sobre o conteúdo de seu próprio enunciado que pode se constituir como um possível ato ameaçador de sua face porque esquece o nome de uma pessoa conhecida. No trecho que *vê* introduz (“Vê, como a gente esquece”), o F emprega a expressão “a gente”, que indexa o F ao O, e assim visa neutralizar as ameaças potenciais à sua face.

Como se vê nessas ocorrências, há a veiculação do significado semântico-pragmático de advertência ao mesmo tempo em que os itens assinalam alto grau de orientação por parte do F em direção a O (cf. SILVA, 1999; RISSO; SILVA; URBANO, 2006), o que atesta a proeminência da função interpessoal (basicamente orientado para o O). Também podemos observar não só os graus de envolvimento do F e do O, refletidos na intersubjetividade inerente do contexto de P2, via ato de fala manipulativo, mas também certa manifestação avaliativa do F (sub-

jetividade) (cf. TRAUGOTT; DASHER, 2002; TRAUGOTT, a ser publicado) na medida que o F produz um alerta, conselho, aviso.

Na sequência do mapeamento que projetamos como de expansão semântico-pragmática de **olha** e **vê** e observando a tabela 7, segundo resultado geral da amostra 1F, notamos que 51 em 709 dados totais (7%) se caracterizam como *contexto adversativo*. Já na amostra 2F, 15 ocorrências em 225 dados totais (7%), ao passo que, na amostra 3F, são somente 2 dados do total de 252 ocorrências (0,79%). Na análise diacrônica, foi encontrada uma única ocorrência de MD nesse tipo de contexto.

Segundo a descrição de Waltereit (2002), assumida por nós nesta tese, no *contexto adversativo*, consideramos que F expressa um pensamento que contrasta com o manifesto por O, ou seja, O infere algo a partir da sugestão de F e produz, na sequência, uma afirmação. Ao retomar o turno, F, ao expor resposta contrária à expectativa de O, o faz introduzindo-a por um MD. Trata-se de um contexto em que dada declaração opõe os parceiros conversacionais e, no que tange aos graus de envolvimento de F e O, a orientação começa a se tornar um pouco enfraquecida por parte do F em direção ao O. Observe as seguintes ocorrências:

(122) E: [São] são mais comportados que a mãe então?

F: Mais que a mãe, não. [...]

E: O pai não era levado?

F: **Olha**, a sogra diz que era. (falando rindo) Mas eu não sei se era mesmo, mas ela disse que ele era muito de O meu, como eu falei, o de onze anos, o ("o Jones"), ele puxou muito o pai, em teimosia, [em] em tudo assim. [A] [a <mane>] a maneira de ser, sabe? Que ele é assim, quando ele não quer as coisas, ele não quer mesmo, né? E, isso ali: "Eu não quero e não faço!" E diz que ele era assim, porque ele tinha problema duma vista, até hoje tem, né? porque tem uma vista curta, ele só tem uma que enxerga mesmo, né? (BLU 02)

(123) F: Aquele tempo que eu era solteira ainda acho que nem tinha esse Operário aí.

E: Não tinha ainda? Claro que tinha [porque meu pai acho que é mais velho que você.]

F: [Não, que **veja bem**], eu casei com dezoito anos. Então estou com trinta e nove, vou fazer qua-

renta casei novinha. Acho que nem tinha, nem existia acho. Sei lá. (CTB 08)

No exemplo (122), após a pergunta direta do entrevistador sobre o comportamento do pai do entrevistado na infância, o F apresenta resposta contrária à afirmação expressa pelo entrevistador e a introduz fazendo uso do MD **olha**. Em (123), na insistência do entrevistador quanto à sua oposição à declaração do informante, *veja bem* inicia um contexto em que o F também persiste na declaração oposta à afirmada pelo entrevistador. Assim, em ambos os dados, em termos semântico-pragmáticos, constatamos claramente um contraste no diálogo entre os parceiros conversacionais. Concomitantemente, **olha** e **vê** ocorrem como elementos que mantêm a orientação da interação de F em direção a O, embora um pouco enfraquecida (cf. SILVA, 1999; RISSO; SILVA; URBANO, 2006), o que continua a atestar a evidência da função interpessoal (basicamente orientado para o O). Nesse contexto, o MD é um item que marca não só a intersubjetividade inerente do contexto de P2 (ato de fala manipulativo), mas também a manifestação avaliativa do F (subjetividade) (cf. TRAUGOTT; DASHER, 2002; TRAUGOTT, a ser publicado) quando este manifesta seu embate frente à declaração do O.

Seguindo o mapeamento dos contextos de nossa amostra, **olha**²³³ ocorre em *contexto de atenuação*. Retornando à tabela 7, considerando o resultado geral da amostra 1F, temos 64 ocorrências em 709 dados totais (pouco mais de 9%) que se caracterizam como *contexto de atenuação*. Esse percentual é semelhante à amostra 2F (20 ocorrências em 225 dados totais, aproximadamente 9%), ao passo que, na amostra 3F, são somente 7 dados do total de 252 ocorrências (aproximadamente 3%). Nas peças foram encontradas 5 ocorrências de MDs nesse tipo de contexto (8%), mantendo-se, pois, proporção semelhante nos dados de fala de Santa Catarina.

Esse contexto foi descrito a partir de pesquisas de diferentes amostras sincrônicas, como Castilho (1989), Silva e Macedo (1989), Rost (2002) e Domínguez Portela (2008), conforme já mencionado. Para caracterizá-lo, consideramos que o MD se insere num trecho em que o F parece amenizar e controlar, por antecipação, possíveis reações negativas do O a respeito do que foi sugerido, ou seja, F se descompromete

²³³ No rastreamento da amostra sincrônica, não localizamos exemplos de **vê** atuando em *contexto de atenuação*. Nesse sentido, como o leitor verá adiante, esse contexto foi descartado da análise variacionista, por se definir, na amostra analisada, uma distribuição complementar (ou especialização de uso) do MD **olha**, já que não se encontra em alternância com **vê**.

com uma afirmação que poderia vir a ser inferida negativamente por O. Nesse sentido, há sinalização de avaliações subjetivas do F, mas ainda há envolvimento com o interlocutor (intersubjetividade). Por exemplo, após uma *pergunta aberta*²³⁴ em que o F é convidado a expor sua opinião, o MD inicia uma resposta que aparentemente tenta amenizar e controlar, por antecipação, possíveis reações negativas do entrevistador a respeito do que será expresso, ou se descompromete antecipadamente de uma afirmação comprometedora. No que diz respeito aos graus de envolvimento entre os parceiros conversacionais, a orientação por parte do F em direção ao O parece que vai cada vez mais se atenuando e a subjetividade vai ganhando ainda mais espaço. Vejamos o seguinte exemplo:

(124) E: É, e o que é que o senhor gosta mais de ver na televisão?

F: **Olha**, quer dizer, tem muitos homens que não gostam, mas aquilo que eu gosto de ver, por exemplo, essas novelas de como eu, quer dizer, que não perdia nenhum o Pantanal. (CHP 14)

Em (124), o informante (masculino, mais de 50 anos), ao ser questionado acerca de seus gostos televisivos, parece evidenciar certa insegurança em afirmar, para a entrevistadora, que gosta de assistir novelas, uma vez que, como ele mesmo diz, a maioria dos homens é – ou deveria ser – avesso a este tipo de programa televisivo. A fim de atenuar sua declaração frente à entrevistadora, inicia a resposta com o MD **olha**. Outro aspecto que caracteriza bastante os contextos de atenuação diz respeito às pausas, uma vez que, ao procedermos à audição das fitas, identificamos a tendência de o F geralmente, nesse contexto, produzir pausas longas após o MD.

Como já acentuamos, nesse contexto, o MD ainda assinala de modo mais enfraquecido a orientação por parte de F em direção a O mas também se observa a manifestação da avaliação subjetiva do F na medida em que imprime certo abrandamento quanto à declaração a ser expressa.

O próximo tipo de contexto no qual evidenciamos os MDs ocorrendo em nossa amostra se dá em *contexto interjetivo*. Observando a

²³⁴ Segundo Rizzo (2006, p. 475-476), “perguntas abertas geralmente são encabeçadas por pronomes e advérbios interrogativos (*o quê?*, *quais?*, *como?*, *quando?*, *por que?*, *quanto?*), marcadores de tematização (*e quanto a...?* e *em relação a...?*), ou expressões solicitadoras de opinião (*o que acha de?*, *na sua opinião...?*, *no seu ponto de vista...?*), que, em princípio, propiciam, como resposta, desenvolvimentos tópicos e posicionamentos que vão além de respostas lacônicas, ou de simples afirmação ou negação.”

tabela 7, os resultados para o *contexto interjetivo* distribuem-se da seguinte forma: segundo resultado geral da amostra 1F, há 55 ocorrências em 709 dados totais (aproximadamente 8%); conforme a amostra 2F, notamos 12 ocorrências em 225 dados totais (pouco mais de 5%); e, por fim, considerando as ocorrências da amostra 3F, temos 17 dados do total de 252 ocorrências (aproximadamente 7%). Na análise das peças teatrais, foram encontrados 10 dados nesse tipo de contexto, equivalentes a 17% daquelas ocorrências. Ou seja, foi nas peças que o uso dos MDs se mostrou mais recorrente nesse contexto de atuação discursiva.

Trata-se de contexto delineado nas pesquisas sincrônicas de Rost (2002), Waltereit (2002) e Domínguez Portela (2008), conforme já referido. Para caracterizar esse contexto, consideramos que F primeiramente expõe/relata/opina sobre um fato marcante de sua vida e, no final da exposição/do relato/da opinião, os itens introduzem um trecho que se caracteriza por veicular surpresa ou decepção com relação ao que foi relatado/exposto/opinado em trecho anterior pelo próprio F. Em termos de graus de envolvimento de F e O, a orientação por parte do F em direção ao O parece que vai cada vez mais se abrandando e a subjetividade também ganha espaço, marcada inclusive com exteriorização de sentimentos/attitudes, expressividade do F. Ou seja, mais envolvimento do F consigo mesmo e menor com o O. Atente-se aos exemplos a seguir:

(125) **F:** [...] E ela, faz oito anos que ela Só foi amputada a perna, né? tem problema de pressão, tal, mas, né? está viva, né? Então é uma graça que [a gente] que a gente agradece sempre no grupo, né? E daí também tem outro caso, sobre o marido dela também, que é o meu cunhado, e o filho dela. [Eles] eles eram alcoólatras. . Meu cunhado, ele era alcoólatra há vinte anos. Então a gente já não sabia mais como salvar ele, sabe? A gente rezava, a gente fazia oração na casa dele e ele chamando nome pra nós. Mas nunca deixamos de rezar. Uma vez ele estava lá no quarto e nós rezando na cozinha e ele [dizia] mandando que nós fôssemos embora. E nós sempre rezando e fazendo corrente de oração pra ele e para o filho, sabe? que os dois eram alcoólatras. [E] e a gente fazia oração e pedia pra que Deus iluminasse, que um dia a gente conseguisse, assim, alguma coisa, porque ensinava um remédio, ensinava um remédio caseiro, tudo a gente fazia e não <consi> conseguia que eles parassem de tomar. Então a gente sempre rezava

muito, né? e pedia pra que Deus um dia abrisse a mente da gente, a gente aprendesse alguma coisa, assim, que ajudasse eles, né? pra salvar, né? salvar [aquela] aquela pessoa, aquela família. E **olha**, faz três anos, fez três anos, está fazendo três anos agora, foi no dia de finados que ele parou de tomar. [A gente conseguiu] a gente conseguiu que ele Ele machucou um pé [e] e daí ele se entregou, sabe? ele se entregou, né? [a gente <co>] a gente conseguiu levar no hospital e marcar, né? [e] e esperar o internamento numa clínica (vozes) E marcamos daí [um] [um] um internamento pra ele, né? e foi feito o tratamento e hoje, graças a Deus, ele é um homem sóbrio, né? há três anos ele é um homem sóbrio. Então é uma graça também que a gente conseguiu em grupo, né? em oração. (LGS 17)

(126) **F:** [...] Aí, dali uma semana que ele foi lá na igreja, que ele voltou na igreja já, como diz o ditado, né? com Jesus. E ele foi fazer uma visita para um pastor lá, você não conhece mas o nome é a Curva da Morte, é a que vai é lá onde sai lá pra ir pra Campo Belo, sabe? para o Rio Grande, [é <pe>] é pego [essa] [essa] essa Curva da Morte. [E] e ele foi fazer uma visita lá na casa, que o pastor foi chamado pra fazer uma visita. Chamaram o pastor, daí o pastor convidou ele e ele foi lá. E eles chegaram lá, o pastor estava <fa> <fa> orando pela pessoa e tudo, ele foi batizado pelo Espírito Santo [lá na] lá [na] na casa da pessoa. Tu viste [no] [ele] ele Jesus, né? Você **vê**, ele foi batizado lá, ele não tinha sido nem batizado na água, mas ele foi batizado pelo Espírito Santo. [("Faldungas")] ("faldungas") assim diferente, sabe? Eu acho que você já sabe assim o que é que uma pessoa batizada pelo Espírito Santo, né? (LGS 13)

Nas ocorrências (125) e (126), os informantes narram situações vivenciadas por terceiros que, de alguma forma, lhes causam perplexidade. Em (125), pelo fato de o cunhado deixar de beber após vinte anos e, em (126), porque o filho, que jamais tinha sido batizado, o foi por um pastor. Tudo o que é dito pelo F e a sua entonação podem provocar uma inferência por parte do O, no caso ou uma surpresa ou uma decepção. Em termos direcionais, verifica-se o destaque da função interpessoal na

orientação por parte de F em direção a O. Além disso, a depender da entonação de F, O infere outra informação – positiva ou negativa – que manifesta a avaliação de F sobre o que é dito.

A meio caminho entre os *contextos de advertência e interjetivo*, encontramos ocorrências de **olha** com sobreposição de significados que podemos considerar como *advertência/interjetivo*.

É o que se verifica no dado a seguir:

(127) **F**: [...] Uma vez [vinha a] veio pra cá uma, casou com um sobrinho meu, ela é do litoral, ela morava em Tubarão, e ela veio no verão. Aí eu disse: "**Olha**, vai te preparando. Que bom que você veio no verão, porque se fosse no inverno você não ia aguentar." Diz ela: "Mas porquê?" Eu disse que: "Sim, precisa roupa de lã, precisa, né? [as] os <eslaques> não podem ser de Inclusive meias, tem que ser meia "Ah, mas não é possível!. E ela não acreditava. E quando chegou [no] [no] no inverno mesmo, ela se apavorou, ela nunca imaginava que a gente precisava [de um] de um lençol térmico pra poder dormir numa cama quente. [...] (LGS 21)

A nosso ver, o contexto que o MD **olha** introduz, apresentado no exemplo (127), parece se caracterizar tanto por *advertência* como por *interjetivo*. Por um lado, porque, ao se olhar a “porção de texto” menor “*Olha, vai te preparando*” parece claramente caracterizar um conselho direcionado ao O. Se tomarmos a “porção de texto” ampla da sequência do discurso reportado e fizermos a releitura como “*Olha, que bom que você veio no verão, porque se fosse no inverno você não ia aguentar*”, há a manifestação no contexto de certa alegria/surpresa com relação à chegada antecipada do O. Esse exemplo que envolve a sobreposição de contextos pode caracterizar a emergência do mecanismo de mudança semântica por metonímia, ou seja, da transferência de significados por contigüidade contextual, uma vez que estamos prevendo, no *continuum* de mudança que envolve os MDs, que os *contextos de advertência* (decorrentes da aceção do verbo pleno relativa a *cuidado com*) podem estar derivando os *contextos interjetivos*.

Conforme a tabela 7, considerando o resultado geral da amostra 1F, notamos que 36 em 709 dados totais (pouco mais de 5%) dos MDs **olha** e **vê** se caracterizam como *contexto de prefaciação*. Já na amostra

2F, 13 ocorrências em 225 dados totais (aproximadamente 6%), ao passo que, na amostra 3F, são apenas 2 dados do total de 252 ocorrências (menos de 1%). Nas peças, não foi identificada nenhuma ocorrência de MD nesse tipo de contexto.

Segundo descrito por Schiffrin (1987), Risso (1999, 2006), Rost (2002) e Dostie (2004), consideramos, na caracterização desse contexto, que o F produz certo retardamento do tópico da *pergunta aberta* pelo entrevistador. Nesse sentido, os itens ocorrem no início de contextos em que a resposta solicitada pelo entrevistador é inferida ou apresentada mais tardiamente. Quanto aos graus de envolvimento de F e O, o MD indexa a intersubjetividade (o F responde a pergunta do seu parceiro conversacional) mas ganha espaço a subjetividade, uma vez que o F procura retardar o tópico requerido. Observe os dados na seqüência:

(128) E: E o que que vocês comiam?

F: **Olha**, eu [pra] depois que [<me <co>] comecei crescer como gente, olha, na casa do meu pai nunca faltou nada. Jardim, o pai [tinha] sempre foi bem, nós sempre tínhamos porco, galinha. Ele tinha até as [caixas] caixas de abelha sempre. [<Bo> nós não] [pra] depois que me conheci como gente, que comecei crescer fome não passa nunca porque o pai foi que teve sorte, depois que foi morar lá muita foi bem, né? (CHP 01)

(129) E: [Como] como é que era a [<juvent>] como é que o senhor [a] vê assim, a juventude de agora, com a juventude de sua época]

F: [Mais fácil] a juventude de agora. Você **vê**, eu quando ganhei o meu primeiro par de sapato, nós éramos de família humilde, (risos I) eu tinha catorze aninhos de idade. Hoje a criança nasce [com] com sapato no pé. Eu sou franco, não tenho vergonha, [eu acho que o] eu gosto de ser puro. O meu primeiro par de sapatos, tinha catorze anos de idade. Lá eu dava valor, quando era o Natal ou a Páscoa, dava valor porque a gente ganhava um chocolatzinho. Hoje a criança come chocolate [todo] todo o dia. Então [o] era mais barra pesada antigamente. [<Antiga>] hoje se o guri numa Discoteca ou num baile, se ele não tem carro, ele não vai, ou moto. Meu tempo ia de bicicleta. Eu viajava vinte quilômetros pra ir num baile, de bicicleta. E era o automóvel da época, [era um] quem tinha

uma bicicleta [era] há cinquenta, há quarenta anos atrás vamos supor, [um] um automóvel era uma bicicleta. Então eu acho que hoje se torna mais fácil [pra quem] pra quem trabalha está mais fácil hoje. [Bem mais fácil.] (BLU 16)

Observe que, em (128) e (129), o informante retarda a resposta à pergunta do entrevistador. No exemplo (128), o MD **olha** introduz a resposta que, no início, parece bastante confusa. Não há o atendimento explícito da pergunta do entrevistador, antes o F faz questão de ressaltar que, “na casa do meu pai”, nunca faltara nada, inclusive comida, pois a família criava porcos, galinhas e abelhas. Assim, o entrevistador infere pela resposta sugerida do F que a família (do F) consumia os derivados (carnes, ovos e mel) dessa criação. No exemplo (129), o MD **vê** introduz o comentário que retarda a resposta do entrevistado. Embora pareça que o informante, num primeiro momento, vai atender diretamente a pergunta do entrevistador, num segundo momento, insere um relato de fatos de sua infância que retarda a resposta solicitada sobre a comparação entre a juventude do passado e a atual. Ao final de sua exposição, o trecho em destaque mostra o momento em que o informante retoma o tópico solicitado pelo entrevistador.

Em termos direcionais, verifica-se ainda a presença da função interpessoal na orientação por parte de F em direção a O. Concomitantemente, também se observa que O necessita inferir ou aguardar pela resposta do F, visto que se insere num contexto em que fica latente a manifestação da avaliação de F sobre o que é dito (subjatividade).

Na seqüência do mapeamento que projetamos como de expansão semântico-pragmática de **olha** e **vê** e observando a tabela 7, segundo resultado geral da amostra 1F, notamos que 23 em 709 dados totais (pouco mais de 3%) se caracterizam como *contexto de parentetização*. Já na amostra 2F, 12 ocorrências em 225 dados totais (pouco mais de 5%), ao passo que, na amostra 3F, são 11 dados do total de 252 ocorrências (pouco mais de 4%). Na amostra diacrônica nenhum dado desse tipo foi encontrado.

Para caracterização desse tipo de contexto, tomamos a definição de parentetização de Jubran (2009, p. 297):

[...] os parênteses são reconhecidos como inserções, em um tópico discursivo, de segmentos com constituição formal variada (SNs, frases simples, frases complexas, pares adjacentes), que não são atinentes ao tópico no qual se encaixam, na medi-

da em que não integram o conjunto de referentes pelos quais se procede a construção tópica. Nesse sentido, a particularidade da parentetização é a de provocar um desvio do tópico, que é momentaneamente interrompido, voltando à cena assim que se fecharem os parênteses.

Quanto ao grau de envolvimento de F e O, a orientação por parte do F em direção ao O, nos trechos parentéticos, parece que vai cada vez mais se atenuando e a subjetividade também ganha mais evidência. Verificamos, na amostra investigada, os seguintes exemplos:

(130) **E:** Móveis [usados?]

F: [Móveis] usados, ele tinha vendido tudo, tudo, sabe? De roupa pra cima, de enxoval que eu tinha feito pra cima, tudo coisinha boa que eu tinha, né? custei tanto pra ter. Pois olha, pra te encurtar o "causo" como diz o outro eu não tinha nada, nada, nada. Eu tinha um pouco de roupa, (vozes) assim, negócio pequeno, né? (vozes) Estava na casa de uma senhora, lá amiga dele, né? uma vizinha nossa, estava tudo no muro as minhas coisas, assim tudo (ruídos) estragado, sabe? Então [eu perdi] eu perdi tudo, tudo, tudo, o que eu tinha, (vozes) né? trabalhado e perdi tudo, né? Daí, daí aqui que eu comecei a trabalhar de novo, né? e comecei a lutar, a minha vida nunca foi muito parada, sabe? sempre foi bastante difícil. (LGS 02)

(131) **E:** E é bastante procurado aqui [esse] [esse] a sua escola? Bastante alunos agora?

F: É procurada, em parte. Esse ano não está. Bom, estão chegando, né? Esse ano está meio fraco. Mas temos uma base de duzentos alunos. É fraco, porque eu já tive, nesta escola, nessa aqui, perto de quinhentos. Agora também dizem que a maré não está pra peixe, né? não estava pra peixe, pode ser que agora esteja, então a gente tem esperança. Mas [vai indo] tem professoras, tudo, né? Vamos ver como é que fica. Precisa ter alguma coisa pra fazer. Dizem que o ser humano (toss) só é feliz, veja bem, isso é importante pra você e pra todo mundo, o ser humano só é feliz, quando tem alguma coisa para fazer, eu digo, procurar uma ocupação, [é] alguma coisa para fazer, alguém a

quem amar, tanto pode ser uma pessoa, como | pode ser os filhos,| como pode ser uma causa, né? Alguém, alguma coisa, algo a amar [é] e algo a esperar. Esperança. Então a gente tem que ter alguma coisa para fazer e alguma coisa para se dedicar, né? É o que estou fazendo. Enquanto desço o caminho rápido da vida, ora rindo, ora chorando, às vezes rindo e chorando ao mesmo tempo. O que era a outra coisa? (CTB 24)

Em (130) e (131), *olha* e *veja* inserem-se num enunciado parentético em que o F encaixa um comentário que não integra diretamente a articulação tópica sugerida pelo entrevistador. O trecho destacado na ocorrência (131) marca a interrupção do comentário sobre a felicidade do ser humano.

Nesses dados, mantém-se de modo tímido a função interpessoal, em termos de orientação por parte de F em direção a O, que começa a perder evidência, marcada principalmente pelos contextos em que se observa a maior manifestação da avaliação de F sobre o que é dito.

Nos contextos seguintes, a função textual começa timidamente a despontar, compartilhando terreno com a interpessoal. Vejamos, na seqüência, a caracterização e o exemplo de cada um desses contextos.

Conforme a tabela 7, os MDs *olha* e *vê* ocorrem em *contexto exemplificativo*. Os resultados para esse tipos de contexto se distribuem da seguinte forma: segundo resultado geral da amostra 1F, há ocorrência de 99 em 709 dados totais (aproximadamente 14%); conforme a amostra 2F, notamos 33 ocorrências em 225 dados totais (próximo a 15%); e, por fim, considerando as ocorrências da amostra 3F, temos 67 dados do total de 252 ocorrências (aproximadamente 27%). Na amostra diacrônica analisada foi encontrado apenas um dado de MD nesse tipo de contexto.

Segundo o levantamento nas pesquisas de Rost (2002), Dostie (2004) e Dominguez e Álvarez (2005), conforme já mencionado, consideramos, na caracterização desse tipo de contexto, que o F visa mostrar com exemplos o que foi dito por ele ou o que foi questionado pelo entrevistador. *Olha* ou *vê* ocorrem no início dessa seqüência de exemplos. Segundo Dostie (2004), o MD também pode ser parafraseado pela expressão “*Tomemos (como exemplo) o caso X.*” Quanto aos graus de envolvimento de F e O, o MD indexa a intersubjetividade mais fragilmente porque ocorre no meio do enunciado e passa a ganhar maior es-

paço a subjetividade, uma vez que o F trabalha cognitivamente seu texto, inserindo exemplos ilustrativos acerca daquilo que é apresentado. Nas amostras investigadas, localizamos as seguintes ocorrências desse tipo de contexto:

(132) **F:** [...] Ah, isso ele fazia muito de abrir a porteira, por exemplo, abrir não, pendurar a porteira. Tinha [uma] uma tucaneira, a gente chama de tucaneira, é taquara que [<s>] né? taquara bem em frente ao portão, [ele] ele amarrava o portão em cima da tucaneira, empurrava lá em cima e o gado entrava, comia as alfices, o repolho, comia todo Ai! isso que ele fez umas cinco vezes, ele conta. Ele disse que ele ainda fez <des> e o pai e ele nunca descobriu. Aí um dia [o meu] o pai dele ficou com raiva, o meu avô ficou com raiva e cortou a tucaneira fora com portão e tudo junto, quebrou o portão **olha**, assim essas brincadeiras assim de, por exemplo, trocar o cavalo por boi, né? Os caras chegavam no bar e pra de noite assim jogar [um] um truco, né? que é o jogo deles, então eles tiravam os cavalos, soltavam e amarravam os bois, então era tudo escuro naquela época, não tinha energia, né? Os caras sentavam [no] na sela quando iam pegar [era o] tinha galho e ficavam assustados, diziam que era o diabo e não sei o quê. Ah, ele conta muito, meu pai foi muito travesso. (BLU 17)

(133) **E:** Na sua opinião, o que que deveria ser feito pelos governantes, por nossos representantes?

F: Sei lá, acho que tem que entrar [um] uma pessoa [que] que faça alguma coisa, né? [uma <ref>] mudar a reforma agrária, ou acabar com muitas mordomias, né? que é só o que tem nesse país. E, sei lá, tem que ser um presidente que tome iniciativa de fazer alguma coisa, né? Porque do jeito que está, entra um, sai outro, fica sempre na mesma coisa, né? cada vez é pior. Tem que acabar com muito roubo, roubos, né? ou Por exemplo, agora, **tu vê**, [essa] esse escândalo da previdência aí é uma vergonha, né? Os caras roubam tudo e ninguém faz nada pra eles, né? Tem que acabar com esse tipo de coisa, né? Deputado ganhar um

pouco menos, né? e fazer mais alguma coisa pro povo, né? porque não fazem nada. (CHP 02)

Em (132) e (133), os falantes expõem, ao longo de uma seqüência narrativa e outra dissertativa, respectivamente, exemplos de brincadeiras e de acontecimentos graves que abalaram a opinião pública. **Olha** ou **vê** ocorrem junto a esses contextos exemplificativos, os quais podem ser ratificados pela expressão “por exemplo”, antes ou depois do MD.

Como se vê em (132) e (133), há a veiculação do significado semântico-pragmático de exemplificação ao mesmo tempo em que os itens assinalam orientação menos nítida (no exemplo (132)) por parte de F em direção a O (cf. SILVA, 1999; RISSO; SILVA; URBANO, 2006), e mais atenção à organização textual. Por outro lado, no exemplo (133), o pronome “tu” junto ao MD parece ainda apontar a indexação do F ao O, o que configura a intersubjetividade inerente do contexto de P2, via ato de fala manipulativo, embora de modo mais tênue, e ocorre manifestação de expressão subjetiva do F na medida em que articula coesivamente o seu texto.

Dando continuidade ao mapeamento dos contextos de uso dos MDs em nossa amostra e observando a tabela 7, notamos que as ocorrências que se caracterizam como *contexto de opinião* ficam em torno de 15% nas três amostras investigadas. Se considerarmos somente o resultado geral da amostra 1F, temos 110 dados de 709 totais; se levarmos em conta a amostra 2F, identificamos 35 em 225 dados totais, ao passo que, ao focarmos a amostra 3F, são 39 dados do total de 252 ocorrências. Considerando o resultado geral da amostra 1F de Santa Catarina, esse tipo de contexto tem distribuição equivalente ao contexto *de advertência*. Já nas peças teatrais foi encontrado apenas um dado de MD nesse tipo de contexto. Essa é uma diferença bastante significativa entre as amostras escrita (diacrônica) e falada (sincrônica).

Para caracterizar esse contexto, consideramos que, após uma *wh-question*, o F inicia sua exposição opinativa sobre um assunto/fato/pessoa com **olha** e **vê**. Nesse contexto, os itens podem ser nomeados MDs prefaciadores de opinião, nos termos de Rosa (1992). Além disso, no contexto da opinião do F, após **olha** e **vê**, freqüentemente evidencia-se a coocorrência de outros MDs, como (*eu*) *acho* (*que*) (FREITAG, 2003), o que, a nosso ver, reforça o contexto de opinião descrito. É importante também observar o que diz Espíndola (1998, p. 152-3 *apud* FREITAG, 2003, p. 38:

[...] acho (que) introduz uma opinião que não é pessoal, mas coletiva [...] algumas opiniões são subjetivas (relativas à marca lingüística ‘eu’), porém somente na aparência. Essas opiniões representam o senso comum, são princípios políticos, morais, religiosos que norteiam determinados grupos sociais. O locutor os incorpora fazendo-os parecerem seus. [...] em outras situações, o (eu) ‘acho’(que) marca a presença de uma informação compartilhada. É uma proposição geral, aceita pelo senso comum.

Em termos de graus de envolvimento de F e O, o MD indexa a intersubjetividade mais tenuamente e ganha mais espaço a subjetividade, uma vez que o F trabalha claramente sua avaliação subjetiva. Vejamos os exemplos:

(134) **E:** E E o que a senhora acha da língua italiana? A senhora acha assim que ele [o] [o] a prefeitura faz alguma coisa pra que essa língua permaneça viva aqui em Chapecó? O que a senhora acha? Acha bonita a [língua?]

F: [Olha,] [eu acho] é, pra quem entende bem, ela é bonita, né? quem fala bem e quem ouve ela, assim, no caso, né? por exemplo, se tu falares bem, que eu te entendo, né? então eu acho que duas pessoas que se entendem bem, acho que vale a pena, né? É bonito. [<Co>] porque eu acho que a mesma coisa das pessoas que falam uma outra língua também, né? e é importante, né? no caso se falar mais línguas Mas aqui bem assim, pra te dizer a verdade, eu não sei mesmo [o que que eles] o que que eles estão fazendo com a língua italiana, né? acho que não fazem muita coisa, não. (CHP 09)

(135) **E:** Eu não lembro não

F: É, mas passou, tem uma cidade ali que é totalmente mística, então ali tem ramificações do candomblé, tipo macumbaria, Seicho noyê, essas partes orientais aí, coisas assim, que eu acredito, em termos espirituais, que é uma das coisas que perturba, atrapalha o próprio segmento, ou seja, onde é que ela vai estar instalada? ela está instalado no centro do país e onde? no lado do nosso governo.

Não sei se você lembra há tempos atrás, aquelas pessoas que saíram, no tempo do Collor, como por exemplo, o Ibsen Pinheiro, Genivaldo Corrêa, aqueles políticos que foram ("lesados") eram todas pessoas que eram chefe de cabeça nesses centros de macumbas e candomblé, certo? [<Ti>] [tinham] tinham relações com Xangô, com Ogum, com Oxalá, tudo coisa de <macumbaria>. Agora **veja bem**, essas são as pessoas que governam o nosso país. O que que pode acontecer num país desse quando temos pessoas com esse intuito e com esse objetivo e com esse conhecimento e com essa trajetória de vida? tínhamos que esperar o que está acontecendo. Então quer dizer, é um país que não está totalmente hoje, cem por cento está ainda nas mãos de Deus. [Então a] é um país que está sofrendo exatamente porquê? por causa da sua própria idolatria, ou seja, se tivéssemos uma nação que servisse totalmente a Deus, não é? na sua totalidade eu tenho certeza que nós teríamos país bem melhor. (LGS 11)

Em (134), o F emprega o MD **olha** no início do contexto em que expõe a sua opinião sobre a língua italiana. Também nesse contexto verifica-se o uso do MD de opinião (*eu acho (que)*), o que ratifica a nossa caracterização. No exemplo (135), *veja bem* insere-se num contexto em que o entrevistado expõe sua opinião acerca do perfil das autoridades políticas brasileiras.

É latente que os exemplos (134) e (135) veiculam o significado semântico-pragmático de opinião ao mesmo tempo em que os itens assinalam orientação mais tênue por parte de F em direção a O (cf. SILVA, 1999; RISSO; SILVA; URBANO, 2006), e fazem ressaltar a manifestação de avaliação subjetiva do F na medida em que articula coesivamente o seu texto.

O próximo tipo de contexto no qual evidenciamos os MDs ocorrendo em nossa amostra se dá em *contexto causal*. Retornando à tabela 7, temos a seguinte distribuição: segundo resultado geral da amostra 1F, notamos que 162 em 709 dados (quase 23%); já na amostra 2F, 27 ocorrências em 225 dados (12%); por fim, na amostra 3F, são 59 dados de 252 ocorrências (pouco mais de 23%). Esse contexto é o que se mostra mais recorrente nos dados de fala sincrônicos. Na amostra

diacrônica foram encontradas três ocorrências de MDs nesse tipo de contexto.

Conforme as pesquisas, já referidas, de Rost (2002), Marín Jordá (2003), Dostie (2004), Domínguez e Álvarez (2005) e Domínguez Portela (2008), para caracterização desse contexto, consideramos que **olha** ou **vê** sinaliza uma espécie de conexão entre dois segmentos um dos quais encerra a causa que acarreta a consequência/efeito, explicação ou conclusão contida no outro. Nesse contexto, os MDs normalmente coocorrem com conectores, como *porque, mas, aí, e, então*, ou a outros MDs, como RADs *viu?, né?, tá?, certo?, sabe?, entende?*, ou ainda junto a elementos reforçadores, como *bem, lá, aqui, só*. Em termos de graus de envolvimento de F e O, o MD indexa a intersubjetividade mais fracamente, localizando-se no meio ou no final do enunciado e acentua-se claramente sua avaliação subjetiva, como mostram os exemplos a seguir:

(136) **F:** [...]Tem gente que faz colchão com a lã da ovelha. Só que ela tem, lógico, a gente tosa a ovelha, porque [no inverno ela] no verão ela é tosa, por causa do calor demais ela não pode Então, tosa a ovelha, a lã é lavada, depois ela é seca [no] [no] a gente pendura ela [no] nos arames [de] [de] [de] esses arames farpados, como eles chamam, porque eles tem as farpas, aí elas secam ali, depois de secas elas são abertas inteirinhas. Tem gente que abre com <megadaime>, parece que eles chamam, que são feitos com pregos, então bate um no outro assim, a lã vai <abrin> Mas o bom mesmo é abrir a lã, sabe? ir abrindo ela manualmente. Eu fazendo aqui como se estivesse aparecendo ali, né, Lúcia? Mas eu estou te mostrando. Então, daí são confeccionados colchões, [são <confecci>] são confeccionados cobertores, né? pra enfrentar o frio dessa terra aqui. **Porque olha**, é frio mesmo no inverno. Pode ver a lareira, ainda não foi Ainda tem o vestígio do inverno porque não foi lavada ainda. (LGS 21)

(137) **E:** E como é que ele se tornou pastor assim teve que estudar?

F: [Aí] aí ele foi aquele dia, ele foi lá e se encontrou se, né? Ele veio de lá mudadinho, mudadinho, mudou. [naquela] [daquela] [daquele] daquele dia em diante ele mudou, ele já chegou muda-

do. Viu como é que é? [Ele <che>] ele chegou de lá Oh! Ele não lia a Bíblia. Você sabe que essa gente nova assim, eles não gostam muito assim Oh! Ele gostava [de] de baile, carnaval, não tinha um carnaval que ele não fizesse uma fantasia. [Ele] ele desfilava na escola de samba, sabe? Não tinha um carnaval que ele não fizesse uma fantasia. Eu tenho até hoje as fantasias dele ali. E ele voltou de lá mudado, mudado. Ele fumava, não fumou mais. Daquele dia em diante ele não fumou mais. [Ele não foi mais] ele não entrou nem num bar mais. Verdade. Eu fiquei Agora você vê, né? a gente Por isso que eu digo: "Deus, o que ele tem pra gente, pra vida da gente, pra pessoa eu acho que, né?" eu acho que ele escolhe decerto a pessoa, né? A pessoa é escolhida, por Deus, né? Esse foi escolhido, **porque vê**: ele chegou de lá, aquele dia mesmo ele não deitava sem se ajoelhar [na] assim na beira da cama dele, orar, ler a Bíblia. E ao meio dia assim no almoço e tudo, às vezes os pais precisam <tava> estar dizendo ore ou, né? faça uma oração. Nunca mais ele deixou isso aí, orar [na hora da] antes [de] do almoço, quando senta na mesa. E ter a Bíblia, isso ele fazia, né? direto. Não precisou mais falar nada pra ele fazer. E também dali em diante ele nunca mais deixou assim Era direto [da] [na] para o trabalho e do trabalho pra casa e da casa pra igreja. E a vida [dele é <i>] dele agora é essa. Ele vai para o trabalho faz tudo no trabalho dele, chega em casa, o dia que não tem Só que não tenha assim oração ou culto na igreja, né? Mas se tiver, ele está lá. A vida dele é essa, só cuida da igreja que ele dirige e essa pessoa, né? [que] ele é muito de chamar, eles chamam muito, né? os pastores todos, né? Se tem uma pessoa lá que está doente ou que está assim por exemplo [com] com problema assim de, né? Tem pessoas que você sabe como é que, né? estão, têm problemas assim. E eles vão lá na casa dele e chamam ele, se ele não está no trabalho ou qualquer coisa, ele vai, pode ser de noite, pode ser de madrugada, pode ser a hora que for, ele vai. (LGS 13)

Em (136), o F expõe a causa por que devem ser confeccionados cobertores e colchões de lã, ou seja, porque o inverno é rigoroso; em (137), porque razão o filho “foi escolhido” para se tornar pastor. *Porque olha e porque vê* introduzem o contexto com valor causal.

Como se verifica, os exemplos (136) e (137) veiculam o significado semântico-pragmático de causa ao mesmo tempo em que os itens assinalam orientação bastante enfraquecida por parte de F em direção a O. Parecem, dessa forma, apontar menos intensamente a indexação dos interlocutores e, de forma mais proeminente, aspectos textuais.

Finalizando nosso mapeamento que projetamos como de expansão semântico-pragmática de **olha** e **vê** e observando a tabela 7, segundo resultado geral da amostra 1F, notamos que somente 2 ocorrências da expressão *e olhe lá* em 709 dados totais se caracterizam como pertencente ao *contexto concessivo*. Já na amostra 2F, não houve ocorrência de dado do total de 225 e, na amostra 3F, também foram apenas 2 dados do total de 252 ocorrências (pouco mais de 4%) de contexto concessivo. Na amostra diacrônica não foi encontrada nenhuma ocorrência.

Conforme os estudos de Rost (2002) e Travaglia (2003), para caracterizar esse contexto, consideramos que o F emprega a expressão *e olhe lá* (cristalizada pelo uso) como uma espécie de limite de concessão. Nesse contexto, adotando a posição de Traugott, julgamos que o **olha** parece atuar como operador argumentativo, uma vez “[...] que põe em dúvida o argumento que o falante apresentou como válido” (TRAVAGLIA, 2003, p. 134).

Essa construção normalmente atua no fechamento do turno desenvolvido pelo F, devolvendo-o ao entrevistador. Em termos de graus de envolvimento de F e O, o item indexa a intersubjetividade sutilmente, uma vez que se aloca no final do enunciado. Por outro lado, acentua claramente a avaliação subjetiva do F, como mostra o exemplo a seguir extraído de nossa amostra:

(138) **E:** É e esse pessoal que, por exemplo, que mora nessas casas são quase todo mundo de fora, né?

F: É, [a maioria são gente] que veio aí [do] do norte aí, né? que acabou a mão de obra, o maquinário entrou lá, os bóias frias, então, eles vieram pra cidade grande tentar a sorte, não tinham onde morar foram invadindo as áreas aí. E hoje [cinquenta] cinquenta por cento de Curitiba é invadido. E hoje pra você achar um curitibano nato aqui é, no caso

daqui, você acha ("um ou outro") e **olhe lá**. (CTB 07 L. 202)²³⁵

Em (138), o entrevistado, ao falar da ocupação das casas por pessoas que migraram do interior, afirma, ao final, a quase inexistência, segundo ele, de um “curitibano nato”, o que pode ser inferido como uma dúvida pela expressão *e olhe lá*. Observa-se, assim, a veiculação do significado semântico-pragmático de dúvida ao mesmo tempo em que também faz ressaltar a manifestação avaliação subjetiva do F na medida que articula coesiva e argumentativamente o seu texto.

A partir do mapeamento sincrônico em dados de fala, estamos postulando que **olha** e **vê** convivem como camadas do domínio da *chamada da atenção do ouvinte* e competem em oito dos dez *contextos de atuação discursiva* mapeados. Apenas dois são de uso exclusivo do MD **olha** (de atenuação e concessivo). Nesse caso, podemos interpretar esses contextos, pelo menos nas amostras analisadas, como de restrição ao uso de **vê**.

Além do domínio funcional em que as formas convivem como camadas de um mesmo domínio, os MDs **olha** e **vê** compõem o elenco de mecanismos envolvidos na organização textual-interativa²³⁶ dos textos de língua falada e podem cumprir, em graus variáveis, a *macrofunção articuladora predominantemente interacional* ou *macrofunção articuladora predominantemente relacional/textual*. É possível distribuir os contextos em que os MDs **olha** e **vê** ocorrem segundo essas duas macrofunções²³⁷, assim definidas:

a) macrofunção articuladora predominantemente interacional: o componente basicamente ‘orienta-

²³⁵ Trata-se novamente de contexto de uso exclusivo de **olha**, ou seja, não foi localizada variação entre os itens nesse tipo de contexto.

²³⁶ Conforme a seção 4.1.3.

²³⁷ Efetuamos essa discretização binária para efeitos metodológicos da pesquisa de cunho variacionista (adiante apresentada), que prevêem o menor número possível de fatores em cada variável, tendo em vista possíveis generalizações, mas admitimos que, no efetivo funcionamento dos itens, seja um tanto arbitrário considerar essas macrofunções separadamente, uma vez que (i) “os fatores interacionais são inerentes à expressão linguística, devido à introjeção natural da atividade discursiva no produto verbal de um ato comunicativo (JUBRAN, 2006, p. 29); e que (ii) esses contextos/macrofunções são distribuídos num *continuum* com sobreposições e situações de ambigüidade, cuja distinção decorre da identificação das características mais salientes, já que os limites são fluidos, graças à instabilidade das configurações discursivas.

do para o ouvinte' caracteriza um maior grau de *intersubjetividade*, com uma sinalização clara da interação face a face e de um maior envolvimento dos parceiros conversacionais; e

b) macrofunção articuladora predominantemente relacional/textual: o componente basicamente 'orientado para o falante/texto' caracteriza um maior grau de *subjetividade*, com atuação em contextos que relacionam operações como argumentação, causalidade, exemplificação, entre outras, ajudando a organizar a atitude do falante diante do próprio texto (adaptado de GÖRSKI, 2006, p.8, 10).

Essas macrofunções, na medida do possível, estão distribuídas num gradiente de diferentes *contextos de atuação discursiva*, partindo de usos mais concretos dos MDs a mais abstratos, via funções ideacional/proposicional, interpessoal/interacional e textual e de usos mais interativos entre F/O (intersubjetividade) até um emprego com menor grau de orientação F/O (subjetividade).

Ao adotarmos o conceito de gramaticalização desenvolvido por Traugott, ganha proeminência o contexto pragmático em que itens gramaticais podem desenvolver novas funções gramaticais (não necessariamente mais gramaticais). Julgamos que os MDs, resultantes da mudança categorial verbo > MD e semântico-pragmática, podem ser incluídos no rol de itens que passam pelo processo de gramaticalização.

Os exemplos de diferentes *contextos de atuação discursiva* de **o-lha** e **vê** atestam o papel da pressão contextual para a emergência de novos usos e a pragmatização do significado, conforme evocado por Traugott (1982, 1989, 1995, 1999, 2001, 2002) e Traugott e König (1991). Assim, vimos que enunciados imperativos, inerentemente intersubjetivos, podem vir a ser subjetivizados no curso da mudança de significados de conteúdo, baseados na estrutura argumental, para significados de procedurais pragmáticos no nível discursivo.

Foi constatada também associação entre a trajetória de mudança, especialmente a pragmático-semântica, e as funções da linguagem.

7

VARIAÇÃO NO DOMÍNIO FUNCIONAL DA CHAMADA

DA ATENÇÃO DO OUVINTE

Após identificarmos o domínio funcional da *chamada da atenção do ouvinte* no qual os MDs competem, isto é, que funcionam como variantes de uma variável lingüística (em termos funcionalistas: como camadas de um mesmo domínio funcional), a finalidade deste capítulo é continuar a investigação do comportamento de **olha** e **vê** e, neste momento, efetuar o cumprimento da etapa variacionista da análise em uma amostra sincrônica de dados (conforme capítulo 5). Para levar a cabo esta tarefa, codificamos as ocorrências e identificamos os prováveis fatores condicionadores do uso variável dos itens. Na seqüência, dispensamos um tratamento quantitativo aos dados submetendo-os ao pacote estatístico VARBRUL 2S (PINTZUK, 1988) com vistas a identificar os contextos de uso preferencial e variável das formas supostamente em competição.

Devido ao número maior de ocorrências de **olha** em relação a **vê** nas amostras, elegemos a primeira variante como “aplicação da regra” e realizamos rodadas binárias opondo ambos os MDs.

Feitas essas considerações iniciais, dividimos este capítulo em três seções principais: na seção 7.1, apresentamos a descrição das diversas rodadas realizadas e os grupos de fatores considerados relevantes em cada uma delas; na seqüência, na seção 7.2, passamos à caracterização dos grupos de fatores, às suas respectivas hipóteses, bem como à análise e discussão dos resultados; por fim, na seção 7.3, tecemos conclusões parciais acerca do comportamento de **olha** e **vê** e os caminhos que percorrem com base nos condicionadores lingüísticos e sociais da abordagem sincrônica.

7.1 As rodadas estatísticas

Considerando as três amostras utilizadas, procedemos, inicialmente, a três rodadas estatísticas separadas. Nesse sentido, o Programa criou o arquivo de células e nos forneceu a distribuição das percentagens

associadas a cada MD. Conforme se evidenciou na tabela 6 (cf. seção anterior), a maior parte das ocorrências das amostras 1F (Santa Catarina) e 2F (Florianópolis) é do MD **olha** e a menor do MD **vê**. Todavia, na amostra 3F (Curitiba), a maior frequência é do MD **vê**. Também foi possível identificar os percentuais relativos a cada fator, bem como a discriminação dos condicionadores de comportamento categórico (*knockout*) em cada amostra²³⁸. Quanto aos fatores que se mostraram categóricos, foram adotados três procedimentos: (i) os dados dos fatores categóricos concernentes ao *contexto de atuação discursiva* foram excluídos da análise variacionista, por deixarem de atender ao requisito de “mesmo contexto” que caracteriza uma variável lingüística; (ii) os fatores categóricos das demais variáveis independentes ou (a) foram amalgamados, quando possível, ou (b) foram desconsiderados apenas no escopo daquele grupo, sem que os dados tenham sido excluídos da rodada estatística. A adoção desses procedimentos metodológicos vai se refletir em alterações no total de dados em algumas instâncias das amostras. Alertamos, pois, o leitor para o seguinte: nem sempre os números das tabelas apresentadas ao longo da análise irão coincidir; os fatores categóricos foram desconsiderados nas rodadas probabilísticas, mas os resultados foram preservados na seção das variáveis independentes porque serão discutidos numa análise mais qualitativa.

Procedeu-se, então, à utilização do Programa Ivarb, que, além do PR, fornece a ordem de relevância de cada grupo de fatores significativo e descarta os não significativos. Vejamos o quadro 14:

²³⁸ A ocorrência de uma das variantes foi categórica nos seguintes grupos de fatores: *contexto de atuação discursiva* (**amostra 1F**: adversativo, de atenuação e concessivo; **amostra 2F**: adversativo, de atenuação e de prefaciação; **amostra 3F**: de atenuação, de prefaciação e concessivo – inexistentes para o MD **vê**); e *presença/ausência de pronome/vocativo junto ao MD* (o pronome *tu* é inexistente em Curitiba assim como *vocativo* junto a **vê**). Também a variável *informante* (125 informantes) foi excluída das rodadas probabilísticas e seus resultados percentuais serão contemplados na discussão dos condicionadores sociais. Cabe destacar ainda que tínhamos a previsão de testar a variável *discurso (não)reportado*, no entanto, como o fator *discurso reportado* se mostrou inexistente para **vê** em todas as amostras, esta variável foi desconsiderada na análise variacionista.

Ordem de significância estatística	AMOSTRAS		
	1F Santa Catarina	2F Florianópolis	3F Curitiba
1ª	Relação sintática com a estrutura oracional	Relação sintática com a estrutura oracional	Presença/ausência de pronome/vocativo junto ao MD
2ª	Presença/ausência de pronome/vocativo junto ao MD	Idade	Relação sintática com a estrutura oracional
3ª	Contexto de atuação discursiva		Pausa
4ª	Cidade		Seqüência discursiva (tipo textual)
5ª	Pausa		
6ª	Posição dos MDs		
7ª	Gênero/sexo		

QUADRO 14 - GRUPOS DE FATORES ESTATISTICAMENTE SIGNIFICATIVOS PARA O USO DE *OLHA* POR AMOSTRA

FONTE: A autora (2009)

Como se observa, na primeira rodada da amostra 1F, o sistema selecionou, entre fatores lingüísticos e extralingüísticos, sete grupos. Apenas uma variável lingüística (*seqüência discursiva*) não se mostrou significativa e duas sociais (*idade* e *escolaridade*). Em contrapartida, na rodada da amostra 2F, o Programa elegeu apenas uma variável lingüística e outra social. Já para a amostra 3F, o sistema selecionou quatro variáveis lingüísticas mas nenhuma das sociais.

Após as três rodadas iniciais, procedemos à efetivação de outra rodada da amostra 1F, dessa vez com amálgama dos *contextos de atuação discursiva* distribuídos em duas macrofunções (*macrofunção articuladora predominantemente interacional* e *macrofunção articuladora predominantemente textual*). Esperávamos que, ao reunir os contextos, houvesse nova reordenação e/ou seleção dos grupos de fatores mais significativos. No entanto, ao reuni-las, o Programa estatístico selecionou, no lugar de 7 grupos, somente 6, descartando o fator social *gênero/sexo*. Também os grupos *pausa* e *posição dos MDs* foram selecionados, mas reordenados em 6º e 7º lugar, respectivamente. Nenhum outro fator lingüístico ou social, além dos expressos no quadro 14, foi considerado estatisticamente relevante pelo Programa.

Realizamos ainda mais quatro rodadas por cidade de Santa Catarina (desmembrando a amostra 1F) cujo intuito foi averiguar se o comportamento dos MDs em cada localidade catarinense sofre alguma interferência de natureza geográfica e/ou étnica.

Vejamos os grupos de fatores considerados significativos nas rodadas individuais e a sua ordem de relevância por cidade catarinense:

Ordem de significância estatística	CIDADES			
	Blumenau	Chapecó	Florianópolis	Lages
1ª	Relação sintática com a estrutura oracional	Relação sintática com a estrutura oracional	Presença/ausência de pronome/vocativo junto ao MD	Relação sintática com a estrutura oracional
2ª	Gênero/sexo	Seqüência discursiva (tipo textual)	Gênero/sexo	Presença/ausência de pronome/vocativo junto ao MD
3ª	Contexto de atuação discursiva	Pausa	Seqüência discursiva (tipo textual)	Seqüência discursiva (tipo textual)

QUADRO 15 - GRUPOS DE FATORES ESTATISTICAMENTE SIGNIFICATIVOS PARA O USO DE *OLHA* POR CIDADE DA AMOSTRA 1F

FONTE: A autora (2009)

Como se observa, nas rodadas individuais por cidade, o Programa selecionou, no máximo, três grupos de fatores. Em se tratando os MDs de um fenômeno discursivo, chama-nos a atenção, no quadro 15, o fato de fatores de natureza sintática (*relação sintática com a estrutura oracional e presença/ausência de pronome/vocativo junto ao MD*) terem sido primeiro grupo selecionado como mais significativo nas quatro cidades. Suscita nossa atenção também o fato de o grupo de fatores de natureza discursiva (*seqüência discursiva*) passar a ser relevante em três das quatro cidades, quando, na rodada geral do estado não foi selecionado pelo Programa estatístico. Voltaremos a essa discussão adiante.

7.2 Análise sincrônica dos MDs olha e vê

Olha e vê revelaram comportamento variável em diferentes contextos, conforme apresentado no capítulo de análise funcionalista. Como estamos lidando com três amostras de fala, delimitadas em razão de particularidades geográficas, além de socioculturais, julgamos pertinente, num primeiro momento, apresentar os resultados estatísticos para a variável *cidade*, testada na amostra 1F, que recobre o estado de Santa Catarina, a qual foi selecionada como estatisticamente relevante pelo Programa na rodada geral dessa amostra. A partir de então, organizaremos os resultados nas tabelas para as demais variáveis, lingüísticas e sociais, considerando também essa distribuição da amostra 1F.

Na seqüência, passamos ao detalhamento dos aspectos formais de cada um dos MDs, para, a partir daí, procedermos à caracterização dos grupos de fatores controlados – selecionados ou não pelo Programa estatístico – de forma hierarquizada, considerando-se os diferentes níveis lingüísticos/discursivos e extralingüísticos. Por fim, segue-se à caracterização um exemplo das variantes em contexto de fala, as suas respectivas hipóteses, bem como a análise e discussão dos resultados percentuais e/ou probabilísticos à luz dos pressupostos teóricos apresentados nos capítulos 3 e 4.

7.2.1 Cidade

a) Caracterização e hipóteses

Análises variacionistas de fenômenos discursivos que controlaram a variável *cidade* têm apresentado resultados significativos. Na região Sul, Martins (2003, p. 54) constatou que o uso variável de *bom* e *bem* é sensível a diferenças geográficas, seja em relação à frequência de uso das formas (Curitiba mostrou a maior produtividade desses MDs e Florianópolis, a menor), seja em relação à utilização preferencial de uma das formas (em Blumenau/SC e Porto Alegre/RS há forte tendência para o uso de *bom*, em oposição a Pato Branco/PR e São Borja/RS, onde predomina *bem*). Rost (2002, p.117), por sua vez, analisando amostras das capitais da Região Sul, verificou que Curitiba e Porto Alegre são as cidades em que o uso de *olha* e *veja* apresenta mais polaridade, com a escolha da primeira variante pela capital gaúcha e da segunda pela para-

naense. Por outro lado, a capital catarinense mostra a menor produtividade desses itens, mas preferencial para *olha*.

Como as cidades que compõem o banco de dados VARSUL/SC são caracterizadas por diferentes etnias, esperamos encontrar alguma correlação relevante entre esse fator cultural e o uso dos MDs *olha* e *vê*. Nesse sentido, ao controlarmos a região/etnia, pretendemos averiguar se há algum indício de transição social de um MD para outro no estado catarinense, isto é, interessa-nos investigar o princípio empírico da *transição*, proposto por Weinreich, Labov e Herzog ([1968] 2006), tendo em vista que Santa Catarina se configura como um estado identificado como área de transição lingüística (ALTENHOFEN, 2002)²³⁹.

Conforme detalhado no capítulo 5, as quatro cidades catarinenses controladas são: Florianópolis (colonização açoriana), Blumenau (colonização alemã), Chapecó (colonização italiana) e Lages (colonização gaúcha: caminho dos tropeiros: RS \leftrightarrow SP).

b) Resultados e discussão

Em ordem de relevância, na rodada geral da amostra 1F, a variável *cidade* mostrou-se significativa pelo Programa, como o quarto grupo mais expressivo. Vejamos, então, os resultados gerais para a variável *cidade* na tabela 8²⁴⁰:

²³⁹ Altenhofen (2002, p. 134) apresenta um conjunto de hipóteses acerca da delimitação de áreas lingüísticas na região Sul do Brasil: “1) área de transição (*Leque Catarinense*, postulado por KOCH, 2000); 2) corredor central de projeção paranaense; 3) corredor oeste de projeção riograndense; 4) corredor leste de projeção riograndense (*feixe riograndense*, na interpretação de KOCH, 2000); 5) zona lateral açoriano-catarinense; 6) zona lateral do Paraná do norte (*feixe paranaense*, na interpretação de KOCH, 2000); 7) zona lateral da fronteira sul-rio-grandense; e 8) áreas bilíngües de português de contato”.

²⁴⁰ Esta tabela registra 592 dados, já excluídas as 117 ocorrências de contextos de atuação discursiva categóricos na amostra 1F. Considerando-se todos os dados, a distribuição é a seguinte: Chapecó (145/174 = 83%), Blumenau (146/163 = 89%), Lages (175/228 = 77%) e Florianópolis (112/144 = 78%).

TABELA 8 - INFLUÊNCIA DA VARIÁVEL *CIDADE* SOBRE O USO DE *OLHA* EM RELAÇÃO A *VÊ* (AMOSTRA 1F)

	Amostra 1F		
Cidade	Apl/total	%	PR
Chapecó	111/140	79	0,77
Blumenau	106/123	86	0,54
Lages	155/208	75	0,48
Florianópolis	89/121	74	0,20
Total	461/592	78	
	Input: .97 Sig.: .046 4º selecionado		

FONTE: A autora (2009)

Em termos de distribuição geral dos dados, Lages é a cidade que apresenta o maior número de contextos concernentes ao domínio funcional de *chamada da atenção do ouvinte* (208 dados), ao passo que Florianópolis é a que contém o menor número (121 dados). A informação mais relevante, contudo, é a que contrasta Chapecó e Florianópolis: enquanto a cidade de colonização italiana, localizada no extremo oeste do Estado, é a que mais favorece o uso de *olha* (0,77), a cidade litorânea de colonização açoriana é a que mais inibe esse MD (0,20), favorecendo, portanto, o item *vê*. Já Blumenau, embora apresente o maior percentual para *olha*, em termos probabilísticos apresenta um comportamento relativamente neutro, assim como Lages, ambas com PR próximo a 0,5. Pode-se concluir desse quadro que o estado de Santa Catarina, representado por essas quatro cidades, apresenta um comportamento heterogêneo em relação ao uso dos MDs *olha* e *vê*, o que justifica a decisão de se considerar, além da amostra 1F, também o detalhamento por cidade, nas tabelas subseqüentes²⁴¹.

Em se tratando da investigação do princípio empírico da *transição* (cf. WEINREICH; LABOV; HERZOG ([1968] 2006), isto é, como as mudanças são difundidas na comunidade de fala, como elas se movem de uma comunidade a outra e, por fim, como a mudança é transmitida de uma geração a outra, observamos que, em relação à distribuição de etnias nas amostras de Santa Catarina investigadas, a preferência pelo uso de *olha* pode ser delineada da seguinte forma: italianos > alemães >

²⁴¹ A título de comparação com as demais capitais da Região Sul: em Curitiba, foram encontrados 61% de dados de *vê* e 39% de *olha* na amostra VARSUL; já em Porto Alegre, o percentual se inverteu: 86% de *olha* e 14% de *vê* (ROST, 2002), distribuição similar à encontrada em Blumenau.

gaúchos/paulistas > açorianos. O quanto esse uso diferenciado dos MDs se deve à localização geográfica ou à configuração étnica de cada localidade é uma questão que permanece em aberto. Retomaremos a discussão sobre a variável região (incluindo a cidade de Curitiba) especialmente ao discutirmos os resultados para as variáveis *apresentação formal do MD* e *presença/ausência de pronome/vocativo junto ao MD*. Por ora, deixamos o registro de que a escolha do MD **olha** ou **vê** tem motivação extralingüística de natureza regional/étnica.

7.2.2 Apresentação formal do MD

a) Caracterização e hipóteses

Os MDs derivados de verbos de percepção visual apresentam alterações formais na sua realização, seja de ordem fonética²⁴², seja também de caráter morfológico²⁴³. Tomamos emprestada a caracterização da apresentação formal dos itens de Rost (2002), conforme descrita a seguir.

As alternativas fonéticas para **olha** indicam que este MD passa por um processo de mudança constituindo-se de duas para uma sílaba, a saber: ['ɔʎa] ~ ['ɔja] ~ ['ɔj] ~ ['ɔ]. Quanto às alterações morfológicas, identificamos as formas correspondentes à P2 derivadas do IND *olha* (tu) e do SUBJ *olhe* (você). Já para **vê**, encontramos as formas, também decorrentes de P2, derivadas do modo SUBJ *vejas* (tu) ~ *veja* (você) e as do IND *vês* (tu) ~ *vê* (tu/você).

Estruturamos, pois, esta variável²⁴⁴ da seguinte forma:

²⁴² Mais uma vez esclarecemos que, para captar com relativa segurança as alterações fonéticas e as pausas circundantes aos MDs, realizamos a audição cuidadosa de todas as fitas concernentes às amostras do VARSUL analisadas, com o propósito de controlar, na medida do possível, as reais formas com que os MDs tendem a se fixar em suas trajetórias de mudança.

²⁴³ Marín Jordá (2003) também controlou alterações de ordem morfológica e fonética nos MDs em catalão: **a)** Formas derivadas do verbo *veure*: “a veure”, “avere”, “aviam”, “veiam” e “viam”; **b)** Formas derivadas do verbo *mirar*: “mira”, “miri”, “miri’m”, “mireu” e “mirin”. Constatou que as formas que mais se fixaram morfológicamente são as de P4 para *veure* (*avi-am* e *a veure*) e as de P2 para *mirar* (*miri*). Em termos fonéticos, segundo a autora, apenas sofrem redução os MDs derivados de *veure*, por exemplo, *aviam* que é uma forma reduzida de *a + veiam/vejam*. *Miri* não apresentou qualquer redução.

²⁴⁴ Note-se que se trata, nesse caso, de formas alternantes de realização dos MDs **olha** e **vê**. Obviamente, esses fatores não farão parte da análise probabilística que opõe os dois MDs, pois só dizem respeito a cada um deles tomado como referência. As hipóteses contemplam, pois, cada um dos MDs, isoladamente.

- para **olha**, as *formas simples*: olha ~ ['ɔja] ~ olhe ~ ['ɔj] ~ ['ɔ]; e as *formas compostas*: olha lá ~ olhe lá ~ olha só ~ olhe só ~ mas olha ~ mas olhe ~ pois olha;

- para **vê**, as *formas simples*: veja ~ veja ~ vê ~ vê; e as *formas compostas*: veja bem ~ vê bem ~ veja só ~ vê só ~ vê lá.

Observemos alguns exemplos de realizações dos MDs que correspondem a este grupo de fatores:

(139) **E**: E sobre [a] a Oktoberfest, você costuma freqüentar essa festa?

F: **Olha**, os primeiros anos [freqüentamos] freqüentei mas depois não fui mais. (BLU 01)

(140) **E**: Sei. E o que que você acha [da <edu->] da educação em si, você acha que está melhorando ou está piorando?

F: **Olhe**, educação eu acho que está piorando, tá? Porque hoje os professores, parece que eles não que eles não se dediquem, né? mas eles não têm estímulo pra se dedicar, tá? aos alunos. [Tanto] tanto na Faculdade, eu sei que é assim quanto qualquer colégio estadual (latidos) ahã. Que os professores não têm mais estímulo, né? pra se esforçar, pra ensinar o aluno, pra transmitir. Porque falar, [é] mostrar a matéria é uma coisa e transmitir a matéria é completamente diferente. Então, os professores não, eles não têm mais estímulo devido ao nosso governo, né? O professor hoje quando devia ser o ("funcionário") bem, muito bem (latidos) remunerado, né? quando não é. Infelizmente isso é Brasil, né? Brasil. (CTB 11 L. 162)

(141) **E**: Ah! sem dúvida. Ah! eu acho super legal essa cultura, toda cultura gauchesca assim é

F: Ela é trabalhosa, sabe? então hoje é um esporte muito caro, porque tu **veja**s bem um animal bom hoje, um animal bom hoje pra você ter você tem que ter uns cuidados especiais, muito caro o trato, muito caro o animal, pra tu comprares um animal bom hoje você paga em torno, às vezes, de dois, três mil reais um animal, depois vem carro, vem caminhão, vem montaria, vem o traje, tudo você tira do bolso, ninguém te dá, então é tudo com a gente, você vai porque você gosta, porque senão a gente não participava, né? (LGS 19)

(142) **F:** É importante dialogar [não] [na hora de] na hora de brigar se for pra brigar então, conversar e dar um conselho, é muito melhor porque a criança é o seguinte, se der um conselho ela fica até com vergonha, se brigar aí ele fica sem vergonha. É, bah! Eh! Lá em casa é assim.

E: Como muda, né? [A educação,] né? [de uma] [de uma é, geração] pra outra?

F: [[Muda]] [muda.] É, [e] e eles sabem tudo, até música em inglês eles já sabem, tu **vês**, já dessa idade, pequenos como são, eles já sabem [até música em] (LGS 12)

(143) **E:** O senhor lembra de alguma coisa, talvez que o seu pai contava assim, sobre os jagunços?

F: [...] Então isso são coisas contadas pelo nosso antepassado, fazem parte da história [dessa] não tanto dessa região de Lages, mas de Campos Novos, Caçador, ou Canoinhas, aquele lado lá. Então essa guerra, [essa] [essa] [essa <re>] que houve lá do jagunço foi [nessa] [nesses] nesses lugares aí, né? Então, [é] [é uma] é uma coisa [que] que aconteceu [na] naquela época então, contado pelos tios, né? [do] como que eu te disse, ele foi policial [na] [na] [na] na época. É, um dos fatos que eu posso te falar é que o meu pai, ele [viajou daqui pra] viajava daqui para Santo Amaro, Palhoça, com a carroça, buscando açúcar, buscando rapadura, buscando as coisas. Você **vê**, [em] meu pai nasceu em mil novecentos e dez, ele era novo naquela época, por volta de mil novecentos e vinte e oito, por aí. Ele viajava daqui com uma carroça, puxava tração animal, né? lá [pra] pra Santo Amaro, pra Palhoça. (LGS 24)

Quanto às alternativas morfológicas, nossa hipótese para esta variável é a de que os MDs se fixem mais intensamente como **olha** e **vê**, decorrentes do uso verbal derivado do presente do IND, considerando-se que esse modo estaria tomando o lugar do SUBJ (cf. PIMPÃO, 1999)²⁴⁵.

²⁴⁵ Pimpão (1999) investigou, numa amostra de dados do Projeto VARSUL, o tratamento variável entre o presente do modo subjuntivo e o presente do modo indicativo sob uma abordagem discursivo-pragmática. “A investigação do comportamento variável do modo subjuntivo

Também porque, conforme Scherre (2005, 2008) e Scherre *et al.* (2007), na região Sul, predomina o imperativo sincronicamente associado ao IND (*deixa/recebe/abre/dá/diz/vai*) nos contextos de fala. Mais especificamente, a pesquisa de Bonfá, Pinto e Luiz (1997 *apud* SCHERRE *et al.*, 2007) atestou que, em Florianópolis, onde predomina o uso do pronome *tu*, vige o imperativo verdadeiro²⁴⁶ (100%); porém, em Lages, onde prevalece o uso do pronome *você*, predomina o uso do imperativo supletivo (79%). Em se tratando de MDs derivados de imperativo, os resultados de Rost (2002) corroboram a tendência atestada por Scherre (2005) e Scherre *et al.* (2007) de o imperativo estar associado ao IND em dados de fala.

Adicionalmente, nossa expectativa para as formas oriundas do SUBJ (*olhe e veja*) é de que sejam mais recorrentes em Curitiba e Lages do que nas outras localidades investigadas, em virtude da história do sistema pronominal da cidade paranaense e da catarinense. Curitiba tem predomínio absoluto de uso de *você* para designar P2 (cf. ABREU, 1987; RAMOS, 1989 *apud* MENON, 2002, p. 153-154; LOREGIAN, 1996; LOREGIAN-PENKAL, 2004, por exemplo), e em Lages, que se encontra em crescente alternância de *tu* e *você* (cf. MENON; LOREGIAN-PENKAL, 2002), a segunda variante é mais freqüente. Nos

numa perspectiva de gramática emergente coloca em relevo o continuum tempo-modalidade como o principal condicionante do uso do modo verbal. Os traços de futuridade e de incerteza, identificados no nível sintático-semântico, preservam o uso do modo subjuntivo. Já os traços de atemporalidade e de incerteza, localizados no nível semântico-pragmático, bem como os traços de pressuposição, no nível discursivo-pragmático, inibem o emprego do subjuntivo. Esse comportamento escalar do modo subjuntivo apresenta duas constantes: em primeiro, o subjuntivo mostra-se atuante sob o traço de futuridade do nível sintático-semântico, e não sob o traço de incerteza, conforme prevê a gramática normativa. Em segundo, a ausência do traço de futuridade, atrelada ao domínio semântico-discursivo-pragmático, mostra-se o contexto preferencial para o emprego do modo indicativo.”

²⁴⁶ Scherre *et al.* (2007) diferenciam, segundo autores de orientação gerativa (RIVERO, 1994), o *imperativo verdadeiro* (em português: *olha, abre, faz*) do *imperativo supletivo* (em português: *olhe, abra, faça*). Transcrevemos as palavras dos autores: “Registra a literatura gramatical que construções como *olha, abre, faz*, em enunciados sintáticos diretivos sem sujeito superficial (*Olha pra mim!; Abre a porta!; Faz o doce!*), são formas próprias do imperativo. Neste sentido, o português remonta ao latim, cujo imperativo apresentava morfologia distinta do modo IND, sendo exclusivo de orações afirmativas. Registra ainda a história que as formas imperativas singulares em latim eram usadas para a referência à P2 em contexto de menos formalidade. Formas imperativas plurais latinas, por sua vez, eram usadas com interlocutor singular em situação formal ou com interlocutores plurais em contexto discursivo neutro ou não-marcado. Para a expressão de atos diretivos afirmativos singulares com marca discursiva de respeito ou para atos diretivos negativos, também sem sujeito superficial, eram utilizadas formas do modo SUBJ, denominadas de *formas supletivas* pela tradição gramatical européia e de formas *surrogates* por estudiosos de orientação gerativa (cf.: ELIA 1974:238-239; FARACO 1986, 1996; RIVERO 1994; RIVERO & TERZI 1995; MATEUS *et al.*, 2003:254-256; 451-460)”.

moldes da gramática normativa, o imperativo, nesse caso, dar-se-ia associado à forma verbal de P3 do SUBJ. Julgamos, pois, que os MDs possam ainda carregar vestígios de sua origem verbal.

Quanto às alternativas fonéticas, nossa hipótese fundamenta-se no mecanismo da erosão (redução fonética), descrito por Heine (2003), Heine e Kuteva (2007, p. 34) e presente na maioria dos itens em processo de gramaticalização. Ao projetarmos que o MD **olha** passa por um processo de mudança constituindo-se de duas para uma sílaba ['ɔ̃ɫa] > ['ɔ̃ja] > ['ɔ̃j] > ['ɔ̃], estamos postulando que haverá maior tendência à redução dessa variante em comparação a **vê**. Todavia, julgamos que a realização da semivocalização²⁴⁷ (['ɔ̃ja] e ['ɔ̃j]) também será menos freqüente uma vez que é vista como uma forma estigmatizada típica de falantes das variedades do português de classe social baixa, com pouca escolaridade e residentes na zona rural.

b) Resultados e discussão

Vamos apresentar, primeiramente, a tabela com a distribuição das diferentes formas de realização do MD **olha** e tecer considerações sobre esse marcador. A seguir, apresentamos a tabela com a distribuição das formas variáveis do MD **vê**, com as respectivas considerações. Posteriormente, discutimos os resultados evidenciados à luz dos pressupostos teóricos e de trabalhos já desenvolvidos sobre o uso de MDs, principalmente no PB.

Esses resultados foram obtidos numa primeira rodada geral de cada uma das três amostras.

²⁴⁷ Mendonça (1936 *apud* SPINA, 1987) atribui a variação da lateral palatal nas variedades do português à interferência do falar das populações luso-africanas das ilhas de Cabo-Verde, São Tomé, Príncipe e Ano Bom. Por outro lado, Melo (1981, p. 58-59 *apud* SOARES, 2002) e Silva Neto (1986, p. 134 *apud* SOARES, 2002) apontam a expressiva ocorrência da semivocalização da lateral palatal no português das localidades do interior do Brasil, principalmente no Nordeste, devido à influência da língua tupi. Cagliari (1974 *apud* SOARES, 2002), por sua vez, argumenta que a realização da semivocalização é vista como uma forma estigmatizada típica de falantes das variedades do português de classe social baixa, com pouca escolaridade e residentes na zona rural. Tal constatação é corroborada por Aguilera (1988 *apud* SOARES, 2002) nas regiões predominantemente rurais do estado do Paraná. Em contrapartida, Oliveira (1983 *apud* SOARES, 2002) identifica o uso esporádico da semivocalização por falantes de grupos favorecidos economicamente em Belo Horizonte.

TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO DAS FORMAS DE REALIZAÇÃO DO MD *OLHA* POR CIDADE (AMOSTRAS 1F, 2F E 3F)²⁴⁸

	FORMA SIMPLES					FORMA COMPOSTA							Total
	olha	['ɔja]	['ɔj]	['ɔ]	olhe	olha lá	olhe lá	pois olha	mas olha	mas olhe	olha só	olhe só	
BLU	125	7	6	1	2				5				146
CHA	114	10	7	7		2		2	3				145
FPL1	83	10	2	5	6				3		2	1	112
LAG	114	10	18	5	10			12	6				175
Total 1F	436	37	33	18	18	2	0	14	17	0	2	1	578
Total 2F	144	10	3	13	6				4		2	1	183
Total 3F	47	4	5	11	22		2	1	2	5			99

FONTE: A autora (2009)

Quanto aos resultados gerais do MD *olha*, localizamos a seguinte distribuição nas três amostras, destacando inicialmente as formas *indicativas* simples e compostas: (i) na amostra 1F, do total de 578 ocorrências, 436 (75%) são relativas à forma simples *olha*, o que é bastante significativo, enquanto as formas compostas dessa variante indicativa correspondem a 35 ocorrências (6%); (ii) na amostra 2F, do total de 183 ocorrências, 144 (79%) são da forma indicativa simples e somente 6 (3%) da forma composta; (iii) na amostra 3F, do total de 99 dados, 47 dados (47%) são da forma simples e 3 (3%) da composta.

Se projetarmos que os casos de semivocalização e de redução fonética de *olha* nas três amostras decorrem da forma do IND²⁴⁹, o percentual de realização do MD *olha* por meio de formas derivadas do modo IND chega a 97%, 96% e 71% dos dados, respectivamente. Por outro lado, as formas simples e compostas desse MD derivadas do SUBJ correspondem a somente 3%, 4% e 29%, respectivamente, do total de ocorrências dessa variante. O que chama a atenção aqui é o percentual de

²⁴⁸ Optou-se por conciliar, em uma única tabela, os resultados obtidos para cada amostra, não só em busca de um modo mais econômico de apresentação dos resultados, mas também de melhor visualização comparativa, especialmente em relação às cidades. Levou-se em consideração primeiramente a rodada estatística geral da amostra 1F. Cabe ressaltar também que a amostra 2F, identificada como FLP2, encontra-se em separado das demais, porque dispõe da inserção de informantes da faixa etária de 15-24 anos e universitários, ou seja, há mais informantes do que nas outras cidades investigadas. Esse tipo de arranjo na tabela, reunindo as três amostras e com detalhamento da amostra 1F, será mantido em todas as tabelas daqui para frente.

²⁴⁹ Estamos fazendo uma projeção hipotética mas que consideramos plausível, já que não foi encontrada nenhuma forma de ['ɔji] ou ['ɔje], que pudesse ser identificada como um caso de semivocalização de *olhe*. No entanto, não fica descartada a possibilidade de *olhe* > ['ɔj] > ['ɔ].

29% de formas derivadas do SUBJ do MD **olha** em Curitiba, contrapondo-se ao baixíssimo percentual obtido nas cidades catarinenses.

Quanto à redução fonética de **olha**, ao se observar a escala crescente em direção à maior redução ($['\text{ɔ}ja] > ['\text{ɔ}j] > ['\text{ɔ}]$), nota-se que, enquanto a amostra 1F segue a mesma linha em termos de diminuição do número de ocorrências ($37 > 33 > 18$), as amostras 2F e 3F, particularmente esta última, invertem a distribuição da forma mais reduzida ($10 > 3 > 13$ e $4 > 5 > 11$, respectivamente). É também interessante comparar os resultados da distribuição das formas reduzidas nas amostras de FLP1 e FLP2: o aumento na produção da forma $['\text{ɔ}]$ nesta última deu-se em virtude da inserção, nessa amostra, de informantes da faixa etária jovem e de nível universitário (que são os fatores que diferenciam as amostras de FLP1 e FLP2).

Conforme Bybee (2003), a frequência de uso em elementos que estão sofrendo gramaticalização leva à redução fonológica, pois palavras que são frequentemente repetidas no mesmo discurso tendem mais a serem encurtadas do que elementos de baixa frequência. Contudo, se considerarmos a distribuição das formas derivadas do IND em uma escala de redução fonética que vai de *olha* até $['\text{ɔ}]$ (com a devida ressalva da nota 249), vamos perceber que é justamente na amostra que apresenta menor número de ocorrências do MD **olha** derivado do IND – a amostra 3F de Curitiba – que vamos encontrar a maior incidência de redução fonética monossilábica, o que é um fato curioso e, nesse caso, parece desabonar a idéia de Bybee (2003) de que é a frequência que apressa a mudança.

Consideremos agora os casos de semivocalização ($['\text{ɔ}ja] > ['\text{ɔ}j]$). Tínhamos, por hipótese, que essas formas de redução seriam pouco frequentes em razão do estigma que costuma cercá-las. Ainda atentando para a tabela 9, tomando comparativamente os números das três primeiras colunas, podemos notar que, proporcionalmente, a cidade que apresenta maior recorrência de formas semivocalizadas é Lages ($28/142 = 25\%$), seguida por Curitiba ($9/56 = 16\%$). A cidade que menos vocaliza é Blumenau ($13/138 = 9\%$). O número de ocorrências dessas formas não é tão baixo como prevíamos. No entanto, fica em aberto a questão do possível estigma associado a esses usos, pois não realizamos nenhum teste de atitude.

A tabela a seguir apresenta as formas de realização do MD **vê**.

TABELA 10 - DISTRIBUIÇÃO DAS FORMAS DE REALIZAÇÃO DO MD VÊ POR CIDADE (AMOSTRAS 1F, 2F E 3F)

	vê	vê bem	vê só	vê lá	vês	veja	veja bem	veja só	TOTAL
BLU	13						4		17
CHA	12	1			1	7	8		29
FPLI	26		2		1	1		2	32
LAG	32					5	11	5	53
Total 1F	83	1	2		2	13	23	7	131
2F	34		2		1	3		2	42
3F	95			1		37	15	5	153

FONTE: A autora (2009)

Quanto aos resultados gerais do MD *vê*, consideremos a seguinte distribuição para as formas derivadas do IND: (i) na amostra 1F, do total de 131 ocorrências, 85 (65%) são da forma simples (*vê*, *vês*) enquanto 3 (2%) correspondem à forma composta; (ii) na amostra 2F, dos 42 dados, 35 (83%) são formas simples, enquanto que as formas compostas correspondem a 2 ocorrências (5%); e (iii) na amostra 3F, do total de 153 dados, 95 (62%) são da forma simples e 1 somente da forma composta.

No que tange às formas derivadas do SUBJ dessa variante, destacam-se os seguintes resultados nas três amostras: (i) na amostra 1F, do total de 131 ocorrências, 13 (10%) são da forma simples, enquanto que 30 (21%) correspondem à forma composta; (ii) na amostra 2F, dos 42 dados, 3 (7%) são formas simples, enquanto que as formas compostas correspondem a 2 ocorrências (5%); e (iii) na amostra 3F, do total de 153 dados, 37 (24%) são da forma simples e 20 (13%) da forma composta. Reunindo as formas simples e compostas, a distribuição percentual das formas derivadas de SUBJ nas três amostras é a seguinte: 33% na amostra 1F, 35% na 2F e 37% na 3F.

Comparando-se os resultados gerais apresentados nas tabelas 9 e 10, observa-se que a nossa hipótese quanto à tendência dos itens fixarem suas formas como *olha* e *vê*, decorrente do uso verbal derivado do presente do IND, se confirma. Semelhantemente, nas rodadas individuais por cidade de Santa Catarina e em Curitiba, os resultados gerais apontam o uso mais intenso das formas derivadas do IND. Uma ressalva: quanto ao MD *olha*, Curitiba é a cidade que menos apresenta ocorrências da forma simples *olha* (47% do total desse MD); nas demais cidades, o percentual de *olha* oscila entre 65% (Lages) e 85% (Blumenau). Quanto ao MD *vê*, Chapecó é a cidade com menor incidência da forma simples *vê(s)* (45% do total desse MD); nas demais cidades, o percentual de *vê(s)* varia entre 60% (Lages) e 84% (Florianópolis).

Em resumo, em termos mais polarizados verificamos que: a) em Blumenau, *olha* é a forma que apresenta maior frequência de uso (125 ocorrências), menor complexidade estrutural (considerando-se as marcas flexionais: 144 dados da forma indicativa e 2 somente da subjuntiva); b) em Lages, há mais redução fonética²⁵⁰ dessa variante (23 ocorrências); c) em Curitiba, há menor frequência de *olha*, a complexidade estrutural opõe *olha/olhe* a *veja/vê* (não ocorre *vês*) – ficando ainda uma diferença devido à constituição fonética dos pares, permanece a redução fonética para *olha* e as realizações derivadas do SUBJ para esta variante ocorrem de modo mais intenso (29 = 29%) em Curitiba do que nas quatro cidades catarinenses investigadas.

Outro destaque: considerando os dois MDs **olha** e **vê** e os resultados das amostras 1F e 3F, enquanto os catarinenses elegem o MD **olha** (578 = 82%) em detrimento de **vê** (131 = 18%), os curitibanos preferem o MD **vê** (153 = 61%) a **olha** (99 = 39%).

Os resultados evidenciam que os MDs provenientes de verbos no imperativo estão sujeitos à fixação em termos de flexão número-pessoal e modo-temporal (BASÍLIO, 1992, p. 86 *apud* URBANO, 1999, p. 215; RISSO; SILVA; URBANO (1996, p. 39). Essa afirmação vai ao encontro do argumento de Pusch (2006), segundo o qual o imperativo, porque apresenta menor variação morfológica, presta-se mais a derivar MDs do que outras formas verbais mais ricas morfológicamente.

7.2.3 Variáveis lingüísticas/discursivas

Subjacente ao princípio empírico da *restrição* de Weinreich, Labov e Herzog ([1968] 2006) encontra-se a investigação das variáveis lingüísticas que condicionam o uso de um MD em vez de outro, isto é, a verificação do que condiciona a mudança ou o que concede possíveis condições para que a mudança ocorra. Nessa direção, pretendemos verificar se o uso variável do fenômeno discursivo em estudo é sensível a condicionadores lingüísticos/discursivos.

²⁵⁰ Destaca-se, conforme Rost (2002), que a oposição *olha* e *olhe* é menos saliente do que entre *veja* e *vê*; a alteração fonética de *veja* (com ditongação, por exemplo) não é esperada em português e uma redução de *vê* parece ser impossível. Temos, assim, restrições fonéticas atuando em eventuais reduções formais.

7.2.3.1 Contexto de atuação discursiva

a) Caracterização e hipóteses

Diferentes pesquisadores²⁵¹, analisando minuciosamente amostras diversas, têm apontado uma série de contextos discursivos em que certos MDs ocorrem, conforme descrito e exemplificado no capítulo 6. Vejamos, portanto, as hipóteses relativas ao comportamento dos MDs em relação a este grupo de fatores. Embora Guerra (2007) tenha constatado, em termos gerais, que variados MDs de base verbal²⁵² exercem majoritariamente funções predominantemente interacionais, nossa hipótese se fundamenta no fato de que uma análise refinada dos MDs **olha** e **vê** vai mostrar usos diferenciados desses itens²⁵³.

Em termos gerais, nossa expectativa é que os MDs sejam favorecidos por contextos em que está predominantemente em cena a função interpessoal/interacional devido ao resquício de ato de fala imperativo e à intensidade dos graus de envolvimento do F e do O, considerando-se que este teria sido o primeiro movimento de expansão semântica com ganho pragmático-discursivo. Por outro lado, esperamos também que os contextos caracterizados pela presença de traços da função textual sejam menos recorrentes, devido ao caráter mais abstrato associado a esses contextos e aos traços de subjetividade decorrentes do envolvimento maior do F que expressa suas atitudes avaliativas seja em relação ao comportamento do interlocutor, ao seu próprio comportamento, seja em relação a situações relatadas ou a determinadas porções textuais, conforme apresentado no capítulo 3. Nesse processo de subjetivização, os itens acabam adquirindo também certos traços de natureza textual, como a ocorrência em certas posições relacionais.

Em termos específicos de cada MD, com base nos resultados de Rost (2002), nossa expectativa era que o item **olha** fosse favorecido por

²⁵¹ Por exemplo, Castilho (1989), Marcuschi (1989), Macedo e Silva (1996), Martelotta (1996), Risso, Silva e Urbano (1996) Travaglia (2003), entre outros.

²⁵² Guerra (2007, p. 79, grifo nosso) cita como exemplo os MDs *entendeu*, *olha*, *sabe?*, *viu*.

²⁵³ Dominguez Portela (2008), analisando dados de fala coletados a partir da década de 70, constatou que, no galego, há maior frequência de uso nos valores do MD *olla* relativos à chamada da atenção sobre o receptor para adverti-lo (como o contexto caracterizado para os MDs **olha** e **vê** no PB) ou para começar nova intervenção para informá-lo sobre algo que considera relevante. Por exemplo: “*Olla*, cretino Amado: rematou a Asamblea” (MÉNDEZ FERRÍN, 1980, p. 28 *apud* DOMINGUEZ PORTELA, 2008). Quando a chamada da atenção recai sobre a informação, é mais frequente o uso nos contextos em que o MD reafirma a intensidade, o grau ou a importância da mensagem que se acaba de dar, como em “O meu menino, *olha*, desde que almocei (sic) ainda não o vi mais” (BACELAR DO NASCIMENTO, 1987, p. 244 *apud* DOMINGUEZ PORTELA, 2008).

contextos de *advertência*, *interjeição*, *atenuação* e *prefaciação*, por apresentarem mais características de interpessoalidade, e serem contextos em que se supõe captar o movimento mais básico de expansão de um significado semântico para um significado pragmático. Em contrapartida, esperávamos que os contextos de atuação *exemplificação* e *causalidade* fossem mais recorrentes para **vê**, devido ao caráter menos interpessoal e mais subjetivo associado a tais contextos. Como já vimos no capítulo anterior, principalmente na informação da nota 235, os contextos de *atenuação* e *prefaciação* realmente se mostraram categóricos para o uso de **olha**, o que contempla nossa hipótese para esse MD. Por outro lado, o contexto *concessivo*, previsto inicialmente como espaço hipotético para **vê**, também se mostrou categórico para **olha**.

b) Resultados e discussão

Conforme o quadro 15, a variável *contexto de atuação discursiva* foi o terceiro grupo selecionado pelo Programa de análise estatística em ordem de relevância, na rodada geral da amostra 1F. No entanto, ressalte-se que, nas rodadas estatísticas por cidade, esse grupo foi selecionado como relevante para **olha** apenas para a cidade de Blumenau, tendo sido o terceiro grupo mais significativo na rodada. Todavia, nas rodadas das amostras 2F e 3F, essa variável não se revelou estatisticamente relevante²⁵⁴. Vejamos, então, os resultados gerais para os *contextos de atuação discursiva* por amostra na tabela 11²⁵⁵:

²⁵⁴ Conforme o cap. 5, mantemos e testamos os grupos de fatores significativos na pesquisa de Rost (2002), mas também inserimos outras variáveis lingüísticas e sociais, levantadas principalmente em bibliografias do PB disponíveis sobre MDs. Acreditamos que essa nova configuração de fatores tenha atuado na recodificação dos dados e a variável – *contexto de atuação discursiva* – acabou sendo, agora, rearranjada em outra posição em termos de significância estatística.

²⁵⁵ Nas tabelas, mantemos as colunas para PR somente quando o Programa estatístico selecionou aquela variável como significativa. Nos demais casos, mantemos as colunas somente até o percentual. Ainda, especialmente nesta tabela, mantemos os fatores com resultado percentual categórico (e, por isso, sem PR correspondente), para efeito de visualização geral do comportamento dos MDs em todos os contextos de atuação discursiva identificados nas amostras analisadas.

TABELA 11 – INFLUÊNCIA DA VARIÁVEL *CONTEXTO DE ATUAÇÃO DISCURSIVA* SOBRE O USO DE *OLHA* EM RELAÇÃO A *VÊ* (AMOSTRAS 1F, 2F E 3F)

Contextos de atuação discursiva	Amostra 1F								
	BLU			CHP		FLP1	LGS		
	Ap/T	Ap/T	%	Ap/T	%	Ap/T	%	Ap/T	%
De advertência	16/16	16/17	94	16/17	94	30/30	100	43/44	98
De opinião	37/37	29/29	100	29/29	100	20/21	95	22/23	96
De prefaciação	5/6	7/7	100	7/7	100	8/8	100	14/15	93
Interjetivo	8/8	12/12	100	12/12	100	8/10	80	16/25	64
Exemplificativo	20/23	26/32	81	26/32	81	17/23	74	16/21	76
De parentet.	0/1	-	-	-	-	2/9	22	6/13	46
Causal	20/32	21/43	49	21/43	49	4/20	20	38/67	57
Adversativo	20/20	14/14	100	14/14	100	11/11	100	6/6	100
De atenuação	19/19	19/19	100	19/19	100	12/12	100	14/14	100
Concessivo	1/1	1/1	100	1/1	100	-	-	-	-
Total	146/163	145/174	83	145/174	83	112/144	78	175/228	77
Input: .97 Sig.: .033 3° selecionado				Não selecionado		Não selecionado		Não selecionado	

	Amostra 1F			Amostra 2F		Amostra 3F	
	RESULTADO GERAL			FLP2		CTB	
	Ap/T	%	PR	Ap/T	%	Ap/T	%
De advertência	105/107	98	0,95	57/58	98	40/46	87
De opinião	108/110	98	0,57	34/35	97	19/39	49
De prefaciação	34/36	94	0,45	13/13	100	2/2	100
Interjetivo	44/55	80	0,36	10/12	83	7/17	41
Exemplificativo	79/99	80	0,28	26/33	79	10/67	15
De parentet.	8/23	35	0,26	2/12	17	2/11	18
Causal	83/162	51	0,22	6/27	22	9/59	15
Adversativo	51/51	100	-	15/15	100	1/2	50
De atenuação	64/64	100	-	20/20	100	7/7	100
Concessivo	2/2	100	-	-	-	2/2	100
Total	578/709	82		183/225	81	99/252	39
Input: .97 Sig.: .048 3° selecionado				Não selecionado		Não selecionado	

FONTE: A autora (2009)

Em termos gerais, os resultados percentuais categóricos (100%) e os resultados em PR para a amostra 1F (coluna GERAL da amostra 1F) corroboram nossas expectativas de que os contextos que apresentam um significado mais pragmático, isto é, que envolvem o aspecto intersubjetivo voltado para o jogo F/O (componente “orientado para o O”), são altamente significativos na escolha de *olha*. Assim é que os contextos *adversativo* e de *atenuação* (categóricos) e o de *advertência* (0,95) se mostram como os típicos para o uso desse MD. Por outro lado, *olha* é fortemente inibido pelo contexto *causal* (0,22), seguido dos contextos de *parentetização* (0,26) – embora este se apresente com poucos dados (23

ocorrências) – e *exemplificativo* (0,28). Para a amostra 2F, os resultados em percentual ratificam os encontrados na amostra 1F: **olha** é mais frequente nos contextos de *advertência* (98%) e *opinião* (97%), seguido de *interjetivo* (83%) e *exemplificativo* (79%). Esses resultados também evidenciam nossa hipótese de que funções com matizes mais textuais, que envolvem o aspecto subjetivo (componente “orientado para o F”), seriam mais favorecedoras para **vê** e inibidoras de **olha**.

Como destacamos na seção 7.1, realizamos amálgama dos *contextos de atuação discursiva* distribuindo-os em duas macrofunções. Constatamos que a maior parte das ocorrências do MD **olha** se dá em contextos em que predomina a *macrofunção articuladora predominantemente interacional* (advertência/ adversativo/ atenuação/ interjetivo/ prefaciação/ parentetização), com um PR de 0,72²⁵⁶, ao passo que **vê** é favorecido pelos contextos em que atua a *macrofunção articuladora predominantemente textual* (exemplificativo/ opinião/ causal/ concessivo), com PR de 0,64, ratificando nossa hipótese.

Nas rodadas por cidade, destacamos os seguintes resultados: contrastivamente em relação à rodada geral, em Blumenau, os contextos de *exemplificação* (0,92) e *prefaciação* (0,81) condicionam favoravelmente o uso do MD **olha**. Curiosamente, mostraram-se significativos um contexto mais característico da macrofunção discursiva articuladora textual e outro da interacional. Por outro lado, nessa localidade, **olha** é fortemente inibido pelo contexto causal (0,11), ratificando os resultados da amostra 1F. Esses resultados, alguns deles destoantes do resultado geral da amostra 1F comentados acima, apontam para o fato de que os MDs em questão não se encontram num mesmo estágio de funcionamento em todas as cidades examinadas – o que já foi evidenciado quanto ao uso de um ou outro MD, conforme resultados da tabela 1. A flutuação encontrada nos contextos de atuação discursiva pode ser interpretada como indício de que os MDs se encontram ainda em processo de expansão polissêmica pragmática.

Outro resultado que merece reflexão é o seguinte: em Santa Catarina, enquanto Lages e Florianópolis são as cidades que exibem o maior número de contextos de variação dos MDs (Lages com sete em dez contextos, Florianópolis1 com cinco), Blumenau e Chapecó são os dois municípios catarinenses que, além de apresentarem o menor número de

²⁵⁶ A distribuição no uso de **olha** em relação a **vê** segundo a variável *macrofunção* apresentou os seguintes resultados: 192 dados de **olha** (87%) em 222 encontram-se distribuídos na *macrofunção articuladora basicamente interacional* e 269 em 370 (76%), na *macrofunção articuladora basicamente textual*. Observação: o total de dados aqui é de 592, pois foram desconsiderados os contextos categóricos (117 ocorrências).

ocorrências de **vê** (10% e 17%, respectivamente), são também onde se observa menos contextos de variação, apenas três: *causal* e *exemplificativo* em ambas as cidades, e *prefaciação* e *advertência* em Blumenau e Chapecó, respectivamente. Curitiba (amostra 3F) apresenta comportamento variável semelhante ao de Lages: os MDs também operam variavelmente em sete dos dez contextos de atuação discursiva descritos. Esses resultados podem significar ou que o MD **vê** ainda pode ter sua frequência de uso aumentada e conseqüentemente expandida para outros contextos, ou que o MD **olha** já se fixou solidamente como o único MD da maioria dos contextos que constituem o domínio funcional da *chamada da atenção do ouvinte*.

Antes de passarmos para a apresentação da próxima variável, convém registrarmos ainda algumas reflexões acerca dos contextos de atuação discursiva. No decorrer da análise, foram surgindo algumas questões, tais como: (i) o contexto que é mais recorrente é o que permite o uso de ambos os MDs, e o contexto menos freqüente o que favorece o uso de um deles? (ii) é possível detectar, diacronicamente, a emergência de algum uso, e se **vê** está entrando em contextos típicos de **olha**, ou vice-versa? (iii) pode-se dizer que o contexto de aparecimento (quase) categórico de um MD é um contexto de *especialização de uso*?

Voltamos a examinar os dados em busca de respostas a essas questões. Para facilitar a análise comparativa, rearranjamos os resultados pancrônicos relativos à variável *contexto de atuação discursiva*, dispondo-os por ordem de frequência de uso a partir dos dados sincrônicos.

TABELA 12 - DISTRIBUIÇÃO PANCRÔNICA DOS MDS *OLHA* E *VÊ* DE ACORDO COM OS *CONTEXTOS DE ATUAÇÃO DISCURSIVA* EM AMOSTRAS DE FALA E DE ESCRITA

Amostras	Dados de fala			Dados de escrita			
				Século XIX		Século XX	
MDs	olha		vê	olha	vê	olha	vê
Contextos	Freq.	%	Freq.	%	TOTAL	Ocor.	Ocor.
Causal	83	51	79	49	162	1	-
De opinião	108	98	2	2	110	-	-
De advertência	105	98	2	2	107	17	1
Exemplificativo	79	80	20	20	99	1	-
De atenuação	64	100	-	-	64	2	-
Interjetivo	44	80	11	20	55	5 ²⁵⁷	-
Adversativo	51	100	-	-	51	1	-
De prefaciação	34	94	2	6	36	-	-
De parentet.	8	35	15	65	23	-	-
Concessivo	2	100	-	-	2	-	-
Total	578		131		709	27	1
	82		18			23	7

FONTE: A autora (2009)

Com base nos resultados da tabela 12, vamos tentar responder as indagações postas acima. Em relação à recorrência dos contextos, notamos que, sincronicamente, o contexto mais freqüente, que é o *causal*, é também o que mais propicia o uso variável dos MDs, com distribuição percentual equilibrada entre os dois itens; diacronicamente, apesar da escassez de dados, também ocorrem os dois MDs, **olha**, no século XIX e **vê**, no século XX. Essa correlação entre recorrência e variação, todavia, não se mantém: os contextos de *opinião* e de *advertência*, que são, respectivamente, o segundo e o terceiro mais freqüentes, concentram 98% das ocorrências dos MDs no item **olha**; diacronicamente, o contexto de *advertência* é o que detém o maior número de ocorrências dos MDs (34 dados), também concentrados quase que categoricamente em **olha**. Mais dois contextos merecem reparo: o *interjetivo*, que das 55 ocorrências sincrônicas apresenta 80% de **olha** e 20% de **vê**, e das 13 ocorrên-

²⁵⁷ Nos dados diacrônicos, o contexto interjetivo reúne, no século XIX, também 1 dado de *advertência/interjetivo* e 1 dado de *atenuação/interjetivo*.

cias diacrônicas (o segundo contexto mais recorrente nas peças) apresenta 69% de **olha** e 31% de **vê**; e o de *parentetização*, identificado apenas nos dados de fala, que, com um número reduzido de ocorrências (apenas 23) detém a maior taxa de **vê** (65%). Por outro lado, o contexto menos recorrente de todos, o *concessivo*, apresenta 2 dados de **olha**. Verifica-se, pois, que os dois contextos que apresentam maior variação entre os MDs são o *causal* (o mais recorrente) e o de *parentetização* (um dos menos recorrentes). Desse modo, a resposta à indagação (i) acima é parcialmente afirmativa.

A segunda questão colocada diz respeito à possibilidade de captar os contextos de entrada dos MDs. Quanto à emergência dos MDs em estudo, no século XIX **olha** já aparecia em seis diferentes contextos (predominando largamente em contextos de *advertência*), mantendo-se, no século XX, em quatro deles (prioritariamente em contextos de *advertência*). A única ocorrência de **vê**, no século XIX, também se dá em contexto de *advertência*; só no século XX é que se detectam os primeiros usos de **vê** em contextos *causal*, de *opinião* e *interjetivo*. À exceção do contexto de *opinião*, que vai se caracterizar nos dados de fala como quase categórico para **olha**, os demais vão se manter como campo fértil de variação entre os dois MDs, tal como já assinalado. Em relação aos contextos diacronicamente mais típicos de **olha** – de *advertência* e *interjetivo* –, o que se percebe é que o primeiro se mantém nas amostras sincrônicas de fala como reduto de **olha**; no entanto, o contexto *interjetivo*, que nas peças escritas no século XX já era compartilhado pelos dois MDs, continua sincronicamente como terreno de variação, embora com predomínio de **olha**.

A terceira indagação aborda a questão da especialização de uso. O que se coloca em discussão é o seguinte: os contextos de atuação discursiva categóricos de **olha**, como o de *atenuação* e o *adversativo*, que já eram exclusivos desse MD nas amostras escritas, podem ser interpretados como casos de especialização de uso, ou devem ser vistos como contextos de restrição à entrada de **vê**, que podem vir a se abrir para esse MD em sua expansão gradativa de uso? Observe-se que o percentual de ocorrências de **vê** em relação a **olha** vem aumentando: no século XIX era de 3,5%, no século XX de 23%; e nos dados de fala atuais cai um pouco para 18%. Da mesma forma, os contextos de aparecimento de **vê** vêm se expandindo: no século XIX era um contexto, no século XX três contextos, e nos dados de fala atuais sete contextos.

Arriscamos uma hipótese interpretativa para o quadro acima esboçado: a previsão de que **vê** pode vir a ocupar também o lugar do MD **olha** pode se concretizar em se tratando do contexto *concessivo*, uma

vez que projetamos um *continuum* de mudança semântico-pragmática dos significados menos para os mais abstratos associados a ambos os MDs. No caso do *concessivo*, por exemplo, há veiculação do significado de dúvida ao mesmo tempo em que assinala a manifestação da avaliação subjetiva do F e o MD auxiliaria na articulação coesiva e argumentativa do texto, ou seja, entra em campo a função mais textual (basicamente orientada para o F). Contudo, para os contextos de *atenuação* e *adversativo*, a hipótese mais provável é de que se trate de contextos de restrição ao uso de **vê**, uma vez que associamos esses contextos à veiculação de significados semântico-pragmáticos mais concretos, visto que assinalam alto grau de orientação por parte do F em direção ao O, com proeminência da função interpessoal.

7.2.3.2 Seqüência discursiva

Os MDs **olha** e **vê** ocorrem em *seqüências discursivas* (de tipos de texto) constitutivas do gênero²⁵⁸ *entrevista sociolinguística*²⁵⁹.

Marcuschi (2008, p. 154-155) define-as como “[...] uma espécie de construção teórica (em geral uma seqüência subjacente aos textos) definida pela natureza lingüística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo)”. Conforme o autor, essas categorias são limitadas e sem tendência a aumentar. Acresce-se a esse conceito a caracterização do tipo textual como “um modo de interação, uma maneira de interlocução, segundo perspectivas adotadas pelo produtor do texto [...]” (TRAVAGLIA, 2009, p. 2633).

A materialização dos tipos de texto em situações reais de comunicação caracteriza os *gêneros do discurso*. Em um mesmo texto pode haver uma ou várias seqüências discursivas, mas, nesse caso, uma delas predominará em função do objetivo principal do gênero. Isso significa que determinadas seqüências são mais freqüentes em um determinado gênero, todavia inexistem fora dele. Portanto, constituem “[...] os gêneros conforme regras específicas, podendo conjugar-se, cruzar-se ou fundir-se ou intercambiar-se” (cf. TRAVAGLIA, 2009, p. 2633)²⁶⁰.

²⁵⁸ Como Marcuschi (2008, p. 154), não discutiremos se a expressão pertinente é “gênero textual”, “gênero discursivo” ou “gênero do discurso”. Adotamos a posição de que todas essas expressões podem ser intercambiáveis, exceto naqueles contextos em que se objetiva, mais explicitamente, identificar algum fenômeno específico. “*Gênero textual* refere os textos materializados em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas”.

²⁵⁹ Paradis (1995, p. 115-116 *apud* TAVARES, 2003, p. 118) não considera as entrevistas sociolinguísticas como um gênero existente em uma comunidade de fala. Todavia, tal como Schiffrin (1996, p. 53), acreditamos que “as identidades que emergem durante tais interações não são menos situadas – e os contextos não são menos dinâmicos e emergentes – que aqueles que surgem durante outras atividades humanas” (TAVARES, 2003, p. 118). Nesse sentido, Back *et al.* (2007) exemplificam que, assim como, na esfera jornalística, emergem gêneros como a notícia e a crônica, por exemplo; na esfera comercial, tem-se cartas e memorandos; na esfera acadêmica, há os artigos, as teses e também as entrevistas sociolinguísticas, as quais procuram se aproximar “[...] das produções lingüísticas encontradas nas situações de comunicação naturais – embora não se igualem” (TAVARES, 2003, p. 118). Para mais informações acerca da composição metodológica da entrevista sociolinguística, consultar Labov ([1972] 2008).

²⁶⁰ Travaglia ([2003]/2007 e 2009) propõe o termo *tipelemento* para designar quatro categorias de textos de natureza distinta: o tipo, o gênero, a espécie e o subtipo. Para mais informações sobre a caracterização dessas categorias, consulte Travaglia (2009). Nesta seção, tomamos

Dentre as categorias²⁶¹ identificadas como tipos, interessa-nos nesta análise aquela concernente aos tipos narrativo, descritivo, dissertativo, injuntivo, conforme descrito por Travaglia ([2003]/2007). Pretendemos verificar se há correlação entre o uso dos MDs **olha** e **vê** e as seqüências discursivas (tipo de texto)²⁶² presentes na *entrevista sociolinguística*.

Entende-se por *seqüência discursiva narrativa* um trecho constituído por relatos verbais (predominantemente) de fatos, acontecimentos ocorridos no passado e que podem se prolongar por um determinado tempo – não há estaticidade –, em que aparecem ambientes e pessoas. Objetiva-se “contar, dizer os fatos, os acontecimentos, entendidos estes como os episódios, a ação em sua ocorrência” (TRAVAGLIA, [2003]/2007, p. 60). Nesse sentido, nas entrevistas sociolinguísticas, identificamos marcas linguísticas na pergunta do entrevistador, como *quando você era criança, lembra uma ocasião, que histórias vocês ouviam, conta um fato*, dentre outras, que desencadeiam esse tipo de seqüência discursiva.

Vejamos, então, dois exemplos de *seqüências narrativas* nas amostras investigadas:

(144) **E:** E [tem] teve, assim, algum aluno assim que marcou mais a sua vida assim como professor?

F: Teve, teve um aluno que marcou muito. Muito inteligente, muito querido. Aquele eu nunca esqueci dele. Quer dizer, a gente queria bem todos, né? mas aquele marcou porque ele era um aluno inteligente demais. **Olha**, e a gente falava uma coisa, ele já na frente, ele respondia tudo direitinho. Era a coisa mais linda do mundo! E tudo que

emprestada sua caracterização de tipos de texto para definir as seqüências em que os MDs estão inseridos nas entrevistas sociolinguísticas e peças de teatro.

²⁶¹ Oito categorias de texto foram identificadas como *tipo* por Travaglia (2009): a primeira abarca o texto descritivo, dissertativo, injuntivo, narrativo; a segunda compreende o texto argumentativo “stricto sensu” e argumentativo não-stricto sensu; a terceira envolve o texto preditivo e não preditivo; a quarta abrange o texto do mundo comentado e do mundo narrado; a quinta categoria inclui o texto lírico, épico/narrativo e dramático; a sexta compreende o texto humorístico e não-humorístico; a sétima envolve o texto literário e não literário; e, por fim, a última categoria abarca o texto factual e ficcional.

²⁶² Travaglia (1991) investigou o funcionamento textual-discursivo do verbo no PB e constatou que o emprego de determinados tipos de verbos e situações por eles indicadas e das formas e categorias verbais é altamente regulado pelos quatro tipos de texto (descrição, dissertação, injunção e narração). Também os conectores e tipos de relações entre cláusulas têm mostrado correlação com a categoria tipo de texto.

eu mandava fazer ele fazia, tudo bem feito. Uma pena que [ele não <esta>] esse não estudou, né? Ele ficou só no quarto ano que eu fiz. (LGS 14)

(145) **E:** E quanto à escola [na] na sua época, como é que era a escola?

F: Bom, eu não gostava de estudar.

E: Não?

F: Eu não gostava. Colava bastante, passei de ano [de] tanto colar! Mas a gente levava tudo na brincadeira, sabe? Tinha um professor ou outro, eu me lembro que tinha um professor de Inglês, aquele era terrível, sabe? Mas os outros, aprendeu, aprendeu, não aprendeu, tudo bem, sabe? então Eu passei de ano porque era obrigada, né? Depois era feio também você ficar repetindo ano, né?

E: Mas nunca ninguém pegou você colando? [Ou já] ou aconteceu?

F: **Olha**, eu nem me lembro mais, já faz tanto tempo, mas deve ter acontecido porque sempre ocorre, né? Por mais que você se cuide, sempre Mas é que tem muitos professores que fazem de conta que [não] não vêem e passa, né?

E: E qual matéria assim que você gostava mais? (CTB 19)

Caracterizamos os dados (144) e (145) como seqüências narrativas porque, além de a pergunta do entrevistador apresentar marcas linguísticas que desencadeiam esse tipo de seqüência discursiva, como “[...] que marcou a sua vida?”, “na sua época [...]”, observa-se que o trecho produzido como resposta pelo informante está marcado principalmente pelo relato de um episódio de sua vida, bem como por verbos no passado, pelo envolvimento de participantes e por um circunstancial de lugar onde se desenrolou o evento narrado. Como se observa, os MDs **olha** e **vê** estão inseridos nessas seqüências narrativas.

Constitui-se como *seqüência discursiva descritiva* o trecho que se caracteriza “[...] por trazer a localização do objeto de descrição (não obrigatoriamente), características (cores, formas, dimensões, texturas, modos de ser, etc.) e/ou componentes ou partes do objeto descrito” (TRAVAGLIA, [2003]/2007, p. 43). Na entrevista sociolingüística, o informante, muitas vezes, vale-se da descrição para completar, para ensinar, para classificar, para explicar um fato/procedimento, caracteri-

zar um objeto, uma pessoa ou um lugar. São expostos pormenores do objeto de descrição por meio de intensificadores, adjetivos e tempos verbais para veicular não somente informações referenciais, mas também avaliativas. Destaca-se, porém, conforme o autor, caso as características ou propriedades de um objeto sejam apresentadas como tese, premissas, proposições, estas mudam seu caráter ilocutoriamente descritivo para assumir um papel dissertativo. Acreditamos que as seguintes marcas lingüísticas podem estar presentes na pergunta do entrevistador e desencadear esse tipo de sequência discursiva: *como é, como se faz tal coisa, como você/ele era*, entre outras.

Nos dois trechos a seguir, extraídos das amostras investigadas, **olha** e **vê** se inserem em *seqüências descritivas*:

(146) **E**: E assim [e as] e as festas de vocês do tá, a gente está falando de comida, né? E os pratos típicos assim, [e] e nas festas assim de vocês, em casa, Natal, Páscoa, como é que é isso?

F: **Olha**, [na] de Natal, o famoso peru, isso não falta, né? não falta. Mas [a <min>] a minha mãe faz a galinha ao molho pardo, essa não falta, a galinha ao molho pardo, uma galinha assada depende, por exemplo, dos parentes que vêm, às vezes a gente combina [de] de vir os irmãos. [Vem um] tem um em Florianópolis, tem uma em Curitiba, né? tem os irmãos do meu pai. Então quando o Natal, assim vai todo mundo lá pra casa, então é feito [muito] muitos pratos tipo, por exemplo, entra muito prato italiano, que é o meu pai que faz, né? Meu pai [é] é um expert em carnes, então ele faz, por exemplo, tatu. É um negócio [que ele] que ele vai buscar aonde tiver pra fazer, porque é uma carne deliciosa o tatu, o leitão, né? o peru, aí essa galinha ao molho pardo, que é o prato da minha mãe, com aipim, maionese. Que mais que tem? Ah, sempre tem uma lasanha, né? e salada, salada em geral, alface, isso aí tem aos montes. (BLU 17)

(147) **E**: E pelo jeito tu também [eras fogo, né?]

F: [Tu **vê**. É.] É, eu era fogo, é. mas era. O meu irmão também era assim, igual a [mim. É, ele me] acompanhava. (FLP 18 L. 1235)

Nas ocorrências (146) e (147), no que refere aos traços lingüísticos, verifica-se duas estruturas simples; na primeira, o informante descreve os pratos servidos durante a festa de Natal; e na segunda, faz a

descrição de si próprio e do irmão.

Seqüência discursiva dissertativa é o trecho em que o informante fundamenta suas opiniões ou defende seu ponto de vista acerca de um determinado tema/idéia. Nesse tipo de seqüência, objetiva-se “[...] o refletir, o explicar, o avaliar, o conceituar, expor idéias para dar a conhecer, para fazer saber [...]” (TRAVAGLIA, [2003]/2007, p. 60). A partir dessa caracterização, procuramos, nas entrevistas sociolinguísticas, identificar também marcas linguísticas na pergunta do entrevistador que fossem desencadeadoras desse tipo de seqüência e localizamos estruturas como *o que tu/você acha, o que pensa dessa situação, qual a sua opinião*, dentre outras.

Vejamos, então, duas ocorrências em que **olha** e **vê** se inserem em *seqüências dissertativas* nas amostras investigadas:

(148) **E**: É, fica difícil. Falando em URV [Unidade Real de Valor], você está acompanhando essa mudança da moeda. Qual a sua opinião sobre isso?

F: **Olha**, a minha opinião sobre essa URV, isso aí é mais [uma] [um] vamos supor, vamos dizer, a URV [foi] [foi feita] foi chamada de URV só pra enganar o brasileiro mais uma vez. Só pela sigla dela já diz tudo: unidos roubamos você realmente e agora vem o Real ali, não sei. Então a gente espera pra ver como é que fica esse negócio [do] do Real ali porque essa URV ali Isso aí foi só inventado só pra tirar o dinheiro [do] da classe operária porque classe operária é [que] que sofre com isso. Tu vais no mercado, hoje é um preço, tu vais amanhã no mesmo supermercado aí que está aumentando quarenta e poucos por cento acima [da] do permitido. (BLU 12)

(149) **E**: Porque a gente está fazendo esta entrevista [com] com várias pessoas em vários bairros, né? e o pessoal que fala mesmo que antigamente, né? [por] <me> por <ma> menos que a gente estudasse, mas a escola era muito mais forte [era mais] puxava mais [pela] pela [cabeça da criança] e tal, né? Valia bem mais até do que

F: [Ah! Puxava sim.] Valia bem mais a pena estudar, né? Agora não vale a pena mais. Você manda a criança pra escola, chega lá, a professora não

vem, né? Uma hora a professora não vem dar aula, outra hora tem reunião, né? outra hora por falta de material, outra hora que não sei o quê e assim vai indo, né? E as crianças passam <m> | maior parte do tempo| deles em casa sem estudo, né? Você **vê**, então não adianta você batalhar, você sofrer pra você dar estudo pros seus filhos, né? Você faz de tudo pra dar uma coisa que você não pode. Você tira <daonde> você não tem porque você não vê um futuro mais tarde, né? (CTB 08)

O dado (148) se caracteriza por apresentar o ponto de vista do informante sobre determinado assunto, no caso a opinião sobre a URV. O contexto (149), por sua vez, expõe a avaliação do informante sobre o ensino nas escolas à época de realização da entrevista.

A *seqüência discursiva injuntiva* está representada por uma ação a ser feita. Visa-se “dizer a ação requerida, desejada, dizer o que e/ou como fazer e assim incitar o alocutário à realização da situação” (TRAVAGLIA, [2003]/2007, p. 60)²⁶³. Nos trechos das entrevistas sociolinguísticas, consideramos como seqüência injuntiva os fragmentos de texto em que o informante, além de chamar a atenção para o que é dito – como o faz em todas as outras seqüências discursivas –, incita o interlocutor a praticar uma ação que se requer, ou se determina que seja feita.

Vejamos, nas amostras investigadas, os contextos em que os MDs **olha** e **vê** ocorrem em *seqüências injuntivas*:

(150) **F**: [...] Uma noite de lua cheia, a coisa mais linda. E a água subindo, sabe? Quando bateu seis horas na igreja, entrou o primeiro filete de água dentro da minha casa. Isso foi [em] em julho. Era justamente o segundo filho meu, ia fazer uma festa, isso foi uma quinta feira e sábado ia ser a festa de aniversário dele. E um vizinho á noite, ele disse: "**Olha**, vizinha, nós estamos levantando os móveis todos porque vai ter água." E eu disse: "Eu não acredito porque aqui que nunca chegou água, é só com treze metros e não vai dar treze metros."

²⁶³ Travaglia (2009) apresenta as seguintes variedades ou subtipos de injuntivo: ordem, pedido, súplica, conselho, prescrição e opção. Propõe também alguns traços que auxiliam na distinção desses subtipos.

Ele disse: "Olha! estão anunciando treze metros."
[...] (BLU 09)

(151) **E**: E, você fora dos estofados e dos tapetes, assim, essas coisas, colchão assim, você entende também? Se você vir um: "Ah! [isso] isso presta, esse!"

F: É, mais ou menos, isso aí eu não me ligo muito, não me ligo muito aí pra não acarretar muito pra minha vida. Você sabe que eu moro ali, né? e daí se eu começar a entender muito, daí isso vai e acarreta pra mim, então eu prefiro ficar assim: "Não, não entendo!" **Veja bem**, não adianta deixar colchão [pra mim ver], que eu não sei, daí assim, então, eu dou uma de vivaldino, daí, né? então não entendo. (CTB 24)

Nos trechos (150) e (151), **olha** e **veja bem** inserem-se em seqüências injuntivas porque indiretamente instigam o interlocutor a praticar (ou não) uma ação. Em (150), o vizinho indiretamente sugere que a vizinha também levante os móveis de sua residência. No exemplo (151), o informante recomenda que não seja praticada a ação pretendida por seus interlocutores, no caso, a de deixar o colchão para que ele arrume.

O controle dessa variável tem se revelado significativo em várias pesquisas que tratam de variação e mudança de fenômenos discursivos (TAVARES, 1999, 2003; ROST, 2002; FREITAG, 2003; MARTINS, 2003, entre outras), e que tomam como amostra *corpora* sociolinguísticos. Em termos de tendência de uso de MDs específicos nos variados gêneros, Silva e Macedo (1989, p. 14) constataram que “nenhum dos marcadores se restringe a um só gênero, mas [...] cada um ocorria com maior freqüência em determinado tipo.” Em contrapartida, outras pesquisas também sobre itens discursivos (DAL MAGO, 2001; VALLE, 2001) constataram pouca influência dessa variável na preferência pelos itens em variação²⁶⁴.

É importante frisar que, ao se optar por trabalhar com entrevista sociolinguística, decide-se, na maioria dos casos, por trabalhar com análise estatística. Porém, decorre disso um problema analítico se isolarmos os dados e tentarmos fazer generalizações, visto que cada ocorrência de uma variável vem inserida em um enunciado e em um contex-

²⁶⁴ Cremos que esses diferentes resultados podem se dever à falta de um critério metodológico efetivo, que leve em conta aspectos de natureza funcional na segmentação do gênero, além da própria complexidade que envolve a conceituação de gênero.

to social, que poderia abarcar uma gama de fatores que influenciam a escolha do F, ou seja, há várias forças simultâneas atuando em diversas direções e isolá-las pode fazer com que façamos generalizações inválidas (GUY, 1998, p. 27-28).

Além disso, deve-se considerar também que as variáveis discursivas em geral (dentre as quais se inclui a “seqüência discursiva”) costumam influenciar um tipo de mudança que Heine, Claudi e Hünneberger (1991) chamam de *reinterpretação induzida pelo contexto*. A recorrência de uma forma/função em um determinado contexto faz com que acabe assimilando traços predominantes no contexto. Assim, uma forma recorrente em uma seqüência dissertativa pode assimilar traços modais de (des)comprometimento; é o que acontece com alguns MDs, como, por exemplo, *bom, bem, olha e ah* (RISSO, 1999), *quer dizer* (DAL MAGO, 2001), *olha e veja* (ROST, 2002), *acho que e parece que* (FREITAG, 2003), *bom e bem* (MARTINS, 2003), e também com os seqüenciadores retroativo-propulsores *e, aí, daí, então* (TAVARES, 1999, 2003).

Ademais, o que pode estar em jogo entre o uso dos MDs **olha** e **vê** e as seqüências discursivas é a hipótese da harmonia proposta por Bybee, Perkins e Pagliuca (1994)²⁶⁵. Dessa forma, nossa expectativa é testar se, de fato, a harmonia se dá naqueles trechos de ocorrência da seqüência dissertativa, por exemplo, no qual o F expõe sua opinião, o que pode levar ao maior emprego do MD **vê** tendo em vista a história do verbo, que já entra no PB com sentidos mais abstratos relativos à percepção mental (cf. CASTILHO, 1997; VOTRE, 1999, 2001), ao passo que o MD **olha**, inicialmente com um uso mais concreto, sofre reanálise em contextos em que apresenta variação com **vê**, e assume significados mais abstratos, como é o caso de alguns trechos argumentativos.

²⁶⁵ Bybee, Perkins e Pagliuca (1994, p. 215), como evidência da hipótese da harmonia, testaram o modal *should* e constataram que o aparecimento deste verbo na oração subordinada é motivado por certa harmonia entre a força modal da oração principal e a da subordinada. Acreditam os autores também que um elemento modal pode ser generalizado para outra cláusula subordinada até mesmo quando não parece ser modalmente harmônico. Em “It is essential that on this point the churches should learn from each other” e “I suggested that they should put (a)round each carriage door a piece of beading”, *should* expressa necessidade ou impõe uma obrigação. Os atores baseiam-se em Coates (1983), o qual diz que o modal pode ser extraído do contexto e ainda assim permanecerá um sentido de fraca obrigação. Já nos contextos “Is it legitimate that they should seek to further that aim by democratic and constitutional means?” e “It was inevitable that Peter Ustinov should join exclusive four star club by writing, producing, directing and starring in one film.”, *should*, inserido na cláusula subordinada, não contém significado explícito de fraca obrigação e, por isso, é descrito como esvaziado de conteúdo semântico. No entanto, os adjetivos expressos na oração principal são compatíveis semanticamente com *should*, permitindo leitura harmônica de fraca obrigação.

Em síntese, aplicaremos às seqüências discursivas em que os MDs **olha** e **vê** ocorrem duas hipóteses funcionalistas: a primeira diz respeito à *reinterpretação induzida pelo contexto* (cf. HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991) e a segunda refere-se à harmonia (cf. BYBEE; PERKINS; PAGLIUCA, 1994).

b) Resultados e discussão

A variável *seqüência discursiva* não foi significativa na rodada estatística geral da amostra 1F. No entanto, nas rodadas por cidade catarinense, esse grupo foi selecionado como estatisticamente relevante para **olha** em Chapecó, Florianópolis e Lages. Na rodada 2F, essa variável também não se mostrou significativa, porém, em Curitiba (amostra 3F), foi o quarto grupo estatisticamente mais expressivo. Como se vê, tal como constatado por Travaglia (1991) para os verbos e conectores em certa amostra do PB, o uso dos MDs **olha** e **vê** também mostra forte correlação com a categoria tipo de texto (seqüência discursiva).

Vejamos os resultados gerais para *seqüências discursivas* por amostra na tabela 13²⁶⁶:

²⁶⁶ Enfatizamos, mais uma vez, que, daqui para frente, as tabelas vão registrar apenas os resultados concernentes aos *contextos de atuação discursiva* em que atuam ambos os MDs em, pelo menos, uma das cidades. Isso porque, no domínio da *chamada da atenção do ouvinte*, conforme já apontado, alguns contextos, nas diferentes cidades, se mostraram como espaço de presença categórica de **olha**, nas amostras analisadas. Devemos, então, considerar a hipótese de que a exclusão dessas ocorrências desta etapa da análise pode, em certos momentos, ter obscurecido a relação de alguns fatores com o uso dos MDs. É importante que tenhamos isso em vista ao analisar os resultados das tabelas a seguir. Nosso foco não é, no caso desta seção, analisar todos os dados à luz das seqüências discursivas, mas averiguar a sua interferência sobre a escolha dos MDs.

TABELA 13 - INFLUÊNCIA DA VARIÁVEL *SEQÜÊNCIA DISCURSIVA* SOBRE O USO DE *OLHA* EM RELAÇÃO A *VÊ* (AMOSTRAS 1F, 2F E 3F)

	Amostra 1F										
Seq. disc.	BLU		CHP			FLP1			LGS		
	Ap/T	%	Ap/T	%	PR	Ap/T	%	PR	Ap/T	%	PR
Injunt.	-	0 ²⁶⁷	7/8	88	0,94	4/7	57	0,14	37/37	100 ²⁶⁸	-
Dissert.	10/12	83	6/20	30	0,01	23/29	79	0,80	50/63	79	0,48
Descr.	16/19	84	30/39	77	0,79	8/17	47	0,47	31/49	63	0,51
Narat.	19/30	63	20/25	80	0,86	16/30	53	0,30	37/59	63	0,51
Total	45/61	74	63/92	68		51/83	61		155/208	74	
	Não selecionado		Input: 1,00 Sig.: 0,43 2º selecionado			Input: 69 Sig.: 0,50 3º selecionado			Input: 86 Sig.: 0,23 3º selecionado		

	Amostra 1F		Amostra 2F		Amostra 3F		
	RESULTADO GERAL		FLP2		CTB		
	Ap/T	%	Ap/T	%	Ap/T	%	
Injunt.	85/89	96	49/54	91	25/30	83	0,90
Dissert.	156/191	82	40/48	83	29/94	31	0,45
Descr.	109/148	74	15/27	56	9/53	17	0,27
Narat.	111/164	68	31/48	65	25/64	39	0,51
Total	461/592	78	135/177	76	88/241	37	
	Não selecionado		Não selecionado		Input: 21 Sig.: 0,39 4º selecionado		

FONTE: A autora (2009)

Embora essa variável não tenha sido selecionada pelo Programa estatístico na rodada geral da amostras 1F e nem na 2F, os percentuais referentes a essas amostras apontam que os tipos de *seqüência discursiva* que mais propiciam o aparecimento do MD *olha* são as *injuntivas* (96%, 91%, respectivamente), seguidas das *dissertativas* (82%, 83%, respectivamente). Na amostra 3F, essa tendência se confirma parcialmente: olhando-se para os resultados em PR, as seqüências *injuntivas*

²⁶⁷ Cabe uma observação importante aqui: em Blumenau, as seqüências injuntivas só aparecem em alguns contextos de atuação discursiva categóricos, a saber, *adversativo*, *interjetivo*, *advertência* e *concessivo*. Como esses contextos foram excluídos da análise variacionista, não apareceu nenhum dado deste fator. A informação relevante é que as *seqüências injuntivas* só se realizam com *olha*.

²⁶⁸ Assim como em Blumenau, em Lages as seqüências injuntivas também se mostram espaço categórico para *olha*. Porém, diferentemente de Blumenau, elas estão presentes em contextos de atuação discursiva que apresentam uso variável dos MDs, por isso aparecem na tabela, para efeito comparativo.

(0,90) são altamente favorecedoras do MD **olha** em Curitiba; as seqüências *narrativas* e *dissertativas* apresentam PR de 0,51 e 0,45, respectivamente, apontando para um contexto típico de variação entre os MDs; já as seqüências *descritivas* se mostram como inibidoras (0,27) do uso de **olha**, favorecendo, portanto o MD **vê**. Observe-se, porém, que, na amostra 3F, o percentual de **olha** em seqüências *dissertativas* cai drasticamente em relação à amostra 1F de Santa Catarina: da casa dos 80 pontos para a casa dos 30 pontos percentuais.

Vejam os comportamentos dos tipos de *seqüência discursiva* por cidades catarinenses. Em três, Chapecó, Florianópolis1 e Lages, essa variável foi selecionada como estatisticamente relevante. Em Chapecó, o item **olha** revela-se privilegiado em seqüências *injuntivas* (0,94), seguidas de *narrativas* (0,86) e *descritivas* (0,79). Em Florianópolis1, o MD **olha** é fortemente condicionado por seqüências *dissertativas* (0,80), sendo inibido nas demais, especialmente nas *injuntivas* (0,14), com a ressalva de que neste fator há dados escassos. Verifica-se, pois, um funcionamento que contrasta de maneira acentuada essas duas cidades em relação a essa variável independente. Já em Lages, **olha** apresenta-se com comportamento categórico nas *seqüências injuntivas* e em competição em três tipos de *seqüência* com **vê**: *descritiva* e *narrativa* com 0,51 cada e *dissertativa* com 0,48 de PR. Esse contraste pode ter sido responsável pelo fato dessa variável não ter sido selecionada na rodada geral de Santa Catarina (amostra 1F), pois esses dados, quando reunidos, acabam neutralizando as diferenças.

Por fim, olhemos agora para os resultados percentuais da cidade de Blumenau: o MD **olha** é categórico nas seqüências *injuntivas*, seguido das seqüências *descritivas* (84%), *dissertativas* (83%) e *narrativas* (63%).

Em síntese, o MD **olha** é categórico nas seqüências *injuntivas* em Blumenau e Lages, e fortemente condicionado por esse tipo de seqüência em Chapecó e Curitiba, mas em FLP1, é fortemente inibido. Já na amostra 2F, com a inserção de jovens e universitários na amostra de Florianópolis2, o percentual de seqüências *injuntivas* associadas a **olha** volta a crescer consideravelmente (veja-se também que o número de ocorrências dessa seqüência aumenta de 7 em FLP1 para 54 em FLP2). Pode-se deduzir daí que a discrepância verificada em FLP1 pode ter sido ocasional e devido à escassez de dados. Assim, firma-se a seqüência *injuntiva* como típica para o MD **olha**. Em relação aos demais tipos de seqüência não há um comportamento claramente definido quanto a sua influência sobre o uso de um ou de outro MD.

Procurando-se uma explicação para esses resultados, pode-se aventar que o comportamento de **olha** na cidade de Florianópolis (FLP1) provavelmente possa ser analisado como um caso de *reinterpretação induzida pelo contexto* (cf. HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991), uma vez que **olha** é condicionado pelo fator seqüências *dissertativas* nessa cidade. Nesse caso, o MD estaria assumindo traços do caráter mais subjetivo/cognitivo desse tipo de seqüência que exige mais esforço do O especialmente em relação que vai ser dito no texto. Conforme Travaglia ([2003]/2007, p. 60), nas seqüências dissertativas, o objetivo do F é buscar o refletir, o explicar, o avaliar, o expor idéias, etc., isto é, tarefas mais subjetivas, uma vez que o informante expõe suas opiniões e pontos de vista sobre temas polêmicos, embaraçosos, mais delicados. Postulamos que este tipo de seqüência pode estar atuando na promoção do MD **olha** em direção a funções mais textuais para auxiliar na articulação desse tipo de informação mais subjetiva.

Nas demais cidades, encontramos resultados que corroboram a hipótese da harmonia (cf. BYBEE; PERKINS; PAGLIUCA, 1994), tendo em vista que o MD **olha** se daria em contextos menos abstratos inerentes às seqüências *injuntivas* e, em grau menor, *narrativas* e *descritivas* (especialmente em Chapecó). O MD **vê**, em algumas localidades, associa-se mais a seqüências *dissertativas*, seguindo a sua trajetória de expansão relacionada a significados mais abstratos, atendendo parcialmente a nossa expectativa.

Outro aspecto que deve ser levado em conta diz respeito à natureza da entrevista sociolinguística. Por exemplo, na condução da entrevista, se o entrevistador elabora uma pergunta na qual usa formas verbais como *vê*, *acha*, *pensa*, isso naturalmente incita a opinião, e o entrevistado tende a iniciar ou dar seqüência a uma resposta empregando **vê**, o que pode corroborar com a hipótese da harmonia como sugerimos anteriormente, isto é, o MD assume traços do significado do contexto remetendo a uma chamada da atenção para prestar atenção na opinião do F.

Em contrapartida, se o entrevistador, na formulação da sua pergunta, emprega, por exemplo, as formas verbais *lembra*, *conta*, isso incita o entrevistado a narrar fatos ocorridos e, ao fazer isso, o F pode também necessitar relatar um conselho, uma solicitação, ou uma determinação para seu interlocutor. Nesse contexto, naturalmente menos abstrato, as seqüências narrativas e injuntivas são mais freqüentes e o uso do MD **olha** também ocorrerá de modo mais recorrente, visto sua origem associada a contextos mais concretos. Também se o entrevistador emprega na pergunta formas verbais derivadas de *ser* (*é*, *era*), isso desencadearia contextos mais descritivos, o que pode também fazer com

que o uso de **olha** seja mais freqüente tendo em vista sua história semântica associada a contextos mais concretos e a habilidade de descrição também relacionar-se a esse tipo de contexto.

7.2.3.3 Presença/ausência de pronome/vocativo junto ao MD

a) Caracterização e hipóteses

Como vimos assinalando ao longo da tese, em diversas línguas, verbos de percepção visual associados a P2 em enunciados de comando na forma imperativa tendem a derivar MDs. Em português, o imperativo, formado a partir do presente do IND e do presente do SUBJ, não possui sujeito expreso, apenas marca de desinência número-pessoal e modo-temporal. Tendência confirmada pelos estudos de Scherre (2005, 2008) e Scherre *et al.* (2007) para dados de fala e de escrita.

A rica diversidade na alternância dos pronomes de P2 no PB foi sintetizada por Scherre *et al.* (2007, p. 201-203, grifos dos autores) em, pelo menos, cinco subsistemas²⁶⁹ que se aplicam ao SUBJ. Interessa-nos especialmente os subsistemas 1, 2, 3 e 5, transcritos a seguir:

O subsistema 1 exibe **uso exclusivo do pronome você**, que, como se sabe, historicamente não apresentava desinência específica para suas respectivas formas verbais por ser derivado de uma forma nominal, usada como segunda pessoa indireta [...], e sincronicamente apresenta forma verbal em neutralização com a de terceira pessoa singular ele/ela (Você deixa eu pensar? Ele/Ela deixa eu pensar?). Este subsistema é encontrado no estado de Minas Gerais – região Sudeste; em toda a região Centro-Oeste, exceto o Distrito Federal; em praticamente todo o Estado do Paraná – região Sul; e na cidade de Salvador, estado da Bahia – região Nordeste.

O subsistema 2, com **uso predominante do pronome tu com baixa concordância** (mais de 50% de tu e menos de 10% de concordância: Tu deixa eu pensar?), é encontrado na região Sul. No Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre apresenta 93% de tu, com 7% de concordância; São Borja, 94% de tu, com 5% de concordância; Panambi, 93% de tu, com 3% de concordância; e Flores da Cunha, 83% de tu, com 2% de concordância. Em Santa Catarina, Chapecó exibe 51% de uso de tu

²⁶⁹ Encontra-se no Anexo B a íntegra do quadro sistematizado por Scherre (2007).

com apenas 0,8% de concordância (LOREGIAN-PENKAL, 2004, p.133,167).

O subsistema 3, com **uso predominante do pronome tu com mais concordância** (Tu deixa eu pensar? Tu deixas eu pensar? Tu deixasse ele ir?), é encontrado nas regiões Sul, Norte e Nordeste, embora não conheçamos números precisos para todas as três regiões. Para a região Sul, Estado de Santa Catarina, o trabalho de Loregian-Penkall (2004, p.167) apresenta as cidades de Ribeirão da Ilha (96% de tu, com 60% de concordância), Florianópolis (76% de tu, com 43% de concordância) [...]

O subsistema 5 exhibe **alternância dos pronomes você/tu ou você/tu com concordância com o pronome tu em grau mais variado** (Tu deixa eu pensar? Tu deixas eu pensar? Tu deixou ele ir? Tu deixasse ele ir) e pode ser encontrado na região Sul e na região Nordeste, embora também não conheçamos números precisos para as duas regiões. Na região Sul, o trabalho de Loregian-Penkall (2004, p.167) arrola as cidades de Blumenau (27% de tu, com 38% de concordância) e de Lages (15% de tu, com 14% de concordância), do interior de Santa Catarina. [...]

Embora a tendência seja pela ausência de pronome junto ao imperativo, o pronome *tu* explícito no contexto, como verificado na fala de Recife (JESUS, 2006, p.80 *apud* SCHERRE *et al.*, 2007), ou sem *você* explícito, como observado no contexto na fala de Campo Grande (LIMA, 2005, p.82 *apud* SCHERRE *et al.*, 2007), favorece o aparecimento da forma imperativa derivada do IND. Em contrapartida, *você* explícito no contexto próximo (JESUS, 2006, p.80; LIMA, 2005, p.82 *apud* SCHERRE *et al.*, 2007) realça o aparecimento da forma imperativa derivada do SUBJ. Assim, a variação no sistema pronominal em relação a P2 poderia estar desencadeando uma mudança no sistema do imperativo.

Por outro lado, Duarte (1993, 1995) aponta, no PB, o progressivo desaparecimento do sujeito nulo, decorrente da reorganização do sistema pronominal, ocasionado pelo uso do pronome “você”, passando a ser usado como P2, ao lado de *tu* e depois como exclusivo, na maioria das

regiões do país, provocando a neutralização dessas formas²⁷⁰. Assim, pode estar ocorrendo crescente mudança do PB, principalmente no que se refere ao parâmetro *prodrop*, isto é, está-se deixando de ocultar o sujeito. Mostra a autora, ainda, que o PB está cada vez mais simplificando sua morfologia verbal, preenchendo, por isso, a casa do sujeito com mais frequência, principalmente em P2 e P3. Isso reflete “[n]o enfraquecimento do sistema de flexões verbais decorrente da entrada do *você* que se combina com verbo de terceira pessoa instala[ndo] na língua gradativamente uma tendência ao preenchimento do sujeito” (DUARTE, 1995; LOREGIAN-PENKAL, 2004 *apud* COELHO; GÓRSKI, no prelo).

Em sua atuação como MDs típicos, **olha** e **vê** não ocorrem junto a pronomes por já terem perdido seus traços categoriais de verbo (cf. capítulo 2). Assim, o tratamento *zero* em Curitiba (cf. ABREU, 1987; RAMOS, 1989 *apud* MENON, 2002, p. 153-154) pode estar favorecendo o aparecimento das formas **olha** e **vê**. No entanto, postulamos que, em contextos de transição, podem coocorrer mais frequentemente com pronomes correspondentes a P2 (*tu* ou *você*). Nesse sentido, nossa expectativa é que, quando há *você* explícito para o tratamento de P2, seja no contexto próximo ou junto ao MD, há maior tendência de ocorrência das formas do MD derivadas do SUBJ (*olhe, veja e vejas*), ao passo que, quando há *tu* explícito, as formas do MD derivadas do IND estariam favorecidas (JESUS, 2006, p.80; LIMA, 2005, p.82 *apud* SCHERRE *et al.*, 2007).

Individualmente, nossa hipótese também é que **vê** estará mais sujeito a aparecer antecedido de pronome (*tu/você*) do que **olha**, tendo em vista sua constituição formal. Como o MD **vê** aparentemente está mais preso à oração (cf. GUERRA, 2007), pois ainda retém indícios de sua natureza verbal, acreditamos que **olha** estaria mais avançado em seu processo de mudança. Esse grupo de fatores nos permitirá, portanto, evidenciar prováveis correlações entre o funcionamento dos MDs e os sistemas pronominal e imperativo do PB em relação à P2.

Além de as formas pronominais de P2 ocorrerem mais raramente junto aos MDs, acreditamos que estes podem também estar acompanhados – mas menos intensamente – de vocativo, que se identifica sintaticamente como sujeito, mas não se integra à oração. Foi o que observou Domínguez Portela (2008) na investigação sobre o MD *olla*, do galego falado. No exemplo: “*Olla, Garela, millor será que cales e que non me*

²⁷⁰ Ressalve-se que vários estudos têm mostrado que o *tu* se encontra em pleno uso em diversas regiões do país. Não vamos, porém, entrar nessa discussão aqui.

fagas falar (BLANCO AMOR, 1974, p. 27 *apud* DOMÍNGUEZ PORTELA, 2008), ao ocorrer junto a vocativo, o MD marca a explícita referência ao receptor, o que reforça a idéia de *olla* servir como meio de captar a sua atenção para distintas finalidades.

Vejamos os exemplos de nossas amostras em que os MDs ocorrem ou não junto a pronomes de P2 e vocativo:

(152) **E:** E Curitiba, o que que você acha [tá] tem crescido bastante a quantidade de crianças de rua?

F: É, isso [é, não é] não é questão de crescer dentro de Curitiba, vem de fora pra Curitiba, né? isso [é] [é] vem de fora pra Curitiba, porque **você veja** bem uma coisa: [sai um] a pessoa vem do norte pra cá porque lá não tem serviço, já traz sete, oito filhos. Chega aqui o coitado não sabe o que fazer, vai trabalhar de pedreiro; os filhos, [as mulher] vai trabalhar de empregada e eles ficam na rua. Então, ali já está começando a surgir um marginal. (CTB 07 L.257)

(153) **E:** Stress?

F: É stress, né? que estavam falando. Dá esse negócio aí e a pessoa sai, pega ônibus lotado, né? fica <nervo> [já sai preocupada] [com a] né? [com a] com a família em casa. Um dia tem [assim] às vezes tem dia que tem as coisas em casa, tem dia que não tem ou sai preocupada com tudo aquilo, né? **Você vê**, quanta preocupação de uma mãe, de um pai de família, né? Tanta coisa que tem, né? (CTB 08 L.189)

(154) **E:** Que bom que você já tinha acabado de construir a casa, né?

F: Tinha. Ia ser muito difícil. Apesar que a gente teve ajuda, né? A firma, o Medeiros, eu morei nove meses com a mãe, quer dizer, supermercado, isso tudo a mãe ajudou a gente. O nosso salário era livre pra isso. Só pra casa, pagar o pedreiro e o material. Mas mesmo assim foi muito difícil. Aí **tu vê**, tem muita coisa pra acabar, né? Isso aí, com o tempo vai [E] [e] [e o] os objetivos que eu queria também Porque eu sou uma pessoa assim que eu acho que eu me considero uma pessoa com muita sorte. Tudo que eu boto na minha cabeça eu

consigo. Porque, **tu vê**, em relação ao Jair, o que eu batalhei! Nesse tempo todo foram nove anos. Esperando, pra conseguir ele, né? Mas consegui. Depois, o meu sonho era conseguir [e] fazer a cirurgia no meu seio. **Tu vê**, estava caro. Eu não tinha dinheiro nenhum, porque eu tinha recém acabado de fazer a casa. (FLP 20 L.625-36)

(155) **F**: Aqui em Lages eu acho que morte não chegou acontecer, mas teve [um] um pai que agrediu, né? [um] um filho, inclusive, que agrediu o pai, né? Eu [não] não lembro bem direito com o que que foi, mas teve um acontecimento, assim, bem forte, né? [E] e [pelo] por ser mesmo, né? o ano da família, né? foi da fraternidade, eu acho, [que] que está acontecendo bastante mesmo, né? [Porque teve] não teve caso aqui, mas teve caso que a gente viu, agora há pouco tempo, né? em Porto Alegre, aqui, né? um pai, assim, assassinou a família, né? Teve outro aí de numa outra cidade também, que assassinou a família inteirinha, né? mãe, pai, avós e irmã, né? Isso é uma coisa que aí! me dói muito quando [eu] eu nem gosto de ouvir este tipo de coisa, sabe? pra ser sincera. [Eu não] não me entra assim na cabeça, como um ser humano tem coragem de fazer um tipo de coisa dessa, sabe? Que nem esse agora de Porto Alegre eu nem sabia eu que participei bem, esse outro eu não vi, esse outro eu vi bem, né? pela televisão.

E: Esse de Porto Alegre é muito [conhecido.]

F: [É.] O caso assim, né? **você vê**, por dinheiro, né? tudo por dinheiro, né? Assassinar os pais, assim, só porque eles não queriam deixar uma herança pra ele, né? disseram que [não iam] não iam deixar herança pra ele, né? **Tu vês**, pelo jeito era uma esbanjadora, acho que só vivia com o dinheiro do pai e da mãe, né? Tinha uma cara de bem marginal, o cara. (LGS 02)

(156) **F**: [...] Aí, ele pegou e disse assim: "É, não tem mulher não. [Quando eu ficar bom] eu quando eu ficar bom, eu vou me embora." Aí eu peguei, olhei pra ele e disse: "**Olha, João**, eu vou te dizer uma coisa: se tu, algum dia, quiseres ir ver teus filhos, tu podes ir, mas [pra morar mais den-

tro de casa] pra viver mais lá dentro de casa, eu não te quero mais. Aí passou se. [...] (FLP 03)

Em suma, com base na literatura levantada acerca da formação do imperativo e da alternância dos pronomes de P2 no PB, estruturamos esta variável da seguinte forma:

- presença de *tu* junto ao MD ou no contexto próximo;
- presença de *você* junto ao MD ou no contexto próximo;
- presença de *vocativo* junto ao MD ou no contexto próximo;
- ausência de pronome ou de vocativo junto ao MD ou no contexto próximo.

b) Resultados e discussão

Em ordem de relevância, na rodada geral da amostra 1F, a variável *presença/ausência de pronome/vocativo* se mostrou o segundo grupo estatisticamente significativo. Nas rodadas estatísticas por cidade catari-nense, esse grupo foi selecionado como relevante para **olha** em Florianópolis e Lages. Na rodada 2F, essa variável não se revelou estatisticamente relevante, porém, para a amostra 3F, foi o primeiro grupo estatisticamente mais expressivo. Vejamos, então, os resultados gerais para este grupo de fatores por amostra na tabela 14:

TABELA 14 - INFLUÊNCIA DA VARIÁVEL *PRESENÇA/AUSÊNCIA DE PRONOME/VOCATIVO JUNTO AO MD* SOBRE O USO DE *OLHA* EM RELAÇÃO A *VÊ* (AMOSTRAS 1F, 2F E 3F)

	Amostra 1F									
Pron/ Voc.	BLU		CHP		FLP1			LGS		
	Ap/T	%	Ap/T	%	Ap/T	%	PR	Ap/T	%	PR
<i>aus.</i>	45/49	92	51/53	96	48/54	89	0,83	114/119	96	0,68
<i>voc.</i>	3/3	100	4/4	100	0/1	0	-	9/9	100	-
<i>tu</i>	0/4	0	6/22	27	3/26	12	0,04	9/25	36	0,33
<i>você</i>	0/8	0	2/13	15	0/2	0	-	23/55	42	0,22
Total	48/64	75	63/92	68	51/83	61		155/208	75	
	Não selecionado		Não selecionado		Input: .69 Sig.: .050 1º selecionado			Input: .86 Sig.: .023 2º selecionado		
	Amostra 1F		Amostra 2F		Amostra 3F					
	RESULTADO GERAL		FLP2		CTB					
	Ap/T	%	PR	Ap/T	%	Ap/T	%	PR		
<i>aus.</i>	376/393	96	0,66	103/114	90	78/88	89	0,94		
<i>voc.</i>	19/20	95	0,65	9/10	90	2/2	100	-		
<i>tu</i>	32/92	35	0,25	16/44	36	-	-	-		
<i>você</i>	34/87	39	0,12	7/9	78	8/151	5	0,17		
Total	461/592	78		135/177	76	88/241	36			
	Input: .97 Sig.: .048 2º selecionad		Não selecionado		Input: .21 Sig.: .039 1º selecionado					

FONTE: A autora (2009)

Em termos gerais, para a amostra 1F, os resultados em PR ratificam as nossas hipóteses: **olha** é favorecido em contextos de ausência de pronome/vocativo (0,66) e em presença de *vocativo* (0,65) e desfavorecido em contextos em que há presença de pronome *tu* (0,25) ou *você* (0,12) junto a esta variante. Os percentuais seguem a mesma direção.

Para a amostra 3F, os resultados em PR também confirmam a nossa hipótese: **olha** é favorecido pela ausência de pronome/vocativo (0,94) e desfavorecido pela presença de *você* (0,17).

Quanto ao comportamento da *presença/ausência de pronome junto ao MD* por cidades catarinenses, destacamos, primeiramente, Florianópolis1 e Lages, para as quais essa variável se mostrou estatisticamente significativa: (i) em ambas, o item **olha** revela-se privilegiado em contextos de *ausência de pronome/vocativo* (0,83 e 0,68, respectivamente),

o que atesta nossa hipótese; é desfavorecido junto ao pronome *tu* (0,04 e 0,33, respectivamente); e revela-se categórico junto a *vocativo*; (ii) em Florianópolis1, **olha** não ocorre (categórico) junto ao pronome *você*, enquanto que, em Lages, é inibido (0,22).

Vejam os resultados percentuais de Blumenau e Chapecó: (i) o MD **olha** é categórico junto a *vocativo*, seguido da *ausência de pronome/vocativo* (92% e 96%, respectivamente); (ii) essa variante é menos freqüente junto aos pronomes *tu* e *você* (15% e 27%, respectivamente) em Chapecó e inexistente junto aos pronomes em Blumenau.

A maioria dos resultados em PR e em percentual evidenciados para o MD **olha** nas rodadas 1F e 2F ratifica a tendência apontada por Scherre (2005, 2008) e Scherre *et al.* (2007) para não preenchimento de sujeito expreso nas formas do imperativo. Contudo, ao se considerar ambos os MDs, cerca de 30% (179 de 592) dos dados da amostra 1F são com presença de pronome, o que consideramos um percentual relativamente alto em se tratando de item discursivo derivado de imperativo. É nessa direção que também vão os resultados da amostra 2F, que revelaram que, ao se inserirem os dados de jovens e universitários florianopolitanos, há, comparativamente a Florianópolis1, aumento no percentual de preenchimento da casa do sujeito com o pronome *tu* (de 12 a 44%) e *você* (de 0 a 9%) (cf. DUARTE, 1993, 1995).

Na cidade de Curitiba, nossa hipótese quanto a essa variável se confirmou, e não há registro de *tu* junto ao MD ou no contexto próximo, o que comprova os resultados de Scherre *et al.* (2007) e Loregian-Penkal (2004) para P2. O MD **vê** se concentra junto ao pronome *você* (0,83), enquanto **olha** se dá mais intensamente com *ausência de pronome/vocativo*, o que ratifica o tratamento *zero* em Curitiba (cf. ABREU, 1987; RAMOS, 1989 *apud* MENON, 2002, p. 153-154).

Um cruzamento (*Crosstab*) entre a variável **presença/ausência de pronome/vocativo junto ao MD** e as formas dos MDs mostrou o seguinte resultado:

TABELA 15 - CRUZAMENTO ENTRE A VARIÁVEL
*PRESENÇA/AUSÊNCIA DE PRONOME VOCATIVO JUNTO
 AO MD E AS FORMAS DOS MDS (AMOSTRA 1F)*

	Formas de olha					Formas de vê			Total
	olha	['o]a]	['o]j]	['o]	olhe	vê	vês	veja	
	Apl/ %	Apl/ %	Apl/ %	Apl/ %	Apl/ %	Apl/ %	Apl/ %	Apl/ %	
<i>ausência</i>	399/85	25/68	23/70	10/56	14/74	7/8	0	10/23	488
<i>tu</i>	30/6	6/16	3/9	5/28	1/5	50/58	2/100	8/19	105
<i>você</i>	25/5	5/13	6/18	1/5	2/10	29/34	0	24/56	92
<i>vocativo</i>	17/4	1/3	1/3	2/11	2/10	0	0	1/2	24
Total	471/100	37/100	33/100	18/100	19/100	86/100	2/100	43/100	709

FONTE: A autora (2009)

A tabela 15 apresenta todas as ocorrências de cada um dos MDs. Ao se comparar as formas dos MDs derivadas do IND²⁷¹ e a variável *presença/ausência de pronome/vocativo*, verifica-se que as formas de **olha** ocorrem mais frequentemente com *ausência de pronome/vocativo junto ao MD* (457/559= 82%)²⁷² ao passo que as formas de **vê** se mostram mais cercadas por *pronome/vocativo* (81/88 = 92%).

A mesma tendência se verifica com as formas dos MDs derivadas de SUBJ: *olhe* ocorre mais com *ausência de pronome/vocativo junto ao MD* (14/19 = 74%), enquanto *veja* é mais frequente com *presença de pronome/vocativo* (33/43 = 77%), principalmente junto a *você* (24 ocorrências).

Uma indagação se coloca aqui: as formas derivadas de IND aparecem mais com *tu* e as do SUBJ com *você*? Resolvemos extrair da tabela 15 apenas os números correspondentes à realização dos MDs junto aos pronomes, totalizando 180 dados²⁷³ para responder a essa questão.

²⁷¹ Estamos considerando como derivadas do IND para o MD **olha** as formas *olha* mais as ocorrências de semivocalização e de redução fonética.

²⁷² Estamos reunindo alguns valores da tabela.

²⁷³ Dessa vez foram deixadas de lado as formas ['o]j] e ['o] por não se ter certeza se derivam do IND ou do SUBJ.

TABELA 16 - DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS DAS FORMAS DOS MDS *OLHA* E *VÊ* DERIVADAS DE IND E SUBJ ACOMPANHADAS DOS PRONOMES *TU* E *VOCÊ* (AMOSTRA 1F)

	IND		SUBJ		Total
	olha ~ ['ɔja]	vê	olhe	veja	
tu	36 54%	50 63%	1 33%	8 25%	95
você	30 46%	29 37%	2 67%	24 75%	85
Total	66	79	3	32	180

FONTE: A autora (2009)

Algumas constatações:

- as formas derivadas de IND aparecem mais com *tu* e as do SUBJ com *você*; no entanto, o percentual de *você olha* e *você vê* é relativamente alto;

- *tu* aparece mais junto do MD **vê** (*vê* e *veja*) ($58/95 = 61\%$) do que com o MD **olha** (*olha*/'ɔja] e *olhe*) ($37/95 = 39\%$);

- *você* aparece mais junto do MD **vê** ($53/85 = 62\%$) do que com o MD **olha** ($32/85 = 38\%$).

Esses resultados corroboram, portanto, nossa expectativa de que quando há *você* explícito para o tratamento de P2, seja no contexto próximo ou junto ao MD, há maior tendência de ocorrência das formas do MD derivadas do SUBJ (*olhe*, *veja*), ao passo que, quando há *tu* explícito, as formas do MD derivadas do indicativo estariam favorecidas (JESUS, 2006, p.80; LIMA, 2005, p.82 *apud* SCHERRE *et al.*, 2007). Vemos, aqui, mais vestígios morfossintáticos da categoria verbal de origem dos MDs.

Merecem atenção, ainda, as ocorrências de redução fonética de **olha** acompanhadas de pronomes, que foram excluídas da tabela acima: são 9 dados de ['ɔj] (6 com *você* e 3 com *tu*) e 6 dados de ['ɔ] (1 com *você* e 5 com *tu*). É interessante observar, nesse caso, que as 15 ocorrências de formas reduzidas com pronomes se distribuem equilibradamente entre os pronomes *tu* e *você*. Como encontramos ambos os pronomes acompanhados de MDs derivados do IND e do SUBJ, não temos evidências morfossintáticas para decidir se as formas ['ɔj] e ['ɔ] são reduções de *olha* ou de *olhe* (uma dúvida que já levantamos anteriormente).

7.2.3.4 Relação sintática com a estrutura oracional

a) Caracterização e hipóteses

Temos mostrado, ao longo da tese, que pesquisas diversas apontam resultados díspares quanto ao estatuto dos MDs na estrutura oracional. Marcuschi (1989, p. 299), por exemplo, afirma que os MDs são elementos discursivamente dependentes, pois assumem funções voltadas para o ato comunicativo, portanto permeiam a estrutura oracional e, de certa forma, integrando-a sintaticamente. A independência sintática, no entendimento do autor, consiste no fato de os MDs serem descartáveis sem prejuízo da construção sintagmática em si, pois estruturalmente não estão integrados como constituintes essenciais.

Igualmente, como já apontamos no capítulo 4, Schifffrin (1987), Fraser (1999), Risso, Silva e Urbano (1996), entre outros autores, verificaram que predomina entre os MDs a independência sintática sobre as manifestações de dependência com a estrutura oracional. Também os autores convergem em relação ao fato de que, embora os MDs possam ser sintaticamente descartáveis, são discursivamente importantes.

Diante de tais considerações, para esta variável, adotamos dois fatores:

- MD sintaticamente dependente:

(157) **F:** É, danado o homem. Mas eu gostava dele. Digo que sim. (risos) E outro professor também que me deixou saudade, afinal eu gostava de todos, né? mas [esse] esse era pela severidade que se aproveitava mesmo, a dureza do homem. **Olha** que passei pedaços. Todas nós passamos pedaços muito difíceis. (CTB 24 L.625)

(158) **F:** [...] Às vezes a gente começa a se recordar como é que era o Bairro antigamente, né? e se a gente pega uma foto aí que a gente tem sempre guardada aí de recordação [e vê] e olha hoje, a pessoa vai dizer, diz: "Não, mas isso aqui não é a rua São Pedro, não pode ser", porque cresceu tanto, um monte de prédio saiu. **Tu vejas bem**, nós aqui hoje no nosso bairro a gente tem de tudo. [Tudo o que a gente] A gente não precisa se deslocar daqui pra ir na cidade [pra <fa>] pra com-

prar, por exemplo, um remédio, a gente tem a farmácia se Até vídeo locadora nós já temos aqui no nosso bairro! Se eu quiser, tenho vídeo locadora, dá uma quadra aqui de casa. Tem banco, tem o Bradesco, tem BESC; tem loja de material de construção. A gente, quer dizer, a gente tem de tudo aqui no nosso bairro [...] (CHP 10)

- MD sintaticamente independente:

(159) **E:** E ele tem bastante funcionários? ou [a] **F: Olhe**, ele tem, me parece que são quatro funcionários, tá? Porque é uma empresa nova, que não faz um ano e meio que está no mercado. (CTB 11 L.409)

(160) **E:** Na sua região [tinha] havia costumes de acomodar as pessoas que chegavam à noite, por exemplo, assim viajando?

F: Sim. Eu lembro uma vez que chegou um cara, ele chegou de a cavalo, né? [Ele disse que ele vinha] era do Rio Grande, agora não lembro se era Nonoai. Fica daquelas bandas pra lá. Então ele disse que vinha de lá e [ele estava] ia pra Xaxim, pra aqueles lados, né? Então ele precisava dum pouso. (latidos de cão) **Vês**, a gente confiou, deu pouso. Era gente boa, [<d>] né? hospedou. (CHP 04)

Em (157), consideramos que o MD está em contexto sintaticamente dependente porque ocorre “amarrado” ao elemento seqüenciador “que” numa construção subordinada. De igual modo ocorre em (158), em que o MD encontra-se no interior de um tópico e observam-se também mais marcas de dependência sintática (presença de pronome junto ao MD, marca de flexão número-pessoal e modo-temporal). Já em (159), o MD ocorre logo após uma *yes-no question* e, por isso, acreditamos que **olha** constitui-se como elemento apenas discursivamente dependente. Em (160), o MD ocorre na finalização do tópico desenvolvido pelo entrevistado, mas, ao que parece, dispõe de menor integração sintática. Sua função é chamar a atenção para uma informação mais específica que integra, em um nível amplo, um contexto de causalidade.

Com base em Schiffrrin (1987), Marcuschi (1989), Risso, Silva e Urbano (1996) e Rost (2002), acreditamos que, de maneira geral, os

itens **olha** e **vê** sejam mais recorrentes em contextos sintaticamente independentes.

De forma mais específica, a expectativa é que **olha** esteja perdendo mais seu estatuto verbal e assumindo valores mais pragmáticos, sendo mais propício em contextos sintaticamente independentes. Já o item **vê**, devido a sua composição como unidade estruturalmente mais marcada – retenção de indícios de sua natureza verbal –, deve estar mais preso a seus traços verbais, tendendo a ocorrer, mais do que **olha**, em contextos sintaticamente dependentes.

b) Resultados e discussão

Em ordem de relevância, na rodada geral da amostra 1F, a variável *relação sintática* se mostrou o primeiro grupo estatisticamente significativo. Nas rodadas estatísticas por cidade catarinense, esse grupo foi o primeiro selecionado como relevante para **olha** em três localidades: Blumenau, Chapecó e Lages. Na rodada 2F, essa variável também se revelou estatisticamente relevante, sendo o primeiro grupo selecionado, embora na rodada individual de Florianópolis não tenha se mostrado estatisticamente significativo. Igualmente aos resultados das três cidades de Santa Catarina, na amostra 3F, a variável *relação sintática* foi o segundo grupo mais expressivo.

Vejamos, então, os resultados gerais para este grupo de fatores por amostra na tabela 17:

TABELA 17 - INFLUÊNCIA DA VARIÁVEL *RELAÇÃO SINTÁTICA COM A ESTRUTURA ORACIONAL* SOBRE O USO DE *OLHA* EM RELAÇÃO A *VÊ* (AMOSTRAS 1F, 2F E 3F)

Relação sintática	Amostra 1F											
	BLU			CHP			FLP1		LGS			
	Ap/T	%	PR	Ap/T	%	PR	Ap/T	%	Ap/T	%	PR	
Indep.	41/44	93	0,94	57/58	98	0,99	51/55	93	141/146	97	0,77	
Dep.	4/17	24	0,01	6/34	18	0,02	0/28	0	14/62	23	0,06	
Total	45/61	74		63/92	68		51/83	61	155/208	75		
	Input: 97 Sig.: 033 1º selecionado			Input: 100 Sig.: 043 1º selecionado			Não selecionado		Input: 86 Sig.: 023 1º selecionado			
	Amostra 1F			Amostra 2F			Amostra 3F					
	RESULTADO GERAL			FLP2			CTB					
	Ap/T	%	PR	Ap/T	%	PR	Ap/T	%	PR			
Indep.	424/437	97	0,74	133/137	97	0,90	68/76	89	0,85			
Dep.	37/155	24	0,05	2/40	5	0,02	20/165	12	0,31			
Total	461/592	78		135/177	76		88/241	37				
	Input: 97 Sig.: 048 1º selecionado			Input: 93 Sig.: 001 1º selecionado			Input: 21 Sig.: 039 2º selecionado					

FONTE: A autora (2009)

Nas três amostras, os resultados em PR evidenciam que o MD **olha** é favorecido por contextos *sintaticamente independentes* (0,74, 0,90 e 0,85 respectivamente) e desfavorecido pelos *sintaticamente dependentes* (0,05, 0,02 e 0,31, respectivamente), conforme o esperado, o que ratifica, no caso de **olha**, os resultados encontrados para outros MDs por Schifffrin (1987, 2003), Marcuschi (1989), Risso, Silva e Urbano (1996, 1999), entre outros. Já se focarmos o MD **vê**, a leitura é que o contexto de dependência sintática condiciona fortemente esse MD nas três amostras. Temos assim distribuição complementar: **olha** tende a aparecer em contexto sintaticamente independente e **vê** tende a aparecer em contexto sintaticamente dependente. Esse resultado corrobora o anterior, que mostrou a atuação do pronome/vocativo junto ao MD.

Nas rodadas individuais por cidade, os resultados em PR e em percentual também ratificam os resultados gerais das três amostras.

Considerando esses resultados, reafirmamos que o MD **olha** constitui-se como elemento discursivamente dependente, uma vez que assume funções voltadas para o ato comunicativo e se firma claramente

como sinalizador pragmático do monitoramento local do texto falado e das relações interlocutivas (cf. RISSO, 1999). Nesse caso, o que confere ao elemento o estatuto de MD é a “sinalização das relações interpessoais”, mas se encontra fortemente ancorado textual e pragmaticamente (cf. SCHIFFRIN, 1987, 2003; FRASER, 1999; RISSO; SILVA; URBANO, 1996, 1999).

Consoante o princípio da *decatégorização* de Hopper (1991), formas em processo de gramaticalização, ao assumirem uma nova função, perdem ou neutralizam traços das categorias mais lexicais, tendendo a assumir peculiaridades morfossintáticas da categoria-alvo. Nesse caso, a fixação de **olha** em contextos sintaticamente independentes pode nos fazer projetar a hipótese de que esta variante encontra-se em estágio inicial de gramaticalização: está perdendo traços da categoria verbal e assumindo traços mais nítidos da categoria MD.

7.2.3.5 Posição dos MDs

a) Caracterização e hipóteses

Marcuschi (1989), Silva e Macedo (1989, p. 39), Risso (1999), Urbano (1999) e Rost (2002) identificaram três tipos de posição em que os MDs ocorrem no contexto discursivo: *inicial*, *medial* e *final*.

Esta variável *posição*, de feição mais sintática, parece estar intimamente relacionada à articulação tópica da conversação, de caráter mais discursivo. Por isso, embora a conversação seja desenvolvida com base na troca de turno, assumimos uma unidade de análise não restrita somente ao turno visto que são observáveis segmentos amplos do que o turno, centrados num tópico semântico-discursivo proeminente. Desse modo, organizamos as seguintes possibilidades de posição para os MDs:

(i) introdução/abertura de tópico:

(157) **E:** Tá, e há trinta anos qua a senhora mora aqui, como que era? Conta pra gente essa evolução, então, de Chapecó!

F: **Olha**, eu acho que a evolução [de] [de] de Chapecó dá-se aos bons prefeitos que a gente sempre teve, né? ("Então estou dizendo") porque eu acho quando [os] os administradores são bons, o povo também [ele] ele pode contribuir, né? porque [se] se ele faz uma rua, se ele faz um asfalto, se ele faz uma ponte, eu acho que todo mundo deve cuidar, deve ajudar esse prefeito, porque não é só o prefeito o dono da cidade, é o povo em geral, né? Então acho que o povo de Chapecó nesse ponto eles tem assim um pouco de cultura, né? [pra] pra cuidar das coisas. Porque Chapecó está grande, né? Chapecó está evoluindo muito. E, então eu ("vi") desde a época que eu vim pra cá mas ainda ("se foram") de trinta anos pra cá, sem o bairro, São Cristóvão só tinha catorze casas, hoje tu vê, é um bairro maior da cidade, né? então acho que nesse ponto aí se deve à boa administração, né? (CHP 07)

(158) **E:** Totalmente? Então quando você diz que é um estado de espírito, mas estado de espírito é uma coisa só tua, tá? e como que funciona esse teu eu com o resto do mundo?

F: Veja bem, se sentir amado de fora pra dentro, sabe? uma outra pessoa gostar de você, tipo homem mulher é um lance, mas se você se sentir amado por uma coletividade, se sentir bem, sabe? se sentir bem, você chegar num lugar e ter várias pessoas, nenhuma delas te conhece você se sente como?

(ii) interior/continuidade de tópico:

(159) **E:** Então você é o primeiro chapecoense da família, não é?

F: É, eu sou o primeiro chapecoense aqui da família, da família Zanotelli, que veio morar em Chapecó em mil novecentos e cinquenta e **olha**, se não me engano, cinquenta e oito, não me recordo bem, só se pedir pro pai, ele sabe me dizer direitinho. Eles foram uns dos primeiros moradores [que] que entraram aqui em Chapecó, né? Então, quer dizer, eu fui o primeiro barriga verde que nasceu na família [do] do Seu Balduino aí, fui eu, depois, daí, tem a minha mana. Inclusive tem o meu mano, de vez em quando ele mexe comigo. Ele me diz assim, diz: "Esse aqui [não] não dá pra dar bola, que esse aqui é barriga verde, nós somos tudo gaúcho." Mesmo quando eles se encontram assim numa roda de amigos deles, [que] [que são] que sabem que são tudo do Rio Grande, então ele fala isso, diz ele: "Esse aí não dá pra dar bola, esse aí é barriga verde, nós somos tudo gaúcho. E, aí [ele diz assim] diz ele: "Somos tudo bota amarela, porque somos de Erechim." (CHP 10)

(160) **E:** Aquelas chácaras?

F: É, chácaras grandes, cheias de frutas. Então a gente pulava o muro, ia lá, ou pedia. Aí vinha o cachorro, a gente saía, mas não havia assim essas coisas assim [de] tu **vê**, de briga, o cidadão vir gritar, não. Eles deixavam às vezes, outras vezes, como não era época, ele não deixava a gente tirar, então são essas coisas. (FLP 13 L.402)

(iii) fechamento/finalização de tópico:

(161) **E:** Bom, a senhora é muito simpática.

F: Eu até tive uma vizinha que ela veio de São Paulo, aí ela também veio conversar comigo: ", mas eu tinha uma impressão bem diferente desse povo. [Um povo como] eu assim, né? [de] de fora, comenta que o povo de Blumenau é muito fechado, mas eu não estou vendo, não, eu estou achando [que] que você, assim, é até muito conversadeira." Eu disse: "Pois é, eu não sei, eu acho que [não é assim, né?] [.]

E: [.] [Bem diferente.]

F: Assim Mas mesmo assim, [a gente] eu acho que é assim, a gente sente um pouco assim, porque quando que a gente chega em outra cidade, a gente já é bem recebida, também, né? Aqui você já fica meio assim, chega: "Ah, é um turista!" Mas não sei se é em consequência [da] [da] da nossa festa aqui da Oktoberfest, que vem Nossa, né? vem aqueles Chegam a destruir a cidade. **Olha**, é triste. É triste ver depois que já acabou a festa como a nossa cidade ficou destruída. (BLU 09)

(162) E: Na sua região [tinha] havia costumes de acomodar as pessoas que chegavam à noite, por exemplo, assim viajando?

F: Sim. Eu lembro uma vez que chegou um cara, ele chegou de a cavalo, né? [Ele disse que ele vinha] era do Rio Grande, agora não lembro se era Nonoai. Fica daquelas bandas pra lá. Então ele disse que vinha de lá e [ele estava] ia pra Xaxim, pra aqueles lados, né? Então ele precisava dum pouso. (latidos de cão) **Vês**, a gente confiou, deu pouso. Era gente boa, [<d>] né? hospedou. (CHP 04)

Com base nos resultados de Marcuschi (1989), Silva e Macedo (1989), Risso (1999), Urbano (1999) e Rost (2002), nossa expectativa é que, de modo geral, **olha**, como MD que apresenta menos marcas número-pessoal e modo-temporal, tende a progressivamente, de forma mais acelerada, ocorrer à esquerda, isto é, em posição de *introdução de tópico*. Por outro lado, **vê**, MD com mais marcas de sua herança categorial, como sujeito preenchido, deve atuar na organização mais local do texto falado e, por isso, ser mais posicionado no interior dos tópicos.

Na pesquisa de Marín Jordà (2003), os MDs *aviam*, *a veure* e *miri*, do catalão falado, ocorrem mais intensamente na posição inicial e, de

modo incipiente, na posição medial na oração. Também, Domínguez Portela (2008) atestou a posição inicial como majoritária (80%) para registros dos MDs derivados de verbo de percepção visual no galego.

Pretendemos observar, portanto, se a posição dos MDs evidencia sua fixação, uma vez que uma das hipóteses adotadas gira em torno da premissa de que a posição pode influenciar no surgimento de novos usos dos itens e de que a fixação de uma posição pode levar à gramaticalização do item, conforme Heine e Reh: a variabilidade sintática diminui à medida que mais gramaticalizada se torna uma unidade lingüística: “[...] quanto mais uma unidade lingüística sofre gramaticalização, [...] mais sua variabilidade decresce, isto é, sua posição se torna fixa na oração; [...]”²⁷⁴ (HEINE; REH, 1984, p. 67 *apud* HEINE, CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991, p. 15, tradução nossa). É premissa também de Bybee, Perkins e Pagliuca (1994, p.7), que postulam que o decréscimo na liberdade da posição sintática é um indício de que os itens passam pelo processo de gramaticalização.

b) Resultados e discussão

Em ordem de relevância, na rodada geral da amostra 1F, a variável *posição dos MDs no tópico* se mostrou o sexto grupo estatisticamente significativo. Todavia, na rodada da amostra 2F, 3F, bem como nas rodadas estatísticas por cidade catarinense, esse grupo não foi selecionado como estatisticamente relevante na seleção das variantes. Vejamos, então, os resultados gerais para este grupo de fatores por amostra na tabela 18:

²⁷⁴ “[...] the more grammaticalization processes a given linguistic unit undergoes, [...] the more its syntactic variability decreases, that is, the more its position within the clause becomes fixed; [...]”

TABELA 18 - INFLUÊNCIA DA VARIÁVEL *POSIÇÃO* DOS MDS SOBRE O USO DE *OLHA* EM RELAÇÃO A *VÊ* (AMOSTRAS 1F, 2F E 3F)

	Amostra 1F							
Posição dos MDs	BLU		CHP		FLP1		LGS	
	Ap/T	%	Ap/T	%	Ap/T	%	Ap/T	%
Intr./abert.	12/14	86	13/14	93	16/17	94	33/34	97
Inter./cont.	21/30	70	40/58	69	26/45	58	97/138	70
Fech./final.	12/17	71	10/20	50	9/21	43	25/36	69
Total	45/61	74	63/92	68	51/83	62	155/208	75
	Não selecionado		Não selecionado		Não selecionado		Não selecionado	
	Amostra 1F			Amostra 2F		Amostra 3F		
	RESULTADO GERAL			FLP2		CTB		
	Ap/T	%	PR	Ap/T	%	Ap/T	%	
Intr./abert.	130/135	96	0,77	30/31	97	12/20	60	
Inter./cont.	255/342	75	0,47	84/110	76	54/163	33	
Fech./final.	76/115	66	0,25	21/36	58	22/58	38	
Total	461/592	78		135/177	76	88/241	37	
	Input: .97 Sig.: .048 6º selecionado			Não selecionado		Não selecionado		

FONTE: A autora (2009)

Os resultados gerais da amostra 1F apontam que **olha** inclina-se (0,77 de PR) em direção à posição de *abertura/introdução de tópico*, o que vai ao encontro de nossas expectativas e aos resultados de Silva e Macedo (1989), Risso (1999), Rost (2002), bem como de Schiffrin (2003), por exemplo, para MDs de diversas naturezas. Em contrapartida, o uso desse MD é inibido em posição de *fecho/finalização* de tópico (0,25). Por fim, o item apresenta um peso relativamente neutro (0,47) em posição *interior/continuidade* de tópico. Esse resultado ressalta a posição de *interior/continuidade* como um terreno de competição entre os dois MDs.

Para a amostra 2F, os resultados percentuais revelam que, ao se inserirem dados dos florianopolitanos jovens e universitários, o uso de **olha** é mais freqüente na posição de *abertura/introdução de tópico* (97%), seguida da de *interior/continuidade* de tópico (76%) e *fecho/finalização de tópico* (58%). Acreditamos que esse resultado possa ser correlacionado com o *contexto de atuação discursiva causal*, que prevê usos dos MDs em contextos em que veiculam um espécie de con-

clusão de uma série de argumentos, relatos ou descrições apresentadas pelo F.

Os resultados percentuais das rodadas estatísticas por cidade atestam em sua maioria os apontados na rodada geral das amostras 1F e 2F. Chama a atenção o resultado percentual da cidade de Chapecó em posição de *fecho/finalização de tópico* onde **olha** disputa espaço com **vê**.

Quanto à amostra 3F, os resultados para **olha** também se mostraram relativamente semelhantes aos das amostras 1F e 2F no que diz respeito à posição de *introdução/abertura de tópico* (60%). Por fim, este MD manifesta-se menos freqüentemente nas posições *interior/continuidade* e *fecho/finalização de tópico*, com percentuais de 33% e 38%, respectivamente.

Os resultados provenientes das três amostras indicam que o MD **olha** aparentemente se constitui como elemento de tomada de turno entre os participantes do ato comunicativo, principalmente após *perguntas abertas* e *fechadas*, mas também ocorre como elementos de seqüenciamento do tópico, no interior de turnos, ou como elemento de interrupção de tópico para tomada de turno, conforme atestou Waltereit (2002) no uso do MD italiano *guarda*.

Além disso, a fixação da posição *abertura/introdução* como o lugar de realização de **olha** leva-nos a considerar mais uma vez essa variante como a mais adiantada no processo de mudança, atestando-se assim a afirmação de Heine e Reh (1984, p. 64) que “quanto mais uma unidade lingüística se gramaticaliza, mais sua variabilidade sintática decresce, isto é, mais sua posição na oração torna-se fixa”. Já **vê**, em termos de freqüência, apresenta-se mais sujeito à variabilidade posicional (posições de *interior/continuidade* e *fecho/finalização de tópico*).

Por fim, realizamos um cruzamento entre as variáveis *contexto de atuação discursiva* e *posição dos MDs*, considerando todas as ocorrências da amostra 1F, que estão distribuídas na tabela a seguir.

TABELA 19 - DISTRIBUIÇÃO DO CRUZAMENTO ENTRE AS
VARIÁVEIS *CONTEXTO DE ATUAÇÃO DISCURSIVA* E
POSIÇÃO DO MD (AMOSTRA 1F)

	abertura		continuidade		finalização		Total
	olha	vê	olha	vê	olha	vê	
De advertência	6	-	85	2	16	-	107
Adversativo	22	-	21	-	8	-	51
De atenuação	29	-	27	-	8	-	64
Interjetivo	5	1	25	5	14	5	55
De prefaciação	18	1	13	1	3	-	36
De parentet.	1	-	6	10	1	5	23
Exemplificativo	25	1	47	13	7	6	99
De opinião	70	-	31	2	7	-	110
Causal	5	2	48	54	29	23	161
Concessivo	-	-	1	-	-	-	2
Total	181	5	304	87	93	39	709

FONTE: A autora (2009)

Constatações:

- a posição dos MDs não é fixa: distribuem-se prioritariamente no *interior de um tópico* semântico-discursivo (391 = 55%), seguido da posição de *abertura* (186 = 26%) e de *finalização* (132 = 19%). Essa direção é mantida para **olha**, mas para **vê** finalização antecede abertura de tópico em termos preferenciais de posição do MD;

- não há uma coocorrência sistemática entre os contextos de atuação discursiva e as posições ocupadas pelos MDs. No entanto, é possível perceber certa tendência geral: nos contextos de natureza mais inter-racional, os MDs se distribuem predominantemente no início e no interior do tópico; nos contextos com matizes mais textuais, os MDs se situam mais no interior do tópico;

- a posição de abertura do tópico é quase que categórica para **olha** (181/186 = 97%), com predomínio do contexto de *opinião*; as posições de finalização e de continuidade do tópico são os lugares mais propícios ao uso variável dos MDs (70% e 78%, respectivamente, de **olha** nessas posições);

- o contexto *causal* é o espaço privilegiado para a disputa entre os MDs para dar continuidade ou fechamento ao tópico discursivo.

Esse resultado ajuda a corroborar a hipótese de que o MD **olha** esteja adentrando em terrenos mais abstratos que envolvem a veiculação

da manifestação da avaliação subjetiva do F e, nesse caso, o MD auxiliaria na articulação coesiva e argumentativa do texto, ou seja, começa a entrar em campo a função mais textual (basicamente orientada para o F e para o próprio texto).

7.2.3.6 Traço prosódico: pausa

a) Caracterização e hipóteses

A demarcação prosódica pode ser uma variável relevante na identificação do contexto de uso dos MDs. Tem se comportado de modo bastante recorrente em relação a certas unidades já estudadas (cf. RISSO; SILVA; URBANO, 1999, 2006; DAL MAGO, 2001; VALLE, 2001), capaz de auxiliar na caracterização dos contextos de atuação discursiva que tais unidades desempenham.

No catálogo, majoritariamente (84,9%), os MDs derivados de verbo de percepção analisados por Marín Jordà (2003) estão entre pausas. Em entrevistas do Projeto NURC/Brasil, Risso, Silva e Urbano (1999, 2006) observaram na identificação dos traços definidores dos MDs a manifestação de 68,9% dos contextos com manifestação prosódica demarcativa. Semelhantemente, Dal Mago (2001, p. 98) identificou, para o item *quer dizer*, a predominância de algum tipo de pausa nos contextos de uso desse item. Todavia, Valle (2001) verificou que os RADs *sabe?*, *não tem?* e *entende?* são muito mais recorrentes nos contextos sem pausas, perfazendo a maioria das ocorrências. Rost (2002), por sua vez, atestou que *olha* é privilegiado em ambiente *entre pausas* e *vê* não se realiza nesse tipo de contexto.

Dividimos esse grupo em três fatores, que permitem observar a presença ou ausência de pausa antes ou depois dos itens *olha* e *vê*. Vejamos, portanto, alguns exemplos de MDs em contextos com manifestação de pausa nas amostras investigadas:

MD com apenas pausa anterior²⁷⁵:

(163) E: Bastante luta?

²⁷⁵ A fim de identificarmos as pausas, adotamos a seguinte simbologia: a pausa breve será marcada com “,” (vírgula) e a longa será identificada por “...” (reticências) antes ou após o item. Em caso de ausência de pausa, esta não terá marcação de quaisquer sinais nos trechos transcritos, segundo orientação de Knies e Costa (1996). Também, conforme alertamos no capítulo 5, com o intuito de captar com relativa segurança as pausas circundantes aos MDs, realizamos a audição cuidadosa de todas as fitas concernentes às amostras do VARSUL analisadas.

F: Bastante luta, **olha** que, com onze anos de casada, eu [já] já estou meio cansada de lutar. A gente nem pode dizer isso, né? porque Deus me livre! Eu acho assim que a gente não pode sossegar, né? não pode nem dizer uma coisa dessas, a gente nunca deve cansar. Acho assim que [sempre tem] sempre tem uma luz, sabe? sempre tem [uma] uma saída, sabe? Eu acho assim que por todos os problemas que eu já passei, por todas as dificuldades que eu já passei, eu acho assim que se fosse outra pessoa, [não] não teria a cabeça que eu tenho, sabe? Mas eu acho que essas coisas até acontecem porque essas coisas sempre que aconteceram comigo, essas coisas assim: dificuldade, [de] de ganhar e perder e atrapalhos assim da vida, né? eu acho assim que essas coisas sempre serviram pra mim crescer, sabe? (LGS 02)

MD com apenas pausa posterior:

(164) **E:** E que, que, como é que a senhora sente assim a cidade de Curitiba, a senhora gosta daqui?

F: Gosto, gosto, sempre gostei. Apesar que eu estava achando [<a>] agora Curitiba muito suja.

E: Suja?

F: Suja. Curitiba é um cartão postal, é muito bonita, e agora está muito suja. Está suja e relaxada, mas isto acho que o culpado mesmo é o governo [pelo falta] de verba. Porque você **veja...** eu acho, eu sempre pego uma casa [<d>] de uma família, eu faço uma comparação com o governo. Se numa casa não há boa administração, então [as] as coisas não vão bem. E assim é o governo, se não tem [<a>] administração boa o país não pode ir bem, [né?] (CTB 22 L.1171)

(165) **E:** Como é que é, como é que consegue conciliar assim do Você é vendedora, né? como é que consegue conciliar, assim, tu tens quatro filhos pra cuidar, né? e mais o trabalho de casa e mais o trabalho de fora. Como é que consegue?

F: Olha, [não é] não é bem fácil, né? porque **veja bem**, quatro filhos mais o de casa, né? eu acho, assim, que é bem <difícultoso>, sabe? pra mim. Tanto que eu tenho tudo eu tenho horário, sabe?

pra tudo eu tenho horário, né? Então de manhã eu tenho que ficar em casa porque, né? tem que lavar roupa tem que fazer almoço, né? até [mandar] mandar todo mundo pra escola. Então, geralmente eu saio [depois da] de tarde, né? depois que eu acabo o serviço, né? Então foi esse meio que eu achei pra mim ter [o meu] o meu dinheiro, o meu ganho, né? pra ajudar em casa, foi esse. Porque se eu arrumo um serviço no comércio ou um outro tipo de serviço aí, com o grau de estudo que eu tenho, eu vou ganhar pouco, né? pra mim pagar uma empregada, não dá, se eu for tirar pra sair o dia todo de casa, eu tenho que colocar uma empregada porque daí não vou dar conta, as crianças são pequenas, tem que ter alguém pra atender, né? [...] (LGS 02)

MD entre pausas:

(166) F: [...] Quer dizer, então a classe média pensa ainda um pouco isso, uma Igreja desse tipo, né? A filha cresceu então tem que casar, aí vai lá e faz um curso de noivo, ou então tem que batizar, vai e faz um curso de sacramento, é um pouco essa Igreja clientelista, Igreja de freguesia. Mas nas comunidades mais pobres, aí da periferia, o pessoal assume mais essa prática e eles se entreajudam, por exemplo, lá num grupo de família, tem alguém que não tem emprego, o que que o pessoal faz, quem trabalha lá em determinado local, numa loja, numa fábrica, assim por diante, se informa, [se tem] de repente acha uma vaga lá, vem e comunica: "**Olha**, lá na firma onde eu trabalho tem uma vaga." Quer dizer, o pessoal vai se ajudando, eles vão assumindo junto os seus problemas e eles vão se entreajudando, assim a coisa vai se tornando mais fácil. Porque a partir da estrutura do estado, [do] [do] do governo federal, ajuda nem sempre é grande, né? [o] o trabalhar às vezes trabalha, e pelo seu trabalho não consegue nem sobreviver, nem dar condições mínimas necessárias pra família. [...] (LGS 03)

MD sem pausa:

(161) **E:** Porque naquela novela eles tinham vergonha isso [<pe>] I Tinha que ter alguma coisa, né?

F: [O] [o] [o] o Dedé então fez a Tieta. Mas parecia bem aquele vestidão degotado, aquela pose, **mas olhe** eu ri tanto, tanto.

E: E desse o Zacarias estava gravado ainda, ou não. (CTB 20)

Conforme as pesquisas levantadas, a expectativa é de que, no geral, os itens **olha** e **vê** ocorram em contextos com pausa, já que compartilham algumas características dos RADs. Em termos específicos, esperamos que **olha**, devido à sua característica mais interativa, apareça mais cercado de pausa do que **vê**.

Além disso, o aparecimento de MD *entre pausas* revela menor grau de integração sintática, ou seja, mais avanço no processo de gramaticalização do item **olha**, por exemplo, ao passo que a ausência de pausa revela maior integração, isto é, menos progresso, como é o caso de alguns contextos de ocorrência do item **vê**.

b) Resultados e discussão

Em ordem de relevância, na rodada geral da amostra 1F, a variável *pausa* se mostrou o quinto grupo estatisticamente significativo. Nas rodadas estatísticas por cidade catarinense, esse grupo foi selecionado como relevante para **olha** apenas em Chapecó, como o terceiro grupo estatisticamente significativo. Na rodada 2F, essa variável não se revelou estatisticamente significativa, mas, na rodada da amostra amostra 3F, foi considerada o terceiro grupo mais expressivo pelo Programa.

Vejamos, então, os resultados gerais para este grupo de fatores por amostra na tabela 20:

TABELA 20 - INFLUÊNCIA DA VARIÁVEL *PAUSA* SOBRE O USO DE *OLHA* EM RELAÇÃO A VÊ (AMOSTRAS 1F, 2F E 3F)

	Amostra 1F								
Pausa	BLU		CHP			FLP1		LGS	
	Ap/T	%	Ap/T	%	PR	Ap/T	%	Ap/T	%
ant.e									
post.	5/5	100	2/3	67	0,01	4/5	80	42/44	95
post.	13/18	72	10/12	83	0,82	13/17	76	45/58	78
ant.	1/1	100	1/1	100	-	2/4	50	1/1	100
sem pausa	26/37	70	49/75	65	0,53	32/57	56	67/105	64
Total	39/61	64	62/92	67		51/83	61	154/208	74
	Não selecionado		Input: 1,00 Sig.: 0,43 3º selecionado			Não selecionado		Não selecionado	
	Amostra 1F			Amostra 2F			Amostra 3F		
	RESULTADO GERAL			FLP2			CTB		
	Ap/T	%	PR	Ap/T		%	Ap/T	%	PR
ant.e									
post.	62/66	94	0,83	10/11	91	3/8	38	0,09	
post.	109/134	81	0,71	34/40	85	8/49	16	0,14	
ant.	7/9	78	0,68	11/13	85	25/30	83	0,94	
sem pausa	283/383	74	0,36	80/113	71	52/154	34	0,54	
Total	461/592	78		135/177	76	88/241	37		
	Input: 97 Sig.: 0,48 5º selecionado		Não selecionado			Input: 21 Sig.: 0,39 3º selecionado			

Fonte: A autora (2009)

Conforme a tabela, do total de ocorrências analisadas na amostra 1F, **olha** aparece *entre pausas* (0,83), seguido de *pausa posterior* (0,71) e *pausa anterior* (0,68), mas é inibido por contextos *sem pausa* (0,36). No que tange à amostra 2F, os resultados percentuais apontam que o MD **olha** apresenta frequência relativamente alta nos quatro contextos de presença ou ausência de pausa descritos. Na rodada da amostra 3F, os resultados em PR assinalam que **olha** é favorecido nos contextos de *pausa anterior* (0,94) e desfavorecido nos contextos *entre pausas* e de *pausa posterior*. Observe que o fator *sem pausa* apresenta comportamento quase neutro para realização de ambos os MDs na capital paranaense.

Vejamos a rodada da cidade de Chapecó que forneceu resultados em PR. O MD **olha** é favorecido em contexto *pausa posterior* (0,82) e inibido nos contextos *entre pausas* (0,01). Observa-se também que os dois MDs competem por espaço nos contextos *sem pausa*. Em termos percentuais, os resultados das rodadas por cidade catarinense ratificam os encontrados nas amostras 1F e 2F.

Esses resultados identificados para essa variável confirmam os anteriormente encontrados para a variável *relação sintática com a estrutura oracional*, uma vez que **olha** encontra-se mais em contextos sintaticamente independentes. Dessa forma, nossa hipótese geral se atesta e vai ao encontro dos resultados das pesquisas de Risso, Silva e Urbano (1996) e de Schiffrin (2003) que também apontam alta frequência de MDs de naturezas variadas acompanhados de pausa, o que ratifica a hipótese de que esta variante encontra-se em estágio inicial de mudança rumo à gramaticalização, mais do que a segunda.

7.2.4 Variáveis extralingüísticas

O princípio empírico da *restrição*, postulado por Weinreich, Labov e Herzog ([1968] 2006), remete à relevância da investigação das variáveis extralingüísticas que favorecem ou não o uso de um MD no lugar de outro, ou seja, a verificação do que condiciona a mudança ou o que confere possíveis condições para que a mudança ocorra.

Por meio da análise da atuação de fatores extralingüísticos sobre o uso variável dos MDs, pretendemos verificar se o fenômeno discursivo em estudo é sensível a condicionadores sociais (gênero/sexo, idade, escolaridade²⁷⁶). Valemo-nos, para sustentar as hipóteses formuladas, de resultados de trabalhos já desenvolvidos sobre o uso de MDs, principalmente no PB.

7.2.4.1 Gênero/sexo

a) Caracterização e hipóteses

Estudos variacionistas têm demonstrado que mulheres e homens apresentam comportamento distinto no uso de determinadas formas nos diversos segmentos da sociedade. Mulheres tendem a mostrar maior preferência pelas variantes lingüísticas mais prestigiadas socialmente (PAIVA; DUARTE, 2003).

Vejamos os resultados de alguns estudos sobre o uso de MDs. Silva e Macedo (1989, p.15), por exemplo, analisando a amostra Censo do Rio de Janeiro, tinham como hipótese que as mulheres tenderiam a se apoiar no maior emprego de MDs em geral devido a, em nossa sociedade patriarcal, se mostrarem mais polidas ao se comunicarem²⁷⁷. No caso

²⁷⁶ Conforme previsto no capítulo 5, testamos a variável *escolaridade*, dividida em três níveis (primário, ginásial e colegial) nas amostras 1F e 3F e quatro níveis na 2F (com a inserção dos universitários), tendo em vista que estudos variacionistas têm apontado efeitos interessantes dessa variável sobre o uso de formas discursivas variantes no PB. Citam-se, por exemplo, as pesquisas provenientes de amostras do VARSUL, como a de Martins (2003, p. 57) e Görski e Freitag (2006). No entanto, a exemplo dos resultados encontrados por Silva e Macedo (1989), esse grupo não se revelou interferente no uso dos MDs por nós investigados, uma vez que não foi selecionado como significativo pelo Programa estatístico e, por isso, não será apresentado e comentado aqui. No apêndice A, pode ser visualizada a tabela com os resultados percentuais das três amostras investigadas.

²⁷⁷ Esse argumento é, porém, questionado por Coulthard (1991), para quem a necessidade de ser polido lingüisticamente depende fundamentalmente das relações face a face.

específico dos “marcadores iniciadores de respostas”, como *olha*, *bom*, e *ah*, tal expectativa foi confirmada pelas autoras, pois as mulheres tenderam ao maior emprego de MDs iniciadores (p.40). Já quanto aos RADs, como *sabe?*, *entendeu?*, *né?*, não houve diferença no emprego desses itens por sexo. O mesmo se verificou em amostras do VARSUL/Florianópolis, embora Valle (2001) tenha atestado que há formas de uso preferencial pelos homens – *não tem?* e *entende?* – e pelas mulheres – *sabe?*.

O estudo de Rost (2002, p.120) evidenciou que as mulheres usam um pouco mais os marcadores **olha** e **vê** do que os homens. Quanto à escolha das variantes, as informantes tenderam ao emprego de **olha** em oposição aos informantes masculinos que optaram pelo uso de **vê**.

Saindo do âmbito do PB, vamos ver que alguns estudos também têm mostrado resultados que focalizam a frequência de uso dos marcadores por gênero. Dubois e Crouch (1975 *apud* MACAULAY, 2002, p. 294), ao estudar o uso de *tag questions* durante as seções de discussão após a apresentação de trabalhos em *workshops*, constataram que homens usaram-nas de modo mais intenso do que as mulheres. Inversamente, Holmes (1984, 1995 *apud* MACAULAY, 2002, p. 294), servindo-se de uma amostra de fala de homens e mulheres da Nova Zelândia, localizou mais uso de *tag questions* por mulheres do que por homens. Cameron *et al.* (1989 *apud* MACAULAY, 2002, p. 295), por sua vez, encontraram resultado semelhante a Dubois e Crouch (1975), segundo o qual homens empregam o dobro de *tag questions* em relação às mulheres.

Erman (1993 *apud* MACAULAY, 2002, p. 295, grifo nosso), analisando dados de fala de 22 informantes do *corpus* London-Lund, demonstrou que “expressões pragmáticas”, derivadas de verbos como *you know*, **you see** e *I mean*, são mais empregadas pelos homens do que pelas mulheres e também dispõem de funções discursivas distintas para ambos os sexos. Enquanto os homens preferem empregá-las como mecanismos para testar a atenção do interlocutor, as mulheres usam-nas para conectar argumentos consecutivos.

Com base especialmente nos estudos de Silva e Macedo (1989) e Rost (2002), continuamos sustentando a hipótese geral de que as mulheres fazem maior uso dos MDs **olha** e **vê** do que os homens. Especificamente em relação às variantes, acreditamos que as mulheres usem mais o item **olha** e que os homens usem mais o **vê**. Qual a justificativa para essas hipóteses? Não temos uma razão clara para fundamentar nossas expectativas. Acreditamos que não haja prestígio social envolvido no uso desses MDs. Também tendemos a concordar com Coulthard (1991)

quanto ao fato de que a necessidade de ser polido não é determinada pelo gênero/sexo, mas depende das relações que se estabelecem face a face. É provável que haja interferência de alguma outra variável, especialmente de cunho estilístico-discursivo.

Os fatores controlados na variável ‘sexo/gênero’ desta tese são:

- (i) masculino;
- (ii) feminino.

b) Resultados e discussão

Em ordem de relevância, na rodada geral da amostra 1F, a variável *gênero/sexo* foi o sétimo grupo selecionado pelo Programa. No entanto, ressalte-se que, nas rodadas estatísticas por cidade, esse grupo foi selecionado como o segundo relevante para **olha** em duas localidades: Blumenau e Florianópolis¹. Todavia, nas rodadas das amostras 2F e 3F, essa variável não se revelou estatisticamente relevante. Vejamos, então, os resultados gerais para a variável *gênero/sexo* na tabela 21:

TABELA 21 - INFLUÊNCIA DA VARIÁVEL *GÊNERO/SEXO* SOBRE O USO DE *OLHA* EM RELAÇÃO A *VÊ*
(AMOSTRAS 1F, 2F E 3F)

	Amostra 1F									
Sexo	BLU			CHP		FLP1			LGS	
	Ap/T	%	PR	Ap/T	%	Ap/T	%	PR	Ap/T	%
F	27/30	90	0,93	49/65	77	31/46	67	0,70	85/118	72
M	18/31	58	0,07	13/27	48	20/37	54	0,26	70/90	78
Total	45/61	74		62/92	68	51/83	61		155/208	75
	Input: .97 Sig.: .033 2º selecionado			Não selecionado		Input: .69 Sig.: .050 2º selecionado			Não selecionado	
	Amostra 1F			Amostra 2F		Amostra 3F				
	RESULTADO GERAL			FLP 2		CTB				
	Ap/T	%	PR	Ap/T	%	Ap/T				
	F	268/335	80	0,60	62/80	77	68/169		40	
M	193/257	75	0,38	73/97	75	20/72		28		
Total	461/592	78		135/177	76	88/241		37		
	Input: .97 Sig.: .048 7º selecionado			Não selecionado		Não selecionado				

FONTE: A autora (2009)

Conforme os resultados da rodada geral da amostra 1F, as mulheres tendem favoravelmente ao emprego do MD olha (0,60), em oposição aos homens que elegem o MD vê (0,62). No estado catarinense, essa tendência é corroborada de forma bastante acentuada em Blumenau, que polariza os resultados (PR de 0,93 para uso de olha pelas mulheres e 0,93 para o uso de vê pelos homens) e, em Florianópolis1, além da diferença percentual significativa verificada também em Chapecó. Já Lages apresenta leve inversão nesse quadro (em termos de frequência, os homens apresentam diferença de 6 pontos percentuais a mais do que as mulheres para o uso de olha). Curiosamente, em Florianópolis2, com a entrada de jovens e universitários, a variável gênero perde a significância estatística constatada em Florianópolis1, neutralizando-se a diferença entre homens e mulheres quanto ao uso desses MDs. Já no estado paraense, embora as mulheres continuem preferindo olha e os homens vê, o percentual de uso de olha só chega a 40%. Ou seja, Curitiba é a única

cidade das amostras analisadas onde o MD vê lidera, em ambos os gêneros, no papel de codificar o domínio da *chamada da atenção do ouvinte*.

Esses resultados ratificam, parcialmente, os apontados por Silva e Macedo (1989) e Rost (2002). Olhando para as colunas do total de dados de cada amostra, verificamos que, de fato, as mulheres usam mais MDs do que os homens, à exceção de Florianópolis². Constatamos, também, que as mulheres empregam mais **olha** enquanto os homens preferem **vê**, à exceção de Lages. Por fim, observamos ainda que, na cidade de Curitiba, o MD mais empregado por homens e mulheres, nessa ordem, é **vê**.

Alguns trabalhos na área da sociolinguística (cf. PAIVA; DUARTE, 2003) mostram que as mulheres são mais suscetíveis à inovação linguística, principalmente em relação às variantes de prestígio. Inversamente, conforme Trudgill (1979), a inovação parte dos informantes masculinos quando a mudança ocorre em direção oposta à da norma de prestígio. Na maioria dos trabalhos sociolinguísticos relatados por Macaulay (2002), cujos resultados foram anteriormente apresentados, os homens usam mais certos marcadores do que as mulheres. No nosso estudo, assim como no de Silva e Macedo (1989) sobre os “marcadores iniciadores de respostas”, se verifica o inverso. Conforme já salientamos, não parece haver avaliação valorativa, seja de estigma seja de prestígio, para nenhum dos MDs. No entanto, um estudo sobre avaliação social desses itens ainda precisaria ser realizado, tarefa que deixamos para uma pesquisa posterior.

Um cuidado especial deve ser tomado, no caso do fenômeno que estamos analisando, visto que a mudança mais evidente é funcional, no sentido que uma mesma forma vai ampliando suas possibilidades de funcionamento discursivo. Em se tratando de variação, os condicionamentos verificados poderiam ser relacionados à mudança se tivéssemos indícios de mudança em progresso a partir dos resultados da variável idade. Na seção seguinte voltaremos a essa questão.

7.2.4.2 Idade

a) Caracterização e hipóteses

A variável idade tem se mostrado relevante em alguns estudos acerca do uso de MDs. Esse fato é bastante significativo, tanto no âmbito dos estudos variacionistas como na esfera dos estudos sobre gramaticalização.

Na perspectiva laboviana de mudança, as diferenças lingüísticas entre gerações podem espelhar desenvolvimentos diacrônicos, quando outros fatores se mantêm constantes (cf. PAIVA; DUARTE, 2003, p. 14). Além disso, como o comportamento lingüístico de cada geração reflete um estágio de língua, os grupos etários mais jovens podem introduzir novas alternantes que, gradativamente, substituirão aquelas que caracterizam o desempenho lingüístico dos falantes de faixas etárias mais avançadas; trata-se, nesse caso, de *mudança geracional* – quando certa variante passa a ser valorizada por alguns indivíduos e, gradativamente, passa a exercer efeito sobre toda a comunidade (cf. LABOV, 1994). Ainda, se o comportamento dos indivíduos é estável durante toda a sua vida e a comunidade se mantém também estável, não há variação a analisar e tem-se *estabilidade*; se os falantes mudam seu comportamento lingüístico durante suas vidas – geralmente por influência do mercado de trabalho –, mas a comunidade como um todo permanece a mesma, o padrão pode ser caracterizado como *gradação etária*. Entretanto, ressalve-se que as diferenças de efeito associadas às faixas etárias não podem ser tomadas como indicadores indiscutíveis e conclusivos de mudança em curso. Assim, é importante perceber se estamos diante de uma mudança que acontece caracteristicamente numa dada faixa etária, ou se estamos diante de uma mudança em progresso que perpassa as diferentes faixas etárias e se estabelece na gramática da língua.

Na ótica funcionalista, a distribuição em *tempo aparente* pode indicar “gramaticalização em andamento” (cf. ANDROUSTOPOULOS, 1999, *apud* GÖRSKI; TAVARES, a ser publicado). Dessa maneira, o fato de um item lingüístico não ser freqüente em faixas etárias mais velhas, mas passar a sê-lo entre as faixas etárias mais jovens pode significar que o processo de gramaticalização está avançando (cf. GÖRSKI; FREITAG, 2006).

Estudos de variação no discurso revelam comportamento distinto em termos de idade. Dubois (1993 *apud* MACAULAY, 2002, p. 296), por exemplo, examinando cuidadosamente “extension particles”, consta-

tou que os mais jovens usam-nas mais freqüentemente do que os mais velhos. Vincent (1993 *apud* MACAULAY, 2002, p. 296), por sua vez, investigou as partículas de exemplificação, como *par exemple, comme, genre, disons*, etc., e encontrou freqüências semelhantes às de Dubois, mas o decréscimo não se mostrou significativo e gradual ao longo do tempo. Os resultados da pesquisa de Macaulay (1991, 1995 *apud* MACAULAY, 2002, p. 298) a respeito de MDs e *tags* de finalização mostram que adolescentes empregam menos *you know* que os adultos investigados.

No que se refere ao uso variável dos MDs, Silva e Macedo (1989, p. 15) tinham como hipótese geral que quanto menor fosse a faixa etária, maior seria a utilização de marcadores. No caso específico dos “marcadores iniciadores de respostas” e dos RADs, porém, os resultados revelaram que a idade não se mostrou uma variável interferente.

Diferentemente, nas amostras do VARSUL, Martins (2003, p. 52), controlando duas faixas etárias, constatou que, na região Sul, os informantes mais velhos fazem mais uso dos marcadores *bom* e *bem* do que os mais novos; e, no que se refere aos itens individualmente, os mais novos tendem mais ao uso de *bom*, enquanto os mais velhos favorecem o uso de *bem*. Valle (2001, p. 152) também encontrou evidências favoráveis à hipótese geral de Silva e Macedo (1989), pois, na amostra analisada de Florianópolis, com o controle de três faixas etárias, os itens *sabe?*, *entende?* e *não tem?* são majoritariamente utilizados pelos informantes mais jovens, diminuindo proporcionalmente ao aumento da idade. Inserindo na análise dos RADs também o marcador *tá?*, Görski e Freitag (2006, p. 36) mostram que há um comportamento polarizado na distribuição de *tá?* (usado preferencialmente pelos mais velhos) e de *não tem?* (usado predominantemente pelos mais jovens), enquanto *sabe?* e *entende?* se distribuem numa linha ascendente mais regular, com uso crescente à medida que a idade diminui. Os resultados de Rost (2002, p. 120) para *olha* e *veja*, considerando apenas duas faixas etárias (25 a 49, e acima de 50 anos), também mostraram que a faixa de menos idade utiliza com mais freqüência esses MDs; e quanto à escolha da variante, os mais velhos preferem **olha** e os de idade mais baixa optam preferencialmente por **vê**.

Dada a natureza discursiva do objeto sob análise, que transita pelas funções interpessoal e textual, e considerando os resultados mencionados, esperamos que haja distribuição crescente de freqüência de uso de ambos os MDs à medida que a faixa etária diminua, de modo que os jovens utilizarão mais esses MDs que os adultos, que, por sua vez, farão

mais uso desses itens que os mais velhos. Teríamos a distribuição de frequência assim delineada: jovens > faixa intermediária > mais velhos.

Quanto ao uso preferencial por uma ou outra forma, acreditamos que a faixa etária mais baixa (15 a 24 anos), bem como a faixa mais velha (acima de 50 anos), tenderão ao emprego de **olha**, enquanto a faixa de 25 a 49 anos vai privilegiar o item **vê**. Embora não haja avaliação social aparente associada a esses MDs, não descartamos a possibilidade de haver alguma relação com o fator “mercado de trabalho”.

Nesse sentido, como se disse, estamos aventando a hipótese de Labov (1994) de que é possível captar as diversas etapas de um processo de mudança através de uma escala em tempo aparente obtida por meio de um estudo com falantes de idades diferentes, denominado gradação etária.

Naro (1992, p. 82) prevê a hipótese de que o F, de fato, mude sua língua no decorrer dos anos devido a pressões sociais²⁷⁸. Todavia, no caso dos MDs que analisamos, o informante não opta entre uma forma estigmatizada ou não-estigmatizada, mas, provavelmente, por uma forma menos marcada ou mais marcada, ou, ainda, por uma forma com traços mais, ou menos, interativos.

Os fatores controlados na variável ‘idade’ desta tese são:

(i) em Florianópolis – 15 a 24 anos; 25 a 49 anos; acima de 50 anos;

(ii) nas demais cidades – 25 a 49 anos; e acima de 50 anos.

b) Resultados e discussão

Na rodada geral da amostra 1F, a variável *idade* não se mostrou significativa pelo Programa, tampouco nas rodadas estatísticas por cidade e nem na rodada da amostra 3F. Todavia, na rodada da amostra 2F, essa variável se revelou o segundo grupo estatisticamente relevante. Vejamos, então, os resultados gerais para a variável *idade* na tabela 22:

²⁷⁸ Naro (1992, p. 82) apresenta duas posições teóricas subjacentes à mudança lingüística. A primeira postula que o processo de aquisição da linguagem se encerra mais ou menos no começo da puberdade e que a partir desse momento a língua do indivíduo fica essencialmente estável. E a segunda frontalmente contradiz a primeira, pois comprova que o falante muda sua língua no decorrer dos anos devido a pressões sociais. Conclui-se, segundo Naro, que o falante modifica sua língua no decorrer dos anos enquanto que a hipótese clássica pretende a estabilidade da língua depois da puberdade.

TABELA 22 - INFLUÊNCIA DA VARIÁVEL *IDADE* SOBRE O USO DE *OLHA* EM RELAÇÃO A *VÊ* (AMOSTRAS 1F, 2F E 3F)

	Amostra 1F							
Idade	BLU		CHP		FLP1		LGS	
	Ap/T	%	Ap/T	%	Ap/T	%	Ap/T	%
J	-	-	-	-	-	-	-	-
A	14/24	58	24/35	69	36/48	75	75/96	78
B	31/37	84	39/57	68	15/35	43	80/112	71
Total	45/61	74	63/92	68	51/83	61	155/208	75
	Não selecionado		Não selecionado		Não selecionado		Não selecionado	
	Amostra 1F		Amostra 2F			Amostra 3F		
	RESULTADO GERAL		FLP2			CTB		
	Ap/T	%	Ap/T	%	PR	Ap/T	%	
J	-	-	33/37	89	0,99	-	-	
A	217/271	80	72/89	81	0,39	37/90	41	
B	244/321	76	30/51	59	0,09	51/151	34	
Total	461/592	78	135/177	76		88/241	37	
	Não selecionado		Input: .93 Sig.: .001 2º selecionado			Não selecionado		

FONTE: A autora (2009)

Consideremos, inicialmente, a hipótese relativa à frequência de uso dos MDs por faixa etária. Observando os resultados dispostos nas colunas do total de cada amostra e comparando inicialmente as faixas de 25 a 49 e de mais de 50 anos, notamos que é, na primeira faixa, que se concentra o maior número de ocorrências de MDs – à exceção de Florianópolis –, conforme nossa expectativa. Focalizando a amostra 2F, verificamos que é justamente entre os mais velhos que há maior uso de MDs ($89/177 = 50\%$) e entre os mais jovens que há menor emprego ($37/177 = 21\%$), invertendo-se o resultado face a nossa hipótese inicial. A capital catarinense se particulariza, pois, em relação ao comportamento dos informantes, por faixa etária, em relação ao uso dos MDs **olha** e **vê**, evidenciando a seguinte escala em termos de maior a menor frequência de uso: mais velhos > faixa intermediária > jovens.

Olhando agora para cada um dos MDs, na rodada geral da amostra 1F, resultados percentuais apontam que **olha** apresenta frequência relativamente alta entre os informantes das duas faixas etárias (80% para os informantes com idade superior a 50 anos e 76% para os informantes de 25 a 49 anos). A diferença entre as faixas, nas cidades da amostra 1F, vai se mostrar em Blumenau e em Florianópolis1, invertendo-se os re-

sultados nessas duas cidades: em Blumenau são os da faixa intermediária que usam mais **olha** e em Florianópolis¹ são os mais velhos que privilegiam esse MD.

Os resultados que mais chamam atenção são os concernentes à amostra 2F, quando se incluíram os dados de jovens florianopolitanos e de universitários. Em termos probabilísticos, é na faixa de 25 a 49 anos que se concentra o maior uso do MD **vê** na capital catarinense, enquanto que o MD **olha** é altamente favorecido entre os informantes da faixa etária jovem (0,99 de PR) e fortemente inibido na faixa intermediária (0,09), conforme nossa expectativa. Esses resultados reforçam a hipótese de Traugott (2002) e Traugott e Dasher (2005) de que muitas mudanças são iniciadas pelos adultos jovens, principalmente transmitidas pela força da autoridade educacional, jurídica, política ou religiosa, não pelas crianças, devido à falta de maturidade para compreender complexas inferências envolvidas e funções discursivas da estrutura textual. A justificativa para essa hipótese recai no fato de que a inovação e mudança não ocorrem primeiramente no processo de aquisição ou percepção de uma nova língua, mas são motivadas por escolhas ao longo das práticas discursivas e sociais de interação entre F e O. Essa posição dos autores é corroborada pelo fato de não termos encontrado nenhuma ocorrência dos MDs **olha** e **vê** nas entrevistas das crianças.

Na rodada da amostra 3F, os resultados percentuais indicam a menor frequência de uso do MD **olha** entre os informantes das duas faixas etárias, ou seja, a preferência dos informantes curitibanos é pelo emprego do MD **vê**, como já se afirmou anteriormente. Ao se comparar as duas faixas etárias de informantes, aqueles com 25 a 49 anos apresentaram menos frequência de uso desta variante (34%) do que os da faixa etária mais velha (41%).

A partir dos resultados da amostra 2F, duas considerações gerais podem ser feitas: (i) sob a ótica sociolinguística, ao se observar os resultados quanto ao emprego do MD **vê**, pode estar ocorrendo entre os falantes florianopolitanos o que se denomina *gradação etária*, isto é, os falantes mudam seu comportamento linguístico durante suas vidas – geralmente por influência do mercado de trabalho –, mas a comunidade como um todo permanece a mesma, isto é, mostra preferência pela primeira variante; (ii) sob a ótica funcionalista, estamos aventando que a distribuição em *tempo aparente* pode estar indicando “gramaticalização em andamento” (cf. ANDROUSTOPOULOS, 1999, *apud* GÖRSKI; TAVARES, a ser publicado). Dessa maneira, os resultados apontam que o aumento da frequência de **olha** na faixa etária mais jovem (15 a 24

anos) pode significar que o processo de gramaticalização desse MD está avançando.

Arriscamos a hipótese de que os itens, ao longo do tempo, vão assumindo funções de caráter mais textual e/ou se especializando em contextos particulares. Nesse sentido, o uso de uma forma não exclui a outra, mas cada uma delas vai, gradativamente, atuando em contextos cada vez mais delimitados. Em suma, não teríamos o uso generalizado de um item em detrimento do outro, mas uma espécie de divisão de tarefas. Conforme verificado na análise da variável *contexto de atuação discursiva*, parece ocorrer, em alguns contextos, “especialização por especificação”, em que cada camada/variante vai adquirindo significados específicos e/ou passa a preponderar em contextos sociolingüísticos distintos, podendo vir a acarretar o fim da competição (cf. GÖRSKI; TAVARES, a ser publicado). Assim, a exemplo do que ponderamos quanto à variável sexo, também no que se refere à idade cogitamos a possibilidade de haver interferência de outras variáveis lingüísticas/discursivas, especialmente as de natureza discursiva, como o “contexto de atuação” ou a “seqüência discursiva (tipo textual)”.

Ademais, vale destacar que nem todo indício de mudança em curso detectado pela distribuição dos resultados em função da faixa etária é reflexo somente do fator idade na amostra em estudo. É preciso atentar para a possibilidade de atuação simultânea de outras forças. Nessa direção argumenta Freitag (2005, p. 110): “Somente observação de um fenômeno em tempo aparente não permite identificar se trata-se de uma mudança em progresso ou não”. Assim, a autora destaca os riscos que se corre em falsas interpretações de processos de variação e mudança ao se considerar apenas a faixa etária como representação cronológica da vida do indivíduo. Para justificar sua afirmação, reporta-se ao trabalho de Eckert (1997) segundo o qual, ao se considerar o tempo refletido na idade cronológica dos indivíduos, pode-se levar ao erro de interpretação entre mudança em tempo aparente de fato e gradação etária.

Isso porque, de acordo com Eckert (1997), o comportamento lingüístico de todos os indivíduos muda no decorrer de sua vida. E as mudanças lingüísticas individuais não são exclusivamente decorrentes de mudanças lingüísticas históricas. São mudanças decorrentes da história do indivíduo. Nascermos, crescemos, nos tornamos adultos, envelhecemos. A cada etapa do ciclo vital, mudanças de ordem biológica e social ocorrem e refletem também na sua língua, é o que Eckert denomina de curso da vida lingüística. A aquisição da

língua, a entrada na escola, a aplicação da rede de relações sociais, a entrada e a saída do mercado de trabalho são fatores que se refletem diretamente nas faixas etárias. Logo, a faixa etária não pode ser encarada como um fator simples. Ao contrário, é extremamente complexo, e é preciso muita atenção ao interpretar os resultados de um fenômeno de mudança em função das faixas etárias (FREITAG, 2005, p. 111).

7.2.4.3 Informante

a) Caracterização e hipóteses

O controle do indivíduo, em trabalhos variacionistas com dados do VARSUL, tem sido feito com resultados bastante significativos, como se vê em Menon e Loregian-Penkal (2002, p. 171-173)²⁷⁹, por exemplo. O controle de cada indivíduo²⁸⁰ permite verificar se se trata de um caso de variação na comunidade ou de variação individual.

No âmbito dos MDs, também têm sido encontrados resultados interessantes (cf. DAL MAGO, 2001; VALLE, 2001; MARTINS, 2003, entre outros). Dal Mago (2009) observou que *quer dizer* não apresenta uso generalizado nas 24 entrevistas rastreadas por cidade, verificando que menos de 50% dos informantes empregaram essa expressão. De forma geral, a autora conclui que os informantes optavam pelo uso exclusivo de *quer dizer* ou de *vamos dizer*.

Comportamento semelhante foi observado por Valle (2001, p. 147-148). A autora atestou que a escolha por um ou outro RAD parece ser condicionada de modo incipiente por padrões sociais, relacionando-se mais a atitudes individuais dos informantes:

[...] os entrevistados geralmente são fiéis ao uso de uma determinada forma de RAD e a escolha por uma, praticamente, faz cessar o uso das outras – aquele informante que utiliza muito *sabe?* é pouco produtivo com *não tem?* e *entende?*. Esta escolha por um dos itens em decréscimo dos outros é mais nítida entre os jovens.

Os resultados de Rost (2002) mostram que a maior parte dos indivíduos das três capitais da Região Sul apresentou comportamento variável no uso dos MDs: 62% dos entrevistados utilizaram ambas as formas e 38% optaram pelo uso exclusivo de uma delas.

²⁷⁹ Dentre os informantes que têm uso variável de *tu* e *você* em Lages e Florianópolis, Menon e Loregian-Penkal (2002, p. 171-173) verificaram que, na capital catarinense, indivíduos mais jovens favorecem o uso de *você*, em oposição aos mais velhos que preferem o uso de *tu*; na cidade de Lages, a distribuição dos informantes é bastante aleatória quanto ao emprego de ambos os pronomes: os informantes se encontram distribuídos entre um quase desfavorecimento até a quase aplicação categórica da regra.

²⁸⁰ Como temos mais de uma centena de informantes e o pacote estatístico VARBRUL 2S (PINTZUK, 1988) apresenta limitações quanto a número de fatores, um cuidado especial foi tomado na codificação dos dados e nas rodadas estatísticas.

Nossa expectativa é que a distribuição diferenciada encontrada por Rost (2002) nas três capitais da Região Sul será encontrada também em Chapecó, Blumenau e Lages. Isso nos leva a crer que alguns dos entrevistados podem ser fiéis a determinada forma e essa preferência pode fazer cessar, ou minimizar, o uso de outra. Em síntese: nossa hipótese é de que temos situações de variação na comunidade, porém com casos individuais de preferência estilística.

b) Resultados e discussão

O comportamento de cada informante quanto ao uso dos MDs pode ser visualizado na tabela 21, no apêndice B. Resumidamente, reproduzimos alguns resultados significativos a seguir, mas antecipamos que, de modo geral, o domínio da *chamada da atenção do ouvinte* codificado nesta tese pelos MDs **olha** e **vê** encontra terreno variável entre os informantes catarinenses e entre as localidades de Santa Catarina. É o passamos a apresentar mais detalhadamente observando cada amostra.

Na amostra 1F, do total de 96 informantes investigados, apenas 10 entrevistados não produziram nenhuma das formas dos MDs investigados. Dos 86 restantes, 49 (57%) empregaram de modo variável ambos os MDs, o que consideramos um resultado expressivo que indica a competição dos MDs pelo domínio da *chamada da atenção do ouvinte* na comunidade de Santa Catarina.

Quanto aos informantes que apresentaram uso categórico dos MDs, 34 (39%) entrevistados fizeram uso somente de **olha** e três (3%) informantes somente de **vê**. Em síntese, Blumenau foi a localidade que menos apresentou informantes (8) que variam o uso dos MDs em estudo. Em contrapartida, nas demais cidades catarinenses, mais da metade dos informantes (Chapecó com 13 informantes = 54%, Florianópolis e Lages com 14 informantes cada = 58%) produziram de modo variável os dois MDs. Esses resultados por cidade catarinense nos levam a postular também a variação no uso dos MDs por indivíduo, a qual pode ser delineada da seguinte forma, a partir de maior incidência de variação: Florianópolis/Lages > Chapecó > Blumenau.

Entre os jovens e os universitários da amostra 2F (20 informantes adicionais), 5 não produziram nenhum MD, 7 mostraram uso categórico de **olha** e um de **vê**; portanto, houve variação individual em 35% desses informantes.

Em se tratando da amostra 3F, todos os 24 entrevistados empregaram ou uma ou outra forma dos MDs. Também foi a amostra em que

menos informantes apresentaram comportamento categórico no uso do MD **olha** (5 entrevistados) ao passo que somente três empregaram apenas **vê**. Dentre os 16 informantes (67%) que variaram o uso de ambos os MDs, dez apresentam uso mais freqüente de **olha**, e sete elegem **vê**. Nesse caso, embora na capital paranaense **vê** se sobreponha em termos de freqüência a **olha**, nota-se que os resultados por informante corroboram os apresentados nas cidades catarinenses, ou seja, **olha** é o MD preferencial entre os informantes das três amostras analisadas, o que corrobora a hipótese de que seja o MD mais avançado no processo de mudança.

7.3 Fechando o capítulo

Dedicamos esta seção à retomada breve dos principais resultados obtidos no que tange às motivações que condicionam o uso de **olha** e **vê** nas amostras sincrônicas. A análise variacionista foi conduzida no sentido de tentar responder às seguintes questões da pesquisa: “Que variáveis lingüísticas/discursivas e sociais condicionam o uso dos itens *olha* e *vê*?” Relacionadas a essa, também tínhamos formulado as seguintes questões: “O uso dos MDs **olha** e **vê** é sensível a fatores de natureza geográfica?” Ainda: “Os MDs **olha** e **vê** se apresentam num quadro de variação estável ou é possível caracterizá-los como mudança em tempo aparente e/ou tempo real?” Por fim: “Que correlações se pode estabelecer entre o funcionamento dos MDs **olha** e **vê** e os sistemas pronominal e modo-temporal do PB em relação à P2?”. Como essas questões estão correlacionadas, vamos sintetizar os resultados também de modo relativamente integrado. Começamos pelo aspecto formal das variantes, depois passamos aos fatores de natureza discursiva, morfossintática e, por fim, aos extralingüísticos:

- quanto à apresentação formal, os resultados evidenciam que os MDs provenientes de verbos no imperativo estão sujeitos à fixação em termos de flexão número-pessoal e modo-temporal: enquanto o MD **olha** tende a se fixar na forma *olha*, derivada do indicativo, o MD **vê** é bastante recorrente também na forma *veja*, derivada do SUBJ, especialmente na amostra de Curitiba;

- considerando-se as macrofunções articuladoras, a *basicamente interacional* favorece o MD **olha** e a *basicamente textual* favorece o MD **vê**;

- sobre os *contextos de atuação discursiva*: os contextos *adversativo*, de *atenuação* e *concessivo* se mostraram categóricos para **olha** e o contexto de *advertência* quase categórico; o contexto *causal*, além de se mostrar o mais recorrente, foi o que se revelou, em termos de frequência, como o ambiente mais propício à variação entre os MDs, embora probabilisticamente tenha se mostrado como forte condicionador de **vê**; os contextos *interjetivo*, *exemplificativo* e de *parentetização*, em termos gerais, também se mostraram favorecedores de **vê**;

- sobre as *seqüências discursivas*: em termos gerais, as *injuntivas* favorecem largamente o MD **olha**; as *dissertativas* também condicionam esse MD em Florianópolis; as *narrativas* e *descritivas*, por sua vez, apresentam um comportamento oscilante entre as cidades, ora favorecendo um MD ora outro, ora mostrando-se neutras, mas, no geral, estão mais associadas a **vê**;

- sobre a *presença/ausência de pronome/vocativo junto ao MD*: o MD **vê** tende a coocorrer com os pronomes *você* e *tu* e o MD **olha** com ausência de pronome e com vocativo;

- sobre a *relação sintática com a estrutura oracional*: o MD **olha** é mais recorrente em contextos *sintaticamente independentes* e menos presente nos *sintaticamente dependentes*, o que configura situação de distribuição complementar entre os MDs;

- sobre a *posição dos MDs*: **olha** é bastante favorecido na *introdução/abertura de tópico discursivo*, já **vê** aparece mais no *fecho/finalização* e ambos disputam mais intensamente a posição intermediária do tópico; em suma, ambos os MDs podem aparecer nas três posições;

- sobre a *pausa*: a maioria dos MDs aparece sem pausa, contexto que se revela o privilegiado para o MD **vê** (em Santa Catarina); o segundo ambiente, em termos de frequência, é o de *pausa posterior*, favorecedor de **olha** em Santa Catarina e de **vê** em Curitiba; em suma: em Santa Catarina, **olha** ocorre mais frequentemente em contexto *entre pausas*; já em Curitiba, *pausa posterior* inibe surgimento desse MD;

- sobre a *cidade*: na amostra 1F (SC), Chapecó – cidade de colonização italiana, localizada no extremo oeste catarinense – é a cidade que apresenta maior probabilidade de ocorrência de MD **olha**, já Florianópolis – cidade litorânea de colonização açoriana – se revela o espaço probabilisticamente preferencial para o MD **vê**; Blumenau e Lages são campos neutros; e Curitiba (amostra 3F) é o lugar que apresenta maior frequência de uso do MD **vê**;

- sobre o *gênero*: as mulheres usam preferencialmente o MD **olha** e os homens **vê**, especialmente em Santa Catarina;

- sobre a *idade*: em Florianópolis, a faixa etária dos *jovens* tende fortemente ao uso do MD **olha** e a faixa *intermediária* tende ao uso de **vê**; e os mais velhos, embora em termos percentuais também usem bastante **olha**, o PR associado desfavorece esse MD.

Esses resultados apontam para o fato de que o domínio da *chamada da atenção do ouvinte* codificado pelos MDs **olha** e **vê** encontra terreno variável entre os informantes catarinenses.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento, apresentamos a síntese retrospectiva de cada capítulo desta tese, retomamos os principais objetivos, questões e hipóteses mostrando em que medida foram atendidos, respondidas e atestadas, respectivamente, propomos algumas generalizações, expomos o que consideramos serem as principais contribuições desta pesquisa, bem como algumas limitações do trabalho, e apontamos possíveis desdobramentos para estudos futuros.

A partir da associação dos postulados do Funcionalismo Lingüístico, especialmente no que concerne à gramaticalização, e da Teoria da Variação e Mudança, objetivou-se mapear, numa abordagem panorâmica, o comportamento das formas **olha** e **vê** (e suas variações), com base em amostras sincrônicas do Banco VARSUL/SC e também em uma amostra diacrônica, representada por 17 textos de peças teatrais escritas nos séculos XIX e XX por escritores catarinenses.

Para atingir este objetivo geral, inicialmente, foi necessário contextualizar nosso objeto de estudo e seus diferentes contextos de uso em dados do português falado e escrito. Partimos de estudos anteriores que investigaram a mudança semântico-pragmática dos verbos de percepção *olhar* e *ver* e delineamos hipoteticamente a origem e potencialidade semântico-pragmática de cada elemento, desde sua base verbal como item lexical pleno, realizado via ato de fala manipulativo, até seu comportamento como MD, situação em que apresenta um enfraquecimento da força imperativa prototípica, estando mais associado a sentidos abstratos e pragmáticos.

Na sequência, foi apresentado o enquadramento teórico-metodológico norteador desta pesquisa. Na seção destinada ao Funcionalismo Lingüístico, nos ativemos à discussão de algumas definições, princípios, trajetórias e motivações para a mudança semântico-pragmática e categorial que está atrelada à gramaticalização, principalmente no que tange aos aspectos cognitivos e comunicativos envolvidos na mudança com ênfase nos aspectos pragmáticos. Por tal razão, identificamos os estágios de mudança dos MDs, teoricamente associados às

funções da linguagem *ideacional*, *textual* e *interpessoal*, e discutimos a pertinência de abordá-los como um fenômeno de gramaticalização.

Sob a ótica funcionalista, adotando a noção de gramaticalização desenvolvida por Traugott – devido ao relevo dado ao contexto pragmático e à consideração de que itens gramaticais podem desenvolver novas funções gramaticais (não necessariamente mais gramaticais) –, defendemos que enunciados imperativos, inerentemente intersubjetivos, podem vir a ser subjetivizados. Nesse sentido, ganha ênfase nesta tese a premissa de que, além de forças de natureza cognitiva, também há forças de natureza comunicativa/pragmática motivando a mudança – nesse caso, o componente metonímico do modelo proposto por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) parece explicar satisfatoriamente o processo de expansão de significados em cadeias contínuas, por meio de reinterpretação induzida pelo contexto, via implicatura conversacional. Assumimos, pois, que existe forte correlação entre subjetivização e gramaticalização.

Na perspectiva da gramaticalização, consideramos ainda, com base em Heine e Kuteva (2007), que tanto ocorrem perdas – no que diz respeito a desgaste semântico e à redução fonética, por exemplo – como ganhos, especialmente pragmáticos, na emergência de novos significados gramaticais. Ademais, nos valem do postulado de Bybee (2003) de que a alta frequência de uso, por levar à ritualização das formas/funções, pode ser vista como um indício de gramaticalização. E lançamos mão dos princípios postulados por Hopper (1991) para explicar os processos de mudança dos itens **olha** e **vê**, uma vez que tais princípios contemplam estágios iniciais de gramaticalização, que é o que acreditamos estar ocorrendo com os MDs investigados.

Ainda numa abordagem funcionalista, defendemos, com base em trabalhos de Traugott, a pertinência da associação entre a trajetória de mudança, especialmente a pragmático-semântica, e as funções da linguagem. Entendemos que itens lexicais podem vir a desenvolver polissemias pragmáticas (por inferências sugeridas no contexto) e, posteriormente, semânticas, com conseqüentes reanálises categoriais, tanto no domínio interpessoal (com componente orientado para o O e/ou para o F) como no domínio textual. Nesse caso, não apenas o caráter contextual da situação interlocutiva é relevante, mas principalmente a presença de expressões linguísticas que indexam a (inter)subjetividade e a descoberta de como eles emergem.

Com base na abordagem teórica acima sintetizada, acreditamos ter respondido a primeira questão que se colocou nesta pesquisa, a saber: “É possível descrever e explicar a emergência e o funcionamento de

MDs de base verbal sob a ótica da gramaticalização?” Julgamos ter apresentado argumentos de natureza teórica, baseados em evidências empíricas, que abonam a hipótese de que os MDs sob análise podem ser tratados como instância da gramaticalização, tanto no que se refere à mudança semântico-pragmática, como à mudança categorial.

Na seção destinada à perspectiva da Teoria da Variação e Mudança, apresentamos, em linhas gerais, os pressupostos básicos e a operacionalização metodológica da abordagem sociolinguística quantitativa, e vislumbramos a possibilidade de se incluir os MDs na abrangência da “variável linguística” (no sentido laboviano do termo), bem como a pertinência de se recuar períodos de tempos distantes mesmo quando o acesso ao texto falado torna-se quase inviável (atentamos para a restrição de que dados escritos sofrem interferência da norma e dificilmente registram a língua em uso efetivamente, além de praticamente não oferecerem informações estilísticas e sociais). Consideramos o método de captar a mudança em *tempo aparente* (eixo sincrônico) e em *tempo real* (eixo diacrônico), combinando-os numa abordagem pancrônica. Nesse sentido, foi apontada a relevância do princípio do uniformitarismo (as forças que atuam hoje sobre os fenômenos linguísticos são as mesmas que atuavam no passado).

Ainda na abordagem sociolinguística, demos destaque aos cinco problemas que, segundo Weinreich, Labov e Herzog ([1968] 2006), devem estar presentes numa investigação linguística: restrição, transição, encaixamento, avaliação e implementação, procurando relacioná-los ao fenômeno pesquisado nesta tese.

Na terceira seção dedicada também ao enquadramento teórico, propusemos uma abordagem integrada para o tratamento do fenômeno investigado: o sociofuncionalismo, considerando os aspectos convergentes das duas perspectivas teóricas acima referidas. Nesse sentido, buscamos responder outra questão de pesquisa: “É possível tratar os itens *olha* e *vê* como camadas/variantes dentro de um domínio funcional?”. Para isso, apoiando-nos em Naro e Braga (2000) e Görski e Tavares (a ser publicado) que propõem o afrouxamento da noção de “mesmo significado referencial”, considerando a função/significação, vimos a possibilidade do tratamento variável de formas que compartilham mesmas funções discursivas. Nesse sentido foi possível tratar os itens **olha** e **vê** como variantes de uma variável linguística, alternantes num mesmo contexto discursivo – o da *chamada da atenção do ouvinte* –, embora cientes da possibilidade de existência de contextos específicos de uso de uma ou de outra forma – caso de contextos de restrição ou de eventual

especialização de certos usos –, o que não invalidou o tratamento variacionista para as ocorrências que se mostraram intercambiáveis.

Nosso próximo propósito foi proceder à investigação acerca da definição, da forma e da função dos MDs segundo diferentes amostras e perspectivas teóricas. O exame da literatura disponível permitiu identificar que há consenso entre os pesquisadores quanto ao fato de que os MDs “são expressões que relacionam segmentos discursivos” (SCHIFFRIN, 1987; FRASER, 1999, p.193). Foi possível observar também que, em cinco línguas românicas, verbos de percepção associados à P2 em enunciados de comando na forma imperativa migram de categoria e atuam como MDs, situação semelhante à por nós identificada nas amostras investigadas, quando funcionam como elementos de chamamento da atenção do O para aspectos do contexto e/ou do texto do F. Assim, além da base comum, verificou-se, a partir do levantamento da literatura, que os MDs compartilham uma gama de *contextos de atuação*, desempenhando funções ora mais interativas, ora mais textuais. Tal revisão da literatura deu suporte para a identificação e caracterização dos diferentes contextos de atuação discursiva dos MDs e de outras variáveis investigadas.

Estabelecida a perspectiva teórica, objetivamos descrever as etapas metodológicas da pesquisa: a primeira, caracterizada como uma abordagem basicamente funcionalista e a segunda como de cunho variacionista. Após, definimos os instrumentos de coleta de dados e o Programa estatístico empregado no tratamento dos dados. Por fim, elencamos os grupos de condicionadores lingüísticos e extralingüísticos controlados nas amostras sincrônica e diacrônica.

Uma vez definidas as etapas metodológicas, passamos à concretização da análise funcionalista que contemplou, primeiramente, o mapeamento do comportamento diacrônico dos MDs em dados de escrita (peças de teatro escritas por escritores catarinenses) e, posteriormente, o sincrônico em dados de fala (Projeto VARSUL). Nas duas amostras investigadas, as ocorrências de diferentes *contextos de atuação discursiva* de **olha** e **vê** analisadas atestaram o papel da pressão contextual para a emergência de novos usos e a pragmatização do significado, conforme evocado por Traugott (1982, 1989, 1995, 1999, 2001, 2002) e Traugott e König (1991). Vimos que enunciados imperativos, inerentemente intersubjetivos, podem vir a ser subjetivizados no curso da mudança de significados de conteúdo, baseados na estrutura argumental, para significados procedurais pragmáticos no nível discursivo. Acreditamos, assim, ter evidenciado a associação entre a trajetória de mudança, especialmente a pragmático-semântica, e as funções da linguagem.

Após a concretização da análise funcional, adentramos na análise do comportamento dos MDs segundo a perspectiva variacionista. Para isso, dispensamos um tratamento estatístico aos dados com vistas a descrever os contextos de uso de cada uma das formas supostamente em competição e partimos em busca de respostas para a seguinte questão: “Que variáveis linguísticas/discursivas e sociais condicionam o uso dos itens *olha* e *vê*?”

Quanto à significância estatística das variáveis testadas, em Santa Catarina (amostra 1F) foram relevantes os seguintes grupos de fatores, nessa ordem: *relação sintática com a estrutura oracional*; *presença/ausência de pronome/vocativo junto ao MD*; *contexto de atuação discursiva*; *cidade* (o que aponta que o uso dos MDs *olha* e *vê* é sensível a fatores de natureza geográfica); *pausa*; *posição dos MDs*; *gênero/sexo*. Nas rodadas estatísticas por cidade, houve alteração nesse quadro, sendo as principais delas: a seleção da variável *seqüência discursiva* em quatro cidades (Chapecó, Florianópolis, Lages e Curitiba) e a seleção da variável *idade* com a entrada em cena dos jovens em Florianópolis (amostra 2F).

O que podemos dizer a respeito da aplicação dos princípios empíricos formulados por Weinreich, Labov e Herzog ([1968] 2006)? Que generalizações podemos extrair dos resultados da análise variacionista?

Inicialmente, cumpre lembrar que, dada a natureza da entrevista sociolinguística e o tipo de tratamento estatístico dispensado aos dados, temos de ter cautela ao tentarmos fazer generalizações, visto que cada ocorrência de uma variável vem inserida em um enunciado e em um contexto social, que abarcam uma gama de fatores que influenciam a escolha do F, ou seja, há várias forças simultâneas atuando em diversas direções e isolá-las pode fazer com que façamos generalizações inválidas (GUY, 1998, p. 27-28).

Isso posto, vejamos como se verifica o princípio da *restrição* nos dados analisados. Estão reunidos, nos três parágrafos abaixo, os principais resultados das rodadas estatísticas que testaram os diferentes condicionadores.

Quanto aos fatores formais: (i) há tendência à fixação dos MDs na forma derivada do indicativo (*olha* e *vê*), porém o MD *vê* se mantém de modo bastante recorrente também no SUBJ (*veja*) e é o MD que tende a coocorrer com os pronomes (*você* e *tu*) e a se manifestar em contextos sintaticamente dependentes, contrastando com *olha*, que tende a se realizar desvinculado de pronome e em contextos sintaticamente independentes; (ii) em termos de posição, enquanto o MD *olha* é favorecido na abertura de tópico discursivo, *vê* é priorizado na finalização, mas

ambos compartilham de modo bastante variável a posição intermediária que dá continuidade ao tópico.

Quanto aos fatores discursivos: (i) o MD **olha** prepondera largamente nos contextos *adversativo*, de *atenuação*, *concessivo* (nesses três de modo categórico) e de *advertência*, ao passo que **vê** é favorecido nos contextos *interjetivo*, *exemplificativo* e de *parentetização*, enquanto o contexto *causal* se revela como o principal campo de batalha das variantes; (ii) em relação às seqüências discursivas, a evidência mais clara é que **olha** tende a ocorrer nas *injuntivas* (em Florianópolis também nas *dissertativas*), já **vê** está, em geral, mais associado às seqüências *narrativas* e *descritivas*, embora essas se mostrem bastante relativamente indefinidas quanto aos MDs nas diferentes cidades; (iii) no que concerne à pausa: embora a maioria dos MDs ocorra desacompanhada de pausa, verifica-se que, em Santa Catarina, os contextos *entre pausas* estão mais correlacionados a **olha**; já em Curitiba, *pausa posterior* inibe a ocorrência desse MD.

Quanto aos fatores extralingüísticos: (i) em relação à cidade, **olha** encontra o maior campo de atuação em Chapecó, ao passo que **vê** é mais característico de Curitiba e, no âmbito do estado catarinense, é mais usado em Florianópolis, enquanto ambos disputam terreno em Blumenau e Lages; (ii) no que tange ao gênero/sexo, **olha** é, em termos gerais, o MD preferido pelas mulheres e **vê** pelos homens; (iii) por fim, quanto à idade, em Florianópolis, **olha** é favorecido pelos jovens e **vê** tende a ocorrer na fala de informantes de 25 a 49 anos.

Um aspecto que podemos considerar nesse momento, tendo em vista uma possível generalização, é a existência de “motivações em competição” atuando sobre os usos de **olha** e **vê**. Quanto aos condicionadores, temos: (i) de um lado, fatores discursivos, fortemente atrelados à mudança semântico-pragmática dos itens; (ii) de outro, fatores morfossintáticos, associados a diferenças geográficas, com reflexos na mudança categorial dos itens; e (iii) por fim, fatores sociais, correlacionados à variação/mudança, seja no âmbito variacionista, seja no funcionalista voltado à gramaticalização. Quanto às motivações mais gerais, temos: (i) reflexos dos princípios da *iconicidade* e da *economia* sobre a forma de realização dos itens – forma plena e foneticamente reduzida, por exemplo; (ii) reflexos da hipótese da *harmonia* (cf. BYBEE; PERKINS; PAGLIUCA, 1994) – consonância entre as características discursivas de uma seqüência e as características do item, especialmente as ligadas à sua origem – e da *reinterpretação induzida pelo contexto* (cf. HEINE, CLAUDI e HÜNNEMEYER, 1991) – assimilação de traços predominantes no contexto pela recorrência de uma forma/função

naquele determinado contexto –, especialmente sobre os *contextos de atuação* dos itens e as *seqüências discursivas* nas quais os MDs se manifestam.

Para continuarmos a responder às indagações feitas, é preciso retomarmos outras questões da tese: “O uso dos MDs *olha* e *vê* é sensível a fatores de natureza geográfica?” Vimos, ao longo do trabalho, que: (i) quanto à frequência de uso da variável – as ocorrências do domínio funcional de *chamada da atenção do ouvinte* se distribuem, em SC, entre 144 (Florianópolis) e 228 (Lages), sendo mais frequentes em Curitiba com 252 ocorrências; (ii) quanto ao MD preferencial – Curitiba e Florianópolis propiciam mais o MD **vê** enquanto Chapecó favorece **olha**; (iii) quanto à(s) forma(s) de cada MD – Curitiba é a cidade que mais usa as formas derivadas do SUBJ, seguida de Lages; e Blumenau, seguida de Florianópolis, é a localidade que mais usa as formas derivadas do indicativo. Esses resultados indicam que a resposta à questão levantada acima é afirmativa, embora não se verifiquem tendências totalmente claras, nem em relação à região nem em relação à etnia. Do ponto de vista do princípio empírico da *transição*, pouco se tem a dizer em termos de localização espacial das variantes, embora exista associação entre o fator geográfico e a configuração morfossintática do fenômeno, conforme salientado a seguir.

Quanto à questão: “Que correlações se pode estabelecer entre o funcionamento dos MDs **olha** e **vê** e os sistemas pronominal e modotemporal do PB em relação à P2?”, percebemos que (i) diacronicamente, enquanto para **olha** a forma derivada do SUBJ para P2 (*olhe*) vai recuando no século XX em favor da forma derivada do indicativo (*olha*), para **vê**, é a forma derivada do SUBJ (*veja*) que ganha espaço no século XX; (ii) sincronicamente, o pronome *você* tende a coocorrer com as formas do MD derivadas do SUBJ (predominantemente com *veja*), ao passo que o pronome *tu* favorece as formas do MD derivadas do indicativo. Isso mostra (i) a presença de vestígios morfossintáticos da categoria verbal de origem dos MDs; (ii) uma correlação entre o comportamento morfossintático e o fator geográfico acima referido: é em Curitiba, seguida de Lages, que mais encontram as formas derivadas de SUBJ; e também é nessas duas cidades que se encontra a maior incidência de uso do pronome *você* – esse uso é categórico em Curitiba (cf. LOREGIAN-PENKAL, 2004). Esses traços de natureza morfossintática que os MDs ainda carregam, especialmente **vê**, justificam o fato de as variáveis dessa natureza terem sido selecionadas nas primeiras posições nas rodadas estatísticas, já que se procurou verificar os condicionadores de uso de uma variante ou de outra. Encontramos aqui evidências de

atuação do princípio do *encaixamento* lingüístico, no sentido de retenção de marcas morfossintáticas da origem verbal.

No que tange à questão: “Os MDs **olha** e **veja** se apresentam num quadro de variação estável ou é possível caracterizá-los como mudança em tempo aparente e/ou tempo real?”, os resultados da amostra 2F, que apontam os jovens na liderança do uso do MD **olha**, e com um comportamento mais próximo dos mais velhos em contraste com a faixa intermediária, que privilegia o MD **vê**, podem estar sugerindo uma situação de *gradação etária*, isto é, os falantes mudam seu comportamento lingüístico durante suas vidas, mas a comunidade como um todo permanece a mesma, manifestando primazia pela variante **olha**. Deve ser considerado o fato de que não foi encontrada nenhuma ocorrência desses MDs na fala das crianças; portanto não se pode, ainda, fazer a projeção de que **olha** estaria se generalizando em detrimento de **vê**. Do ponto de vista diacrônico, não se pode falar, a partir das amostras escritas analisadas, que um MD esteja substituindo o outro, e sim que **vê** expandiu seu uso naqueles contextos. Em relação à mudança, não dispomos, pois, de evidências empíricas suficientes para falar em mudança geracional, atrelando-a ao princípio da *transição*.

Na ótica funcionalista, a distribuição em *tempo aparente* pode ser interpretada como um caso de “gramaticalização em andamento” (cf. ANDROUSTOPOULOS, 1999, *apud* GÖRSKI; TAVARES, a ser publicado), especialmente se a fala dos jovens apresentar um pico de mudança (cf. LABOV, 2001). Assim, o fato de um item lingüístico não ser freqüente em faixas etárias mais velhas, mas passar a sê-lo entre as faixas etárias mais jovens pode significar que o processo de gramaticalização está avançando (cf. GÖRSKI; FREITAG, 2006).

Outra questão que emerge aqui e que se mostrou recorrente ao longo da tese diz respeito ao seguinte: existe tendência a algum tipo de especialização de uso das formas? Considerando-se que a especialização, seja por *generalização*, seja por *especificação* (cf. HOPPER, 1991; TAVARES, 1999), é uma maneira de solucionar a variação, e que alguns *contextos de atuação discursiva* se mostram categóricos para um dos MDs desde o século XIX, é muito difícil supor que se trate, nesse caso, de especialização de uso. Parece-nos que a interpretação mais plausível é a de que certos contextos restringem, talvez dada a sua própria natureza, o uso de determinado MD (por conflitos entre resquícios de origem do MD e características semântico-pragmáticas do contexto), impedindo, ou pelo menos dificultando, a variação nesses casos. Por outro lado, verifica-se certa tendência de uso do MD **olha** em contextos de caráter mais interacional e o MD **vê** em contextos com matizes mais

textuais – aí, sim, se delineando um caso de possível especialização de uso, porém ainda não efetivada.

Os resultados estatísticos apontaram indícios do desenvolvimento individual e conjunto dos MDs sob análise. A partir do traço comum de percepção que os caracteriza, vimos que **olha**, como forma mais recorrente nas amostras investigadas, é também o MD mais avançado no processo de mudança em função dos seguintes fatores, entre outros: (i) o MD **olha** já aparece em seis diferentes contextos de atuação discursiva no século XIX, ao passo que **vê** se manifesta em três contextos no século XX, apenas, com um número bastante reduzido de ocorrências; (ii) sincronicamente, há um uso mais generalizado de **olha** do que de **vê**, sendo que alguns contextos são categóricos para **olha**; (iii) **olha** retém o menor vestígio de herança verbal em comparação a **vê**.

Qual é o balanço final? Destacamos, a seguir, o que consideramos como as principais contribuições desta tese, bem como algumas limitações, e elencamos possíveis desdobramentos.

Entre as contribuições, pontuamos:

- a descrição pormenorizada do comportamento dos MDs **olha** e **vê** no português falado e escrito no Brasil, conjugando a abordagem teórico-metodológica integrada do Funcionalismo Lingüístico e da Teoria da Variação e Mudança Lingüística;
- o tratamento variacionista dispensado a uma variável de natureza discursiva;
- a inserção de MDs de base verbal sob o escopo de fenômenos em gramaticalização;
- as hipóteses interpretativas acerca do comportamento funcional dos itens, com base numa noção de gramaticalização que enfatiza aspectos semântico-pragmáticos envolvidos no processo de mudança;
- a sistematização de estudos realizados sobre MDs da mesma natureza dos desta pesquisa em outras línguas românicas, mostrando que se trata de um fenômeno com comportamento similar entre essas línguas.

Entre as limitações – que atribuímos em parte ao fator tempo –, destacamos:

- a não realização de cruzamentos entre certas variáveis, como por exemplo, *contextos de atuação discursiva* e *seqüências discursivas* com *idade*, de modo a captar nuances mais sutis do funcionamento dos MDs;
- o pouco aprofundamento de discussões sobre certas noções a-cionadas na tese como, por exemplo, a (inter)subjektivização, especialmente aplicada aos MDs analisados, tendo em vista tratar-se de proposta

teórica um tanto polêmica que tem reflexos na trajetória de mudança que envolve as funções ideacional, interpessoal e textual, bem como na concepção de gramaticalização.

Por fim, porque acreditamos não ter esgotado as possibilidades de análise do fenômeno, alguns pontos merecem ainda atenção, porém ficam como sugestões para trabalhos futuros:

- ampliação do *corpus*, utilizando como amostra as outras cidades que compõem o Banco de Dados VARSUL que não entraram nesta pesquisa tampouco em Rost (2002), para verificar se as diferenças regionais já apontadas por nós se mantêm ou tomam outros rumos;

- pesquisa sobre valoração social atribuída aos MDs, para ver se há ou não estigma associado ao uso dos itens, por meio da realização de testes de atitude, contemplando desse modo o princípio da *avaliação*;

- identificação de outras formas concorrentes dentro do domínio funcional de *chamada da atenção do ouvinte*, conforme já realizado por alguns pesquisadores no português, com o objetivo de confirmar, ampliar ou mesmo refinar a descrição das atuações dessa formas;

- realização de análise comparativa entre o PB e o PE a fim de verificar diferenças e semelhanças no uso dos MDs **olha** e **vê**.

R

EFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Fernando. **Dicionário da Ilha: falar & falares da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Cobra Coralina, 1994.

ALTENHOFEN, Cleo V. Áreas lingüísticas do português falado no Sul do Brasil: um balanço das fotografias geolingüísticas do ALERS. In: VANDRESEN, P. **Variação e mudança no português falado na região sul**. Pelotas: EDUCAT, 2002. p. 115-145.

AMARAL, Luís I. C. A importância de variáveis estilístico-discursivas para as análises de fenômenos lingüísticos variáveis. In: VANDRESEN, P. (Ed.). **Variação e mudança no português falado da região sul**. Pelotas: EDUCAT, 2002. p. 47-68.

_____. **A concordância verbal de segunda pessoa do singular em pelotas e suas implicações lingüísticas e sociais**. 2003. 181 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras. Programa de Pós-graduação em Letras, Porto Alegre, 2003.

ARDUIN, Joana. **A variação dos pronomes possessivos de segunda pessoa do singular *teu/seu* na região Sul do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Curso de Pós-graduação em Lingüística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, UFSC, 2005.

ARNOULD, Antoine; LANCELOT, C. **Gramática de Port-Royal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

AUSTIN, John L. **How to do Things with words**. New York: Oxford University Press, 1965.

BACK, Angela C. di P.; ROST, Cláudia A.; DAL MAGO, Diane; FREITAG, Raquel M. Ko. Classificação das seqüências discursivas em entrevistas sociolingüísticas. In: **Anais do 6º Encontro do CELSUL**. Florianópolis: UFSC, 2004.

_____.; _____.; REIS, Mariléia; FREITAG, Raquel M. Ko. Gêneros discursivos na sociolingüística: procedimentos metodológicos. In: 4º

Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais, 2007, Tubarão. **Anais do 4º Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais.** Tubarão, UNISUL, 2007. p. 610-620.

BARBOSA, Jeronymo S. **Gramática filosófica da língua portuguesa.** 2. ed. Lisboa: Lisboa, 1830.

BARROS, João. **Gramática da língua portuguesa.** 3. ed. Atualizado por José Pedro Machado, 1957.

BASÍLIO, Margarida. Flutuação categorial de base adjetiva no português falado. In: ILARI, Rodolfo (Org.). **Gramática do português falado.** 4. ed. rev. Campinas, SP: Unicamp, 2002. p. 75-90. (Série Pesquisas, v. II: Níveis de análise lingüística)

BERLINK, Rosane de A. Crônicas & relatos de viagens: fontes para o estudo da história da língua. In: MURAKAWA, Clotilde de A. A.; GONÇALVES, Maria Filomena. (Orgs.). **Novas contribuições para o estudo da história e historiografia da língua portuguesa.** Araraquara: FCL-UNESP Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. (Série Trilhas Lingüísticas; 11).

BISOL, Leda. VARSUL: amostra, coleta e transcrição. In: ZILLES, Ana Maria S. (Org.). **Estudos de variação lingüística no Brasil e no Cone Sul.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005. P. 151-154.

BRAGA, Maria Luíza. E aí se passaram 19 anos. In: PAIVA, Maria da Conceição de.; DUARTE, Maria Eugênia L. (Orgs.). **Mudança lingüística em tempo real.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda., 2003. p. 159-174.

BRESCANCINI, Cláudia R. A análise de regra variável e o programa Varbul 2S. In: BISOL, Leda; _____. (Orgs.). **Fonologia e variação: recortes do português brasileiro.** Porto Alegre: EDPUCRS, 2002.

BRINTON, Laurel J. **Pragmatic Markers in English. Grammaticalization and Discourse Functions.** Berlin and New York: Mouton de Gruyter, 1996.

BROWN, Robert; GILMAN, Albert. The pronouns of Power and Solidarity. In: SEBEOK, Thomas A. (Eds.) **Style in Language.** Massachusetts: MIT Press, Cambridge, 1960.

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen. **Politeness: some universals in language use.** Cambridge, Cambridge University Press, 1978.

BYBEE, Joan; PERKINS, Revere; PAGLIUCA, Willian. **The evolution of grammar**: tense, aspect, and modality in the languages of the world. Chicago-USA, 1994.

_____.; HOPPER, Paul (Eds.) **Frequency and the emergence of linguistic structure**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2000.

_____. Cognitive processes in grammaticalization. In: TOMASELLO, Michael. (Ed.). **The new psychology of language**. V. II, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2003a.

_____. Mechanisms of change in grammaticalization: the role of frequency. In: B. D. Joseph and J. Janda (Eds.). **The handbook of historical linguistic**. Oxford: Blackwell, 2003b.

CAMACHO, Roberto G. O formal e o interacional na teoria variacionista. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara. (Orgs.). **Português Brasileiro**: contato lingüístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro: 7letras, 2003.

CAMPBELL, Lyle. What's wrong with grammaticalization? In: **Language Sciences**, n. 23, 2001. p. 113-161.

_____.; JANDA, Richard. Introduction: conceptions of grammaticalization and their problems. **Language Sciences**, 23, p. 93-112, 2001.

CARVALHO, Cristina dos S. Usos de *ver* em sentenças complexas. **Estudos Lingüísticos XXXV**, p. 532-539, 2006. Disponível em: < <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/614.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2009.

CASTILHO, Ataliba T. de. Para o estudo das unidades discursivas no português falado. In: _____. (Org.). **Português culto falado no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989. p. 249-279.

_____. A gramaticalização. In: **Cadernos de estudos lingüísticos e literários**. Salvador: UFBA, 1997, p. 25-63.

_____. Unidirectionality or multidirectionality? Some issues on grammaticalization. In: **XII Seminary of Functional Syntax**. São Paulo: USP, 2002.

_____. Apresentação. In: JUBRAN, Clélia C. A. S.; KOCH, Ingedore G. V. (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. v. 1,

Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 7-25. (Construção do texto falado).

COAN, Márluce. **Tempo, aspecto, modalidade e referência na significação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito**: correlações entre função(ões) e forma(s) em tempo real e aparente. 2003. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Lingüística, Florianópolis, 2003.

COELHO, Izete L.; GÖRSKI, Edair M. A variação no uso dos pronomes *tu* e *você* em Santa Catarina. In: LOPES, C.; REBOLLO, L. (Orgs.). **Formas de tratamento em Português e Espanhol**: variação, mudança e funções conversacionais. Rio de Janeiro: a ser publicado.

CONCEIÇÃO PINTO, Carlos F. da; SILVA, Maria do Carmo. **Línguas e Letras**, Cascavel, v. 6, n. 11, 2005, p. 123-136. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/876>>. Acesso em: 28 jun. 2009.

COSTA, Iara B. O Banco de Dados Lingüísticos VARSUL e seus usuários. In: ZILLES, Ana Maria S. (Org.). **Estudos de variação lingüística no Brasil e no Cone Sul**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2005. p. 165-170.

CUENCA, María José.; MARÍN, Maria Josep. Verbos de percepción gramaticalizados como conectores. Análisis contrastivo español-catalán. **Revista Española de Lingüística Aplicada**, Logroño: Mugar Linotype, p.215-237, 2000.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DAL MAGO, Diane. **Quer dizer**: percurso de mudança via gramaticalização e discursivização. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Lingüística, Florianópolis, 2001.

DOMÍNGUEZ, Carmen L.; ÁLVAREZ, Alexandra. Marcadores en interacción: un estudio de marcadores en el español hablado en Mérida (Venezuela). **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v. 3, n. 4, março de 2005. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/site2007/pdf/4/artigos/revel_4_marcadores_e_n_interaccion.pdf>. Acesso em: 15 set. 2008.

DOMÍNGUEZ PORTELA, Soraya. **Olla e mira**, dous marcadores discursivos en tres linguas: potugués, galego e español. 2008. [não publicado]

DOSTIE, Gaetane. Deux marqueurs discursifs issus de verbes de perception: de *écouter/ regarder* à *écoute/regarde*. **Cahiers de lexicologie** 73, 1998. p. 85–106.

_____. **Pragmaticalisation et marqueurs discursifs**: analyse sémantique et traitement lexicographique. Bruxelles: De Boeck-Duculot, 2004.

DURAN, Estrella M.; UNAMUNO, Virginia. The discourse marker *a ver* (Catalan, *a veure*) in teacher-student interaction. **Journal of Pragmatics**, v. 33, Issue 2, feb., 2001, p. 193-208.

DUTRA, Antero dos R. **Miscellanea**. Rio de Janeiro: B. Freres, 1898.

DU BOIS, Jonh W. Competing motivations. In: HAIMAN, John (Ed.). **Iconicity in syntax**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1985. p. 343-365.

FARACO, Carlos A. **The imperative sentence in portuguese**: a semantic and historical discussion, 1982. Tese (Doutorado em Filosofia) – Department od Modern Languages University of Salford: Salford, USA.

_____. Considerações sobre a sentença imperativa no português do Brasil. **D.E.L.T.A.**, vol. 2, n 1, 1986 (01-16).

FÁVERO, Leonor L. O tópico discursivo. In: PRETI, Dino (Org.). **Análise de textos orais**. São Paulo: FFLCH/USP, 1999.

FERREIRA, Aurélio B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FIGUEROA, Ester. **Sociolinguistic metatheory**. Pergamon, 1994.

FORTES, Fábio da S. **Os marcadores discursivos no latim**: considerações pragmáticas e textuais sobre as preposições, interjeições e conjunções em Donato e Prisciano. 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: [s.n.], 2008.

FRASER, Bruce. What are discourse markers? **Journal of Pragmatics**, v.31, 1999, p.931-952.

_____. Towards a Theory of Discourse Markers. FISCHER, Kerstin (Ed.). **Approaches to discourse particles**. Amsterdam: Elsevier, 2006.

FREITAG, Raquel M. Ko. **Gramaticalização e variação de “acho que” e “parece que” na fala de Florianópolis**. 2003. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC/CCE, 2003.

_____. **Um estudo diacrônico do pretérito imperfeito do indicativo: variação/mudança em contextos de ambigüidade aspectual**. Projeto de tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Federal da Santa Catarina, Curso de Pós-graduação em Lingüística, Florianópolis: UFSC, 2004.

_____. Idade: uma variável sociolingüística complexa. **Línguas & Letras** (UNIOESTE), v. 6, p. 105-121, 2005.

_____. **A expressão do passado imperfectivo no português: variação/gramaticalização e mudança**. 229 f. 2007. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC/CCE, 2007a.

_____. Marcadores discursivos não são vícios de linguagem. **Interdisciplinar**: revista de estudos de língua e literatura, v. 4, p. 22-43, 2007b.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. O modelo das motivações competidoras no domínio funcional da negação. **DELTA**, vol. 17, n. 1, p. 1-30, 2001.

_____.; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião. A interação sincronia/diacronia no estudo da sintaxe. **DELTA**, São Paulo, v. 15, n. 1, fev. 1999. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501999000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 mar. 2010.

GALEMBECK, Paulo de T. O turno conversacional. In: PRETI, Dino (Org.). **Análise de textos orais**. 4. ed. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, 1999. p. 55-80. (Projeto Paralelos: v. 1)

GALUÉ, Dexty. Marcadores conversacionales: un análisis pragmático. **Boletín de Lingüística**, v. 18. Universidad Central de Venezuela, Caracas, 2002, p. 27-48.

GASPARINI, Madelaine. **Assim se fala, assim se escreve**. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

GEDRAT, Dóris C. Relevância na comunicação. *In: Verso & Reverso: Revista da Comunicação*. n. 20, ano X, 1996.

GIVÓN, Talmy. **On understanding grammar**. New York, San Francisco, London: Academic Press, 1979.

_____. **Serial verbs and the mental reality of ‘event’**: grammatical vs. cognitive packaging. *In: TRAUGOTT, E.; HEINE, D. (Eds.)*, 1991.

_____. Non-declarative speech acts. *In: English Grammar: a functional-based introduction*. Vol I e II. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1993.

_____. **Functionalism and grammar**. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1995.

_____. **Syntax**: an introduction. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.v. 1 e 2.

_____. **Bio-linguistics**: the Santa Barbara lectures. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 2002.

_____. **Context as other minds**: the pragmatics of sociality cognition and communication. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 2005.

GONÇALVES, Sebastião C. L.; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia C. (Orgs.). **Introdução à gramaticalização**: princípios teóricos e aplicação. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GÖRSKI, Edair M. A questão do *continuum* na interface variação/gramaticalização. *In: 7º Encontro do Celsul*. Palotti: Pelotas, 2006.

_____. *et al.* **Variação e mudança de itens de base verbal e adverbial**: funções e formas concorrentes. Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Língua e Literaturas Vernáculas, 1999. [Projeto integrado de pesquisa]

_____. GIBBON, Adriana de O.; VALLE, Carla R. M.; ROST, Cláudia A.; DAL MAGO, Diane; FREITAG, Raquel M. Ko. Gramaticalização/discursivização de itens de base verbal: funções e formas concorrentes. **Estudos Linguísticos**. V. XXXI. São Paulo, 2002a. CDRom.

_____. GIBBON, Adriana de O.; VALLE, Carla R. M.; DAL MAGO, Diane; TAVARES, Maria Alice. Fenômenos discursivos: resultados de análises variacionistas como indícios de gramaticalização. *In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Orgs.)*. **Português brasileiro**:

contato lingüístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p. 106-122.

_____. ROST, Cláudia A.; DAL MAGO, Diane. Aspectos pragmáticos da mudança via gramaticalização. *In*: CRISTIANO, M. E. A.; SILVA, C. R.; DA HORA, D. **Funcionalismo e Gramaticalização**: teoria, análise, ensino. João Pessoa: Idéia, 2004.

_____. FREITAG, Raquel M. Ko. Marcação e comportamento socio-lingüístico de marcadores discursivos interacionais na fala de Florianópolis. *In*: VANDRESEN, Paulino (Org.). **Variação, mudança e contato lingüístico no português da região sul**. Pelotas: EDUCAT, 2006, p. 28-50.

_____. TAVARES, Maria Alice. **Teoria da variação/mudança e funcionalismo lingüístico: (in)compatibilidades?** [no prelo].

GRUPO DE POETAS LIVRES (Florianópolis). **Autores catarinenses**. Disponível em: <<http://www.poetaslivres.com.br/>>. Acesso em: 08 ago. 2009.

GUERRA, Alessandra R. 2007. 233f. **Funções textual-interativas dos marcadores discursivos**. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, SP: UNESP, 2007.

GUY, Gregory. Varbrul: Análise avançada. *In*: **Cadernos de Tradução**, Instituto de Letras/UFRGS, nº 01, 1998.

_____. A identidade lingüística da comunidade de fala: paralelismo interdialetoal nos padrões de variação lingüística. **Organon**, v. 14, n. 28 e 29, Porto Alegre, UFRGS, 2000.

_____. As comunidades de fala: fronteiras internas e externas. **Abra-lin**, Fortaleza, 2001.

HAIMAN, John. **Natural syntax**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

HALLIDAY, Michael A. K.; HASAN, Ruqaiya. **Cohesion in english**. London: Longman, 1976.

HASPELMATH, Martin. Are there principles of grammatical change? **Journal of Linguistics**, n. 35. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p.579-595.

HEINE, Bernd. **Grammaticalization**: a conceptual framework. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

_____. On the role of context in grammaticalization. In: WISCHER, Ilse. (Ed.). **New Reflections on Grammaticalization**. Philadelphia, PA, USA: Johns Benjamins Publishing Company, p.83-99, 2002.

_____. Grammaticalization. In: JOSEPH, Brian D.; JANDA, Richard D. (Eds.) **The handbook of historical linguistics**. Oxford: Blackwell, 2003. p. 575-601.

_____.; REH, Mechthild. **Grammaticalization and reanalysis in African languages**. Hamburg: Helmut Buske, 1984.

_____.; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederike. **From cognition to grammar – evidences from African languages**. In: TRAUGOTT, Elizabeth; HEINE, Bernd. (Eds.), 1991a. v. 2.

_____.; KUTEVA, Tania. **The Genesis of Grammar**: a reconstruction. New York: Oxford University Press, 2007.

HOPPER, Paul. **Emergent grammar**. In: Berkeley Linguistics Society, n. 13. 1987.

_____. **On some principles in the grammaticalization**. In: TRAUGOTT, Elizabeth; HEINE, Bernd. (Eds.), 1991.

_____.; THOMPSON, Sandra. Language universals, discourse pragmatics, and semantics. **Language Sciences**, 15, p. 357-376, 1993.

_____.; TRAUGOTT, Elizabeth. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

JANDA, Richard. Beyond “pathways” and “unidirectionality”: on the discontinuity of language transmission and the counterability of grammaticalization. **Language Sciences**, p. 265-340, 2001.

JARDIM JÚNIOR, David. **Dicionário de expressões em latim usados no Brasil**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1988.

JUBRAN, Clélia C. A. S. Parentetização. _____.; KOCH, Ingedore G. V. (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. V. 1 – Construção do texto falado. p. 301-358.

_____. O metadiscurso entre parênteses. **Estudos Lingüísticos**, São Paulo, 38, 3, p. 293-303, set./dez. 2009.

_____. *et al.* Organização tópica da conversação. In: ILARI, Rodolfo (Org.). **Gramática do português falado**. 4. ed. rev. Campinas, SP: Unicamp, 2002. p. 341-378. (Série Pesquisas, v. II: Níveis de análise lingüística)

_____.; KOCH, Ingedore G. V. (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. V. 1 – Construção do texto falado.

KNIES, Clarice; COSTA, Iara (Orgs.). **Manual do usuário banco de dados lingüísticos VARSUL**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Paraná, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1996.

_____. Os programas Editor e Interpretador do VARSUL. In: ZILLES, Ana Maria S. (Org.). **Estudos de variação lingüística no Brasil e no Cone Sul**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2005. P. 155-164.

KOCH, Walter. O povoamento do território e a formação de áreas lingüísticas. In: GÄRTNER, Eberhard; HUNDT, Christine; SCHÖNBERGER, Axel (eds). **Estudos de geolinguística do português americano**. Frankfurt am Main: TFM, 2000 (Biblioteca lusobrasileira; vol. 18).

LABOV, William. **Sociolinguistics patterns**. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1972 a.

_____. **Padrões sociolingüísticos**. Tradução de: BAGNO, Marcos; SCHERRE, Maria Marta P.; CARDOSO, Caroline R. São Paulo, Parábola Editorial, 2008. Original em inglês.

_____. **Language in the inner city**. Philadelphia, University of Philadelphia Press 1972b

_____. **Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera**. In: Sociolinguistics Working Paper, Austin: Southwest Educational development laboratory, 1978. n. 44.

_____. **Building on empirical foundations**. In: W. Lehmann e Y. Malkiel (eds.), 1982. p. 17-41

_____. **Principles of linguistic change: internal factors**. Oxford: Blackwell, 1994.

_____. **Principles of linguistic change: social factors**. Oxford: Blackwell, 2001.

LAVANDERA, Beatriz. **Where does the sociolinguistic variable stop?**. In: *Language Society*, 1978, n. 7.

LEHMANN, Christian. **Thought on grammaticalization**. Munich: Linom Europa, 1995 [1982].

LONGHIN-THOMAZI, Sanderléia. **A gramaticalização da perífrase conjuncional ‘só que’**. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP: Campinas, 2003.

_____. Gramaticalização, (inter)subjativização e modalidade epistêmica: o caso de ‘assim’. In: **Estudos Lingüísticos**, 53, 2005.

_____. Gramaticalização, (inter)subjativização e modalidade epistêmica: o caso de ‘assim’. **Estudos Lingüísticos XXXV**, p. 1772-1779, 2006.

_____. Um exemplo de (inter)subjativização na linguagem: a reconstrução histórica de ‘ainda’. **Estudos Lingüísticos**, 2006.

LOPES-DAMASIO, Lúcia R. **A emergência do marcador discursivo assim sob a ótica da gramaticalização: um caso de multifuncionalidade e (inter)subjativização**. 2008. 243 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2008.

LOREGIAN, Loremi. **Concordância verbal com o pronome tu na fala do sul do Brasil**. 1996. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Lingüística, Florianópolis: UFSC, 1996.

_____. **(Re)análise da referência de segunda pessoa na fala da região Sul**. 2004. 260 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

LUFT, Celso P. **Moderna gramática brasileira**. Porto Alegre: Globo, 1991.

MACAULAY, Ronald. Discourse variation. In: CHAMBERS, K. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (Eds.). **The handbook of language variation and change**. Oxford: Blackwell, 2002. p. 283-305.

MARCUSCHI, Luiz A. **Análise da Conversação**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. Marcadores conversacionais do português brasileiro: formas, funções e definições. In: CASTILHO, Ataliba. (Org.). **Português culto falado no Brasil**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1989.

_____. **Análise da conversação**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela P. *et al.* (Org.). **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-36.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARÍN JORDÀ, Maria Josep. **Discurs i gramaticalització**: verbs de percepció usats com a marcadors discursius en el debat electoral. 2003. 686 f. Tese (Doutorado em Filologia) – Departament de Filologia Catalana, Universitat de València, València, 2003.

MARTELOTTA, Mário; VOTRE, Sebastião; CEZARIO, Maria M. (Orgs.). **Gramaticalização no português do Brasil**: uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

_____.; ALCÂNTARA, Fabiana. Discursivização da partícula né?. In: MARTELOTTA, Mário E.; VOTRE, Sebastião J.; CEZARIO, Maria M. (Org.). **Gramaticalização no Português do Brasil**: uma Abordagem Funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 277-292, 1996.

_____.; LEITÃO, Márcio M. Discursivização do verbo saber. In: MARTELOTTA, Mário E.; VOTRE, Sebastião J.; CEZARIO, Maria M. (Org.). **Gramaticalização no Português do Brasil**: uma Abordagem Funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 293-302, 1996.

_____. Marcadores discursivos e operadores argumentativos. In: VOTRE, S.; MARTELOTTA, Mário E. (Org.). **Trajetórias de gramaticalização e discursivização**. Rio de Janeiro, 1998, p.64-93.

_____. Operadores argumentativos e marcadores discursivos. In: VOTRE, Sebastião J.; CEZARIO, Maria Maura; MARTELOTTA, Mário (Orgs.). **Gramaticalização**. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras UFRJ, 2004.

MARTENDAL, Marilí. **Exposições e lançamento de livros, na Fundação Cultural**. 07 nov. 2008. Disponível em:

<<http://www.blumenau.sc.gov.br/novo/site/noticia/index.php?codigo=10306>>. Acesso em: 8 ago. 2009.

MARTINS, Ladigenia. **Bem e bom e suas multifunções na fala da região sul do Brasil**. 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2003.

MATTOS e SILVA, Rosa V. **A gramaticalização numa perspectiva diacrônica**: contribuições baianas. Disponível em: <http://www.prohpor.ufba.br/gramaticaliza.html>. Acesso em: 01 maio 2005.

MEILLET, Antoine. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion Éditeur, 1948 [1912].

MENON, Odete P. da S. Pronome de segunda pessoa no sul do Brasil: tu/ você / o senhor em *Vinhas da Ira*. **Letras de Hoje**. 2000. 121-164.

_____.: LOREGIAN-PENKAL, Loremi. Variação no indivíduo e na comunidade: tu/você no sul do Brasil. In: VANDRESEN, Paulino (Org.) **Variação e Mudança no Português Falado da Região Sul**. Pelotas: Educat, 2002. p. 147-188.

MILROY, James. On the social origins of language change. In: JONES, Charles (Ed.). **Historical Linguistics: Problems and Perspectives**. London/New York: Longman, 1993. p.215-236.

MOURA, Heronides M. de M. **Significação e contexto**: uma introdução a questões de semântica e pragmática. Florianópolis: Insular, 1999.

NARO, Anthony J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, Maria Cecília (Org.). **Introdução à sociolinguística variaçãoista**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1992.

_____. **Variação e funcionalidade**. In: Revista Estudos Linguísticos. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1998. v. 7, n. 2.

_____.; VOTRE, Sebastião J. Mecanismos funcionais do uso da língua: função e forma. **D.E.L.T.A.** 8/2, 1992. 285-290.

_____.; BRAGA, Maria Luiza. A interface sociolinguística/gramaticalização. **Gragoatá**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras. Niterói, n. 9, 2º semestre, 2000.

NEVES, Maria Helena M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

_____. Uma introdução ao Funcionalismo. In: CRHISTIANO, Maria E. A.; SILVA, C. R.; HORA, Dermeval da. **Funcionalismo e Gramaticalização**: teoria, análise, ensino. João Pessoa: Idéia, 2004.

NICHOLS, Johanna. Functional theories of grammar. **Annual Review of Anthropology**. 13, 1984. 97-117.

NOËL, Dirk. **Diachronic construction grammar vs. Grammaticalization theory**. 2006. Disponível em:

<<http://hub.hku.hk/handle/123456789/38694>>. Acesso em: 10 maio 2008.

OLIVEIRA, Fernão. **A Gramática da Linguagem Portuguesa**. Atualização de BUESEU, Maria Leonor Carvalho. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da moeda, 1975.

OLIVEIRA, Daiane M. de. **Tudo**: multifuncionalidade e definitude. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

ONODERA, Noniko O. Diachronic analysis of Japanese discourse markers. In: JUCKER, Andreas (Ed.). **Historical Pragmatics**, 1995. p. 393-437. Amsterdam: Benjamins.

OTTONI, Paulo. John Langshaw Austin and the Performative View of Language. **DELTA**, 2002, v.18, n.1, p.117-143. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502002000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 3 jun. 2005.

PAIVA, Maria da Conceição. **Ordenação das cláusulas causais**: forma e função. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

_____.; DUARTE, Maria Eugênia.(Orgs.). **Mudança lingüística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003.

PAREDES SILVA, Vera L. Os gêneros de discurso na sociolingüística laboviana. **Boletim da Abralin**, Florianópolis, v. 23, 1999. p. 81-93.

PAULA, Neri G. de. **13 textos para teatro**: dramaturgia do oeste catarinense. Chapecó: s.n., 1999.

PEZATTI, Erotilde G. O advérbio então já se gramaticalizou como conjunção?. **DELTA**. 2001, v.17, n.1, p.81-95. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502001000100004&lng=en>. Acesso em: 30 set. 2004.

PIMPÃO, Tatiana S. **Variação no presente do modo subjuntivo**: uma abordagem discursivo pragmática. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 1999.

PINTZUK, Suzan. **Varbrul programs**. 1988. [mimeo]

PONS BORDERÍA, Salvador. Oye y mira o los límites de la conexión. In **Los marcadores del discurso. Teoría y análisis**, Maria Antonia Martin Zorraquino *et al.* (eds.). Madrid: Arco Libros, 1998. p.213–228.

PRÉVOST, Sophie. La grammaticalisation: unidirectionnalité et statu. In: **Le français moderne**. Tome LXXI, n. 2, 2003.

PUSCH, Claus D. Marqueurs discursifs et subordination syntaxique: La construction inférentielle en français et dans d'autres langues romanes. In: DRESCHER, Martina; FRANK-JOB, Bárbara. (Eds.). **Les marqueurs discursifs dans les langues romanes**. Approches théoriques et méthodologiques. Frankfurt am Main *et al.*, Peter Lang, 2006. p. 173–188. Disponível em: < http://www.romanistik.uni-freiburg.de/pusch/Download/construction_inferentielle.pdf >. Acesso em: 15 set. 2008.

RAMOS, Myriam P. B. **Formas de tratamento no falar de Florianópolis** (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

REIS, Mariléia S. **Atos de fala não-declarativos de comando na expressão do imperativo**: a dimensão estilística da variação sob um olhar funcionalista. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

RISSO, Mercedes S.; SILVA, Giselle M. O.; URBANO, Hudinilson. Marcadores discursivos: traços definidores. In KOCH, I. G. V. (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996. Vol. IV.

_____. Aspectos textuais-interativos dos marcadores discursivos de abertura Bom, Bem, Olha, Ah, no português culto falado. In: NEVES, Maria Helena de M. (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1999. Vol. VII.

_____. Marcadores discursivos basicamente seqüenciadores. In: JUBRAN, Clélia C. A. S; KOCH, Ingedore G. V. (Orgs). **Gramática do**

português culto falado no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. V. 1 (Construção do texto falado), p. 427-496.

ROSA, Margaret. **Marcadores de atenuação.** São Paulo: Contexto, 1992. (Coleção Repensando a língua portuguesa).

ROST, Cláudia A. **Olha e veja:** multifuncionalidade e variação. 2002. 158 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Programa de Pós-Graduação em Lingüística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

_____. Expansão semântico-pragmática e mudança categorial de verbos de percepção: amostra sincrônica. **Revista Working Papers**, Florianópolis, v. 6, 2004.

_____. **Olha e vê:** caminhos que se entrecruzam. Projeto de tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Pós-graduação em Lingüística, Florianópolis: UFSC, 2008.

_____. Variação dos marcadores discursivos de base verbal nas línguas românicas. **Working Papers em Lingüística**, v. 9, p. 57/2-70, 2008.

_____. Os marcadores discursivos nas línguas românicas: (macro)funções textuais e interacionais. **Interdisciplinar: Revista de Estudos de Língua e Literatura**, v. 7, p. 109/7-130, 2008.

SAID ALI, Manoel. **Gramática histórica da língua portuguesa.** 7. ed. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 1971.

SANKOFF, David. Variable rules. *In*: AMMON, Ulrich; DITMAR, Norbert; MATTEIR, Klaus. (Eds.). **Sociolinguistics:** an international handbook of the science of language and society. New York: Walter de Gruyter, 1988.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de lingüística geral.** Tradução de: CHELINI, Antonio; PAES, José J.; Blikstein, Izidoro. São Paulo: Cultrix, 1969. (Trabalho original publicado em 1916).

SCHERRE, Maria Marta *et al.* Restrições sintáticas e fonológicas na expressão variável do imperativo no português do Brasil. **ABRALIN.** Editora da UFSC: Florianópolis, 2000.

_____. A norma do imperativo e o imperativo da norma. **Lingüística da norma.** BAGNO, M. (Org.). São Paulo, Loyola, 2002.

_____. **Doa-se lindos filhotes de poodle** - Variação lingüística, mídia e preconceito. São Paulo: Parábola, 2005.

_____. O imperativo gramatical no português brasileiro: reflexo de mudança lingüística na escrita em revistas em quadrinhos. In: VOTRE, Sebastião; RONCARATI, Cláudia. (Orgs.). **Anthony Julius Naro e a lingüística no Brasil: uma homenagem acadêmica**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008. p.306-319.

_____.; NARO, Anthony J. Mudança sem mudança: a concordância de número no português brasileiro. **Scripta**, Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, v. 9, n.18, p. 109-131, 2006.

_____. Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no português brasileiro. **Alfa** (ILCSE/UNESP), v. 51, p. 189-222, 2007.

_____. *et al.* Reflexões sobre o imperativo em Português. **DELTA**, São Paulo, v. 23, n. spe, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502007000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 ago. 2009.

SCHIFFRIN, Deborah. **Discourse markers**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

_____. Discourse markers: language, meaning and context. In: _____.; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi E. (Eds.). **The Handbook of Discourse Analysis**. Malden, MA: Blackwell, 2003. p. 54-74.

SEARLE, John R. Assertions and aberrations. In: **SYMPOSIUM ON J.L. AUSTIN**, 1969 - Routledge & Kegan Paul; New York: Humanities Press, 1969. p. 205-218.

SEVERO, Cristine G. **Por uma perspectiva social dialógica da linguagem: repensando a noção de indivíduo**. 2007. 255 f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Lingüística, 2007.

SILVA, Giselle M. O. Anatomia e fisiologia dos marcadores não-prorotípicos. In: NEVES, Maria H. de. (Org.). **Gramática do português falado**. Vol. VII: Novos Estudos, São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999. p.297-347.

_____.; MACEDO, Alzira. Análise sociolingüística de alguns marcadores conversacionais. In: MACEDO, Alzira; RONCARATI, Cláudia; MOLLICA, Maria C. (Orgs.). **Revista Tempo Brasileiro**, 1989. p. 11-49.

_____.; SCHERRE, Maria Marta P. (Orgs.). **Padrões sociolingüísticos**: análise de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

SILVA, Gustavo A. P. da. A lingüística do séc. XX: balanço crítico. In: **VIII Congresso Nacional de Lingüística e Filologia**, I Congresso Internacional de Estudos Filológicos e Lingüísticos, Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: < <http://www.filologia.org.br/viiicnlf/anaais/caderno03-03.html>>. Acesso em: maio 2008.

SWEETSER, Eve. Grammaticalization and semantic bleaching. **Proceedings of the Fourteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society**, eds. Axmaker, S., Jaisser, A., Singmaster, H. 1988.

_____. **From etymology to pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolingüística**. São Paulo. Ed. Ática, 1985.

TAVARES, Maria Alice. **Um estudo variacionista de AÍ, DAÍ, ENTÃO e E como conectores seqüenciadores retroativo-propulsores**. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Lingüística, 1999.

_____. **A gramaticalização de E, AÍ, DAÍ, e ENTÃO**: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da seqüenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Lingüística, 2003.

TERRITÓRIO ANTROPOFÁGICO. **Romário Borelli, diretor musical do Arena, visita a Cia. Antropofágica**. 4 jun. 2009. Disponível em: <<http://pyndorama.com/2009/06/romario-borelli-diretor-musical-do-arena-visita-a-cia-antropofagica/>>. Acesso em: 8 ago. 2009.

THOMPSON, Geoff. **Introducing functional grammar**. London: Arnold, 1996.

TRAUGOTT, Elizabeth C. From propositional to textual and expressive meanings: some semantic-pragmatic aspects of grammaticalization. In: LEHMAN, Winfred P.; MALKIEL, Yakov (Orgs.). **Perspectives on Historical Linguistics**. Amsterdam: Benjamins, 1982. p. 245-271.

_____. On the rise of epistemic meanings in English: an example of subjectification in semantic change. **Language**, 65:01, 1989.

_____. **The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization**. Manchester: Stanford University, 1995. p. 1-29

_____. From subjectification to intersubjectification. *In*: **WORKSHOP ON HISTORICAL LINGUISTICS**, Vancouver, Canadá, 1999. Disponível em: <<http://www.stanford.edu/~traugott/traugott.html>>. Acesso em: 15 maio 2006.

_____. Legitimate counterexamples to unidirectionality. *In*: **FREIBURG UNIVERSITY**, 17 out. 2001. Disponível em: <<http://www.stanford.edu/~traugott/ect-papersonline.html>>. Acesso em: 15 maio 2006.

_____. From etymology to historical pragmatics. *In*: MINKOVA, Donka; STOCKWELL, Robert (Eds.). **Studying the History of the English Language**: Millennial perspectives. Berlin: Mouton de Gruyter, 2002. p. 19-49.

_____. Revisiting subjectification and intersubjectification. *In*: CUYCKENS, Hubert; DAVIDSE, Kristin; VANDELANOTTE, Lieven (Eds.). **Subjectification, intersubjectification and grammaticalization** (Topics in English Linguistics). Berlin, New York: Mouton de Gruyter.

_____. HEINE, Bernd. (Eds.). **Approaches to grammaticalization**. Philadelphia: John Benjamins Company, 1991. v. 1 e 2.

_____; KÖNIG, Ekkehard. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. *In*: E.C.TRAUGOTT; B. HEINE, B. (Eds.). **Approaches to grammaticalization**. Philadelphia: John Benjamins Company, v. 1 e 2, 1991. p. 189-218.

_____; DASHER, Richard B. The development of modal verbs. *In*: _____. **Regularity in semantic change**. Cambridge: Cambridge U.P., 2005, p. 105-151.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. O relevo no português falado: tipos e estratégias, processos e recursos. *In*: NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática do português falado**. Vol. VII: Novos Estudos, São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

_____. **Gramaticalização de verbos** – Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, Relatório de Pós-Doutorado em Linguística, 2002.

_____. Verbos gramaticais - Verbos em processo de gramaticalização *In: FIGUEIREDO, Célia A. et al. **Lingua(gem)**: reflexões e perspectivas*, Uberlândia : EDUFU, 2003, p. 97-157.

_____. A gramaticalização de verbos *In: **Linguagem, conhecimento e aplicação**: estudos de língua e lingüística*. Rio de Janeiro : Europa, 2003, p. 306-321

_____. A poligramaticalização do verbo acabar. **Letras & Letras**, vol. 20, n. 2. Uberlândia: EDUFU, jul./dez. 2004, p. 21-56.

_____. A caracterização de categorias de textos: tipos, gêneros e espécies. **Alfa: Revista de Lingüística**, v. 51, p. 39-79, 2007.

_____. (2003). Tipelementos e a construção de uma teoria tipológica geral de textos. *In: FÁVERO, Leonor Lopes; BASTOS, Neusa M. de O. Barbosa e MARQUESI, Sueli Cristina (Org.). **Língua Portuguesa pesquisa e ensino** – vol. II*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2007. p. 97- 117.

_____. Sobre a possível existência de subtipos. **Anais do VI Congresso Internacional da ABRALIN**. Organizador: Dermeval da Hora. João Pessoa, 2009. p. 2632-2641.

URBANO, Hudinilson. Marcadores conversacionais: aspectos conceituais. *In: **Encontro Nacional da ANPOLL***, 1993. Anais do VII Encontro da ANPOLL. Goiânia/GO. p. 812-822.

_____. Marcadores conversacionais. *In: PRETI, Dino. (Org.). **Análise de textos orais***. 3. ed. São Paulo/SP: Humanitas, 1997, v. I, p. 81-101.

_____. Aspectos basicamente interacionais dos marcadores discursivos. *In: NEVES, Maria Helena de M. (Org.). **Gramática do português falado***. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1999. Vol. VII. 1999.

_____. Marcadores discursivos basicamente interacionais. *In: JUBRAN, Clélia C. A. S; KOCH, Ingedore G. V. (Orgs). **Gramática do português culto falado no Brasil***. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. V. 1 (Construção do texto falado), p. 497-528.

VALLE, Carla. **Sabe? ~ Não tem? ~ Entende?**: itens de origem verbal em variação como requisitos de apoio discursivos. Dissertação (Mestra-

do em Lingüística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Lingüística, 2001.

VANDRESEN, Paulino. O Banco de Dados VARSUL: do sonho à realidade. *In: ZILLES, Ana Maria S. (Org.). Estudos de variação lingüística no Brasil e no Cone Sul*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2005. p. 145-150.

VINCENT, Diane; VOTRE, Sebastião; LAFOREST, Marty. **Grammaticalisation et post grammaticalisation** *Langues et Linguistique*. Quebec: Universite Laval, 1993.

VOTRE, Sebastião J.; OLIVEIRA, Mariangela R. de. **Givón, T. (1995) Functionalism and Grammar**. *DELTA*, Aug. 1997, vol.13, no.2, p.331-340. ISSN 0102-4450.

_____. **Cognitive verbs in portuguese and latin** – unidirectionality revisited. University of California, Santa Barbara, 1999.

_____. Continuidade e mudança em verbos cognitivos em latim e português. *In: Anais do XLIX Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo*, 2001, Marília, SP, maio 2001.

_____. Integração sintática e semântica na complementação verbal. *In: _____; CEZARIO, Maria Maura; MARTELOTTA, Mário E. (Org.). Gramaticalização*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras UFRJ, 2004.

ZILLES, Ana M. S.; FARACO, Carlos A. **Considerações sobre o discurso reportado em corpus de língua oral**. *In: VANDRESEN, Paulino. (Org.). Variação e mudança no português falado da região Sul*. Pelotas: EDUCAT, 2002.

WALTEREIT, Richard. Imperatives, interruption in conversation, and the rise of discourse markers: a study of Italian guarda. *Linguistics* 40–5, 2002. p. 987–1010.

_____.; DETGES, Ulrich. Different functions, different histories. Modal particles and discourse markers from a diachronic point of view. *In: Catalan Journal of Linguistics* 6, Contrastive perspectives on discourse markers, 2007, 61-80.

WEINER, Judith; LABOV, William. **Constraints on the agentless passive**. *In: Journal of Linguistics*, 1983. n.19.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvim. **Empirical foundations for a theory of language change**. Austin: University of Texas Press, 1968. [reimpressão]

_____. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de: BAGNO, Marcos. São Paulo: Parábola, 2006. Original em inglês.

A

NEXO A – Breve biografia dos autores das peças teatrais consultadas

Séculos	Autor	Peça teatral	Biografia
XIX	AUGUSTO DE CARVALHO, Álvaro.	Raimundo	Nascido em 1829, em Desterro. Foi um dramaturgo brasileiro. Escreveu várias peças teatrais, que o consagraram como o primeiro dramaturgo catarinense. Dentre suas peças encenadas no Desterro, estão <i>O Pescador Pedro Mantelli</i> e <i>Uma Moça de Juízo</i> . O Teatro Álvaro de Carvalho é denominado em comemoração a seu nome. É patrono de uma das cadeiras da Academia Catarinense de Letras. Faleceu em Buenos Aires, em 1865.
	DUTRA, Antero dos Reis.	Brinquedos de cupido (Miscellanea)	Nascido em 1835, em Desterro (Ribeirão da Ilha). Foi um poeta brasileiro. Filho de Marcelino Antonio Dutra. Com 15 anos, foi para o Rio de Janeiro, onde passou a viver como empregado do comércio e gratuitamente, nas horas vagas, fez os estudos de humanidades. Casou-se com Januária Maria da Conceição, que, nos versos do poeta, era tratada por Josina. Porém, o casamento não durou muito, pois a esposa faleceria sem lhe deixar descendência. É patrono de uma das 40 cadeiras da Academia Catarinense de Letras. Faleceu em 7 de abril de 1911.
	COUTINHO, José C. de Lacerda.	A casa para alugar	Nascido em 1841, natural de Desterro. Em 1868, formou-se em Medicina e voltou à terra natal e se envolveu com política partidária. Depois, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde se dedicou principalmente ao magistério e à literatura e subsidiariamente à medicina e à política. Embora tenha passado grande parte de sua vida no Rio de Janeiro, Lacerda Coutinho, jamais se desprende de sua terra natal, pois os jomais freqüentemente publicavam suas poesias, muitas delas inspiradas nos motivos e costumes catarinenses. Foi, incontestavelmente, o poeta mais representativo do período romântico em Santa Catarina. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1900.
	LIVRAMENTO, Arthur Cavalcanti do.	Os ciúmes do capitão	Nascido em 1853.

	NUNES PIRES, Horácio.	Oidiota	Nascido em 1855, no Rio de Janeiro. Quatro anos depois, mudou-se com a família para Lages, SC. Ali fez o curso primário, dirigido por seu pai. Quando completou 11 anos, sua família se transferiu para Florianópolis. Entre os doze e treze anos, escreveu seu primeiro poema. Em 28/02/1877, foi nomeado 2º Oficial da Secretaria da Província. Foi Diretor da contabilidade do Tesdouro do Estado. Ingressou no magistério em 1883, e partir daí, dedicou-se, quase por completo, à educação. Chegou ao cargo de Diretor Literário das escolas da Capital, diretor da Escola Normal, Diretor da Instrução Pública, por 20 anos, e Inspetor Geral de Ensino. Faleceu em sua residência em 20/05/1919, à rua Bocaiúva 25, em Florianópolis, SC.
--	-----------------------	----------------	--

	SÃO THIAGO, Joaquim.	A enjeitada	<p>Nascido em 1857, natural de Desterro (Florianópolis). Eram seus pais Peregrino Servita de S.Thiago, funcionário da Fazenda, natural do Rio Grande do Sul, e de Maria Augusta de S.Thiago, natural da cidade de Laguna, SC. Seu pai, empregado público, parcamente remunerado, não pôde como chefe de numerosa família proporcionar-lhe recursos para adquirir mais ampla instrução que a primária. Assim, aos quatorze anos de idade, forçado a abandonar os estudos secundários que mal iniciava, veio com seus pais para a cidade, tentando mais tarde continuar seus estudos na Corte, a convite de seu irmão Polydoro que mantinha ali um pequeno curso de preparatórios, fundado por iniciativa própria, a fim de prover as suas despesas de estudante pobre. Vivendo sob o domínio de duas forças inflexíveis: o amor ao estudo e o gosto pela solidão, aceitou de bom grado, o provimento no magistério público, na qualidade de professor de uma escola modesta na freguesia de Sahy (1880-1881). Da sua passagem pelo magistério ficaram traços indeléveis. Na República a administração estadual conferiu-lhe a gratificação de mérito, como reconhecimento aos inestimáveis serviços que prestou à causa do ensino. Pertenceu ao Partido Republicano, de cujo primeiro diretório fez parte como secretário. Deputado à Constituinte Estadual, teve o mandato renovado na legislatura de 1894-1896, mantendo-se coerente sempre com as suas idéias.</p> <p>Como escritor que foi, deixou páginas de intensa emotividade na literatura dramática, para a qual se voltava a sua predileção. Escreveu os seguintes dramas: <i>Vicentina</i>, <i>A órfã</i> e <i>Enjeitada</i>; apenas fez publicar o primeiro, em restrita edição, conservando-se os outros dois inéditos, embora conhecidos do nosso meio social que deles assistiu algumas representações. Além desses dramas, escreveu também as suas Pequenas Lições de Moral Cristã, publicadas em 1924. Faleceu em São Francisco do Sul em 1916.</p>
--	----------------------	--------------------	--

	JUVENAL, Ildefonso.	A filha do operário	<p>Nascido em 1894, natural de Florianópolis. Foi aprendiz marinho, quando começou a colaborar em um pequeno jornal escolar "O Marujo", criado pelos Ios. Tenentes Apio Couto e Lucas Alexandre Boiteux. Tendo tido baixa assentou praça na Polícia Militar do Estado, aonde chegou a Sargento.</p> <p>Tirando o curso de Farmácia, foi aproveitado na mesma corporação como Farmacêutico e, com o posto de Alféres, por nomeação alcançada pelo Dr. José Arthur Boiteux, então Secretário do Interior e Justiça do governo do Estado.</p> <p>Cultivando a literatura publicou na imprensa e em livros vários trabalhos, como: Televos, prosa, 1919, Livraria Cysne, Fpolis; Contos singelos, 1914; Páginas simples, 1916, Tipografia do Povo, Fpolis; Paraná-Santa Catarina – Questão de Limites, 1916, Fpolis; Painéis, prosa, verso e teatro. 1915, Fpolis; Oficina Gráfica Fênix; Natal de Jesus, poesia, 1920.</p>
--	---------------------	---------------------	---

XX	AMORIM, Mauro Júlio.	O dia do javali	Nascido em 1939, natural Florianópolis. Começou a escrever aos 14 anos, para as edições dominicais do jornal “A Gazeta”, de Maria Iná Vaz, normalmente comentando espetáculos musicais, no então único teatro de Florianópolis — o Álvaro de Carvalho - do qual mais tarde acabou diretor. Durante cerca de quinze anos, foi redator de “O Estado”, tendo começado ainda na era da linotipo, mantendo colunas fixas e durante muito tempo uma página inteira também aos domingos. Em 1976, comprou briga feia com o então governador do Estado, fez as malas e foi procurar emprego no Rio de Janeiro, onde viveu vários anos e onde acabou editor-chefe do jornal do MEC, também escrevendo e apresentando programas culturais e educativos para rádio e televisão. De lá, algum tempo depois, estagiou na BBC de Londres, na RTF 1 de Paris, na RAI de Roma e na RTE de Madri, principalmente nos campos do rádio e televisão educativos. Para o teatro, outra paixão, tem vários textos, alguns já encenados; e para a televisão, uma mini-série de 31 capítulos sobre Anita Garibaldi, que considera seu melhor trabalho, e cuja pesquisas o levaram até a sede da maçonaria italiana, em Milão. Hoje, vive novamente na Ilha, que considera um dos mais belos lugares do Planeta, mas não sabe até quando.
	BORELLI, Romário José.	O contestado	Nascido em 1943, natural de Porto União. É dramaturgo, musicista, historiador. Formado em História em 1975, pela USP, Borelli é pesquisador e tem em seu nome as peças “O Contestado”, “Olhos e Ouvidos”, “Aventura do Fúgio na Viagem de Cabral” e “O Muro”. Borelli também é professor, conferencista e animador cultural.
	SILVA, JÚNIOR, José Darci.	Em tua homenagem ou não	Natural de Blumenau, autor de nove textos teatrais e dirigiu 22 peças. Foi professor de teatro da Fundação Cultural de Curitiba e dirigiu a programação do Teatro Universitário daquela cidade paranaense.

	ROSA, Ademir.	Os lobos	Nascido em 1950, natural de XXXX. Intitula-se um petista de carteirinha, jogador de futebol de garganta, sociólogo de profissão e ator de corpo e alma. Escreveu seis peças para teatro e atuou em 25, encenou 6 filmes, um vídeo e um programa para TV. Inaugurou cada uniforme do time de futebol do Unidos do Campeche, embora não jogasse aquilo tudo.
	NASCIMENTO, Iberê do.	Metacor	Nascido em 1959, natural de Itajaí. Vencedor do II Concurso Estadual de Dramaturgia, 1982, categoria “adulta”, organizado pela Fundação Catarinense de Cultura.
	CUNHA, Antonio.	As quatro estações	Nascido em 1961, natural de Dramaturgo e diretor de teatro.
	BRÜGGEMANN, Fábio.	Prenome: Fausto	Nascido em 1962, natural de Lages. Aos vinte anos, em 1982, “entendi que Lages era apenas um retrato na parede e parti para o Desterro, aqui nesta Ilha onde vivo até hoje”.
	PAULA, Néri Gonçalves de.	Uma longa história de amor	Nascido em 1963, natural de Xanxerê – Oeste catarinense. Iniciou sua carreira teatral em 1978 no grupo Teatral Excelente de Xanxerê. Depois, teve passagem por grupos teatrais de Itajaí/SC e Curitiba/PR. Autor, diretor e professor de teatro.

QUADRO 16 - BREVE BIOGRAFIA DOS AUTORES DAS PEÇAS
TEATRAIS CONSULTADAS

FONTES: PAULA (1999); GRUPO DE POETAS LIVRES (2009);
MARTENDAL (2008); TERRITÓRIO ANTROPOFÁGICO (2009)



NEXO B – Visão comparativa e de conjunto das formas do

imperativo no português brasileiro falado

4A: RELAÇÃO ENTRE AS FORMAS DO IMPERATIVO SINGULAR E AS FORMAS DE SEGUNDA PESSOA SINGULAR COM OS PRONOMES <i>TU</i> E/OU <i>VOCE</i> DO MODO INDICATIVO						
FORMAS COMUNS A TODOS OS SUBSISTEMAS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO		SUBSISTEMA 1	SUBSISTEMA 2	SUBSISTEMA 3	SUBSISTEMA 4	SUBSISTEMA 5
INFINITIVO	2ª PESSOA DO IMPERATIVO AFIRMATIVO OU NEGATIVO SINGULAR NO CONTEXTO DE <i>TU</i> E/OU <i>VOCE</i>	2ª PESSOA SING DO PRESENTE INDICATIVO	2ª PESSOA SING DO PRESENTE INDICATIVO	2ª PESSOA SING DO PRESENTE INDICATIVO	2ª PESSOA SING DO PRESENTE INDICATIVO	2ª PESSOA SING DO PRESENTE INDICATIVO
		Uso exclusivo do <i>você</i>	Predominância de <i>tu</i>	Predominância de <i>tu</i>	Alternância <i>você/tu</i> <i>tu/você</i>	Alternância <i>tu/você</i> <i>você/tu</i>
			<i>tu</i> com BAIXA concordância	<i>tu</i> com MAIS concordância	<i>tu</i> SEM concordância	<i>tu</i> com concordância variável
1) Deixar	(Não) deixa/deixe	Deixa	Deixa(s)	Deixa(s)	Deixa	Deixa(s)
2) Receber	(Não) recebe/receba	Recebe	Recebe(s)	Recebe(s)	Recebe	Recebe(s)
3) Abrir	(Não) abre/abra	Abre	Abre(s)	Abre(s)	Abre	Abre(s)
4) Dar	(Não) dá/dê	Dá	Dá(s)	Dá(s)	Dá	Dá(s)
5) Dizer	(Não) diz/diga	Diz	Diz/dizes	Diz/dizes	Diz	Diz/dizes
6) Ir	(Não) vai/vá	Vai	Vai/vás	Vai/vás	Vai	Vai/vás
7) Amar	(Não) ama/ame	Ama	Ama(s)	Ama(s)	Ama	Ama(s)
8) Ver	(Não) vê/veja	Vê	Vê(s)	Vê(s)	Vê	Vê(s)
9) Fazer	(Não) faz/faça	Faz	Faz/fazes	Faz/fazes	Faz	Faz/fazes
4B: CONFLUÊNCIA ENTRE AS FORMAS IMPERATIVAS SINGULAR E AS FORMAS DE TERCEIRA PESSOA SINGULAR DO MODO INDICATIVO E SUBJUNTIVO: FORMAS COMUNS A TODOS OS SUBSISTEMAS						
INFINITIVO	2ª PESSOA DO IMPERATIVO SINGULAR NO CONTEXTO DE <i>TU</i> E/OU <i>VOCE</i>	3ª PESSOA SINGULAR DO PRESENTE INDICATIVO <i>ELE/ELA</i>	3ª PESSOA SINGULAR DO PRE-SENTE DO SUBJUNTIVO <i>ELE/ELA</i>			
1) Deixar	(Não) deixa/deixe	Deixa	Deixe			
2) Receber	(Não) recebe/receba	Recebe	Receba			
3) Abrir	(Não) abre/abra	Abre	Abra			
4) Dar	(Não) dá/dê	Dá	Dê			
5) Dizer	(Não) diz/diga	Diz	Diga			
6) Ir	(Não) vai/vá	Vai	Vá			
7) Amar	(Não) ama/ame	Ama	Ame			
8) Ver	(Não) vê/veja	Vê	Veja			
9) Fazer	(Não) faz/faça	Faz	Faça			

QUADRO 17 - VISÃO COMPARATIVA E DE CONJUNTO DAS FORMAS DO IMPERATIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO FALADO

FONTE: adaptado de SCHERRE *et al.* (2007, p. 202)

A

PÊNDICE A – Influência da variável *escolaridade* sobre o uso de *olha* em relação a *vê* (Amostras 1F, 2F e 3F)

TABELA 23 - INFLUÊNCIA DA VARIÁVEL ESCOLARIDADE SOBRE O USO DE *OLHA* EM RELAÇÃO A *VÊ* (AMOSTRAS 1F, 2F E 3F)

Escolaridade	Amostra 1F							
	BLU		CHA		FLP1		LGS	
	Apl/total	%	Apl/total	%	Apl/total	%	Apl/total	%
Primário	13/19	68	18/23	78	15/29	52	50/63	79
Ginásial	9/13	69	37/56	66	21/26	81	48/61	79
Colegial	23/29	79	8/13	62	15/28	54	57/84	68
Universitário	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	45/61	74	63/92	68	51/83	61	155/208	75
	Não selecionado		Não selecionado		Não selecionado		Não selecionado	
	Amostra 1F		Amostra 2F		Amostra 3F			
	RESULTADO GERAL		FLP2		CTB			
	Apl/total	%	Apl/total	%	Apl/total	%		
	Primário	163/202	81	48/62	77	39/114	34	
	Ginásial	165/206	80	39/47	83	35/89	39	
	Colegial	133/184	72	29/41	71	14/38	37	
	Universitário	-	-	21/27	78	-	-	
Total	461/592	78	135/177	76	88/241	37		
	Não selecionado		Não selecionado		Não selecionado			

FONTE: A autora (2009)

A

PÊNDICE B – Influência da variável informante sobre o uso de olha em relação a vê (Amostras 1F, 2F e 3F)

TABELA 24 - INFLUÊNCIA DA VARIÁVEL *INFORMANTE* SOBRE O
USO DE *OLHA* EM RELAÇÃO A *VÊ*
(AMOSTRAS 1F, 2F E 3F)

Informante	BLU		CHP		FLP1e2		LGS		CTB	
	Apl/total	%	Apl/total	%	Apl/total	%	Apl/total	%	Apl/total	%
1FPA ²⁸¹	21/21	100	5/6	83	4/7	57	8/8	100	8/11	73
2FPA	20/23	87	19/21	90	5/6	83	9/18	50	32/55	58
3MPA	3/3	100	1/2	50	6/9	67	6/7	86	6/10	60
4MPA	11/11	100	2/3	67	4/6	67	8/10	80	13/13	100
5FPB	3/3	100	6/6	100	2/2	100	1/1	100	1/6	17
6FPB	-	-	6/6	100	6/6	100	4/4	100	11/19	58
7MPB	6/6	100	4/5	80	9/9	100	23/23	100	1/1	100
8MPB	3/7	43	-	-	7/12	58	-	-	3/4	75
9FGA	6/6	100	14/15	93	0/1	0	2/3	67	12/16	75
10FGA	7/7	100	12/12	100	-	-	3/3	100	20/27	74
11MGA	5/6	83	8/8	100	4/4	100	3/4	75	6/20	30
12MGA	5/5	100	9/19	47	-	-	9/10	90	8/8	100
13FGB	2/2	100	21/23	91	13/14	93	4/7	57	2/6	33
14FGB	1/1	100	4/9	44	9/10	90	10/12	83	8/15	53
15MGB	1/2	50	-	-	7/8	87	18/18	100	0/1	0
16MGB	2/4	50	12/13	92	7/8	87	3/8	37	3/4	75
17FCA	10/11	91	12/12	100	1/4	25	30/44	68	8/12	67
18FCA	3/3	100	1/3	33	8/11	73	-	-	2/6	33
19MCA	7/9	78	2/2	100	6/6	100	5/7	71	1/1	100
20MCA	4/4	100	3/3	100	0/4	0	6/7	86	1/3	33
21FCB	7/7	100	1/2	50	2/3	67	22/25	88	0/1	0
22FCB	8/8	100	0/1	0	4/5	80	-	-	2/6	33
23MCB	7/10	70	-	-	5/5	100	-	-	10/10	100
24MCB	4/4	100	2/3	67	4/5	80	1/9	11	0/2	0
25FPJ	-	-	-	-	1/1	100	-	-	-	-
26FPJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
27FGJ	-	-	-	-	5/6	83	-	-	-	-
28FGJ	-	-	-	-	3/3	100	-	-	-	-
29FCJ	-	-	-	-	0/2	0	-	-	-	-
30FCJ	-	-	-	-	12/13	92	-	-	-	-
31MPJ	-	-	-	-	2/2	100	-	-	-	-
32MPJ	-	-	-	-	13/13	100	-	-	-	-
33MGJ	-	-	-	-	3/3	100	-	-	-	-
34MGJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
35MCJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
36MCJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
37FUA	-	-	-	-	3/3	100	-	-	-	-
38FUA	-	-	-	-	8/9	89	-	-	-	-
39FUB	-	-	-	-	5/5	100	-	-	-	-
40FUB	-	-	-	-	5/6	83	-	-	-	-
41MUA	-	-	-	-	3/3	100	-	-	-	-
42MUA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
43MUB	-	-	-	-	6/9	67	-	-	-	-
44MUB	-	-	-	-	2/3	67	-	-	-	-
Total	146/163	90	144/174	83	183/225	81	175/228	77	99/252	39

FONTE: A autora (2009)

²⁸¹ Lembramos que a identificação mais detalhada dos informantes encontra-se no capítulo 5.